

Organizadores
Angelina Anjos • Ismael Machado
Marcelo Zelic • Marco Apolo • Carlos Bordalo

COMISSÃO ESTADUAL DA
**VERDADE E
MEMÓRIA**
DO PARÁ



RELATÓRIO PAULO FONTELES FILHO

TOMO III

**Editora
Dalcídio
Jurandir**
IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ



Organizadores

Angelina Anjos • Ismael Machado
Marcelo Zelic • Marco Apolo • Carlos Bordalo

COMISSÃO ESTADUAL DA
**VERDADE E
MEMÓRIA
DO PARÁ**

RELATÓRIO PAULO FONTELES FILHO



GOVERNO
DO ESTADO
DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

Este documento histórico foi impresso com recursos de emenda parlamentar, viabilizado pelos mandatos, do deputado estadual Carlos Bordalo e deputada estadual Marinor Brito.



Aroldo Carneiro
Presidente

Moisés Alves de Souza
Diretor Administrativo e Financeiro

Allan Gonçalves Brandão
Diretor Industrial

Sandra Maria Caminha Fonseca
Diretora de Documentação e Tecnologia



Mailson Lima Nazaré
Coordenação-Geral

Reginaldo Ramires de Moraes
Assessor técnico

Elisângela Oliveira Alves
Victoria Luiza Santos de Oliveira
Luana Silvino de Souza
Secretaria Executiva

Robson Keller Gouveia Cordeiro
Edilberto José de Figueiredo Silva
Luciano Alves da Silva
Henos Silva do Nascimento Júnior
Designer, diagramação e artes gráficas

PRODUÇÃO EDITORIAL

Organizadores
Angelina Anjos, Ismael Machado,
Marcelo Zelic e Marco Apolo Santana Leão

Edição
Moisés Alves de Souza
Mailson Lima Nazaré
Assessor técnico
Reginaldo Ramires de Moraes
Revisão
Ana Lídia Azevedo de Campos
Ismael Machado
Projeto gráfico e editoração
Luciano Silva e Henos Silva Jr.
Capa
Luciano Silva e Henos Silva Jr.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Comissão estadual da verdade e memória do Pará:
tomo III / organização Angelina Anjos...[et al.]. – Belém, PA: Editora Pública Dalcídio Jurandir:
Imprensa Oficial do Estado do Pará - IOEPA, 2022. – (Comissão estadual da verdade e memória
do Pará; v. 3)

Outros organizadores: Ismael Machado, Marcelo Zelic, Marco Apolo Santana Leão
ISBN 978-65-997530-5-3

1. Direitos humanos 2. Memórias 3. Nacionalismo e memória coletiva - Brasil 4. Pará (Estado) -
História 5. Pará (PA) - Descrição I. Anjos, Angelina. II. Machado, Ismael. III. Zelic, Marcelo. IV. Leão,
Marco Apolo Santana. V. Série.

22-106128

CDD-981.15

Organizadores
Angelina Anjos • Ismael Machado
Marcelo Zelic • Marco Apolo • Carlos Bordalo

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E MEMÓRIA DO PARÁ

RELATÓRIO PAULO FONTELES FILHO

TOMO III



IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ

Presente

Essa é uma expressão, uma palavra de saudação e resistência em homenagem a quem dedicou a vida em prol dos direitos humanos de uma sociedade. Quando essa pessoa tomba, sua missão permanece, como um ideário a ser seguido.

Foi assim com tantos nesse Pará de terra manchada de sangue. Gringo, Canuto, Expedito, Gabriel Pimenta, Dezinho, Dorothy Stang, Paulo Fonteles, João Batista. Ou com outros que encerraram seu ciclo, mas sua memória e seus exemplos permanecem, como Isa Cunha, Paulinho Fonteles e Egídio Machado Sales Filho.

Claro, há muitos mais que merecem ser lembrados nessa trajetória. Dedicaram a vida na construção de um país mais justo. Com este relatório, entendemos estar prestando uma homenagem pequena, porém significativa, a essas pessoas, cuja existência iluminou caminhos.

Uma nação não pode ser construída sob as muralhas do esquecimento. Para que possamos erigir uma sociedade sem opressores, sem violência ideológica, sem autoritarismos, precisamos manter sempre viva a memória dos que lutaram para transformar o país em uma democracia efetiva.

É por isso que, ao entregar esse relatório à sociedade paraense, levantamos a mão, fechamos os punhos e gritamos a esses heróis e heroínas: “**Presente!**”

Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará

Relatório Final da Comissão, criada pela Lei Nº 7.802, de 31 de março de 2014, para apresentar à sociedade a análise circunstanciada sobre as violações de direitos humanos e liberdades no Estado do Pará, no período de 1º de abril de 1946 a 5 de outubro de 1988, a fim de efetivar o direito de memória, da verdade histórica, e promover a consolidação do Estado Democrático de Direito.

► **Membros**

Egídio Machado Sales Filho

Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará (OAB-PA)

Carlos Alberto Barros Bordalo

Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa)

Leonardo da Silva Torii

Arquivo Público Estadual

Marco Apolo Santana Leão

Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos

Renato Theophilo Marques de Nazareth Netto

Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Jureuda Duarte Guerra

Conselho Regional de Psicologia – PA/AP

Maria Franssinete de Souza Florenzano

Sindicato dos Jornalistas do Pará (Sinjor-PA)

Ana Michelli Gonçalves Siores Zagalo*
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup)

João Lúcio Mazinni da Costa*
Arquivo Público Estadual

Paulo Cesar Fonteles de Lima Filho*
Comitê Paraense pela Verdade, Memória e Justiça

* **Desligaram-se dos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade e Memória:** Ana Michelli Gonçalves Siores Zagalo, por mudança de função e de Secretaria de Estado, não sendo substituída; João Lúcio Mazinni da Costa solicitou afastamento em 21/01/2016, substituído por Leonardo da Silva Torii em 02/02/2016, e Paulo César Fonteles de Lima Filho, para candidatar-se a vereador nas eleições em maio de 2016, não sendo substituído.

Equipe Técnica

Angelina Nazaré dos Anjos Oliveira
Amanda Paiva Quaresma
Humberto Lopes Cunha
Johnatan Barreto Ferreira
Jaime Cuéllar Velarde
Jean Brito
Jorge Lucas Neves
Lucidéa Santos Cavalcante
Luciléa Silva Santos
Nádia Symme Lima de Almeida

Organizadores do Relatório Final

Angelina Anjos (Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Pará), Ismael Machado (jornalista) e Marcelo Zelic (Armazém Memória/SP), Marco Apolo Santana Leão (Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos) e Carlos Bordalo (Presidente da Comissão Estadual da Verdade do Pará (CEV/PA) e Deputado Estadual).

Colaboradores:

As pessoas abaixo colaboram com artigos, capítulos e relatórios temáticos que compõem o Relatório Final da CEV-Pará.

TOMO III

Capítulo 9:

Ismael Machado (introdução) e João Lucio Mazzini da Costa.

Capítulo 10:

Irene Gomes

Capítulo 11:

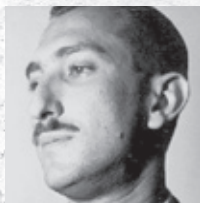
Membros da CEV-Pará com colaboração de Nadia Symme e Paulo Fonteles Filho.

Fotos de capa - perseguidos políticos



Maria Lúcia Petit da Silva

Foi uma professora e guerrilheira brasileira, militante do Partido Comunista do Brasil, PCdoB, fundado em 1922 por dirigentes proletários de esquerda. Participou da luta armada contra a ditadura militar, vigente entre 1964 e 1985, integrando a Guerrilha do Araguaia.



Maurício Grabois

Foi um político brasileiro, um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil e um de seus dirigentes desde a criação do partido até sua morte na Guerrilha do Araguaia, em 25 de dezembro de 1973.



Aristides Camio

Padre francês ligado às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), foi preso pela PF, acusados de incitar os posseiros de São Geraldo à violência. Enquadrado na Lei de Segurança Nacional, condenado, permaneceu preso por dois anos.



François Gouriou

Padre francês, atuante no município de São Geraldo do Araguaia e em outras áreas das regiões sul e sudeste do Pará, foi acusado pelo Tribunal da Justiça Militar de cometer os crimes de desordem pública e invasão de propriedade privada, enquadrado na Lei de Segurança Nacional (LSN).



Dinalva Oliveira Teixeira ou 'Dina'

Dinalva Conceição Oliveira Teixeira ou 'Dina' (Castro Alves, foi uma estudante e guerrilheira brasileira, integrante da Guerrilha do Araguaia, movimento guerrilheiro criado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) durante a ditadura militar brasileira. Foi assassinada na guerrilha após ter sido capturada viva pelo Exército. Enquadra-se como desaparecida política. Isso porque os seus restos mortais não foram encontrados e nem entregues para os familiares. Com isso, Dinalva não pode ser sepultada até hoje



Ângelo Arroyo

Foi assassinado pela repressão militar no episódio conhecido como Chacina da Lapa, em São Paulo, em 1976.



João Amazonas de Souza Pedrosa

Foi um teórico marxista, político revolucionário, guerrilheiro e líder do Partido Comunista do Brasil.



Helenira Resende de Souza Nazareth

Iniciou sua militância no movimento estudantil da sua cidade natal. Em São Paulo, destacou-se como líder estudantil e chegou a ser vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1969. Desaparecida desde 1972, na Guerrilha do Araguaia, quando tinha 28 anos.



Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão)

Era esportista, engenheiro, oficial da reserva do Exército e membro do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), organização por meio da qual embarcou na luta armada. Foi um dos primeiros participantes da Guerrilha do Araguaia. Assassinado, seu corpo mutilado teria sido exibido como troféu em várias localidades da região, com o objetivo de extinguir qualquer vestígio do mito que já se tornara.



Marcos Casteli Panzera

Dirigente de Ação Popular, preso numa barreira policial e levado a uma unidade militar, transferido para as dependências do Serviço Nacional de Informações (SNI), num edifício no centro de Goiânia, atravessa sessões de interrogatórios e por diversas ameaças. Sobreviveu na clandestinidade à ditadura militar.



João Carlos Haas Sobrinho ou "Dr. Juca"

Foi um médico e guerrilheiro brasileiro, integrante do Partido Comunista do Brasil, morto em combate na Guerrilha do Araguaia, movimento ocorrido entre o fim da década de 1960 e o começo da década de 1970, na região amazônica brasileira, ao longo do Rio Araguaia.



Apresentação da Imprensa Oficial do Estado do Pará - IOEPA

A publicação da coleção de livros sobre o Relatório Final da Comissão da Verdade do Estado do Pará, através da Editora Pública Dalcídio Jurandir, da Imprensa Oficial do Estado do Pará, possui um grande significado para esta autarquia, principalmente pelo caráter histórico do documento produzido.

O livro sobre o Relatório da Comissão da Verdade do Pará se soma ao esforço público de apurar as violações de direitos humanos de um passado histórico de nosso país, período de regimes ditatoriais que ocorreram entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, conforme identifica a Comissão Nacional da Verdade, e desta forma esta publicação dividida em três tomos visa levar aos paraenses e a sociedade em geral conhecimentos e transparência sobre os trabalhos desenvolvidos pela Comissão da Verdade no Estado do Pará.

Destacam-se os desafios enfrentados pela Comissão da Verdade no Pará, enfrentando vários obstáculos para chegar nesse momento da publicação de seus trabalhos, o que nos leva a lembrar da dedicação e entusiasmo de Paulo Fonteles Filho e Egídio Sales Filho, dois abnegados defensores dos direitos humanos que muito contribuíram para o êxito da Comissão da Verdade no Pará. Infelizmente nos deixaram nos últimos anos, mas seus legados são fonte de inspiração para a defesa da democracia e de uma sociedade mais justa.

Ainda vivemos em tempos difíceis em nosso país com ameaças ve-ladas à democracia, aos direitos sociais, ao meio ambiente na Amazônia, e aos direitos de Povos e Comunidades Tradicionais, sustentada inclusive com a propagação de *fake news* a qual, é objeto de investigação pelo Su-premo Tribunal Federal. Logo, publicar este livro torna-se uma trincheira democrática, que visa valorizar e dar visibilidade aos trabalhos realizados pela Comissão da Verdade no Pará.

Portanto, a Imprensa Oficial do Estado (IOEPA) deseja uma boa lei-tura, que através desta coletânea possamos reforçar a luta pela democracia, que os relatos da Comissão da Verdade se tornem um passado bem distante e que sejam reparados pela sociedade fazendo justiça em nome daqueles que perderam suas vidas em defesa da Amazônia.

Aroldo Carneiro

Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Pará

Nota da Editora Pública Dalcídio Jurandir

Ao editar os livros sobre o Relatório Final da Comissão da Verdade do Estado do Pará a Editora Pública Dalcídio Jurandir da Imprensa Oficial do Estado (IOEPA) torna público os trabalhos realizados pela Comissão, que analisou diferentes aspectos sociais e históricos de violações aos direitos humanos no período que envolveu o regime militar instaurado no Brasil a partir de 1964.

Esta publicação se soma às diversas obras editadas e publicadas nos últimos anos, de vários autores e temáticas, reafirmando a função social de valorização da cultura, literatura e de produções científicas regionais pela Editora Dalcídio Jurandir, em consonância ao que estabelece o Decreto nº 272/2019 do Governo do Estado do Pará que visa levar conhecimento a sociedade paraense.

A coletânea de livros da Comissão da Verdade no Pará ao reunir relatórios finais das pesquisas e análises realizadas em contextos de violações de direitos humanos, torna evidente a necessidade de levar ao conhecimento da sociedade as violações graves ocorridas em um passado não muito distante e que jamais deverão ser esquecidas.

As ameaças à democracia, aos direitos humanos, ao meio ambiente e aos direitos de Povos e Comunidades Tradicionais ainda persistem, e a edição deste livro através da Editora Pública Dalcídio Jurandir da IOEPA fortalece a importância de proteção dos direitos constitucionais, que devem ser garantidos pelo Estado e por toda sociedade, e trazer ao leitor estas importantes obras, reafirma a necessidade de um Estado democrático que respeite os direitos humanos e os princípios constitucionais, para assim fortalecer a democracia e o direito à vida e a liberdade.

Não restam dúvidas da necessidade de se apurar toda e qualquer forma de violação aos direitos humanos e por isso, levar à sociedade as informações produzidas pela Comissão da Verdade através desta publicação, torna transparente e evidencia a seriedade do trabalho produzido.

Assim sendo, desejamos uma boa leitura e que o conhecimento adquirido através deste livro possibilite uma reflexão crítica sobre os fatos históricos ocorridos em nosso Estado e da necessidade de garantir a manutenção da democracia em nosso país, onde todos e todas possam viver em plena liberdade e com direitos garantidos como estabelece a Constituição Federal.

Mailson Lima Nazaré

Editor e Coordenador da Editora Pública Dalcídio Jurandir

ÍNDICE COMPACTO

TOMO III

Capítulo 9: Ditadura e Gênero.	25
Capítulo 10: Justiça de Transição: Situação atual, sugestões para efetivação nacional e repercussões no estado do Pará. .	269
Capítulo 11: Recomendações.	471

ÍNDICE GERAL

APRESENTAÇÃO RELATÓRIO COMISSÃO	21
---------------------------------------	----

CAPÍTULO 9

DITADURA E GÊNERO.....	27
Introdução	27
I. Onde estavam as mulheres em 1964?	29
O prelúdio	30
O prelúdio com a CEV-PA	34
Mapeando as pesquisas publicadas	38
Metodologia e Fontes	45
Referências Bibliográficas	54
Referências Eletrônicas:	59
Anexo 1 - Taquigrafia Leila e Isa Jinkings	61
Anexo 2 - Taquigrafia de Dulce Rosa de Bacelar Rocque e Aurilea Abelém	124
Anexo 3 - Taquigrafia Hecilda Veiga.....	190
Anexo 4 - Nota biográfica de Auriléa Gomes Abelem ...	240
Anexo 5 - Nota biográfica de Dulce Rosa de Bacelar Rocque	248
Anexo 6 - Nota biográfica de Leila Maria Tavares Jinkings.....	250
Anexo 7 - Nota biográfica de Maria Isa Tavares Jinkings..	254
Anexo 8 - Nota biográfica de Violeta Refkalefsky Loureiro	258
Anexo 9 - Notas biográficas de Telma de Carvalho Lobo	261

CAPÍTULO 10

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: SITUAÇÃO ATUAL, SUGESTÕES PARA EFETIVAÇÃO NACIONAL

E REPERCUSSÕES NO ESTADO DO PARÁ269

Introdução.....269

1. JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO 271

1.1. Conceitos e aspectos gerais da Justiça de Transição. 271

2. Elementos presentes e tratados pela Justiça
de Transição.....274

2.1. Imprescritibilidade..... 274

2.2. Tortura..... 275

2.2.1. Atos de tortura..... 278

2.2.2. Saúde mental 280

2.3. Punibilidade – criminalização..... 284

3. Aspectos gerais da Justiça de Transição na
América Latina285

4. Aspectos gerais da Justiça de Transição no Brasil 288

4.1. Início 288

4.2. Fases 289

4.3. Ações 295

4.3.1. Estatais 295

4.4. Eixos da Justiça de Transição 296

4.4.1. Memória e verdade..... 296

4.4.2. Reparação das vítimas 299

4.4.3. Reforma das instituições 319

4.4.4. Justiça 320

5. Justiça de Transição e povos do Pará..... 323

5.1. Guerrilha do Araguaia – Breve histórico..... 323

5.1.1. Introdução 324

5.1.2. Ações e campanhas militares praticadas
pelas Forças Armadas..... 324

5.1.3. Operação limpeza	326
5.1.4. Consequências na região e ações suportadas pelos camponeses	328
5.1.5. Mapa da Guerrilha do Araguaia.	330
5.2. Batalha dos Perdidos – Breve histórico	333
5.2.1. Localização e partícipes	333
5.2.2. Objeto do conflito	335
5.2.3. Resistência dos posseiros, conflito e atuação do Clero	337
5.2.4. Ações do Estado	343
5.3. Indígenas	348
5.4. Outros conflitos	350
5.5. Dados complementares e necessários à compreensão do espaço e tempo	351
5.5.1. Características gerais da Guerrilha do Araguaia e da Batalha dos Perdidos.	355
5.5.2. Características dos camponeses do Pará.	359
5.5.3. A presença das Forças Armadas no Pará pós-Guerrilha do Araguaia – Monitoramento ostensivo	368
5.5.4. Lista nominal de camponeses atingidos pela Guerrilha do Araguaia e pela Batalha dos Perdidos, e que a CEV-PA dispõe de entrevista e/ou Escritura Pública Declaratória.	375
6. Proposições para a efetivação da Justiça de Transição. .418	
6.1. Pontos principais	418
6.2. Responsabilização	420
6.3. Direito Transicional.	421
6.3.1. Introdução ao Direito Transicional	421
6.3.2. O que é Direito Transicional	425
6.3.3. Elementos do Direito Transicional.	427

7. Princípios, normas e outros a serem considerados para efeito da interpretação do Direito Transicional . . .	429
7.1. Legislação simbólica	429
7.2. Inconvencionalidade da lei ou controle da convencionalidade	431
7.3. Poder Judiciário e Justiça de Transição	434
7.4. Interpretação das normas sobre Direitos Humanos	437
7.4.1. Direitos Humanos e as fontes de interpretação das normas	437
7.5. Hierarquia das provas e livre convencimento motivado do juiz	443
7.6. Mínimo existencial	444
7.7. Inversão do ônus da prova	444
7.8. História oral como meio prova	445
7.9. Presunção da veracidade.	445
7.10. Princípio da Equidade.	446
7.11. Teoria da Ponderação	446
7.12. Ausência de paridade de armas.	447
7.13. Princípio da Isonomia.	447
7.14. Justiça	448
7.15. Direito	449
8. Forma de aplicação na Justiça de Transição	450
9. Direito de Transição e os povos do Pará	450
10. Conclusão	455
11. Bibliografia	457

CAPÍTULO 11

RECOMENDAÇÕES.....471

1. Povos indígenas - Recomendações da CNV
(Tomo II, Texto 5).....474
2. Comunidade LGBT - Recomendações da CNV
(Tomo II, Texto 7).....476



APRESENTAÇÃO

RELATÓRIO COMISSÃO

Quando, no dia 5 de outubro de 1988, o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, apresentou à sociedade brasileira a nova Constituição, fruto de mais de um ano de intensas e polêmicas discussões, afirmou: “Não é a Constituição perfeita, mas será útil, pioneira, desbravadora, será luz ainda que de lamparina na noite dos desgraçados. É caminhando que se abrem os caminhos. Ela vai caminhar e abri-los”. Não é o caso aqui de se comparar tamanhos, alcances e importâncias, mas a sensação que temos ao chegar a essa etapa do relatório da Comissão Estadual da Verdade do Pará, é similar. Não é um relatório perfeito, exemplar, intocável. Ainda assim é um documento histórico e único na contemporaneidade do Estado.

Não foi um caminho fácil chegar até aqui. Pelo contrário. Ao longo dos últimos anos, os percursos foram pedregosos, repletos de armadilhas e desvios. Praticamente sem poder contar com o prometido apoio do Governo do Estado quando, no já tão longínquo ano de 2014, oficialmente foi instalada a Comissão, os trabalhos precisaram ser interrompidos muitas vezes, pelas inúmeras dificuldades encontradas em sua execução.

Algumas dessas dificuldades foram traduzidas em perdas irreparáveis. Paulo Fonteles Filho e Egidio Sales Filho, verdadeiros timoneiros dessa nau, tomaram ao longo do caminho. Foram momentos em que o cansaço, a dor, a tristeza, quase nos impediram de seguir adiante. Apesar de ambos carregarem o ‘filho’ nos nomes, foram eles que nos deixaram órfãos, quase desamparados. Eram dois dos mais entusiastas e abnegados defensores do relatório aqui apresentado. Por eles e pelo senso coletivo de justiça social, persistimos.

Podemos dizer, sem medo de estarmos exagerando, que o país que viu nascer os trabalhos dessa Comissão, era outro. Apesar das dificuldades

e dos embates vividos, ainda era um país ancorado na democracia, mesmo frágil, como sempre foi nosso estado democrático. Ainda assim, é necessário repetir, era a democracia que amparava o Brasil. E era em nome dessa democracia que buscávamos trazer à luz, o pedaço ainda obscuro de nossa história recente, a dos desmandos, violências e censuras da ditadura civil-militar imposta à sociedade brasileira por mais de duas décadas.

Menos de dez anos depois dos primeiros passos de nossos trabalhos, o Brasil amarga um retrocesso que parecia inconcebível quando adentramos o século 21. A censura retorna de forma não tão velada, o genocídio indígena se aprofunda, os direitos de minorias são atacados abertamente pelo Governo Federal, direitos trabalhistas são jogados pela janela, o meio-ambiente sofre seu mais terrível ataque em décadas, a tal ponto que corremos o risco de ver a floresta amazônica chegar a um ponto irreversível de não-retorno. A exploração mineral ilegal expulsa descendentes quilombolas e indígenas de suas terras, o agronegócio avança de forma incessante, afetando diversidades culturais, econômicas e biológicas, enquanto milícias rurais e urbanas armam-se até os dentes ameaçando vidas. A arte e a cultura são atacadas ferozmente por quem mais devia defendê-las. A educação é vilipendiada. Instituições reguladoras e fiscalizadoras são desmontadas e aparelhadas. A mentira e a desinformação são incentivadas oficialmente.

No meio de todo esse cenário, temos um estado aparelhado por militares que, sem competência técnica, ocupam espaços decisórios em diversos escalões da União. E percebemos uma tentativa canhestra de reescrever a história, alçando ditadores e torturadores à condição de heróis e salvadores nacionais.

A democracia brasileira corre perigo real.

O relatório apresentado aqui é um foco de resistência. Ao lembrar, relatar, testemunhar, colocamos nossas vozes e corpos em prol de um estado democrático verdadeiro. Resistimos aos ataques ao republicanismo, à tentação autoritária, ao desmonte de conquistas sociais e políticas do povo brasileiro.

Nossas pernas foram curtas, nossos braços não tão fortes. Mas a vontade, o esforço e dedicação foram imensos. Esbarramos em nossas próprias limitações, mas isso não impediu que seguíssemos adiante. Foram inúmeras

horas ouvindo testemunhos históricos, pesquisando dados, contextualizando fatos. Seguimos o exemplo de outros trabalhos similares realizados em praticamente todo o país. Chegamos ao fim de nossa tarefa com um sentimento de ter feito o possível para entregar à sociedade paraense um documento realista e exequível dentro das possibilidades e realidades apresentadas.

Que seja esse relatório não um ponto final, mas um ponto de partida, um pequeno farol que ilumine travessias, não só de pesquisadores e estudantes, mas de fato, toda a sociedade paraense. Que dele possamos afirmar que, mesmo imperfeito, é uma armadura a nos defender quando a violência obscurantista vier bater à nossa porta.

É preciso lembrar para não esquecer. É preciso refletir para não repetir. É preciso conhecer para não sucumbir.

Carlos Bordalo

Presidente da CEV/PA

Deputado Estadual





CAPÍTULO 9

DITADURA E GÊNERO

DITADURA E GÊNERO

Grupo de Trabalho
Memória e Ditadura

Linha Temática
Ditadura e Gênero

Membro da CEV-PA:

João Lucio Mazzini da Costa

Coordenação e pesquisa do relatório:

Jaime Cuéllar Velarde (Historiador – Seduc/PA)

INTRODUÇÃO

Dos 125 nomes dados como desaparecidos oficiais pelo livro Brasil Nunca Mais, a partir da violência da ditadura a partir de 1964, menos de 20 são de mulheres. Aparentemente pode parecer um número pequeno. É um engano.

A participação feminina contra o autoritarismo da ditadura civil-militar-empresarial que assolou o país por mais de duas décadas, foi intensa e, em contrapartida, as respostas dos porões militares não pouparam o corpo feminino.

Há muito se sabe que a violação física e psicológica contra as mulheres é uma estratégia de guerra. Soldados costumam violentar mulheres em territórios ocupados por batalhas. A ditadura brasileira fez isso no Pará, com policiais militares estuprando mulheres no episódio conhecido como Guerra dos Perdidos, no interior paraense.

O corpo feminino é alvo. Sempre foi. E se elas militam diretamente em ações políticas, isso as torna duplamente alvo. Como relata o livro Brasil

Nunca Mais, “o sistema repressivo não fez distinção entre homens e mulheres. O que variou foi a forma de tortura. Além das naturais diferenças sexuais da mulher, uma eventual gravidez a torna especialmente vulnerável. Por serem do sexo masculino, os torturadores fizeram da sexualidade feminina objeto especial de suas taras”.

A sanha de violência, que atingiu homens, mulheres, crianças de forma indistinta, sempre alcança duplamente a população feminina. O que o artigo produzido a seguir mostra, é que a resistência feminina paraense nos grupos clandestinos ou não de oposição à ditadura foi um capítulo importante na luta pela democracia.

São diversos os nomes que poderiam ser destacados nesse sentido. Nomeá-las aqui seria uma injustiça pela possível ausência de nomes, mas é de fundamental importância termos a exata compreensão de que desde os primórdios dos tempos, a presença feminina é o que sempre deu sentido a revoluções e mudanças político-sociais nas sociedades.

E é preciso entender que, no caso do período que vai de 1964 a 1985, a violência se estendeu a mulheres indígenas, quilombolas e camponesas, não se restringindo a mulheres urbanas e militantes de grupos políticos organizados. A violência pode até ser invisibilizada, mas sempre esteve lá. Essa é uma das máculas do país.

I. Onde estavam as mulheres em 1964?

Vivi ativamente e meus cabelos brancos demonstram isso; tenho coisas importantes que fiz e vivi para poder recordar; as risadas que dei ficaram gravadas nos sulcos profundos do meu rosto. Compreendi a importância da liberdade que o envelhecimento traz ganhando assim o direito, como mulher, inclusive, de ter opinião e até de estar errada (Dulce Rosa de Bacelar Rocque).

Onde estavam as mulheres em 1964? indagou o Prof. Dr. Gerson Rodrigues de Albuquerque (UFAC), na condição de examinador do texto de qualificação da dissertação seminal deste texto, no ano de 2012. Aquela pergunta inquietou-me para buscar uma interpretação histórica cuja participação feminina ganhasse visibilidade na historiografia. De posse daquele questionamento, permiti-me avançar em perspectivas ainda não pensadas na tecedura amazônica do tema da exceção instalada no Brasil a partir de 1º de abril de 1964.

Em edições *on-line* de jornais, encontrei uma entrevista sobre uma mulher chamada Dulce Rosa de Bacelar Rocque em autoexílio. Saiu do Brasil, em 1969, em direção a Moscou (URSS), com o subterfúgio de especialização na formação do recém-concluído Curso de Economia/UFPA. Anos depois, o autoexílio ganhou o argumento de proteção das garras dos censores e torturadores do regime de exceção. Antes de embarcar para a fria capital russa, nos meses seguintes ao abril de 1964, Dulce Rosa havia sido cooptada pelo Partido Comunista do Brasil, em Belém (PA). Fez-se um importante quadro do partido fazendo incursões nas prisões da capital paraense para reconhecer presos políticos, cedendo a casa da família para reuniões do partido, tomando iniciativas de organização da resistência. Na Itália, agiu enviando cartas para a imprensa com denúncias sobre o processo de autoritarismos no Brasil, hospedando exilados políticos brasileiros na Europa e até arrecadando fundos para o PCB.

O PRELÚDIO

A matéria, publicada pelo jornal O Liberal, em 04 de janeiro de 2009, versava sobre sua formação acadêmica no Brasil, na extinta União Soviética (ali estudou Economia Política) e na Itália, na cidade de Bolonha (onde cursou Economia e Comércio, fez pós-graduação em Programação Econômica do Território, além de Direito Público). A jornalista Iva Muniz assinava a matéria. Curiosamente, uma mulher era responsável pela garimpagem da presença feminina no processo de resistência ao Golpe Civil-Militar.

Era o ano de 2012, na qualificação de mestrado do Programa em “Comunicação, Linguagens e Cultura”, ofertado pela Universidade da Amazônia. Na ocasião, foi gestada a dissertação intitulada “No Crepúsculo: Memórias Subversivas da Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense (1964-85)”. A preocupação era conhecer o cotidiano, a partir da realidade da Amazônia Paraense, de resistências dos sujeitos culturais ao longo do processo ditatorial de 1964-85. Inicialmente, havia 07 entrevistados homens no corpo da argumentação, daí a razão de buscar o entendimento sobre a invisibilidade de personagens femininas na “minha” pesquisa e na maior parte das produções historiográficas.

De posse daquela provocação, encontrei a Sra. Dulce Rosa de Baccalar Rocque e tratei de entrevistá-la para transcrever imediatamente suas falas, analisá-las e dar cabo ao problema sugerido pelo Dr. Albuquerque. Entretanto, o depoimento de Dulce Rosa foi um ponto fora da curva dentre todos os depoimentos masculinos que eu tinha até aquele momento. Quando havia entrevistado os depoentes homens, por mais que alguns sentimentos, como o medo ou insatisfação emergissem, eram sempre emoções comedidas ou contidas. Como um padrão comportamental encaixotado, encapsulado. Eram homens na racionalização de sentimentos tal qual exige a sociedade patriarcal. Sobre esta constatação, não seria absurdo afirmar que as posturas de homens e mulheres são tipificadas e delimitadas pelas exigências dos papéis masculinos e femininos. E a fala daquela mulher me conduziu a jantares, roupas, joias, salões de festa, relações familiares, laços de afeto e amizade, dentre outras cenas da realidade amazônica da década de 1960. Portanto, a narrativa pelas lentes de

uma mulher foi sumamente inovadora para as possibilidades de compreensão da temática ali tratada. A bibliografia regional ainda não permitiu tal viés de interpretação.

Assim, para conhecer melhor o cotidiano conflituoso da política e economia da Amazônia Paraense restava-me fazer novo mergulho nas memórias acerca daqueles tempos. Desta vez, priorizando universos das memórias de/sobre mulheres filiadas a partidos políticos de oposição ao novo regime. E nesta questão, uma fala de Dulce Rosa deixou-me deverasmente inquieto:

Digamos que veio o golpe, eu acho que é mais importante falar esta ocasião aí, quando aconteceu o golpe, no primeiro dia de aula, no dia 02 de abril depois do golpe estava tudo muito estranho na faculdade, metade dos alunos tinham desaparecido e tinham se escondido e durante muito tempo ficaram escondidos. Pouco a pouco, começaram a voltar, mas alguns foram presos. Foram presos até mesmo no dia primeiro, no dia dois [de abril] porque quando se descobriu que era verdadeiramente um golpe as pessoas começaram a tentar se esconder e a fugir (Dulce Rosa Bacelar Rocque, entrevista concedida em 28/dez./2011).

Olhar o golpe sob a perspectiva do “2º dia” foi uma perspicácia que, até então, não havia sido mencionada pelas fontes orais ou historiografia. Nas recordações de Dulce Rosa sobre o golpe há o “2º dia”. É o “estranhamento” pelas ausências no campus e “o medo” sentido pelos estudantes. A narrativa daquela militante do PCB à altura do Golpe de 1964 inaugurou em mim uma forma peculiar de analisar os 21 anos seguintes.

Sobre o golpe em si, há explicações de origem com enfoques distintos. Por exemplo, explicações de origem interna mapeiam os governos de Jânio Quadros e João Goulart como caóticos e, portanto, propícios para o golpe. Paralelamente, autores com análises sobre a influência externa interpretam o golpe como consequência da correlação de forças da guerra fria. *Pari passu*, os estudiosos estruturalistas, sociólogos em sua maioria, explicam o golpe como produto do passado brasileiro pouco afeito com as liberdades políticas.

Assim, por opção político-metodológica, recortei o ambiente das peculiaridades regionais para esta proposta, sem amarras a correntes interpretativas, mas sempre recorrendo ao diálogo com elas. E, pela (in)disciplina dos Estudos Culturais em seguir a diversas áreas do saber, vez ou outra, enveredarei pela Psicologia.

Para suprir ausências de agendas possibilitadoras de vozes femininas como protagonistas sobre o período em tela, por ocasião da XVI Feira Pan Amazônica do Livro/2012, organizei uma Roda de Conversa intitulada “Discutindo a Ditadura Civil-Militar”. Ali, propositadamente, na condição de único organizador, selecionei somente mulheres para fazer parte do evento. Eram Isa Jinkings, Dulce Rosa de Bacelar Rocque e Eneida Guimarães. E, para mediar a atividade de memórias, convidei Edilza Joanna de Oliveira Fontes, Dra. em História. E apesar de ter engendrado todo o evento, me coloquei na condição de observador sob o argumento de não eivar quaisquer memórias.

As três mulheres protagonistas daquela festa de Mnemósine foram convidadas por terem laços em comum. Vejamos: a primeira, filiada ao PCB, é viúva do livreiro comunista Raimundo Jinkings. Foi preso em 1964 por ocasião do golpe e, perseguido pelos tentáculos da ditadura, foi cercado de direitos civis, chegando a ser demitido do Banco da Borracha sem alegações cabíveis e chegou a vender farinha numa feira da cidade de Belém para obter sustento para sua família. Pois Isa Jinkings, seja arrecadando as finanças do Partido, seja provendo, passou a atuar diretamente em substituição ao marido preso, demonstrando a peculiaridade de articular suas ações no âmbito público e privado.

A segunda, também filiada ao PCB, saiu do Brasil em 1969 para estudar em Moscou, capital da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Viveu 35 anos entre Rússia e Itália. Nos dois países, estudou Economia Política, Economia e Comércio, Programação Econômica do Território e Direito, e trabalhou aplicando tudo isso. Mesmo fora do Brasil, lutava pela redemocratização denunciando a ditadura de todas as formas possíveis e ajudando os exilados. Retornou ao Brasil em 2004 e instalou residência no bairro da Cidade Velha. Hoje em dia, se dedica à árdua defesa, principalmente, dos direitos constitucionais de preservação do patrimônio histórico público.

Colaboradora e incentivadora de projetos de memórias com vistas a denunciar os autoritarismos do Golpe e Ditadura Civil-Militar no Pará.

A terceira, filiada ao PCdoB, atualmente é Secretária Estadual de Formação e Propaganda do PCdoB/Pará, militante comunista feminista emancipacionista, uma das fundadoras da União Brasileira de Mulheres, Mestre em Sociologia. Foi presa e perseguida, junto com seu marido, pela Ditadura Civil-Militar. Viveu na clandestinidade até 1969, quando foi anistiada. Vive no Pará desde 1979 onde dedica sua formação e luta em prol da causa feminina. Atualmente, luta pela implantação da Comissão da Justiça para investigar e punir os crimes cometidos durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil.

Por se tratar de um evento de grande porte na região e organizado por uma pauta governamental, como é a Feira Pan Amazônica do Livro de Belém (PA), aquele primeiro advento de memórias de mulheres militantes de partidos de esquerda à época do golpe, foi único e incomparável. Aquela Roda de Conversas composta somente por mulheres permitiu a extrapolação de barreiras impostas pelo monolítico ambiente andro-político há muito cristalizado. Os registros estão gravados em áudio e vídeo prontos para serem analisados à luz da academia.

Diante de tudo, ainda que seja necessário considerar as interpretações já cristalizadas/tradicionais, percebo o quão é necessário regionalizar o entendimento acerca do processo ditatorial a partir de sujeitos históricos novos para a perspectiva acadêmica. Para a materialização, esta proposta de estudo tem como problema íngreme a análise do cotidiano das resistências à Ditadura Civil-Militar (1964-85) a partir da ótica de mulheres militantes. Não se trata de uma inquietação rumo a uma “justiça historiográfica” priorizando a narrativa feminina em detrimento da masculina. A meu ver, novo erro. Por isso, tampouco tenho a intenção em adentrar na seara das disputas sexistas de gêneros, tão significativas nos últimos quarenta anos enquanto fenômeno cultura do feminismo, conforme ensina Schiebinger (2001).

Com papéis previamente delimitados pela sociedade patriarcal, nem sempre as mulheres atenderam tal expectativa. Embora muitas vezes tenham implodido tais espaços rigidamente demarcados. Essas implosões vêm sendo negligenciadas na escrita acadêmica da região norte, como se estas inexistissem no processo de resistências.

O PRELÚDIO COM A CEV-PA

Esse quadro foi pensado quando se deu a criação da Comissão Estadual da Verdade, pela lei estadual 7.802, de 31 de março de 2014, com vistas a apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, conforme prevê a seminal Comissão Nacional da Verdade, criada pela Lei Nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.¹ Sob minha intervenção, foi criado o Grupo de Trabalho com enfoque na “violência contra a mulher, suas consequências e impactos”. Inclui a violência sexual numa perspectiva para além da violação sexual propriamente dita, e a violência contra as crianças. Na CEV-PA, por decisão em reunião ordinária, foi criado o Grupo de Trabalho Memória, com a Linha Temática de Gênero e Ditadura, sob minha coordenação.

Em âmbito local, o GT pretendia dar visibilidade ao sofrimento das mulheres diretamente envolvidas no conflito, daquelas que participaram de movimentos de resistência (impossível ignorar o protagonismo das mulheres na busca pela verdade, pela apuração dos crimes do período e na luta por anistia) e daqueles cujos familiares foram vítimas de perseguição política, foram mortos ou seguem desaparecidos. Ou seja, para além da violência sexual, considereirei no exame das graves violações de direitos humanos, a carga extra que a ditadura impôs às mulheres – caso, por exemplo, daquelas que, sozinhas, tiveram de assegurar a sobrevivência de toda a família a partir da morte ou desaparecimento dos maridos.

A pesquisa com mulheres representou um desafio à CEV-PA: o de incorporar transversalmente a questão de gênero em seu Relatório Final. O que implica em lidar diretamente com a dissolução, bastante observada em períodos como o ora em análise, da fronteira entre o público e o privado.

No âmbito nacional, o GT estabeleceu acordo de cooperação com o escritório de ONU Mulheres, o que permitiu a vinda ao Brasil da especialista Julissa Mantilla, da Comissão da Verdade do Peru, para um primeiro workshop sobre o tema. Este fato inspirou a CEV-PA mas jamais chegou próximo de acontecer algo mais rebuscado tal como oficinas, pa-

¹ Sobre a Legislação da criação desta Comissão, ver: <http://migre.me/ocWyx>

lestras ou quaisquer formações teóricas que pudessem instrumentalizar a pesquisa no âmbito regional. Somam-se ainda pesquisas em acervos como os da Fundação Patrícia Galvão, Zuzu Angel e no Centro de Documentação e Memória da UNESP – CEDEM. Igualmente, segundo o Comitê Paraense pela Verdade, Memória e Justiça, desde 2009, cerca de 50 milhões de documentos arquivados pelo Conselho Nacional mostram aproximadamente 150 desaparecidos políticos desde o período do ditatorial. Especula-se que metade dos desaparecimentos pode ter ocorrido no Pará. Isso implica, nas relações de gênero, grande proporção de mulheres (viúvas, mães, filhas etc.) vítimas da política de Estado que propunha a tortura e, conseqüentemente, mortes para todos e todas que rechaçassem a ditadura.

Inspirado nos moldes produzidos pela Comissão Nacional da Verdade, o GT no Estado do Pará, aspirava ouvir e dar visibilidade às narrativas de todas as mulheres dispostas a externar suas histórias de vida – em público ou anonimamente. Embora não restem dúvidas de que as verdades independem de gênero, a CEV-PA buscou propiciar às mulheres condições mínimas para emergir de suas memórias em silêncio. Não apenas para reconhecê-las como vítimas da violência do período, mas também percebê-las como protagonistas dos processos de resistências e apoios ao regime ditatorial. Com essa metodologia, destacou persistências de padrões ou arranjos dos Aparatos de Estado de violências. Ao conjunto destes procedimentos denominados “Oitivas”, é preciso debruçar as análises desta proposta.

Pelo golpe e decorrente ditadura, todos, homens e mulheres, jovens e velhos, diversos segmentos sociais, políticos e culturais, sem exceção, tiveram suas vidas radicalmente transformadas direta ou indiretamente. As matérias jornalísticas, dedos em riste, comentários burlescos ao caminhar pelas ruas, passaram a fazer parte da cena cotidiana dos antagonistas. Por conta disto, as marcas de remorsos, sofrimentos, ressentimentos, esperanças, orgulhos, altivez, estão nas narrativas, trejeitos e performances de todos os entrevistados para a pesquisa e produção da dissertação de mestrado apontada acima. O texto final rendeu possibilidades de outros avanços, com novas inferências. Dentre elas, para este estudo percebi a necessidade de mapear e analisar perspectivas femininas acerca do golpe e processo ditatorial.

A historiografia brasileira já vem anotando a presença feminina na História. Não tenho a empáfia de inovar nesta seara. Há inúmeros trabalhos que deixaram de mostrá-la como uma mera vítima sofrendo passivamente e, ao contrário, passaram a percebê-la como atuante e senhora dos rumos de sua vida.

Em um primeiro momento, aponta Perrot (2005), a mulher foi vista como o resultado das condições socioeconômicas e como vítima, despida de qualquer consciência e atuação histórica. Já na década de 1980, os estudiosos e estudiosas adotaram novas posturas diante desta personagem. Assim, passaram a investigar as mulheres enquanto *sujeitos* históricos, analisando seu cotidiano a partir das ideias de resistência e da transformação da sua realidade.

Com Joan Scott (1992), a temática feminina, na Europa e nos Estados Unidos, veio à tona por meio das ações na política, mais precisamente à política de gênero. Seu auge ocorreu entre as décadas de 1960-70, justo quando assumiram o controle de sua vida reprodutiva, com a disseminação da pílula anticoncepcional, e ampliaram sua participação na educação, no mercado de trabalho e na política. De fato, sobre a atuação da mulher na política, Pinheiro (2007), bem aborda sobre a participação de brasileiras no processo de confecção da Constituição do Brasil, em 1998. Assim como ilustra as lutas pelos cargos constituintes, como nos pleitos eleitorais vindouros.

Com Merlino (2010), e sua publicação de relatos de mulheres que resistiram em diversos momentos da história recente, houve a certeza historiográfica de mulheres saindo de fato do limbo da escrita. Intitulado “Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino”, o livro caiu como uma luva para inúmeras outras pesquisas com o binômio História Oral X Mulheres. Naquela publicação há o depoimento, dentre outros, de Hecilda Fonteles Veiga, presa política e torturada em Brasília quando grávida, em 1971. Única paraense na coletânea, é mostrada como presa política, torturada e resistente à ditadura. Adiante, neste mesmo texto, temos a Oitava desta.

Del Priore (1998), alertou sobre o processo de acolhimento da mulher na escrita histórica. Avisou que se evocavam as “heroínas” dos séculos anteriores dadas a conhecer em suas “trajetórias similares aos congêneres masculinos, o que muitas vezes significava o mesmo que regalar-lhe a visi-

bilidade através do reconhecimento de sua atuação na esfera pública, confirmando sua excepcionalidade.” Ou seja, caindo no mesmo erro da valorização do “grande vulto”.

Já em 2012, as autoras Gianordoli-Nascimento, Trindade e Santos, produziram um inovador apanhado sobre a militância das mulheres ao longo do processo ditatorial. Elencando ações, estratégias e participações políticas, não deixaram de lado a sensibilidade dos afazeres privados junto a famílias, filhos e trabalho.

Desta forma, na Amazônia, é *mister* retirar o gênero feminino da clausura representada pela exclusão e esquecimento e evidenciá-las como sujeitos cujas peculiaridades interferem em suas lutas pelo poder, com cotidianos conflituosos e arquiteturas diárias no trabalho, política e sociedade.

Concordando que estamos em plenas “batalhas da memória” (REIS, 2004), faz-se necessário capturar e analisar as falas negligenciadas pela atual escrita amazônica sobre o golpe e ditadura. Elas, as mulheres contemporâneas filiadas a partidos políticos, seguem na cena diária, como sempre estiveram em outros tantos momentos da história. Suas atuações estão à vista seja concedendo entrevistas cuja temática envolve o passado vincado pela dor; seja operando com identidades sabiamente arquitetadas para dar vazão a seus projetos de emersão; seja atuando junto a homens com papéis delimitados pela condição do “ser mulher”. O que importa é que estão nos palcos como protagonistas ou figurantes. Mas “estão” e “são” personagens.

Assim, é necessário perceber o quão há muito para analisar sobre o golpe e Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense a partir das narrativas femininas que, operando em conluio com seus afazeres domésticos e conluio com a militância em partidos de esquerda, considerando suas participações nos testemunhos, memórias, inferências e juízos de valor em todos os processos de resistências ao longo de 21 anos de tensões, mas após esse período prosseguem vincando posições.

Sendo assim, nos dizeres de Sarlo (1997), este projeto pretende valer-se da memória e narrativas históricas como ferramentas contra o esquecimento. É, portanto, um instrumento de compreensão do regime. As testemunhas estão à espera e devem ser historicizadas.

MAPEANDO AS PESQUISAS PUBLICADAS

Constatada a lacuna historiográfica sobre essas mulheres, busquei levantar o material produzido sobre o tema. Apesar dos esforços produzidos, constatei retumbante silêncio por parte do principal de pesquisa historiográfica na região norte, o PPHIST (Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará).

Em 2004, com recursos dos autores, foi lançado em Belém (PA), o livro de memórias intitulado “1964. Relatos subversivos: os estudantes e o golpe no Pará”. Oito memorialistas, sob o mote de “um pouco antes, um pouco depois” [do golpe], decidiram abrir a Caixa de Pandora dos significados do Golpe Civil-Militar para suas vidas. Passaram-se quatro décadas e o mercado editorial acadêmico, em todo o Brasil, havia encarado o público com palestras, seminários, conferências e toda sorte de publicações com o tema.

Assim, na seara amazônica, aquela publicação cumpria o papel de informar, mas também exigir dos leitores uma postura mais acirrada na repulsa aos autoritarismos do passado. Ao mesmo tempo, a luta em prol do reavivamento daquelas memórias emergia como uma maneira de dizer não a um presente incerto (SARLO, 1997).

Ao término de sua leitura, inquietações para o entendimento sobre os anos de chumbo haviam aumentado. Os sebos e bibliotecas nutriam, porém abriam novas perguntas. A internet tornou-se principal ferramenta para se conhecer protagonistas e antagonistas do regime. Entretanto, personagens e tramas ainda estavam atrás das cortinas e conhecê-los passou a ser mais do que curiosidade, alcançou status de necessidade acadêmica. Havia sido encapsulado e sair já não era mais alternativa possível.

Iniciei a investidas em livrarias, sites especializados, sebos, para aplacar ânsias por conhecer mais sobre o tema. Assim, ordenei a seguir as leituras que foram significativas e hoje compõem repertório sobre o tema. Em julho de 1985, capitaneado e prefaciado pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, sob os cuidados da Editora Vozes, estourou no colo dos militares o livro “Brasil: Nunca Mais” (ou BNM, como é comumente chamado). A pesquisa foi densa e ocorreu nas barbas dos gene-

rais, conforme marca aquele prefácio. A obra discorria sobre os castigos cruéis, desumanos, nos porões da ditadura. Não se eximiu de abordar o sistema repressivo do Estado para com o cidadão mediano, mostrou locais de tortura com depoimentos crus de presos/sobreviventes. Nomes, documentos, fotografias, sustentavam a argumentação. Aquela publicação, pela contundência acusadora influenciou os pesquisadores dos anos 1990 e 2000.

Tal publicação, contudo, não ficou sem resposta. Talvez um pouco tarde e sem o mesmo estardalhaço do antecessor, em 2007, foi produzido o livro “Orvil”. Era o contra-ataque dos militares para o BNM. Pouco se sabe sobre as razões da rala e escassa divulgação, mas com “Olho por olho: os livros secretos da ditadura”, de 2009, o jornalista Lucas Figueiredo, narra a história das arquiteturas para produzir o BNM (Brasil: Nunca Mais) e do “Orvil” (a palavra *livro* escrita ao contrário). Segundo Figueiredo, “Orvil” pretendia ser uma resposta ao religioso Dom Evaristo Arns (um dos mentores do BNM) e seus financiadores. Entretanto, como bem observa, não obteve êxito na proporção de seu antagonista. O âmago de “Olho por olho” é, mais do que mostrar como se produziram as pesquisas para os dois livros em questão, mas demonstrar que desde 1979 até 2007 foi travada uma *batalha silenciosa e suja* entre essas duas forças dissonantes. Embora Figueiredo intente mostrar a história dos dois livros, cumpre melhor missão ao demonstrar as astúcias para a produção do BNM.

Com o caminho aberto pelo BNM, como em toda efeméride, o ano de 2004 proporcionou a avalanche editorial esperada.

Elio Gaspari, com quatro petardos intitulados “A Ditadura Envergonhada” (2002), “A Ditadura Escancarada”, (2002), “A Ditadura Derrotada” (2003), “A Ditadura Encurralada” (2004), faz análises desnudando os bastidores do regime. Conforme bem anunciam os títulos, Gaspari carrega o mérito de adensar sua escrita com cunho de denúncia. Muito embora não seja o único, nem o primeiro, o autor produziu forte impacto no mercado acadêmico com análises envolventes e escrita para serem lidas com *dedo em riste* ao mostrar sujeitos arrependidos e o uso despudorado da violência na política de Estado. Seus títulos, por si só, já

anunciavam ruptura com as clássicas análises estruturalistas marxistas que ainda eram majoritárias nas universidades naquele momento.

Somaram-se ainda ao mercado acadêmico os trabalhos de Fico (2004), Kushnir (2004), Reis (2004), Ridenti (2004) e Motta (2004), dentre outras. Todas com a promessa do cunho ineditista e menos arraigado aos ditames do binômio direita-esquerda tão ferrenho durante os anos de Guerra Fria.

Sob as fortes influências de outras perspectivas historiográficas e atendendo aos cuidados metodológicos dos Estudos Culturais, Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta, ainda em 2004, publicaram “O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)”. Na ocasião, os textos arregimentados para aquela publicação proporcionaram um banquete para historiadores mais propensos a abandonar o tradicionalismo. Assim, charges, músicas, textos oralizados, jornais, foram eficazes para demonstrar a polifonia da memória, conforme (REIS: 2004). Já com as múltiplas possibilidades de compreensão das temporalidades para o tema da Ditadura Civil-Militar foi possível alargar horizontes para dar conta de *quem* seriam os sujeitos nos epicentros daqueles 21 anos (DELGADO: 2004).

Em 1993, Marcelo Ridenti, preteriu os ares otimistas e se dedicou aos *acúmulos de derrotas* que abateram as esquerdas brasileiras. Analisando Chico Buarque de Holanda e Caetano Veloso, percebeu que pouco ou quase nada daquelas letras haviam impactado ou evocaram cunho revolucionário. Também trabalhou os documentos filmicos do Cinema Novo, a Guerrilha do Araguaia e os círculos academicistas para chegar às mesmas conclusões: todos haviam passados por mais reveses do que vitórias! Se bem situarmos as pesquisas de Ridenti nos fins da década de 1980, compreenderemos seus anseios de justiça. Anos depois, como um dos autores de “O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)”, suas perspectivas são menos exigentes e mais coerentes com o fato de que as transformações sociais se dão em períodos mais longos que os desejados.

Em 2008, como consequência de uma pesquisa de Mestrado, Maria Ribeiro do Valle, já estava com a 2ª edição do trabalho intitulado “1968: O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil”. Naquele livro, sugeriu a região sudeste como palco maior das resistências

de organizações estudantis. Privilegiando o *locus* da pesquisa naquela região e sequer mencionando a região Norte, acabou por deixar a Amazônia como palco inexistente, nas margens, inclusive dos rios e matas. Sem nenhum trocadilho. O desdobramento positivo da autora reside o método da investigação: jornais, documentos e discursos (de Centros Acadêmicos e das Forças Armadas) para perceber *o povo* (sic) como protagonista na antítese ao projeto de poder dos militares, ainda que a moeda de troca entre ambos tenha sido a truculência dos cassetes e cavalarias, com prejuízos maiores para os jovens inconformados.

Na mesma temática da opressão estatal, Anthony W. Pereira, norte-americano brasilianista, fez abordagem estrutural no cone sul latino. Com “Ditadura e Repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, Chile e na Argentina” (2010), faz paralelos entre a política fascista do Estado Italiano, devidamente constitucionalizada, e a repressão sul-americana, também amparada por dispositivos jurídicos para ter ares de democracia e/ou legitimidade. Com extremo didatismo, e guardando as devidas diferenças e proporções, permite o vislumbrar da “sobrevivência de instituições jurídicas estatais” no âmbito da política ditatorial brasileira. O recado de Pereira é instigante e necessário para a sociedade brasileira e vizinhos latinos.

No norte do Brasil, com destaque para o estado do Pará, por ocasião dos 40 anos de golpe, não há ecos de ações vultosas, com exceção da publicação de “1964. Relatos subversivos: os estudantes e o golpe no Pará”. Dez anos depois, em 2014, houve um sopro de investimentos. Momento em que as memórias em silêncio foram quebrantadas. Com a criação da Comissão Nacional da Verdade, em maio de 2012, alguns setores mobilizaram-se. Assim, o Pará foi palco da criação de três comissões para ouvir testemunhas do período, são elas: a Comissão da Verdade dos Jornalistas do Pará (SINJOR-PA), a Comissão da Verdade César Leite, da Universidade Federal do Pará e a Comissão Estadual da Verdade. Esta última criada em setembro de 2014, pela Lei nº8.702/2014.

Antes da culminância dos 50 anos de golpe, pulularam eventos de História Oral em todo o Brasil com mesas redondas, minicursos, conferências e rodas de conversas versando sobre o tema. No bojo, coordenei

duas Rodas de Conversas com mulheres que vivenciaram o período ditatorial em terras paraenses. Ambas na Feira Internacional do Livro de Belém, Pará, nos anos de 2012 e 2013.

Sobre a produção historiográfica, ainda há necessidade de avanços, salvo honrosas exceções, tais como a publicação de “Chão de Promessas”, de Pere Petit (2003). Petit também é memorável ao dar conta das decisões políticas, com embustes geoestratégicos. O autor esquadrinha atitudes governamentais que modificaram paisagens sociais e políticas desde a exploração gomífera na região (no século XIX) até o advento da Nova República (1985).

Oliveira Fontes (2014), sob o título de “O golpe civil-militar de 1964 no Pará: imprensa e memórias”, também propõe contribuições necessárias para o entendimento do processo ditatorial no Pará. Lança mão dos recursos da História Oral ao analisar depoimentos de jovens estudantes à época do golpe (1964). No mesmo ano, sob o título “O dever da memória e a documentação sobre a Ditadura Civil-Militar na Universidade Federal do Pará”, problematizou os documentos produzidos pela reitoria para comunicar-se com os órgãos de repressão do governo autoritário. Na ocasião, localizou fontes escritas que ainda não haviam sido alvo de consultas ou análises por parte da História. Além destas produções necessárias, a autora, na condição de professora Doutora em História da Universidade Federal do Pará, é (co) responsável por outras tantas pesquisas em curso sobre a temática do Golpe e Ditadura Civil-Militar na Amazônia.

Tony Leão da Costa intitulou sua dissertação de mestrado com “Música do norte: intelectuais, artistas populares, tradição e modernidade na formação da “MPB” no Pará (anos 1960 e 1970)”. Gestado na Faculdade de História, da Universidade Federal do Pará, em 2008, o autor mapeou autoritarismos travestidos de decretos institucionais. Valendo-se de sujeitos pouco percebidos pelos tradicionais, Costa recorreu aos métodos e teorias da História Oral para capturar, analisar e produzir sobre a sabedoria popular do Pará.

No ano de 2011, Carlos Eduardo dos Santos e Santos produziu pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará a pesquisa 14 denominada “Do Ponto de Vista da Caserna: Memórias do Cotidiano e Experiências de Militares da Aeronáutica em Belém Durante o Regime Militar (1964-1985)”. Seu trabalho privilegiou

como sujeitos de análise os próprios militares. Assim as arbitrariedades ganham outras perspectivas, diferentes, é claro, do que dizem as vozes oposicionistas ao poder instituído. O mérito daquela pesquisa reside no fato de recorrer aos atores contemporâneos ao regime.

Raquel Cunha, em Trabalho de Conclusão de Curso, para delimitar os informantes de sua pesquisa, enveredou no tema de forma menos comprometida com os tradicionais. Trouxe para as luzes da cena um padre teatrólogo, por exemplo. Com roteiro de perguntas orientadas pela Antropologia Social, Cunha apontou para um entendimento da cidade de Belém à época do golpe. Destarte, intitulou seu artigo com o sugestivo título de “Um olhar à cidade de Belém sob o Golpe de 1964: paisagens e memórias de estudantes e artistas”. Lançado em 2008, a autora também se dedicou acarear textos orais e discursos jornalísticos. Além de contribuir com cenário da escrita por evidenciar a participação feminina naqueles tempos: Violeta Loureiro, estudante à época do golpe, foi mostrada como ativista política e, acima de tudo, mulher de seu tempo.

Em 2012, na Revista Estudos Históricos, da Fundação Getúlio Vargas, por ocasião de Edição Especial intitulada Anos 60, foi publicado um artigo sob o título “O golpe de 1964 e a instauração da Ditadura Civil-Militar no Pará: apoios e resistências”. O texto é do Dr. Pere Petit, com minha coautoria. Na ocasião, examinamos preferencialmente a participação dos militares e o apoio de setores da sociedade civil ao golpe militar, e a repressão que sofreram os estudantes e organizações de esquerda e políticos “populistas”. Na perspectiva metodológica dos estudos de história local e regional, as principais fontes utilizadas foram os jornais de Belém, livros de memórias, trabalhos acadêmicos e fontes orais.

Em 2015, com minha autoria, foi publicado o texto intitulado “Silêncios da Historiografia Brasileira: O Golpe Civil-Militar em Experiências de Pesquisa no Pará”, na Revista Antíteses. Ali mapeio escritas da História sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil para mostrar que, apesar das difíceis trajetórias que a nação e seus habitantes trilharam em distintas partes de seu território, a experiência dos longos tempos de regime de exceção na Amazônia ficou quase nas dobras das produções historiográficas nacionais. Objetivando problematizar e ampliar esse enredo, com base em experiência

de pesquisa sobre o tema no Pará, apresento os caminhos teórico-metodológicos da dissertação de mestrado “No Crepúsculo: Memórias Subversivas da Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense (1964-15 85), cujo eixo revelador são vivências de *sujeitos culturais* que utilizaram o teatro, a poesia, a trova, a música, a literatura, o discurso político para, de algum modo, contestar as práticas autoritárias dos militares no poder.

Ainda em 2015, sob os cuidados da Editora Prismas – Curitiba (PR), publiquei “Memórias e Sentimentos do Golpe Civil-Militar: Estudos Culturais e História Oral na Amazônia Paraense”. Com revisão bibliográfica ao longo de 3 anos após a conclusão da dissertação, emergiu um texto novo, construído no cotejo com vários estudiosos memorialistas, historiadores, sociólogos, antropólogos. Todavia, os fios que alinhavam as discussões de ordem teórica foram costurados pela metodologia da História Oral na captura das narrativas encharcadas de memórias e sentimentos. Neste caso, a História Oral se constituiu no campo de significações de lembranças, silêncios ou esquecimentos gestados no momento das entrevistas.

Por fim, em 2016, produzi o artigo “Seráfico: memórias do golpe na Amazônia paraense”, versando sobre as impressões que o então estudante José Seráfico de Carvalho, estudante de Direito na Universidade Federal do Pará, teve em 1964, por ocasião do golpe. Este memorialista, dentre outros aspectos a serem destacados, traz a marca de haver sido esbofeteado e preso na noite de 1º de abril de 1964, durante a invasão da Polícia Militar na reunião dos jovens estudantes que estavam presentes na União Acadêmica Paraense.

Com o título “Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985”, Cristina Scheibe Wolff (2007), alerta que os movimentos feministas não estiveram na agenda de reivindicações das mulheres dos movimentos de esquerda. Entretanto, elas estiveram presentes nos processos de resistências. Incluindo aí os grupos paramilitares. Sua proposta de estudo se baseia na compreensão do “gênero como uma construção social, cultural e histórica, sempre relacional, e que define hierarquias e estratégias de poder, territórios e comportamentos para homens e mulheres”. Portanto, o viés do gênero no chão social da ditadura brasileira é, para a historiografia nacional uma possibilidade e, mais do que isso, uma necessidade.

Portanto, apresentada a produção historiográfica sobre o tema ditatorial, nota-se a lacuna de produções nacionais que busquem capturar narrativas femininas nos processos de resistência e/ou participação no contexto amazônico. Destarte, a CEV-PA se coloca como mais um campo de possibilidades para sanar este problema.

METODOLOGIA E FONTES

A metodologia da História Oral foi privilegiada, e está mantida neste projeto de pesquisa, para explorar as narrativas produzidas no corpo-a-corpo da pesquisa. Assim constatei censuras, perseguições políticas e prisões como responsáveis por criar outras perspectivas para as inúmeras paisagens da capital paraense. Na dissertação, constatei paisagens que hoje remetem a um passado doloroso, por exemplo, para os entrevistados Paes Loureiro, Pedro Galvão de Lima e José Seráfico de Carvalho. Paralelamente, o poder público – corroborado por setores da academia responsável pela produção/discussão do conhecimento – das décadas posteriores ao Golpe Civil-Militar construiu significados turísticos ou com enfoque histórico sem ênfase para o período ditatorial que assolou o Brasil por 21 anos. Exemplo visível desse processo está na ressignificação de alguns patrimônios que compõem o chamado Complexo Feliz Lusitânia. Especialmente o espaço hoje chamado “Casa das Onze Janelas” que abriga o “Boteco das Onze” e um espaço de Exposição Permanente de Arte Modernista Amazônica². Em 1964, aquele lugar foi a Quinta Companhia de Guardas com reuniões do CMA (Comando Militar da Amazônia), além de calabouço para aprisionar e deixar incomunicáveis os jovens estudantes acusados de “subversão”. O mesmo espaço foi local de prisão e torturas mentais do comunista convicto e deputado estadual Benedito Monteiro. Em sua obra “Transtempo”, por exemplo, argumenta sobre dúvidas, perguntas e incertezas gestadas a partir de um completo desconhecimento do que acontecia durante o tempo que estava incomunicável na prisão. Dedicou inclusive um capítulo inteiro sobre esta temática.

² Inspirado em: <http://migre.me/6ab8U>, acessado em 10.09.11 – às 15h22.

A Quinta Companhia de Guardas funcionava onde hoje abriga a Casa das 11 Janelas e compõe o Complexo Turístico Feliz Lusitânia. A Casa foi construída no século 18 como residência de Domingos da Costa Bace-lar, proprietário de engenho de açúcar. Em 1768, a casa foi adquirida pelo governo do Grão-Pará para abrigar o Hospital Real. O projeto de adaptação é do arquiteto bolonhês José Antônio Landi. O hospital funcionou até 1870 e depois a casa passou a ter várias funções militares. Em 2001, o Governo do Estado do Pará assinou com o Exército Brasileiro um convênio, alienan-do os terrenos da Casa das Onze Janelas e do Forte do Presépio em favor do Estado. A Casa, como todo espaço inserido no processo histórico, serviu a diversas finalidade e funções no decorrer dos tempos. Assim, ao refletir as atitudes do Poder Público sobre tal patrimônio há clareza da multiplicidade das dimensões que ele assume na paisagem urbana e nas relações sociopo-líticas nas quais se insere. Apesar disto, penso como dever do Estado criar mecanismos de informação para que a sociedade fique a par das historicidades e significados da paisagem e patrimônios que lhe pertencem.

O uso desta técnica/teoria se aplica a este projeto não só por questões metodológicas, mas por fazer emergir memórias há muito em “zonas de silêncio”. Logo, a escolha da História Oral é uma opção política para justi-ça historiográfica ao propor narrativas femininas enquanto protagonistas pouco privilegiadas pela historiografia amazônica.

Neste sentido, esta opção se sustenta no fato de que por meio desta apreendi memórias sobre a temática da Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense, daí os caminhos da pesquisa tornaram-se menos herméticos. Como vislumbrei acima, essa metodologia não é apenas uma técnica de entrevistas preocupada com informações dadas pelos depoentes. É também o campo de significações de lembranças, silêncios ou esquecimentos gestados no momen-to das entrevistas. Assim, conforme assinalei acima, na inexistência de relatos orais devidamente historicizados, é por meio da História Oral que tal proble-ma será sanado. Evidentemente, os documentos escritos capturados em acer-vos públicos ou privados também integrarão o *corpus* da pesquisa.

Tal decisão se ancora nos ensinamentos da sabedoria dos que usam há largo tempo essa preposição historiográfica, assim como o bom senso do *saber ouvir*. Destaco Alessandro Portelli (1993; 1996; 1997a; 1997b; 2010),

Paul Thompson (2002) e Alistair Thomson (1997, 2001) como intelectuais desta vertente teórico-metodológica, conforme assinala Khoury (2010). E por instigação dessas leituras, proponho a seguinte postura: o esquema de perguntas produzido para cada entrevistada não obedecerá a um planejamento inflexível, pois a partir da fala das entrevistadas podem surgir novas perguntas, novas direções. Com isso, pretendo alcançar performances sugerindo meu interesse para que as interlocutoras sigam a narrativa e/ou aprofundem determinada direção, sem moldar as narrativas a uma camisa de força de um roteiro pré-estabelecido.

Para desenhar reflexões e provocar os trechos pinçados das entrevistas, jornais, autores, a opção recairá sobre a teoria interpretativa dos Estudos Culturais, em especial autores como Stuart Hall (2003, 2006), Dennys Cucho (2002), Edouard Glissant (2005), Homi Bhabha (2007), além das pesquisas produzidas por Pacheco (2009; 2009b; 2011) sobre a Amazônia Marajoara em conexões com esta teoria interpretativa. Somando-se a estes, Michael de Certeau (1997), contribuiu decisivamente na construção de significados das práticas dos sujeitos pesquisados.

Ainda por sugestão dos Estudos Culturais, a pesquisa caminhará dialogando com os tradicionais manuais de História Política do Pará. Tal opção, evitará negligenciar a importância de tais compêndios. Assim, pretende narrar experiências de outros agentes históricos como forma de construir perspectivas acerca do cotidiano amazônico à época do Golpe Civil-Militar.

À época da escrita dissertativa é preciso apontar uma necessária observação acerca da relação entre sujeitos e zonas de silêncio: os personagens contemplados não se submeteram à penumbra da escrita histórica por decisão própria. Se a produção acadêmica não os vinculou à construção de astúcias de resistências durante o processo ditatorial, isso se deve tão somente ao tradicionalismo historiográfico de não perceber *novos* sujeitos nas tramas históricas. No caso dos atores pesquisados naquela ocasião são evidentes as estacas fincadas pelos próprios para delimitar seus raios de ação. Produziram seguidamente ao longo dos anos ditatoriais por meio de peças teatrais, músicas, poemas, artigos, cartas, panfletos, reuniões, artigos e ações de repúdio aos autoritarismos. As táticas de sublevação os marcavam ainda mais como subversivos e, portanto, construíram suas identidades sem que isso

fosse necessariamente algo a ser escondido. Afinal, como cheguei até eles se não fosse pelos “sonoros” estardalhaços produzidos desde aqueles tempos?

A pesquisa de mestrado irrigou a necessidade de construção de categorias necessárias para as discussões que envolvem sujeitos sociais enquanto objetos. Desta forma, apresento construtos que, obviamente, inicialmente dialogarão com o novo cenário de investigação. Servirão como possibilidades, podendo ser refutadas, ou não.

A categoria *identidade*, por exemplo, receberá o debate a partir de Hall (2003, 2006) e Cuche (2002). Isso porque ambos discutem variadas possibilidades de compreensão do fazer-se e trajetórias de homens e mulheres na contemporaneidade; e ao longo da pesquisa constatei que sujeitos contíguos ao Golpe Civil-Militar fizeram questão de forjar elementos constitutivos de suas identidades, ao mesmo tempo, sujeitos externos atribuíram elementos outros para representar essas identidades. Isso ocorre porque esses agentes históricos operam suas identidades sociais de acordo com suas atuações artísticas ou profissionais, mas sem olvidar outros papéis construídos em igrejas, famílias, esquinas, cafés, círculos de amizade, etc.

Diante deste quadro, para Hall e Cuche o conceito de *identidade* é controverso, antagonico, movediço, efêmero, flexível, móvel... Adjetivos necessários para dar conta do multifacetado universo de significações que constituem o estar no mundo dos *sujeitos culturais* valorizados pela investigação. Cuche (2002), ao abordar as relações e diferenças entre *identidade* e *cultura*, diz que por oposições simbólicas, a identidade pode manipular e até modificar culturas, em processos inconscientes.

Assim, para Cuche (2002) as categorias existem separadamente, mas estão vinculadas. Isso me instigou a pensar cultura e identidade amazônicas como fenômenos em constante dinamismo. As identidades amazônicas, em especial a dos sujeitos culturais aqui pesquisados, estão carregadas de “oposições simbólicas” que, por sua vez, causam “processos inconscientes” junto à cultura da região. Assim como há oposição, a categoria produz laços de pertencimento. Ao instigar esta reflexão, o texto de Cuche se fez também imprescindível para colaborar e corroborar aspectos da discussão que pretendo travar.

Para Hall (2003), a identidade está pontilhada por uma íntima relação com a cultura popular. Como discuto e percebo os sujeitos culturais em permanente contato com a construção da “cultura popular” na Amazônia Paraense, notei dificuldades para iniciar essa discussão. O mesmo autor também já advertia sobre tal dificuldade ao afirmar: “(...) Tenho quase tanta dificuldade com “popular” quanto tenho com “cultura”. Quando colocamos os dois termos juntos, as dificuldades podem se tornar tremendas” (Hall, 2003, p. 231).

Ao assumir o poder em 1964, os militares provocaram no Pará – como em todo o Brasil – um palco de intervenções na cultura popular visando o controle do imaginário popular. Essa atitude de administrar corações e mentes sempre foi intenção de governos despóticos, aliás, é facilmente constatada em outros momentos da história recente do Brasil.³ No caso paraense, censores passaram a compor um cotidiano de fiscalização e controle de teatrólogos, músicos, poetas. Esses censores, sob o argumento da ordem, moral e bons costumes não permitiam a publicação ou veiculação de ideias subversivas ao regime. Hall, mesmo analisando relações entre cultura e poder na Europa, contribui para reflexões em terras amazônicas.

Isso, claro, não deve ter implicado numa passividade por parte do povo diante de tal projeto de poder. Afinal de contas, para Hall (Ibidem) a cultura “é o terreno sobre qual as transformações são operadas” (Ibidem, p. 232). Na ocasião, o autor já advertia sobre esse palco de conflitos e sobre o fato de que classes sociais e poder dominante estão imbricados pela relação mútua nas lutas culturais. Fenômeno das lutas, aliás, que em momento algum deixou de movimentar-se no período pesquisado.

Sobre a cultura, e percebendo as mulheres mergulhadas ali, cabe avaliar a ação feminina como um constante jogo de acionamentos de papéis, seja no lar, seja nos espaços públicos. Como no teatro, onde os atores acio-

3 Ver a fundação e objetivos do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, no governo golpista de Getúlio Vargas. A Fundação Getúlio Vargas, em seu Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea, traz importantes dados acerca das metodologias utilizadas pelo governo varguista para atingir seus objetivos populistas juntos às massas. Disponível em <http://migre.me/90WZG> - acessado em 12 de abril de 2012, às 15h22min.

nam papeis, as mulheres também criaram específicas táticas múltiplas para burlar a opressão contra amigos, maridos, filhos, conhecidos?

Diante das *táticas de resistência* tão comuns em todos os sujeitos culturais, Michael de Certeau (1997) é evocado para pensar nestas possibilidades. Por meio de bilhetes, anotações em pés de páginas, palavrões para chocar plateias em cenas teatrais, frases com duplos sentidos em versos e trovas... os dissidentes ao regime ditatorial conseguiram imprimir indícios de críticas à ditadura. Estes sujeitos, de certa forma sentindo-se agredidos pelo estado de censura e violência, resistiam e criaram táticas algumas vezes sutis, outras vezes atabalhoadas, conscientes ou inconscientes. Surtindo efeitos – ou não – junto a outros grupos, os sujeitos culturais conseguiram criar brechas dentro do regime de exceção. O fato é que diversas táticas de resistência foram urdidas e postas em prática.

Outras duas categorias de análise estão presentes nesta proposta de estudo para discutir as memórias em tempos de censura. Ambas foram cunhadas no decorrer das leituras e investigação de campo. Foram gestadas sob o calor da empiria da pesquisa, mas certamente apresentam contribuição para o debate sobre a ditadura em solo amazônico. São elas, *sujeitos culturais e memórias de dor*.

Sujeitos culturais é a categoria utilizada para denominar agentes contemporâneos ao Golpe Civil-Militar que de alguma forma criaram *táticas de resistência* ao regime. Inicialmente, esse termo não estava prescrito no projeto de pesquisa ou nas sugestões da orientação. Esses sujeitos, inicialmente, eram denominados como “intelectuais que interferiram no processo político e cultural da ditadura, cumprindo o papel de dissidentes ao regime.” No entanto, a cada momento em que as entrevistas iniciavam e a expressão era mencionada rapidamente era rechaçada pelos entrevistados a ponto de me ver forçado a pensar em outra nomenclatura. Assim, com inspirações em Marilena Chauí a partir de uma conferência (que inspirou a publicação de um texto entre jan./abr. de 1995) na USP para os funcionários públicos da cidade de São Paulo, em dezembro de 1994, construí a ideia dos sujeitos culturais. Naquele ano, Chauí atuava na gestão municipal e estava envolta na mudança de mentalidade dos servidores para a invenção de uma nova cultura política. Queria criar ações que permitissem

aos funcionários públicos de São Paulo se notassem como *servidores* da sociedade, detentores de poder, intervenção e atitudes que, ao serem postas em prática, estariam beneficiando a população paulistana. Não era isto que acontecia na postura desses servidores. Agiam como detentores do estado e, portanto, livres de quaisquer tipos de fiscalização.

Ora, a proposta de Chauí para os funcionários públicos de São Paulo se aproximava da maneira como concebo mulheres e demais sujeitos da pesquisa no contexto amazônico. Daí veio a inspiração para compreender os entrevistados (homens ou mulheres) selecionados para esta proposta como personagens que punham suas artes, engajamentos, resistências, posturas ideológicas e táticas a serviço de um bem coletivo, direta ou indiretamente.

As memórias de dor é outra categoria cunhada a partir do calor das entrevistas ainda na fase da produção dissertativa. Todos, sem exceção, mesmo com sorrisos ou queixos erguidos pelo orgulho como lidaram com os tempos de autoritarismos, em vários momentos elevaram o tom da voz, cruzaram os braços, franziram as testas, enrubesceram os rostos. Performances que denunciavam de alguma maneira as memórias dolorosas por terem vivenciado momentos de medo, tensão, raiva. Por enquanto, alguns exemplos: em 1964, durante os primeiros dias do Golpe Civil-Militar, Paes Loureiro foi preso, torturado física e psicologicamente, transferido para prisão no Rio de Janeiro sob risco de ser “suicidado” pelo DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), que, como diz o nome, teoricamente teria única função de estabelecer e manter a ordem, no entanto agia como instrumento de coerção e violência do Estado contra os opositores do regime.

Na pesquisa dissertativa, deparei-me com a narrativa de Loureiro. Ali constatei um *ressentimento recalçado* (ANSART, 2004) para com o regime e toda a repercussão que isso causou à sua trajetória como poeta. O mesmo ocorreu com as narrativas do então teatrólogo Cláudio Barradas e de Pedro Galvão, formado no curso de Direito no mesmo ano de 1964. Ambos trazem inscritas em suas trajetórias de vida as marcas nada indeléveis das perseguições da ditadura em terras amazônicas. O primeiro foi várias vezes censurado em suas peças, chegando a sofrer perseguição no ambiente de trabalho passando dias “sem que colega algum lhe dirigisse a palavra”, conforme narrou. O segundo foi preso sem nenhuma alegação para sua prisão. Aflito pela falta

de acusação formal, nunca soube oficialmente por que era preso. Acredita ter sido libertado “pelo fato de pertencer à reserva do Exército”.

Em 2004, passados 40 anos de sua prisão, Pedro Galvão foi responsável direto pela seleção de depoentes e organização de textos para um livro intitulado “1964. Relatos subversivos: os estudantes e o golpe no Pará”. A ideia e materialização do livro em si já demonstram um passado ainda presente na vida deste sujeito, provavelmente com marcas de um passado em constante ebulição na memória.

Com esta estratégia de captura de memórias vários sentimentos afloraram. Observei-os a partir de testas franzidas, braços cruzados, pernas balançando, sorrisos, queixos erguidos, peitos à frente, tom de voz alterada, corpos tesos, sisudez. De outra forma, analisei performances e, assim, compreendi como os sentimentos presentes na memória se materializavam por meio do corpo e língua. Mais: compreendi o Golpe e Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense por um enfoque ainda não explorado pela academia regional.

Destarte, adotar esta postura metodológica nesta proposta de pesquisa será produtivo para capturar emoções, sensibilidades e outras óticas. As narrativas de memórias publicadas e demais produções acadêmicas da região Amazônica não mencionam a presença de mulheres no epicentro dos estudos dos tempos de censura. Portanto, aqui as miras recaem sobre mulheres que carregam em suas identidades o fato de terem operado suas vidas e experiência amalgamadas a agremiações de esquerda cujas ídoles foi a resistência. Tangenciam-se por terem o mesmo fazer social ao longo dos 21 anos de ditadura.

Algumas recomendações surgidas pelo discurso uníssono de testemunhas do Repositório de memórias do projeto intitulado “A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)”⁴, coordenado pela Dra. Edilza Fontes, sugerem nomes, tais como Margaret Moura Refkalefsky e Hecilda Mary Ferreira Veiga, para de-

4 O acervo disponível para consulta neste repositório é composto de um rico material audiovisual produzido prioritariamente pela comunidade acadêmica da Universidade Federal do Pará, que se encontra em domínio público ou que conta com a devida licença por parte dos titulares dos direitos autorais para visualização, cópia, distribuição ou tradução entre outras possibilidades.

ter-me em dois exemplos apenas. A primeira, simpatizante do PCB, passando pela Ação Popular e atuante na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, VAR Palmares. A segunda foi filiada ao PCdoB e na Ação Popular. Árdua defensora dos Direitos Humanos, esteve presa e torturada quando grávida, em 1971. Além destes dois exemplos do quanto existem testemunhas (ou fontes) daqueles anos sombrios, o Repositório produziu documentos de outras mulheres cujas memórias emulam traumas, dores, brados e silêncios, que esta proposta vislumbra.

Retomando à indagação inicial do professor Gerson Albuquerque, sim. Havia mulheres em 1964, sim. Estruturadas, alinhadas em agremiações políticas da esquerda brasileira (PCB, PCdoB, AP), com aspirações políticas alinhavadas pela oposição ao regime ditatorial. Assim, estas mulheres específicas ganharão o palco das narrativas na produção historiográfica. Com esta presença, e toda a atmosfera em torno da investigação junto a agentes históricos tão inéditos para a historiografia local, dei-me conta da necessidade de analisar novos lugares e novas sensibilidades no entendimento do processo ditatorial no espaço amazônico. São formas de entender a experiência ditatorial considerando memórias de medos, tensões, projetos de vida. Não me acanho de tentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. IN. BRESCIANI, Maria Stella e NAXARA, Márcia Regina C. (orgs.). Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp. 2004.

ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes. 1985.

_____. Brasil: golpe de estado de 1964. Que estado, país, sociedade são esses? *Projeto História* 29, São Paulo, Educ, 2004, p. 87-105.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In. *Enciclopédia Enaudi*, Nº 5, Anthropos, Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

BERG, Creuza. *Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)*. São Carlos: edUFSCar, 2002. 23

BETTO, Frei. *Fidel e a Religião*. Conversas com Frei Betto. São Paulo: Ed. Brasiliense. 23ª edição, 1985.

CARVALHO, José Seráfico de Assis. Do outro lado da barra. In. SÁ, Fernando; MUNTEAL, Oswaldo; MARTINS, Paulo Emílio (orgs.). *Os advogados e a ditadura de 1964. A defesa dos perseguidos políticos no Brasil*. Petrópolis: Vozes. 2010, p. 262-69.

COSTA, Tony Leão da. *Música do norte: intelectuais, artistas populares, tradição e modernidade na formação da “MPB” no Pará (anos 1960 e 1970)*. Programa de Mestrado em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Belém (PA). 2008.

COSTA, Albertina de Oliveira (et all). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980.

CRUZ, Heloísa de Faria. A cidade do reclame: propaganda e periodismo em São Paulo – 1890/1915. *Projeto História* 13, PUC/São Paulo, 1996, p. 81-92.

CUNHA, Raquel; SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. Um olhar à cidade de Belém sob o Golpe de 1964: paisagens e memórias de estudantes e artistas. *Iluminuras* (Porto Alegre), v. 10, p. 1-25, 2009. Disponível em <http://migre.me/qJgJo> - acesso em 26.01.2012.

DINES, Alberto. *Prefácio História de jornal, jornal da história: os anos de chumbo*. São Paulo. Edusc, 1999.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. 1964: Temporalidades e Interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru (SP): Edusc, 2004, p. 15-28.

DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres: As vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 220.

FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru (SP). Edusc, 2004, p. 265-276.

GASPARI, Elio. *A Ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *A Ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *A Ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A Ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GLISSANT, Édouard. Cultura e Identidade. In: *Introdução a uma poética da diversidade*. Tradução de Enilce do Carmo Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005, p. 71-95.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeidi Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. *Mulheres e militância: encontros e desencontros durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: UFMG. 2012, 24

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KHOURY, Yara Aun. Apresentação. In: PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de História Oral*. Tradução de Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010. p. 7-18.

KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru (SP). Edusc, 2004, p. 249-264.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. *Café Central*. O tempo submerso nos espelhos. São Paulo: Escrituras, 2011.

MERLINO, Tatiana. *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

MONTEIRO, Benedicto. *Transtempo*. Belém: Cejup, 1993.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura. In. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru (SP): Edusc, 2004, p. 179-202.

NUNES, André et. al. 1964. *Relatos subversivos: os estudantes e o golpe no Pará*. Belém: Edição Dos Autores, 2004.

OLIVEIRA, Alfredo Oliveira. *Cabanos & Camaradas*. Belém: Alfredo Oliveira, 2010.

PETIT, Pere; VELARDE, Jaime Cuéllar. O golpe de 1964 e a instauração da Ditadura Civil-Militar no Pará: apoios e resistências. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 25, p. 169-189, 2012.

_____. *Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

_____. A política dos governos militares no Pará: 1964-1985. In. FONTES, Edilza (org.). *Contando a História do Pará*. Vol. II: Os conflitos e os grandes projetos na Amazônia contemporânea (séc. XX). Belém: E-Motion, 2002. p. 71-100.

_____. Os governos brasileiros e a “ocupação” e o “desenvolvimento” da Amazônia: 1960-2005. In. CHAMBOULEYRON, Rafael & ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado. *Trópicos de História: Gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Ed. Açaí, 2010.

PLATAGEAN, Evelyne. A história do imaginário. In. Le Goff, Jacques. *A história nova*. Tradução Eduardo Brandão. 5ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 391-427. 25

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: contexto, 2007.

_____. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005.

_____. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. 2007.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História 15*, São Paulo: EDUC, Abril/1997.

_____. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento de igualdade. *Projeto História 14*, São Paulo: EDUC, fevereiro/1997 a. p. 7-24.

_____. O que faz a história oral diferente. *Projeto História 14*, São Paulo: EDUC, Fevereiro/1997b. p. 25-40.

_____. História Oral como gênero. *Projeto História 22*. PUC/São Paulo, EDUC, junho/2001, p. 09-36.

_____. *Ensaio de História Oral*. Tradução de Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

RAGO, Margareth. As Mulheres na Historiografia Brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995, p. 82, 83 e 85.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. São Paulo: Zahar, 2000.

RIBEIRO, Marcus Vinício. *Brasil Vivo*. Petrópolis: Vozes, 1991.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em Preto e Branco: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

SANTOS, Carlos Eduardo dos Santos e. *Do Ponto de Vista da Caserna: Memórias do Cotidiano e Experiências de Militares da Aeronáutica em Belém Durante o Regime Militar (1964-1985)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará: Belém. 2011.

SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: Intelectuais, Artes e Meios de Comunicação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Trad. Rubia Prates e Sérgio Molina. 1997. 26

_____. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência*. Bauru: Edusc, 2001.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. (org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. 4ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 75.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história. In: BRESCIANI, Maria Stella e NAXARA, Márcia Regina C. (orgs.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

SILVA, João Marcio Palheta da. *Poder, Governo e Território em Carajás*. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Estadual Paulista UNESP - Campus de Presidente Prudente, 2004.

THOMSON, Alistair. Reconstituindo a Memória: Questão sobre a relação entre História Oral e as memórias. *Projeto História 15*, PUC/São Paulo, Nov/1997, p. 51-71.

_____. Memórias dos Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. *História Oral*, PUC/São Paulo, junho/2001, p. 85-101.

VALLE, Maria Ribeiro do. 1968. O Diálogo é a Violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Unicamp, 2008.

VELARDE, Jaime Cuéllar. Seráfico: memórias do golpe na Amazônia paraense. In: PICCOLO, Monica (org.). *Ditaduras e democracias no mundo contemporâneo: rupturas e continuidades*. 2016.

_____. *Memórias e Sentimentos do Golpe Civil-Militar: Estudos Culturais e História Oral na Amazônia Paraense*. Curitiba (PR): Ed. Prismas. 2015.

_____. SARRAF-PACHECO, Agenor. *Silêncios da historiografia brasileira: O Golpe Civil-Militar em Experiências de Pesquisa no Pará*. Antíteses (Londrina), 2015.

_____. *No Crepúsculo: Memórias Subversivas da Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense (1964-85)*. Dissertação de Mestrado. Universidade da Amazônia (Unama). Belém-PA. 2012.

_____. *O Vermelho nas Letras de Jornais: uma análise dos discursos anticomunistas na imprensa paraense (1961-64)*. Monografia de Conclusão de Curso de Especialização em Ensino de História do Brasil. Belém (PA): IDEPA, 2005.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS:

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. Estudos Avançados. Dossiê Cultura Popular. Av. vol. 9. Nº 23. São Paulo. Jan./Abr., 1995. Disponível em: <http://migre.me/68mq2> acesso em 06/04/11. 27

CLÁUDIO BARRADAS, Teatro Universitário. Disponível em <http://migre.me/7NiG1> - acessado em 04.02.12, às 11h30min.

Oliveira Fontes, Edilza Joanna. O dever da memória e a documentação sobre a Ditadura Civil-Militar na Universidade Federal do Pará. Acervo, Rio de Janeiro, V. 27, Nº 1, pp. 280-292, JAN./JUN. 2014 – p. 281. Disponível em <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/473> - acessado em 21.11.2016.

_____. O golpe civil-militar de 1964 no Pará: imprensa e memórias. Opsis. Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 340-360 - jan./jun. 2014. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/viewFile/28641/17900> - acessado em 21.11.2016.

JANELAS, Casa das Onze. Disponível em <http://migre.me/6ab8U> – acesso em 10/11.2011.

NUNES NETTO, André Avelino Costa. Disponível em: <http://migre.me/9wzDS> – acesso em 04/04/11.

NUNES NETTO, Breve Biografia. Disponível em <http://migre.me/6cAq6> - acessado em 03.03.2011 – às 21h23.

ONZE, Boteco das. Disponível em <http://migre.me/qJelX> - acesso em 11.07.2015.

ORALIDADE, João de Jesus Paes Loureiro. Disponível em: <http://migre.me/72SH5> – acesso em 04/04/11.

ORVIL. Disponível em <http://migre.me/r1KM4> - acessado em 12.02.2014.

POLÍTICOS, Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos. Disponível em <http://migre.me/905L3> – acesso em 10.03.2012.

ROQUE, Dulce Roque de Bacelar. Disponível em <http://migre.me/8crtM> – acesso em 20/01/2012.

VELARDE, Jaime Cuéllar; PACHECO, Agenor Sarraf. Quando a memó-

ria traduz sentimentos: Narrativas da Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense (1964-85). *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online)*, v. 6, p. 187-219, 2014. Disponível em <http://migre.me/qIZMk> - acesso em 31.12.2014.

Wolff, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n° 54, p. 19-38 – 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882007000200003&script=sci_abstract&tlng=pt – acesso em 20/01/2016

<http://multimedia.ufpa.br/jspui/links/politica.jsp>

ANEXO 1

TAQUIGRAFIA LEILA E ISA JINKINGS

Reunião: 4ª

Espécie: COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE.

Data: 26/02/2015.

Início: 15 horas e 27 minutos.

PRESIDENTE - SENHOR PAULO FONTELES FILHO

O SR. PRESIDENTE:

– Boa tarde a todos e a todas. Sou membro da Comissão da Verdade do Pará e na ausência do presidente Egídio Sales Filho me foi pedido para coordenar e presidir esta nossa Oitava. Antes do mais queria saudar todos que estão presentes e gostaria em primeiro lugar de fazer um registro de que há dois dias a Comissão da Verdade do Pará recebeu uma documentação do caso do senhor Orlando.

O senhor Orlando era marítimo e foi bastante perseguido, foi preso em Belém e a família escreve uma carta a Comissão e o que é impressionante nessa documentação é que ela é absolutamente farta de documentos do DOPS, documentos do período repressivo da história do nosso País e revela toda a violência do estado de recessão contra os trabalhadores e o caso, me parece que emblemático, que é exatamente do Orlando.

Então, queria fazer esse registro, a filha dele está aqui a senhora Auxiliadora que é bibliotecária, funcionária pública estadual. Então, vou passar aos membros da Comissão essa documentação para que a gente possa nesse próximo período, naturalmente depois do Seminário das Mulheres, ouvir a família, a dona Leonice que é viúva do senhor Orlando.

O SENHOR PRESIDENTE PASSA OS DOCUMENTOS AOS MEMBROS DA COMISSÃO.

Antes do mais gostaria de registrar aqui no dia de hoje que vamos ouvir a dona Isa Jinkings e a senhora Leila Jinkings que fazem parte de uma família que é absolutamente emblemática no Estado do Pará pela resistência ao regime ditatorial e ao falar disso nós resgatamos a memória emblemática de Raimundo Jinkings que foi uma das mais importantes personalidades na luta no Estado do Pará contra a Ditadura, pela Redemocratização em todo aquele período da vida nacional, mas gostaria de chamar aqui o Jaime Cuéllar que é historiador e que é do corpo técnico para fazer uma apresentação tanto da Isa como também da Leila e que em seguida possamos ouvi-las.

Gostaria de pedir para todas as pessoas que forem fazer uso da palavra que pudessem falar seu nome.

Passo a palavra ao senhor Jaime Cuéllar.

O SR. JAIME CUÉLLAR:

– Boa tarde. O trabalho que começa a ser desenvolvido a partir desse momento, é fruto de um raciocínio utilizado pela Comissão Nacional da Verdade, criado em novembro de 2011, que deu origem a essa Comissão Estadual da Verdade do Pará.

A Comissão Nacional, dentre as várias propostas de estudos sobre os tempos de Ditadura, pensou no GT – Grupo de Trabalho intitulado Gênero e Ditadura. Nós, aqui no Pará, seguindo a mesma trilha, também pensamos em estudar e estamos fazendo isso, hoje é nosso primeiro passo dessa pesquisa, para compreender de que maneira se deram as diversas violências contra a mulher, as consequências e os impactos.

Segundo a Comissão Nacional da Verdade, a violência sexual ela está em uma perspectiva para além da violência sexual propriamente dita, incluindo a violência contra crianças. Então, nessa trilha é que criamos o Grupo de Trabalho intitulado Memória, cuja linha temática é intitulado Ditadura aqui no Pará.

No âmbito nacional o sofrimento dessas mulheres ganhou visibilidade a partir dos conflitos de resistência. No Pará, infelizmente, não foi diferente e temos um duplo processo de invisibilidade.

A partir do momento em que as mulheres não são citadas pela historiografia, que é escrita por homens, é o primeiro processo de invisibilidade, as mulheres normalmente precisam ser supermulheres para que consigam ter seus nomes sendo citados nos livros históricos.

O segundo processo de invisibilidade é que o Norte, normalmente não é percebido pelo mercado editorial e muito menos pela escrita acadêmica de Sul e Sudeste. O Norte é invisibilizado duplamente aí.

A nossa proposta desse grupo de trabalho do qual faço parte, e espero a partir dos depoimentos das senhoras Leila e Isa, e a partir da semana que vem teremos novos depoimentos, a perspectiva é de que essas narrativas femininas, normalmente feitas com muita sutileza, consigam dar um novo brilho aquilo que se escreve sobre a história no Pará.

Conversei com as senhoras Leila e Isa ao longo da semana passada e essa semana, eu já conheci a Isa em um evento anterior que fizemos na Feira do Livro, ambas têm uma trajetória marcada pela participação no Partido Comunista Brasileiro, mas acima de tudo, como bem lembrou o Paulo, pelo nome Família Jinkings. Essa família nunca fugiu da luta, seja como esposa, seja como filha, ambas estiveram sempre marcadas e sofreram e arcaram com as consequências dessa marca e as duas não fugiram.

Então, quero passar a palavra para Isa para que ela comece falando quem é Isa Jinkings e quem é Leila Jinkings a partir especificamente de sua juventude, para que possamos entender qual a identidade dessas duas narradoras e que possamos entender qual o impacto que a ditadura causou nas duas.

O SR. PRESIDENTE:

– Jaime, antes de passar a palavra para a senhora Isa, gostaria de registrar a presença da senhora Dulce Rosa e também Aurilea Belém, que estarão no Seminário das Mulheres na semana que vem. Na quarta-feira, quinta-feira e na sexta-feira.

Registro também a presença do Estevão, que é do Levante Popular da Juventude. Tem a palavra a senhora Isa.

A SRA. ISA JINKINGS:

– Meu nome é Maria Isa Tavares Jinkings. Tenho muita dificuldade de falar sobre mim, sempre acho que não tenho muita coisa para falar de mim mesmo, então, anotei algumas coisas a começar da minha infância.

De onde vim tive uma infância feliz, na simplicidade, as ruas livres de carros, brincávamos nas ruas. Meus pais tiveram sete filhos e tínhamos aquelas brincadeiras inocentes de crianças, podíamos ir às ruas, pois não tinha perigo nenhum e o ambiente em que vivi era um ambiente em que meus pais eram um casal muito ligado, muito unido, nunca vi e nem tenho a menor lembrança de ter visto algum desentendimento entre meus pais. Isso talvez tenha criado em mim ou eu tenha passado a ser uma pessoa muito otimista vendo o casamento como a coisa mais linda e aquilo que realiza uma pessoa.

Minha mãe era como uma fada, andava deslizando sempre compreensiva, sempre dando conselhos, cantando.

Meu pai era português e foi um modelo de homem honesto que eu conheci. Ele foi precursor dessas caminhadas que hoje se faz. Era comerciante. Naquele tempo ia a pé para o trabalho de manhã. Voltava na hora do almoço. À tarde, ia novamente a pé e voltava, para fazer caminhada. Ele achava que não tinha por que apanhar ônibus ou bonde - na época nós tínhamos bonde ainda -.

Meu pai era esse homem bom, humano demais, mas tinha muito medo do comunismo. Veio de Portugal, com 12 anos com um amigo da família que ajudou a criá-lo e com quem ele começou a trabalhar. O presidente de Portugal era o Salazar, ele era Salazarista e devem ter criado aquela imagem do comunismo na cabeça dele. Ele tinha muito medo.

Lembro que uma vez ele ficou doente e, delirando, falava em quinta coluna. Falava para a mamãe em quando eles viessem tomar as coisas dele. Ele tinha essa visão.

Quando menina, às vezes eu lia alguma coisa sobre a Coluna Prestes, sobre o comunismo e comecei a ter certo fascínio, uma vontade de conhecer. Quando eu lia aquilo achava que não era verdade que o comunismo era ruim, porque tudo que eu lia parecia que era muito bom.

Cresci assim e ao mesmo tempo eu era uma menina romântica, sonhadora. E o fato mais importante da minha vida foi conhecer o Jinkings.

Eu acho que foi o fato mais importante da minha vida. Eu tinha quinze anos. Foi um dia lindo e eu conheci aquele menino lindo.

Eu gostava muito de ler. Lia romances, poesias, eu gostava muito de poesias, tanto que eu escrevia. Fiz vários sonetos e eu fazia com métrica, com rima, para ele, quase todos os meus sonetos eram para ele. Uma vez fiz para um irmão meu que morreu, um soneto.

O dia em que o conheci era a minha festa de humanista que coincidiu com os meus 15 anos, foi o dia em que nos conhecemos.

Eu era do Colégio Moderno e fiz um exame que chamavam de vestibular para o IEP. Ele me apanhava todos os dias no IEP.

Ganhei dele dois cadernos, um era todo de poemas – sonetos – que ele copiava, ele achava interessante. Sonetos bonitos. Uma parte desse caderno era só de poemas para mães, ele tinha perdido a mãe muito cedo e isso o tinha afetado muito, sofreu muito com a perda da mãe.

Foram dois cadernos. O outro caderno era de citações de filósofos. E tinha numa página assim: os filósofos que eu já li. Tinha uma série de filósofos que ele já tinha lido quando ele me conheceu. Ele tinha vinte anos, eu tinha quinze.

Eu era religiosa, principalmente por causa de uma professora de religião francesa, Madame Conti, que era uma pessoa maravilhosa, diferente de todas as professoras de religião que eu já havia visto e foi minha madrinha de crisma. Eu era religiosa e ele se dizia ateu, mas nós nos admirávamos muito, nós nos respeitávamos.

Depois dessa relação com ele, desse nosso namoro, eu comecei a ler outros autores: Graciliano Ramos, Lima Barreto e até dei de presente a ele a coleção de quatro volumes do Graciliano Ramos, Memórias do Cárcere. Já casados, estava grávida da primeira filha, nossa primeira filha foi chamada de Nize, por causa da Nize da Silveira, que foi companheira de prisão do Graciliano Ramos. Ele estava lendo o livro que eu o havia dado de presente.

Estudei junto com ele para o concurso do BASA. Quando nós namorávamos, quando nos conhecemos ele era enfermeiro no Hospital da Aeronáutica; ele fez o concurso do BASA, nós estudamos juntos, ele foi aprovado em quarto lugar em português; ele era só um estudante e

fizeram concurso muitos engenheiros, professores universitários, advogados e ele teve um resultado muito bom.

Eu acompanhei as atividades dele no colégio. Ele estudava à noite até mesmo quando nós casamos. Depois na campanha “O petróleo é nosso”, a campanha do petróleo foi muito forte.

Depois como jornalista, nós também ainda não tínhamos casado, ele já começou a carreira de jornalista e nós escrevíamos os artigos juntos, eu sempre o ajudava a escrever os artigos.

Depois sofri com ele as prisões, de vez em quando ele era preso, porque estava fazendo campanha, estava colocando cartaz à noite, como por exemplo, o cartaz da Marcha da Fome, que foi liderada pelo Cléo Bernardo, Presidente do PSB. Ele entrou para o PSB quando conheceu Cléo Bernardo que, aliás, havia sido meu professor de história, e o Cléo Bernardo ficou como presidente e ele como a segunda pessoa, se não me engano, como Secretário Executivo do PSB.

O partido era pequeno, mas muito forte, tinha muitos jornalistas, muitos intelectuais. Ele foi preso algumas vezes. Depois, escrevendo um de seus artigos, escreveu um contra o presidente do BASA onde ele trabalhava, que era o Gabriel Hermes, denunciando algumas falcatruas que o Gabriel Hermes estava fazendo. Ele foi punido com sua transferência que seria para o Acre, que era a pior agência do BASA, cheia de endemias, ninguém queria ir para o Acre. Aí o Getúlio caiu, o Gabriel Hermes foi demitido e ele conseguiu que a transferência fosse feita para São Luis, que inclusive é terra dele, ele é maranhense, nós fomos pra lá. Ele foi responder pela gerência de São Luis.

Então, sofremos a primeira separação. Eu estava com uma criança de dez meses, a Nize, e estava grávida da Leila, mas não podia ir junto. A Leila era para nascer no dia 1º de maio, isso foi em 1955, estávamos torcendo que fosse dia 1º de maio, mas ela nasceu no dia quatro. Ela começou a nascer dentro do carro. Foi horrível! Quando chegamos a Beneficente Portuguesa, em um táxi. Ele era magrinho, teve que me carregar sentada numa cadeira, com as pernas bem fechadas, porque a Leila estava começando a nascer pela escadaria da Beneficente. A Leila já nasceu assim fazendo barulho.

Bom, em São Luis nós conhecemos... E daí, acho que a Leila estava com 50 dias de nascida, nós fomos, eu, ela e as duas pequenininhas, a Nise tinha um ano e pouco e ela com 50 dias. Ele entrou para o Partido Comunista em São Luis. Ele era do PSB. Depois que nós tivemos relação com umas pessoas maravilhosas, que era, o Doutor Wiliam Moreira Lima e a esposa que era uma pessoa maravilhosa, e a Doutora Maria Aragão, ginecologista. Ela era do Partido, uma das pessoas mais importantes do Partido. Nós passamos três anos em São Luis, ele como gerente, e lá nasceram os nossos dois meninos o Toninho e o Alvarinho, que é o Antônio Álvaro. Eu tinha 23 anos e ele 30, nós já tínhamos 4 filhos.

Aí nós fomos para Bacabal, depois de três anos em São Luis, ele foi convidado para assumir a gerência de Bacabal, e lá foi muito bom. Mas, nós tivemos também problemas lá com latifundiário ao defender umas comunidades, que um latifundiário uma vez quis incendiar as barracas, e ele denunciou, e todo mundo se mobilizou, e o latifundiário que era importante cliente do banco, veio a São Luis e depois veio a Belém para pedir a demissão de Jinkings, ele queria que tirasse o Jinkings de Bacabal. E a população, os comerciantes todos, a população organizaram um abaixo-assinado, acho que todo mundo assinou. E vieram a Belém falar diretamente com o presidente, e ele não foi retirado, e quando ele voltou em Bacabal decretaram feriado, fizeram uma carreta, festa e foguete, foi um dia muito bom.

Nós voltamos em 1959, voltamos para construir a nossa casa, porque nesse tempo BASA ainda tinha uma coisa muito boa que era a CAPAF, Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Funcionários, Previdência. A CAPAF ainda existe, mas nesse tempo ela financiava casa para os funcionários, e chegou a nossa vez, ele tinha se inscrito quando entrou, e chegou a nossa vez, avisaram e nós viemos para construir a nossa casa em 59.

Em 1960, nós fizemos a campanha do lote do Jango, contra o Jânio Quadros. Em 1961, nasceu a nossa filha caçula que foi a Ivana. E nesse mesmo ano o Jânio renunciou, deixou o país numa confusão social, e houve forte resistência. A atuação de Leonel Brizola nesse episódio foi importantíssima, foi a resistência de Leonel Brizola, dos trabalhadores das forças democráticas, dos setores progressistas das Forças Armadas que permitiram

com que tomasse posse o Jango que era legítimo. As lutas se intensificavam aqui pelas reformas de base.

Houve o 1º de maio de 62, que foi o maior calo nos militares em 64, um comício armado com palanque na frente do Olímpia na Praça da República. E estavam as autoridades todas, o arcebispo, o prefeito, estavam todas as autoridades, o Jarbas Passarinho, que se eu não me engano, era governador. E o primeiro orador foi o Jinkings, porque ele era presidente Pacto Operário Estudantil e Camponês, e presidente do CGT, e ele foi o primeiro orador. E no meio do discurso dele, quando ele falou das ditaduras do Salazar, do Franco, o arcebispo que era profundamente reacionário foi quem entregou os seus padre em 64, ele falou: “Fala da Rússia”. E o Jinkings reagiu, falou que não permitia que se intrometesse no discurso dele, falta de respeito, e quando ele reagiu as autoridades saíram do palanque: o Jarbas, quem ficou foi só aquele que era prefeito, esqueci o nome. E esse comício ficou assim como uma espinha para eles, foi assim o que mais incomodou e a maior acusação dele, de agitador, comunista, famigerado agitador.

Nesse período, de 62 as perseguições, aí veio 64, o comício de 13 de março, nunca vi o Jinkings tão feliz, porque foram aprovadas a reforma de base, o Jango; isso foi 13 de março, já muito próximo ao golpe, as coisas estavam se intensificando as lutas.

Então, quando veio o golpe, que também... o Leonel Brizola, é uma lembrança muito boa que tenho de Leonel Brizola, que foi quem mais resistiu no Rio Grande do Sul com a cadeia da legalidade. Isso dava muita esperança. Eu tinha muita esperança, inclusive, porque havia no setor das Forças Armadas, uns sargentos que estavam juntos com os comunistas, com o pessoal que lutava pelas reformas.

Mas o Jinkings estava em reunião a noite numa assembleia da CGT e depois foi numa dos bancários e saiu com uns documentos que levou ao Liberal para entregar para o Leal para publicar, aí o Leal disse: “Jinkings – ele estava nas reuniões - o pessoal já está nas ruas, os tanques já estão nas ruas lá no Rio de Janeiro”, e ele foi em casa só para se despedir e entrou para a clandestinidade.

Comprou um rádio para me deixar para eu ficar acompanhando um Transglobe. Fiquei acompanhando. Lembro que a noite estava ouvindo

já altas horas da noite, o discurso do Jango e as crianças dormindo, e de repente o Jango interrompeu o discurso, ficou aquele silêncio e o locutor disse que o presidente tinha ido para o Uruguai. Na verdade, ele tinha ido primeiro para o Rio Grande do Sul. Nesse momento eu desabei, lembro que chorava tanto e pensando nos filhos, nas crianças ali dormindo, “O que vai ser dessas crianças?” Porque antes ainda estava cheia de esperança.

Então, ele entrou para a clandestinidade, nesta noite ele já foi para a casa de uma irmã minha, do Doutor Rosário Conte, a Irene que era minha irmã, e meu primeiro pensamento foi assim: ninguém na minha família comungava das mesmas ideias, e o meu primeiro pensamento foi assim: “Nossa, eles vão chegar e vão dizer assim: ‘tá’ vendo o que o teu marido fez, ‘tá’ vendo aí o resultado das coisas que teu marido faz?” e eu estava já com todas as minhas garras prontas para reagir, mas foi totalmente ao contrário, minha família não podia ter sido mais solidária, toda a família, tive toda a solidariedade até porque ficamos numa situação... não tínhamos conta em banco, não tínhamos reserva nenhuma, vivíamos de salário; e a minha família ficou me ajudando até que começaram a pagar uma aposentadoria, muito baixo o valor, mas ficamos, aí ele passou um mês de casa em casa, casa de amigos, de parentes.

Quero registrar a última casa em que ele esteve que foi de um estivador, de nome Miguel Costa, que tinha nove filhos e ele ficou nessa casa durante uma semana num subúrbio onde vizinho entra na casa de vizinho, pede açúcar e ele ficou durante uma semana nessa casa e nenhuma das crianças contou, porque estavam preparadas para saber que não era para falar.

De lá que ele saiu quando o BASA mandou uma intimação para ele comparecer sob pena de abandono de emprego. Ele não poderia ser demitido porque tinha treze anos de banco, tinha estabilidade e tinha uma folha limpíssima, não tinha nenhuma advertência.

Consultei o Cleo, que era nosso advogado, que falou “ele tem que se apresentar”.

Um companheiro fez uma negociação e fizemos um esquema que foi muito seguro e esse amigo tinha um irmão preso no Presídio São José que era médico e o diretor do presídio era o Capitão Bahia e ele conversou com ele para que se ele desse liberdade para o irmão que ele entregaria o

Jinkings, que era o preso mais cobiçado. Ele aceitou e foi tudo armado, o meu irmão foi dirigindo o carro dele buscar o Jinkings na casa onde ele estava, trouxe para casa à noite já bem tarde, no escuro, entrou na casa da minha mãe que era bem do lado da minha, minha mãe tinha feito um portão no quintal.

Ele entrou, passou a noite em casa, despediu-se das crianças e de manhã cedo meu irmão dirigindo o carro foi até o Capitão Bahia e foi dirigindo até o BASA e lá ele assinou o ponto e o Capitão deu voz de prisão, tanto que o Alacid, que era quem presidia a UPN, ficou furioso, deu uns ataques porque não foi ele que prendeu.

Ele foi para a Quinta Companhia e eu não sabia para onde ele tinha ido, no dia seguinte eu já estava atrás do Alacid. Eu era toda tímida, mas de repente virei uma onça.

Estava atrás do Alacid para saber para onde ele tinha ido, inclusive pedindo para o Alacid para deixar vê-lo no dia 02 que era nosso aniversário de casamento. E ele ficou incomunicável.

Fiquei procurando com coronéis e generais e fui à Quinta Companhia e lá tinha o Capitão Douglas que era quem comanda a Quinta Companhia e fui conversar com ele e dizer que queria levar a alimentação do Jinkings, porque ele estava doente, não podia comer qualquer coisa e ele dizia que não, até que aceitou que eu poderia levar um complemento para a alimentação dele.

Eu levava garrafa térmica, açaí, doces, tinha dia que dava para almoço e jantar, mas ele sempre incomunicável.

As cartas eram lidas, eu mandava cartas para ele ler, mas antes passava pela censura. Aí eu elogiei muito o Capitão Douglas, falei que era um homem muito sensível.

Outra visita que fiz estava conversando com o Capitão Douglas, acho que eu devia estar me lamentando, e ele me fez uma surpresa, de repente ele mandou chamar o Jinkings, ele estava incomunicável, e o Jinkings veio, ele estava gelado, tremendo. E tivemos um encontro na sala do Capitão. Ele fez essa concessão antes que ele saísse da incomunicabilidade.

Tinha também uma pessoa lá que era muito legal, que era o Sargento Urbano. Uma das visitas que eu fiz ao Quartel General, porque fui ao Quar-

tel General falar com o comandante da Região, acompanhada da madre superiora do Colégio Santa Maria de Belém. Minhas filhas estudavam lá e ela quis ir comigo.

Uma coisa muito interessante que até hoje eu não entendo é que durante todo esse mês saia diariamente aquela música de alarme, não sei como chama quando se dá acontecimento trágico, e diziam: “Continua foragido o Raimundo Jinkings, o agitador comunista, Raimundo Jinkings, ex-presidente do famigerado CGT”. Era essa a linguagem, assim. Mas, as crianças já estavam preparadas, já tínhamos conversado, já sabiam de tudo.

Mesmo assim, com essa perseguição e essa pressão pelas rádios, nunca eles foram a nossa casa o mês inteiro. Foram nas casas de todo mundo, fizeram baderna. Na casa do Benedito Monteiro, eles abriam as gavetas da Vanda e jogavam as calcinhas, faziam graça. Eles fizeram muita destruição atrás de materiais subversivos, mas nunca eles foram a nossa casa.

O Jinkings, por decisão do Superior Tribunal Militar, teve alvará de soltura quando tinha 90 e tantos dias de prisão, quase 4 meses de prisão. Aí fizemos uma festa em casa, fizemos um bolo de milho, que o Jaime gosta de lembrar. E quando eu falei do bolo de milho minha mãe, minhas irmãs, minha tia, todas foram para casa esperar. E fui com meu filho, Álvaro, que tinha 6 para 7 anos, buscá-lo. Ele saiu feliz, atravessamos a rua da 5ª Cia para a calçada da praça e quando íamos caminhando na calçada em direção ao carro, parou um jeep do lado e um militar falou: “Você é Raimundo Jinkings”? – Sou. “Você está preso”. Quer dizer, assim, um sadismo, essas coisas que mostravam sadismo. Era o Coronel Iranis de Carvalho, que era presidente do IPM do BASA, e ele mesmo, às vésperas desse dia, tinha declarado que não havia nada contra o Jinkings como bancário. Daí, ele foi preso no Quartel do 26ºBC e ficou durante um mês.

Durante essa prisão dele, que eu saía para falar com todo mundo, eu me desestruturei totalmente, uma vez que saiu um artigo do famigerado João Malato, que era um jornalista da Folha, cujo título do artigo era “Deus, no rastro de um fujão”. Estava tão asqueroso que a minha tia me encontrou em casa numa rede em prantos, soluçando, porque eu andava de cabeça erguida, andava tranquila. Minha irmã dizia assim: Ninguém que te vê vai pensar que tu não sabes onde o Jinkings está. E eu dizia: eu quero que ve-

nham me perguntar para dizer que eu sei, mas não digo. Mas, nunca me perguntaram por que não vieram à minha casa.

Eu tenho guardado esse artigo do João Malato, que de poucas pessoas eu tenho tanto ódio até hoje, que eu quero que ele esteja ardendo no inferno.

Durante muitos anos vivenciamos a violência, armadilhas, os processos caricatos da Polícia Federal.

Na livraria, continuamente eram uns fiscais do IAPAS, que era no momento do Ministério do Trabalho, era uma perseguição constante.

Em 1985, o Partido Comunista conquistou a legalidade.

Nesse período em que eu estava em São Luis e que tivemos essa relação desse pessoal e tal, eu digo que já era comunista sem saber. E durante o tempo em que o Partido esteve na ilegalidade, na clandestinidade, eu sempre sabia de todas as atividades, eu participava, mas ele tinha muita preocupação e tinha combinado comigo de eu fazer as coisas e ficar na retaguarda, por nós termos cinco filhos, e já pensou se os dois fossem presos, o que aconteceria com as crianças? Então, eu ficava muito na retaguarda, algumas vezes eu participava de reuniões, mas de um modo geral de nada ostensivo.

Quando o partido conquistou a legalidade o Jinkings foi eleito presidente e eu fiquei na executiva, um jornalista fez uma entrevista com o Jinkings sobre o Círio, se ele acompanhava o Círio, e sobre o PCB junto à população. O PCB dava uma ideia antirreligiosa à população, nós até respondemos juntos também. Essa imagem negativa do partido, do comunismo, que foi criada, foi elaborada pelo imperialismo e cultivada nos Estados Unidos, mostrava como se o partido imprimisse na mente das pessoas, do povo que já era oprimido pelo medo daquela situação toda, a ideia de que o Partido era ateu, anticristão, e que dissolvia as famílias, que pregava o ódio, principalmente isso de dissolver a família, falavam que mandavam os filhos serem educados na Rússia.

Então, nós respondemos que cabia aos comunistas desfazerem essa imagem mostrando que nada é tão semelhante e até idêntico ao cristianismo do que o comunismo. Nós colocamos que para Marx o comunismo é a sociedade sem injustiça, sem egoísmo, o que, para os cristãos, é o reino de Deus na terra.

O preceito de Marx de cada um, segundo a sua capacidade, segundo as suas necessidades, é o mesmo preceito da solidariedade entre os cristãos, que é o que tem de mais forte entre os cristãos, para os primeiros cristãos, tudo era de todos. O Amor ao próximo para o cristão é o princípio da solidariedade que é a coisa mais forte entre os comunistas. Os cristãos chamam-se de irmãos, os comunistas de camaradas.

A palavra comunhão tem o mesmo significado de comunismo. O Ernesto Cardenal dizia que para ser cristão a pessoa podia ser marxista. E veio um sacerdote do Chile e falou: “-Olha, nós religiosos do Chile dizemos que o cristão, para ser autenticamente cristão, ele deve ser marxista”. E o Cardenal acrescentou que não foi a leitura de Marx que o levou ao marxismo, mas sim a leitura do evangelho. Então, essa foi a resposta que demos para o jornalista.

Bom, nós lutamos muito. A luta interna dentro do partido foi muito forte, aqui no Pará foi ignóbil, as traições, o golpe. A Resolução do 9º Congresso do partido foi de manter todos os princípios Marxista/Leninistas, a sigla, os símbolos. Eu fui bem votada para a Executiva nesse congresso e a Leila foi mais ainda para Executiva do Partido.

A convocação do 10º Congresso Extraordinário que foi a saída dos golpistas para conseguir o que eles queriam foi à consumação do golpe e aí nasceu mais um partido de direita que foi o PPS. Nós retomamos o velho PCB mantendo sua sigla, seu símbolo, marxismo/leninismo, mas foi assim o começar tudo de novo. Para poder registrar o partido em todos os municípios que são muitos, os municípios do Pará, mas conseguindo a duras penas, acho que essa luta consumiu muito as energias e por último a vida do Jinkings e esse foi o golpe mais duro da minha vida, das nossas vidas.

O SR PRESIDENTE:

– Obrigado, dona Isa. Gostaria de registrar aqui a presença do deputado Carlos Bordalo e convidá-lo para somar aqui conosco a Mesa, deputado que é membro da Comissão. Gostaria de propor que nós pudéssemos passar a palavra para a Leila e depois abriríamos para as intervenções, para as perguntas e para as questões. Tem a palavra a senhora Leila Jinkings.

A SRA. LEILA JINKINGS:

– Boa-tarde a todos. Meu nome é Leila Maria Tavares Jinkings. Fiz algumas anotações mais antigas, acho que o Jaime está esperando que eu fale mais quando voltei de Brasília, mas estava querendo registrar que tenho uma origem, a mamãe até falou, eu nasci no meio de uma confusão danada, com 50 dias fui para o Maranhão e quase fui para o Acre. No meu registro que acho que é o que forja a nossa personalidade, você vai forjando aos poucos e ninguém fala para você, você vive aquilo, observa e eu tenho lembranças assim de 4 anos, lembranças muito marcantes. Então, anotei aqui algumas coisas, mas antes queria agradecer esse convite porque é uma oportunidade de relembrar porque essas coisas a gente lembra de vez em quando, mas não sistematizamos. Então, foi muito emocionante, eu não conseguia passar, em 1982 o Jaime já estava passando lá para nos pegar.

Eu anotei aqui algumas coisas; essa questão da resistência em Bacabal eu tinha 50 dias, mas aí depois com dois anos fomos para Bacabal no Maranhão. Tenho lembrança desse Nicanor que era o latifundiário de Bacabal. Lembro bem que nós passávamos e cantava “Eu vi o Nicanor com um facho na mão”; era o papai que inventava essas musiquinhas porque lembro bem disso, então são umas coisas que marcam muito. Também tinha um bode que não é muito politicamente correto, mas ele pintou de vermelho, isso é uma lembrança muito atraente.

Lembro que iam muitos amigos, muita gente procurava por ele, ele era muito querido, então nós como filhos era muito gratificante, sempre estávamos vendo pessoas humildes e de todos os níveis.

Tenho uma lembrança quando éramos muito novos, mas em 62 lembro de termos participado de uma campanha, ele saiu candidato a deputado e lembro-me do slogan que ele tinha: “Contra a carestia”. E queríamos saber o que era carestia, e tudo era um aprendizado. Fazíamos goma e saímos para colar cartazes nos muros e isso foi talvez uma primeira atividade.

Depois foi muito frustrante porque ouvimos no rádio, eu pelo menos tenho a lembrança de ter ouvido no rádio, que foi impugnada a candidatura dele, então ele estava sendo bastante votado, mas sua candidatura foi impugnada e não sei explicar, creio que a mamãe vai explicar depois, só

lembro disso que foi impugnado por conta do partido, ele era do PSB a coligação era PSB e PTN.

Em outra coisa que penso é que eram tempos felizes. A repressão existe e como hoje se vive esse resquício da ditadura, da policia arbitrária, policia autoritária, essa policia violenta que temos também naquela época já tínhamos essa policia que tinha vindo de Getúlio de praticar a violência contra os trabalhadores, mas foram momentos felizes.

Lembro também de muitos amigos procurando o papai e um dia ele saindo, ouvi que ele iria buscar um operário que levava uma camisa para ele, porque a camisa que ele iria sair da prisão não cabia, porque a mão dele estava inchada e a camisa não entrava. Então, aquilo me marcou e chamou muito minha atenção, foi mais uma coisa que aguçou a minha curiosidade contra essa arbitrariedade toda.

Nesse processo percebemos que o clima lá em casa foi mudando, as reuniões eram mais tensas, as cortinas não se abriam, as luzes da frente ficavam apagadas, as reuniões eram aquela coisa... sempre os amigos, os camaradas brincavam conosco, era tudo uma brincadeira, alguns adorávamos e depois já não brincavam mais, então era aquela coisa muito tensa, o papai muito tenso.

Estava falando da época em que éramos felizes, porque ele era o presidente da CGP e as lembranças das festas que eram populares, as grandes reuniões e festas que eles davam na CGP para os trabalhadores e estávamos sempre lá, era muito advertido, era uma coisa bonita de ver, era uma solidariedade, aquela amizade.

O papai ensinava a meu irmão Antonio uns discursos, então ele subia no palco, pedia licença, pegava o microfone e discursava. Eram dois discursos que ele gostava, um era: “Fidel Castro derrotou o imperialismo em Cuba, os brasileiros também podem derrotar o imperialismo no Brasil.” E o outro: “Façamos a reforma agrária, libertemos o homem do campo. Viva as ligas camponesas! Viva Chico Julião!”

Nós sempre o aplaudíamos e ele fazia sucesso. Mas lembro muito o tom que papai ensinava: “Viva as ligas camponesas, viva Chico Julião!”. Nossa, aquilo nos empolgava, já era uma coisa revolucionária na nossa mentalidade, pelo menos na minha lembrança é muito forte.

Estudávamos, na época, na escola do BASA, nunca existiu escola melhor. A escola era feita para os trabalhadores do BASA, eram professores ótimos. Era uma escola que não tinha aquela religiosidade, aquele conservadorismo, os professores tinham certa autonomia e eram muito carinhosos, era uma escola maravilhosa. Foi a melhor escola que eu já estudei na vida

Foi muito interessante quando veio o Golpe. É que lá éramos respeitados, admirados, mas na rua de casa éramos hostilizados pelos colegas porque os pais, reaçã, então...

Escrevi um artigo - depois eu passo para você, Jaime - o qual intitulei: "O Famigerado Comunista". Uma das minhas lembranças é a de que saíamos de bicicleta, à tarde, para passear - eu usava mais a bicicleta, a Nize era muito estudiosa, ficava em casa e eu ficava com a bicicleta só para mim - e quando passávamos, quase na esquina tinham as filhas do juiz Falcão, ficavam sempre na janela. Quando passávamos: Êh filha de comunista! Eu não sabia bem o que era ainda, eu tinha oito anos, e aí fui perguntar. Foi um pouco antes do Golpe isso, já estava aquela tensão toda, mas papai ainda estava em casa. O que é comunismo? A minha lembrança é de uma revista que eles foram mostrar, ele e a mamãe, era Fatos e Fotos ou Manchete, uma foto imensa preto e branca, acho que era uma ação solidária dos comunistas. Foram libertar, não sei, alguma coisa assim que representava isso. Uma foto dupla, até hoje está na minha cabeça aquela coisa, um povo assim meio em fila e tal. "Isso aqui é assim: nós somos amigos dos comunistas. Os comunistas vivem assim: ..." Aí explicaram que eles eram solidários, ajudavam as populações oprimidas. Poxa, que bacana, saí orgulhosíssima de meu pai. Ele não falou que era comunista, falou que era amigo dos comunistas, porque era um pouco mais...

Fiquei orgulhosíssima. Aí falei: pois é, mas a filha do Falcão está chamando a gente de filha... "Diz que ela é filha de fascista." Papai era muito brincalhão.

Foi ótimo porque saíamos à tarde e era uma guerra. Eu já ia preparada: - Êh filha de fascista! Aí ficou em pé de igualdade.

Não sabiam o que era comunista porque o pai era um reaçã, nem o pai devia saber.

Mas não era só ela. Tinham os outros que eram vizinhos dessa que não lembro bem a família, eu me lembro do nome dele, o Edson. Papai já tinha

entrado na clandestinidade, tinha havido o Golpe e brincávamos muito na calçada. Antigamente não era como hoje, não ficávamos em casa, ficávamos nas calçadas brincando de pira, de bicicleta, de pega-pega. Aí esse Edson a primeira vez falou: “Olha, sabe o pai de vocês? Pegaram ele lá na Cinelândia, no Rio, prenderam ele.” Falamos com a mamãe. “Não, não, falei com ele.”

No dia seguinte ele veio e falou que papai tinha sido assassinado vestido de operário. Saímos em pranto e fomos falar com a mamãe. Ela disse: “Não, não é verdade.” Disse que tinha falado com ele, que tinha notícia e tudo, para ficarmos tranquilos, mas claro que não ficávamos. E eu na minha lembrança, inclusive nesse artigo falo isso, mas foi uma coincidência, ela o trouxe no dia seguinte para mostrar que ele não estava morto e que estava bem. Na verdade, ele tinha ido pra casa, pra se entregar, ele estava vestido de operário. Isso eu lembro muito bem, ele estava com macacão de operário. Foi muito emocionante nos chamar no meio da noite, num quarto que ficava atrás, assim em cima; não podíamos acender a luz, nem se levantar acima da janela. Ficava todo mundo sentadinho no chão. Estava o papai com esse macacão e esse amigo que não sei quem era que estava com ele, uma pessoa havia levado ele, sei lá; a mamãe e foi muito emocionante esse momento. Ele muito carinhoso, muito atencioso sempre, e aí aquele momento pai também, não é? Ele: “Olhem a mamãe, deem atenção pra mamãe”. Não sei o quê, foi inesquecível isso.

Então, na minha lembrança ele foi ali pra dizer que estava bem e pra dizer que não estava morto, mas que no dia seguinte iria se entregar, ele iria ser “preso”. Era dia 31 de março ou dia 1º de março. Ele se entregou que dia mãe? Que dia ele foi preso?

A SRA. ISA JINKINGS:

– Foi dia 30...

A SRA. LEILA JINKINGS:

– De abril? Tá, então isso foi dia 29 para o dia 30, não é?

Depois o papai passou um tempo incomunicável, mas antes mesmo dele ser tirado da incomunicabilidade, lembro-me de ter ido um dia com

a mamãe na Quinta Companhia e nós avistamos o papai na sala, em frente onde agora é aquele O Boteco...

A SRA. ISA JINKINGS:

– Ele iria sair para prestar um depoimento e estava aguardando, então coincidiu com a hora em que faríamos a visita e ficamos assim, sem poder ir lá dar um abraço. Era proibido. Aí um de vocês foi correndo e o abraçou.

A SRA. LEILA JINKINGS:

– Aí a mamãe: “Vai, vai lá”. Os guardas deixavam a gente passar, só criança. Mas a mamãe mandou um bilheteinho por mim que era um recado do advogado, o velho Alarico Barata, mas eu era tão discreta, e eu me achava muito camarada dele e entreguei tão secretamente o bilhete que ele não viu. Eu botei dentro do bolsinho dele, ele não viu. Eu dei um beijo, o abracei e não falei nada. Então, quando voltei, a mamãe ficou preocupadíssima: “Você não falou pra ele?”. Aí ela fazia um sinalzinho assim pra ele saber que tinha um bilhete no bolso dele, que eu tinha levado e colocado, não é?

O interessante é que nós tínhamos um orgulho danado. Nós nunca tivemos dúvida de que ele representava pra nós o bem. Ele estava enfrentando as maldades, as injustiças. Tanto que uma vez eu convidei uma colega pra ir a prisão visitá-lo junto comigo. Eu disse: Vou visitar meu pai que está na Quinta Companhia. Ela foi comigo, eu levei uma amiga, uma colega da escola do BASA.

E tenho essa lembrança muito boa da família da mamãe. A família da mamãe é tudo ‘reaçã’, até hoje são ‘reaçã’; nenhum mudou. Eles foram super solidários, mandavam roupas pra nós e não tínhamos o menor problema com isso. Chegavam àquelas sacolas de roupas da tia Irene, que era a mais bem de vida. Então, vinha um bando de roupinhas muito boas, e escolhíamos e tal, o que era de quem; e comida, também, alimentos; lembro-me de chegar bons alimentos, frutas, essas coisas que não tínhamos condições de comprar, porque ele foi demitido, aposentadoria compulsória que era ridícula.

Depois que ele saiu da prisão veio a feira, também, outra coisa que para nós era um motivo de orgulho e, também, era uma novidade, participá-

vamos, ajudava aquilo era mais uma fronteira que papai abria, ele saiu e montou uma banca na Feira Batista Campos, foi ser feirante e nós íamos ajuda-lo.

Depois ele tinha uma relação com as livrarias e conseguiu representar algumas livrarias, foi assim que começou a livraria. Ele viajava muito, antes do golpe, ele viajava para reuniões no Rio, em São Paulo, do Partido, da CGT, devia ser assim da GPT porque ele é o presidente regional do Comando Geral, e ele sempre trazia um livro para cada uma, ele sempre trazia um livrinho. Então, ele já era um consumidor de livro e, também, nós passamos a ler a partir dessa idade, assim antes de, eu tinha 8 anos e me lembro que adorava receber livros de presentes. E, também, ele trazia roupas. Lembro-me até hoje das roupas que ele trazia, como ele tinha bom gosto, e, também, não sei porque sempre era vermelho para mim, não sei se eu que escolhia, e até hoje adoro vermelho.

Lembro das roupas porque eram boas, ele trazia boas roupas e de bom gosto.

Tem uma coisa, também, acho que foi nessa época, que ele disse para a mamãe nos entregar talvez, um livro, acho que foi o primeiro livro assim mais engajado que foi: “Eu, Gregório Bezerra, acuso”. E a minha irmã leu: “Até Quarta, Isabela”, do Chico Julião. Então, foram os dois primeiros livros que ele nos entregou. Então, o nome da filha dela é Isabela, também em homenagem a avó porque coincide.

Foi assim que fomos entrando, criando essa consciência, mais consciência, porque tínhamos uma coisa quase que de nascença, às vezes digo que nasci comunista, sou comunista de nascença; mas sabemos que não acontece, tem muitos filhos de pais que têm consciência e que enveredam por outros campos.

Outra coisa que tenho gravado, também, que me impressionou, é que eles tinham uma vida social, eles saíam para dançar, não sei com que frequência, isso a mamãe pode falar melhor. Mas lembro-me de eles saírem para dançar e tem uma cena que ficou muito gravada: eles chegaram de um baile de carnaval, e a mamãe com as axilas toda verde, porque a camisa dela era verde vivo, e as axilas todas verdes. Então, eles bailaram bastante e a camisa manchava. Então, essa cena ficou gravada até porque eles não saíram mais para bailar.

Então, acho que tem essa coisa do golpe e, principalmente, tudo porque ele foi preso, não ficou tanto tempo preso como outros, mas ele tinha o sofrimento de saber: alguns mortos, alguns sendo torturados, era uma coisa assim que mudou, eu nunca mais vi eles saírem para dançar. Essa, pelo menos, é a lembrança que tenho viva, muito viva.

Em 1968, eu já estava totalmente interessada; eu e a Nice começamos a ler um pouco de marxismo; a Nice é um ano mais velha. E o papai evitava, dizia para evitarmos até porque 68 era violento. Então, tinham aquelas manifestações e em 68 eu tinha uns 13 anos, 12 anos. E ele evitava e dizia: Não vão, vai ser violento e tal. E não teve jeito eu fui, consegui um primo meu para me acompanhar, o Asca, porque não deixaram eu ir sozinha, convidei o Asca e o Asca foi por solidariedade a mim, e eu fui de uniforme do colégio, porque as freiras passaram de sala em sala e disseram que não era para ir de uniforme do colégio, aí eu fiz questão de ir com aquele uniforme feio, mas que era proibido e eu fui e ainda pedi um vizinho preto da mamãe emprestado, e eu fui empolgadíssima. Não, era Santa Maria, e as freiras nem eram tão reacionárias assim, mas claro sempre são divididas. Então, foi super bonita, foi a missa do Edson Luiz ali no Largo de Santana, foi super bonito.

Eu tenho umas lembranças depois disso, é muita turbulência, muita coisa, muita notícia que chega. E nessa época nós já tínhamos a livraria. Em 1965 nós fundamos a livraria lá em casa, um escritorzinho que tinha na frente, depois os livros ficavam espalhados pela casa inteira, pela casa inteira, ia até na cozinha tinha livro, tudo, tudo.

Então, o pessoal que começou a frequentar a livraria, ficou, entrava e sentava até na cozinha, tomava um café. E nós já conhecíamos as pessoas, tinham pessoas muito habituês, que frequentavam muito ali. E eu lembro uma vez que chegou alguém assim muito furtivo, e eu fui ver o que era e estava assim, numa salinha que ficava um pouco mais atrás, que trazia uma carta do Araguaia, era uma carta do Araguaia e o papai ficou preocupado, e ficaram naquela conversa muito... E eu fui me meter. E eu vi que a carta tinha manchas de barro, que eu na verdade fiquei em dúvidas se era barro ou se era sangue, porque eu ouvi a conversa que estava muita repressão, que tinha matado, mas o papai não quis falar muito sobre o assunto. E eu

sei que era um padre que trazia, ou um padre que havia enviado, mas vinha por meio de um padre. É só essa lembrança que eu tenho, mas que me impressionou, e já me chamou muita atenção para a questão da Guerrilha do Araguaia que recebiam as notícias e era difícil.

Na livraria também chegava a Policia Federal de repente e levava livro que tinha capa vermelha, se tivesse nome a reunião do Drummond também era subversivo, livro sobre cubismo também era subversivo porque lembrava Cuba, tudo, era um bando de ignorante. Hoje em dia parece que melhorou o nível, mas era muito... Era muito, até piada. E temos sempre essa lembrança da livraria na nossa casa sendo invadida.

Aí depois em 1975 eu fui para Brasília, porque eu tinha feito vestibular aqui para arquitetura e resolvi casar, e fiz outro vestibular em Brasília também para arquitetura, e cursei, fiz o curso de arquitetura todo lá. Mas, era 75 e a minha filha nasceu logo. Não, eu fui em 1974, mas fiz vestibular em 1975 o outro vestibular. Aí a minha filha nasceu então eu tive que trancar um semestre, cursei mais um semestre, depois nasceu a outra a segunda, e eu cursei mais um semestre. E quando chegou em 1977 eu era um pouco caloura ainda, porque era uma estudante que cursava um semestre e trancava outro e não tinha me enturmado, e não tinha mais uma turma que, o pessoal que tinha entrado comigo já estava mais na frente.

Em 1977 começou a movimentação de pressão ao retorno.

Tinha um reitor que era um Capitão de Mar e Guerra, terrível, um cara que era ligado ao SNI, ao Serviço de Informação.

Começamos a pressionar, a ter muito movimento, fazíamos passeatas internas, muita pintura de faixa e eu era muito enxerida, então, isso dificultava um pouco a minha relação porque eu queria entrar para um partido e as pessoas me achava muito enxerida e desconfiavam, porque, afinal de contas, em Brasília não era o mesmo que estar em Belém. Aqui em Belém se eu falasse que era filha do Raimundo todo mundo me conhecia, mas lá eu não era ninguém, não tinha referência de uma família. Era difícil, tive muita dificuldade.

Às vezes eles me achavam meio 'porra louca', porque eu queria entrar para um partido, até que comecei a fazer uma certa agitação por conta própria.

Diante da dificuldade que se criavam, eles prendiam estudantes e eu sempre conseguia me desvencilhar.

Eles prenderam duzentas pessoas em um cerco e numa última hora uma amiga minha me puxou antes do cerco fechar e, então, fui para o movimento para tirá-los de lá, de denúncias, porque foi uma ano inteiro de estudantes presos.

Por sugestão minha juntamos um grupo e formamos uma reunião de pais de alunos da UNB.

Pedimos uma sala no UCC, que é o minhocão, que tem os anfiteatros, e no dia estava fechado e tinha um cartaz dizendo que o reitor tinha proibido aquela reunião, que não teria.

Um dos pais eu conhecia, um senhor que tinha uma loja de loteria, acho que ele era bancário também. Estava também a mulher do Marcus Freires, a Ana Carolina, e eu disse: “Vamos fazer o seguinte, vou fazer um anúncio no jornal e chamamos uma nova reunião. Vocês pagam esse anúncio? Pagamos. Quanto é mais ou menos? Uns cinco mil cruzeiros”.

Fui para os jornais, eu, sozinha, nesse dia fundei uma Associação de Pais de Alunos da UNB. Cheguei ao jornal, fui procurar o Correio Brasileiro, que era o mais lido, acho que o nome da mulher que dirigia lá era Olímpia, sentei com ela e disse: “Tenho a incumbência de colocar um anúncio, porque queremos chamar uma assembleia da associação de pais e alunos, e queremos colocar na primeira página o anúncio”.

Ela pegou o telefone e na minha cara ligou para o reitor e disse: “Olha, Zé Carlos, tem aqui uma moça da Associação de Pais e Alunos querendo colocar, não sei o quê”. Na minha cara, nem pede para eu sair, cara de pau.

Fiquei chocadíssima com aquilo.

Então, ela disse: “Olha, ele está dizendo que não existe nenhuma Associação de Pais de Alunos da UNB”. E eu disse: “Mas existe, nós fundamos uma Associação e estou representando, e nós pagamos”. “Não”.

Aí fui ao Jornal de Brasília e eles assentiram, toparam e nós colocamos o anúncio.

No dia da reunião, acho que uns dias depois, saiu uma nota do reitor proibindo aquela reunião, recomendando aos pais que não fossem, na capa dos dois jornais, tinham pessoas apavoradas, uns foram, outros não foram.

Conseguimos um número pequeno, mas estava lá a polícia, a Polícia Federal ostensivamente, então, aquilo intimidava.

Enquanto isso, alguém que tinha contato com o padre da progressista, esqueci o nome, da Igreja de Fátima, na 906-Sul, mais ou menos, acho que é Santuário de Fátima. Ele era um padre que cedia espaço e que ajudou muito o movimento social. Então nós chamamos a próxima reunião pra lá, e ele disse: Olha, se vocês quiserem fazer um ato ecumênico podem fazer, e tal. Então fizemos um grande ato ecumênico. Isso foi noticiado nos jornais, foi bacana. A associação começou a crescer. Eram uns cem pais que apareciam, acho que começou a juntar pessoas até de fora. Nessas alturas vi que tinha alguns puxando um pouco pra coisa morna e a minha desculpa pra chamar é que eu dizia: Olha, nós vamos reunir para levar esta carta que os estudantes foram presos ao entregá-la... porque os estudantes tentaram entregar uma carta ao Ministro da Educação, Ney Braga, e eles foram presos; eram uns três ou quatro. Então, peguei esta carta e disse: pois nós vamos entregar. A Associação de Pais e Alunos da UNB vai entregar esta carta. Chamei a mamãe: Olha, vai ter que vir um de vocês pra cá porque os pais estão muito devagar, precisa ter alguém mais incendiário. E aí a mamãe foi e ficou muito presente. Era das dez mais a frente, sempre. Saiu em tudo que revista, tem foto dessa tal da comissão de pais de alunos e a mamãe sempre lá.

Fomos ao Congresso falar com o Petrônio Portela, que era o presidente do Congresso. Enfim, fomos a tudo quanto foi autoridade, e aparecia, a imprensa cobria. A “Veja”, nessa época fazia jornalismo. Saiu na “Veja”, na “Isto É”, no jornal JB, o Estadão e Folha cobriam razoavelmente. E aí marcamos finalmente a audiência. Já tinha certa divergência na associação porque tinha entrado alguns proeminentes advogados, mas com aquela coisa um tanto comedida, e eles acharam que não tinha nada a ver entregar aquela carta, que tinha que fazer outra carta, aquela carta muito burocrática e tal. Então peguei essa carta dos estudantes e dei para a mamãe: Olha, mãe, é esta carta que nós nos comprometemos com os estudantes. Está aqui a carta e entreguei a ela. Quando elas entraram no gabinete do ministro, estava a imprensa na antessala, que era JB, Folha e Estadão. Lembro bem que esses três estavam. E já entreguei a carta pra eles. Falei: Olha, eles vão entregar esta carta. Então, ela: “Opa!” Aí dei umas dicas. Elas já estavam

instruídíssimas quando os pais saíram de lá, e a mamãe com uma carinha assim, porque ela foi entregar, mas os pais... Ela foi até hostilizada porque os pais foram com a carta oficial e ela foi com a cartinha: Olha, mãe, esta cartinha aqui é que os estudantes foram presos. Não lembro muito bem o que ele falou, parece que ia fazer de conta que nem tinha recebido. Alguma coisa assim. Fez uma ameaça velada a ela, mas ela saiu e foi falar comigo. Eu disse: Olha mãe já está nas ruas, já entreguei para todos os jornalistas. No dia seguinte saiu na primeira página dos jornais a nossa carta, que era muito mais interessante.

Então houve um racha, que depois essa comissão foi até reunir com o Zé Carlos, o Capitão de Mar e Guerra. Acho que a mamãe não foi nessa, nós não fomos, deixamos para os outros falar com o Capitão de Mar e Guerra. O reitor chamou para fazer não sei que tipo de acordo.

Então, foi um período de muita agitação, tínhamos até que ter uma certa criatividade. A minha filha tinha uns dois anos e meio, tem uma foto dela muito engraçada onde ela está folgada na mesa do Petrônio Portela pegando uns biscoitos de água e sal, deitada, folgada, esperando a reunião acontecer, ela lá muito tranquila, e o jornalista aproveitou, porque achou muito interessante.

Com essa movimentação toda o DCE finalmente me abordou, começaram a achar-me interessante, e aí foi a primeira vez que me organizei na UNB, eu fui participar do DCE. Mas, como era um momento de muita repressão, muita agitação, saía todo dia para fazer pichação, fazer panfletagem e não sei o quê, era uma atividade muito clandestina, não sabia nem que partido era, depois aos poucos é que eu fui sabendo. O primeiro partido era o PORT (Partido Operário Revolucionário Trotskista), e eles tinham uma atuação incrível, só que depois começamos a divergir da questão ideológica, a teoria deles é meio maluca, reacionária, eu acho.

Não sei se vocês conhecem o PORT, eles, por exemplo, tinham preconceito com os homossexuais e desprezavam um pouco a relação sexual, dizia que futuramente iríamos fazer de proveta, umas coisas assim meio absurdas. E nós provemos um racha; era mais ou menos cem pessoas que se reuniam, e saíram oitenta e ficaram alguns, eu fui uma das oitentas que saíram, mas esses oitentas nem todos foram procurar outro partido.

Nessa época conversamos com vários partidos, fazíamos reuniões em fazenda, em curral, saia vendada e aquela coisa toda, e optamos pela Convergência Socialista que estava surgindo. Eu e mais umas cinco ou seis pessoas, mais mulheres, tinha alguns homens que eu não lembro quem eram, enfim, vamos dizer que uns dez militantes foram para a Convergência.

Passamos atuar na Convergência, onde tínhamos uma boa atuação, era um partido novo que estava na construção do PT. Viajamos para reuniões em São Paulo, nessa época discutia-se muito a questão de fundar um partido, o Partido dos Trabalhadores, um novo partido.

Ainda em 1977, eu não lembro bem os detalhes de como foi a operação, mas nós fomos para ajudar os operários na luta do ABC. Aquela primeira greve que estava sendo deflagrada, nós fomos para lá. Eu estava lá, fiquei sediada em Santo André, onde um dos dirigentes era o Zé Maria, acho que o Alemão também fazia parte desse mesmo Sindicato, porque tinha São Bernardo que o Lula era o líder maior, em Santo André tinha vários, um deles eu acho que era o Zé Maria, até porque como eu estava ligada à Convergência era quem mais se aproximava.

Mas nós fazíamos piquetes, eu dirigi vários piquetes, inclusive de mulheres, as mulheres gostavam que eu fosse. E também porque naquela época pouca gente dirigia, então, chamavam-me para correr aqui, correr ali com o carro, e foi muito bacana, até eles acharem que poderíamos atraparlar, porque nós éramos infiltrados lá, e voltamos para Brasília.

Era um período em que havia muita repressão, a todo momento você deparava-se com pessoas que eram espiões, traiçoeiras, que às vezes você decepcionava-se muito com as pessoas que conversavam com você, pegavam informações, e nós começamos a ficar com medo e pediram que voltássemos para Brasília.

Outra luta também que não lembro se foi antes dessa outra foi uma pela creche da UNB, essa também teve uma repercussão incrível, incrível mesmo. Interessante que é uma coisa aparentemente ingênua, mas que dava manchete nos jornais, era uma brecha que a gente achava, consegui primeira página também de convocação porque tinha um amigo meu que fazia charges e chegava lá e falava, então assim, nós tínhamos que encontrar um meio de furar esse bloqueio de uma forma, não podia falar de partido, não

podia falar de repressão então nós achávamos uma luta que comunicasse, que reunisse pessoas e essa luta realmente deu um abaixo assinado imenso e muita repercussão. Tenho muito material de imprensa, depois quando reunir faço questão de mandar para vocês.

Em 1981 formei, a nossa turma era de Arquitetura e era muito mal vista porque a frente da greve era Arquitetura e Comunicação de 77. A SBPC foi proibida em 77, quase não acontece e acabou conseguindo realizar com apoio de instituições talvez de fora, não lembro como é que foi isso, mas fui enviada para representar a UNB, fazer um relato porque naquela época você não podia mandar um twitter, nenhum e-mail, tinha que ir presencial, você chegava lá fazia um relato de como estava à situação. Era tudo muito presencial, uma vez estávamos distribuindo um panfleto na rodoviária que é uma área de segurança nacional, uns cinco de nós e aí uns bonzinhos disseram assim, olhe aqui não pode, mas vão lá para CNB ali do lado que pode; só que ali era mais fácil de prender, e a gente besta foi. Só que na hora que os outros estavam sendo puxados, éramos uma quatro ou cinco, guardei rapidinho e saí. Assim que consegui fugir, fui à única que fugiu. Aí você tinha que correr no Congresso e denunciar, era muito rápido, pegava um taxi e corria para o Congresso, chegava lá procurava, era Airtton Soares, enfim.

Então vim para Belém ainda dezembro de 81, mas já estava engajada na fotografia também, porque apesar de estar fazendo arquitetura a gente começou a fazer alguns trabalhos de urbanismo e você convive muito com as pessoas, então você tem que estudar o entorno, tem que fazer um plano, saber como as pessoas vivem e a gente foi acabar fazendo um trabalho numa ocupação, a ocupação do Paranoá que estava em ebulição, queriam desapropriar, queriam expulsá-los de lá e a gente entrou logo na resistência, começamos a fazer um trabalho, fizemos até um audiovisual, já levamos o movimento da ocupação da UNB para dentro da arquitetura, tem fotos das reuniões nossas assim, na época chamava invasão, hoje evitamos o termo invasão.

Então como tinha começado a fotografar a gente fez as fotos do Paranoá; nessa época desde 77 que comecei a conviver com jornalistas e comecei a apreciar muito a profissão e conheci o Milton Guran que é um grande fotojornalista e me inspirei muito nele, ele fez um trabalho belíssimo de cobertura na reunião de refundação da UNE em Salvador, ele estava

fotografando e aquilo para mim foi uma das coisas mais legais assim de acompanhar fora o próprio congresso que foi muito emocionante, muita repressão, apagava a luz, faziam um terror, apagava a luz, jogava pó de mico uma coisa assim, uma fibra, um negócio que ficava todo mundo se coçando e todo mundo com medo de bomba, falavam de bomba e ficamos um bom tempo sem energia e tinha aquela onde que o pessoal falava na frente – foi a primeira vez que eu vi isso - e a segunda fileira repete e vai, vai para todo mundo escutar, é uma coisa super emocionante.

Foi na refundação da UNE em 1979, em Salvador, acho que foi na sede do Centro de Convenções, mas o Milton Guran fez um livro depois, até tenho esse livro da refundação da UNE e a essa altura estava completamente apaixonada pela fotografia e comecei a trabalhar. Ganhei um equipamento, uma Pentax MX com duas lentes. Então pedi aos meus pais e disse que realmente queria fotografar e eles deram um jeito e me deram uma câmera.

Comecei a participar e a minha resistência passou a ser uma das minhas atuações e essa resistência foi por meio do jornalismo, foi fotografando o movimento social e eu não me interessava por mais nada além disso. Então fotografei aquele movimento belíssimo que teve; muitas prisões que houve no Movimento de Panelas Vazias, que todos foram para frente do Palácio do planalto, era Figueiredo, eu acho. E ai teve repressão, cercaram, ninguém entrava e nem saía e para pegar filme, pois naquela época não era digital, era filme ai eu falava: “gente, me empresta filme e pegava filme emprestado, e era assim, você passava só a mão para não ter que sair porque senão depois você não entrava.

Com isso fiz um bom trabalho que depois foi o que me fez ser aceita na União Profissional dos Fotógrafos, o que selou a minha participação, o respeito que adquiri na profissão, mas principalmente foi um trabalho que não tem mais volta, até porque eu passei a integrar uma associação que eram todas as pessoas com esse pensamento, o preço do jornalismo como resistência e não um jornalismo subserviente.

Então foi nessa época que estava começando o movimento pela anistia, outro movimento muito bonito em Brasília. Reuníamos-nos no Clube da Imprensa ou na rampa do Palácio, eram dois locais que geralmente mar-

cávamos atos. Em um deles saíamos e tinha espalhado aqueles preguinhos com cinco pontas, então era um terror, porque você furava o pneu naquele lugar escuro, era muito cheio de armadilha. Nesse dia do Movimento Panela Vazia eu vi alguns meganhas que conhecia lá da invasão de Ananindeua, um era o “Shazan”, outro era o “King Kong” e todos tinham um apelido e eu ficava fotografando para fazer minha.... e ai um deles chegou e falou assim: Depois ‘a gente’ troca figurinha. Ele também estava fazendo o arquivo dele... nunca ele mandou.

Depois vim para Belém e quando cheguei aqui estava começando o movimento de 82 para derrotar a ditadura, nas urnas, derrotar o Passarinho e todos nós apoiamos o Jader e depois eu até fiz um livrinho sobre essa cobertura.

Cheguei nesse momento, ninguém me conhecia, eu militei no fim do movimento estudantil aqui em Belém, então é uma lacuna que tenho e a Universidade para mim foi depois, eu ainda não cursava, era mais o movimento e cheguei ao meio jornalístico, eu não era uma fotografa que me interessava em trabalhar em jornal ou revista nenhuma, eu queria ser freelancer, que não era coisa comum na época.

Mas tinha o Milton Guran, ele tinha fundado a AJO – Fotojornalismo que foi a segunda agência freelance, que era uma agência de fotojornalismo freelance, o mesmo esquema que o Sebastião Salgado também veio de uma agência e eles nunca trabalharam para ninguém. O Cartié Bresson, foi o fundador da Magnum que foi quem inspirou essas agências. Depois, surgiu uma agência, a F4, da Nair Benedito e do Juca Martins, no Rio, que teve um papel importantíssimo no registro dos movimentos sociais. E a AJO em Brasília, logo depois das quatro.

Eu também escrevi um artigo sobre a AJO, eles até ficaram muito emocionados porque fiz um resgate. A AJO tinha uma importância tão grande nesse registro que houve um incêndio criminoso, muitos dos nossos negativos foram destruídos, até um de um prêmio de fotografia que recebi num concurso na União Soviética, no Festival da Juventude. Para ter uma ideia, eles incendiaram tudo porque estávamos cobrindo no Brasil inteiro o Movimento das Diretas Já. Nós dependíamos. Eles fizeram depois um livro sobre as Diretas Já.

Então havia essa perseguição e também eram pessoas dedicadas a esse tipo de jornalismo, ninguém fazia contratado por ninguém.

A essa altura, em 1982, houve também o julgamento dos padres franceses, Francisco Gouriou e Aristides Camio e eu fui fazer essa cobertura. Foi a segunda cobertura porque a primeira foi um francês, o Jacques Cousteau, mas nessa área foi a dos padres franceses. Então já havia encomenda e eu estava fazendo para a AJO. Eles disseram: “Todo mundo já nos pediu, quer essas fotos. Então faça, arme um esquema.”

Cinco horas da manhã eu estava em frente à Auditoria Militar, ao Tribunal. As tropas fazendo movimento de se organizar e não sei o que e eu já lá, de plantão. Abria só às sete da manhã e eu era a primeira da fila.

O Tenente do Exército veio pegar as minhas credenciais e eu dei, era uma carteira da Federação Nacional dos Jornalistas. Mas o meu nome era Leila Jinkings. Ele pegou e passou para uma cara da Polícia Federal e ficou lá be-be-be e não sei o quê e eu só vendo o movimento. Depois passou não sei mais para quem, rodando a minha carteira. Depois já estavam deixando os outros passarem e eu lá.

Falei: - Tenente. - Olha, você não vai passar, você não vai entrar. - Como? - Não vai entrar.

- O que é isso? É porque meu nome é Leila Jinkings, não é? Olhe, eu estou aqui como jornalista, sou profissional, eu represento várias empresas aqui.

- Não, você não vai entrar. Assim, não argumentavam. Também não tinha argumento, não é?

Fiquei muito chateada porque num momento como esse os nossos colegas jornalistas nenhum quis saber o que estava acontecendo, todos queriam cuidar do seu. Entravam e iam cuidar de si. E eu: ei, olha aqui eu estou ficando, não estão me deixando entrar. Ah é, tá. Sabe, ninguém, ninguém. A primeira pessoa, já eram quase dez horas da manhã e chegou o rapaz do JB, eu esqueci o nome dele, mas acho que era Shiran, era uma pessoa muito bacana, eu o conheci em Brasília, realmente não estou lembrando o nome dele, mas acho que era Shiran, do JB. Ele me viu ali e disse: “O que você está fazendo aí?”. Eu respondi: Estou aqui porque me proibiram de entrar, eu não vou entrar, então estou aqui. Ele disse: “Mas

como? Espere aí que vou falar ali com o Coronel Amarantes, ele é mais...”. Era o melhorzinho, imagina! Ele era ótimo, ele veio conversar comigo, supersimpático, ele era daquele tipo que gostava... E disse: “Olhe, vou fazer o seguinte: Eu não posso ir contra e tal ... Vamos almoçar, daqui a pouco eu vou fazer uma pausa, aí você volta que vou te colocar para dentro”. Assim eu entrei. Quando voltei do almoço, ele deu um jeitinho lá, ainda demorou um pouco, eu fiquei nervosa, cobrando, mas entrei. Entrei, fiz meu trabalho e nós vendemos para o mundo inteiro esse trabalho. Esse foi um trabalho que todo mundo queria essa pauta, era uma pauta importantíssima: dois padres franceses que estavam sendo banidos do país porque estavam sendo solidários, ajudando camponeses que estavam sendo assassinados, trucidados, enfim, aquela loucura da Guerrilha do Araguaia, da região do Araguaia. Eu ainda tive um encontro com eles na Polícia Federal em Brasília, porque permitiram aos jornalistas que fizessem visitas.

Eu fui a Brasília por outra questão, pois estava enfrentando um processo seríssimo e o Funaji disse: “Olhe, me dê uma câmera aí, porque, eu vou lá tentar fotografá-los na prisão”. Aí ele me deu o equipamento, eu peguei um absorvente higiênico e coloquei bem em cima do equipamento, porque eu disse: se eles abrirem a minha bolsa, eles vão ver o absorvente e o homem não sabe lidar com isso. Não sabiam, hoje eles já têm essas manhas; mas naquela época não era tanto. Tinha uma fila de jornalistas querendo falar com eles e eu sei o nome de vários. Acho que tinham uns dez, pelo menos, era uma sala tão pequena que ficou apinhada de gente porque eles selecionaram, examinaram todas as bolsas, e aconteceu o que eu previa, eles abriram, aí fecharam e tal. E claro, os outros jornalistas não sabiam, mas quando cheguei lá dentro e puxei minha câmera, eu falei: Padre, o Francisco, eu vou fotografar porque eu combinei isso, tudo bem? Ele: “Tudo bem!”. Aí os jornalistas ficaram me pressionando dizendo que isso era uma traição, combinado com a Polícia Federal. Eu falei: Desde quando eu tenho alguma combinação com a Polícia Federal? Eu vou fazer. Mas é assim, fiz muito sob pressão e fiz uma foto que não ficou muito boa, mas eu fiz mesmo assim, porque eu tinha compromisso com a revista Isto É. Então, era uma dificuldade, quer dizer, essa ilusão. O jornalista tem muito isso.

O jornalista às vezes... eu nunca vi algo tão interessante que o Laerte fez uma vez, porque o jornalista fala assim, se acha, lida com poderosos e tudo: “Sou jornalista, não sei o quê”. Aí quando alguém pergunta: “E quanto você ganha?”. Aí ele já olha pra cima pra dizer, é uma merreca e você se coloca no seu lugar. Então, o Laerte tinha essa charge que achei genial e representa pra mim o que era e ainda continua sendo uma boa parte do jornalista, ele se empolga; ele não se coloca criticamente na sociedade e se acha amigo do deputado corrupto, ladrão. Na época eram ditadores, torturadores, era Polícia Federal e você tinha um contrato de... claro que quebro qualquer contrato que eu faça sob pressão em primeiro lugar, não é? Porque nós não discutimos isso, ninguém discutiu.

Então teve a venda ... que foi muito forte pra mim, foi muito importante também, nesse processo.

Então, cheguei aqui, acho que já tinha um pique de não parar. Quando estava chegando – qual foi o ano que morreu o Gabriel Pimenta? Foi no ano que cheguei, antes das eleições, no meio do processo, de repente, assassinado o Gabriel Pimenta. Então, era assim, era tudo muito difícil; liguei rápido para a Ágil: “Gente, consegue passagem para mim que eu preciso ir para Marabá agora”. Não tinha um tostão para nada. Você tinha que pegar avião, você tinha que comprar filme, você tinha que ter sua câmera, era tudo presencial, tudo físico, tudo analógico, não se mandava via e-mail nada, era tudo assim, tinha que ser ágil, rápido, correr, fazer, depois mandar via avião, por exemplo, no caso ia lá fotografava, corria no aeroporto, botava com relatório já feito. Então, não parávamos um segundo assim, ou você estava, realmente, engajado ou você perdia, era melhor não fazer.

Então, foi um trabalho, também, que repercutiu bastante e que foi um trabalho de enfrentar a repressão lá, porque chegava ameaça o tempo todo, estávamos ali cobrindo, investigando, conversando sobre o assassinato do Gabriel, e aconteceu até de termos que mudar de casa por ameaça, porque era sem forro a casa, não sei o que, esse tipo de coisa.

Depois acompanhei a eleição, tinha um contrato com o Jader, ofereci para ele: “Olha, se você me levar eu lhe dou umas fotos e estamos quites. Eu lhe dou algumas fotos para você publicar e para mim era um supernegócio, e a Ágil revelava, rapidamente, para mim, porque eu man-

dava para Brasília, a Ágil revelava, diziam: revela no Diário. Nem morta porque não é o mesmo trabalho, tem que ser bem revelado senão você perde o material.

Então, era assim, enquanto todo mundo ia jantar, não sei o que, você estava fazendo relatório, correndo para o aeroporto para mandar o filme, depois corria para pegar as fotos, entregava para o Jader e assim garantir a minha estrutura para viajar, ninguém me bancava, ninguém tinha um tostão para dar.

Aí fiz o livrinho, entrei com um edital na SEMEC e fiz o livrinho: PMDB Eleições 82, chamei um colega, o Afonso Klautau, para editar junto comigo e nessa época já estava começando a militar junto com o meu pai, tinha uma célula do Partido já, porque só entrei para o Partido Comunista, quando fui para o Sindicato, acho que foi quando achei que o partido era mais consequente, porque o trotskismo é muito atirado, aquela coisa cheia de propostas, mas na hora de fazer você tem que ter a consequência, quando você faz uma proposta, então, isso percebi, claramente no sindicato, que tinha gente lá que propunha pichação, panfletagem, greve e perguntávamos: “você vai?” Não, não vai.

Então, foi assim que acabei entrando no Partido Comunista, tinham muitas críticas, é claro, porque eu era trotkista.

Então, fui para o Partido, era uma célula do Partido dentro do Sindicato que era eu, papai, a Lea Nunes. A Lea Nunes até está vindo, acho que tu podias conversar com ela, porque fizemos um monte de maluquice.

Ela era da direção do Partido, também. Ela que mora na Suíça hoje, mas ela está vindo dia dez.

Então, eu e a Lea era uma dupla dinâmica, íamos para os lugares, eu fazia as fotos, ela fazia um textinho, mandava para a voz, era uma coisa muito guerrilheira; íamos para certas invasões de resistência, de Irituia tem até um relatório que guardei de lá, fomos. Bom, vai e vem todo esse processo, o papai tinha uma luta muito grande para manter o partido, porque era um partido pequeno sem estrutura, e ele tinha que viajar por todo o interior para fazer as convenções, porque teve o golpe do PPS... Às vezes, as pessoas perguntam: Mas, porque que eles simplesmente não saíram? Porque, primeiro, que eles não tinham intenção política nenhuma, era um

golpe, eles queriam o patrimônio do partido, patrimônio moral, formal e financeiro. A história que o Bob Freire tentou registrar no INPI, registros de marcas e patentes, aquele louco. É muito ridículo, ele registrou na marcas e patentes. Claro, aí veio o Sepúlveda Pertence e deu uma sentença dizendo: Mas, que história é essa de alguém não querer que outro refunde o partido, e ao mesmo tempo quer jogar fora, não pode, quem não quer mais, não quer mais. Então, aí permitiu que nós refundássemos o partido nesse rolo todo. Mas nós ficamos sem sede, sem toda a estrutura que tínhamos, eram 100 Municípios, eu acho, 150, registrados, todos organizadinhos, então, eles destruíram muita coisa.

O papai no início de 1994, ele foi e fez todas as convenções, deixou tudo super organizado, ele já estava doente. Eu acho que foram as últimas forças dele, foram dedicadas ao partido. Eu era da direção, a Isa era da direção, a Isa era muito atuante, fazia também a parte de finanças, de organização. Eu e a Lea também éramos da direção, mas nós cuidávamos mais da parte de divulgação, de agitação, eu sempre gostei muito da parte de agitação e de articulação também. Então, nós aprontamos muitas coisas, inclusive, com esse pessoal do PPS, nós pregamos algumas peças neles bem legais.

O papai já estava doente e foi se tratar em São Paulo, eu me angustiei, porque vi aquilo, e também nós tínhamos eleito o Almir Gabriel, e logo em seguida o Almir Gabriel decepcionou, logo em seguida. E nós tivemos que partir para cima do Almir Gabriel. Eu juntei uns camaradinhas da juventude e fomos para cima do Almir, pichamos a rua. Aí quando o papai se ausentou, conversávamos com o Almir, estávamos ali juntos com o Almir. E aí eu fui e falei para o Papai: Pai, nós pichamos a cidade toda. E o papai falou: Tá bom. Ele apoiou total. E nós fomos embora.

O Alfredo Oliveira, já querendo, disse: Olha, Leila, o Jinkings está doente, eu proponho que você assuma a presidência do Partido. E eu disse: Nem morta, imagina, tem tanta gente mais experiente que eu, relutei muito. Mas, realmente, na verdade, eu era muito experiente, mas eu não estava a fim de pegar um abacaxi desses, que era um abacaxi.

Finalmente dia 05 de outubro de 1995, o papai morreu, e chegou um membro da Direção Nacional com a incumbência de não sair de lá enquan-

to não tirasse uma nova direção, ele tinha que voltar com isso. E aí reuni com o Alfredo, Paulo André, todo o pessoal da antiga e mais o pessoal da juventude atual, estava ali, e tive que assumir, tive que aceitar a incumbência e assumir a presidência do Partido, isso foi em novembro de 1995, era mais ou menos início de novembro, dia 05 de novembro.

Esse membro da direção, inclusive, tinha vindo porque estávamos fazendo movimento de resistência contra a venda da Vale, que era nessa época e até o Almir estava dando certo apoio para nós e depois o Collor convenceu que era um bom negócio vender a Vale e nós ficamos sozinhos.

Esse membro, o qual eu não conhecia, papai tinha feito umas bandeirinhas, desse tamanhinho assim, uma gracinha do PCB, que talvez fosse para agitar, não sei, era só o que achamos e levamos para buscar esse membro e chegou lá nós balançando a bandeirinha e a Socorro chegou lá e foi atrás e conseguiu localizar o tal membro que estava esperando.

A Socorro foi muito bacana, nós não tínhamos programado nenhuma hospedagem para ele.

Assim, assumi e presidi o partido até ter que sair da cidade em 2003 acho.

Fui para a EMBRATUR, fizemos uma nova reunião e elegemos o José Penafort, que depois não conseguiu se manter, fez uma carta para o partido, para o comitê central, e que estava comunicando que o partido não existia mais no Pará, que ele estava entregando, e pedindo para registrar isso, que o partido não estava organizado no Pará.

Tinha chamado até uma assembleia para expulsar uns vinte militantes do partido, porque eles faziam reuniões com um certo partido e iam conversar com a nossa juventude, eram três ou quatro membros que passaram as eleições de 2000 reunindo fora, quer dizer, o nosso partido praticamente não participou, ficou desfalcado, porque depois fiquei sabendo que eles estavam reunindo com o PSTU.

Fiquei muito chateada e tal, chamei, expus e eles foram expulsos, fora outras questões que teve, inclusive, de honestidade, desfalque de um dos membros.

O meu susto quando vejo que hoje existem esses membros que reorganizaram o partido aqui, então, não estou a par porque estou fora de

Belém, mas questiono isso, que história é essa que pessoas que foram expulsas, que foi um relatório para o comitê central do Rio de Janeiro, tem um relatório feito, tem cópia dele e de repente eles são trazidos para levar uma legenda, porque ideologia não existe ali.

Infelizmente também tem outras pessoas que romanticamente ficam felizes do PCB estar organizado novamente.

Conheço gente que é francamente bem intencionada, que vem conversar comigo, se queixar para mim achando que eu posso fazer alguma coisa. Ingenuidade, porque vemos que na verdade o que move hoje muitos partidos é a questão da legenda, infelizmente.

Isso foi muito decepcionante.

Então, já era um período que estava me afastando do partido justamente por causa desse tipo de comportamento, um autoritarismo exacerbado, um fisiologismo muito grande tomando conta do partido e nós saímos em massa também. Fizemos uma disputa pela direção, perdemos e localizamos um grupismo muito grande arraigado, mas, assim, fisiológico. Então, saímos. Alguns foram expulsos, que é uma prática corrente, hoje, no PCB, muitos dos que votaram na expulsão dos camaradas, que eu estava apoiando, hoje também estão expulsos, pelo menos uns dez que participaram da expulsão, que votaram e defenderam, hoje também estão expulsos porque devem ter divergido em algum momento, porque a prática é essa.

Então, o partido tem que ser reconstruído. Eu digo o Partido Comunista. Os partidos revolucionários têm que ser reconstruídos.

Hoje, eu mantenho um blog sobre o meu pai. Acho que desde 1998, eu tenho esse blog, venho alimentando. Tem sido muito usado como fonte de informação. Tem artigos, artigos do meu pai, tem esses artigos que eu citei, que eu escrevi e coloquei lá.

Estou preparando um documentário sobre o meu pai. Outra paixão que eu cai e que cada vez vou afunilando para ser uma dura, porque além de jornalista agora resolvi ser documentarista.

Fiz um documentário, por conta própria também, sem financiamento, que é sobre o desaparecido político de Recife, que era do partido, uma figura muito bonita, um jornalista poeta, ator, multígrafo, uma figura linda! E fiz um documentário, ganhei até uns prêmios, foi um documentário muito elogiado.

Tive a honra de ter uma resenha escrita pelo Vladimir Carvalho, que é um dos documentaristas que respeito muito, sobre o meu documentário.

Resolvi escrever sobre o livreiro Raimundo Jinkings. O título provisório dele é “As Dores do Mundo”. Quero falar sobre o Jinkings livreiro, porque o Jinkings livreiro representa o Jinkings comunista, o Jinkings humanista, o Jinkings família. Tudo está ali reunido. Ontem mesmo colhi um depoimento do Carlos Sampaio, em que ele fala sobre isso. Achei interessante o que ele resume. Ele diz: sabe o que é? É porque o Jinkings era comunista, ele recebia as pessoas, se interessava pelos problemas que o professor tinha; ele discutia, se interessava pelas pessoas. Ele conversava com o estudante, com o filósofo, com o advogado. “Peixe Agulha” ia lá pedir informação. O Otávio Mendonça também que era o maior reça, ia lá: “Oi, Jinkings, quais são as novidades?” E o papai estava interadíssimo, lia muito. Foi uma pessoa que não fez curso superior, terminou o 2º Grau com muita batalha, estudando à noite, e o primeiro livro que ele leu foi aos 15 anos. Só que ele morava no interior do interior do Maranhão. Era Pinheiros, Santa Inês, que era o município de Santa Helena, da Comarca de Pinheiros, no Maranhão. Eles eram pobres e um dia ele achou um livro do Schopenhauer no meio das coisas do pai dele. Quer dizer, ele começou por Schopenhauer, as dores do mundo, daí o título.

Então, essa história já começa a ficar interessante com isso, que é uma pessoa que descobre por meio de Schopenhauer que a pobreza não é natural. Então, foi a primeira coisa, e religião também. Naquela época as pessoas viviam muito sob essa pressão, se você não acreditasse em Deus era um problema social, então, ele descobriu que alguém questionava Deus. Imaginem que deve ter aberto tudo para ele, saber que tinha gente que dizia que ninguém tem que ser pobre e que ninguém tem que acreditar em Deus. E isso foi uma revolução na cabeça dele. Então, eu coloco como um ponto de partida para tudo. Foi a filosofia, ele descobre a filosofia.

Um dia ele deu de presente para a mamãe um livro, “Os Filósofos que eu já li”, se vocês verem a lista tem alguns que nem conhecemos, todos os filósofos mais tradicionais, mais clássicos, ele leu, coisa que muito professor de filosofia, com certeza, não leu hoje.

Também o Ernani Chaves escreve um artigo contando que um dia ele foi à livraria e o papai estava lá, ele descreve “aquele Senhor”, e ele acom-

panhando os passos do Ernani, ele pegou Nietzsche para levar. Só que Nietzsche estava um pouco mal visto, teve uma época que era Nietzsche ou Sartre. Quando ele foi pagar, ele fala que perguntou: “-Quanto é?” Aí o livreiro perguntou: “-Posso sugerir alguma coisa para vocês?” Aí ele: “-Sim”. E ele: “-Sartre”. Ele fala que dali surgiu uma amizade e que quando ele estava terminando a faculdade que o papai já achava que ele estava ficando até um pouco marxista, mas que ele era mais Nietzsche no início. Depois ele foi abrindo mais e compreendendo melhor o porquê do papai naquele dia ter oferecido o Sartre defendendo um ponto de vista do marxismo.

Então é isso, obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE:

– A Senhora Isa pediu para falar mais algumas coisas, em seguida abrimos para os membros da Comissão.

A SRA. ISA JINKINGS:

– O Jaime lembrou de algumas coisas que eu havia falado para ele, por exemplo, eu não falei que em 1962 também o Jinkings participou da 1ª Conferência da Amazônia de onde saiu a Carta da Amazônia, com a participação de muitos intelectuais, jornalistas, os intelectuais progressistas, uma grande participação e saiu essa Carta da Amazônia, inclusive, eu tenho a original e ele foi um dos signatários.

Outra coisa que eu não mencionei, porque não lembrava, é que quando estivemos em Bacabal, a lembrança mais forte que eu tenho de lá é uma lembrança meio romântica, mas que é uma das lembranças mais fortes. Tínhamos uma vizinha bem na frente da nossa casa, uma casa bem modesta, uma família modesta, que eu conversava muito com a Dona Joana, e a noite os vizinhos reuniam-se para leitura de cordel. E eu achava aquilo tão bonito, eu e o Jinkings participávamos, nós sentávamos para participar. Era iluminado com lamparina os folhetins de cordel e às vezes até com a luz da lua, quando a noite era de luar. Foi uma das lembranças mais fortes que tive de Bacabal.

Em 1964, logo depois do golpe, saiu uma lista nos jornais: “Os Comunistas do Pará”, e o meu nome estava entre os primeiros da lista. Mesmo assim minha casa não foi visitada em 1964.

Outra coisa que o Jaime me lembrou foi que eu durante o mês que o Jinkings esteve escondido e que foi a coisa mais certa do mundo, porque ele era caçado como uma fera, o cabeça do movimento subversivo no Pará, e quando ele foi preso isso aí já tinha passado e ele nunca sofreu tortura nenhuma e inclusive, eu tive o privilégio de poder levar alimento, tudo para ele quando saiu da clandestinidade, nós nos falávamos duas vezes na semana. Mas, a correspondência passava pela censura, todo mundo lia. Eu descobri que na garrafa térmica que mandava com vitamina, suco, açaí que ele gostava muito, descobri que a tampa da garrafa se desmembrava, conseguir desmontar a tampa e tinha um lugarzinho onde dava para colocar um bilhete, então, comecei a mandar um bilhetinho dentro da tampa da garrafa térmica. Só que ele não podia adivinhar. Então, consegui que um filho de uma vizinha nossa que era soldado, desse o recado para ele abrir a tampa da garrafa térmica e nós passamos a ter uma correspondência particular onde podíamos falar o que quisésse.

Quando o partido estava na clandestinidade, como disse, sempre ficava na retaguarda, quando ele saiu da prisão, a primeira coisa que ele fez para sobrevivermos foi montar uma barraca na feira livre de Batista Campos junto com Sandoval Barbosa, que era também perseguido pela ditadura, porque era muito atuante no Sindicato da Petrobrás; enquanto estava na feira, era sacrificado, eram dois dias sábado e domingo, sempre um deles tinha que dormir na feira uma noite e na outra noite dormia o outro, e eu comecei a fazer uns docinhos para os meus filhos venderem, para ajudar na venda. Eles tinham seis e sete anos, saiam com a bandejinha com doce para vender para ajudar na receita da feira. Um dia ia passando pela praça e o Alvarinho, menorzinho de seis anos estava paradinho na praça, ele era louco por futebol, era até apelidado de Edinho, porque ele era muito bom; Edinho era um jogador conhecido, e ele era louco por futebol e na frente de casa tinha a pelada dos meninos; e ele paradinho com a bandeja na mão olhando um jogo de futebol. Nesse dia chorei porque é incrível, ele estava com a bandejinha na mão sem poder jogar, vendendo doce.

A primeira semente da livraria que eu falei que foi enquanto ele estava na feira. Habitualmente nós recebíamos livros por reembolso postal, Belém era muito carente de livro, então, como nós líamos os jornais do Rio,

nós pegávamos a lista de livros e mandava buscar inclusive, para as crianças que sempre desde pequeninos nós dávamos aqueles livros de uma gravura bem grande e uma legenda pequena, nós contávamos história e eles adoravam, eles eram quatro lá em Bacabal, eu sozinha seis e meia, sete da noite já tinham jantado, cada um estava na sua caminha com seu livro na mão. Eles tinham sempre muitos livros.

Então, o nome do Jinkings ficou conhecido das editoras, enquanto estava na feira ele lembrou e começou a escrever para as editoras oferecendo representação. Como já era um nome conhecido foi fácil, em pouco tempo começaram a chegar as ofertas, a primeira que sempre tive muito carinho foi à editora Brasiliense e quem dirigia era o Caio Prado Júnior, comunista. Em seguida vieram outras e outras, a editora Ática e Scipione, que são hoje uma potência em livro didático começaram exatamente junto conosco. Recebíamos um livrinho mimeografado, com títulos só, eram: Literatura Brasileira, Literatura Portuguesa, Psicologia, eram os primeiros livrinhos da Ática que começou junto conosco.

Começou, então, a Jinkings como representação e fornecia os livros para as livrarias. Quer dizer, nós vendíamos os livros para as livrarias que vendiam no varejo, nós só vendíamos por atacado. Mas, começou tanta afluência, todo mundo vinha para a nossa casa querendo livro que acabamos entrando no varejo e criamos a livraria Jinkings.

Passamos por muitos atropelos, tinha um balcão onde escondíamos os livros considerados subversivos, tinha inclusive o cubismo, porque serviria a Cuba. Capa vermelha e negra.

Os títulos suspeitos: Reunião de Carlos Drumont de Andrade. Esse também foi apreendido. Esse era a mente dos censores. E passamos a ser muito perseguidos. Depois de alguns anos, já em 1979, inauguramos o prédio da livraria que foi o primeiro prédio construído especificamente para uma livraria na Rua dos Tamoios. Com um mês de inaugurado foi metralhado, as portas de blindex estilhaçadas, as prateleiras de dentro ficaram cheias de furo de balas. Felizmente não estávamos lá, correu até um boato de que tinham matado o Jinkings, isso foi em 1979.

Depois o CCC – Comando de Caça aos Comunistas assumiu a identidade. Nossa casa também foi metralhada, em cima eram vidraças e jo-

garam pedras enormes e nosso quarto era o primeiro e nesse dia uma das crianças tinha ido para nossa cama e por sorte as pedras não caíram na cama, depois incendiaram o carro que era do meu filho e estava no pátio de casa e foi perda total. Foi uma serie de perseguições.

Em 1965 a minha filha mais nova estava com três para quatro anos e resolvi fazer vestibular, pois casei muito cedo e minha mãe não queria que eu fosse para a faculdade, eu queria muito fazer medicina, mas a mentalidade daquele tempo era: “Não, você vai se casar, já está comprometida, depois vai largar o curso pela metade...” Eu era meio passiva e acabei cedendo. “Não, é a única filha que está ficando em casa, está comigo, que está me acompanhando quando saio, porque as outras duas estão trabalhando...” então uma era oito anos mais velha e outra dez anos.

Casei e tinha filho todo ano, e depois de 64/65 minha filha mais nova estava com três anos e fui fazer o cursinho. Ai ia fazer o meu tão sonhado curso de Medicina. Eu estava fazendo o cursinho quando entramos no ramo de livros. Ai eu mudei para fazer Letras para ajudar na livraria. Acho que eu fiquei me tolhendo muito. E ajudei muito mesmo porque os livros para o curso de Letras eram raríssimos, ninguém conseguia.

Tinha um rapaz que morava na Serzedelo Corrêa que mandava buscar os livros e vendia muito caro e era muito difícil. Eu trouxe a bibliografia e começamos a mandar buscar todos os livros. A casa enchia noite e dia, não tinha hora. Daí, nós tivemos que passar de representação para livraria mesmo.

Quando o partido voltou para a legalidade entrei para a executiva, fui secretaria de finanças, fiz um leilão de artes que, acho, todos os artistas de Belém cederam, foi um sucesso. Era um leilão para ajudar o partido, mas a nível externo eu dizia que era para ajudar o jornal, A Voz da Unidade.

O Cláudio de La Rocque, filho do Cláudio Leal, do Jornal, deu um nome que ficou muito bonito: Um Leilão para ter Voz, e foi incrível, todos os artistas que procuramos doaram obras, foi um leilão maravilhoso. Pena que o Gileno, antes de começar o leilão pegava as obras que queria e tirava do leilão. Como era na galeria dele, ele ficava com as obras. Essa foi a coisa mais triste para mim. Mas foi muito famoso.

Depois, fui secretária de agitação e propaganda e fiz o primeiro e único jornal do partido. Foi um jornal que ficou bom também, foi muito esforço, mas ficou muito bom.

De 1980 para 1981 fui do departamento feminino do PMDB. A Elcione era a presidente e eu era a segunda ou terceira pessoa. Fizemos um trabalho muito bom. Na campanha do Jader o departamento foi muito forte.

Fui também vice-presidente da Federação da Mulher Paraense, que também atuou nesse período. Em 1982 nós criamos a FDO - Frente Democrática de Oposição - que funcionava nos altos da livraria. Ali toda a área democrática participava, não era de um partido era para a campanha do PMDB, que era o Jader Barbalho contra o Oziel Carneiro, o candidato do Jarbas Passarinho. O Jader teve uma vitória estrondosa. Acho que era o que eu tinha esquecido de falar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE:

– Vamos começar pelos membros da Comissão. Em seguida, facultamos a palavra aos companheiros do corpo técnico e também àqueles que nos visitam hoje.

A SRA. FRANSINTE FLORENZANO:

– Boa-tarde! Sou membro da Comissão, represento o Sindicato dos Jornalistas.

Dona Isa, havia, naquela época, o Comando de Caça aos Comunistas. A livraria e a casa de vocês sofreram vários ataques. O pior deles foi o do dia 18 de novembro de 1979?

A SRA. ISA JINKINGS:

– Isso.

A SRA. FRANSINTE FLORENZANO:

– O que aconteceu nesse dia?

Eu também gostaria que a senhora falasse sobre o papel do Jarbas Passarinho e do Alacid Nunes em relação às perseguições que sua família sofreu.

Quero perguntar à Leila a respeito do que ela testemunhou de articulações políticas dentro da livraria Jinkings na época das eleições de 1982, que foram as primeiras eleições no Brasil na redemocratização.

Também gostaria que revelasse os nomes das pessoas que foram expulsas por você do PCB, quem são essas pessoas que estão refundando e quais os partidos trostkistas desses que foram referidos na sua fala?

A SRA. ISA JINKINGS:

– Olha, o Comando de Caça aos Comunistas inclusive se identificava. Ele fazia horrores, praticava atentados e se identificava. Na livraria, por pouco não houve morte, assim como na minha casa, também foram eles. Eu sei que o Adelino era filho de um presidente da Rádio Clube, a PRC-5, o Adelino ...

O SR. PRESIDENTE:

– Que era do Comando de Caça aos Comunistas.

A SRA. ISA JINKINGS:

– Isso. Foi um desses que tocou fogo no nosso carro, que atacou a nossa livraria, passavam de carro na frente de madrugada. E o Jarbas Passarinho estava sempre, acho que por trás. O Alacid, não sei, mas o Jarbas Passarinho sempre foi assim odiento, sempre curtiu muito ódio aos comunistas e na Petrobrás, por exemplo, ele perseguiu sem tréguas; os componentes do sindicato do petróleo foram muito perseguidos. O Jarbas estava todo tempo por trás desses atentados.

O que era mais? O que você perguntou foi isso, não foi?

O SR. PRESIDENTE:

– E o Alacid?

A SRA. ISA JINKINGS:

– O Alacid, não sei assim especialmente, dele ser... depois eles ficaram inimigos, Jarbas e Alacid.

A SRA. FRANSSINETE FLORENZANO:

– A senhora sabe se havia algum motivo para essa perseguição, que me parece ser direcionada do Jarbas Passarinho, em relação a sua filha e ao seu marido?

A SRA. ISA JINKINGS:

– Eu acho que era anticomunismo doentio mesmo. Como ele (Jinkings) era a figura mais visível do partido, acho que era esse o motivo, ele era anticomunista doente.

Houve vários artigos de pessoas contra o Jarbas, inclusive eu tenho um livro do Mário Teixeira. Planície Encharcada é o livro dele que o Jinkings fez um artigo muito grande comentando.

O SR. CARLOS BORDALO:

– Dona Isa, a senhora confirma, pela pergunta da jornalista Fransinete, que o Comando de Caça aos Comunistas era um braço em que o Jarbas Passarinho tinha poder de mando e de comando sobre ele?

A SRA. ISA JINKINGS:

– Olha, imagino que sim, porque inclusive no pré-golpe o Jarbas foi quem articulou no sítio de um empresário, os cursos de preparação, de tortura, vieram pessoas para treinar os militares aqui para tortura...

A SRA. FRANSSINETE FLORENZANO:

– A senhora sabe qual era esse sítio e de quem é?

A SRA. ISA JINKINGS:

– Pois é, não sei se tenho isso escrito em algum lugar. Sei que era um empresário que cedia um sítio às proximidades de Belém onde eram realizados esses cursos...

O SR. PRESIDENTE

– A senhora sabe ...

A SRA. ISA JINKINGS:

– Pois é, não...

O SR. CARLOS BORDALO:

– Às proximidades de Belém pode ser Benevides...

A SRA. ISA JINKINGS:

– Pode ser, é...

O SR. CARLOS BORDALO:

–... ou Marituba,

A SRA. ISA JINKINGS:

– Exato! Pode ser que alguém saiba. Eu não estou lembrada.

O SR. CARLOS BORDALO:

– Fica claro que nós temos de ir atrás e aprofundar esta informação, certo?

A SRA. ISA JINKINGS:

– Na preparação do golpe por exemplo, além desses cursos, eles introduziram espões em todas as praças, nas universidades, nos sindicatos haviam espões, e através dos quais eles começavam a saber da vida dos militantes.

A SRA. FRANSSINETE FLORENZANO:

– Agora, Leila Jinkings.

A SRA. LEILA JINKINGS:

– Quando cheguei montei um laboratorizinho naquele salão onde funcionava a Frente. Montei um laboratório porque naquela época, como já falei, era dureza porque tínhamos que depois de fotografar, tinha toda seção de laboratório, secagem, impressão. Então, lá estava sempre de plantão. Então, toda reunião eu já participava muito, em algumas vezes chamava o Guilherme Augusto.

O Guilherme Augusto participou um pouco desse movimento, ele estava próximo do Jader, do movimento na verdade, depois ele foi trabalhar com o Jader.

Acho até que o papai que deu uma atenção assim para o Guilherme, acabou dando uma estrutura para apresentar para o Jader; e como eu tinha um trabalho freelance, e as vezes precisava de um peninha, de alguém para fazer a parte da entrevista, nem sempre procurava não fazer as duas coisas.

Então, teve uma vez que fomos, teve uma denúncia, teve um assassinato em Ourém que implicava o PDS. O Curió é que tinha grande Liderança ali, para ver o nível elevado da política em Ourém, e pegamos um fusquinha emprestado, e fomos a noite, tinha um comício lá, era muito arriscado, éramos um pouco malucos às vezes. Nós dois, num fusquinha, fomos até Ourém e é uma estrada que você passa muito tempo, às vezes, sem encontrar alguém, sem estrutura; e quando chegamos, o jornalista passa até um pouco despercebido, o peninha, agora eu com aquele aparato, uma bolsa de vinte quilos, dois corpos de câmera, lente, flash, não sei o que; não tem como disfarçar, ainda mais com aquela minha juba que eu usava, chamava muita atenção, uma 'jubona', imagina, eu era uma bandeira quando chegava ali; e eles hostilizaram assim, foi um sufoco, passamos maus pedaços nesse dia por nossa ousadia de irmos lá, e já estávamos acertados com a Revista Isto É a matéria. Aí abordamos e falamos: estamos querendo trabalhar, estamos querendo ouvir o coronel e tal. E depois de muita hostilidade, levantava a câmera e era uma pressão incrível, não conseguia fotografar sem agressão, ele nos chamou, nos recebeu numa sala cheia de camaradas deles e para ouvirmos: quais eram nossas intenções, e nós que queríamos ouvi-lo, na verdade.

Então, explicamos que estávamos ali querendo saber, nós éramos jornalistas e tudo, mas ele foi só pressão, não conseguimos conversar com ele. E voltamos, imagine, dormimos na estrada dentro de um fusquinha, passávamos por medo, encostamos numa casa e tal, e dormimos um pouco para conseguirmos viajar, acho que era duas horas, não sei, de viagem num fusquinha naquela época, em 82.

Então, esse tipo de viagem assim, de vez em quando, essa lembro porque foi muito marcante.

Porque a fotografia para mim era uma das minhas funções, muitas vezes me chamavam para fazer esse tipo de investigação, por exemplo, isso foi um trabalho, mais ou menos político, porque na verdade, nos denunciaram isso, e oferecemos para a Isto É, mas assim, não era jornalístico, o interesse não era bem jornalístico, era política assim, era agitação e propaganda, luta, enfrentamento.

Por exemplo, eu tentei ir a Serra Pelada... Pois é, eu não me lembro, era uma liderança local.... É, Gabriel, foi em Marabá. Eu tentei ir a Serra Pelada, e muitos jornalistas ali aceitando pessoas para irem, não sei o que, fazendo uma lista, e eu primeira a chegar, e tinha um comitê enorme, riquíssimo, não me lembro onde era, acho que era na Generalíssimo. E eu disse: Eu preciso ir, eu tenho 1000 encomendas, muitas revistas pressionando. E ele disse: Mulher não, você não. Não sei se, realmente, era porque era mulher, o Curió. E ele ria, ele ria, ele achava um acinte eu estar ali, na verdade. Então, eles confundiam muito o meu nome, a minha atuação, com o meu trabalho jornalístico, eles achavam um acinte eu estar ali, na verdade. Então, a minha articulação era muito nessa área assim de jornalismo, de fotografia, de ir registrar, de, por exemplo, tinha um caso de... Ah, não vou falar, é muito complicado, deixa. Então, tinha muito essas coisas assim que...

A Franssinete está querendo que eu fale sobre o Partido. O partido foram trotskistas, que era, inicialmente, o porte e em seguida a Convergência Socialista e continua sendo Convergência não é? Porque, na verdade, eu acho que se transformou em PSTU, depois, era CST, a origem mesmo é CST, só que era um partido clandestino, então tinha a forma oficial de se apresentar, e só. E daí eu passei para o PCB. E, hoje, eu estou filiado ao PC do B, sai do PCB, porque eu na verdade não me acostumo a não pertencer a partido nenhum. Mas, eu acho que nós precisamos reconstruir o movimento revolucionário. Acho que era isso que ela perguntou.

O SR. PAULO FONTELES:

– Bom, vamos continuar aqui, e escutar o Renato Nazaré que também é membro da Comissão da Verdade, em seguida a Jureuda e depois o Marco Apolo. Se identifique, por favor.

O SR. RENATO:

– Boa-tarde. Eu me chamo Renato Nazaré, sou membro da Comissão, representando a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. A minha pergunta é para ambas, na verdade, no meio a tanto abuso de autoridade, de policiais, coronéis, capitães da polícia. Vocês sabem me dizer se em algum momento, nas diversas vezes que ele foi preso, o doutor Jinkings, ele sofreu alguma tortura psicológica? Vocês sabem me dizer e qual delas foi?

A SRA. ISA JINKINGS:

– Olha, eu acho que não. Eu acho que não chegou a sofrer tortura, a não ser uma vez que ele foi levado para prestar um depoimento fora da 5ª Companhia onde ele estava, e ficou, acho que dois dias, três, não voltou. Mas, assim, só para incomodar mesmo, não foi coisa que seja considerada tortura psicológica.

Uma vez que ele foi preso na Polícia Federal por ato subversivo, foram várias prisões, e ele fez greve de fome, mas na verdade eu levava umas coisas pra ele escondido, mas depois foi solto.

Era muita pressão para coagir mesmo.

A SRA. LEILA JINKINGS:

– Teve uma prisão que ele teve medo de morrer que foi em Macapá.

A SRA. ISA JINKINGS:

– Ele foi para uma reunião em Macapá e lá foi preso e jogado em um lugar que teve muito medo de ser morto, porque era um lugar lúgubre, e ele não sabia nem por quê.

Alguma encomenda do Jarbas Passarinho. Não sei o que foi.

Nessa prisão ele teve muito medo de morrer, mas alguém interferiu, não lembro muito bem os detalhes, creio que advogado, mesmo porque comunicaram para cá e houve um movimento dos amigos, dos advogados.

O SR. PRESIDENTE:

– Senhora Jureuda.

A SRA. JUREUDA GUERRA:

– Boa tarde a todos.

Sou Jureuda Guerra, sou membro da Comissão e represento o Conselho Regional de Psicologia aqui na Comissão.

Tem um relato, uma história bem anterior ao golpe e recentemente conhecemos, está presente e depois se apresentará para nós, gostaria que vocês fizessem uma relação, como ele era da CGT, então, ele tinha vínculo e conhecimento com outras frentes sindicais.

Relatos sobre os marítimos, vocês têm memória, lembrança de alguma reunião com os marítimos?

Teve uma situação de uma camisa, acho que a Leila falou no seu relato, que ele foi levar uma pessoa que estava com a mão muito machucada, que tinha uma palmatória. Então, essas referências e nomes que vocês possam se lembrar.

Onde foram essas torturas, não só se referiu à 8ª Região?

A SRA. ISA JINKINGS:

– Foi a Polícia Civil que prendeu.

A SRA. JUREUDA GUERRA:

– Queria que se a senhora pudesse lembrar do endereço da polícia.

A SRA. ISA JINKINGS:

– Acho que era na 1º de Março, em frente ao Hospital da Ordem Terceira.

A SRA. JUREUDA GUERRA:

– A senhora tem lembrança do nome de algum escrivão?

A SRA. ISA JINKINGS:

– Não. Esse episódio só soube como aconteceu que foram para libertar o rapaz que era um operário e que tinha sido acusado de roubo e na verdade ele era inocente e foi muito maltratado, saiu com as mãos que nem conseguia passar na manga da camisa.

Mas não sei, esse não tenho.

A SRA. JUREUDA GUERRA:

– Isso o Jinkings contava, situações de tortura que ele presenciou.

A SRA. ISA JINKINGS:

– Isso. Contavam no hospital que ouviam gritos dos presos sendo torturados.

Era a delegacia.

As pessoas escutavam o grito dos presos na delegacia.

A SRA. JUREUDA GUERRA

– É porque ficava bem em frente, separado por uma ruela estreita. Isso é muito interessante.

A SRA. LEILA JINKINGS:

– Eu tinha oito anos. Então é uma forte lembrança que ficou do que eu vi. Meu pai estava com algumas pessoas porque algumas pessoas frequentavam muito. O Costinha, que estava sempre por lá. Tenho a impressão de que estava com ele alguém mais velho, um senhor. Então isso marcou. Eu era muito novinha, não tinha um acúmulo maior de informação. Vi porque eu era muito curiosa, eu me interessava.

Ele chegou lá para pegar uma camisa para levar e ele afobado, foram tirar, receber o rapaz que estava com a mão tão inchada de tortura. Só isso que eu sei e vi. Lembro do movimento, mas, nome, não lembro.

A SRA. JUREUDA GUERRA:

– Gostaria de saber se existe mais alguém que tenha conhecimento, pessoal, por relato ou por fazer parte da estrutura do partido, que vocês possam ter convivido, que tenha sofrido algum tipo de prisão arbitrária, ou lá na própria Onze Janelas que também funcionou como espaço; que outros locais de repressão vocês têm lembrança, mesmo que vaga, mas que ouviu dizer e que pudessem contribuir conosco. Sabemos que na Gaspar Viana, mas gostaria que as senhoras pudessem dizer.

A SRA. ISA JINKINGS:

– Eu não lembro bem. Sei que falavam muito que na Marinha houve muita tortura, mas as pessoas que foram torturadas, eu não tenho essa lembrança.

A SRA. FRANSSINETE FLORENZANO:

– E o nome dos que foram expulsos?

A SRA. LEILA JINKINGS:

– Eu tenho anotado tudo isso. Eu posso me comprometer de recuperar esse documento. Essas anotações são documentos, porque na verdade eu fiz um relatório. Mas, a memória está terrível, que até esse pessoal que me procura não vou saber dizer o nome agora.

A SRA. FRANSSINETE FLORENZANO:

– A senhora pode encaminhar depois?

A SRA. LEILA JINKINGS:

– Posso, eu tenho tudo isso.

O SR. MARCO POLO:

– Dona Isa, faço parte da Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos, represento a sociedade aqui nesta Comissão, SPDDH, naquela época. Prazer em conhecê-la. A Leila eu já conhecia também de várias lutas aqui em Belém.

O Jinkings morreu em 1995, mas mesmo depois que ele morreu, houve processo de reconhecimento, de anistia política para ele também?

A Comissão Nacional da Verdade já me indicou várias situações que poderiam ser reparadas. Houve esse tipo de reparação para a família, pelo menos? Isso com relação ao Jinkings. E com relação à senhora, fez algum processo, a senhora tentou também, porque, pelo seu relato a senhora teve o nome vinculado com um comunista, com uma pessoa perigosa, teve sua casa e livraria metralhadas, seu esposo foi preso. A vida de vocês foi toda transformada por conta da ditadura militar, a senhora também fez?

Estendo essa mesma pergunta para a Leila.

Uma das questões que quero perguntar é essa que a Jureuda colocou, porque sabemos que houve muitas prisões de sindicalistas; muitos sindicalistas foram afastados. Acho que talvez não tenha sido só o Jinkings, do Basa, pode ter outras pessoas. Se vocês tiverem esses nomes e puderem nos trazer seria muito interessante.

Por fim, sugerir, porque a Comissão Estadual da Verdade vai fazer um relatório, no final, onde vamos sugerir algumas propostas, algumas recomendações, algumas medidas, de como essa história pode ser registrada, que tipo de reparação pode existir em nível estadual, que sabemos que tem menos incidência, é claro que será uma coisa mais local, mas que vai haver.

Então, se vocês também tiverem sugestões, inclusive a partir de hoje farei essa sugestão para todas as pessoas que formos entrevistar, que tipo de ações, propostas e sugestões de vocês que podemos também incluir no relatório. O que vocês acham que poderíamos incluir como recomendação, proposta ou alguma coisa assim?

Mas, obrigado pelo depoimento de vocês, foi muito bom.

A SRA. ISA JINKINGS:

– Muitos anos antes de morrer, o Jinkings entrou, e foi um dos primeiros quando foi fundada, na ABAP, Associação Brasileira de Anistiados Políticos, em Brasília, que era o Carlos Fernandes, que já morreu também. Ele entrou com uma representação junto com outros, e quando saiu a decisão, a indenização dele foi de doze mil reais. Inclusive, fiz uma carta, na época o Ministro da Justiça era o Tarso Genro, eu fiz uma carta à Comissão Nacional da Verdade, reclamando de tudo isso, historiando como foi a história do Jinkings, que era um absurdo, porque na verdade a reivindicação era o seguinte: ele teria que passar a receber como indenização o mesmo que ele estaria recebendo se na ativa estivesse, e para isso eles verificavam quanto estariam ganhando os pares, as pessoas que eram da mesma época dele.

Na verdade ele alcançou o grau mais alto de funcionário no BASA, ele trabalha com um diretor. Na época ele já teria uma resposta do BASA, dando como salário que ele receberia, se estivesse na ativa, quatro mil e

poucos reais. Quando saiu a decisão, saiu três mil, ou nem chegava a três mil, e eu fiz essa carta.

Depois eu entrei com uma ação com um advogado que trabalha para a ABAP e está até hoje. Já saiu a decisão, mas tem muita gente na fila, e eu perguntei: “-Não tem prioridade, eu já tenho 81 anos?” Só que tem muita prioridade, porque todo mundo é idoso. E até hoje não recebi nada. Mas, não entrei com nenhuma ação no meu nome.

A SRA. JUREUDA

– Eu estava ouvindo vocês relatando, memorizando sobre Belém, citando ruas e tudo mais, e também na colocação do Marco Apolo. Eu fiquei pensando em uma das sugestões, qual a impressão, qual o efeito, porque eu como psicóloga gostaria de ouvi-las, qual o efeito, na perspectiva da psicologia, ao transitarem ali pela Casa das Onze Janelas como se nada tivesse acontecido, ao transitarem por um cartão postal, como é hoje, inclusive mudado o nome para Polo Joalheiro, como se ali também não tivesse sido um lugar de tortura e também aquele espaço das Onze janelas; se deparar em escolas como Jarbas Passarinho, Conjunto Médici e por aí, gostaria de saber qual é para vocês esse impacto da cidade como se tivesse sido repaginada, como se essa história não nos fizesse parte e como é que podemos fazer essa reparação que também é papel da nossa Comissão Estadual da Verdade?

A SRA. ISA JINKINGS:

– Olha, logo que ficou pronto a Casa das Onze Janelas o Paulo Chaves me pediu que eu fizesse um levantamento das pessoas que tinham sido presas lá junto com o Jinkings para que ele fizesse um memorial. Acho que não era difícil que eles fizessem esse levantamento porque eu lembrei de alguns, mas acho que não era meu papel.

Realmente assim, a primeira vez que entrei lá fiquei emocionada porque inclusive fui a uma exposição de fotografia nos altos de que a Leila participou e lembrei muito, só que está bem modificado, nós só lembramos do local, e eu lembrei que quando começaram as visitas nós combinamos assim, como o tempo era curto, para não perder tempo eu levava uma carta

já pronta e ele me entregava outra. Eu saía com as crianças, atravessava para o Forte do Castelo, enquanto eles ficavam brincando nos canhões eu ficava lendo a carta e chorando. Isso eu lembro.

A SRA. LEILA JINKINGS:

– Acho que essa questão da desfiguração é um desrespeito com a nossa memória. Essa lista que o Paulo pede para a mamãe estou sabendo disso agora por que é um resgate tão difícil de fazer e só a mamãe deve ter essa informação das pessoas que estiveram presas ali. E não é isso, é porque você faz todo, é lindo o lugar. É lindo, só que ele está maquiando uma história que estava ali e precisava ter, tem um exemplo em Recife, tem o exemplo da Casa de Detenção que hoje é uma Casa de Cultura, mas que ninguém esquece que foi uma Casa de Detenção porque a história está lá contada, as grades estão lá do mesmo jeito, as lojas são chamadas de celas e tem uma cela guardada; claro que no Polo Joalheiro parece que tem um lugar, mas que não valoriza assim, não resgata essa memória, não te induz a conhecer a história, e mais sério acho na Casa das Onze Janelas. Entrei ali, é outro lugar, quase não tem nada. Tem as paredes ali, tudo lindo, mas ele teria que ter guardado ali, marcado a história e esse nome que grande festa é essas pessoas que estiveram ali presas. Não tem sequer o nome registrado ali, uma placa e a memória marcada com fotografias, com uma maquete, sei lá, o Paulo sabe muito bem como fazer isso, ele é muito competente como arquiteto.

Então é isso, acho que temos exemplos aí de espaços que foram reconstruídos, restaurados, mas sem esconder a história, sem anular a história, sem esse desrespeito a memória das pessoas que viveram e sofreram ali.

O SR. PRESIDENTE:

– Antes de passar a palavra para quem quiser fazer alguma intervenção gostaria de registrar a presença da presidente do Sindicato dos Jornalistas, a Roberta Vilanova, presidente do SINJOR; registrar a presença da Adriana, do Conselho Regional de Psicologia como também do Marcelo, da União de Negras e Negros pela Igualdade.

Registrar também que a bancada do PT apresentou projetos que refletem essa questão do Relatório da Comissão da Verdade. Esses proje-

tos versam sobre a proibição de comemorações relativas ao golpe militar; a proibição de homenagens a envolvidos no golpe de 64 como também a questão da autonomia do IML, que são medidas importantes e creio que tratam dessa questão como um todo.

Mas gostaríamos de abrir a palavra a Dulce Rosa.

A SRA. DULCE ROSA:

– Gostaria de fazer uma pergunta para a Leila. Ela falou de um livro que seu pai lhe deu do Gregório Bezerra. Você lembra o ano desse livro? Porque eu fui a pessoa quem datilografou este livro quando ele chegou à União Soviética, quando chegou a Moscou ele estava muito triste ai encontramos um trabalho para ele fazer e ele fazia suas memórias. E eu fui uma das pessoas quem datilografou o primeiro livro que ele escreveu. Começamos em 1970, por isso gostaria de saber de quem era o livro que seu pai deu a você?

Depois, quanto ao Paulo Chaves, francamente eu não posso engolir este negócio, foi ele que saía por ai denunciando quem era comunista, seja com laçarote ou com gravata ou lenço no pescoço, denunciando quem era comunista e vem pedir para ti para fazer a relação, ele deveria ser o primeiro, a saber qual é. E ele era uma pessoa que tudo que ele faz é lindíssimo, mas não tem nada a ver com a memória de ninguém, com nenhum tipo de memória, nem histórica, nem política, ele deturpa a nossa memória.

Mas eu queria saber a questão do Gregório.

A SRA. LEILA JINKINGS:

– Talvez eu consiga confirmar isso com minha irmã Nilce, para ver se conseguimos resgatar essa data, pois eu achei que fosse mais cedo, mas pode ser 70, eu estava em Belém.

A SRA. DULCE ROSA:

– Ele saiu da prisão em 1969, foi o primeiro trabalho do grupo. Não? E ele já estava com 17 anos, não sei quantos anos ele já estava lá dentro. O livro não pode ser anterior a 1970.

A SRA. LEILA JINKINGS:

– Ele é muito simplesinho.

A SRA. DULCE ROSA:

– Olha, não sei se dá até o terceiro ano primário.

A SRA. LEILA JINKINGS:

– Não, eu digo o livro, é como se ele fosse artesanal. É bem pequenino.

A SRA. DULCE ROSA:

– É? Então é outro porque o que fizemos era bem maior.

A SRA. LEILA JINKINGS:

– Talvez tenha circulado um depoimento. Será? Sei que era esse nome, o título era esse. Eu vou resgatar isso.

A SRA. DULCE ROSA:

– Em 1970? Ainda estava a ditadura bem forte.

A SRA. LEILA JINKINGS:

– Eu era bem pequena.

A SRA. DULCE ROSA:

– Não sei nem como este livro chegou...

A SRA. LEILA JINKINGS:

– Era um livro bem pequeno.

A SRA. DULCE ROSA:

– Não sei nem como este livro que datilografei - eu datilografei alguns artigos, porque éramos em vários que nos oferecemos para fazer esse trabalho - não pode ter sido publicado aqui.

A SRA. LEILA JINKINGS:

– Pois é! Não sei nem se era publicado ou se era uma coisa de circulação restrita.

A SRA. DULCE ROSA

– Quando ele voltou em 1979 cheguei a vê-lo antes, em 1978 eu o vi e ele me disse que estava publicando este livro. Logo depois ele voltou para cá, pode ser que tenha publicado naquela ocasião. Em 1980.

A SRA. LEILA JINKINGS:

– Em 1980 já não foi, pois eu estava em Brasília. Mas eu vou anotar e tentar resgatar isso.

O SR. PRESIDENTE:

– A palavra está franqueada. Concedo a palavra a Roberta Villanova, presidente do Sindicato dos Jornalistas.

A SRA. ROBERTA VILLANOVA:

– Boa-noite. Meu nome é Roberta Villanova, presidente do Sindicato dos Jornalistas. Agradeço a oportunidade de ouvir essa história, porque Livraria Jinkings, na minha memória de criança, está ligada a compra de livros, mas não sabemos tudo que vocês passaram. Registrar uma fala da Leila sobre o trabalhador jornalista, que ele não se considera um trabalhador.

O comportamento que você experimentou continua presente hoje, as pessoas até veem os jornalistas como artistas, veem só o glamour, principalmente os de TV, mas ele não se reconhece como trabalhador. Essa é uma dificuldade que enfrentamos ainda hoje.

Então contem com o apoio do Sindicato dos Jornalistas para levar essa história de vocês adiante que desconhecemos, realmente.

O SR. PRESIDENTE:

– Obrigado, Roberta. Eu gostaria de passar a palavra à Auxiliadora. A Auxiliadora encaminha há dois dias um documento para a Comissão da Verdade do Pará sobre a prisão e a tortura do pai dela e é um processo absolutamente documentado. Eu tenho a impressão, Franssinete, Marco, Jureuda e Renato, que é um dos mais bem documentados que já recebemos, e o pai dela era ligado à CGT. Participou da Revolta dos Marítimos em

1963, em 1967 foi preso. Ela, inclusive, foi torturada, o pai foi torturado, ela apanhou na infância, por agentes da repressão política.

Então passarei a palavra para ela. Ela está encaminhando esse documento, a família nos procurou e a convidamos a vir no dia de hoje para que pudesse entregar esse documento para nós.

Interessante é que ela exatamente aparece no momento em que o depoimento é sobre o Jinkings, ele que presidiu a Central Geral dos Trabalhadores. Então é algo muito singular aqui na nossa oitiva.

Com a palavra a dona Auxiliadora.

A SRA. NAZARÉ AUXILIADORA:

– Boa-tarde. Já está vindo a noite, não é? Sou professora do Estado, bibliotecária e ainda estou estudando na Federal. Gostaria de dizer que vocês estão de parabéns. A senhora é a memória viva da história do Brasil, faz parte da história do Brasil no contexto atual e do passado, até pode cooperar muito conosco.

Muito obrigada, dona Leila e dona Isa, a senhora Jinkings.

Quando a Senhora falou, dona Isa, no seu Milton que era do CINAP.

A SRA ISA JINKINGS:

– Não, não foi do estivador Miguel Costa.

A SRA. NAZARÉ AUXILIADORA:

– Esse Miguel, do CINAP, ajudou muito o meu pai.

A SRA ISA JINKINGS:

– Foi?

A SRA. NAZARÉ AUXILIADORA:

– Foi, ele ajudou. E olha só, tudo deu certo na tarde de hoje, a senhora veio e bateu seu depoimento com muita coisa.

Fui torturada na Central de Polícia junto com ele. Papai não queria saber de torturar ninguém, ele não era. Mas só que todo mundo era julgado comunista, quem não aceitava o regime da época, não aceitava as barbari-

dades que eles cometiam. Então todo mundo era julgado comunista, acho que até eu porque eu ia com a mamãe. Papai viajava para Europa e a mamãe ia para Central de Polícia ver se conseguia pegar os documentos dele, o passaporte dele que ele estava preso.

Sofri uma barbaridade tão grande lá, apanhei junto com a mamãe.

A SRA FRANSSINETE FLORENZANO:

– Qual era a tua idade?

A SRA. NAZARÉ AUXILIADORA:

– Cinco anos para seis.

A SRA FRANSSINETE FLORENZANO:

– Por que vocês foram torturadas?

A SRA. NAZARÉ AUXILIADORA:

– Porque eles diziam que eu era filha de comunista. Famigerado comunista, era assim que eles falavam para mim, o tenente Orlando, o seu Luz e mais umas pessoas lá. Era aqui nessa Central de Polícia, em frente à Ordem Terceira, na Gaspar Viana, a antiga Central de Polícia. Era de lá que vocês estavam falando ainda há pouco.

Quando vocês citaram me veio uma lembrança muito grande e aí eu chorei, porque só quem sabe o que eu passei lá com a minha mãe. Minha mãe foi extorquida de tudo, ficamos sem nada, a bom a dar dinheiro para eles, levar. E ele dizia que se a mamãe não levasse as coisas para eles iam... No outro dia era um, um aviso deles para 8ª Região, para o Quartel da 8ª. Região que o papai ia morrer. Ele fazia para extorquir o que a mamãe tinha, o que a gente tinha. Ficamos sem nada porque ele fez tudo isso conosco.

A SRA FRANSSINETE FLORENZANO:

– Ele estava preso?

A SRA. NAZARÉ AUXILIADORA:

– Não. O papai precisava viajar para Europa e ele veio a descobrir que o nome dele estava nessa confusão. Papai não aceitava as coisas que eles faziam com muita gente. Eu tive oportunidade de ver, bem pequena, as pessoas apanhando, os estudantes. O movimento estudantil em todo Brasil estava confirmado, ninguém aceitava. Eu vi muita coisa acontecer lá; olhem como eu fico tremendo, desculpem-me. Até hoje não consegui esquecer ainda. Eu sou professora, trabalho numa sala de aula com muita criança e digo: Olha vocês têm sorte, graças a Deus, vocês não passaram pelo que passei. Eu fico olhando e digo assim só comigo.

Então, eu vi muita coisa lá, o pessoal apanhando, os rapazes todos de cueca, as moças todas apanhando debaixo de uma escada; aquela escada ainda tem nessa central de polícia. Naquele prédio já passou diversas delegacias e ainda tem a escada e atrás dessa escada as pessoas apanhavam, sofriam muita pancada porque os chamavam de comunistas também.

A SRA. FRANSSINETE FLORENZANO:

– Em que ano se deu isso?

A SRA. NAZARÉ AUXILIADORA:

– 1967.

A SRA. FRANSSINETE FLORENZANO:

– Seus pais foram presos por quê?

A SRA. NAZARÉ AUXILIADORA:

– A primeira prisão do papai eu tinha um ano de idade. O papai fez uma viagem ao Rio de Janeiro, depois ele foi a Brasília no movimento dos sargentos...

O SR. PRESIDENTE:

– A Revolta dos Sargentos.

A SRA. NAZARÉ AUXILIADORA:

– O papai participou da Revolta dos Sargentos.

O SR. PRESIDENTE:

– Eu tenho a impressão Auxiliadora e demais membros da Comissão da Verdade, de que precisamos organizar essa escuta da Auxiliadora, da família como um todo, da esposa do seu Orlando...

A SRA. NAZARÉ AUXILIADORA

– Isso!

O SR. PRESIDENTE:

– ...Mãe da Auxiliadora, dona Leonice é uma pessoa muito lúcida ainda...

A SRA. NAZARÉ AUXILIADORA:

– A mamãe é.

O SR. PRESIDENTE:

– ... É uma pessoa muito lúcida que tem lembrança dessa militância, dessa luta dos marítimos. Então, acho que precisaríamos primeiro fazer o registro da sua presença aqui, da documentação que a senhora encaminha à Comissão da Verdade para que possamos marcar uma oitiva e nos concentrar nela, de acordo com essas informações. Até porque tem muitos documentos reveladores assinados pelos agentes da repressão que é uma coisa muito rica. Tenho a impressão de que do ponto de vista dos trabalhadores daquele período é o caso mais rico que temos.

Gostaríamos de iniciar a conclusão do trabalho e perguntar se alguém tem mais perguntas?

A SRA. NAZARÉ AUXILIADORA:

– Deixe-me concluir, por favor?

O SR. PRESIDENTE:

– Conclua, por favor.

A SRA. NAZARÉ AUXILIADORA:

– Depois continuou até 1979, o papai tendo que pegar um documento que está aí, uma autorização para poder viver na rua conosco. O papai mantinha muita gente, ele nos deixava de fora porque ele tinha medo, assim como o seu pai dona Leila, ele também deixava vocês de fora, tinha medo e pensava nas crianças; por isso ficávamos fechados. Ficamos felizes em 1985 quando aconteceu a deposição, quando os ditadores caíram e aí veio o primeiro presidente civil, graças a Deus, o Tancredo Neves, que não assumiu, mas veio outro. Aí foi quando ficamos mais calmos, porque vivíamos numa repressão muito grande.

O SR. PRESIDENTE:

– Muito bem, Auxiliadora, vamos ouvir todo esse relato. Acho muito importante nos apropriarmos dessa narrativa para que possamos incorporar no relatório da Comissão da Verdade.

A SRA. NAZARÉ AUXILIADORA:

– E depois na Casa das Onze Janelas, também, ele sofreu lá uma perseguição, ficou de joelho no gelo, que a minha irmã menor já tinha treze anos, nesse tempo e tirou ele de lá, no gelo.

O SR. PRESIDENTE:

– Quero perguntar se a Leila e a dona Isa queriam fazer a finalização da nossa reunião, da nossa oitava?

A SRA. ISA JINKINGS:

– Quero agradecer, é uma honra ter participado da Comissão da Verdade, de termos essa oportunidade de ser ouvidas, e me colocar e a Leila, com certeza, à disposição para qualquer fornecimento de documentos que precisar.

A SRA. LEILA JINKINGS:

– Quero agradecer a oportunidade e também, parabenizar o trabalho de vocês e dizer que tenho acompanhado sempre, estou sabendo da importância desse trabalho que está sendo feito por vocês, desta Comissão,

e torcer pelo sucesso e me prontificar também; na verdade não vim prevenida, o Jaime já me convidou, estava já vindo, e não tive oportunidade de parar para recolher, mas tenho que me comprometer de resgatar algumas coisas, algo mais, até que tenhamos lembrado e, principalmente, documentações que ampliem as informações que demos e algumas específicas como a que a Florenzano me pediu.

Passsei algumas fotografias e fiquei devendo, também, alguns documentos para você, Jaime. E vamos escanear algumas coisas que temos reunido, e vou fazer algumas buscas, até porque estou fazendo agora esse documentário e acabamos mexendo, mas, também, tem o próprio movimento que participei que falei aqui muitas coisas, que tenho os arquivos ali, mas não tenho de pronto para passar, tenho que resgatar, mas está tudo documentado, tenho tudo.

Muito obrigada, e parabéns.

O SR. PRESIDENTE:

– Em nome da Comissão da Verdade, gostaria de saudar e parabenizar a presença da dona Isa e da Leila Jinkings, penso que a oitiva e a narrativa que elas realizaram na tarde de hoje é, absolutamente, rica, para que possamos compreender o que foi a Ditadura Militar no Estado do Pará e, principalmente, que o ano de 2015 registra os cinquenta anos da Livraria Jinkings, acho que isso é uma coisa importante, porque em certa medida, a Livraria Jinkings jogou um papel muito importante e decisivo, numa sociedade obscurantista como era a sociedade paraense na década de 60, 70, 80 no período, naturalmente, da ditadura e do Regime Militar.

Penso que datas como essas, são absolutamente importantes para que possamos travar, na atualidade, aquilo que se propõe a Comissão da Verdade do Pará que é, exatamente, trazer à tona essa narrativa, para que isso nunca mais aconteça, para que nós não tenhamos, nunca mais, na história do País, quarteladas, golpes de estado, porque, via de regra, as elites brasileiras, sempre procuram por esse caminho, e é uma realidade que observamos na conjuntura, inclusive, no nosso País.

Então, quero agradecer, imensamente, a narrativa das duas. Tenho a impressão, como outros membros da Comissão da Verdade, de que as

senhoras, tanto a companheira Leila, como a Isa, serão chamadas para que possam enriquecer, cada vez mais, o nosso relatório.

Falo isso em particular Leila, com o fato dessa questão dos padres do Araguaia, esse recorte histórico que você acompanhaste, esse episódio que houve em Ourém, que é muito importante, e naturalmente, essa memória está em construção e para isso precisamos cerrar fileiras naquilo que se propõe a Comissão da Verdade, que é, exatamente, vacinar a consciência democrática, a consciência social para todo esse período da história do Pará e do país.

Então, em nome aqui dos meus colegas comissionados: da Jureuda, do Renato, do deputado Carlos Bordalo, do Marco Apolo e da Franssinete queria agradecê-los por esse momento importante para a nossa Comissão.

Muito obrigado às companheiras, e uma boa tarde a todos.

Encerramento - Às 18 horas e 52 minutos.

Anexo 2

Taquigrafia de Dulce Rosa de Bacelar Rocque e Aurilea Abelém

Reunião: 05^a.

Espécie: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Data: 04 / 03 / 2015

PRESIDENTE: SENHOR EGÍDIO SALES FILHO.

INÍCIO: Às 15 horas e 27 minutos.

O SR. PRESIDENTE:

– Vamos dar início a nossa reunião de hoje, aproveitando que chegou a doutora Franssinete. Esta reunião está destinada à oitiva de duas convidadas: senhoras Aurilea Abelém e Dulce Rosa, as quais peço ao Jaime que faça as apresentações das nossas convidadas.

Farei uma referência às vossas senhorias que julgo importante, não temos adotado muito formalismo nas nossas conversas, não se trata propriamente de uma inquirição de pessoas, é mais um bate-papo para que possamos gravar e hoje, eventualmente, faremos uma filmagem para reconstituir um período da história e esse período da história visto pela ótica de gênero, não apenas pela ótica da militância política, mas na perspectiva de uma resistência ao golpe militar, na perspectiva também de duas mulheres que foram capazes de se dedicar a esse tipo de luta política.

Quero também me dirigir à Comissão para adotarmos essa sistemática que tem sido recorrente para que, ao final, possamos fazer algumas perguntas com a objetividade necessária, mas que possamos deixar nossos convidados bem à vontade para dar seu testemunho a respeito daquele período, Ok?

O SR. JAIME CUÉLLAR VELARDE:

– Boa tarde. Sou Jaime Cuéllar Velarde, sou historiador, membro da equipe técnica dessa Comissão e não posso deixar de enfatizar que estamos aqui por resultado da Lei Nº. 12.528, instituída em âmbito nacional em 2011.

Por conta dessa Lei de 2011 que criou a Comissão Nacional da Verdade, a Lei Estadual nº 7.802, em 2014, portanto no ano passado, criou a Comissão Estadual da Verdade.

Internamente, esta comissão estadual, criou uma linha de pesquisa, uma linha de trabalho, intitulada Memória cuja linha temática é o gênero e ditadura. Por dois motivos: o primeiro motivo é que normalmente a Região Norte, nos livros didáticos e na própria pesquisa acadêmica da Região Norte, golpe e ditadura, não são temas recorrentes. Temos na UFPA apenas cinco trabalhos, e o meu é um dos cinco, que vislumbram a pesquisa sobre ditadura.

A segunda problemática que pretendemos encarar, é que a mulher, enquanto gênero, ela é invisibilizada, nunca aparecendo nos livros de história, a menos que ela seja uma mulher maravilha, uma supermulher com ações maravilhosas para que ela possa ser percebida em suas ações.

Dessa forma, pretendemos, em âmbito estadual, apurar crimes no período ditatorial e, principalmente, perceber personagens que, de alguma maneira, sofreram perseguições políticas, foram mortos, alguns que têm familiares desaparecidos, de um modo geral, que tenham as violações de direitos humanos, sendo percebidas.

Sendo assim é necessário enfatiza que a violência contra a mulher, as consequências e seus impactos são medidos não somente pela violência sexual propriamente dita, contra o corpo, mas contra a identidade, também, da mulher.

Então, nessa ânsia de pesquisa, encontrei em 2011 a Dulce Rosa, e a partir da Dulce Rosa, uma teia de relação de outras mulheres foram surgindo.

Hoje, Dulce Rosa está aqui pela sua atividade em 64 quando ela ainda não está no Partido Comunista mas é cooptada, e ela vai nos explicar isso daqui há pouco, e as suas atividades que ela faz, também, no exterior, porque em 69 para estudar, precisa sair de Belém, sair do Brasil, vai para a União Soviética e desenvolve atividades na Itália.

A Auriléa está convidada hoje, a trazer as suas memórias, pelas atividades que ela, junto com o marido, exerceram naquele período de exceção, período em que ser solidário, também, é ser subversivo, e Jorge Abelém junto com Auriléa Abelém, desenvolveram inúmeras atividades de solidariedade, seja oferecendo emprego, sendo oferecendo dinheiro, para pessoas de esquerda, algumas que foram presas, outras que morreram e outras pessoas que, simplesmente, desapareceram em seguida.

Então, passo a palavra para a Auriléa e que ela nos brinde com suas memórias.

A SRA. AURILÉA ABELÉM:

– Boa tarde. Quero agradecer o convite, a oportunidade, inclusive, refletir sobre o meu papel. Sou Auriléa Abelém, e gostaria de agradecer o convite, de ter essa oportunidade de rever um passado, relativamente, recente, mas que muitas vezes não é analisado, assim criticamente, onde eu estava? o que foi que aconteceu?

Então, organizei a minha fala, basicamente, em quatro momentos. Primeiro falar um pouco de mim, quem sou eu, eu e minhas circunstâncias, e depois onde eu estava na época do Golpe, o que eu estava fazendo? Como eu estava fazendo? E apresentar depois o meu parceiro, que na verdade vão atrás de mim por causa dele, e o impacto disso, a nossa contribuição e o impacto em nossas vidas. É mais ou menos isto que vou apresentar.

Então, sou neta, venho de duas famílias de avós que foram famílias importantes na cidade. Uma é a família Ramos, o meu avô e depois meu tio foram donos da Paraense Transportes Aéreos e o meu avô paterno era dono de uma cadeia de firmas no Reduto que era o Ferreira Gomes Registro S/A. Então, venho de uma classe média alta, mas que mais média alta para a época dos meus avós. Quando, na verdade, vai chegando a vez dos meus pais já não era tão essa realidade.

Mas, de qualquer forma, disse para o Jaime que tinha sido criada como se fosse numa redoma, super amada e super cuidada. Isso lógico que tem suas vantagens e desvantagens.

O olhar mais crítico veio se formar bem mais tarde.

Para vocês terem uma ideia, estudei em casa até o terceiro ano primário, só fui para o colégio no quarto ano e fui porque a minha professora ensinava no colégio das freiras e me levou para lá.

Fui estudar num colégio religioso e depois vou fazer a Faculdade de Filosofia, no Curso de Ciências Sociais e depois, na própria UFPA, mais tarde vou fazer o mestrado do NAEA.

É interessante ver que apesar dessa redoma - gosto de analisar as coisas mostrando o seu movimento contraditório - então, se eu era criada numa redoma e se fui criada com todos esses cuidados, indo para o colégio mais tarde, mas quando passo na faculdade meu pai me dá um fusquinha, em 1964, e sou uma das primeiras mulheres a dirigir em Belém.

Vou superando essa timidez, esse educar bem cerceado, mas que reconheço que tem pontos positivos e negativos.

Onde eu estava na época do golpe? Eu era vizinha da UAP, morava na Governador José Malcher, então, tinha só uma casa entre a minha e a da UAP. Então, no dia do golpe assisti da janela da minha casa o que aconteceu na UAP, pelo menos da parte externa.

Vi os dois senhores vindo acompanhados pela polícia de cueca, vi o burburinho dos moradores, assisti aquela correria, assisti também o movimento anterior, a movimentação na UAP, todo aquele burburinho que antecedeu o dia do golpe.

Entrei na faculdade em 1963, um ano antes do golpe, e tive a tristeza de ver com o golpe, quer dizer, o que reflete na minha vida do próprio curso.

Fui para a universidade querendo ser pesquisadora e não professora. Eu tinha, talvez, em função da própria educação, um pouco de timidez para falar em público e fui atrás de fazer a carreira de ciências sociais e ser pesquisadora, mas em função do golpe há uma reforma no curso e eles terminam com o curso de bacharelado.

Fui obrigada, pensei até em deixar a universidade, porque não queria ir para a sala de aula, mas fiquei lá e fui ser professora e pesquisadora, mesmo sem ter o título de bacharelado.

Fui colega de turma do José Maria Plátilha, do Izidoro Alves, do Roberto Cortes, e um a dois semestres, do André Nunes.

Apesar de o André ser de Economia, mas fazíamos algumas disciplinas no Curso de Ciências Sociais, na Faculdade de Economia.

Convivia como pessoal de esquerda, mas não tinha uma visão muito crítica do que estava acontecendo.

Acompanhava, mas a própria educação, o trabalho dos meus pais e avós ser todo voltado ao comércio, e na minha casa nunca havia esse burburinho, mais comentários, mas não havia participação na vida política.

O meu namoro com o Abelém inicia nesse mesmo ano de 1964. No final do ano já tinha acontecido o golpe e conheci os amigos dele que relatam que ajudaram o Antônio a montar o escritório. Conheci todos eles, saíamos juntos e estreitamos a amizade.

Na década de 60 acontece a falência da firma do meu pai em que o Abelém também é fundamental para dar apoio como advogado e depois economicamente para que meu pai superasse esse problema.

Conclui a faculdade em 1966 e já em 67 passei a trabalhar no IDESP, a convite do professor Amílcar Tupiassú, de quem eu tinha sido aluna e fui ser sua assessora. Fizemos um estágio, eu e outras pessoas, outros economistas, na verdade, e lá ficamos.

Acho interessante analisar no contexto. Final da década de 60 é o início de todo um sistema de planejamento no Estado e nós vamos fazer parte dessa equipe. Eu, Violeta Loureiro, José Maria Vilar, Eldeni Neves, vamos coordenar as equipes que vão criar em cada Secretária de Estado uma unidade de planejamento dentro do regime militar. Se não me engano, quando começamos a trabalhar ainda era governador o Alacid Nunes, porque lembro da história do planejamento e tal, era ele.

Então, passamos a coordenar essa implantação dessas unidades de planejamento e dentro disso é toda uma experiência que eu considero como se fosse a minha segunda faculdade. É o trabalho do IDESP nessa época. Não existia a Secretaria de Planejamento e o IDESP era um órgão de pesquisa, estatística e planejamento. Então, o aprendizado, o crescimento profissional e pessoal foi enorme.

Eu trabalhava, participando desse planejamento, com pouco de alienação nessa questão política, a ausência de um olhar mais crítico, mas isso vai ser básico para adquirir esse olhar mais tarde. Quando entro na Pós-

Graduação que eu volto à Universidade e vou ser professora por concurso, inicialmente professora de Metodologia de Pesquisa, era uma coisa que eu gostava também, e vou ensinar os alunos a elaborarem projeto. Só depois que vou para a Pós-Graduação, que vou para o NAEA, que vou fazer a Pós-Graduação em Planejamento. Quer dizer, vou teoricamente estudar aquilo que eu tinha aprendido na prática sem todo aquele conhecimento teórico e poder ter uma visão mais crítica do Estado, do que se passava. Passo a lecionar Planejamento de Políticas Social.

Lógico que a minha experiência no IDESP vai refletir inclusive no desenvolvimento da escolha do tema da minha dissertação sobre a ideologia do planejamento urbano. Aí já voltada à questão de remoção de famílias, o estado planejador, mas do outro lado a população atingida pelas remoções. Era uma época de efervescência dos movimentos populares na luta pela moradia. Era muito comum também todo processo de urbanização de favelas, de urbanização de baixadas. Então a minha dissertação foi uma coisa importante para mim e acredito que também para a própria academia, sem falsa modéstia, porque vai despertar toda uma reflexão sobre essas contradições inerentes ao planejamento.

A minha dissertação depois é publicada pela universidade, é este livro aqui, edição esgotada, vou ver se coloco on-line, mas é usada pelos alunos até hoje, tanto de Arquitetura, como de Serviço Social, Sociologia, os Geógrafos. Graças a Deus!

Como discuto a questão da ideologia, e vou buscar no marxismo a fundamentação teórica, principalmente o Gramsci e Polansky, isso vai me despertar. E quando termino a dissertação, eu digo: bem, para mim foi fácil. Fiz dez entrevistas com os técnicos e apliquei cem formulários na população, mas a facilidade que tive em analisar os discursos dos técnicos era imensa porque tinha vivido esse papel que eles também estavam desempenhando.

Então conclui que conhecia muito a fala do planejador, a fala do técnico, mas que preciso trabalhar melhor, inclusive ajudar o outro lado da moeda que era os moradores.

Então nessa época passei a ser procurada por outros profissionais, pelo pessoal do movimento, pelo pessoal da FASE que é a Federação de Assistência Educacional e pelo pessoal da CBB - Comissão de Bairros de Belém

que naquela época tinha uma efervescência muito grande, então não só a CBB, depois o Estado começa a organizar as comissões e fica aquela luta já dentro do movimento, quem é do lado do estado, quem não era e eu passei com outros profissionais, Maria Elvira de Ciências Sociais e Saint Clair de Geografia a coordenar um projeto guarda-chuva que considero uma experiência muito rica que nos envolvia, teorizando na academia e a prática da luta do pessoal da FASE e da CBB com nove alunos que foram como monitores, estagiários trabalharam conosco. Foi um período muito rico.

Quero chamar atenção, acho interessante porque é até contraditório que o mestrado no NAEA – Planejamento do Desenvolvimento Econômico e Social é criado exatamente na época da ditadura e para formar planejadores, para formar gestores para o Estado. Então se ele vai formar os planejadores e os gestores, ao mesmo tempo de outro lado vai suscitar uma visão crítica desse mesmo Estado, desse mesmo planejamento e muita gente, aí no caso vai despertar, como a mim para ajudar o pessoal do movimento.

Então isso sucintamente é a minha carreira na universidade, depois eu saio do NAEA também por motivo de eleição, por brigas lá e volto ao Centro de Filosofia onde vou dirigir a direção do centro com o Heraldo Maués e em 1996 peço minha aposentadoria pressionada pelas reformas que o Fernando Henrique acenava e pressionada também porque meu marido começava a apresentar sintomas de doença e tinha que operar o coração nesse ano, mas até hoje nunca parei de trabalhar. Me aposentei em 1996, depois volto para o IDESP, passo a trabalhar na SEMA; são períodos curtos, mas esse vai para a academia, para o Estado é um jogo que só minha história profissional permitiu isso, de ser convidada depois de aposentada para voltar ao IDESP, voltar para a SEMA e depois trabalhar com a Teresa Cativo que tinha sido minha colega de mestrado não só no IDESP como nas secretarias especiais.

Então aí já com outro olhar. Nova exigência dizer não, chega, não é isso que quero para minha velhice, disse eu. Então mesmo aposentada passo a trabalhar essa parte de consultoria e ajudar também, tivemos muito, na época dessa efervescência, de movimentos populares. Nós trabalhamos, fizemos seminários e ajudamos o pessoal. Quem era meu parceiro? Era um cara muito especial, Antônio Jorge Abelém, nascido em Belém em 1935, era nove anos mais velho que eu, filho de libaneses, o Jorge Abelém e a

Emília Abelém, ele estudou em colégio particular, vejam que nós não estudamos no Paes de Carvalho, não estudamos em escola pública, ele estudou no colégio Nazaré e depois na escola prática. Único homem de cinco filhos nascidos, ele ficou órfão aos dezenove anos de pai, passando a dividir com a irmã mais velha a responsabilidade da família. Para tanto ele vai largar a faculdade de Direito, ele está no primeiro ano, ele larga a faculdade e desenvolver a loja que o pai dele deixou, uma loja na 28 no Reduto, que ficou até o final da vida dele.

Anos depois, incentivado pelo amigo Roberto Simões que era advogado, Antônio volta para a Faculdade de Direito. Nesse espaço de tempo, enquanto ele não voltava, dedicou-se e desenvolveu seu comércio – quero mostrar um pouco a questão do espírito empreendedor de Abelém e ao mesmo tempo, ele não era um homem rico, o Antonio nunca teve poupança, o Antonio morreu e me deixou uma casa e pensão do INSS. Então a ajuda dele era da solidariedade, e não porque estivesse rico e comecei a refletir e me questionar sobre a questão de ser de direita e de esquerda, porque o Antonio era e é rotulado e vocês já devem ter escutado, o amigo de direita que ajudava o colega de esquerda.

Antonio volta e seu pai deixou uma loja e ele já tinha aumentado para quatro, eram lojas pequenas de artigos populares e ele criou uma fábrica de sombrinhas e criavam slogan: “A Jordem que veste e cobre bem os quatro cantos de Belém.” Nunca esqueço porque eu tinha a sombrinha e vestia. A loja também era loja de tecidos.

Ele retorna à faculdade em 61, no segundo ano, mantendo estreita amizade com alguns colegas de turmas, que ele vai ajudar posteriormente, que são: Leonides Silva, JJ Paes Loureiro, Ronaldo Barata, José Seráfico, Gabriel Leal, que não faz parte desse grupo, mas que era seu colega também, e outros.

Conheci o Antônio em 64, meses antes dele se formar, perto do fim do ano e já tinha acontecido o golpe, no Frigopar do meu pai, o frigorífico que meu pai tinha que era na esquina da Rua 28 de setembro e na outra era a loja do Abelém, e de lá começamos a paquerar, mas ao mesmo tempo eu era vizinha da UAP e o Abelém vivia na UAP com amigos de esquerda e ele vivia por lá. Daí começa o nosso conhecimento até que a Eliana Lima, que depois torna-se a esposa do Jatene, nos apresenta e ele, usando o nome de

Isidoro Alves, que era o meu colega de turma, passa a me ligar e começamos o namoro. Só por causa dos nomes eu estou contando esses detalhes.

Então, o meu namoro com ele tem início poucos meses antes da formatura da turma de Direito de 64, e o dia da formatura é o primeiro dia que entro na casa dele. Como tal, não tinha a intimidade para ver as festas. Estava lá o doutor Clovis Meira. Paes Loureiro estava lá desenvolvendo o movimento que eles não conseguiram fazer no cerimonial da formatura. Eles devem ter contado que o Jesus é proibido de fazer o discurso e o doutor Clovis Meira, que era o paraninfo da turma, se nega a fazer o discurso de 64.

Então, esse desenvolver vai ser na minha casa que Jesus vai falar um pouco, quer dizer, eu não assisti, me contaram, falar sobre a questão do discurso dele, e eu fiquei em outra área da casa que não tinha acesso, e tinha pouco conhecimento, pois era a primeira vez que entrava lá.

Quando casamos e o Antônio gozou saúde, gostaria de frisar que a maioria das festas – todo ano a turma de 64 se reunia – e a maioria das festas eram na minha casa, sempre foi, acho que uns quatro anos é que não foi, mas enquanto ele gozou saúde sempre foi na casa da 28 onde passei a morar, era a casa dos pais dele, dez meses depois de casada por doença da mãe dele que era grave.

Então, o Antônio, que era bem-sucedido no comércio, no início se formou, mas não pensava em seguir a carreira de advogado, mas a dificuldade encontrada pelos colegas que haviam sido presos e perseguidos o fez montar um escritório para eles, Ronaldo Barata, Paes Loureiro, Seráfico, Leonildes Silva, e tem mais um que eu não privava de intimidade...

O SR. JOSÉ SERÁFICO:

– José Gorayeb.

A SRA. AURILEA ABELÉM:

– Gorayeb.

Olha o Seráfico. Eu ia dizer Gorayeb, mas não tinha certeza, e era o Gorayeb, não é?

Na primeira causa o Seráfico estava no escritório, ali está ele, tive o maior prazer em encontrá-lo ontem, qualquer coisa ele depois completa. A

primeira causa defendida pelo escritório foi uma questão do Frigopar que era o frigorífico do meu pai, então esses meninos recém-saídos da faculdade vão defender e vão viajar, pus a foto no *Face*, nós indo ao aeroporto deixá-los para eles irem a Goiás para uma audiência e na foto está o Seráfico e o Paes Loureiro lá em Cristalândia, alguma coisa assim...

O SR. JOSÉ SERÁFICO:

– Porto Nacional.

A SRA. AURILEA ABELÉM:

– Porto Nacional em Goiás.

Desses colegas, quem trabalhou um bom tempo com o Abelém já no escritório do Ferro Costa que ele dividia com o Wilson Souza, aí o Wilson também é uma figura emblemática da esquerda, fez concurso para juiz, passou em primeiro lugar e não pôde assumir, dividia com o Antônio o escritório, então quem continua depois é o Ronaldo, principalmente o Leonildes.

Quando falei um pouco ao Jaime ele riu quando eu disse que o Antônio era uma pessoa admirável, mas era e eu preciso frisar isso.

Com ele aprendi o sentido da amizade plena, sincera e solidariedade, ele ajudou o meu pai. Antes de ajudar os meninos, alguns cabelos brancos ali, mas os meninos, o meu pai na década de 60 vai à falência, eles já entram e ele já estava lutando contra essa falência, um ano depois de casarmos papai já estava em dificuldade, mas fez questão de fazer um casamentão para nós, foi a última festa.

Aí meu pai vai à falência, e o Antônio o ajuda, no quintal da nossa casa monta uma lanchonete, era junto do Brasil-Estados Unidos, nessa época ali na Rui Barbosa com a Governador José Malcher, então no jardim-garagem da nossa casa era formada a lanchonete Vindicar.

Anos depois, nesse mesmo local vai surgir a Adega do Rei, o qual vai ser um bar que faz seu nome na época e que era um quartel-general do pessoal de esquerda, e é criado pelo Abelém para ajudar um colega, um copiloto da Varig, o Cláudio Guimarães, que perde o emprego porque o Antônio..., eles eram porras-loucas, desculpem a expressão, mas eram não é? O Abelém perde a bagagem, é extraviada, e o Cláudio vai tomar as dores,

ele era funcionário da Varig, aí ele vai tomar as dores pelo extravio da mala do amigo e vai para a rua, aí o Antônio se sentindo responsável passou sempre a ajudar o Cláudio.

Aí a Adega surge em função disso, o Cláudio tinha se formado em arquitetura, e fazem um belo bar, um dos primeiros bares com música ao vivo, e que reunia uma boa bebida, uma boa companhia capitaneada pelo poeta Rui Barata, o Rui estava lá todas as noites, acho que saía do Bar do Parque e ia lá para a Adega do Rei.

Mas as coisas vão se apertando, a casa estava penhorada, precisava ser vendida, e eles precisavam sair. Com a venda da casa dos meus pais que estava hipotecada, a Adega passa a funcionar na União Espanhola, e para mim ela perdeu glamour quando ela foi para essa segunda fase.

Além do que, nessa época o Cláudio resolve sair também do bar e vai voar no garimpo, esse amigo dele que era copiloto, e o Abelém fica sozinho dividindo os afazeres com o escritório de advocacia, com as lojas de comércio, a direção do Monte Líbano e fazendo parte da direção do Paysandu.

Aí me pergunto: Tudo bem, o Antônio foi fantástico e tal, e qual a minha participação, em que eu entro nisso aí, nessa trajetória profissional dele? No meu olhar, isso se faz sentir principalmente em duas ocasiões. A primeira foi muito interessante: o Antônio por estar no Ferro Costa, ele tomava conta e providenciava o remanejamento, ou melhor, recuperar a posse, fazer a reintegração de posse de terrenos invadidos na Sacramenta, área do Ferro Costa. E eu estava desenvolvendo a minha dissertação, dando assessoria para essas instituições e lutando pela moradia, pelo pessoal que ocupava e tal.

Aconteceu um seminário no IDESP em que apresentei um artigo da minha dissertação. O Januário Guedes ia apresentar um curta metragem que ele tinha feito sobre a Sacramenta e me avisou que ia falar do Abelém. Eu disse: tudo bem.

Quando o Januário mostrou o que estava acontecendo, que os escritórios estavam fazendo a reintegração de posse, dizendo qual era o escritório, o pessoal da plateia toda se virou para me olhar. Eu estava apresentando outra coisa.

Saindo de lá conversei com o Abelém, pressionei e disse: não dá para fazer assim, tens que largar essa questão porque como é que eu vou defender uma questão e na prática fazer outra?

Graças a Deus ele deixou, passou para outro advogado, não fez mais esse trabalho. Não sei quem assumiu, se o Félix ou outra pessoa.

Outra coisa que eu influenciei o Abelém foi parar com a Adega do Rei. O Antônio já estava começando a ficar com a saúde debilitada, pois ele era advogado, comerciante, ainda se metia nesse negócio de clubes: Paysandu e Monte Líbano, no final de semana não tinha sossego, porque era a turma da Bailique, invade Adega, e não sei mais o que. Aí já começou a vir a polícia. Perdeu aquele glamour e começou a ficar perigoso. E o Cláudio havia saído, então era somente ele. Ele fechou a Adega.

Por outro lado, todo trabalho de maior responsabilidade quem digitava para o Abelém era eu. Também fazia revisão do texto dele. Ele não mexia em computador, sabia somente datilografar, então ele me dava um texto manuscrito e eu digitava e revisava.

O Abelém era um bom advogado, era bom de briga, era um brigador, principalmente. Ele funcionou como advogado do Grupo Líder, do Nazaré, do Grupo das Lojas Massoud. Ele foi advogado de grandes empresários, mas também ajudou quem não podia pagar, pois atendia a muitos gratuitamente. Os amigos dele não pagavam e como ele tinha muitos amigos o negócio era complicado.

Então, eu digo que transitando facilmente entre esquerda e direita, o Abelém tinha valores e princípios que, a meu ver, o colocavam em uma dimensão social e humanitária em muitas de suas atitudes. Achei interessante que eu estava pensando isso e no *Face* aparece hoje o que é ser de direita e o que é ser de esquerda. É exatamente quando eu questiono que vinha o amigo de direita que ajudava o de esquerda. Até que ponto o Abelém era de direita? Para mim ele não era.

Registrei aqui, vou tomar a liberdade de ler.

“No tempo em que se percebia dito comicamente as posições assumidas pelas pessoas, direita e esquerda, se você não está comigo, você está contra mim, - algumas dessas atitudes que estão sendo tomadas hoje, gente, se pensarmos bem - Abelém era considerado de direita, por ser comercian-

te, ter um pequeno capital e ser advogado de muitos empresários. Mas ele, de coração, de atitudes, talvez fosse mais de esquerda, no sentido de ser mais humano, mais inclusivo do que muitos que mantinham essa posição no discurso, mas não na prática. Isso eu garanto até hoje.

O exemplo emblemático é o da ajuda permanente que ele deu à Maria. Não sei se o Seráfico conheceu a Maria, era filha de uma empregada dele que morava em casa. Quando o Antônio adoeceu gravemente, essa menina deu entrada num pedido de reconhecimento de paternidade. O Antônio não podia nem se defender, e até aí ele a ajudava, deu casa, máquina de costura.

Bem, o exame deu negativo, foi um suspense danado, ele doente, eu dizia: Antônio..., aí eu fiz as contas, poderia ser, era um menino de dezesseis anos quando a mãe engravidou. Então, poderia ter acontecido. Ele dizia: “Não, não!”. As irmãs não sabiam me dar detalhes, mas graças a Deus o exame deu negativo.

E ela me disse: “Eu fiz isso porque meus parentes diziam: Ele só pode ser teu pai, ele é tão bom pra ti. Ele não tem que ser bom pra ti. Ele só faz as coisas pra ti, porque ele é teu pai”. Para vocês verem! Mas o exame de DNA negou essa possibilidade.

Mesmo assim, para as questões de comércio trabalhista eu fazia o trabalho, porque ele não sabia cobrar, pois ele estava acostumado a dar preços nas mercadorias.

A partir de 1991, o Abelém começa a apresentar problemas de saúde e faz uma cirurgia cardíaca. Nessa época eu me aposento e no final do ano 2000, surge um terrível diagnóstico de um tumor no cérebro e o Antônio vai se operar no hospital Albert Einstein devido a sua gravidade e lá ele pega uma infecção hospitalar. Antônio nunca mais foi o mesmo. Os amigos que apareciam no início pouco a pouco foram rareando, diziam ficar constrangidos de encará-lo em tal situação, desconhecendo o bem que uma visita amiga proporcionava. Aí entro eu de novo lhe dando suporte, pois ele já havia me dado antes e vejo a importância dele, inclusive de apoio ao meu pai, não só aos amigos, à família também. O Antônio era um sustentáculo, com a doença foi como se esse sustentáculo falhasse. Aí eu supervisionei a loja da Boulevard, por um ano, tentando salvá-la de dívidas enormes que haviam se acumulado. Lá, mostrei para o Jaime, por-

que o pessoal pensa que é uma grande empresa: “Olha a loja do Abelém, como é?”. Era uma simples loja na esquina que vendia alumínio e rede. O Antônio não era um homem rico, ele dividia porque era generoso.

Então vou tentar salvar a loja. Lógico que não consigo, porque as dívidas eram grandes, os impostos também, aí fechei e indenizei todos os empregados; indenizei um gerente de vinte anos de casa; nenhum deles recorreu à Justiça; vendi minhas joias; vendi objetos antigos da casa, porque se eu ensinava uma coisa nas minhas salas de aula, a minha prática não poderia ser diferente. Então nenhum deles, e digo isso com o maior orgulho, saiu sem que seus direitos fossem pagos. Graças a Deus eu tinha joias que meu pai e ele haviam me dado, e sem pena e agradecendo a Deus por ter ao que recorrer para vencer as dívidas e dar suporte a ele com a doença. É lógico que eu fui capaz de fazer isso pela minha trajetória profissional, eu também havia assumido chefia na universidade e havia adquirido um certo traquejo, um certo desembaraço.

Em 2005, organizei a festa dos 70 anos dele no sentido de louvar a vida e de tê-lo ainda entre nós. Ele estava feliz e alguns amigos de 64 estavam lá: o Ronaldo Barata, o Leonildes e o Paes Loureiro; o Seráfico não estava em Belém, por isso não estava lá, senão estaria, com certeza.

Então, gostaria de encerrar dizendo que quando ele adoeceu, me descobri uma mulher forte, pois eu não sabia que era capaz de dar a ele o apoio necessário, emocional e financeiramente inclusive, como ele havia dado a tantos, inclusive ao meu pai.

Ele veio a morrer em 2009, vítima de um infarto que veio em seu socorro para evitar maiores sofrimentos que a doença degenerativa provoca. Era uma segunda-feira gorda, gente! Fevereiro pra mim sempre... e nós amávamos o carnaval. Então era a cara dele morrer numa segunda-feira gorda.

Deixou-me muitas lembranças, muitos ensinamentos e a certeza de ter convivido com um parceiro que tinha um coração apaixonado, solidário e cristão. Aí tenho me perguntado: isto é ser de direita?

O SR. PRESIDENTE:

– Acho que podemos ouvir a Dulce, e depois batemos um papo.

A SRA. DULCE ROSA DE BACELAR ROCQUE :

– Boa tarde, sou Dulce Rosa de Bacelar Rocque, nasci no dia 10 de dezembro de 43, e entrei na faculdade no primeiro vestibular que teve em 1964. Porque naquela ocasião, logo que deram o resultado do vestibular, o João Goulart, dobrou as vagas na Universidade e foi feito, imediatamente, uma semana um outro vestibular. Era o período de agitação mais forte, quando entrei.

Nesse dia do meu primeiro exame, morre a minha avó, que foi a pessoa que me criou. Então, já não participei dos cortes de cabelos, do trote, de nenhum tipo de festa, porque estava fechada no meu luto, e não tive contato imediato com os colegas. Já quando começa a Universidade, depois de um mês, mais ou menos, é que acontece o Golpe. As aulas começaram logo. Depois de uma semana começaram, em fevereiro, ainda, começaram as aulas.

Lembro-me uma coisa; a primeira lição foi de Direito Constitucional e nós todos tínhamos que ter a Constituição na mão, e foi a última vez que isso aconteceu na Faculdade de Economia, porque no ano seguinte a matéria foi retirada, não se falou mais de Direito.

Então, vinha de uma família, vou dizer o nome da minha família, meu avô: José Maria Huet Bacelar Pinto Guedes Souto Maior Castelo Branco de Vasconcelos Menezes Cavalheiro da Casa Real. Veio para o Brasil com a Família Real, de origem portuguesa. E meu pai era árabe, era Libanês, era o Felix Rocque das Festas de Nazaré.

Digo que cresci num gineceu, porque só tinha mulher na minha casa o único homem era meu irmão que mandavam estudar em Santarém com medo que ele virasse bicha, porque só tinha mulher em casa.

Então, as mães iam trabalhar e ficávamos com a avó, por isso que digo que foi a minha avó que me criou. E nos criou do modo mais tradicional possível, a mulher não podia andar sozinha, a moça, às seis horas, tinha que voltar para a casa, e a faculdade acabava às seis horas, e a empregada ia me buscar; a empregada era mais nova do que eu, e achava isso uma coisa humilhante, porque eu estava tendo contato, saía, assim como ela que foi criada de um determinado modo, saía daquele negócio para uma outra realidade onde via, por exemplo, para mim foi um choque, as mulheres sen-

tarem, as moças, as minhas colegas, sentavam em cima da mesa. Para mim a mesa era para comer ou para estudar, quando que eu ia imaginar, como é que eu ia pensar em cima da mesa, não fazia parte da minha educação isso. E uma série de coisas eu via e comecei a notar que existia um outro mundo fora da parede da minha casa.

Comecei a ficar chateada, e comecei a discutir com a minha mãe, coisa que não era admissível, discutir as ordens dos pais, e eu reclamando por causa da empregada, ela é mais criança do que é, tal: “mas já tem filho”. Ela tinha uma filhinha.

Resultado: consigo me livrar da empregada e começa o meu irmão ir me buscar, sempre aquela história que acabava às seis horas e a mulher não andava sozinha, de noite, seis horas já era noite.

Só que o meu irmão, apenas ele me via descer a rua, era na Avenida Nazaré a faculdade, eram aqueles dois prédios abandonados que tem um do lado do Palacete Fasciola e outro do lado do edifício incendiado do INSS que depois era até do avô dela, antes, o senhor Ferreira Gomes.

Então, era só ele me ver, ele virava de costa e ia embora; quer dizer, eu tinha que sair correndo atrás dele.

Outra briga em casa para me livrar desse tipo de controle.

Estou falando disso para poder fazer ver como era difícil, como éramos criadas e como era diferente o comportamento das moças na faculdade, principalmente naquela época.

Meu irmão para de me buscar e começo a ir só para casa e essa foi minha primeira vitória.

Mas comecei a notar que as outras, as mais velhas do que eu, que já estavam mais adiantadas e ficava abismada com o comportamento delas.

Nunca usei calça comprida, mulher só usava saia, então, para mim calça comprida era para usar no Mosqueiro, não era para usar na faculdade, não era digno de uma moça de família isso aí.

A esquerda era muito forte na Faculdade de Economia e eles começam a se aproximar de todos nós para ver de que lado estávamos, e eu não tinha nem noção do que estava acontecendo ao meu redor, absolutamente.

Nunca me preocupei com política.

Minha avó seguia muito política e ouvia todos os discursos do Jarbas Passarinho e brigava com ele pelo rádio, reclamava e tal.

Acontece o golpe. Todos os meus colegas de esquerda desaparecem de circulação e o partido comunista fica meio em dificuldade de saber que fim eles teriam levado e veio me procurar. Não sei por quê. Mas, alguém foi em minha casa me procurar pedindo se eu podia ir à Quinta Companhia de Guarda, onde hoje fica as Onze Janelas.

Eu tinha três colegas militares: Alacid Nunes, Mário Martins Brito de Albuquerque, que era esse tenente que trabalhava lá e outro que agora não lembro o nome.

O Alacid frequentou o primeiro mês, depois do golpe desapareceu, o Mário frequentou um pouco mais.

Fui à Quinta Companhia, mandei chamar o Mário e perguntei a ele: “Quem está aí preso dos nossos?” Essa foi minha primeira tarefa.

O que posso lembrar hoje é que as vezes em que fui à polícia, nos quartéis procurar os companheiros ninguém nunca me controlou ou me pediu documento.

Não tinha nenhum tipo de controle no primeiro ano e, inclusive, hoje pensando para trás naquele tempo, que eles não tinham nem noção do que estava acontecendo. Não tinham ideia que depois ia virar o que virou.

O Mário me disse: “Olha, aqui o pessoal fica de passagem, depois vai para a Gaspar Viana, mas vai logo embora porque não tem ninguém, vá para casa que aqui não é lugar de moça, vá para casa, aqui não é seu lugar”.

Quer dizer, até ele sublinhando que mulher tinha que ficar em casa.

Mais tarde, novamente sou procurada pelo pessoal do partido porque tinha gente presa na Gaspar Viana e entre esses presos tinha o Secretário de Finanças e eles precisavam saber onde estava o dinheiro.

Lá vou eu para a Gaspar Viana, chego lá e digo que sou a mulher dele. Não me pediram nem documento para ver se eu era a mulher do homem que estava lá.

Entro na sala, entra essa pessoa que não sabe quem sou, ninguém me conhecia absolutamente. Mas, tinham dito: “Olha, ele não vai abrir a boca para você, você tem que dizer uma frase para ele, que aí ele vai lhe reconhecer que você é mandada pelo partido”.

No canto tinha um soldado sentado e lá passava o Rui Barata, andava para cima e para baixo do lado de fora.

O soldado que estava lá não prestou a menor atenção para nós. O rapaz chega, me olha, já demonstrando que não sabia quem eu era, horrorizado, aí digo lá a frase e ele se solta, diz o endereço, diz as coisas que eu precisava saber.

Na medida em que ia fazendo essas atividades e depois em 1968 fiz um trabalho comigo, primeiro não queria ouvir o nome das pessoas como me apresentavam que era para não dizer, no caso de necessidade ou de prisão de alguma coisa que eu conhecia aquela pessoa. Então, já desligava no momento das apresentações e depois fazia de tudo para esquecer a fisionomia das pessoas.

Fiz isso durante muitos anos. Resultado: Hoje dizem que é o alemão, mas não consigo reconhecer as pessoas, não reconheço as pessoas e não lembro o nome absolutamente de ninguém até hoje. Isso piorou muito no período em que eu vivi na Itália

Então, os companheiros começaram a voltar, depois de um ou dois meses. Quem trabalhava em órgão público foi despedido. O Fiel ficou sem emprego, o Brasil ficou sem emprego, o Orlando ficou sem emprego. E nós tínhamos o Wilton e o Osaka, nossos professores que logo depois se tornaram os melhores economistas de Belém, tinham escritório, e deram guarida a alguns desses colegas aí.

Volto à atividade novamente, aliás, não tinha na verdade atividade. Atividade foi até o momento do golpe, depois parou completamente. Eles vinham todas às vezes conversar conosco, quando tinha reunião. Depois do golpe, pouco a pouco, começou a UAP, a AP. Tinha um outro que era dos católicos, a JUC. Tinha a JUC, a PE que se reunia com o partido, e eles me procuravam e diziam o que tinha acontecido e tal. De vez em quando eu tinha a coragem, sem entender absolutamente nada, de dar opinião.

A terceira vez que eles fizeram a reunião, era o momento da eleição do Diretório Universitário e eles decidiram nesta reunião que não se ia votar, que iríamos colocar um pedaço de papel carbono dentro do envelope demonstrando o nosso luto. Achei isso uma coisa ridícula e reclamei. Eu disse: mas, como, logo agora na primeira eleição que nós podíamos ganhar,

vamos colocar um papel? Acho ridículo! E dei minha opinião. Não sei nem como tive coragem de falar, mas falei isso pra ele.

Votamos em negro, logicamente perdemos, não tínhamos candidato. Ganhou a extremíssima direita.

Tiveram uma outra reunião e de novo eu me aborreci. E ele virou-se para mim e disse: “Olha, Dulce, tu já estás no partido”. Eu disse: Como? Eu creio até em Deus! Ele disse: “Olha, não importa, o partido não tem carteirinha, por isso, também ninguém vai descobrir que tu és do partido”. Eu disse: Mas, como, menino, que tu vais me meter num negócio que eu não entendo nada. Porque eu reclamava: como é que os outros ganhavam? Ele disse: “Porque nós somos meia dúzia e eles são um montão. Eles têm a maioria. Nós não lutamos pela democracia? Se a maioria ganha, nós temos que nos submeter à vontade deles”. Isso ele me explicou na hora em que eu briguei por causa do papel carbono. Depois ele achou que eu estava dentro. Está bom.

Passa um tempo e eles começam a ter dificuldade de encontrar lugar para se reunir. A minha casa, que não existe mais, era aquela coisa linda que tinha na Praça Amazonas, que virou cartão postal. De um lado, era a nossa casa, em cima de uma mercearia, e do outro lado era a casa dos Castelo Branco. Todas as palmeiras da 16 ainda tinha. Era a capa do livro “Belém da Saudade”. Eu morava ali e defronte era o presídio. Quem ia procurar comunista em uma casa frente ao presídio?

As reuniões começaram a ser em nossa casa. A casa era muito grande, tinham três salões, dos quais dois não eram praticamente usados. Eles iam para essas salas, se reuniam. A minha mãe, todos, ficavam na sala de jantar, em outro canto. A mamãe permitia isso.

Pouco a pouco minha mãe ficou muito íntima desses meus companheiros de esquerda, porque em nem todas as reuniões eu participava. Às vezes eles pediam para reunir alguma direção. Eu só participava naquelas que eram de interesse da faculdade.

Nós tínhamos um carro, uma Kombi, mas ninguém sabia guiar. Então, só podíamos sair de Kombi se alguém soubesse guiar para nos levar a algum canto. Em 1966, houve o congresso do partido e veio o Malina para cá. Por enquanto eu não estou sabendo do Malina. Precisaram do carro e precisavam da nossa casa em Ananindeua. Nós tínhamos uma casa perto

da Modelo. A mamãe chamou o caseiro e disse: “Olhe, nesse fim de semana vai umas pessoas lá se reunir. O senhor não se meta com elas, deixe eles em paz lá trabalharem. Eles pediram a nossa Kombi e eu soube que as pessoas tinham os olhos fechados, eram todas deitadas no chão e eles ficavam rodando por Belém até as pessoas se confundirem para depois irem para Ananindeua, para que a pessoa, se fosse presa, não tivesse condições de denunciar, minha mãe era funcionária pública do Ministério da Fazenda, ela trabalhava na alfândega. Um mês depois, o caseiro veio receber o ordenado e disse: olhe dona Marília, aqueles protestantes que foram lá para casa passavam o dia inteiro rezando baixinho. A mamãe achou ótimo.

Então, desse modo eu e minha família começamos a fazer alguma coisa, mas aí minha atividade começava a pretender que eu fizesse algo mais, que eu fosse pichar as ruas, e eu já ficava chocadíssima com isso, não ia pichar a rua de noite. Aí eles vinham me pegar. O máximo que eu fazia era prestar atenção se vinha ou não carro, eu segurava as latas, eles pichavam ‘Abaixo a Ditadura’ e eu saía com as latas para cá e para lá. Até hoje não sei escrever em letra de forma, até hoje só sei escrever o cursivo, então, não podia escrever ‘Abaixo a Ditadura’ com a minha letra. Então, eles pintavam e eu carregava a lata de tinta.

Depois chegou o Círio. E, em 66 sempre nós tínhamos que jogar uma papelada. Eu fui assistir o Círio da casa do meu tio riquíssimo que morava num apartamento de canto no sexto andar, que trabalhava com malva enfim. Eram papeis de certo tamanho que eu fiz o seguinte: o apartamento era de canto e tinha cobogó, então, coloquei um pau, coloquei os papeis e coloquei uma lata furada com água, porque à medida que a água ia caindo, o pau baixou e o papel voou para todo canto, eu estava no sexto andar, mas fui lá para o nono porque tinha um corredor para entrar na casa, por exemplo, do meu tio que tinha esse corredor que acabava na Serzedelo com esses buracos, então, fui colocar no nono andar que ninguém sabia.

Então, esse tipo de atividade era aquela que eu fazia fora da faculdade. Entrei em 64 na faculdade, em 65 quando teve a eleição já estava todo mundo mais corajoso trabalhando na clandestinidade, decidimos fazer uma chapa. Conosco estudava o Fernando Coutinho Jorge, ele era uma pessoa séria, além de estudioso, era espírita e isso, estranhamente

serviu muito, ele conseguia conversar com todo mundo, então, conseguimos convencê-lo a ser o candidato. Ele ganha, e como concorrente tinha o Clovis Correa Pinto que perdeu por cinco votos. Fiquei em estado de choque, pensava que ia ser noventa a dez. Mas daí começa o Fernando Coutinho Jorge num período ótimo de direção do Centro Acadêmico e quando chega o nome da formatura nós decidimos não aceitar. Brigamos e não quisemos a formatura. Fomos todos a secretaria receber o diploma, não quisemos festa, não teve missa, não teve nenhuma das cerimônias que todo mundo fazia. Só saiu no jornal a nossa fotografia dia 09 de dezembro. Nessas alturas tinham fundado a SUDAM, muitos colegas já estavam trabalhando na SUDAM, e eu fui trabalhar com o Wilton e o Ozaque. E, em 67 comecei a trabalhar com o Wilton e o Ozaque sem ganhar nada porque tinha que aprender. O primeiro ordenado recebi em dezembro quando me formei, um envelope que não tive coragem de abrir, cheguei em casa dei para minha mãe sem nem saber quanto era. Quando ela abriu quase ela desmaia, eu estava ganhando mais do que ela. Ela funcionária pública, digamos, ganhava seiscentos cruzeiros e eu ganhei mil e duzentos, daí ela educadamente me devolveu o dinheiro, mas eu não sabia o que fazer. Muito bem, ficou em casa isso aí.

Então, saio da faculdade e a atividade em casa começa a aumentar, porque em 66 quando teve o Congresso do PCB, tive que ir a esse Congresso, era no dia do Círio, numa rua... Não tínhamos que lembrar os endereços, era Rua Mundurucus e todas as ruas que vão para o lado do rio, e eu não sabia qual era nenhuma, ainda bem. Seis horas da manhã foram me buscar e o pessoal entrava nesta casa de meia em meia hora e começavam a entrar no dia anterior. Mas eu, filha de família, mocinha, não podia dormir fora de casa, ainda não era formada e já tinha 21 anos e já era de maior idade.

Vieram me buscar de manhã para este Congresso, éramos todos jovens nesta reunião e tinha ali o Salomão Malina, pessoa que depois vou reencontrar em Moscou poucos anos depois e fiquei amiga até a sua morte e que se tornou o último secretário do PCB, antes de virar PPS.

Neste congresso eu conheço Malina, que tem essa discussão política e a partir daí já estava mais do que claro que eu estava dentro e eles me dão uma competência. Como eu não era conhecida, tinha que recolher dinhei-

ro com os intelectuais e tinha que dizer uma frase, eu me entregava com esta frase, mas foi o que foi decidido: “Eu sou filha do Felix Roque”.

Eu ia com um dono de uma gráfica na Pinheiro, na João Alfredo, e ele não queria me ver, não aceitava nem que eu visse ele. Então, ele me mandava um envelope. Eu ia com aquela jornalista muito famosa Alana, que já morreu e que gostava muito de Cuba.

Alana mandou eu subir, pois ela queria me olhar na cara e que ninguém tinha que me conhecer mais com esse nome, “filha do Felix Roque”, e Alana era outra e o Rui Barata também era outro.

Agora a minha dificuldade era chegar até o Rui Barata, mas como estava na faculdade e ele tinha um monte de filho e faziam festas de vez em quando na casa dele, lá vou eu de enxada em uma festa sem ser convidada só para ter acesso a ele.

Todos papericavam este Rui Barata e depois que voltei ao Brasil, fui nesta casa e me lembrei depois onde falei com ele a primeira vez, onde era o estúdio dele, a biblioteca dele. Estava o Rui Antônio e outras pessoas. Todos saem e fica só eu e o Antônio, e eu queria uma oportunidade de ficar só com ele e o Antônio lá. Aí eu disse a ele: “Eu sou a filha do Felix Roque”, ele não entendeu o que queria dizer. Eu digo: Olhe, eu queria pedir se o senhor pode ajudar o partido? Ele me olhou e disse: “Minha filha, partido eu só tenho um.” – Eu disse: “E qual é?” – Ele disse: “O Comunista.” Eu disse: Pois é, e este mesmo. Eu sou a filha do Felix Roque. E assim foi meu contato com o Rui Barata.

Formei-me, mas não queria ficar em Belém, fui eu que fiz o projeto da Jari como economista, fiz um projeto da FASA e comecei a assinar os projetos que fazia. Viajava com teco-teco para o interior e não era meu interesse ficar vendo cidade pequena, eu queria outra coisa, e decido com uma vizinha de ir morar em São Paulo.

Chega um convite para eu estudar em Moscou, mas esse fato não se realiza, então, eu começo com esta amiga a decidir que íamos em setembro para São Paulo. Vou para o Acre fazer um projeto e chegando lá, passo os dias que tinha que passar, quando volto numa sexta-feira, tinha um bilhete na porta onde tinha o telefone escrito: “Vem urgente com teus documentos”. A empregada veio e eu disse: O que é isso? Ela disse: “Eu não sei, mas

dona Marília disse que quando a senhora chegasse é para ir depressa com ela e leve seus documentos.”

Cheguei com ela e perguntei: Mamãe o que foi? Ela disse: “Tu vais para Moscou e não quero discussão, porque nem se eu trabalhar a vida inteira vou ter condições de mandar você estudar fora. Portanto, você vai para Moscou e é amanhã a sua viagem. Vá se despedir”.

Uma coisa que não era possível viajar no outro dia, eu tinha dívidas para pagar e uma série de coisas e eu tinha que fazer a relação ao Osaka e ao Wilton do trabalho que eu tinha feito lá no Acre. Não viajei no sábado, só viajei na segunda ou terça-feira.

Nessas alturas, quando cheguei ao Rio, não gostaram, acharam que era uma indisciplina, e levei um mês para viajar para Moscou, viajei primeiro para Paris, e toda a minha documentação foi feita em Paris, no meu passaporte estava escrito: Este documento não é válido para Cuba. Mas, para Moscou era, mas era melhor não fazer nada aqui.

Fiz lá a documentação, fui para Moscou e comecei a estudar. Em um belo dia, chega o Salomão Malina lá, aí eu digo: “-Se lembra de mim”. Logicamente ele não lembrava, ele disse: “-Mas lógico, uma moça bonita dessa, lógico que eu me lembro”. Eu digo: “-Círio de Belém do Pará”? Ali começou uma amizade porque o Salomão Malina tinha perdido a mão com uma bomba, a mão direita, e ele usava uma luva que era muito malfeita, eu já tinha conhecido um italiano ali no instituto, estava namorando este italiano, ele era do PCI e era vereador do PCI em uma cidade chamada Piacenza, fronteira da Lombardia com a Emília-Romagna, fronteira com Milão, tinha um rio que dividia Milão de Piacenza.

Ele fazia esta luva em um país socialista, mas era uma luva grosseira, aí o meu marido ofereceu que o PCI mandaria fazer a melhor luva lá no hospital de Bolonha. Então, ele fez amizade já com esse meu namorado que vai ser meu futuro marido.

Vou encurtar a história, chega o momento de defender a tese, a minha dissertação, acabo de estudar, todos defendemos a dissertação, e depois dessa dissertação tínhamos que ter um encontro com uma pessoa que ia nos preparar para voltar, ela disse: “-Porque depois de dois anos aqui vocês usam muitas palavras russas, então, vocês vão ter que ter cuidado de não

começar a trabalhar durante os seis meses para perder os costumes que vocês pegaram aqui de dizer ha-ra-sho, spa-si-ba”.

Ha-ra-sho quer dizer tudo bem, spa-si-ba quer dizer obrigado, que já saía normalmente da nossa boca, tendo vivido dois anos fora, o curso era de dois anos, uma pós-graduação em Economia Política, a minha dissertação foi o desenvolvimento do capitalismo e extensão. E eu comparava duas árvores, uma árvore com uma raiz profunda que é o capitalismo que nasceu na Europa, e uma outra com a raiz bem superficial, era o nosso que estava nascendo.

Aí eu tinha que me lembrar de todas as coisas que a minha avó contava quando ela vivia em Óbidos lá na fazenda, que eles faziam manteiga na garrafa, faziam sabão, olha o nosso capitalismo nascendo.

Mas daí, na hora de eu viajar, essa pessoa chamou todo mundo, falou com um por um, quando chegou a minha vez ela disse: “-Ah, você é aquela que vai ficar na Itália atrás de uma perna de calça? Para você nós não temos nada para dizer”. Isso aí acabou com a minha vida, porque fiquei com um complexo de inferioridade, de alguma coisa, um complexo, que me martirizei os 30 anos que vivi lá por causa disso aí, não de não ter voltado.

Porque o negócio foi o seguinte, o meu marido sugeriu que casássemos na Itália, porque os pais não iriam nunca para o Brasil assistir um casamento. Então, casamos na Itália e depois em dezembro iríamos embora, portanto, chego à Itália, caso, mas na Itália o serviço militar o homem só faz depois que se forma, quando estuda na universidade. Aí quando é em outubro chega o cartão postal para o meu marido se apresentar dia 1º de janeiro em Turim, pois ele tinha que fazer o serviço militar, eram 24 meses de serviço militar, e ele não tinha coragem de me dizer, estava chegando a hora de viajar e eu não sabia dessa história aí.

E ele viaja, eu fico lá e não pude voltar, quer dizer, o plano que nós fizemos de voltar em dezembro para o Brasil não se realizou, e comecei a me martirizar mais ainda.

Estamos em 1971 e na Itália tinha uma coisa, um jornal do Partido Comunista se chamava L'Unità, e eles, para arranjar dinheiro para a atividade política, e principalmente para manter o jornal, eles faziam umas festas que para mim eram igualzinhas as festas de Nazaré, então, eu

só me lembrava de Belém, era um lugar igual ao Largo de Nazaré, com um monte de barraquinhas que vendiam comidas típicas, os cavalinhos, a roda-gigante. Era, para mim, a festa do meu pai, era a festa de Nazaré aquilo e eu achava o máximo. Chamava-se Festival de L'Unità, e todas as seções do Partido Comunista faziam. Meu marido era vereador do Partido Comunista.

Meu marido chegou comigo e me deu de presente uma carteirinha do PCI. Levei um choque e disse: “Como?”. Ele disse: “Eu pensei...”. Eu disse: “mas tu nem me perguntas”. Eu não aceitava o compromisso histórico, eu ainda não tinha o compromisso histórico, não aceitava muito as posições do Partido Comunista Italiano, eu achava meio que de direita. Fiquei calada, eu estava apaixonada e engoli. Peguei a carteirinha, mas achei que não era uma coisa honesta. Ele deveria ter pedido a minha opinião, porque eu poderia, inclusive, não ter aceitado. Assim entrei no PCI.

Ele foi para o serviço militar, mas nos intervalos vinha para Piacenza e nós fizemos um jornal. Tenho cópia desse jornal onde há denúncias do que fazia a ditadura, tem uma carta de um padre denunciando. Começamos a fazer esse jornal e os colegas de partido nos ajudavam oferecendo dinheiro para comprar o papel. Mas, na verdade, imprimíamos com ciclostile lá na sede do PCI. Assim começou a minha atividade.

Um dia fui para Milão, para um festival no ano de 1972, o festival de L'Unità, de Milão, que durava quinze dias. Eu estava grávida. Vinha gente de toda a Itália para esse festival, quando era o principal das capitais das cidades grandes. Olhei para aquilo e disse: “Ah, é aqui que vou ganhar um dinheirão para o Brasil”. Então, fiz uma carta em cinco línguas e coloquei umas listas embaixo. Pedi uma mesa e uma cadeira, que me deram. Eu me meti lá no meio desta praça e recolhi a assinatura de todo mundo que passava. A carta era escrita em cinco línguas, portanto, não somente os italianos entendiam, como os outros também.

Eu pedia o dinheiro do selo e ganhei seis mil e quinhentos dólares em três dias com essa história. Voltei para casa, mas não sabia o que fazer com o dinheiro, porque não era para o Partido, pois o Partido tinha se afastado de mim, eu tinha me apresentado lá como democrata brasileira. Fiquei com o dinheiro. Quem me apareceu em casa? Salomão Malina.

No terceiro dia que o Salomão Malina estava em casa, eu disse que queria conversar com ele e contei dessa atividade: “Olha, eu fiz isso, assim e assim, e está aqui, eu ganhei seis mil e quinhentos dólares”. Ele disse: “O que você vai fazer com isso?”. Respondi: “Mandar para as famílias dos prisioneiros políticos”. Ele perguntou: “Por que você não dá para o Partido?”. Respondi: “Porque fiquei na Itália atrás de um perna de calça”. Ele me olhou e perguntou: “Como?”. Respondi: é, no dia assim e assim, um fulano que foi falar comigo, disse que não tinha mais nada para conversar comigo porque eu ia ficar na Itália atrás de um perna de calça. Eu respondi: “Então, eu não estou trabalhando para o Partido, eu estou trabalhando para a democracia brasileira”. Comecei a virar petulante, por isso que sou assim hoje. Comecei assim. Ele disse: Ok.

Aconteceu um fato interessantíssimo, que eu fui saber muito tempo depois. Dei o dinheiro para ele, que disse: “Nós temos dois companheiros de São Paulo, um tem cinco filhos e o outro tem seis. Eles estão presos, vamos mandar esse dinheiro para eles”. Eu disse: Ok. Isso em outubro.

Eu tinha um nome falso, de guerra: Márcia Rodrigues, a Garota de Ipanema, colocaram este nome em mim. Todo mundo, na Itália, me chamava de Márcia, até a minha família quando chegava. Desapareceu o meu nome Dulce Rosa, todo mundo me chamou de Márcia durante trinta e cinco anos.

Em janeiro tocou o telefone e uma pessoa disse: “Márcia, preciso que venhas aqui, tem uma pessoa que quer falar contigo. Vem à estação”.

Mesmo na Itália, o nosso comportamento era como se estivéssemos aqui, no meio da ditadura, então, nós tínhamos que prestar determinadas atenções. Fui à estação, onde tinha um senhor gordo e para o qual me apresentaram. Era um membro do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro. Ele me falou da situação do Brasil e no fim disse: “Querida, queria lhe agradecer pelo trabalho que você fez, de denúncia da ditadura”. Quinze dias depois, outra pessoa, outra chamada, a mesma coisa: “Olha Márcia, vem aqui na estação de Milão!”. Porque a estação de Milão é um local onde passa muita gente, e se a polícia me pega eu gritaria, por isso, os encontros eram na estação de Milão. Aí acontece a mesma coisa, me faz uma relação sobre a situação do Brasil e tal, e de novo, me agradece: “Em nome do Comitê Central queria lhe agradecer pelo trabalho

que você fez de denúncia da ditadura”. Daí eu ficava toda encabulada com esse negócio aí.

Vem a terceira vez, de novo, outro membro do Comitê Central. Aí eu já me aborreci de novo: Eu não estou entendendo essa história. O senhor é o terceiro que vem aqui me agradecer. Por que vocês estão agradecendo? Eu não sou a única que faz isso. Acho que qualquer pessoa na minha situação... Já assim grosseira, né? Igual como faço hoje. Aí ele virou-se e disse: “Aí é que você se engana. Mesmo os que estão fora, ninguém teve essa ideia, foi só você que teve. Mas, tem outro motivo por estarmos lhe agradecendo, nós fizemos um encontro do Comitê Central, esse encontro era para decidir se tirávamos uma parte do Comitê Central do Brasil pra cá, porque cinco dos nossos companheiros do Comitê Central foram presos, colocados num avião e jogados ao mar; jogaram eles no Oceano Atlântico. Então, para defender os outros nós estávamos pensando em te salvar, trazendo-os para cá”. Aí ele me contou a história da reunião e disse: “Nós queríamos agradecer ao Salomão, porque o Salomão não era de acordo com esta ideia”. O Salomão Malina, antes de começar a reunião, pediu a palavra e disse: “Não coloco o dinheiro a mesa, porque com certeza vão sequestrar”. Contou a esta companheira Márcia que estudou aqui e eu conhecia o Prestes, o Prestes também me conhecia, porque nós frequentávamos a casa do Prestes em Moscou, e nesta Reunião tinha também o Gregório Bezerra, de quem eu batia à máquina o livro do primeiro e do segundo capítulo, por isso perguntei à Leila Jinkings naquele dia, em que ano foi. Essas pessoas estavam na Reunião, então, quando disseram: “Foi a Márcia!”. “Ah, sim, eu sei quem é.” O Gregório me escrevia na ocasião continuamente. Então ele disse: “Quando o Salomão disse da sua experiência e do dinheiro que você ganhou, logo depois começou a reunião e o seu exemplo serviu para ganhar, e decidimos trazer alguns membros do Partido para cá. Você agora vai ter ajuda porque na Bélgica, França, Alemanha e na Alemanha Democrática e na Tchecoslováquia, vai ter gente”. Se eu sozinha em três dias ganhei seis mil e quinhentos dólares, imagina com ajuda. Tá bom! Aí nós começamos no ano seguinte a fazer alguma atividade.

Aí voltando um momento atrás, 1970. Isto em 72, não é? Em 73, o Malina volta para fazer a luva e está hospedado na minha casa e cai um

avião, dentro deste avião estava Filinto Müller. O Filinto Müller havia ido a Portugal, Espanha, França e Itália, para ver quem estava por lá de esquerda, porque estavam recebendo umas cartas. Eram as minhas cartas, aquelas que separei em pacotes, porque quando eu trabalhava, trabalhava numa firma de autotransporte internacional, então, eu preparei uns blocos, chamava os motoristas, colocava os selos e dizia: Essa aqui você vai colocar no Correio em Mantova; essa aqui você coloca em Nápoles; essa aqui você coloca em Trieste; essa você coloca em Trento e dividia os pacotes para sair de todas as cidades da Itália, menos da que eu morava, para não me denunciar. E essas cartas chegavam, chegaram cinquenta mil. Eu gastei uns quinhentos dólares de selo e mandava aos ministros e ao presidente da República. Ele foi lá me procurar, falou com a polícia, porque os colegas que estudavam comigo foram presos e um deles falou que a responsável pelas finanças tinha ficado na Itália na cidade de Piacenza, porque casou com um italiano e deu o nome do meu marido. Ele foi direto lá na polícia e a direita governava na Itália aquela época, a direita governava na França, e Portugal e Espanha estavam nas mãos de dois fascistas. Então, ele obteve apoio desses quatro países para denunciar quem eram os brasileiros e me encontra em Piacenza e a polícia começou a ir na minha casa. Mas, nunca soubemos deste fato, eu fui saber depois. A polícia ia em casa e perguntava: “A senhora, quando vai voltar para o Brasil?”

Então, eles pararam de me perturbar, não sei se eles me controlavam a distância.

Um ano depois me separei do meu marido, começa uma situação ruim entre nós, e ainda não tinha me separado, mas queria fugir para o Brasil, o que estava fazendo lá? Aí o Secretário do Partido Comunista Italiano veio me visitar e me contou a seguinte história: que tinha ido para uma reunião do Partido em Roma, e que tinha sido convidado para uma festa na Embaixada Soviética, e que na Embaixada Soviética ele foi procurado pelo Embaixador e o mesmo disse assim para ele: “A Dulce Rosa de Bacelar Rocque”, ele disse: “quem?”, “O senhor não conhece a Dulce Rosa de Bacelar?” ele disse: “Não”, “Mas, é uma brasileira”, ele disse: “não, não conheço”, “Mas, como, ela é casada com um companheiro de vocês”, “não, a que tem lá ela se chama Márcia”, ele disse: “Márcia é o nome que ela

usava em Moscou.” Aí me lembrei o seguinte; quando casei, todo mundo sempre me conheceu como Márcia, ninguém nunca ouviu o meu nome lá na Itália, então, no dia do meu casamento estava num salão, digamos assim, desse tamanho, cheio de gente e o prefeito lendo e quando chegava no Dulce Rosa ele voltava, três vezes ele fez essa coisa, quando chegava no Dulce ele emperrava, porque não era a Márcia Rodrigues, ele voltava, aí olhei para o meu marido e disse: “Vem cá, tu não disseste para ele que eu não me chamo Márcia?”, ele disse: “Não.” Eu disse: “Olha prefeito, essa aí sou eu”.

Então, quando o secretário do PCI, ouviu este nome, não sabia quem era: “Não, é a Márcia, está bom”. Ele disse “olhe, os colegas dela presos falavam que ela está sendo procurada, o nome dela está em tudo que é aeroporto e porto do Brasil, diga para ela não voltar”.

Agora, esse homem vem me contar essa história no momento que estava querendo fugir para o Brasil, não acreditei, e reclamei um pouco e tal, ele disse: “Olha, não inventa Márcia de ir embora, porque se te acontecer alguma coisa quem vai pagar o pato sou eu, porque fui avisado pela Embaixada Soviética, que estão te procurando e vou permitir que tu viajes? Faz um favor, não vai fazer isso porque tu vais me criar problema”. Aí está, ele vai embora, vou para cama pensando porque já estava querendo comprar passagem; aí me veio em mente uma coisa: durante os dois anos em Moscou, um belo dia, chegou, fora de época, uma pessoa, um brasileiro, quer dizer, todo mundo chegava em agosto porque as aulas começavam em setembro, este chega em maio, me parece; era um preso político que estava numa situação que tinha sido liberado, mas tinha ficado meio doido, estava com problemas de saúde, e mandaram ele para Moscou para se tratar; depois chegou a mulher dele também; então, todo mundo queria saber o que tinha acontecido com ele, o que ele contava, como era a prisão, como era isso, como era aquilo; e a mulher não sabia, ela disse: “olha, só sei te contar uma coisa: que uma vez prenderam um companheiro do partido mas a mulher dele não sabia nada, e prenderam a mulher, também, com uma filha de seis meses; colocavam a mulher no pau de arara e a neném colocavam em cima da mesa, e a neném engatinhava e caía no chão.

Então, para forçar a mulher falar, pegavam a criança, se mancaram que era uma boa ideia, aí colocavam de novo a criança em cima da mesa, e a criança engatinhava e caía, e a mulher enlouqueceu. Quando lembrei disso na cama, me lembrei que conhecia o Prestes, o Malina, o outro do Rio Grande do Sul, o Brizola, que estava em Portugal; eu conhecia essas pessoas, todo mundo do Comitê Central que passavam pela Itália iam me visitar. Aí comecei a ficar com medo de voltar e disse: “Meu Deus, se fazem um negócio desses com a minha filha, não vou ficar calada, não vou virar heroína e permitir que faça uma coisa dessas, com a minha filha, vou falar”. Aí achei que era perigoso voltar, não por mim, porque a minha mãe tinha uma ilha aqui no Marajó, dela, propriedade privada, e não tinha nada nessa ilha, me causou um problema enorme depois; eu pensava: chegando em Belém vou embora para a ilha da mamãe, não tem ninguém lá na ilha, vou lá com a empregada, com a pescadora. Resolvi não voltar. Mas, de qualquer jeito não poderia voltar, porque na Itália tem uma coisa que se chama pátria potestad, que quer dizer que os filhos são do pai.

Então, não teria direito a passaporte, não poderia sair com a filha de qualquer jeito, mas isso só descobri um ou dois anos atrás.

Antes de me separar do marido, suprimir começamos a fazer aquele jornal, um dia apareceu em casa um padre. Disse que tinha me descoberto, sabia que tinha uma brasileira de Belém e ele tinha sido expulso do Brasil.

Para os lados de Paragominas, parece-me, ele tinha construído uma igreja ecumênica, digamos, ele fazia a missa às sete da manhã, às nove tinha o culto das outras igrejas e ele começou a meter na cabeça dos camponeses que tinham direito a horário de trabalho, a ordenamento e ele começou a ser taxado de subversivo.

Ele começou a brigar por causa disso e foi expulso do Brasil e foi me procurar. Ele chorava de saudade. Acho que ele tinha mulher e filho aqui.

Ele levou uma rede e pendurava na canônica.

Virei amiga deste padre.

Quando voltei para cá, depois de trinta e cinco anos, um rapaz foi me procurar se o tinha conhecido porque estava fazendo uma tese, uma dissertação sobre ele.

Ele voltou para a Itália, era de uma cidadezinha lá, e ficou muito malvisto na Itália, porque ele lutava também lá pelas coisas que ele achava justo.

Essa foi a primeira pessoa que conheci que tinha sido expulsa do Brasil.

Todos os documentos que eu tinha, porque os jornais não diziam nada, eram da igreja. Tenho uma quantidade enorme de documentos da igreja, sejam sobre as torturas, sejam sobre o que aconteciam nas prisões e o primeiro que recebi era de 1969, mas só recebi em 1971, porque até eles tinham dificuldade de distribuir material.

Todas as informações que tinha eram da igreja, as mais graves, os jornais do partido não conseguiam falar e nenhum jornal Italiano ou francês, os jornais europeus também eram muito raro que falassem.

A única notícia que tinha do Brasil, principalmente na Europa, porque na União Soviética não tinha nem isso, era quantos mortos durante o Carnaval no Rio de Janeiro.

Todos os anos na Quarta-Feira de Cinzas os jornais noticiam a quantidade de mortos no Carnaval Brasileiro. Isso eu sabia, outras coisas não tínhamos informação.

A falta de informação era uma coisa que me angustiava.

Comecei a dedicar todo meu tempo livre a essa atividade. Então, quando chegava o verão, maio, que começavam a fazer esses festivais, eu começava a rodar esses festivais e denunciar a ditadura.

Nessas alturas começam a se aproximar de mim outros brasileiros do grupo do Marighella, porque ele morre imediatamente, morre em 1969. O grupo de brasileiros que estavam trabalhando com o Marighella ficam um pouco perdidos e um belo dia eles entram no Festival do L'Unità e me veem em um estande enorme e vêm conversar comigo e pouco a pouco se aproximam e pedem para entrar no partido, começamos a trabalhar juntos e fizemos uns discos, onde está escrito assim: "Presente dos Comunistas Brasileiros aos seus amigos".

Fizemos vários discos para angariar dinheiro. Todos sobre a Música Popular Brasileira e tinha sempre dentro alguma coisa escrita, por exemplo, sobre a origem da Bossa Nova, do samba.

Depois nós fizemos vários discos. Eu tenho em casa esses discos. Fizemos um sobre a música do campo e a música da cidade, eram dois discos. Fizemos o do Ano Internacional da Mulher. Só músicas referentes à mulher. Não pagávamos os direitos autorais a nenhuma. Com alguns autores em Paris conseguimos conversar com ele, dizendo que nós íamos fazer isso e eles disseram que não tinha problema. Por isso, que tinha escrito: “Presente dos Comunistas Brasileiros aos seus amigos”, por causa dos direitos de autor.

Em 1973, em janeiro, sou procurada pelo Tribunal Racia, eles iam fazer um tribunal sobre o Brasil. Começo a ir a Roma, a me preparar com eles sobre esse trabalho que era internacional, era uma coisa importantíssima.

Em setembro tem o golpe no Chile e o negócio no Chile foi muito chocante. A Itália deu um apoio enorme para tirar as pessoas de lá e esse Tribunal Racia, em vez de ser Tribunal Racia pelo Brasil, virou pelo Chile/Brasil e depois América Latina, porque tinham várias ditaduras na América Latina.

Esse Tribunal Racia depois se repetiu. Quando acabamos o nosso, ficou decidido um segundo, em 1975, que era para toda a América Latina, porque já tinha desde o México até a Argentina, que estava tudo numa pior situação. Era eu que estava por trás sempre do Brasil.

Fizeram uma reunião em Bolonha, que era “As Ditaduras na América Latina”. Lá, tinham dois outros brasileiros. Um vivia na Alemanha e o outro vivia em Bolonha. Era o filósofo Carlos Nelson Coutinho, que era do partido, e o filho de um outro membro, que não lembro o nome, membro do Comitê Central, que morava na Alemanha. Eles estavam em Bolonha, e nós fomos a esse seminário da América Latina.

No intervalo, um senhor alto, veio conversar. “Vocês são brasileiros”? Somos. “Querida pedir um favor pra vocês”. Diga. Ele disse: “Eu sou o dono de Guanella. Vocês sabem o que Guanella?” Ninguém sabe, não é? Pois é onde os brasileiros moravam durante a 2ª. Guerra Mundial, é a frente da batalha. A casa era dele. Ele disse: “Eu sou o dono da Guanella”. E nós, também, como os senhores, não sabíamos o que ele estava falando. Ele diz: “Monte Castelo”. E nós do mesmo jeito. Ele disse: “Monte Castelo foi a

batalha decisiva para o fim da 2ª. Guerra Mundial. Eu quero doar esse terreno a vocês como representante do povo brasileiro, porque eu quero que o Niemayer faça um monumento ali”. E nós dissemos: Por que o senhor não oferece para a Embaixada? Ele disse: “Eu já ofereci, mas como eu quero esta frase “Aos brasileiros que hoje morrem sob uma ditadura e que defenderam a Itália sobre uma ditadura fascista”. Aí ele disse: “Quando eu pedi isso, a embaixada não aceitou. Então, como vocês são representantes do Partido Comunista Brasileiro, gostaria que vocês intercedessem”.

Então, fui a intermediária com o Prestes. Escrevi ao Prestes, enviei o material que ele escreveu. O Prestes falou com o Niemayer e o Niemayer mandou para minha casa o arquiteto que tomava conta das obras, porque ele estava fazendo universidade na Argélia, uma cidade universitária na Argélia.

Ele veio para Bolonha e nós fomos juntos visitar esse Monte Castelo e aconteceu uma coisa interessante, porque quando chegamos em Porreta, uma cidade que se chama Porreta, onde os brasileiros iam tomar banho de quinze em quinze dias. Saíam da linha de frente e desciam para Porreta para tomar banho. Eles dizem que quando voltavam tinha bombardeio, eles se enlameavam e tinham que ficar os outros quinze dias enlameados.

Quando nós chegamos ali, entramos num bar, este homem era uma pessoa muito conhecida, e muitas pessoas vieram atrás dele. E um deles conversando disse: “Olhe, os brasileiros que morreram na guerra não foram assassinados pelos alemães”. Aí a pessoa contou a seguinte história, que vou contar para vocês.

Digamos que aqui era o Monte e os brasileiros estavam bem aqui. Atrás de nós estavam os americanos; lá embaixo estavam os alemães. Os americanos disseram para os brasileiros começarem a atirar e os brasileiros disseram:” “Não, é guerra, mas nós não somos assassinos, vamos nos defender”. Aí os brasileiros matavam. Os americanos atiraram nos brasileiros e mataram os brasileiros. Isso não podia ser contado.

Então, boa parte dos mortos brasileiros foram assassinados pelos americanos porque não aceitaram de matar os alemães praticamente gratuitamente, eles disseram, nós estamos numa batalha, quando acontecer

a gente faz isso. Aí boa parte deles morreram assim. Isso não tem como provar, repito a história que nos foi contada naquela ocasião.

Ele foi para a Bolonha, nós fomos lá, visitamos o local, ele fez um monte de fotografias e mandou para o Niemeyer. Estamos em 76 já. Em 79 o Prestes volta para o Brasil, o Gregório volta para o Brasil, fazia dez anos que não vinha ao Brasil, me assanhei todinha e volto, aí descubro a questão da pátria podestad, eu não podia vir com minha filha porque tinha que ter autorização do pai. Fui com o dono de Monte Castelo que era um advogado e ele fez uma autorização para eu poder sair da Itália com a criança, mas ele disse: mas volte porque pela lei italiana a gente manda um carabineiro ir lá buscar a filha e você vai perder essa criança, então é melhor que você volte. Já estava decidida a não voltar.

Tudo bem, venho para o Brasil e vou pelo Rio, vou numa manifestação que tinha lá onde estava toda a esquerda e quem vejo? Lá vem o Niemeyer. Fui falar com ele, me apresentam para ele e digo: sou aquela brasileira lá de Bolonha que está trabalhando para o senhor fazer aquele monumento. Ele disse: “Ah! Vou lá olhar, porque o material que vocês me mandaram não dava para eu entender direito, porque era muito movimentado o terreno, então vou lá vê isso de pessoa”.

Em 80 chega a notícia, logo nos primeiros dias de janeiro que o Niemeyer naquele avião supersônico que fazia Rio/Paris, aí ele me telefona numa agonia, como era a bandeira do PCB para eu poder esperar, eu tinha que me preparar para pegar o Niemeyer no aeroporto. O avião chega, desce todo mundo e o Niemeyer não está. Aí nós telefonamos e ele disse que desistiu porque ia ficar nove horas no avião. E não foi, e ficou nesta relação. Então, quando encontrei com ele e ele disse que ia. Depois pelo telefone disse que de avião não ia. Então, ele não fez o monumento, mas uma brasileira arquiteta que morava desde os anos 50 na Europa fez e este monumento existe lá no Apeno. Toda linha gótica, eles saíram de Pisa e foram salvando um monte de cidades, então os brasileiros são muito conhecidos na montanha e as crianças nas escolas aprendem as músicas de carnaval daquela época e saem desfilando no dia 25 de abril, que é o dia do fim da guerra na Itália e saem desfilando nas ruas cantando música brasileira todos com bandeira. Tem a Rua

Brasil, tem a Travessa Brasil, tem a Praça Brasil tem um monte de coisas chamada Brasil naquelas cidades ali.

Já estou em 79, já pude voltar ao Brasil e vim procurar emprego porque, por exemplo, o João Sabóia já tinha virado o maior economista aqui em Belém e era muito meu amigo, minha mãe era amiga da mãe dele, colegas de Moderno e tal, aí vou falar com o João Sabóia; Ah! Na Itália eu já tinha feito pós-graduação, mestrado, então já tinha um monte de título, nenhum era reconhecido no Brasil. Tinha que chegar aqui e refazer tudo novamente. Falei com o João Sabóia, ele me diz: Dulce tu tens que começar do zero. Então existia um pavor que o meu conhecimento ou o conhecimento de quem vinha de fora era tudo ignorado, eu tinha que começar do zero. Está bem. Eu já não podia ficar e volto novamente para a Itália, mas toda aquela minha atividade começou a diminuir porque não tinha mais necessidade, tem as Diretas Já, as mulheres, as intelectuais brasileiras, artistas foram para lá era sempre através de mim, me procuravam e eu tinha que fazer os contatos.

Então, essa luta das Diretas Já! Eu tenho em casa a papelada com o nome das mulheres que foram lá, seja em Milão e em Roma para fazer esse trabalho, porque só aqui não sairia, eles foram pedir apoio internacional. Então, Portugal estava livre, a Espanha estava livre, a França e elas saíram visitando esses países para terem apoio internacional para poder ir para frente com batalha.

Pouco a pouco foi acabando meu trabalho político e me voltei à “defesa” da cultura amazônica e só voltei para cá em 2005. Estou brigando por tudo aquilo que vejo que não é justo pela aplicação das leis, porque aqui as leis são ignoradas por todos e a maior parte das leis não são regulamentadas, o que torna muito mais difícil suas aplicações.

Era isso que tinha a dizer. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE:

– Durante a exposição de nossas convidadas, uma marcada por um tom emocional muito forte e me fez lembrar muitas coisas, pois tive o prazer de conviver com o Antônio Jorge Abelém, estava começando minha advocacia e conheci um pouco a Adega e as pessoas que frequentaram,

convivi com ele no Fórum e pude compreender perfeitamente o tom emocionado da narrativa da Auriléa e o tom muitíssimo bem humorado da Dulce, falando de um destino como se fosse só o acaso, como se não tivesse uma opção por dentro desse acaso.

Durante a exposição me deu muita vontade de fazer muitas perguntas, principalmente de esclarecer quem eram as pessoas, o nome do Padre que foi expulso, ou o Wilson, juiz do Trabalho que foi impedido de assistir, com quem também tive o prazer de conviver, a pedido genial, o Wilson Pé de Chumbo, maravilhoso este apelido, remista doente e não saía do Clube do Remo e totalmente o oposto do Abelém.

Mas vou preferir pedir aos membros da Comissão que façam as perguntas que acham que devem fazer, talvez começando por esta fileira e depois voltando de lá. O que vocês acham da sugestão? Tá ok.

Tem a palavra o senhor Renato Marques.

O SR. RENATO MARQUES:

– Boa-tarde. Meu nome é Renato Marques, sou membro da Comissão representando a Secretaria de Justiça.

Primeiro agradeço o relato da Auriléa, que foi forte demais e isso é um resgate para nós, importantíssimo. Uma das coisas que a senhora falou e que me chamou a atenção era dizendo sobre o Antonio, que era um amigo da direita e que ajudava muitos amigos da esquerda e vivia nessa transição.

A senhora pode me contar de alguma situação que ele tenha passado por isso? Por esses fatos dessas transições? Alguma situação que tenha gerado para ele e para a senhora alguns desconfortos?

A SRA. AURILÉA GUERRA:

– Não entendi bem a pergunta, se é só em relação ao desconforto ou se é em relação ao que foi feito?

O SR. RENATO MARQUES:

– Em relação ao que foi feito.

A SRA. AURILÉA GUERRA:

– Bem, aqui tem uma testemunha, o José Seráfico, que é um dos advogados com quem o Abelém abriu um escritório e falei que no início ele nem pensava... ele fez o curso, mas tinha negócios no comércio e é um pouco também para ajudar o pessoal que tinha sido preso, que tinha sofrido e que não conseguia emprego, o Antônio vai, monta um escritório de advocacia e o primeiro trabalho dessa turma é na verdade, lá.

Para alguns amigos foi bom inclusive para outras áreas, Paes Loureiro vai ser escritor, poeta, vai fazer Letras; depois o Gabriel vai ser professor de Inglês, ele não era da turma de esquerda, mas estava nesse grupo que ele ajudou; e o Seráfico vai embora para Manaus depois para ser professor; e então ficam como advogados o Ronaldo Barata e o Leonildes Silva, que mesmo depois desse grupo inicial, vão para o escritório que era no Edifício Importadora, que é o do Ferro Costa, aí ele vai dividir o escritório com o Wilson Pé-de-Chumbo, eram grandes amigos.

Mas, desconforto eu acho que o Antônio nunca teve, ele também não sofreu perseguição por ajudar os amigos, não que eu saiba, depois o Seráfico pode falar isso, mas acho que não.

E o que eu quis mostrar é que o pessoal tem a impressão de que o Antônio tinha muito dinheiro e fazia isso porque sobrava dinheiro, e quis mostrar que isso não é verdade, que o Antônio era um empreendedor, era um cara..., mas que era muito solidário. Veja bem, a história da direita-esquerda, ele discordava, vamos dizer, de algumas ideias, de algumas posições políticas, mas o sentido humanitário, o sentido de inclusão social, o Antônio sempre esteve presente nessas ações.

Então, por isso que quando dizem “cara de direita”, eu digo: O que é ser direita? Porque se for o bom capitalista, o bom moço do capitalismo, mas que capitalista era este? Um cara que nunca teve poupança, uma cara que..., vamos dizer, também tinha aquela história, vamos aproveitar a vida, tínhamos dinheiro, vai, faz viagem, ajuda. Então, não foram só os amigos, o meu pai vai à falência e ele monta uma lanchonete no quintal do meu pai para ajudá-lo. E depois ele monta a Adega do Rei para um amigo, porque perdeu o emprego por causa dele.

Mais tarde o Antônio também, já doente, quase perde tudo, aí me vi, graças a Deus, na condição de poder resgatar para ele e um pouco para a família, para uma das irmãs, tudo que ele tinha feito de bom à minha família e aos amigos. Tive, graças a Deus, a oportunidade de profissionalmente poder arcar com isso, poder ter joias para vender, poder ter bens, bens que digo são peças antigas. Vender para pagar médico, para poder dar o apoio que ele precisava e para indenizar, fechar sem ser decretada falência, entende?

Então, acho que constrangimento não, exemplo, acho que têm muitos, que depois o próprio Seráfico pode dar mais detalhes inclusive do que eram.

A SRA. FRANSSINETE FLORENZANO:

– Muito obrigada Dulce Rocque e Auriléa pelos testemunhos que vocês vieram nos dar hoje.

Auriléa, você falou sobre uma audiência que os amigos de esquerda do seu marido foram fazer em Porto Nacional, que audiência era essa? Era um processo? Gostaria que você falasse um pouco sobre isso.

Dulce Rocque teve uma vida extraordinária, você falou que procurava esquecer os nomes e as fisionomias, mas peço que faça um esforço e procure se lembrar para que fiquem registrados nessa oitiva os nomes daquelas pessoas que você conseguiu ajudar, pelo menos as paraenses ou que tinham atividade aqui no Pará durante esse período de enfrentamento à Ditadura Militar. E também que você falasse sobre o padre, quem era esse padre que foi expulso.

Quero agradecer também a presença do doutor Seráfico, que é uma figura emblemática desse período que estamos investigando. Muito obrigada por vir aqui professor Geraldo, obrigada pela sua presença também.

A SRA. AURILÉA ABELÉM

– Talvez eu não possa te dar muitos detalhes e aí eu vou me socorrer de novo do Seráfico, porque ele foi uma das pessoas que viajou para Porto Nacional.

Eu trabalhava no escritório. Meu pai tinha um frigorífico. Talvez eu tenha que contar um pouco da história da família.

Conforme eu falei antes, tem a família Ramos pelo lado da mãe e Ferreira Gomes pelo lado do pai. Pelo lado da mãe, a família Ramos, eles tinham a Paraense Transportes Aéreos. O vovô foi embora e deixou isso com tio Toni e deu um apoio para os dois genros. Eles são três irmãos casados. Ele dizia que tanto Ramos juntos só podia dar galho, porque eram três casais das duas famílias que casaram, dois homens e uma mulher com duas mulheres e um homem.

Para os homens ficou a parte das charqueadas e de abastecer, acho que o maior abastecimento de carne de Belém era feito por eles.

Quando chega 68, 69, uma época de crise, não sei bem a data, eles vão. Coloquei 65, 66, depois achei que era mais tarde porque nesse período de namoro, em 66 terminamos o namoro e passamos um ano terminados. Então, não foi nesse período que eles viajaram porque eu estava lá presente, eu acho que foi depois. Então foi em 66, 67. Não sei bem a data.

O SR. JOSÉ SERÁFICO:

– Foi antes.

A SRA. AURILÉA ABELÉM:

– Foi 65, 66 então.

O SR. JOSÉ SERÁFICO:

– 65.

A SRA. AURILÉA ABELÉM:

– Era início de namoro, então. E aí ele já estava com o escritório. Eles vão. Mas já estavam as questões. Aí eu vou pedir o testemunho dele. Não sei dizer do que era a audiência, eu estava entrando na faculdade, não sei os porquês, mas já eram as complicações.

Então, era um frigorífico que meu pai tinha, o FRIGOPAR - Estou querendo estudar o Reduto porque aquela esquina ali é emblemática para mim. Onde hoje é o posto de gasolina, ali na 28 com a Benjamim, era o Ferreira Gomes, um quarteirão inteiro, que era da família do meu pai,

dos meus avós, bisavô e tal. Na outra esquina era a Jorbem, a loja do Abelém. E na outra esquina, do lado daqui, era o FRIGOPAR. Então, a partir desse triângulo dessa esquina eu pretendo contar ainda, alguma história do Reduto. Vou pedir depois o testemunho, para ele contar o porquê da audiência, mas, com certeza, eles tinham charqueadas também. Nessa época eles tinham charqueadas em Goiás e deve ser audiência com os funcionários de lá.

A SRA. PRESIDENTE:

– Ok. Obrigada.

Vou aproveitar para perguntar se o doutor Seráfico pode conversar conosco, se ele está disposto, aproveitando sua presença.

O SR. JOSÉ SERÁFICO:

– Em primeiro lugar eu quero agradecer a oportunidade de dizer algo, embora sem o caráter de depoimento, trazer algum esclarecimento.

O SR. EGÍDIO SALES:

– Vou marcar contigo.

O SR. JOSÉ SERÁFICO:

– Vamos ver. Viajo sexta-feira de volta a Manaus, devo estar de volta no dia primeiro de abril, pois haverá uma cerimônia na UFPA para qual já fui convidado. Então, eu estarei de volta.

Gostaria de acrescentar muita coisa ao que disse a Auriléa, porque na verdade isso está dito em um dos meus livros, que o Abelém era, sobretudo, o homem pleno. Ou seja, ele sobrevoava a respeito de esquerda ou direita.

Durante o dia eu, ele, o Ronaldo e o Jesus discutíamos e ele dizia: “Seus comunistas malandros”. E se eu dissesse para ele: Abelém, estou com a duplicata da compra de um livro vencendo. E dizia: “Vai trabalhar, comunista”.

Se eu chegasse no fim da tarde e dissesse: Abelém, marquei para sair hoje com uma menina. “Quanto tu precisas”. E não se contentava. “Quanto tu precisas?” Não sei, o do cinema, do jantarzinho. “Toma, vagabundo.” Aí dava. Quando eu ia saindo, ele dizia: “Tens carro?” Não, vou ter que sair daqui. Ele dizia: “Não, me deixa na casa da Auriléa, depois me apanha!”. É

aquilo que eu brinquei contigo ontem. Aí ele me dava a chave do carro, não satisfeito, dizia: “E vais levar pra onde?”. Eu dizia: Não sei Abelém..., enfim. Ai ele dizia: “Toma a chave da garçoniére!”. Era desse jeito, era o direitista.

Então, tem muita coisa: o medo dele de avião, o susto que tomamos na tal Charqueada. Deu-se em 64, como a Auriléa disse, saímos da prisão eu, Ronaldo, Jesus, pois éramos a turma de todo sábado estarmos juntos com ele. Saímos da prisão e o que fazer? Tínhamos escapado da primeira que era a ameaça de expulsão da Universidade e isso se deve aos três membros da comissão que foram escolhidos, porque sabia-se que eles eram os opositores das nossas ideias: o Lima Paes, o Pena de Carvalho e o Aquiles Lima, os três professores escolhidos a dedo pelo Silveira Neto, para ver se nos expulsava. Eu, sequer fui ouvido porque quando saí da prisão, eles já haviam mandado arquivar, porque não viram nenhum ato subversivo dos estudantes da universidade, naquele tempo em que a honra ainda valia alguma coisa, fazia parte do comportamento, da conduta dos cidadãos.

Então, saímos, mas fui colocado para fora da SPEVEA, e colocado para fora do jornal “O Dia”. O João de Jesus Paes Loureiro foi colocado para fora e o Ronaldo Barata foi colocado para fora da RODOBRÁS. Eles no quinto ano e eu no quarto, eles terminando a Faculdade. O Abelém disse: “Olha, o jeito que tem é eu financiar um escritório para vocês”. E financiou o escritório desde o aluguel, até cada um dos móveis. As três carteiras que haviam lá, quem comprou foi o Antônio Jorge Abelém...

O SR. PRESIDENTE:

– E o Porto Nacional?

O SR. JOSÉ SERÁFICO:

– Porto Nacional, falo agora. Quando abrimos o escritório e o primeiro foi na Manoel Barata, início da Manoel Barata, com uns movezinhos velhos que foram transportados no sábado à tarde para o Edifício Antônio Velho, quinto andar, onde alugamos, tendo o Abelém como avalista e alugamos o escritório. Lá, o primeiro caso que nos surgiu foi o da Charqueada. O seu Pedro havia dispensado o gerente que havia ido a Justiça do Trabalho,

então saímos daqui - eu estava sempre - e a razão é muito simples, fui um aluno de Direito muito dedicado, eles levavam um pouco na valsa o curso de Direito e o Abelém disse: “Olha, traz o Seráfico para o escritório!”. E eu pretendia... Em 64 há um corte na minha vida porque eu era o advogado e o político, era a minha previsão, mas não deu certo, não foi por aí.

Muito bem, então o Abelém nos chamou. A primeira causa em Porto Nacional. Na verdade, era em Pedro Afonso a Charqueada e o Fórum tinha a sede em Porto Nacional, nós íamos e éramos recebido pelo Adriano, teu tio, que era o gerente, ele ficou no lugar do gerente que estava demandando e passávamos uma semana lá. Eu, pelo menos, fui três vezes...

A SRA. AURILÉA ABELÉM:

– Quem foi contigo?

O SR. JOSÉ SERÁFICO:

– Uma vez eu e o Ronaldo; outra eu e o Jesus; na outra eu, o Ronaldo e o Abelém. Ele só entrava no avião meio porre, porque tinha pavor e tinha que viajar todo mês para Americana em São Paulo comprar tecidos. Ele entrava bêbado no avião, era a única maneira que ele tinha de voar, só que na volta de uma dessas, o avião quase incendeia, tanto que nós voltamos e quando ia decolar, o avião deu sinal de que ia incendiar, então descemos e vimos incandescendo o motor do avião, pois o piloto nos mostrou depois que nós descemos. Não sei se isso curou o Abelém, o fato é que ele não voou mais para lá...

A SRA. AURILÉA ABELÉM:

– Mas depende da mulher, porque depois de casados nós viajávamos tranquilos.

O SR. JOSÉ SERÁFICO:

– Ah! Então, o que faltava para ele era a companhia que não era boa. Está explicado! Então é isso, era uma questão trabalhista, eu fui todas as vezes, ia sempre um comigo. Na vez em que ele foi, deu no que deu.

A SRA. FRANSSINETE FLORENZANO:

– Obrigada professor. Dulce Roque, por favor.

A SRA. DULCE ROCQUE:

– O nome do padre, tenho lá em casa. Isso foi em 1975, nem fui remexer a papelada, porque deu cupim, tem uns jornais, tem uns negócios, está uma coisa.

Tenho esse material que posso dar umas fotocópias para vocês, vai sair o nome dele. O os outros aconteceu isso; comecei a aprender a não ouvir com o AI. Recebemos uma ordem muito peremptória que tinha que usar nome falso, para não ter possibilidade, e no caso de prisão, de conhecer as pessoas.

Então, o que acontece? “Oi, prazer, Dulce Rosa”, escapa, não ia dizer Márcia. Eu era Ester aqui, quando viajei para o Rio eu era Ruth, não sei porque os meus nomes eram sempre judeus.

Então, escapa de dizermos o nome verdadeiro nosso, então, era melhor eu desligar. E desliguei, é um negócio que funciona até hoje, funciona até hoje, não consegui nunca mais tirar esse empecilho, voltar a ouvir o nome das pessoas, não ouço, não sei o nome de ninguém, vou ter que procurar esses documentos.

Os dois que falei no aeroporto, aqueles senhores, eram membros do Comitê Central, responsáveis, que é uma outra coisa que vou ver se consigo, porque até o Malina já morreu para me dizer quais eram nomes, porque eles, também, os nomes eram falsos.

O SR. JOSÉ SERÁFICO:

– E o Marco Antônio Coéllar?

A SRA. DULCE ROCQUE:

– Não, acho que o Marco Antônio Coéllar, aquele disse da perna de calça. Acho que foi ele.

O SR. PRESIDENTE:

– Os que foram expulsos do Brasil?

A SRA. DULCE ROCQUE:

– Mas eles não foram expulsos, eles não foram expulsos.

O SR. PRESIDENTE:

– Ah, ele não chegou a ser expulso?

A SRA. DULCE ROCQUE:

– Não, não, não, esses que falaram comigo...

O SR. PRESIDENTE:

– Não, não, não, não, o padre.

A SRA. DULCE ROCQUE:

– Não, o padre foi expulso daqui, ele foi.

O SR. PRESIDENTE:

– Pois é, é fácil de saber o nome.

A SRA. DULCE ROCQUE:

– Morreu há pouco tempo. Se ouvir o nome dele me lembro.

O SR. CARLOS BORDALO:

– Senhor presidente, desculpe-me por ter chegado meio atrasado. Quero cumprimentar aqui o nosso convidado surpresa José Seráfico, obrigado pela sua presença, que fazia um bom tempo que não via, recentemente, tivemos aqui uma companheira de trabalho sua, não lembro o nome dela, está aqui, a Luana; quero cumprimentar a Auriléa, conheço já de muito tempo, Auriléa contribui bastante conosco na reflexão que fazíamos sobre os movimentos sociais em Belém, a emergência das lutas populares e o significado da nossa agenda para a cidade e tudo; e emblematicamente, Auriléa, no início da minha militância, fui eu que estava no grupo que antepôs a resistência à ocupação ou a cobrança que

era processado na área do Ferro Costa, inclusive, lembro-me bem que os moradores começaram a chegar na Igreja com aquelas cartas cobrando; e quando começamos a reunir muita carta, o padre João, você se lembra do padre João Beukeboom? Justamente a área que atingia era a Pedreira, a Sacramenta, onde tinha os Padres Crúzios, que eram os dois padres João, na verdade, da Sacramenta e da Pedreira, João Maira e João Beukeboom, e eram padres holandeses muito progressistas, dos Cônegos Regulares da Santa Cruz, tinha o Thiago, tinha o Teófilo ali. Na época, fui o primeiro agente de pastoral profissional da Amazônia pelos cônegos regulares da Santa Cruz.

Foi uma luta importante.

Acho que o João Marques na época, teve uma importância grande, porque foi o único Parlamentar que se dispôs aqui na Câmara de Belém a acolher a iniciativa do projeto de desapropriação por interesse social.

Na história tem uma caminhada muito importante que saiu da igreja de São Sebastião para a Câmara, ocupou a Câmara e ficou até o prefeito sancionar o projeto. Eu estava lá e foi muito importante.

Acho que a questão que você coloca quanto a ser de direita ou de esquerda, é um dilema que sempre estará no horizonte de qualquer um de nós e acho que uma forma de responder é pelas atitudes, porque essas proclamações têm sempre que ser comparadas com a prática e as atitudes é que determinam.

Portanto, fiquei muito enriquecido com o teu depoimento e ver aqui essa trajetória.

Queria te agradecer Dulce, por conhecer a tua história.

Aliás, para o exercício de um parlamentar é muito difícil ficar escutando, porque deputado quer falar toda hora, mas a Comissão da Verdade tem sido rica para mim nesse sentido aqui.

Queria perguntar se você nessa ida para Moscou, recebeu algum treinamento, se participou de algum tipo de curso de preparação, porque percebi aqui que você foi sendo conquistada de uma forma parece aquele namorado que vai conquistando devagar a moça e fica um tempão até que vai ganhando e percebi que lá no fim você estava integralmente comprometida com o Partido.

Interessante isso que percebi aqui, porque muitos de nós, às vezes, acha que esses recrutamentos, como se falava na época.

Tentaram me recrutar muitas vezes, o pai dele tentou me recrutar muitas vezes, porque juntos formamos a Comissão de Bairros de Belém, eu muito novinho, teu pai já... O Humberto tentou me recrutar muitas vezes.

Lembro-me que um dia cheguei em casa com tantos textos que me deram para ler que minha esposa na época disse: “Esse bando de papel onde te deram?”. Davam-me muitos textos para ler.

Deram-te esses textos para ler, livros para ler?

A SRA. DULCE ROCQUE:

– Não. Nunca li nem a Voz Operária aqui.

Lá na Itália éramos nós que fazíamos a Voz Operária.

A voz Operária nos anos 70 era feita na Itália com o dinheiro que eu ganhava nos festivais.

O SR. CARLOS BORDALO:

– De lá vinha para cá?

A SRA. DULCE ROCQUE:

– De lá vinha para cá e foi descoberto sabe por quê?

O SR. CARLOS BORDALO:

– Vinha de navio, avião?

A SRA. DULCE ROCQUE:

– Não. Vinha de avião, alguém trazia.

Só foi descoberto que era feito por lá, porque as palavras têm letras duplas e de vez em quando... A tipografia era feita à mão, letrinha por letrinha, não era no computador.

A divisão das sílabas era diferente e os acentos não têm o agudo, só tem o acento assim (gestual), foi daí que descobriram que era feito lá na Itália, era feito em Milão.

Então, aqui eu não lia.

Treinamento de que tipo, de arma?

O SR. CARLOS BORDALO:

– Não, nem sempre.

Às vezes pode haver uma preparação básica para você poder lidar, por exemplo, com a clandestinidade, você fala com nomes diferentes, com as tarefas de arrecadação financeira.

A SRA. DULCE ROCQUE:

– Acho que era portada, estava escrito que tinha que ser assim.

O Partido Comunista Brasileiro não era a favor da guerrilha, então, quando em 1966, aquele Congresso, foi um momento em que o pessoal que estava a favor da guerrilha saiu do Partido. É o momento da saída. Não é verdade que saiu o Marighella nessa ocasião? Mais de um, não é, saíram vários e criavam as várias frentes de guerrilha.

Em 1969 morre o Marighella, é o primeiro a morrer. Foi um choque para nós porque estávamos em aula.

Olhem como as coisas acontecem. Tinha começado a aula de Filosofia e um dos colegas disse: “O Marighella morreu”. A aula tinha uma tradutora. Aí a mulher falou: “Quem disse”? Era a mulher dele! A tradutora era mulher dele, russa. Ele tinha uma mulher na Rússia e não pode vir para cá, proibida, com ele morar no Brasil. Ela traduziu a manhã inteira, inclusive todo mundo ficou de mal com esse menino, de noite ele foi chamado atenção, as quatro horas de aula olhando para fora com as lágrimas caindo.

O SR. CARLOS BORDALO:

– Lagrimando.

A SRA. DULCE ROCQUE:

– Então, ele morre e de noite nós fizemos uma homenagem a ele, porque mesmo não sendo da nossa linha, mas ele era um lutador, um companheiro de luta, com opinião diferente da nossa, mas que a função final era essa.

Como não éramos pela luta armada, nós nunca recebemos nada a respeito. Fomos lá para estudar. Não é a primeira vez que me perguntam

isso. Fomos lá para estudar, para formar o nosso conhecimento, era Economia Política que se estudava.

Acho que essa disponibilidade era porque eu via dificuldade. Quando entrei para a faculdade foi que vi que existia um mundo diferente daquele que eu vivia, não só das meninas que tinham uma educação diferente da minha, mas a realidade mesmo. Comecei a sair de casa e ver a realidade. Para ir às reuniões de noite, quando pude começar a sair, inclusive houve uma reunião no Manoel Pinto da Silva. A mamãe não deixava eu ir, o meu padrasto foi me levar. Ele era japonês que mal e porcamente falava português. Daí os meninos da reunião o colocaram na porta para vigiar a porta. Ele não tinha que deixar entrar ninguém. Era essa a organização.

Agora, pensem, um japonês que nem fala quase português tomando conta da porta. Ele chegou em casa e disse: “Marília, cuidado com essas reuniões da tua filha, porque só tem homem”. Só entrava homem. E ele lá comigo, não entendeu nada.

O SR. CARLOS BORDALO:

– Quero perguntar. O contingente de militantes, como a senhora, que foram sendo recrutados ao longo do tempo, porque querendo ou não você foi sendo recrutada, não é?

A SRA. DULCE ROCQUE:

– É.

O SR. CARLOS BORDALO:

– Era essencialmente feminina para essas tarefas ou tinham muitos homens também...

A SRA. DULCE ROCQUE:

– Não, eu fui exceção. Acho que fui a única mulher..

O SR. CARLOS BORDALO:

– Então era essencialmente masculina?

A SRA. DULCE ROCQUE:

– Era, era homem.

O SR. CARLOS BORDALO:

– Quer dizer, o partido era na sua grande maioria masculino.

A SRA. DULCE ROCQUE:

– Era. A reação do cara quando fiquei para casar já representava isso. A mulher era dominada dentro do partido também, tinha pouca possibilidade, tanto que, no comitê central só tinha uma mulher que era a mulher de um companheiro do Comitê Central, aliás o casal que foi morar na Europa, na Bélgica ou na França. Foram morar lá em 75/76. Um outro grupo que foi para a Europa.

Então, era principalmente homem, fui uma exceção. Até hoje os nossos colegas de universidade, quando souberam que eu vinha pra cá, por exemplo, o Orlando que é um safado, disse: “Tu e o fulano de tal, até hoje eu me pergunto como é que vocês entraram realmente no partido, porque tu era uma pequena mimada, vivia emperiquitada...”

O SR. CARLOS BORDALO:

– Chamavam de pequena burguesa.

A SRA. DULCE ROCQUE:

– Exatamente. Eles nem sabiam o nome dos meus parentes. Mas o professor Gluck Paul gritava lá de cima: “É do seu Rosa, é de Bacelar, Pinto Guedes, Souto Maior”. Dizia todo o nome da minha família. Toda vez que ele me via fazia isso da janela.

O SR. CARLOS BORDALO:

– Obrigado. Acho que esse aspecto é muito importante nós aprofundarmos. É um pouco tangencial o debate, mas é importante para o seminário.

Agradeço. Hoje estou num dia... Fiquei muito triste porque, hoje, escutei do Parlamento do Pará depoimentos tristes de pessoas que neste atual momento ainda estão a pregar golpe militar, a volta, golpe ou então como ouvir de outro deputado terça-feira ‘essa turma dos direitos humanos’

como a época se ouvia ‘esses comunistas’, quer dizer, num certo momento deste nós estamos vendo perigosamente determinados valores e aquilo que gestou a situação que estamos analisando perigosamente começa a se repetir no País e atravessando inclusive uma casa de representação popular como essa.

Muito obrigado.

A SRA. JUREUDA GUERRA:

– Sou membro da comissão e represento na comissão o Conselho Regional de Psicologia e assim, quebrando o protocolo, mas embora fosse nossa intenção, mas por muita insistência também do nosso colega Jaime que é historiador de trazer esse debate neste período e não poderia deixar de registrar da existência dele nesse momento que nós fizéssemos oitivas com mulheres importantes que tiveram essa contribuição e na hora que o deputado Bordalo falava exatamente sobre isso, outras mulheres que pudessem ter contribuído para esse espaço e no transcorrer das exposições de vocês nesse sentido da dificuldade, da nossa condição de gênero enquanto mulheres por mais politizadas, por mais compreensão, por mais tarefa de se expor como a Dulce colocou por várias vezes de atravessar, ir até o presídio, de levar dinheiro, mas no primeiro momento que ela é acusada de seguir um perna de calça, e eu anotei várias vezes isso, porque isso te levou as lágrimas naquele momento porque ainda é um sofrimento pensar na nossa condição feminina, na nossa condição de gênero enquanto mulheres, mas sempre temos que está como foi construído na nossa sociedade que por trás de um grande homem, há uma grande mulher. Isso é uma balela, um mito, é uma coisa que não ajuda em nada nós mulheres porque nós estamos ao lado, estamos muitas das vezes à frente e tudo mais. Mas porque por trás de um grande homem?

Então, Jaime, queria só agradecer também a existência nesse momento.

Dizer, Dulce e Auriléa, maravilhoso ouvi-las, mas assim sempre fico esperando quando vocês vão se referir as ruas de Belém, gostaria de ouvir que vocês moravam na São Jerônimo, Rui Barbosa e na José Malcher, fico anotando as ruas antigas, vou aos mapas... É gosto meu, coisa minha mesmo.

Agora vou entrar na minha pergunta nesse sentido de que em outros relatos que nós tivemos aqui do Antônio Rui Barata citou referência a irmã

dele, da Diva Barata que tinha sido presa por; não sei se vocês tomaram conhecimento, acusação de que ela traficava arma junto com Che Guevara. Foi uma das acusações que fizeram a ela; assim, coisas fantasiosas. Mas, nesse sentido foi importante que eles trouxeram nomes que gostaria de saber se vocês conviveram, se estiveram presente, se assistiram porque além de fazer o levantamento pela Comissão da Verdade desse momento histórico que por muito tempo ficou trancafiado, nós precisamos reescrever essa história. E aí o Joaquim Câmara Ferreira foi trazido, o próprio Capiberibe, se vocês conviveram? Tiveram em reuniões com ele? Pessoas que estavam a época ligados a Eliane? Mas você já estava falando em relação a ação armada que não era ... Que tinha um teatrinho lá atrás da UAP, lá no teatro peças importantes com o Paulo Villaça. Tinha antecipado também a Celeste, se alguém se lembra da Celeste? Que fazia filosofia, não conseguimos chegar ao seu sobrenome, mas o Antônio Rui Barata falou que ela teve um papel importantíssimo.

A SRA. AURILEA:

– Se não me engano ela está no *Facebook*.

A SRA. JUREUDA GUERRA:

– É? Não chegamos ao sobrenome dela, porque ela teve um papel muito importante.

A SRA. DULCE ROCQUE:

– Como é o sobrenome dela?

A SRA. AURILEA ABELÉM:

– É Celeste Medeiros?

A SRA. JUREUDA GUERRA:

– Pois é ouvi só falar de Celeste.

A SRA. AURILEA ABELÉM:

– Ela foi aluna do NAEA também. Fez pouco depois de mim.

A SRA. JUREUDA GUERRA:

– Ela era do curso de filosofia. Enfim... Ela fez o NAEA?

O Pedro Alcântara que hoje é médico e tem mais ou menos 70 anos, mora em Xinguara? Vocês têm alguma lembrança?

A SRA. DULCE ROCQUE:

– Tem o nome da Rose, mulher do Fernando Jorge? Era interessante porque quando ela começou a namorar com ele ela fazia Serviço Social e o acompanha para todos os cantos e foi chamada, juntamente com ele,

O SR. MARCO APOLO:

– Boa-tarde, sou Marco Apolo, representante da Comissão da Verdade da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos. É uma satisfação vê-las aqui fazendo esse relato.

A senhora falou de uma situação dos documentos da igreja católica onde pessoas ligadas à igreja católica relatam muitas perseguições. Pergunto se tem esses relatos para o sul do Pará, de religiosos que passaram por isso e se você sabe alguma coisa sobre essas perseguições aos padres ou as pessoas católicas ainda na época do golpe?

A SRA. DULCE ROCQUE:

– Em 70.

O SR. MARCO APOLO:

– Isso. E também em uma das – acho que foi na última reunião em que você estava aqui, foi feito uma referência sobre a Casa das Onze Janelas e a tentativa de maquiar um pouco a história e, de certa forma, maquiando os locais que ocorreram perseguições, prisões e foi citado o nome do Paulo Tales aqui, que foi uma das pessoas que participou desse processo.

A SRA. DULCE ROCQUE:

– Na véspera do golpe teve uma reunião internacional em Belém e os estudantes da América Latina estavam reunidos aqui reunidos na Faculdade de Odontologia que era na Praça da Batista Campos. E eu até fui ameaçada segunda-feira por um deles. Nessa segunda-feira que disse: Dulce eu ouvi... Ninguém clica meu *Face*, umas cinco pessoas. Cem pes-

soas sabiam que eu vinha, sabiam que eu vinha aqui falar, todas através do *Face*. E ele me olhou e disse: “-Dulce, eu vi que tu vais falar. Te lembrás?” Eu digo: “-É”. Ele reclamou e disse: “-Vê bem o que tu vais dizer”. Eu digo: “-Eu vou falar da minha vida, eu não vou falar de quando tu invadiste a Faculdade de Odontologia com o Licínio Branco para dizer que tu não eras comunista”. Ele disse: “-Pois é, tu ficas bem atenta”. Eles correram de lá diretamente para o aeroporto.

Pois bem, essa pessoa era Antônio Manoel Santos Silva Pimentel Piqueira, ele e o Paulo Chaves, e vou dizer outros nomes também, o Clóvis Corrêa Pinto os pegava, os levava na proximidade e eles desciam, colocavam esse lenço branco, entraram na faculdade. Então, quem estava de lenço branco a polícia não prendia, era o Agulha ou Peixe-Agulha, sei lá como era a desgraça, o primeiro tapa depois do golpe foi o Seráfico que pegou, então ele indicava desse modo ao Peixe-Agulha quem eram os comunistas a serem presos, comunistas, porque para ele todos os estudantes que estavam ali eram comunistas, e foram presos.

O SR. JOSÉ SERÁFICO:

– Mas ali não foi o Peixe-Agulha, quem veio dar cobertura foi o Coronel Baia da Polícia Militar.

A SRA. DULCE ROCQUE:

– Onde?

O SR. JOSÉ SERÁFICO:

– No SLARDES, no primeiro SLARDES de Odontologia.

A SRA. DULCE ROCQUE:

– Então pronto.

E eles estavam com esse lenço branco, eram o Paulo Chaves e o Piqueira com certeza, mas não eram os únicos, e era uma coisa que ele fazia muito, o Paulo Chaves.

Por isso a minha briga, não é tanto a minha briga, mas sou maníaca de lei, passei 35 anos na Itália trabalhando com leis, as escrevia, ensinava

aos municípios e era chamada sempre pelo governo italiano como especialista no meu ramo que era programação econômica do território. Portanto, quando eles tinham que fazer uma lei geral nacional sobre o argumento, eu era chamada pelo Congresso Italiano.

Então, chego aqui e descubro que as leis, além de não serem respeitadas, não são regulamentadas, e mesmo as regulamentadas permitem ao Paulo Chaves fazer esse abuso que ele faz com o nosso patrimônio, nem eu nem a mãe dele temos lembrança do Forte do Castelo sem o muro, as leis falam de defesa, de salvaguarda da nossa memória histórica.

Portanto, Belém tinha casas brancas, amarelas, tinha o palacete azul, mas não tinha casa rosa choque, vermelha, nem de outras cores, coisas que estou vendo abusivamente aparecerem por aí.

Perdemos o Forte do Castelo, ele modificou completamente, e nós vimos na semana passada quando a esposa e a filha do Jinkings disseram que quando entraram nas Onze Janelas não reconheceram, nem eu, passei 35 anos fora daqui e quando voltei já tinha as Onze Janelas, não foi aquele lugar onde fui procurar meus companheiros.

Ele modifica a nossa lembrança, então isso eu acho uma falta de respeito, o acuso em público e já fiz várias vezes aqui na Assembleia Legislativa, ele não gosta de mim, e além de tudo o acho um fascista.

Quanto aos religiosos, eu tenho os livros, eles eram escritos pela CNBB, têm as freiras e os padres que estavam na prisão, na Ilha Grande, os livros são sobre o Brasil. Sobre o Pará, eu tenho a relação dos presos nos anos 60 e de Belém tinham só duas pessoas.

Tenho escritas as minhas memórias, mas como me disseram que está parecido a Arca do Partido, nunca mandei publicar, então nessas memórias têm essa história aqui do padre que ficava com saudade da mulher dele e ia lá para casa, da minha rede lá na canônica, então eu tenho esses nomes todos desse período aí, tenho esses documentos.

Se tivesse uma biblioteca sobre o argumento poderia até deixar, se não é capaz daquele pequeno me roubar.

O SR. CARLOS BORDALO:

– Você poderia nos facultar a consulta.

A SRA. DULCE ROCQUE:

– Com certeza, nós já fotocopiámos alguns. Mas ele, como está com segundas intenções, não permitiu que eu abrisse o material porque ele me mandou o material fotocopiado que fotocopiámos. Lá em casa, por exemplo, eu tenho um elogio de morte do Malina porque o Malina estava na minha casa no dia que o Filinto Muller morreu graças a Deus - escrito à mão, com a mão que ele não tinha, então escrito de modo terrível. Ele faz um elogio dizendo que entregou a mulher do Prestes para a Gestapo, e conta toda a história dele. Escrita à mão, é meu esse documento.

Então ele tem a fotocópia, eu ia trazer hoje para dar aqui. Ele não permitiu que eu abrisse esse documento, mandou de um modo que não se abre. Está com segundas intenções.

Se tem o cadeado? Tem. Tem o cadeado sim. Tinha outras coisas lá entre os materiais.

O SR. PAULO FONTELES:

– Depois tu te defendes. Deixe-me fazer minha pergunta que eu já sou o último aqui, escutei todos os companheiros e companheiras.

Primeiro, quero agradecer a presença do José Seráfico e, também, do Treccane que participou da Comissão da Verdade Camponesa que deu importantes contribuições para a Comissão Nacional da Verdade.

Tenho o entendimento de que esse seminário que é organizado pelo Jaime, historiador da Comissão da Verdade do Pará, revela algo muito importante: primeiro, essa é a emancipação social e política das mulheres. Creio que tanto o depoimento da Dulce como da Aurilea revelam exatamente isso. E revelam num período absolutamente terrível da sociedade brasileira e que acho importante podermos nos debruçar. Debruçar-nos em aspectos, como o depoimento da Aurilea que é esse problema da questão urbana, em Belém, e da questão da moradia.

Tenho a impressão de que uma das tarefas ligadas à Comissão da Verdade do Pará é exatamente pensar o seguinte: a sociedade paraense naquele período e as transformações que ocorreram nesse cenário da repressão política e da ditadura militar. E na tua manifestação, Aurilea, tu falas muito bem disso, como foi essa evolução urbana em Belém e a presença dos

movimentos sociais nesse processo como um todo, na luta da Comissão dos Bairros de Belém, na atuação da própria Fase e que o Bordalo, inclusive, faz um recorte sobre isso.

Então, tenho a impressão de que desse ponto de vista nós vamos ter que recorrer bastante a ti no sentido seguinte: de conseguirmos identificar naquele período o que foi essa evolução urbana. Sabemos que muitos bairros surgiram em Belém naquele processo: o bairro da Terra Firme, parte do Jurunas, parte da Cremação, parte do Bengui. A expulsão, as lutas no Jurunas, as lutas na Sacramento, que eu tenho a impressão de que foi o berço, exatamente, da Comissão dos Bairros de Belém.

Então, esse recorte da mesma forma vamos ter que fazer com a questão do campo no Pará: o problema da penetração econômica estrangeira na questão fundiária. Isso será muito importante para o trabalho da Comissão da Verdade do Pará, tenho essa impressão.

Outra questão, Auriléa, que tu levantaste, é que a tua família era dona da Paraense Transportes Aéreos, a família materna. Há muitas suspeitas de que essa empresa paraense pode ter sido inviabilizada pela própria ditadura militar no nosso País e temos exemplo disso, é o caso da Panair.

A Comissão Nacional da Verdade indica como a ditadura foi terrível para uma parte do empresariado do Brasil e a expressão disso foi a liquidação da Panair que era uma importante companhia brasileira.

Tu achas que a repressão política e aquele período atuaram no sentido de liquidar com a Paraense Transportes Aéreos?

A SRA. AURILEA ABELÉM:

– Eu li alguma coisa a respeito...

O SR. PAULO FONTELES:

– Deixe-me concluir. Eu queria fazer a pergunta para a Dulce. Acho que essa questão da Paraense é algo importante porque em algumas leituras que eu tenho feito essa contradição sempre aparece e aparece com força na medida em que na década de 70 surge uma Companhia Aérea ligada a um coronel da Aeronáutica, que é o caso do Gibson. Então, essas conexões precisam ser esmiuçadas por nós.

Para a Dulce eu quero perguntar: o papel destacado dos brasileiros no exterior. A campanha que muitos brasileiros fizeram, e tu estavas ligada a esse processo, nas denúncias com relação à ditadura militar brasileira. Tenho a impressão de que recuperar essas histórias é recuperar uma parte perdida, inclusive dessa memória. Eu falo isso me referindo ao fato de que, um dos grandes eventos no sentido de nos debruçarmos sobre a ditadura brasileira, foi o acontecimento do primeiro Congresso Brasileiro de Anistia em Milão, no início de 79, que inclusive passou a organizar as listas de desaparecidos políticos. Seis meses depois de 79, ocorre o segundo Congresso do CBA em Salvador, na Bahia, que dentre outras tarefas, decide enviar uma caravana à região do Araguaia, onde procura fazer o levantamento dos mortos e desaparecidos. Então, recuperar a memória desses brasileiros que atuaram no exterior, é algo importante também no sentido de que possamos ter a compreensão do que foi o enfrentamento democrático contra a ditadura, porque esse enfrentamento passou pela luta armada, mas passou também por esse tipo de iniciativa, por esse tipo de denúncia.

Faço registro, por exemplo, de que em 1973, um jornal francês, chamado 'Politic Hebdo', que não tem nada a ver com esse 'Hebdo' mais recente, introduziu uma jornalista vietnamita nas matas do Araguaia e fez uma grande matéria que saiu na França.

Esse tipo de iniciativa, de atitude, ajudou muito no sentido de que pudéssemos desmoralizar a ditadura e revelar o que foi, de fato, a ditadura brasileira.

Por fim, feita essas duas perguntas, gostaria de reforçar uma questão aqui que o deputado Carlos Bordalo levantou, acho que a Comissão da Verdade do Pará deve se posicionar com relação a essas manifestações fascistas. Não podemos vacilar com relação a isso, acho que devemos fazer uma nota da Comissão da Verdade do Pará, presidente Egídio, no seguinte sentido: O que representam essas ameaças, essas manifestações pró-64, esse tipo de prática que volta ao Brasil? Porque me parece que estamos vivendo um período muito semelhante. Vários articulistas na imprensa brasileira, aqueles mais ligados a tradição democrática têm falado sobre isso e não podemos vacilar com relação a isso. Eu tenho convicção de que nós devemos ter uma nota da Comissão da Verdade do Pará, condenando qualquer tipo de ação

no sentido de subverter a ordem democrática no País, como fizeram com João Goulart em 64, não é? Não podemos vacilar com relação a isso, temos que ser absolutamente duros e manifestar a nossa posição com relação a essa questão. Acho que devemos nos manifestar com relação a isso.

Quero agradecer a presença de todos e creio que esses depoimentos, essas oitivas, vem enriquecer muito o nosso trabalho com relação a ditadura militar no Pará.

A SRA. AURILEA ABELÉM:

– Eu fiquei pensando no início, ainda mais quando fui organizar as ideias e vi que a firma de ambas as famílias foram à falência exatamente no final da década de 60, então estava dentro do período. E com relação a Paraense, nós ouvíamos alguns murmúrios, mas havia um racha dentro da família, como meu avô dizia: “Muito ramo junto, só pode dar galho”. Então a família Ramos, ou seja, esse meu tio que fica responsável pela Paraense, rompe com meu pai, e não temos muito detalhes, ainda mais quando vai a falência o Ferreira Gomes, vai à falência o FRIGOPAR, e vai à falência a Paraense. O FRIGOPAR, trabalhava com charqueada e depois o Abelém, como advogado do meu pai, contou que houve essa briga entre os dois que acabou nos afastando e deixando o FRIGOPAR sem saída porque eles também queriam o mercado de carne e o deles era muito limitado, no caso o grupo da Paraense, que tinha outra firma com negócio de charqueada, a Agro qualquer coisa, não me lembro, mas tenho isso registrado.

Então, deve ter alguma coisa por trás dos panos. Na hora, pensávamos que era má gestão, que foi uma sequência de acidentes como a morte do Ludugero, não sei se vocês lembram, morreram várias pessoas e esse artista, mas depois tem problemas do tio Toni com os militares, não sei se ele tinha prometido... Aí falei: “Lena”, minha irmã, “tu te lembras de alguma coisa, se tem alguma coisa a ver?” Porque pensei nisso, “os militares estão por trás da falência?” Aí ela disse: “Não foi o tio Toni”, mas aí tem aquele ranço da briga: “foi o tio Toni que prometeu facilidades, quando ele conseguiu ter sucesso passou os militares para trás”, mas aí os militares estavam no meio, precisava ver isso direito, não sei dizer, é no final da década de 60 isso.

Tenho as datas, também, que essa Paraense... o Ferreira Gomes tem muita a ver com a questão da Belém-Brasília, tem a ver com o contexto da política que vem, e eles eram uma firma muito importante, tinham quatro lojas no Reduto, a própria mudança urbana ali do cais, os navios chegavam, eles importavam produtos da Inglaterra que eles vendiam lá, ainda me lembro, eu criança ainda vendo essas coisas.

Então, isso aí, estou juntando material revendo as fotos, e vocês me pegaram assim num momento, e de vez em quando solto uma foto e tal, pensar isso, a importância da família do bairro para a cidade, e o problema da falência das famílias que começam, também, com a falência da cidade, financeira, o desgaste, a decadência financeira da família, vai coincidir com a decadência do bairro do Reduto e vai coincidir com a decadência financeira também, não só depois da questão da borracha, mas a questão da abertura de toda aquela modernização dos portos que acabam com os igarapés e com as docas do Ver-o-Peso e com a doca de Souza Franco.

Quer dizer, quando fui morar lá, ainda via, originalmente, as barcas não tanto quanto eram, mas ali a Doca do Reduto era completamente aterrada, tenho fotos, vocês já devem ter visto no *Face*; lembro bem quando eles aterraram, quando fui para lá era aterrado mas os alagamentos fazem abrir de novo, e a Doca de Souza Franco ainda sem asfalto ali.

Quero aproveitar, já que estou falando, que acho que tem tantas mulheres interessante, lembrei-me agora, a Audalice foi durante muito tempo a diretora da Universidade Popular, Audalice Waterloo.

O SR. CARLOS BORDALO:

– É até por causa da relação dela e do Matheus.

A SRA. AURILEA ABELÉM:

– E do Matheus que o Matheus, também era espada, é isso?

O SR. CARLOS BORDALO:

– E o Matheus é uma importância fundamental na esquerda aqui no Pará.

A SRA. AURILEA ABELÉM:

– É a história da FASE e da Universidade Popular.

O SR. CARLOS BORDALO:

– É a história dele na retaguarda, inclusive da SDDH.

A SRA. AURILEA ABELÉM:

– Isso, isso.

Então, lá naquele bloco tem muita gente interessante, e o forte de 60, 70, o forte deles.

A SRA. DULCE ROCQUE:

– A quantidade de gente que tinha fora de brasileiros não é?

Os brasileiros que conheci, os que entraram no Partido, eram todos do Marighella, estavam lá no período, arranjando dinheiro para o Marighella, no período que ele foi assassinado, e não voltaram mais; e três, quatro anos depois, quando comecei a atividade, eles se aproximaram do Partido através de uma pessoa chamada José Francisco que ficou na Itália, casou com uma italiana e virou até senador Italiano, e que já esteve aqui. Ele recrutou todas essas pessoas...

O SR. PAULO FONTELES FILHO:

– Não era o Del Roio?

A SRA. DULCE ROCQUE:

– Era o Del Roio, exatamente, ele ficou com rabo de saia, mas o gozado é que ele, na Comissão da Verdade, veio reivindicar dinheiro pela morta da mulher dele que ele abandonou aqui, ninguém sabia que ele era casado lá e que ele nunca mais colocou os pés aqui. Ele contou muita história, ele não tinha documentos. Então, ele conta que esteve na Rússia, conta que esteve em Cuba, sei lá o que, às vezes tenho certeza que não porque ele não tinha documento e vivia sempre em Milão e arranhou essa mulher lá.

Ele sabe muito da história, porque não conheço o nome de ninguém, mal conheço os nomes falsos. Era Fernando, por exemplo, que foi o que escreveu o material nos discos. O que está escrito sobre a história da nossa música é feito por esse Fernando, mas não sei o nome dele.

Então, conheci todos com nome falso.

Não, mas ele com certeza, porque morava em Milão.

Os brasileiros que faziam política inicialmente eram eles; depois, quando teve aquela reunião em Moscou e que ficou decidido que iriam carregar com algumas pessoas, iriam transferir para a Europa, para fora do Brasil algumas pessoas, começaram a chegar os brasileiros e ficaram na Bélgica, já podia ficar em Portugal, Espanha, na França, menos na Itália, lá quase não chegou ninguém nessa leva aí.

Tenho a relação dos financiadores do Marighella. Isso ele me deu como prova da seriedade dele, porque ele queria entrar no partido e entregá-lo. Deu-me e tenho essa relação com nome e endereço de todos.

Tinha o Giò Pomodoro, um grande artista, um pintor muito famoso. Vi um quadro que ele doou, uma mão que se transformava numa rosa.

Então, são duas levadas de pessoas que têm, as que estavam lá e não voltaram mais que eram do grupo do Marighella, da guerrilha e os que chegaram do partido depois.

Em todos esses lugares o Partido Comunista ajudava, muito, muito.

Uma coisa, por exemplo, quando fui para Moscou não podia escrever para a minha família de lá para cá.

Todo mundo oficialmente sabia que eu estava na França, somente a minha mãe sabia que estava em Moscou.

Era extremamente perigoso o que eu estava fazendo. Não?

Na França, o Partido Comunista Francês, ofereceu quarenta endereços para dizer que morávamos lá. Então, escrevíamos as cartas para Paris, para as várias casas das pessoas, essas pessoas mudavam de envelope e mandavam para cá.

A solidariedade dos partidos conosco foi incrível.

Quando conheci o Carlos e que ele também conheceu o Malina ele ofereceu a mesma coisa para sair da França e levar para a Itália esse traba-

lho que os italianos faziam. Então, os grupos que chegaram depois estavam vivendo na Itália, ou seja, o meu marido arranhou uma série de pessoas para fazer essa solidariedade, mandavam a carta, gastavam o dinheiro do selo e mandavam e recebiam.

Quando o alemão, o que entregou a mulher do Prestes para a Gestapo, descobriu-me, recebi uma carta de um brasileiro. Exatamente o brasileiro que foi preso e que parece que falou me escreveu pedindo uma documentação que ele precisava daquele período em que ele tinha vivido na Itália, que entendi o que era, o que ele queria, alguma coisa que demonstrasse que ele tivesse estado na Itália porque ele estava tendo problemas. Foi exatamente ele que falou.

Depois disseram: “Não, tu não respondes, porque isso aí é pra te pegar”.

Tinham advogados, tinha uma índia, não na Itália, porque não foi ninguém para a Itália desse grupo aí, eles ficaram no resto da Europa.

Mas, quando eu fazia os festivais do L’Unità, que eu tinha esse estande muito grande, fazia comida, feijoada, por exemplo, conseguíamos cachaça e fazíamos batida.

Vinha todo mundo da Europa, de Portugal, Espanha, tinha que arranjar casa para eles morarem. Então, eles ficaram hospedados na casa dos italianos e passavam o dia trabalhando comigo.

Como eu trabalhava, tinha que voltar durante a semana para o meu trabalho e eu voltava para lá sexta-feira à noite e eles tomavam conta do festival.

Estava dizendo que todos os partidos ajudavam, a dificuldade era ter notícias do Brasil para colocar nos jornais dele, é porque o L’Humanité, o Granma, todos os jornais que nós recebíamos dos partidos, que nós encontrávamos, não falavam da ditadura. Só tenho documentos sobre as desgraças da ditadura feito por padre. Até o “Voz Operária”, que mudou de nome, não tinha notícias desse tipo. Nós tínhamos documentos, outro tipo de informação, inclusive eu tenho alguns números em casa, mas não tinha notícia desse tipo. Depois tivemos uma revista, “Realidade Brasileira” que eu tenho alguns números também em casa, ficou muito organizado na Itália.

Na Itália, tinha o Feltrinelli, que ainda não tinha morrido, e ele nos cedeu um local para fazer o arquivo do movimento proletário brasileiro.

Então pegamos todo o material dos companheiros que viviam na Alemanha, na Tchecoslováquia, as bibliotecas dessa gente toda, e foi transferido para Milão. Esse arquivo foi todo microfilmado.

Depois que nós derrubamos a ditadura, começou uma discussão do partido, porque todos dessa sala tinham que ter o prestígio do Prestes. Então, o Prestes com o seu prestígio, ele nem pediu, o cara já ofereceu direto para o Prestes o Feltrinelli.

Eu vi lá, por exemplo, o primeiro jornal comunista escrito a mão. Tinha todos os tipos de jornais feitos no Brasil pela esquerda. Esse material está no Brasil. E houve uma grande briga, porque o José Hoyos decidiu que era propriedade privada dele. Depois que obtivemos todos os arquivos, na hora de trazer para o Brasil, ele brigou com o partido, porque ele achava que era propriedade dele, mas o partido conseguiu. Esse arquivo está em Campinas, não sei se na Unicamp. Sei que na ocasião que voltou foi para Campinas.

Uma coisa interessante é exatamente essa luta que teve fora do Brasil e que ninguém tem conhecimento do que foi feito lá fora pelo Brasil, porque para fazer qualquer coisa aqui tinha que ter apoio lá de fora.

Quando as mulheres foram para a Itália, para Roma e Milão, pedir apoio para aquela marcha que houve aqui pelas “Diretas”, tudo isso era resolvido aqui, mas corriam para pedir apoio internacional, para não ter reação aqui dentro. Isso não se fala, do apoio que os outros países deram, todos. A França e a Itália, principalmente, nesse período. No meu caso, quando voltei pra lá, antes de ir, o Partido Comunista Francês já mantinha essa relação com o Brasil, com os brasileiros, de fazer essa mudança, dar condições de vivermos no exterior sem dizer onde vivíamos. Nem todos os pais tinham condições de ir pra lá, porque alguns eram de família, digamos, mais ou menos como a minha, mas a maior parte não era. Ninguém corria o risco de nossos pais, ou algum parente, irem nos visitar na Europa, mas para o Brasil era necessário saber que nós estávamos na França, e tinha que ter o endereço.

Então, só esse trabalho, essa ajuda, do Partido Comunista Francês e do Partido Comunista Italiano foi uma coisa enorme.

A SRA. JUREUDA:

– Só uma pergunta em relação às cartas. O Paulo e Dulce fizeram referência a cartas e me ocorreu se houve troca de correspondência entre você com o teu marido, que era membro do Partido Comunista Italiano, ou com o próprio Salomão. Você tem essas cartas? E se ele respondia por algum codinome.

A SRA. DULCE ROCQUE:

– As cartas que eu tenho, muitas, não sei nem de quem é, porque cada vez que eles vinham, ou depois de onde ele morava tinha um nome diferente. Então, tenho uma série de cartas importantes que não sei de quem são, até o Prestes.

A SRA. JUREUDA:

– Porque quando você falou da escrita dele, que ele te escreveu ...

A SRA. DULCE ROCQUE - A dele eu reconheço, porque ele escrevia a mão, mas ele podia escrever também à máquina e só assinar no fim, , mas tenho as cartas, as dele estão separadas. Tenho as cartas do Gregório Bezerra, as do Luiz Carlos Prestes.

A SRA. JUREUDA GUERRA:

– Pois é. A referência da Comissão Nacional acreditamos que também vamos fazer levantamento desse material para que ele seja disponibilizado ao público.

Então assim, acho que o Jaime talvez queira falar sobre isso depois, mas nós vamos gostar de ter acesso a esse material para que novas gerações tenham conhecimento.

O SR. MARCO APOLO:

– Só nessa esteira de indicar o nome, sei que não vai ser decidido aqui, reiterar aquela proposta de ouvirmos a Marga, ela está disposta também, mas a oitiva dela tem que ser na casa dela. Não pode ser aqui.

O SR. PRESIDENTE:

– Antes do encerramento, antes de agradecer nossas convidadas pela presença e pelos depoimentos quero perguntar ao Jerônimo se quer fazer uso da palavra por conta de não ter podido vir na reunião onde nós trocamos informações a respeito do funcionamento de outras comissões da verdade.

Agradecendo, também, desde logo ao Seráfico e adiantando que vamos amanhã ou sexta-feira definir o dia que você virá já com a indicação de que em primeiro de abril você estará em Belém.

O SR. JERÔNIMO:

– Obrigado. Gostaria antes de tudo pedir desculpas no dia no qual vocês reuniram cheguei a ir um dia depois, mas na realidade minha questão é a seguinte: em conversas anteriores se chegou a cogitar a possibilidade de criar uma subcomissão específica para trabalhar a violência no campo no sul do Pará? Não sei se a comissão ainda mantém essa ideia ou se é importante. Nós remetemos todos os trabalhos que desenvolvemos enquanto Comissão Camponesa da Verdade no Estado do Pará integrada por várias entidades, nós remetemos tudo aquilo que já trabalhamos para a comissão, mas a nossa ideia era aquela de continuar o trabalho como outros casos desde que seja interesse evidentemente da Comissão. Só que temos que verificar como é que isso irá proceder e como isso poderia ser trabalhado.

O SR. PRESIDENTE

– Bom, faltou na reunião de hoje uma pessoa que é muito hábil em organizar as coisas que é a Amanda, mas nós decidimos pelas temáticas que a comissão vai abordar. Por um lado períodos históricos determinados e por outro, dentro desses períodos temas dentre nos quais estão à questão operária urbana, os camponeses e desde já digo que há uma indicação de que você deverá fazer um relatório mais detalhado de como foi que funcionou a Comissão Camponesa, de tal modo que está mantida a questão camponesa no funcionamento da Comissão da Verdade.

O SR. JAIME CUÉLLAR:

– A Dulce Rosa é uma grata surpresa na minha vida, ela sabe da importância que ela tem para minha vida não só para a pesquisa da história, mas para minha vida porque ela me transformou. Já me declarei várias vezes a ela, mas estou falando isso para que fique registrado.

A Dulce Rosa disponibilizou material para a Comissão. O material é muito pesado, são muitas fotografias, são mais de trezentos documentos em alta resolução. Por e-mail não dá para abrir é preciso um programa dentro do Google Drive. Eu também não consegui abrir e depois é que abri, já está no computador, mas antes de repassar ou de tocar nesse assunto com a comissão oficialmente, é claro que vou passar a ela e ela vai filtrar aquilo que ela deseja ou não repassar, pois tem algumas coisas que são pessoais e em nome desse carinho que tenho por ela é que passará primeiro por ela para que depois ela nos entregue.

A mesma coisa com a Aurélia, que também nos disponibilizou fotografias, coisas do acervo pessoal. Nos disponibilizou, eu e a Silvia Betânia, que trabalha comigo na pesquisa e todo o material foi digitalizado com equipamento específico para digitalização de documentos importantes.

Então, quero registrar que sei que a Dulce está brincando comigo e que jamais a trairia, mas quero registrar isso em público. Quero, também, registrar que o Seráfico é uma das pessoas que me fez chorar no seu depoimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE:

– Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Reunião.

Encerramento – Às 18 horas e 32 minutos.

ANEXO 3

TAQUIGRAFIA

HECILDA VEIGA

Reunião: 6ª.

Espécie: COMISSÃO DA VERDADE.

Data: 06/06/2015

PRESIDENTE: SENHOR EGÍDIO SALES FILHO

Início: Às 15 horas e 40 minutos

O SR. PRESIDENTE:

– Boa-tarde.

Estão ausentes Franssinete Florenzano, deputado Carlos Bordalo, João da Costa e Ana Michelle Zagalo. Membros presentes: Renato Neto, Paulo, Marco Apollo, Egídio Sales e Jureuda Guerra. Apoio: Jaime, Amanda, Jean, Angelina e Lea. Para efeito de registro.

Então, abrindo os trabalhos de hoje, vamos ouvir a nossa companheira Hecilda Veiga e a nossa outra convidada que era a Lu Simões, vamos transferir para uma outra oportunidade, assim como as nossas duas convidadas que iam ser ouvidas ontem, a Violeta Loureiro e a Telma, as quais serão ouvidas não mais na quarta-feira, mas na quinta-feira. Jaime, elas podem?

Então, temos que deliberar o seguinte, há uma proposta de reunião com a Comissão da Verdade dos Camponeses e essa proposta era de reunirmos na CNBB na quarta-feira, então vamos mudar em função de não perder a oportunidade de ouvir logo a Violeta e a Telma.

Estava imaginando uma reunião de trabalho mesmo. Então, fazemos a reunião lá na quarta-feira, faremos uma administrativa aqui na quinta-feira e faremos na terça a oitiva da Telma com a Violeta. Aí depois vemos um outro dia para a Lu.

A rigor, não seria necessário apresentar a Hecilda, principalmente para o Paulo, mas para que fique registrado, a Hecilda teve uma longa militância, e porque não dizer também sofrida, em decorrência das suas convicções políticas, foi presa, torturada, e manteve esse espírito guerreiro até os nossos dias, foi professora na Universidade.

Acho que ao contrário das nossas convidadas da última quarta-feira, ela não começou a militância política, mais ou menos por acaso ao entrar na faculdade, já havia uma outra consciência do papel político da mulher, que certamente motivou Hecilda a se engajar na luta contra a ditadura.

Hoje vamos ouvir um pouco desse relato. Muitas coisas certamente nós já ouvimos a respeito de Hecilda, há uma referência muito importante no Brasil, Nunca Mais a respeito da forma como ela foi torturada, o seu sofrimento, a gravidez na prisão, essas coisas.

Mas vamos ouvir com a própria voz da Hecilda o que ela pode nos contar a respeito desse período.

Hecilda, temos adotado a seguinte metodologia: o convidado ou a convidada fica à vontade para falar durante um tempo, sem nenhuma preocupação. Depois, fazemos perguntas, sem nenhum caráter inquisitório, é tipo um bate papo. Como tudo fica gravado, depois avaliamos e selecionamos o que for mais relevante para o contexto do trabalho da Comissão da Verdade.

Vamos ouvi-la agora.

A SRA. HECILDA VEIGA:

– Boa-tarde a todos, muito obrigada pela atenção. Quero lembrar, retomando um pouco do que o Egídio Sales, falou a respeito, que a nossa geração, a geração de 1968, o ano que não terminou, como dizia o jornalista Zuenir Ventura, foi uma geração – eu devo ter completado os meus quinze anos em 1963 – muito influenciada pelos acontecimentos do mundo que foram importantes.

Aliás, a década de 60 foi uma década extraordinária, muitos acontecimentos importantes no mundo. No caso dos Estados Unidos: o começo da luta pelos direitos civis, liderada pelo Martin Luther King, tivemos a independência da Argélia da dominação colonial francesa, a independência

do Congo com a grande figura do Patrice Lumumba, a independência do Congo do domínio Belga e assim por diante.

Ainda tem um acontecimento que eu considero extraordinário, em 1961, 12 de abril, mais precisamente, de 1961, quando Iuri Gagarin, o primeiro ser humano a conhecer o espaço sideral, teve a oportunidade de olhar lá de cima e dizer: “A Terra é azul”.

Então, muitos acontecimentos importantes que já vinham do final da década passada: 1957 o Sputnik; 1958 o outro Sputnik levando a cadela Laica, essa expectativa da conquista do espaço sideral pelo homem.

Depois, no momento seguinte, no começo da década de 60, essas transformações importantes da luta pela libertação da dominação colonial, do domínio colonial, a guerra do Vietnã.

Então, quando nós chegamos à Universidade – eu fiz o vestibular no início de 1968 – eu me lembro do nosso trote. Foi um trote que reuniu o pessoal da Filosofia, antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que, àquela altura, abrigava os cursos de Ciências Sociais, o meu curso, História, Geografia, Filosofia, Letras, Pedagogia, Matemática e Física, todos nós. Foi a época em que eu conheci a professora Ana Tancredi e vários colegas que hoje são meus colegas na Universidade.

O Centro de Filosofia acabou sendo o centro que reunia todo mundo, que vinha da Medicina, época do Fiúza, do Rui Barata, o pessoal da Economia que fica ali na que nós chamamos hoje José Malcher, na época era São Jerônimo, muitas pessoas que nós estamos ainda acompanhando nos dias de hoje como: Nazareno Noronha, Simão Jatene, Hélio Mairata, Aluísio Leal, nosso colega na Economia, todos estudavam lá. E aí já no começo de 1968, a primeira iniciativa importante foi o trote. Saindo lá da Filosofia vinha todo mundo, no trote, escrito na roupa “Abaixo a Ditadura 68”, sob os acordes de uma grande figura da África do Sul, a Miriam Makeba, não sei se vocês lembram: “Pata, pata”. Foi sob esse ritmo, essa coisa de canção de protesto que fizemos a nossa passeata com o concurso do pessoal de Direito, foi aí que eu tive a oportunidade de ver melhor o Paulo, com quem depois viria a me casar, o Paulo Fonteles, e tal. Foi nesse cenário que começamos a atividade na universidade.

Pouco depois, em 28 de março de 1968, o assassinato de um jovem paraense Édson Luiz de Lima Souto, então com dezesseis, dezessete anos

no restaurante Calabouço. Aí começou aquele movimento que atravessou o Brasil inteiro com as passeatas estudantis, os estudantes como vanguarda, como protagonistas daquele momento de luta contra a Ditadura Militar, porque até então, o que nós tínhamos? Sindicalistas presos, mortos, obrigados a exilar-se, a militância antiga dos partidos todos tiveram que sair, alguns assassinados. E aí o Movimento Sindical, sob controle rigoroso; aí nesse período logo após 64, o Movimento Operário perdeu dois de seus institutos fundamentais: primeiro o direito de greve e depois a estabilidade no emprego que era fundamental e que foi substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que permitiu demissões em massa, o rodízio, essa coisa de muita dificuldade para o Movimento Operário de então. Quer dizer, o Movimento Operário cerceado, antigos atores relevantes da vida política brasileira levados ao exílio como, por exemplo, Miguel Arraes, Leonel Brizola, que eram grandes lideranças. O Movimento Estudantil também cerceado com uma das primeiras ações do golpe que foi incendiar a sede da UNE, na praia Vermelha, acho que dia 1º de abril. Outro dia até vi imagens sobre isso.

Aí passado aqueles primeiros quatro anos, já em 68, o Movimento Estudantil, com a sequência de assassinatos como o do Édson Luiz de Lima Souto, foi para as ruas, nós também fomos aqui em Belém e, logo depois, em 26 de julho de 68 a grande passeata dos cem mil, coroando, ou culminando com a tentativa de reprimir tudo isso a 13 de dezembro de 1968, numa sexta-feira. Jamais vou apagar da memória a edição do Ato Institucional Nº 5, que acabou fechando o tempo e significou o golpe dentro do golpe e o endurecimento do Regime Militar, ocasião em que algumas figuras ilustres como os professores da USP acabaram sendo aposentados com base no AI-5. O ministro do Superior Tribunal Federal, Victor Nunes Leal, havia escrito o livro “Coronelismo Enxada e Voto”, quer dizer, aí começou todo esse processo, e nessa conjuntura já vínhamos atuando em 1968. Quando foi em 1969, continuamos com o movimento e a Filosofia sendo, digamos assim, uma base de apoio para isso. Na ocupação da faculdade, o nosso então diretor Fernando Silva, antropólogo, que no final de 68 impediu que a Polícia Militar entrasse na faculdade, todo mundo correu pra lá, ele se colocou na frente, mandou colocar os cadeados e a PM, naquele carro que

chamávamos “Tomara que Chova”, tentando entrar, mas ele não permitiu, logo depois ele acabou sendo punido com a aposentadoria compulsória, com base no AI-5, o professor Orlando Silva; nem tive a oportunidade de ouvir o depoimento dele quando houve a reunião na Universidade porque tinha sala de aula e não podia faltar.

Então, nessa conjuntura adversa, e já éramos conhecidos, eu, Paulo a Laíse que era do Diretório Acadêmico de Filosofia, o Paulo lá do curso de Direito, foi quando já se tinha informações dos órgãos de segurança, DOPS, foi quando se decidiu pela nossa saída de Belém para atuar em outro lugar onde ainda não éramos conhecidos.

Foi desse modo, já cursando Ciências Sociais, no Núcleo Pioneiro Integrado, onde hoje é o campus da UFPA, que nós cursamos o primeiro semestre de 70 e fomos para Brasília.

Lá em Brasília o pessoal conhecido, companheiros, tinham conseguido fazer a nossa matrícula e, rapidamente, nos integramos à vida de Brasília, tivemos a oportunidade de ver as marcas de bala em Brasília, das investidas do Exército, da Polícia Militar contra a Universidade de Brasília. E aí, o Paulo estudando, pode ser monitor de um dos juristas importantes, tenho anotado o nome dele aqui, acho que o Egídio deve conhecer melhor, ele foi ser monitor desse professor que era Roberto Lira no curso de Direito, e eu fui ser monitora do Júlio César Melate, antropólogo, do curso de Ciências Sociais, que havia lançado, há pouco tempo, um livro “Os índios do Brasil”, mostrando que de uma população estimada de cinco a seis milhões de indivíduos, os indígenas, no Brasil, naquele momento, apresentavam um contingente populacional de apenas cem mil índios; e aí nos enturmamos na Universidade de Brasília, fomos morar no Centro Olímpico que tinha a parte das meninas, a parte dos rapazes, e tinha a parte dos casais, e ficamos lá; e aí, de repente, ficamos famosos, o casal do Pará, e todo mundo se surpreendia conosco porque sabíamos Yellow Submarine dos Beatles, sabíamos a última do Chico Buarque, falávamos muito bem o português, e todo mundo: “Oh, o casal do Pará, o casal do Pará”, e começamos a participar, ativamente, no sentido de retomada do Movimento Estudantil; e com o Golpe de 64, as antigas entidades todas fechadas com cadeados. A primeira providência foi ti-

rar os cadeados, começamos aquela experiência dos Centros Acadêmicos Livres, porque na esteira do AI – 5 vieram dois institutos que causaram grandes problemas ao Movimento Estudantil: o primeiro deles o Decreto Lei 477, que expulsava de três a cinco anos lideranças estudantis fosse do ensino médio, do Ensino Universitário; por outro lado, o Decreto 5.540 que impedia a participação política-estudantil.

Então, esses dois institutos, o Ato Institucional nº 5, nos causava muitos problemas; o Decreto Lei nº 477 também; o Decreto 5.540 que afastava o pessoal do Movimento Estudantil.

Aí, a nossa participação começou a crescer, participávamos da organização do Diretório Universitário de Brasília, quando, num belo dia, um problema do Restaurante Estudantil, acabamos fazendo uma greve no restaurante que chamou a atenção das autoridades policiais, na Universidade de Brasília; ainda tínhamos um agravante, não posso esquecer esse detalhe: o reitor formalmente, era o professor Amadeu Cury, antropólogo; mas o vice – reitor José Carlos Azevedo, que era Capitão de Mar-e-Guerra, costumávamos dizer, de zombaria, que ele costumava passar lá pelas tantas, fardado de marinheiro dos Estados Unidos, fez um curso de Física e isso lhe deu a oportunidade de assumir a vice – reitoria, quando na realidade ele que era o reitor.

A universidade era um ambiente extremamente controlado, vigiado, se entrava dois estudantes no banheiro já vinha um guarda; foi a primeira vez que vi aquela coisa de comunicação por aquele aparelhinho; dois estudantes entrando no banheiro já era subversão, coisa suspeita e tal.

Mesmo com todas essas dificuldades, em 1969 conseguimos trazer o nosso Centro Acadêmico de Ciências Sociais, junto com o pessoal de Direito, de Medicina, tínhamos um professor, doutor Pablo, que era da Organização Mundial de Saúde e nesse processo muitos professores sendo casados, indo embora para a UNAM – Universidade Nacional Autônoma do México, mesmo assim no final do primeiro semestre de 1969 conseguimos fazer contato com o Teatro Oficina e fazer uma apresentação na universidade que seria a peça Galileu Galilei, mas ele acabou fazendo outra coisa que reuniu todo mundo, caminhamos por todo o campus, ele começou a distribuir sementes que fomos plantando. Foi uma tarde extraordinária.

A partir daí o movimento teve um fôlego muito grande para fazer aquela iniciativa que me referi antes que foi abrir, tirar os cadeados, abrir o Centro Acadêmico, nós comprávamos o jornal do dia, fazíamos tudo para trazer os estudantes, para conversar, falar da última dos Beatles, do Chico Buarque, sobre os festivais de música popular, de modo que trouxemos estudantes para as antigas salas dos diretórios acadêmicos, fechadas, porque não se poderia mais usar o nome e aí surgiu a experiência dos centros acadêmicos livres, não só em Brasília, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Nesse momento a organização a que pertencíamos e fomos para Brasília, por conta da atuação político-partidária, a Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil começou a fazer um trabalho junto à Classe Operária em Brasília.

Aquela região de Ceilândia, Guará, Sobradinho e a partir desse contato com os companheiros da área operária, contatos feitos por um colega que já tinha sido expulso da universidade, colega de Geologia que tinha sido contemporâneo do Honestino Guimarães, até hoje desaparecido.

Nessa coisa toda do desbaratamento dessa iniciativa junto ao Movimento Operário foi que a repressão chegou até nós.

Tinha saído uma tarde para levar, felizmente na hora não estava com o documento, tipo um balanço, uma avaliação que nós éramos muito ciosos em fazer uma avaliação, aquela coisa da autocrítica sobre o Movimento Estudantil e na hora que eu atravesso a W3 Sul, vejo aquele pessoal aparecer, a Polícia Federal, aí ocorre minha prisão, quando percebi o que era, eu estava grávida, já estava com a barriga bem visível, grávida do Paulo, como sou magrinha cinco, seis meses de gravidez, já estava com um barrigão.

Aconteceu foi que cheguei à Polícia Federal e a primeira coisa que fiz foi pedir para ir ao banheiro, peguei minha carteirinha de estudante para me identificar, algumas coisas que tinha, joguei, quando eles viram eu puxando a descarga, abriram, meteram o pé na porta, foi quando me deparei com aquela figura, o delegado Deusdeth, que quando viu minha barriga começou lá com aquela história, aquela frase que nos acompanhou durante muito tempo “filho dessa raça não deve nascer”.

Outro dia tive uma surpresa, liguei na Globo News e assisti um programa trazendo depoimentos dos alunos da Universidade de Brasília, todos eles referindo o delegado Deusdeth Goulart, se não me falha a memória.

Começou a dificuldade maior que era saber quem eu era, não tinha documento nenhum, tinha jogado tudo fora, não sei como foi, eles devem ter suspeitado e entrado em contato com a Universidade de Brasília, de modo que quando o Paulo está voltando para casa, à noite, eles disseram que eu tinha sofrido um acidente, e com uma ambulância para levar o Paulo, ele percebeu no meio do caminho que era alguma coisa e nós só viemos nos encontrar horas depois já na Polícia Federal, presos, passando por empurrões, tapas, socos. Foi assim que começou e 24 horas depois nos levaram para o Pelotão de Investigações Criminais do Exército, em Brasília, no serviço militar urbano e ficamos por lá, aquela coisa da tortura, foi aquela experiência extremamente difícil, dolorosa, eu tenho até dificuldade de... Já se passam mais de quarenta anos, quarenta e três anos depois. E foi aquela experiência difícil, e a parte mais difícil foi o momento em que eles decidiram que nós íamos ficar direto no subsolo do Ministério do Exército, o Paulo até comentou isso, uma ousadia nos torturarem no subsolo do Ministério do Exército, foi o momento que o professor Amadeu Cury chegou até lá para falar comigo no parlatório, só que ele não me via, só podia ouvir a minha voz, e eu também percebia, dava para ver.

Eu disse que nós estávamos sendo torturados e tal, não sei se foi essa pressão que levou para a Universidade de Brasília, ele como reitor. E passamos por toda essa experiência, a nossa prisão ocorreu no dia 06 de outubro de 71, e aí não conseguiram nos arrancar depoimento, então começaram a nos ameaçar com a experiência do Primeiro Exército do Rio de Janeiro, sob a coordenação do general Silvio Frota, que era a tal da tortura psicológica, que eles tinham importado dos ingleses arma, estratégias que os ingleses usavam contra os militantes do Exército Republicano Irlandês, o pessoal do IRA. E começaram a nos ameaçar até que, o Paulo que anotou a data, eu não tinha mais nem condições de ver essa coisa de data, a nossa prisão ocorreu dia 06 de outubro de 71, e no dia 08 de novembro nos embarcaram num Piper da FAB, acompanhados de dois oficiais, os dois algemados, as algemas eram maiores que os meus pulsos, porque eu sou magrinha. E o Paulo lembra que quando estávamos chegando próximo do Rio, eles começaram a dizer: Alô, alô Botafogo. Alô, alô Botafogo a mercadoria chegou.

O Paulo, o pai, fez um poema lembrando isso. E descemos no aeroporto, nos embarcaram naquele carro grande, tipo uma Veraneio, como nós chamávamos, o capuz e tal. Só que lá no Rio, diferentemente de Brasília, eles usavam o capuz preto, era um morim tingido de preto. Já em Brasília era aquele material do fardamento, que é aquele verde grosso, era o caqui que nós chamávamos, que não dava para enxergar nada, fazem voltas conosco pelo Rio, até que nós chegamos num lugar, encapuzados, com jornal em cima, que eu olho lá para cima, Barão de Mesquita, e já sabíamos que era um dos locais mais citados pelas pessoas presas, mortes, já tínhamos sabido da morte do deputado Rubens Paiva, e fiquei calada.

Então nos levaram, primeiro, em um aparelho que baixávamos a cabeça, e me lembrei da guilhotina, que baixávamos a cabeça, e eu disse: Nossa será que vão cortar o pescoço? Foi a sensação que eu tive. E nos levaram para a cela, aquela coisa toda, tiravam tudo, e tivemos que usar tipo macacão, essa coisa do pique, tiraram tudo, e foi nessa de tirarem tudo que eles conseguiram achar coisas do Paulo dentro da identidade que estava quebrada. E devemos ter chegado próximo ao final da manhã, e no fim da tarde nos tiraram para levar para a sessão de tortura. Mas, eu percebi que nós saímos, mas voltamos para o mesmo lugar, pelos ruídos, pelo que estava acontecendo, eu também já tinha identificado o lugar, é claro, fiquei calada. Barão de Mesquita que era, justamente, a sede do DOI-CODI, lá do Rio. Ficamos um tempo lá, lembro que me levaram para essa tortura científica, uma sala pequena, profusamente iluminada, uma cadeira que era a tal da cadeira do dragão, aquela coisa embaixo, e uma pessoa, eu de capuz, depois consegui ver a pessoa porque tiraram o meu capuz. E anos depois eu tive a desagradável surpresa, deve ter sido 75/76, assistindo o carnaval do Rio, de repente vi um homem olhei e fiquei pensando, pensando aí lembrei, Capitão Guimarães, que de torturador virou bicheiro e é hoje um dos dirigentes da Imperatriz Leopoldinense. Eu o reconheci assim, e nem sabia o nome dele, vim saber depois, conheci a figura e tal. Já tinha participado de sessões, de preencher o nome do torturador junto com o pessoal da anistia essa coisa toda.

Pois bem, nessa sessão na sala que tinha a cadeira do dragão que à medida que apertava lá; sei que desmaiei e quando despertei já estava

na 13ª enfermaria do Hospital Central do Exército, não sei quanto tempo passei lá. E pior ainda, ainda teve essas dificuldades todas que tivemos que enfrentar, quando despertei tinha um prisioneiro chamado Paulo César, que teria tocado fogo, era uma ala especial no Hospital Central do Exército construído em madeira para abrigar presos políticos que estavam com problemas de saúde muito grave. E aí, por conta disso no lugar onde estava, quando tornei lá pelas tantas sentindo cheiro de fumaça, de incêndio, tanto que hoje não posso sentir, tenho maior angústia enquanto não identifico de onde vem o cheiro, tenho pavor sobre isso.

O que aconteceu? De repente dois homens entram lá puxam o soro e me levam para uma salinha em que encontro duas pessoas, uma encostada num canto com o ouvido vazando e outra de pé que vim identificar. Foi assim tudo muito rápido, foi àquela gritaria e soubemos por que falaram lá que esse Paulo César era filho, sobrinho de um general do Exército, aí foi àquela gritaria e depois ninguém mais soube dele. Fiquei no Hospital Central do Exército na 13ª enfermaria, ninguém me procurou, estava lá aparentemente repousando até que um belo dia, de repente, me surgiu dentro da enfermaria um homem fardado do Exército, conseguir ler aqui Demiurgo, de repente aquele homem rompeu na enfermaria onde estava com aquele revólver 45 preto brilhando em direção a minha cabeça e o pessoal correndo e tal e depois vim identificar Raimundo Demiurgo dos Santos Cardoso, já falecido. Era major na época. Pois bem, depois desses episódios, isso no Rio, mandam me avisar; foi quando o Antônio Fonteles conseguiu me encontrar no Hospital Central do Exército aí me deu notícias do Paulo, eu não sabia nada dele; dizendo que o Paulo já tinha voltado a Brasília e que estava tudo bem e que já iriam me levar de volta para Brasília. Aí foi quando me prepararam, me deram minhas coisas e me levaram de volta para a Esplanada dos Ministérios, me colocaram num carro veraneio grande, me encapuzaram, levaram para o subsolo, depois mandaram eu tirar o capuz e quando olho tem cinco ou seis militares me apontando fuzil. Foi quando desmaiei.

Estou falando das experiências duras na prisão, não estou nem falando de tortura, mas experiência no Hospital Central do Exército com incêndio, depois a experiência com o major Demiurgo me apontando uma arma

grande, preta. 45 me apontando em direção a minha cabeça e depois essa recepção em Brasília no subsolo do Ministério do Exército, fuzilamento simulado. Aí eu desmaiei e quando tornei estava numa cela cheia de baratas, esse episódio já falei muitas vezes, dormia no chão e tive que fazer aquele esforço de tirar o sutiã e amarrar para proteger meu ouvido, minha boca foi quando o pessoal que estava de permanência viu a situação abriram a cela e me levaram no parlatório para falar com o Paulo que me deu notícias dos últimos acontecimentos e foi no mesmo dia que me levaram em estado grave para o Hospital da Guarnição de Brasília já em dezembro, foi próximo do Natal, o Paulo nasceu em fevereiro, dia 20 e tinha uma previsão de nascimento que seria dias antes, mas nasceu dias depois, em fevereiro e levaram-me para o Hospital da Guarnição de Saúde de Brasília, lá cuidaram de mim e para eu dormir tinham que me dar uma injeção, pois eu não conseguia dormir e fiquei até o parto, finalmente em um domingo, dia 20 de fevereiro de 1972, às 22:00 horas, já estava em trabalho de parto desde o final da manhã e os médicos apressados resolveram me fazer um corte, dar ponto, sem anestesia porque queriam ir embora para casa e queriam apressar o parto.

Felizmente o Paulo nasceu bem, aliás, o Paulo nasceu às 22:55 horas, no domingo e quando foi 6:00 horas da manhã os dois maiores torturados do PIC vieram me buscar, mas os médicos não permitiram, inclusive o que fez o parto, pois eu não era uma parturiente normal. Parturiente normal ia para a casa, tinha mãe, sogra, tinha uma pessoa da família e eu iria para uma cela nas condições que eu enfrentei na minha vinda do Rio de Janeiro cheias de barata.

O médico argumentou, acionaram o advogado e eu fiquei com permissão judicial de ficar com Paulo durante 30 dias para amamentá-lo. De fato, voltei para minha cela no dia 20 de março de 1972. Mas foram essas experiências difíceis porque, não sei por esquecimento ou alguma negligência eu estava amamentando e não me prescreveram nenhuma medicação. Volto para minha cela e naquela situação de ter leite, tive febre alta, íngua, delirei, fiquei com os seios empedrados até que a dona Anita pode chegar lá, entrar em contato com o advogado para poder ter uma prescrição médica para eu tomar um remédio e até hoje eu não esqueço o nome: Premarim, porque eu não podia nem me mexer, foi um sofrimento terrível. Foi quando começou

a secar o leite e pude me recompor aos poucos, tanto que quando houve a primeira audiência de formalização de culpa não pude ir porque estava com sete dias de parto, eu já fui nas audiências seguintes.

Até o julgamento que decretou um ano e seis meses para o Paulo e um ano para mim, porque nossa atividade era o que chamávamos na época de linha de massa, não era a linha de fogo, então as penas eram... aí esperar a decisão e o respeito ao nosso destino, aí houve quem propusesse a família, ao Ronaldo, ao Antônio, que eu fosse para o presídio em São Paulo, um presídio famoso que hoje virou um museu que é o Carandiru, eu iria para lá e o Paulo viria para Belém e a família Fonteles não aceitou isso, disseram que eu que compliquei tudo, eu grávida nas minhas condições poderia ter colaborado, aí depois vi as páginas do inquérito falando sobre isso, dessa resistência, acharam que eu estava grávida e que eu poderia...chegaram inclusive a insinuar para os irmãos do Paulo que eu fui responsável por tudo, que eu poderia ter feito o depoimento, ter colaborado, evitado tudo o que o Paulo teria passado, que eu teria passado essas coisas, mas os Fonteles não aceitaram essa argumentação e se empenharam muitíssimo para que nos dois viéssemos para Belém.

Chegamos aqui e fomos para o presídio São José, que é a minha fase de Belém, comparada com minha experiência de Rio e Brasília a experiência do presídio São José, foi bastante amena. Eu ficava no andar onde era a sala do coronel Anastácio das Neves, que era o diretor do presídio, que era a ala feminina, eu era a única presa política e tivemos oportunidade, o Paulo ficava na ala masculina, de encontrar os companheiros da esquerda. O Amado Tupiassú, e a amizade com Amado nasceu daí, o camurim, o Pedrinho Alcântara, pessoas que eram do movimento e que estavam... João Moacir, pai da Úrsula Vidal, ele era casado com a Bete Vidal, hoje nossa colega na UFPA do curso de Letras; pessoas que eram do movimento.

E aí da decisão de vir para Belém ficou aquela discussão de onde iríamos ficar no domingo que nós chegamos, e como ainda não tinham definido, fomos para o Batalhão de Guardas da PM, acabei até antecipando um pouco a história, mas sexta-feira à noite ficamos lá até que segunda-feira cedo da manhã, pela decisão já tomada pelo pessoal do Exército, fomos levados para o Presídio São José a fim de terminar de cumprir a pena.

Nessa história de ficarmos um fim de semana no Batalhão de Guardas da PM, engravidei do meu outro filho Ronaldo, quer dizer, acabei tendo dois filhos nessas circunstâncias muito adversas, o Paulo e depois o Ronaldo, tanto que quando o Ronaldo nasceu o Paulo ainda não tinha saído da prisão, então o Paulo acabou vendo os dois meninos nessas circunstâncias muito difíceis.

Então, foi uma experiência difícil, a da tortura, a dificuldade maior realmente foi a experiência de Brasília, a experiência do Rio de Janeiro. A experiência de Belém, comparada a essas duas passadas, foi muito amena, já no final de semana no Batalhão de Guardas da PM ali na Gaspar Viana, tivemos a visita da família, pude ver o Paulinho, pois ele ficou comigo só um mês, quer dizer, desde o dia 20 de março de 72 que eu não o via, quando eu cheguei ele já estava com quase um ano de idade, foi assim, a família mandava foto, foi uma experiência muito difícil.

Em meio a esse processo todo, julgamento e tal, veio o que para nós foi o mais difícil, a expulsão da universidade com base no Decreto-Lei nº. 477, e pior ainda, o anúncio da nossa chegada a Belém, manchete acho que na Folha do Norte: Casal de terroristas chega a Belém. Meu pai estava internado no Barros Barreto, ele era paciente do doutor Almir Gabriel, ele leu a notícia, pois tinha o hábito de ler jornais, mas ninguém sabe como ele conseguiu ler esse jornal, insistiu e acompanhado por um enfermeiro foi me visitar no Presídio São José, ficou muito abatido, eu também estava extremamente abatida, foi logo nos primeiros dias que eu estava chegando ao Presídio São José.

No outro dia vi a minha irmã chegar, olhei para ela e entendi que alguma coisa tinha acontecido, papai voltou ao hospital, e de tão emocionado acabou tendo uma parada cardiorrespiratória e veio a falecer. Então, essas coisas foram para mim mais difíceis, as circunstâncias dos nascimentos dos meus filhos, a perda do meu pai, a exclusão da universidade, aí depois a nossa luta, graças ao empenho do Paulo, aos contatos dos Fonteles, conseguimos retomar à universidade já em 76/77.

Quando lembro desses acontecimentos, essa coisa da interrupção da vida acadêmica, tínhamos projetos acadêmicos, lembro da canção do Milton Nascimento, Coração de Estudante, todos vocês se lembram:

“Já podaram seus momentos, desviaram seus destinos”.

Então, foi isso que aconteceu conosco, com a nossa geração.

Depois ainda podemos lembrar, eu e o Paulo em meio à campanha da Anistia, que não obstante todas as dificuldades que enfrentamos, as situações de extremo perigo, de medo, de terror, nós conseguimos sobreviver, e essa sensação ficou mais presente no dia da apresentação do relatório da Comissão Nacional da Verdade que mostrava como foram horríveis os vários lugares.

Depois conheci a Inês Etienne Romeu, que foi a única sobrevivente da Casa da Morte em Petrópolis, e vários lugares do Rio de tortura, desaparecimentos, destruição das pessoas, e a sensação que eu tive na hora, estava chegando de sala de aula, acho que era quarta ou quinta-feira, acredito que 10 de dezembro, e aí quando eu olhei disse: “-Minha nossa nós conseguimos sobreviver, nós sozinhos, saímos aqui da Amazônia”. Meu pai costumava dizer: “-O fim do mundo”. E de repente sozinhos lá, tudo que passamos por Brasília, pelo Rio e termos... porque a violência era tão grande, tamanha, o dia a dia da prisão, tanto que o Paulo deu nome ao PIC de Brasília de Casa do Medo.

Tinha um personagem, lá, o cabo... O Paulo, pai, foi quem enumerou melhor o nome de todas essas pessoas, eles eram todos de Santa Catarina. Sabe aqueles filmes sobre nazismo, Guerra dos Cristais, noite dos cristais? Aqueles tipos.

Tinha um cabo que era impressionante. Quando ele estava de permanência, - não é nem plantão que eles chamavam - começava a cantar uma música do Lupicínio que eu gosto muito: Esses Moços. Ele só tocava esse trecho: “Esses moços, pobres moços, ah se soubessem o que eu sei...” Só ia até aí. Toda vez que ele estava. Afora, os gritos de tortura das pessoas que iam chegando.

As notícias sobre Araguaia, como chegaram até nós? Eu estava do lado da sala de permanência e comecei a ouvir notícias do Araguaia.

Tivemos a visita do general Antônio Bandeira e uma série de coisas assim que pudemos presenciar. A chegada dos camponeses do Pará vindos da região, lá no PIC, as canções que pudemos aprender.

Outro dia até tive oportunidade de ir com o Paulo gravar uma canção que eu aprendi com os camponeses que chegaram da região e se jun-

taram com o pessoal de Trombas e Formoso, aquela famosa liderança do Zé Porfírio, cheguei a vê-lo na prisão. Essa experiência foi uma coisa muito grande.

No dia em que cheguei, 10 de dezembro, que o pessoal falou do Rio, respirei fundo: minha nossa, conseguimos sobreviver a tudo isso! Já tínhamos conversado antes sobre isso, na campanha da Anistia, que conseguimos sobreviver àquela situação de violência. Porque a nossa prisão ocorreu no período maior terrorista da ditadura que foi o período Médici.

Lembro que um dia havia uma programação no Auditório da Universidade de Brasília, acho que o Alfredo Buzaid, ministro da Justiça, para negar que houvesse tortura no Brasil. Dias depois estávamos passando por essa experiência.

A tortura do Paulo foi mais grave, pau-de-arara, essa coisa, tinha o fato de eu estar grávida, a pressão da universidade, o fato de o reitor ter ido lá, o professor Amadeu. E depois tive oportunidade de ver outros relatos, outras experiências de mulheres que passaram por tudo isso. E eu posso dizer que comparado a alguns dos casos que eu consegui ver, o caso, por exemplo, da companheira Hilda, do Virgílio Gomes da Silva, o relato que eu ouvi da Inês Etienne Romeu, outros relatos que conseguíamos ouvir, a minha experiência, comparada a experiência dessas companheiras, foi uma experiência de menor... Não fiquei com sequelas como muitos ficaram. Claro, eu fiquei com dificuldade de dormir durante muito tempo, tive que fazer tratamento psiquiátrico, mas eu tive oportunidade de recompor, retomar a vida.

Eu e o Paulo voltamos à Universidade, conseguimos concluir nossos cursos. Aí eu comecei a trabalhar com a FASE, nessa coisa de Movimentos Sociais, e consegui, num momento muito importante, fazer concurso para UFPA e ser aprovada. Mas parece que eu imaginava que alguma coisa grave ia acontecer. Eu tinha que pensar em três meninos para cuidar, as ameaças sobre o Paulo que continuavam na sua advocacia social como dizia Roberto Santos.

De fato entrei na Universidade, assinei o meu contrato no dia 1º de setembro de 1986, quando foi dia 11 de junho de 1987 o Paulo foi assassinado, num dia que estava indo dar aula sobre Maquiavel, no pavilhão A. De

repente veio aquele monte de gente atrás de mim, o Élcio Monteiro, da História, e a Luzia Álvares, eu estava indo dar aula. Não, Hecilda, não dá aula sobre Maquiavel. Conseguiram me parar e dizer, dizer parte do que tinha acontecido com o Paulo. Tinha sofrido um atentado. Eu me assustei muito porque o Paulinho estava com ele. Mas parece que ele deixou o Paulo na casa da avó paterna. Foi assim, essa situação toda de grandes dificuldades, de grandes problemas.

Conseguí retomar a vida, tive oportunidade, na campanha da Anistia, depois, de encontrar mulheres que tiveram a mesma experiência sofrida e que conseguiram, outros desapareceram; o filme “Que Bom Te Ver Viva”, da Lúcia Murad; o caso, por exemplo, da Zuzu Angel, aquele filme bonito em que o Chico fez a canção, essa coisa toda.

Então é isso, foi uma experiência de vida difícil e eu tenho tido algumas dificuldades - o Paulo conhece bem - de lembrar tudo isso. Há coisas que gostaríamos de afastar da memória. Por exemplo, o dia do lançamento da Comissão, da instalação, na hora em que o Paulo falou, lembrou-se que eu estive lá e o interessante é que isso já havia sido apagado da minha memória, aí de repente veio todo mundo querendo me mostrar, e aquilo... nossa, eu estive aqui! Passei alguns meses aqui, mas lembrei-me do meu pai que foi me visitar e no outro dia estava morto. Essas dificuldades pessoais todas, de sofrimento, foram muito grandes, mas continuamos contando essas histórias e gostaria de exaltar, de louvar o trabalho da Comissão da Verdade, o empenho de todos, do Egídio, do Paulo, do Marco Apolo, da Jureuda, da Angelina, porque temos que falar sobre tudo isso para que nunca mais venha a acontecer. Esse foi o sentido do Paulo quando fez a poesia: “Quando a Morte se Aproxima, Apenas o Suspiro”. Quando ele vai falar de todos esses episódios, nascia: “Alô, Alô Botafogo, a Mercadoria Chegou”. Também no momento em que nos avisaram: “Hecilda, Paulo, vocês vão voltar pra Belém!”, aí todo mundo, sob a liderança do Genoíno, ninguém podia cantar, estavam todos proibidos; o pessoal assoviando: “Peguei o Ita no Norte”, assim que saímos do PIC, a Casa do Medo, onde aguardávamos a noite de São Bartolomeu, porque a violência era tamanha que imaginávamos que um dia eles sairiam matando a todos e vivíamos muito temerosos, sobressaltados, mas

continuávamos naquela luta de resistência, do respeito a nossa condição de prisioneiros políticos e tal. Saímos do PIC com saudades ouvindo o pessoal, sob a liderança do Genoíno assoviar “Peguei o Ita no Norte”. Foi assim que saímos de lá, viemos pra cá, uma outra experiência, não tem nem termo de comparação, quando chegamos e lembramos da época da campanha da Anistia, pois conseguimos sobreviver, porque aí nessa época da campanha da Anistia, tomamos conhecimento de todos os casos de violação dos direitos humanos, das mortes. Foi aí que começou a vir a público a experiência do Araguaia que tínhamos tido, o empenho do Paulo, como deputado, de ir com a primeira caravana. E aí fomos nos dar conta, sobretudo depois que a Comissão Nacional da Verdade, a 10 de dezembro passado, apresentou seu relatório sobre o que de fato se deu no Brasil, uma experiência terrível que nós todos desejamos que jamais venha a ocorrer no País novamente.

Era o que tinha assim de melhor, porque já fiz tantos depoimentos, fiz depoimento no Resistência; tem o programa, lá da Universidade, que ainda não pude assistir. Do pessoal todo envolvido, a pessoa que até hoje deu mais depoimentos relatando as coisas fui eu. E ultimamente tenho enfatizado mais essas coisas pessoais, a situação de dois filhos nessas circunstâncias, todos esses problemas enfrentados por nós mulheres, que é sempre mais difícil a nossa experiência.

O SR. PRESIDENTE:

– Normalmente, ao final dos depoimentos, tenho pedido que cada um dos membros da Comissão formule suas perguntas. Eu mesmo não tenho feito perguntas, mas pelo fato de ter convivido com a Hecilda e o Paulo, depois que eles voltaram pra cá...

O SENHOR PRESIDENTE SE EMOCIONA.

...mas gostaria de perguntar a Hecilda, quando foi que ela se filiou à APML? Qual era o contexto histórico? Qual a proposta política que vocês tinham àquela altura?

A SRA. HECILDA VEIGA:

– Bom, diria assim, quando entrei na universidade, aliás, havia uma expectativa que eu fizesse a minha inscrição para o vestibular para fazer Direito; meu pai achava que... tem até uma canção do Paulinho da Viola, não sei se vocês conhecem, Quatorze Anos: ‘tinha eu 14 anos de idade quando o meu pai me falou, perguntou se eu não queria estudar Filosofia, Medicina ou Engenharia, tinha eu que ser doutor’, só que trocaria a Filosofia e optaria pela advocacia. Pois bem, mas aí na fila já tinha aquela coisa do clima de 1968, foi quando troquei Direito por Ciências Sociais, o papai ficou dois meses sem falar comigo, ficou muito zangado e me disse: “Tu vais morrer de fome como socióloga”. Tinha razão o meu pai.

Pois bem, e o fato de entrar na universidade, o contato, as primeiras disciplinas, o movimento estudantil, já tinha uma geração, que era o Cortez, a Edna Castro, os dois irmãos, o Walcyr, que tem até obras dele sobre um pouco das histórias do Pará; então, já tinha todo o movimento estudantil, já vinha o movimento de lá, que acabou culminando logo no começo de 1968, em março; tem o episódio do Edson Souto, a ocupação da faculdade, e aí eu, entusiasta, queria descobrir o mundo, aliás, nós todos. Então, aquela coisa do movimento, a ocupação da reitoria, onde é hoje o Museu da UFPA, ali na Generalíssimo com a Governador José Malcher, o reitor José da Silveira Neto, a ocupação da reitora se movimenta, aquela coisa com a organização, digamos, clandestina do congresso da UNE, porque a UNE estava fora de lei, com o Decreto 5.540, para participar de debates e tal; e sempre muito entusiasta. E foi meio a isso que as pessoas que já tinham um pouco mais de experiência se aproximaram, fazendo convites, reuniões. Foi quando a Laíse, éramos colegas de curso, ela era presidente do Centro Acadêmico, então a proximidade com ela foi maior, permitiu o recrutamento, aliás, no mesmo dia, meu e do Paulo.

O SR. PRESIDENTE:

– Isso foi quando?

A SRA. HECILDA VEIGA:

– Foi em 1968.

O SR. PRESIDENTE:

– Em 1968.

E a orientação Marxista-Leninista, qual era a inspiração da organização? O que se vislumbrava com a ação política naquele momento?

A SRA. HECILDA VEIGA:

– Pois bem, aí que fui conhecer a história da AP, que houve uma AP Cristã chamada Ação Popular, que vinha da JUC, a experiência da inserção da Igreja entre os estudantes: a JEC, que era a Juventude Estudantil Católica, e a JUC a Juventude Universitária Católica. Aí que vim saber um pouco da história, a ruptura que houve, os documentos da época, a ideia através da luta de massas que faziam a mudança no Brasil, a revolução, a reforma agrária, reformas e mudanças que o Brasil precisava, mas em nenhum momento se cogitava, por exemplo, a participação na luta armada. Depois soubemos, já na prisão, que uma parte da AP tinha rompido por conta dessa política da linha de massas, de formar diretório estudantil, formar sindicato operário, fazer inserção dentro do movimento de massas e não ações que eram, que vinham sendo desenvolvidas pela ALN. Aí já tínhamos conhecimento desses eventos e até hoje me lembro o dia da notícia da morte de Marighella, 4 de novembro de 1969, foi uma coisa terrível, acho que todos nós sentimos muito isso; como até hoje me lembro o dia da morte de Martin Luther King, 4 de abril de 1968, estávamos na Faculdade de Filosofia quando veio a notícia, aliás, tem um filme, o qual recomendo a todos, “Selma”, contando essa luta. A luta pela conquista do direito civil foi uma luta extraordinária, foi um dos grandes eventos na década de 1960, que permitiu que o negro, nesses nossos últimos anos, pudesse ocupar a presidência da República e tal.

Pois bem, então foi nesse sentido, aquela coisa de convidar para reunião, seminário, “Le Leu Politzer”, essa coisa de saber, de se informar. Eram muito atentos e fomos até o fim acreditando que era a estratégia mais adequada, luta de massas, ganhando força. Isso causou um grande debate no meio da esquerda, essa questão da luta armada. Sei, tenho muito claro, chegou ao momento em que você não tinha opções, chegou ao momento de fechamento do tempo tão grande que você não podia ter

atuação estudantil, sindical, você era completamente cerceado; chegou a um momento em que lideranças mais experientes como Marighella, Lamarca, que acabou deixando o Exército e que só viu como último recurso que não tinha condições de atuar na vida civil, na vida política do País por conta da perseguição política, que alguns setores da esquerda viram a luta armada como a única alternativa. Nós mesmos, na prisão, tivemos oportunidade, já na volta para Brasília, quando vieram notícias do Araguaia, de ter esse debate, ter essa discussão. Chegou a uma situação inviável que não havia outra alternativa de luta.

Antes da prisão acompanhamos a ida do Marighella ao encontro da organização Solidariedade, quando ele resolve romper com o PDB, as divergências do outro lado, essa coisa toda e depois da nossa prisão as divergências sobre o resultado da Guerrilha do Araguaia, que também foi uma coisa que nos separou muito dos que sobreviveram àqueles acontecimentos, porque não fomos só eu e o Paulo, tivemos a experiência também do Humberto e da Isa, que estiveram no Carandiru, eles foram presos e eram do mesmo grupo político que o nosso. Todo mundo: “Ah, a Hecilda e o Paulo estão resistindo à tortura”. E todo mundo se descuidou. Um belo dia eles foram de porta em porta... a prisão do Humberto e da Isa, em Contagem, interior de Minas Gerais, foi uma coisa incrível como chegaram até os dois.

Essas divergências entre nós foram grandes, mas a todo tempo acreditávamos na ação popular, que o melhor caminho, a estratégia adequada para superarmos, vencermos a ditadura militar era essa estratégia da linha de massas: retomar diretório acadêmico, retomar sindicato, criar sindicatos livres, de modo que pudéssemos... Como acabou ocorrendo depois, minha geração pôde acompanhar, acho que o Egídio era bastante jovem na época, a luta pelas “Diretas Já”, o que significou os comícios em todo o Brasil, aqui em Belém foi uma coisa extraordinária, o povo na rua.

Hoje você vê imagens daquela época.

Tenho acompanhado o Observatório da Imprensa com Alberto Dines, ele está revendo tudo isso, os comícios, aquela participação toda.

Foi um momento muito importante, muito extraordinário e me parecendo dar razão àquilo que nós adotamos, nós da AP, que era essa coisa da linha de massa.

Depois teve essa a experiência da Guerrilha do Araguaia, mas não era uma experiência que envolvesse toda a militância do Partido Comunista do Brasil e depois, na prisão, ou saindo dela, que fomos saber, falávamos em casamento, da junção, do ajuntamento ou da aliança da Ação Popular, essa linha de massa com o PCdoB, quer dizer, fomos saber disso na prisão que estavam havendo negociações nesse sentido.

Já tinha havido a ruptura do pessoal que foi para a AP socialista, alguns trabalhos que falam, parece-me que o Ubaldo Arantes que conta um pouco essa história do que houve com o nosso agrupamento político e depois outras situações de fusão, de saída, assassinatos de muitos brasileiros. Situação muito difícil, muito complicada.

A nossa estratégia acho que era correta.

O SR. PRESIDENTE:

– Ok.

Vamos fazer o contrário da última vez, vamos começar por aqui e depois vem por essa fileira.

O SR. MARCO APOLO:

– Hecilda, sei que deve ser muito difícil falar sobre tudo. Sou Marco Apolo, da Sociedade de Direitos Humanos. Queria agradecer pelo seu depoimento, porque seria incompleto qualquer relatório que pudéssemos fazer aqui sem essa história que você viveu, que o Paulo viveu. Ver a história da Iza e do próprio Humberto aproveitar uma das vindas dele aqui.

Queria perguntar pra você um pouco sobre a SDDH, me interessa um pouco por fazer parte, mas não é uma discussão meio barrista, é porque o fruto dessa luta de vocês tiveram várias iniciativas, por exemplo, da Iza, Movimento de Mulheres do Campo da Cidade, do Paulo. Então, gostaria que você falasse um pouco como foi a ideia de idealizar? Como foi criado, que você sabe dessa história. E também queria que você falasse, se acompanhou um pouco, a situação no campo, os impactos da ditadura. Depois que vocês voltaram para cá, o Paulo começou a advogar muito nesse campo. Se pudesse falar um pouco dessa situação no campo, inclusive, a tua opinião sobre como é que... Estamos vivendo na época de ditadura, influenciou

nessa situação de concentração de terra, morte. E por fim, eram muitas perguntas, mas vou deixar para fazer depois. Eu queria saber se você tem algum trabalho, se conhece alguém que tem algum trabalho sobre: Como foi o impacto da ditadura sobre a vida dos indígenas aqui no Pará?

A SRA. HECILDA VEIGA:

– Sobre esse ponto, acho que o Paulo fez aquele trabalho junto, acho que teve a assessoria da Jane Beltrão, que esteve lá com o Suruí, ele esteve por lá, eu vi mais ou menos o que ele junto com o Ismael Machado, conseguiram publicar nos jornais a respeito, não tive oportunidade de acompanhar.

No caso da Sociedade de Direitos Humanos, nós saímos da prisão. A Iza, o Humberto voltaram. E sentíamos que precisava fazer algo, começou com a questão da anistia, foi o Movimento da Anistia que acabou trazendo, inclusive, o ex-governador Miguel Arraes a Belém, chamou todo mundo, foi aí também que nos demos conta da situação de trabalhadores antes da nossa participação em 64, o pessoal do petróleo, o pessoal do SINAP que hoje é a ENASA, o pessoal da estiva, aí que fomos conhecer os companheiros da geração de 64, a campanha da anistia, tivemos até um colega nosso da universidade o professor Manoel Alexandre, que é da antropologia que acabou coordenando a participação do pessoal da OAB, do Paulo Klautau, e todo o pessoal que começou a participar, foi aí que nós tomamos conhecimento, por conta de um contato que a Iza fez com o Rui, que estava assistindo um grupo de trabalhadores rurais, de posseiros, que chamávamos na época, ali na PA-150, aquele conflito que culminou com a morte do americano, de um deles, e dos filhos deles, aquela coisa toda. E aí o Rui falou para a Iza, e nós estávamos nos encontrando sempre, foi quando saímos de porta em porta para procurar todo mundo para poder fazer... Foi aí que surgiu a ideia de entidade com essa característica da proteção dos direitos humanos. E essa coisa foi amadurecendo, foi trazendo todo mundo, muitas pessoas participaram, jornalistas, pessoas da universidade, pessoas que começaram a trazer uma contribuição decisiva até a fundação da sociedade de direitos humanos. Temos até uma edição especial do Jornal Resistência trazendo isso, como é que foi? Como nós conseguimos trazer o pessoal do BASA? O pessoal da universidade?

O pessoal que estava tentando participar do movimento sindical? E assim constituir a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos, cujo o primeiro presidente foi o Paulo, se não me falha a memória foi em agosto de 1977, e coincidiu nesse momento, quando a Iza tem as informações do Rui Barata sobre a situação dos trabalhadores rurais, posseiros ou sem-terra dessa região, da PA-150, coincidiu com o movimento muito importante que foi a Guerra da Poeira, que foi de repente essa situação que é hoje a Pedro Álvares Cabral passando carro aí o pessoal resolveu fazer barricadas, poeira entrando nas casas foi quando veio uma repressão policial muito grande e todo mundo teve que se mobilizar para tirar as pessoas da prisão, e também outro movimento que foi o movimento dos professores que criaram uma instituição que estava a frente a professora Ermelinda era a APEPA, tinha o Jaime Teixeira, aí a retomada da construção civil e aí isso tudo coincidiu com essa preocupação do Rui Barata em apoiar esses trabalhadores rurais, surgiu a questão da guerra da poeira nessa região que é hoje a Pedro Álvares Cabral, a retomada da luta do sindicalismo, dos bancários, construção civil, os gráficos na época era o Paulo Rocha, o Zé Carlos, me lembro do Sindicato dos Gráficos pequenino ali em frente a Praça da Bandeira. Aí houve uma greve de motoristas onde todo mundo foi para a rua, o pessoal que era advogado soltando preso inclusive contamos uma ajuda inestimável nesse período que foi de João Marques que era vereador, jornalista, advogado do Sindicato dos Jornalistas, então foi um momento de ascenso dos movimentos sociais que permitiram criação de entidades como SDDH; entidades não só aqui em Belém do Pará, mas em outros lugares do Brasil, a retomada das entidades estudantis, já houve aquela iniciativa que foi possível aquele Congresso da UNE, porque o último congresso em 68 tinha sido interrompido com a ação repressiva, congresso da UNE as prisões que ocorreram inclusive tínhamos duas pessoas aqui que foram presas à época que foi o Evanilson que era estudante de Direito e tinha também o Arnaldo Barreto da Engenharia que foram presos, custaram a voltar a Belém, essa coisa toda.

Então esse outro momento em meados da época de 77/78 foi o momento que começou a haver esse ascenso dos movimentos sociais que permitiram não só, digamos, a união das pessoas que permitiam a criação do SDDH, mas também a retomada do movimento. Gente, ia esquecendo a

Comissão dos Bairros de Belém, que o nome original Comissão dos Bairros Pobres de Belém, que foi criada num domingo no dia 26/01/1977, salvo engano, com o pessoal que já vinha tendo problemas no Guamá, Terra Firme e nós acompanhávamos, eu e a Isa. Tudo que era reunião nós íamos, tinha apoio da SDDH e aí se pode fazer essa grande assembleia com moradores de quase todos os bairros periféricos de Belém no salão paroquial da Igreja de Aparecida. Foi um momento muito importante dessa luta dos bairros, o povo do Pará se manifesta, fiquei sem nenhum exemplar dela inclusive, outro dia encontrei com o Paulo Roberto Ferreira e ele me disse que tem muito dessas coisas guardadas que foi uma coisa importante inclusive o manifesto que o Paulo escreveu lembrando-se da situação de dificuldade, saúde, segurança, educação enfrentada pelos bairros periféricos de Belém e tal, algumas lideranças importantes surgiram e depois nós nos perdemos de vista porque muito desses movimentos acabaram fluindo para as atividades da Sociedade de Direitos Humanos que no começo era Sociedade Paraense, hoje é SDDH.

Então essas coisas assim que foram importantes, uma conjuntura que permitiu pouco depois nós acompanharmos de perto a campanha pelas “Diretas Já”, as mudanças. Claro que nós queríamos outra mudança, lembro que no dia da votação que nós perdemos que seriam as “Diretas Já” e aí me lembro que nós queríamos a derrubada da ditadura, punição de responsáveis que é uma página em aberto que precisamos resolver dos torturados, tantos casos celebres conhecidos que até hoje não podemos resolver isso como a Argentina resolveu, como o Chile resolveu, como o Uruguai resolveu e o Brasil não. Acho que o papel da Comissão da Verdade é isso, a punição. Sei que alguns já estão bastante idosos, no caso o que me apontou o 45 em direção a minha cabeça e eu tomei um susto, foi uma das coisas que mais me assustou nessa coisa toda, li que ele já está morto, era o senhor Raimundo Demiurgo dos Santos Cardoso. Depois li um material sobre ele na coluna do Hélio Gaspari sobre esse major.

O SR. PRESIDENTE:

– A igreja teve um papel muito importante. Dava apoio, cedia os espaços para as reuniões.

A SRA. HECILDA VEIGA:

– Era. Nos abrigavam. O padre Bruno por exemplo.

O SR. PRESIDENTE:

– o Bruno do EMAUS, a Igreja de Santa Terezinha tinha muita reunião na Aparecida. Lá que foi fundada a SDDH.

A SRA. HECILDA VEIGA:

– Sim, foi na Igreja Aparecida. Houve uma relação muito...a Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, na época a articulação do Paulo Klautau, do Manoel Alexandre, fomos buscar todos os setores e foi uma coisa muito importante.

Foi esse momento que permitiu essa retomada do movimento sindical, petróleo, construção civil, dos motoristas, dos professores, a nossa criação da ADUFPA que foi a entidade que teve como o primeiro presidente que foi o Romero, e teve também o Gabriel Guerreiro, todo o pessoal da universidade, a retomada da luta foi um marco decisivo.

O SR. PAULO FONTELES:

– Sou membro da Comissão da Verdade do Pará. Sou muito suspeito para falar e para fazer perguntas à professora Hecilda que também é minha mãe. Eu na verdade sei que para ela, como para nós todos, é muito difícil abordar essas questões, e quando convidamos a mamãe ela sempre tem, com as dificuldades, se colocado à disposição para fazer esse relato.

Uma perspectiva de que essa história toda possa ter força para que isso nunca mais volte a acontecer. Acho que esse é o sentido principal e esse tem sido a principal argumentação que temos para com ela. Porque lembrar desse processo todo é absolutamente doloroso. As condições da prisão, da tortura, a violência a qual fomos submetidos como também anos depois o assassinato do papai.

Queria saudá-la por sua coragem, pelo seu destemor de fazer este relato, para que as novas gerações e esse é o desafio da Comissão a Verdade, é procurar fazer com que essas novas gerações saibam o que aconteceu no Brasil e com o povo brasileiro e saber que muitos não sobreviveram. Uma geração inteira de brasileiros foi assassinada nos porões, ainda se encontram

desaparecidos. A fina flor da juventude brasileira no final dos anos 60, 70. Quer dizer, e a memória dos que tombaram e que foram presos e submetidos a essa situação. Precisamos fazer com que essa memória tenha valido a pena.

Mas queria três coisas basicamente: Primeiro, acho que o senhor Egídio fez a pergunta, foi quando da decisão da ida para Brasília em relação a questão do Manoel da Conceição. Porque a sua decisão de ir à Brasília foi uma decisão que passava também pela tentativa de fazer a preservação da vida do Manoel da Conceição, que é uma das maiores lideranças do Movimento Social Camponês da história brasileira.

Se pegarmos três maiores lideranças desse Movimento Social Camponês, Manoel da Conceição certamente estará lá, da mesma forma que Zé Porfírio.

Então, lembrar um pouco dessa discussão. Também do Zé Porfírio porque a senhora teve conhecimento com ele e talvez tenha sido uma das últimas pessoas a vê-lo. Zé Porfírio foi o primeiro deputado camponês do Brasil, eleito em 62 por conta da questão da luta de Trombas e Formoso.

Gostaria que a senhora pudesse aqui lembrar, para nós, daquelas canções que a senhora aprendeu na prisão, porque até hoje são canções inéditas, particularmente a Cabana do Pajé e aquela Boa Noite, e uma terceira questão que é desenvolver mais esse período da luta pela anistia, quer dizer, o papel da igreja, porque essa configuração para nós é importante.

Quer dizer, como é que se deu no Pará toda essa articulação e que permitiu a organização da SDDH, o papel da FASE, por exemplo, essas lutas urbanas, pois via de regra conhecemos muito o que houve no sul do Pará, o problema camponês, mas essa Guerra da Poeira, por exemplo, é um negócio interessante e que até então esse é o primeiro relato que eu escuto alguém fazer sobre isso, sobre essa movimentação toda nos bairros da periferia e que naturalmente isso foi desembocado em um grande movimento, entidades que ainda têm muita força na luta social do nosso povo.

Era isso.

A SRA. HECILDA VEIGA:

– Bom, do Manoel da Conceição teve um dia desses que ele me fez cantarolar, o pessoal lembrando e ele perguntou sobre a AP. A AP tinha

um movimento urbano, aliás, era a grande liderança, o grande nome no movimento estudantil tanto que fez até o Congresso em Ibiúna, que era o Jean Marc que era Presidente da UNE, tinha essa atividade urbana e tinha a atividade rural, e aqui a região do Pindaré no Maranhão.

Justamente essa coisa da ida, além do problema que já tínhamos informações, que eles já estavam nos seguindo, a mim, ao Humberto da Agronomia, e o Humberto ainda tinha o problema com o Sefer na Agronomia, com o diretor Elias Sefer, as quatro pessoas com o 477 aqui fomos eu, o Paulo, o Mauro Vasconcelos Brasil, estudante do CEPC - Colégio Estadual Paes de Carvalho, era o presidente da UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas, e também teve problemas, teve prisão. Outro dia o Élson estava me falando sobre a experiência do Mauro, foi muito difícil. E o Humberto, pela insistência do Elias Sefer, diretor de Agronomia, porque também ao lado da Filosofia tinha a Agronomia que dia de sábado, pois eles tinham um restaurante, esse RU que hoje em dia já se espalhou por todo canto, era o único lugar que tínhamos era na Agronomia, o bandeirão, e aí todo mundo do movimento ia para lá dia de sábado, era aquela folga, aquela coisa de se encontrar. E o Humberto ficou muito visado pelo Elias Sefer e acabou sendo enquadrado no 477, também teve dificuldades para retornar à universidade, como eu e o Paulo também tivemos.

Pois bem, e no caso, a decisão foi em uma reunião ocorrida no dia em que o Brasil venceu a Itália em 21 de junho de 70, e aí estava gente de toda a direção da AP, estávamos na expectativa, e quando o Brasil fez o quarto gol, foi 4x1 o jogo se não me falha a memória, aí que saiu todo mundo porque tínhamos companheiros que estavam já naqueles cartazes e tal, e aí o pessoal abandonou barreira, essa coisa toda.

Nessa reunião se discutiu isso, a situação do Pindaré, a repressão, o problema com o Manoel da Conceição que praticamente perdeu a perna, e aí a canção que os camponeses cantavam lá:

“Pensavam que a perna cortando a luta se acabasse, mas Manoel da Conceição tua perna é tua classe”.

Então, a peãozada lá, o pessoal da área rural cantava isso, tivemos a oportunidade, não cheguei a vê-lo, era um esquema de segurança para tirá-lo de lá do Maranhão e para tirá-lo daqui com segurança.

Uma parte desse esforço ocorreu no dia 21, tanto que tivemos que fazer tudo programado, nós casamos dia 19 de junho que era uma sexta-feira, 21 era final da Copa de 70, aí ficamos esperando, quando o Brasil começou a golear a Itália, e quando foi o terceiro gol saiu o pessoal, porque sabíamos que abandonaríamos tudo e foi assim, alguns companheiros foram..., acho que até um dos carros o Paulo que ia dirigindo para deixar gente no aeroporto, tinha que deixar gente em rodoviária, para sair todo mundo em segurança, a desativação dessa área do Maranhão por conta da repressão.

A reordenação das atividades culminando com essa ideia de saírem dois. Aí tinha que estar arrumadinho, casadinho para ir lá para a Universidade de Brasília por conta da repressão que tinha havido lá.

Então casamos dia 19, uma sexta-feira de junho, e já fomos para a área onde estava havendo a reunião para acompanhar meio de longe porque era uma reunião mais entre os dirigentes e a decisão para ir para Brasília.

O Paulo foi um pouco na frente, eu fui um pouco depois porque tinha que terminar de colocar em ordem o que precisava ser reorganizado e ir embora. Foi assim, foi tudo muito rápido. Sob os acordes de “Foi um Rio que passou em Minha Vida”, a música do Paulinho da Viola, que todos conhecem, azul e branco da Portela que me lembra o azul e branco do Paysandu.

Então foi assim, uma experiência, e teve aquela coisa.

Quando eu volto do hospital, o Paulo já tinha vindo para Belém. Aquela coisa toda, aquele zum zum, aquela barulheira. O que está acontecendo? Foi aí que tivemos notícia da Guerrilha do Araguaia. Foi aquele alvoroço, aquela coisa toda. Como eu estava na cela do lado da sala da permanência, eu escutava tudo.

Inclusive, um dos dias lá, acho que em abril de 1972, houve uma ordem de bombardeio a Xambioá, eu escutando tudo, lá do lado. Então alguns depoimentos eu tenho feito sobre isso que é a minha memória, como também o Paulo fez, daquele período, e algumas coisas eu consigo lembrar, inclusive da “Cabana do Pajé” que o Paulo um dia me levou para fazer uma gravação. Precisei acordar cedo - estava meio rouca, tive que fazer gargarejo de água e sal - para lembrar a “Cabana do Pajé.”

Depois, ficamos sabendo que quem fez essa canção foi o menino de Jequié, o Rosalino. E o Paulo me disse que a montanha é a Serra das Andorinhas. E aí eles cantavam.

Outro dia eu lembrei que eles também cantavam o Chico Mineiro. No quadro Bem Sertanejo, no Fantástico, com o Michel Teló ele levou o pessoal e cantavam o Chico Mineiro: “Acabou-se o som da viola, / Acabou-se o Chico Mineiro.” Também cantava a “Cabana do Pajé.”

Cantavam também uma que depois eu fui identificar, Propriá. Propriá é interior de Sergipe, a terra do Presidente do STF anterior ao Joaquim Barbosa, o Carlos Zaire Brito. Então eles cantavam:

Propriá
Tudo que tinha deixei lá não trouxe não
Deixei o meu roçado plantadinho de feijão
Deixei a minha mãe, o meu pai e os meus irmãos
E com a rosinha eu deixei meu coração.
Ai, ai ui, ui eu tenho de voltar.
Ai, ai ui, ui Rosinha ficou lá em Propriá

Essa eu gravei, Chico Mineiro eu só gravei um pedacinho e a Cabana do Pajé. Aí é que eu fui saber. Eu não tive contato com eles, mas essa coisa de um preso do outro lado passar para o outro – porque eu ficava do outro lado – me fez saber que essa canção era cantada pelo pessoal que veio do Araguaia, os camponeses.

“A Cabana do Pajé
Fui dormir, querendo acordei o mesmo sonho sonhei
Uma voz dizendo vai
Conhecer as verdes matas
Fazer uma serenata
Nas montanhas do Pará.
Peguei o meu instrumento e assim naquele momento afinei meu violão

Por cantar em terra estranha pedi licença à montanha cantei linda essa canção
 Quando estava ali cantando eu vi um índio chegando
 Começou a me falar
 Atenda o morubixaba me acompanhe até a taba que o pajé mandou chamar.
 Quando eu ia ali chegando o pajé foi me dizendo cante aí uma canção
 Eu cantei ele gostou uma índia apaixonou ofertou-me o coração.
 Pedi ela em casamento e o pajé não fez questão
 Casei-me dentro da mata, houve grande serenata de viola e de cação.
 Quando foi de madrugada os índios se arretiraram.
 Eu dali saí também, com a índia pela flora, quando foi na mesma hora, acordei não vi ninguém.”

Estou convalescendo de uma gripe, mas no dia em que gravei lá com o Luiz Arnaldo, foi numa área em que tinha uma árvore e ele fazia eu caminhar cantando e depois dar depoimento. Esta canção eu aprendi em 1972, quer dizer, há quarenta e três anos e ao longo do tempo eu vinha anotando para não esquecer, porque a memória da gente chega num determinado momento em que esquecemos A Cabana do Pajé. Depois do grupo de trabalho Araguaia-Tocantins, viemos a saber que esta canção do Rosalindo e tal, da guerrilha, ficou na memória e até hoje eu tenho anotado. Outro dia eu achei, porque comecei a abrir minhas caixas de livros, e estou precisando fazer isso, essa é a experiência do Araguaia.

Eu era canteira também lá, quando a coisa apertava lá no PIC (Risos).

O SR. PAULO FONTELES FILHO:

– E aquela “Boa sorte” que a senhora...

A SRA. HECILDA VEIGA:

– Ah! Sim! Tinha um menino que era companheiro do movimento com o Porfírio, o Geraldão, ele dizia: “Hecilda, canta aí A Procissão!” Foi

por isso que proibiram da gente cantar, quando saímos só podíamos asso-
biar. Aí A Procissão de Gilberto Gil, ele pedia: “Hecilda canta aí!”. Eu era
canteira. Essa outra eu aprendi com a Rioko, aí quando começou a chegar
gente, ficamos sabendo do pessoal da Guerrilha do Araguaia, lembro-me
da Rioko, lembro-me de uma moça, Luzia de Jequié. Era assim, Luzia de
tal lugar, assim que nos apresentávamos, como me apresentei para as duas
companheiras quando me tiraram daquela área e me jogaram no hall do
hospital central do Exército: Hecilda, Belém do Pará, estudante de Assis-
tente Social da UNB, era assim que nos apresentávamos. Pois bem, “Eu
sou a Rioko”, que depois veio a casar com o Genoíno, ela japonesinha, acho
que mignon como eu. Aí ela ensinou-me duas canções, algumas ficaram na
minha memória: Essa “Boa Noite”

“Boa noite, diga ao menos Boa noite, chegue ao menos a janela, que-
ro ver você cantar, lará, lará, lará, lará, lará, lará, lará...”

Boa noite, mais um dia que passamos, sustentando a nossa luta para
o povo libertar, lará, lará, lará, lará, lará, lará...

Companheiros, confiança no futuro, nós estamos construindo um
amanhã cheio de sol, lará, lará, lará, lará, lará, lará, lará, lará, lará, lará.

Bem unidos façamos, nesta luta final, Uma na terra, sem amos A
Internacional.

Aí era assim, todos cantavam para esquecer os momentos de maiores
dificuldades. E acabamos fazendo uma sessão litero-musical, eu já meio
desafinada, rouca, convalescendo-me de uma gripe violenta.

O SR. PAULO FONTELES FILHO:

– Essa gravação é de agora.

A SRA. HECILDA VEIGA:

– Com o Arnaldo, foi ano passado; um filme sobre a guerrilha...

O SR. PAULO FONTELES FILHO:

– É um filme sobre os índios Suruí. E essa música A Cabana do Pajé,
foi feita pelo Rosalindo, falando sobre os índios Suruí, é um filme que ainda
está por estrear.

A SRA. HECILDA VEIGA:

– É isso, aí eu estava com a voz melhor, foi de manhã cedo, andando num lugar com árvores grandes e tal, tive que fazer esse depoimento de muitos anos, de quarenta e três anos.

O SR. RENATO NAZARETH:

– Boa - tarde! Chamo-me Renato, sou membro da Comissão também.

Primeiramente, é um prazer conhecê-la professora, para mim está sendo grandioso. Segundo, parabenizá-la não só pelo Dia das Mulheres, mas pela coragem, pela garra que você teve e que tem até hoje. Isso pra mim é de fundamental importância.

Eu iria formular algumas perguntas, mas já foram respondidas. Eu iria perguntar sobre o papel da Igreja e sobre algumas companheiras, alguns nomes de pessoas que estiveram na prisão junto com você. Já que foi respondida, farei outra pergunta, uma curiosidade: você falou que foi presa no dia 6 de outubro de 1971, aí aconteceu de você ir a Brasília, Rio de Janeiro e voltar a Belém do Pará. Nessa duração toda, quanto tempo durou a sua prisão, de fato? E, no tempo que você estava presa, acredito que existiam companheiros, grupos que não estavam a favor da sua prisão. Quero saber de alguns nomes, de pessoas que, de repente lutavam pela sua prisão, no caso?

A SRA. HECILDA VEIGA:

– Bom, a nossa prisão ocorreu dia 6 de outubro de 71, aí teve aquela tortura, pau de arara, tortura com refletor, tapa, eles nunca bateram na minha barriga, era nas pernas, no rosto, essa coisa toda, choque e essa experiência não passei em Brasília, passou o Paulo. Quando não nos arrancavam depoimentos, nos levaram para esse centro de tortura científica montada pelo general Silvio Frota, no Rio; foi lá que tive a oportunidade de ir para o tal... Eram três seções, fui para essa, do laboratório que existia lá, o torturador ficava numa coisa como um púlpito bem alto, e nós lá embaixo, nessa cadeira cheia de fios que vinha até aqui na cintura, e quando ele mexia eram sensações estranhas, e depois vim identificar que o fulano, que estava comigo, o Capitão Guimarães, que ficou famoso por conta dessa história do carnaval. Fiquei lá no Rio, até próximo do Natal, foi quando recebi a visita do meu cunhado, Antônio Fon-

teles, já próximo do Natal, no Rio, para me dizer que já estariam me levando de volta para Brasília; cheguei acho que 22 ou 23 de dezembro em Brasília, foi quando cheguei que teve aquela história do fuzilamento simulado, que fiquei mal, aí me levaram para a cela cheia de baratas, depois me levantaram, foi quando me levaram de maca, depois conseguir ler o meu prontuário, estava quase sem... Me levaram para o hospital da guarnição de Brasília onde fiquei até o nascimento do Paulo, aí fiquei um mês para amamentá-lo por ordem judicial. Ele nasceu no dia 20 de fevereiro, fiquei até 20 de março, foi quando, foram, de novo os torturadores, inclusive, um deles Capitão Madruga, que dizia, até já fiz o depoimento, que se ele pegasse Honestino, assim, eles faziam ameaças assim; o Honestino era da AP também.

Fiquei lá em Brasília, foi quando houve a mediação da família para a nossa vinda para Belém. Passamos pela experiência do julgamento, a pena do Paulo foi um ano e seis meses, a minha foi um ano; e se contou, a minha pena, desde o dia 6 de outubro; aí viemos para Belém, foi próximo do início do ano, aí fomos para o Presídio São José, fui para a ala feminina, eu era a única presa política, e o Paulo foi para a ala masculina que fica embaixo no prédio, e lá tinham presos políticos, tinha Amado Tupiassú, Camorim, Pedro Alcântara; e fomos saber das histórias que tinham ocorridas lá, envolvendo, inclusive, o João Alberto Capiberibe, que tinha estado por lá, aquela coisa toda, as histórias que depois pudemos apurar. E aí quando chegou 6 de outubro, os advogados nossos da família, a Oneide, cunhada advogada, tratou de ver o alvará de soltura, 6 de outubro de 72. Sai, pouco tempo depois nasceu o Ronaldo, no dia 15 de maio de 73. Quando sai, o Paulo ainda estava preso, quando tive o Ronaldo, o Paulo ainda estava preso, só foi ver o Ronaldo já fora de casa, tive que levar o Ronaldo no Presídio São José, essa coisa toda.

Então, foi esse período, a pena do Paulo foi um pouco maior, um ano e oito meses, foi um pouco maior, a minha foi um ano.

Então, foi essa experiência.

Nesse momento em que ocorre o cumprimento da nossa pena, já estávamos sabendo de outras situações, outras ocorrências em outros lugares do Brasil, mas nada que envolvesse alguma atividade no sentido de tirar da prisão, alguma coisa assim.

E a minha experiência acabou sendo muito mais difícil porque das minhas companheiras do Presídio São José, nenhuma era presa política, já o Paulo tinha o pessoal que estava lá embaixo, o Camorim, o Pedro Alcântara que era da Medicina, o Camorim era da Marinha Mercante e tinha o Carlos Sampaio, era o pessoal da ALN. O Carlos Sampaio encontramos quando estivemos no Batalhão de Guarda da PM, na Campos Sales, o Carlos Sampaio, Advogado, tinha havido a queda ALN, acho que início de 1972, alguma coisa assim.

Estava lá o Carlos Sampaio, todo o pessoal era da ALN, que depois viemos saber que estavam fazendo uma experiência, uma tentativa de guerrilha aqui na região do Araguaia, sem saber que do outro lado estava o PCdoB, pelo menos foi isso que consegui entender. Isso aos poucos que ficamos sabendo por que também tinha aquela coisa, acho que bem depois da anistia que algumas coisas puderam ficar mais claras ou quando houve essa coisa da campanha da anistia ou quando houve, por exemplo, uma oportunidade que foi grande para nós da época foi quando se lembrou 1968 e 1988, não sei se o Egídio lembra, houve um evento grande na universidade lembrando os vinte anos, aí que fui saber, por exemplo, a história do João Moacir, não sabia que ele estava na área da guerrilha. Outras coisas que desconhecíamos.

Hoje que as coisas ficam... Ainda agora estamos apurando algumas coisas, checando uma informação ou outra porque foi um momento de muita necessidade de sigilo. Não sei se o Egídio participou, mas o Paulo estava naquela sessão que houve na universidade em que estavam apresentando os dados do projeto dirigido pela professora Edilza.

Muita gente falou e muitas coisas ali que fomos saber.

Não pude ir naquele dia assistir tudo porque tinha perdido uma semana de aula, por exemplo, quase não pude ouvir o depoimento do professor Orlando Silva, que era meu diretor, uma pessoa por quem tenho grande admiração e apreço.

O SR. PRESIDENTE:

– Nesse dia o Flávio veio de bico.

A SRA. HECILDA VEIGA:

– Pois é, depois eu soube, isso ouvi na parte que ele falou, mas, tinha aula 18 horas e tinham os alunos que também estavam lá me chamando, eu tinha que ir para a sala de aula.

Foi um evento importante, algumas coisas inclusive que começamos a saber, hoje, não é, depois.

Queria até sugerir e lembrar o nome da Professora Ana Tancredi, ela era da Faculdade de Filosofia, só que era mais adiantada do que eu.

A Faculdade de Filosofia abrigava os cursos de Ciências Sociais, que era o meu curso, História, Geografia, Pedagogia, Letras, Física e Matemática. Tudo isso era na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na Generalíssimo Deodoro.

Foi um lugar que jamais sairá da memória, não só da minha como a de todos da época da ocupação.

Fizemos teatros, houve até uma experiência de teatro para animar as atividades da ocupação, resolvemos lançar mão dos trabalhos do Centro Popular de Cultura da UNE, que tinha uma peça extraordinária chamada o Auto dos Noventa e Nove por Cento, uma peça que mostrava que 99% da população brasileira não tinha como ingressar na universidade, porque a minha geração era a geração dos excedentes. Você tinha determinada vaga, não se ampliava o número de vagas e você ficava como excedente esperando alguma coisa para entrar. Esse era um problema desse período de 1968.

Na época da ocupação tínhamos uma colega, Conceição Sarubby, que acabou nos levando para a escola de teatro, que era ali na Quintino Bocaiúva, onde é a FIEPA.

Acabei encenando na peça uma professora de Sociologia, tive que vestir uma roupa a caráter, mostrando uma reunião de congregação de uma faculdade e eu, professora de Sociologia, devidamente paramentada com aquela peruca, usando essas expressões curtas francesas ao final da fala e eu como professora de Sociologia dizendo que classe social era estado de espírito. Foi um sucesso.

Depois os problemas que vieram em 1968 com o AI-5 não se pôde mais fazer essa CPC da UNE, famoso que trouxe gente como o Rui Guerra,

o Vianinha. Eles não usam black-tie, o pessoal do teatro. Inclusive, se não me falha a memória, o Vianinha casou com a Bibi Ferreira.

Como eu estava falando, 60 foi uma década extraordinária. Foi a década da minissaia, Woodstock, que dizem: “Ah, o pessoal foi lá só para cantar!” Que nada, o pessoal estava protestando contra a guerra do Vietnã, foi um movimento extraordinário. E foi um movimento em 1968 na França, a Universidade da Califórnia, no México, o massacre da praça onde morreram centenas de estudantes massacrados, um ano depois a experiência da Tchecoslováquia, passando para a experiência da Primavera de Praga, essa coisa toda. E no momento da história parecia que os jovens, somente os jovens, seriam os grandes protagonistas da história, foi aquela coisa do momento do poder jovem, o que veio depois na França, o que veio depois nos Estados Unidos, o que veio depois no Brasil, foi terrível, no México, uma sensação de impotência muito grande, de derrota, foi uma coisa terrível.

Anos atrás ouvi um depoimento de um pessoal falando sobre a geração de 1968, uma geração generosa que queria mudar o mundo, todos os projetos, todos os ideais, todas as propostas. Por isso que o Zuenir Ventura teve oportunidade de me esclarecer que houve umas lembranças desses anos, ele esteve aqui, se não me falha a memória, em 2008, e estivemos juntos em uma programação aí no São José Liberto. Então, ele lembrou isso, o ano que não terminou. E por que ele disse isso? Porque todos os sonhos, todos os projetos, de gerações de jovens de vários países ficaram sem ser realizados. É uma frustração muito grande.

Mas, a luta continua, a vida segue e vocês estão dando continuidade a essa luta, a essa memória.

A SRA. JUREUDA GUERRA:

– Eu sou membro da Comissão da Verdade e represento o Conselho de Psicologia.

Hecilda, é uma honra, e assim como o Egídio, por várias vezes também fiquei muito emocionada em poder lhe ouvir, fazendo um filme na cabeça, montando peças.

Várias vezes você falou que a Comissão Nacional e a sociedade brasileira muito se referem a Guerrilha do Araguaia como aqueles jovens paulistas.

Por várias vezes você disse que os camponeses chegavam no PIC, e gostaria de saber se você teve oportunidade de reconhecer em alguns daqueles presos pessoas mais populares, ou eram todos estudantes que nós conhecemos como aqueles sessenta e três que foram oficialmente dados como guerrilheiros do Araguaia, ou se dentre esses poderia reconhecê-los como camponeses, ou vocês lá em Brasília chamavam esses de camponeses por eles terem vindo dessa região? Era uma nomenclatura que vocês deram, ou reconheceram nesses estudantes paulistanos, alguns presos em Ibiúna, alguns fugitivos? Vocês tinham essa compreensão que aquele pessoal era organizado em plena luta armada já pensando numa resistência ao Brasil? Vocês tinham compreensão que era uma das maiores resistências que se dava à Ditadura Militar naquele momento? E você falando assim agora, fiquei pensando da dificuldade para manter esse sigilo, então pouco se falava também e quando se saiu da prisão também pouco se falou nesse assunto por que era um assunto inominável assim como a Cabanagem por muito tempo também não se falava, por gerações não se falou, nossa geração praticamente cinquenta anos agora que se dá encaminhamento a essa questão da Guerrilha do Araguaia.

Então; como socióloga, quando você diz assim: essa geração, os planos de 68, as gerações seguintes, é possível enquanto professora que essa juventude tenha uma compreensão mais respeitosa? Essa geração que está se formando a partir do conhecimento dos horrores que se viveu na ditadura, do que essa geração de década anterior tipo 1990, final de 80 não vou dizer, mas a geração de 90 que hoje ocupa até lugares aqui no parlamento, o próprio deputado Bordalo na última sessão também citou que foi acusado, que membros recentemente tem se manifestado contrários a nossa própria Comissão Estadual, pessoas que eram jovens na década de 90, você acha que esse papel da Comissão Nacional da Verdade, o nosso papel da Comissão Estadual a partir dessa comemoração dos 50 anos da ditadura é possível se formar uma nova geração? Não para terminar o que 68 sonhou, mas para falar sobre isso para que isso nunca mais aconteça?

A SRA. HECILDA VEIGA:

– Acredito que sim, mas no caso da experiência do PIC veio um pessoal que o Paulo me falou, veio para uma área onde eu não estava; o

Paulo dizia que eles chegaram amarrados com cordas pelo pescoço, que eram camponeses do Araguaia. Não cheguei nunca a vê-los, não tinha como porque ficavam do outro lado; que se juntou com o pessoal que era o pessoal do Zé Porfírio, Geraldão que foi o pessoal que fez a Reforma Agrária na marra nessa região de Trombas Formoso, ficaram até 64 quando o Exército entrou e aí foi que teve problema com o movimento, por isso que eles cantavam Chico Mineiro e outras canções. Mas também a nossa prisão coincidiu; quando voltamos do Rio para Brasília coincidiu com a primeira operação que culminou com a prisão de José Genoíno, estavam chegando à área, e aí quem eu vi; Genoíno pessoalmente nunca pude vê-lo naquele período porque ele ficava do outro lado, vim vê-lo pessoalmente na campanha de anistia em frente ao Teatro da Paz, conheci a voz, mas nunca tínhamos nos encontrado. Quem pude ver? Só cheguei a ver quem estava nessa linha de estudantes os dois cearenses Dover e Dagoberto, Danilo que estava com malária e era de Minas e Luzia de Jequié Bahia, só os quatro, esses eram estudantes, foram para guerrilha.

Os camponeses, que falo foi o pessoal que chegou bem depois que a gente ouvia os barulhos e depois o pessoal comentava, esses não cheguei a ver, saber se eram camponeses mesmo, mas os estudantes eles separavam bem, o Genoíno estava do outro lado não sei por que razão, o Paulo dizia que ele estava todo quebrado e a Rioko não cheguei a vê-la pessoalmente por que ela ficava fora da minha área, ela ficava numa cela depois da minha. Até hoje, aliás, ela já veio uma vez a Belém em alguma atividade e procurou por mim, mas eu não estava em Belém, estava dando aula num programa de interiorização da UFPA e acabei não tendo a oportunidade de encontrá-la.

Mas acredito sim num trabalho como esse, e também tenho tido isso, não sei se é minha área Ciências Sociais que é uma área que você tem uma grande receptividade, essas ideias contra a desigualdade social pelos direitos humanos são ideias muito mais bem acolhidas. Mas acredito sim que é possível essas informações e também o nosso empenho da difusão, da divulgação desses informes, dessas coisas, do que aconteceu, pois acho que agora temos um relato bem completo dessas coisas. Mas acredito que novas gerações virão retomar as bandeiras de luta porque a luta continua. A luta contra a desigualdade social que se aprofundou no mundo quem teve a

oportunidade de ler alguma coisa sobre o livro do Thomas Piketty, um jovem economista francês que lançou o “O Capital no Século XXI”, ano passado, mostrando com dados em cima de resultados de pesquisa minuciosa nos bancos centrais, a desigualdade social no mundo se aprofundando e essa é uma situação muito difícil que vai exigir de nós e dos mais jovens uma luta muito grande.

A luta pela Reforma Agrária, vocês viram aquela situação que ocorreu em Redenção, eu disse que se o Paulo estivesse vivo ficaria muito chocado com uma notícia daquela, da família inteira, a moça, o marido, os três filhos e um sobrinho que estava com ela serem mortos daquela forma, aquela barbárie.

São essas coisas, se você pega o livro do Vitor Nunes Leal, que era jurista e recebeu uma obra que é um clássico da minha área na ciência política: “Coronelismo, enxada e um voto”; problema da terra, problema da reforma agrária, uma bandeira que continua de pé. O latifúndio embora haja quem diga que não tem latifúndio no Brasil, como alguém há poucos dias disse.

Então, são essas situações. Acredito e acho que temos que nos engajar nisso, o trabalho da Comissão é um trabalho fundamental e mais para que se vá adiante. Sei que aquela pressão para que aquela determinação da OEA seja cumprida pelo STF, tem que continuar nas denúncias, tem gente que está vivo, jovem e que cometeu tantas atrocidades, como é o caso do Curió, que esteve mais próximo de nós por conta da Guerrilha do Araguaia.

O SR. PRESIDENTE:

– Gostaria de facultar a palavra para quem quisesse fazer perguntas para a Hecilda. Só que estou com um problema, minha mãe não está muito bem e fiquei de vê-la agora as 18:00 horas ao médico. Como fiquei de sair e temos que cumprir certa formalidade, a senhora Lea pediu-me para entregar duas rosas às nossas convidadas de hoje. Como a Lu não veio uma vou entregar para a Hecilda e outra para a própria Lea que teve a ideia de trazer as rosas.

Agora passo a presidência dos trabalhos ao senhor Marco Apolo.

O SENHOR MARCO APOLO ASSUME A PRESIDÊNCIA DOS TRABALHOS.

O SR. PRESIDENTE:

– Boa-noite. Dando continuidade passo a palavra a senhora Angelina.

A SRA. ANGELINA:

– Sou Angelina e secretario os trabalhos da Comissão da Verdade. Queria fazer a minha pergunta me baseando num ensaio que o Steven Uhly fez, quando lançou o livro do Paulo Fontelles, pai, na Alemanha. Ele disse com base nas poesias que o Paulo fez ainda na prisão, que o Paulo, através dessas poesias, protegeu a consciência.

Queria fazer-lhe a pergunta de qual foi o mecanismo de resistência que a senhora elaborou por dentro da senhora para que resistisse a tudo que resistiu, lembrando que estava grávida, e sofreu todo esse processo grávida, e que trezentas mulheres que foram grávidas no Brasil apenas três conseguiram ter esses filhos.

Então gostaria de saber qual foi o processo que a senhora desenvolveu para conseguir fazer com que o filho dessa raça nascesse e proliferasse tantas flores maravilhosas?

É isso.

A SRA. HECILDA VEIGA:

– Foi uma experiência..., aliás, acho que nós não contávamos tão rapidamente, chegamos lá em junho de 70, logo depois da Copa de 70, e aí em outubro estava ocorrendo a nossa prisão, e foi para nós uma experiência dura, dolorosa e tal, e aí combinamos, fizemos um mantra: contra a força e a violência policial usar de inteligência, astúcia e combatividade.

Nós repetíamos isso o tempo todo porque foi brutal a forma como na parada de ônibus, vou passando e vem um pessoal da Polícia Federal que me prende e comecei a gritar: “-Eu sou estudante, Hecilda, estudante de Belém do Pará, da Universidade de Brasília”. Aí foram me levando, acho que foi nesse momento que eles devem ter ouvido, que foi aí que eu já tinha jogado tudo fora que eles conseguem o contato com a Universidade de Bra-

sília, e vão até lá quando ocorre a prisão do Paulo, lá no Centro Olímpico de Casais quando o Paulo chega, chega logo depois uma ambulância dizendo que eu estava no hospital e tal, acho que foi nesse momento que eu olhei e disse: “-Sou da Universidade de Brasília, Hecilda”, que aí comecei a gritar, me levaram e foi aquela coisa.

Então, usávamos muito isso de resistir, e não era só um mecanismo nosso, mas de todos, e não só isso, na nossa experiência do Rio não sentimos tanto porque não sabemos nem direito onde ficamos. No meu caso foi mais complicado, pois fiquei no Hospital Central do Exército, vim a saber no relatório da Comissão Nacional da Verdade que lá também foram assassinadas pessoas, quer dizer, fiquei lá acho que por duas semanas, depois me trazem de volta para a Barão de Mesquita e me recambiam de volta para Brasília.

Portanto, tínhamos que usar esse mecanismo contra a força e a violência, repetíamos o tempo todo: “-Usar de astúcia, inteligência e combatividade”. E era assim, mas chegava um momento também que era meio complicado porque nos tiravam tudo.

Anos depois, tive a oportunidade de ler um livro chamado “É isso um homem?” de um italiano chamado Primo Levi que era judeu e comunista, e foi levado para o campo de concentração, e ele vai contar como era todo o processo, aquilo que já sabemos com mais detalhes e com mais informações.

Tiravam-nos tudo, agora a minha situação no Rio, eu com a barriga grande, com aquele macacão, eu não podia nem usar roupa de baixo, nada, para evitar qualquer..., e mais, na cela no Rio de cinco em cinco minutos alguém estava abrindo a portinha, quer dizer, você não tinha privacidade nenhuma, e por outro lado, aquela coisa de no caso das mulheres, depois tive a experiência com as duas irmãs da Socorro Gomes na minha cela, isso já na volta para Brasília, foi a primeira vez, as duas irmãs dela que eram estudantes também da Ação Popular na Universidade de Goiânia.

Anos depois nos encontramos, uma delas que estava na prisão junto comigo, foi pouco tempo, pois tive que vir para cá, ela estava como presidente da Associação de Sociólogos lá de Brasília, e depois a Ana que também estava cuidando da vida, era uma família grande, família numerosa, a qual eu tive a oportunidade de conhecer nessa coisa de Goiás.

Então, era esse mesmo o mecanismo, e mais, a situação era tamanha que não podíamos nos acovardar, tinha que se encher de coragem e dessa coisa de ir em cima, como teve uma oportunidade, que aí nessa época eu estava sozinha, depois que chegaram as duas irmãs que eu fui ter companhia, e aí eles passavam com palavreado de baixo calão, tinha um sujeito lá que era chamado sargento Vasconcelos, um dos maiores torturadores, ele voltava da rua contando em detalhes o que ele fazia na rua, eu tinha um ódio desse homem, cheguei um dia a sonhar cortando a língua, as mãos e o sexo dele, pela boçalidade, pela brutalidade, como ele relatava, e como ouvíamos os gritos dele na hora da tortura, outros presos chegando, então era essa a situação, uma coisa brutal e nós tínhamos que nos defender.

Uma vez soubemos que o general Antônio Bandeira ia passar por lá. Tivemos a oportunidade de falar com ele e lembramos o desrespeito. Outra coisa, eles ficavam com o nosso absorvente íntimo, com o nosso modess, na época era assim que chamávamos. Quando precisávamos, tinha que pedir para ele. Era dessa forma.

Aproveitamos a oportunidade do Antônio Bandeira para lembrar que estávamos lá não por prostituição ou vadiagem, mas por acusação de subversão, de crime político e nós exigíamos um tratamento respeitoso. Tanto que ficávamos vestidas o tempo todo, tomávamos banho, inclusive, vestidas. Éramos apenas nós três com aquela macharada toda e a violência, a arbitrariedade de tal forma que não podíamos, em nenhum momento nos descuidar.

Então, até isso, tomávamos banho vestidas para não ficarmos nunca, em nenhum momento, à vontade e pudéssemos ser surpreendidas por aqueles sujeitos lá. Ainda tem esse aspecto contra nós, mulheres.

O SR. PRESIDENTE:

– Obrigado.

Amanda, Jaime.

O SR. JAIME CUELLAR:

– Tenho várias perguntas para fazer, mas eu prefiro que a senhora nos conceda outro momento.

A SRA. HECILDA VEIGA:

– Ah, você é o Jaime que o Paulo me falou. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE:

– Jaime, faz só uma das perguntas, só para termos o prazer de ouvir os comentários dela a respeito.

A SRA. HECILDA VEIGA:

– Isso. Já chegamos a agendar, mas acabou que eu tive que esperar porque peguei uma gripe extremamente forte, tomei azitromicina, resfenol, xarope Fluimucil, eu estava numa situação que, minha nossa, se tossisse em público iriam dizer que eu estava nas últimas. Ainda estou com certa dificuldade, mas combinamos que vamos agendar.

Segunda-feira voltarei à sala de aula, mas parece que eu tenho uns dois dias na semana. Até proponho que nos encontremos na universidade, para mim seria melhor, no laboratório de Política.

O SR. JAIME CUELLA:

– Foi muito comovente todo o seu depoimento, inclusive com o nascimento de dois filhos na prisão, o Paulo e o Ronaldo, e após 1972 a senhora está novamente em Belém.

Qual foi a sua postura em relação à sensação de medo ou de coragem para enfrentar novamente a ditadura já sabendo que havia a integridade de duas crianças em jogo?

Junto com essa questão, além da sua postura, como a senhora passa a se relacionar com a sociedade e com os amigos? Qual foi a postura dos amigos, dos colegas de infância ou dos próprios familiares ao longo da década de 1970 até concluirmos o processo provavelmente em 1985, se é que está concluído em 1985 o processo de democratização?

A SRA. HECILDA VEIGA:

– Dos amigos sempre foi a solidariedade. Muitos procuraram nos visitar, mas não era permitido. Depois essa permissão foi concedida. Foi essa de solidariedade.

Agora o problema que tivemos foi naquele movimento todo que culminou com a criação da SDDH, da retomada do movimento sindical, do movimento estudantil, campanha da Anistia. O problema é que quando publicamos a primeira edição do jornal Resistência, aliás, nem é a primeira edição é a nº5 que foi apreendida, contando o que tinha acontecido, aí a coisa complicou. De novo ameaças e aquela coisa toda. Inclusive, fomos enquadrados no nono Artigo da Lei de Segurança Nacional, fomos a julgamento e nessa altura, tenho a impressão de que interrompeu porque veio a Lei de Anistia em junho 1979, mas fomos prestar depoimento na Auditoria Militar, circunscrição da Auditoria Militar, ali na Avenida Governador José Malcher, depois fomos saber que aquele lugar onde se constituiu essa Auditoria era a antiga sede da UAP, União Acadêmica Paraense, que foi, digamos, empastelada, fechada pelo golpe de 64.

Então fomos a julgamento, tivemos que prestar depoimento, eu, o Paulo e o Luís Maklouf como editor do jornal Resistência. E aí fomos de novo enfrentar essa coisa toda, agora nem lembro mais o artigo de Segurança Nacional, mas como veio a Lei de Anistia, acabou não se concluindo esse procedimento.

Outro dia, até o Egídio ligou para saber alguma coisa daquele período, porque nós já contávamos com advogados que, naquele período iam aos tribunais denunciar tortura e o nosso advogado fez isso, até hoje lembro o nome dele, depois se elegeu a deputado federal pelo MDB, José Luiz Clerô Barbosa. Ele falou tudo que nós passamos. Parece que ele era paraibano, mas já estava vivendo em Brasília há algum tempo, aliás em Brasília tinha gente de todo Brasil, e era disso que o Egídio precisava para formalizar, então lembrei-me do nosso primeiro julgamento. A prova disso é que no Brasil Nunca Mais mostra o nosso depoimento, o jornalista que assiste, que coloca na coluna dele, que teve mais um rolo por conta disso, e fala do meu depoimento.

Mas no geral, Jaime, foi muita solidariedade, muita corrida da família, das pessoas. A família do Paulo foi muito acolhedora, ficou com o Paulinho quando chegamos aqui, o Paulo estava com quase um ano de idade, cuidaram dele, cuidaram bem, engordaram-no só um pouquinho. (risos) Também deram apoio à minha família, pois meu pai estava com problema

de saúde grave, tivemos apoio dos amigos, dos antigos colegas. Claro que nós tínhamos medo, porque ao final só pudemos dizer que estava no fim em 85, depois que se deu a vitória do Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, em 1º de janeiro de 1985, ou 30 de janeiro. E celebraram agora há pouco tempo. Mas muitas pessoas foram solidárias, recebi muito apoio de pessoas que nunca podíamos imaginar que fossem solidárias, preocupadas conosco, apelando à família, procurando a família porque a nossa vinda pra Belém envolveu um esforço muito grande por conta de que precisávamos de policiais militares daqui para nos buscar em Brasília. Então envolveu a necessidade de recursos da família para poder garantir a nossa vinda pra cá e não para o Carandiru, ou outro lugar. Então, contamos com apoio e solidariedade dos policiais que, inclusive, não nos algemaram na volta pra casa, inclusive eram colegas da Oneide, sua tia advogada. Foi muito importante.

A questão da saúde; a questão do nascimento do Ronaldo; dos cuidados com o Paulo; essas coisas todas foram de muita solidariedade das pessoas; o pediatra que cuidou de vocês dois o tempo todo, da nossa saúde, da saúde do Paulo.

Mas é isso. É disso que nós precisamos, precisamos dessa solidariedade, desse alerta sobre tudo que aconteceu para que não tenhamos isso de volta.

O SR. MARCO APOLO:

– Alguém deseja falar mais alguma coisa? Amanda? Jureuda? Já estamos finalizando.

A SRA. JUREUDA GUERRA:

– Sou Jureuda Guerra, e gostaria que você me falasse um pouco sobre a sua relação na luta pela anistia, que não foi a ideal porque o próprio movimento se organizava, havia um movimento organizado por intelectuais fora do Brasil, pessoas que estavam em condições de angariar fundos; houve encontro na Itália, em Milão, mas semana passada, a Dulce Roque esteve aqui conosco, pode dividir a sua contribuição em relação a organizar fundo e tudo mais, intelectuais da época, mas, aqui, como era, dentro do Brasil, as forças que possibilitavam e as contradições ao saber

que ela teria que ser aprovada no Congresso Eleitoral e que ela teria que ter essa complacência para ela poder ser aprovada e que foi uma votação apertada, naquele momento, para garantir a anistia, que num primeiro momento, ela não era ampla, o desejo era que ela não fosse ampla, que ela pudesse responsabilizar os torturadores e quando no final, tu estavas fazendo as tuas apresentações, as tuas memórias, estavas falando do caso do Chile, Argentina, Uruguai que puderam julgar os seus algozes, e ficamos presos a essa Lei de Anistia, que, fantasticamente, possibilitou que os torturadores, também, fossem, podemos chamar de anistiados, quando sabemos que o crime de tortura ele é imprescritível, e aí é uma briga em Cortes Interamericanas, e acho que o primeiro momento a Comissão Nacional da Verdade faz esse levantamento.

Tivemos a oportunidade de receber, que é psicóloga, a filha do Rubens Paiva, a Vera Paiva, ela nos contando na Sede da SDDH os bastidores do início da formação da Comissão Nacional da Verdade, que no primeiro documento do Plano Nacional de Direitos Humanos de 2003, ali vinha um trecho que chamava Formação da Comissão Nacional da Verdade por Memória Verdade e Justiça; num, segundo momento, a palavra Justiça foi retirada, para que pudesse o Plano ser apresentado e passasse, também, no Congresso Nacional; quer dizer: eles continuam impondo limites para o funcionamento; muitos a Comissão Nacional como o próprio Curio e outras pessoas estavam, fortemente, envolvidas, com sistema de tortura. Foram chamados para depor, se negaram a ir depor, e essas pessoas, ficamos... Por mais que se faça um trabalho importante que a Comissão Nacional fez; fez um trabalho importante. Acreditamos que nós, também, temos esse papel transformador e revolucionário de estar possibilitando essa leitura mais verdadeira para a Comissão Estadual, mas esbarramos tanto na Lei de Anistia, como esbarramos, também, nessa situação que ainda é delicada no Brasil. Em Belém, quando falamos e citamos o nome de algumas pessoas que transitam, que tem parentes no Parlamento, e que ficam muito incomodadas de terem seus familiares sendo citados que acreditamos que vai estar chamando, vai estar pedindo para fazer esses depoimentos, porque não é contraditório a verdade, a memória, mas para isso, precisa-se fazer justiça.

A SRA. HECILDA VEIGA:

– Porque era essa a ideia da punição dos torturadores, tanto que se fez um esforço grande no Brasil todo elaborar listas, os casos que vieram à tona todo mundo anotou, via, embora chegasse a um tempo eles tivessem o maior cuidado, não andavam mais com o nome assim.

É curioso isso, passei pela experiência lá em Brasília e no Rio, quer dizer, em nenhum lugar conseguir identificar ninguém, quer dizer, conseguir identificar no Rio por conta desse major Demiurgo, que era o nome que ele usava, tanto que no meu primeiro depoimento, fala em major Demiurgo, depois que vim a saber, não dava para ver tudo porque ele estava com a arma na mão direita, então, não deu para identificar todo o nome.

Foi a única pessoa no Rio que consegui identificar e depois por acaso no Carnaval, acho que em 1975 ou 1976, o tal do Capitão Guimarães. Que olhei, fiquei num desespero, digo: “Conheço, foi o homem que me interrogou”.

Procurei saber da Liga das Escolas de Samba do Rio de Janeiro, Capitão Guimarães, vi uma referência a ele numa entrevista sobre o Carnaval, aqueles diálogos do Mário Sergio Conte com o filho do Prestes que está fazendo economia de eventos, uma coisa assim.

Quando falou torturador, que virou bicheiro, que é carnavalesco e eu disse: é o Capitão Guimarães. Nessa entrevista logo depois do Carnaval eu confirmei.

Foi um desespero quando dei de... Mas, esse homem, fiquei enlouquecida quando olhei, depois que lembrei quem era a pessoa.

Depois vim a saber quando identifiquei nesse período que ele saiu do Exército, desertou levando armas, mantimentos. Ele foi excluído do Exército por conta dessas atitudes pouco recomendáveis e ele hoje é o patrono da Imperatriz Leopoldinense.

A ideia mesmo era fazer como na Argentina, lembro-me de um personagem na Argentina que era um tenente ou capitão que chamavam Anjo da Morte da Escola Mecânica da Armada que depois ele esteve no episódio da Guerra das Malvinas, o conflito entre a Argentina e a Inglaterra e ele teve uma postura extremamente covarde, abandonou tudo, largou todo mundo. Ele só era corajoso enfrentando pessoas sob tortura na Escola Mecânica da Armada, onde muitos foram assassinados, mortos ou desaparecidos.

Esqueci agora o nome dele, mas o chamavam Anjo da Morte.

Ele tem um nome meio estrangeirado parecendo nome peruano, acho que é Luis Ortis, ou próximo disso.

Talvez se deva a uma tradição muito grande na experiência política brasileira que é essa coisa da conciliação.

Essa coisa de resolver por cima.

O SR. PRESIDENTE:

– E a impunidade também que é uma marca, que gera tudo que estamos vivendo hoje. O estado da violência, herança, essa história de como se resolve anistia.

A SRA. HECILDA VEIGA:

– A experiência da independência brasileira comparada com a experiência da América Espanhola, sob a liderança do Simão Bolívar.

Aqui quem foi que proclamou nossa independência? Um português de nascimento, filho do rei de Portugal, quer dizer, essas coisas no Brasil que são muito complicadas que talvez encontremos resposta no pessoal que têm essa experiência com pensamento político-social brasileiro para entendermos, tudo se resolve lá pelo alto, como os autores da nossa área, a via prussiana, resolver lá por cima, a conciliação.

Aliás, tem um autor brasileiro que gosto muito chamado Paulo Mercadante, uma obra que é um clássico que nunca mais reeditaram “A Consciência conservadora no Brasil”.

Sempre se deu um jeito, você pega a experiência da Revolução de 1930, a independência brasileira.

Outro dia eu estava assistindo um programa e vendo como foi aquela articulação que culminou na eleição do Tancredo, a derrota do Maluf, como foi possível naquele momento ser alcançado.

É interessante como essas coisas no Brasil têm sido difíceis.

O SR. PRESIDENTE:

– Para encerrar queria fazer uma última pergunta que temos feito para várias pessoas que têm vindo prestar depoimento aqui e ficaram presas em locais aqui em Belém: Como é que você vê essa reforma de vários

locais em Belém onde houve prisões, perseguições políticas, descaracterizando, não marcando, não lembrando o fato de que ali houve violências políticas, prisões, eu cito como exemplo a Casa da Onze Janelas e do próprio Presídio São José, como é que você vê isso?

A SRA HECILDA VEIGA:

– Foi surpreendente para mim, porque a minha experiência foi muito curta, mas tive oportunidade no livro do Capiberibe, em que ele faz o relato completo de como era o dia a dia do São José, que talvez não tenhamos experimentado, porque nós viemos depois. Mas, ele faz um relato muito bom do que eles passaram.

Naquele dia da instalação da Comissão da Anistia, foi uma surpresa para mim ter encontrado o Presídio São José como eu encontrei. Tanto que os jornalistas perguntavam: “-Onde ficou?” Aí eu tive dificuldade de reconhecer aquela janela que era do lado da sala do diretor Anastácio das Neves. E também no caso da Casa da Onze Janelas. Outro dia estive lá com a professora Altair e nos lembramos o que funcionou ali, e realmente foi muito modificado, eu acho que até para poder apagar da memória ou evitar que se faça como se fez com o Carandiru, como se está fazendo com o Barão de Mesquita, que parece que vão mudar. Um dia vou ver se tenho coragem de ir ao Rio e passar por lá. O Paulo queria um dia me levar lá nos porões do Ministério do Exército, e eu disse: “- Não, Paulo, isso eu não tenho coragem de fazer, meu filho, lembrar-me daquela cena horrível”. Então, isso eu não faria. A Isa e o Humberto estiveram no Carandiru. São lembranças dolorosas que precisamos lembrar para não esquecer nunca, e que temos que usar como mantra para que não volte a acontecer esses fatos, de ver uma geração inteira com a juventude interrompida, quantos jovens foram mortos, pode-se enumerar muitas pessoas que se foram assim.

O SR. PRESIDENTE:

– Hecilda, muito obrigado pelo seu depoimento.

A SRA. HECILDA VEIGA:

– Eu que agradeço pela atenção e pela paciência.

O SR. PRESIDENTE:

– Na verdade foi uma lição de história para todos nós aqui.

Na terça-feira está confirmado para às 15 horas; quarta-feira às 15 horas na CNBB, com a Comissão Camponesa da Verdade, e quinta-feira existe a proposta de fazermos uma reunião administrativa para deliberar o funcionamento de outros passos.

Por último gostaria de agradecer aos funcionários da Assembleia Legislativa, a Seção de Taquigrafia que mais uma vez ajudaram nesse trabalho. Muito obrigado a todas e a todos funcionários da Assembleia Legislativa, e também a toda equipe de apoio e assessores da Comissão.

Está encerrada a presente reunião.

Encerramento: Às 18 horas e 09 minutos.

ANEXO 4

Comissão Estadual da Verdade – Pará
Grupo de Trabalho Memória e Ditadura
Linha Temática Ditadura e Gênero
Seminário “As mulheres e a resistência à ditadura no Pará”
Membro da CEV-PA: João Lúcio Mazzini
Pesquisador: Jaime Cuéllar Velarde
Belém – Pará
2015

• **NOTA BIOGRÁFICA DE AURILÉA GOMES ABELEM**

Filiação: Cecília Ramos Gomes e Pedro José de Mendonça Gomes

Data nascimento: 11/08/1944

Curso Superior: Licenciada em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belém/PA (1963-1966).

Trabalhou no IDESP de 1967 a 1974; e na UFPA de 1974 a 1996, quando se aposentou.

Mãe de dois homens: Antonio Jorge Gomes Abelém (1969) e Cassius Gomes Abelém (1972). Hoje, ambos são engenheiros elétricos.

Até sua entrada na UFPA, a família vivia em função do comércio. A família Ferreira Gomes (começando com o bisavô, avô e sócios) eram como os “reis” do [bairro] Reduto. Trabalhavam com produtos oriundos da Inglaterra. Havia coisas maravilhosas nas lojas.

O pai foi gerente de uma das lojas, na Rua João Alfredo. Anos depois, fez-se proprietário de um frigorífico chamado Frigopar, ainda no Reduto.

A rua era um espaço de recreação dos jovens, para namoro, inclusive. Riomar ou Rio Mar?!

Considera que foi criada numa redoma de vidro pelos pais. Havia um excesso de amor. Pertence a uma família de 07 filhos e é a 2ª de todos. Estudava em casa, com uma professora Zilda Garcia, de modo particular, até os 09 anos. Somente com a intervenção da professora Zilda Garcia, que convenceu o pai, começou a estudar fora de casa. Assim iniciou maior con-

tato com pessoas de fora do círculo familiar. Isso aos 09 anos de idade.

Assim, as ideias que circulavam em sua casa não tinham aproximação com questões sociais. Politicamente, os assuntos circulavam na família e havia algum contato. Até por que a família morava de esquina com a residência de Magalhães Barata, sendo vizinhos, e tais assuntos não lhe eram tão estranhos.

Licenciada em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFPA, 1963-1966. Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (1976-77), com defesa da dissertação sobre Planejamento Urbano em 1982. Dissertação publicada pela UFPA, sobre a Ideologia do Planejamento Urbano, intitulado: “Urbanização e Remoção: Por que e para quem?”. O trabalho até hoje é consultado por pesquisadores e alunos de área Social e Planejamento Urbano, dada a relevância sociológica.

No IDESP (Instituto do Desenvolvimento Econômico e Social do Pará), atuou entre 1967 a 1975. Exerceu as funções de assessora técnica da Chefia do Setor de Estudos Econômicos e Sociais; coordenadora do projeto de Elaboração de Relatórios de Desenvolvimento Local Integrado de sete municípios paraenses, em convênio IDESP/SUDAM e SUDAM/SERFHAU. (1970/71); coordenadora para assuntos sociais da Equipe de Programação a Curto e Médio Prazo, equipe responsável pela instalação de unidades de planejamento nas secretarias de estado que mais tarde dariam origem ao Sistema Estadual de Planejamento do Estado do Pará (1971/73); e, chefe da Divisão Econômico-Social do Departamento de Estudos e Pesquisa, responsável pela coordenação das equipes técnicas da área socioeconômica (1973/75).

Na UFPA – Universidade Federal do Pará, entre os anos de 1974 a 1996, atuou no CFCH, nas disciplinas Introdução à Metodologia e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais (1974/1983) no Departamento de Metodologia e de Planejamento e Política Social e Ciência Política (1992 a 1996); foi assessora do Setor de Pesquisa da Sub-Reitoria de Pesquisa e Planejamento – PROPLAN (1975 a 1977); vice-diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH em duas ocasiões, em 1981, quando diretora Terezinha Gueiros e de 1989 a 1993, sendo diretor, Raimundo Heraldo Maués. Atuou como docente/pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazôni-

cos – NAEA (de 1984 a 1992) e coordenadora do mestrado do PLADES 1986/1988, além do mestrado em Antropologia (1993 a 1996) e consultora do Programa de Avaliação Externa do PLANFOR/PA (1995 a 1996).

Sobre sua vida acadêmica, recorda que as disciplinas de História Econômica e Geografia Econômica eram cursadas em conjunto com os alunos da Faculdade de Economia e Ciências Contábeis e Atuariais (Parte da estatística que investiga problemas relacionados com a teoria e o cálculo de seguros numa coletividade), que funcionava no prédio situado na Avenida Nazaré, próximo à esquina da Dr. Moraes. Disciplinas como Didática, Psicologia da Educação, Administração Escolar e Orientação Educacional, oferecidas nos dois últimos anos, reuniam os alunos de todas as licenciaturas da Faculdade, inclusive os do curso de Pedagogia, o que era viável devido ao pequeno tamanho de turmas dos cursos. Na época, foi colega de turma de André Costa Nunes, um dos autores do livro “1964. Relatos subversivos: os estudantes e o Golpe no Pará”.

A turma de Ciências Sociais que colou grau em 1966 era composta de apenas 10 alunos. O conjunto das turmas da faculdade que se formou nesse ano foi de 48 estudantes, tendo os cursos de Matemática, Letras e Geografia apenas cinco alunos cada. O curso de História era o mais numeroso com 12 formandos e o de Pedagogia com 11. O pequeno número permitia também a colação conjunta no Teatro da Paz, com todos os colandos no palco, mais seus paraninfos e a mesa diretora.

A princípio, pensava-se que os alunos não passavam nas disciplinas que envolviam estatística. Na verdade, alguns foram presos e por isso se atrasavam na conclusão dos cursos.

ANTONIO JORGE ABELEM

Nasceu em Belém, em 23 de junho de 1935, filho de Jorge Abelem Aze e Emília Zalouth Abelem, ambos de origem libanesa. Estudou no Colégio São Geraldo Magela, Colégio Nazaré e na Escola Prática. Único homem dos cinco filhos nascidos ficou órfão de pai aos 19 anos, passando a dividir com a irmã Maria Léa, três anos mais velha, a direção e sustento da família. Para tanto largou a Faculdade de Direito onde cursava o primeiro

ano, retornando anos mais tarde com a ajuda e incentivo do amigo Roberto Simões. Neste espaço de tempo dedicou-se ao comércio, ampliando os negócios deixados pelo pai, uma loja de tecidos e armarinho na Rua 28 de setembro, passando a ter em 1964, quando nos conhecemos, mais três filiais, em Boulevard Castilho França, Canudos e Estrada Nova, além da matriz e de uma fabriqueta de guarda-chuva, com o slogan “Loja Jorbem, que cobre e veste bem os quatro cantos de Belém”.

Abelém retorna a Faculdade de Direito em 1961, no segundo ano, passando a manter estreita amizade com alguns de seus colegas de turma, como Leônildes Silva, João de Jesus Paes Loureiro, Ronaldo Barata, José Seráfico, Gabriel Leal e outros.

Conheci Antônio Jorge em 1964, meses antes dele se formar. O Frigopar, de meu pai e onde passei a trabalhar no escritório, quando no segundo ano da faculdade, ficava na outra esquina de sua loja na 28 de setembro e de lá ele me paquerava. Além disso, eu morava na São Jerônimo, quase vizinha da União Acadêmica Paraense, tendo presenciado da janela de minha casa o que ocorria na rua, quando da invasão da UAP e da vinda de dois senhores presos, de cueca pelo meio da rua. Da minha janela, sempre via os estudantes que mais frequentavam a UAP, inclusive o Antônio Jorge. Fui apresentada a ele, na banca de tacacá da Judite, A Jurídica, por minha colega de turma Heliana Lima, depois Jatene. Sendo colega e amiga de Isidoro Alves, através dele, Abelem começou a me telefonar e iniciamos um namoro interrompido por um ano, e reatado depois, nos casando em 1968.

O namoro teve início poucos meses, antes de sua formatura, primeiro dia em que frequentei sua casa, não tendo, pois, intimidade com a família e ficando com meus pais em uma área da festa, que não tinha acesso ao interior da casa, onde Paes Loureiro fez o discurso impedido na cerimônia. Soube depois, por ele, o que ocorrera nos salões internos. Era muita gente, muitas paqueras, não convinha pra ele que eu circulasse por ali. Entendi isto mais tarde. Após casarmos e enquanto Antônio Jorge gozou saúde, a maioria das festas comemorando a data da colação de grau em Direito da turma de 1964, festejada todo ano, foi realizada em nossa casa, na 28 de setembro, onde passei a morar, dez meses depois de casada, em virtude de doença grave de sua mãe, minha sogra.

Bem sucedido no comércio, Antônio não pensou de início se dedicar à advocacia. Mas a dificuldade encontrada pelos colegas que haviam sido presos ou perseguidos o fez montar um escritório com Ronaldo Barata, Leônildes Silva, José Seráfico, João de Jesus Paes Loureiro e Gabriel Leal. A primeira causa defendida pelo escritório foi uma questão do Frigopar, frigorífico do meu pai, que os fez viajar para Goiás (Cristalândia) a fim de participar de uma audiência. Desses colegas quem ainda trabalhou um bom tempo com o Abelem, já no escritório do Ferro Costa, que ele dividia com Wilson Souza, também de esquerda e aprovado em primeiro lugar em concurso pra juiz e não chamado, foi Ronaldo Barata e, principalmente Leônildes Silva, os demais foram logo saindo para outras áreas, conforme já revelaram em seus depoimentos.

Antônio era uma pessoa admirável, com ele aprendi o sentido da amizade plena, sincera, a solidariedade. Ajudou meu pai, quando foi à falência, um ano depois de casarmos, a montar uma lanchonete no jardim/garagem na São Jerônimo – Vindi-K. Anos depois nesse mesmo local surgia a Adega do Rei, em sociedade com Claudio Guimarães, seu amigo-irmão, arquiteto, que havia sido despedido como copiloto da Varig, por ter reclamado do extravio da mala do Abelem. Final da década de 70, primeiros anos da de 80, a Adega do Rei, principalmente em sua primeira etapa, reunia estudantes e profissionais de esquerda que curtiam uma boa música, boa bebida, um bom papo, capitaneado pelo poeta Ruy Barata, e que cantavam e torciam pela redemocratização do país. Com a necessidade da venda da casa de meus pais que estava hipotecada, a Adega do Rei passa a funcionar na União Espanhola e o Comandante Claudio sai da sociedade para ir voar no garimpo. Abelém fica sozinho, dividindo seus afazeres do escritório de advocacia, das lojas de comércio, da direção do Monte Líbano e do Paysandu.

Minha participação em relação a sua trajetória profissional, no meu olhar, se fez sentir principalmente quando por duas vezes o pressionei para mudar de foco. A primeira foi não mais tratar de recuperação de terrenos ocupados, reintegração de pose dos terrenos da Sacramenta, quando eu pesquisava e defendia a Luta pela Moradia Urbana, isto no início da década de 80. Na época desenvolvia a pesquisa para minha dissertação de

mestrado sobre o remanejamento da população do Igarapé São Joaquim para o Conjunto Providência e em um seminário conjunto sobre a questão de moradia popular, no NAEA, Januário Guedes apresentou um curta metragem sobre o problema na Sacramento, citando o escritório Abelem como responsável pelos processos de reintegração. Convenci Antônio Jorge a desistir de levar adiante os processos e na contradição destas ações com o meu trabalho e o meu posicionamento sobre a questão.

A segunda influência, em defesa de sua saúde, o fiz fechar a Adega do Rei, já na União Espanhola e com problemas de roubo e de ameaças de violência, com a chamada Turma da Bailique, jovens que frequentavam bares e criavam desordem. Por outro lado, os trabalhos de maior responsabilidade no escritório de advocacia era eu que digitava, e fazia a devida revisão. Assim, percebendo os meandros da advocacia e o vai e vem dos processos, em que para cada argumentação que você, leigo/leitor, considera vencida, vem outra e outra subsequente derrubando a anterior. Aprendi o que significa na advocacia a assertiva de “advogado do diabo”. Se você defende seu cliente, você busca argumentos que provem que ele está certo, que ele está com a razão, mesmo que não esteja. Abelem era bom nisso, era bom de briga! Funcionou como advogado do Grupo Líder/Nazaré, do grupo de Lojas Massoud e tantos outros, comerciantes. Mas também ajudou muita gente que não podia pagar e que atendia de graça. Transitando facilmente entre esquerda e direita, Abelem tinha valores e princípios que para mim o colocavam em uma dimensão social e humanitária em muitas de suas atitudes. No tempo em que se percebiam dicotomicamente as posições assumidas pelas pessoas, direita/esquerda, se você não está comigo está contra mim, Abelém era considerado de direita, por ser comerciante e ter um pequeno capital e depois ser advogado de muitos empresários, mas ele de coração, de atitudes, talvez fosse mais de esquerda, no sentido de mais humano, mais inclusivo, do que muitos que mantinham essa posição no discurso, mas não na prática. Exemplo emblemático é o da ajuda permanente que deu à filha de uma empregada de sua família, que foi criada por eles e que quando ele adoeceu deu entrada em um pedido de reconhecimento de paternidade, com a justificativa perante o juiz que só sendo seu pai para tê-la ajudado tanto, ser tão bom com ela. O exame de DNA negou tal possibilidade.

Mesmo para seus clientes em questões comerciais ou trabalhistas, eu comentava com ele que não sabia cobrar. Acostumado a labutar no comércio, a dar preço a mercadorias, calculando seus impostos e lucros, ele não sabia cobrar seu bom trabalho intelectual. Sem ser rico, mas sendo muito empreendedor, Abelem ajudava seus amigos como os colegas da universidade perseguidos, minha família que foi à falência e outros amigos e empregados. As fotos mostram sua loja de porte médio.

A partir de 1991, Abelém começa a apresentar problemas de saúde. Logo após a morte de meu pai, evidencia-se a necessidade de uma cirurgia cardíaca para colocação de uma válvula aórtica. Pressionada por este fato e mais as ameaças do governo Fernando Henrique sobre as conquistas trabalhistas nas IFES – Instituições Federais de Ensino Superior, em 1996 solicitei aposentadoria da UFPA, na mesma época em que ele fez a cirurgia de coração com pleno êxito.

Final de 2000 surge o terrível diagnóstico de um tumor benigno no cérebro, cuja cirurgia, em março de 2001 foi feita em São Paulo, no Hospital Albert Einstein, com intercorrência de infecção hospitalar e necessidade de uma correção no circuito elétrico cardíaco. Foram terríveis 30 dias entre o Einstein e o INCOR. Abelem nunca mais foi o mesmo.

Os amigos apareciam no início, mas aos poucos suas visitas foram rareando. Diziam ficar constrangidos de encará-lo em tal situação, desconhecendo o bem que uma visita amiga proporcionava. Não era o caso do compadre e amigo Dr. Failache sempre presente, nestes oito anos. Considerava-o meu porto seguro, orientando o que fazer nos momentos difíceis que atravessamos. Ainda assim, mensalmente, antes da piora final, eu organizava um café com amigos para reuni-los em nossa casa.

Supervisionei a loja da Boulevard por um ano tentando salvá-la das dívidas enormes que tinham se acumulado. Não conseguindo ela foi fechada e o ponto e seu saldo vendido. Indenizei todos os empregados, inclusive gerente com 20 anos de casa. Nenhum recorreu à Justiça. Consegui fazê-lo vendendo peças antigas da casa e as minhas joias mais valiosas, presentes de meu pai e de meu marido. Sem pena, agradecendo ter do que lançar mão para enfrentar os desafios dos impostos do comércio e de encarar os custos de sua doença.

Em 2005 organizei a festa de seus 70 anos, no sentido de louvar a vida e tê-lo ainda entre nós. Ele estava feliz, reunindo familiares, vizinhos e amigos. Da turma de 64 compareceram, Ronaldo Barata, Leonildes Silva e JJ Paes Loureiro, conforme se vê em foto.

Quando ele adoeceu me descobri uma mulher forte e capaz de dar a ele o apoio necessário emocional e financeiramente, como ele havia dado a tantos, inclusive a meu pai.

Abelém morreu em 2009, vítima de um infarto que veio em seu socorro para evitar maiores sofrimentos que as doenças degenerativas provocam. Era uma segunda-feira gorda. A cara dele, morrer no carnaval. Deixou-me muitas lembranças, muitos ensinamentos e a certeza de ter convivido com um parceiro que tinha um coração apaixonado, solidário e cristão. Isto é ser de direita?

* O texto sobre Jorge Abelém é da própria Auriléa Abelém. Ela preferiu escrever e não falar sobre o esposo uma vez que as emoções a invadem no momento da fala, dificultando a narrativa. Assim, o texto não sofreu intervenções de minha parte.

ANEXO 5

Comissão Estadual da Verdade – Pará
Grupo de Trabalho Memória e Ditadura
Linha Temática Ditadura e Gênero
Seminário “As mulheres e a resistência à ditadura no Pará”
Membro da CEV-PA: João Lúcio Mazzini
Pesquisador: Jaime Cuéllar Velarde
Belém – Pará
2015

- **NOTA BIOGRÁFICA DE DULCE ROSA DE BACELAR ROCQUE**

Filha de Félix Antônio e Marília Hauet de Bacelar.

Cursou o primário no Grupo Escolar Rui Barbosa. O ginásio e científico, no Colégio Paes de Carvalho.

Entrou na UFPA em março de 1964, na Faculdade de Economia. Concluiu em dezembro de 1967.

Com o diploma em mãos, estagiou junto aos economistas Wilton Brito e Henrique Ozaqui, realizando vários projetos estratégicos para a economia da região norte.

Não tinha participações políticas antes do golpe civil-militar, mas por ter facilidade para circular na cidade, acabou fazendo favores para colegas da UFPA que eram membros do PCB. Isso a qualificou para ser considerada um membro do partido com discretas atividades, porém com importâncias estratégicas, tais como ceder a casa de Ananindeua para reuniões, levar e receber recados entre a cúpula do partido na capital, identificar prisioneiros na Quinta Companhia de Guardas e prisão da Gaspar Viana, arrecadar finanças, etc.

Pelo conjunto de atividades políticas em Belém, em janeiro de 1969, foi convidada pelo “Chico” para continuar seus estudos na URSS, no Instituto de Ciências Sociais. Aceitou, com aquiescência da mãe. O destino da

viagem foi divulgado como se fosse a França, para não levantar suspeitas de sua participação junto à esquerda marginalizada no Brasil.

Quando enviava cartas de Moscou para o Brasil, as mesmas iam até a França. Lá, o envelope era trocado e enviado para a família no Brasil com selo francês. O mesmo ocorria com as correspondências do Brasil para Moscou.

Em 1971, concluiu os estudos na URSS, foi para a Itália. Lá casou com um membro do Partido Comunista Italiano e naquele país permaneceu por 34 anos. Ainda na Itália desenvolveu importantes atividades para arrecadar fundos para famílias brasileiras perseguidas pelo regime ditatorial. Também enviou cartas para jornais e embaixadas denunciando a situação de exceção do Brasil. Produziu coletânea de músicas de protesto da MPB para um LP a ser vendido e assim angariar fundos para as vítimas do regime no Brasil.

Em 1974, soube que seu nome era conhecido no Brasil e sua foto constava nos aeroportos brasileiros. Tomou conhecimento dos casos de torturas aos subversivos, inclusive com extensões para os filhos. Por temer pela integridade da filha, optou por não mais retornar ao Brasil.

Jamais perdeu contato com os líderes do PCB, chegando a hospedar importantes quadros no exílio, tais como Salomão Malina e Prestes. Tem manuscritos de ambos em seu acervo pessoal.

Em 1979, pela Lei da Anistia, veio ao Brasil. Sua volta definitiva, entretanto, só ocorreu em 2005.

Foi aclamada para integrar o Instituto Histórico e Geográfico. Sobre este fato, a jornalista Franssinete Florenzano divulgou, em seu blog, que no “dia 22 de março, de 2013, às 19h, na Cadeira nº 11, cujo patrono é Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (considerado o primeiro poeta do norte do Brasil, nascido no Pará, em uma região que hoje pertence ao Amazonas) e o último ocupante foi o escritor, jornalista, advogado e político alenquerense Benedicto Monteiro).”.

É moradora do bairro da Cidade Velha, onde preside uma associação de moradores – CIV VIVA. Suas atividades em defesa do patrimônio tombado são de grande repercussão na mídia local.

ANEXO 6

Comissão Estadual da Verdade – Pará
Grupo de Trabalho Memória e Ditadura
Linha Temática Ditadura e Gênero
Seminário “As mulheres e a resistência à ditadura no Pará”
Membro da CEV-PA: João Lúcio Mazzini
Pesquisador: Jaime Cuéllar Velarde
Belém – Pará
2015

- **NOTA BIOGRÁFICA DE LEILA MARIA TAVARES JINKINGS**

Nasceu em Belém (PA), em 04 de maio de 1955.

Filha de Raimundo Jinkings e Isa Tavares Jinkings.

Casada com José Alberto Melo Silva, entre 1974-78.

Casou novamente, em 1995, com Hércules Sidnei Pires Liberal, que conheceu no Comitê Central do PCB.

Estudou o curso primário na escola do BASA (Banco da Amazônia). O secundário, no colégio Santa Maria de Belém.

Fez Arquitetura na UNB e por lá ficou entre 1975-1981

Cursou a graduação de Jornalismo, em Brasília e Recife (2008-2012).

A partir daí se interessou em documentário/cinema. Atividade que exerce nos dias atuais.

Cresceu em ambiente familiar com valorização positiva nos ideais do Socialismo. Certa vez, conta, ao ser xingada de filha de comunista, perguntou aos pais do que se tratava. Quando foi informada do que se tratava, passou a ter orgulho e, em resposta a tais xingamentos, devolveu com filhos de fascistas.

Em Brasília, seguiu o mesmo ímpeto pela política no movimento estudantil. Mas não era vista com bons olhos por ser de grande atividade e isso causava ‘desconfiança’ entre os alunos mais velhos. Eram tempos de infiltrações entre os estudantes.

Teve duas filhas nesse período, o que atrasou o curso. Na faculdade, não tinha articulação com qualquer partido. Não confiava em ninguém.

O quadro mudou de figura em episódio de criação da Associação de Pais e Alunos da UnB. Na ocasião, ganhou destaque pela ação corajosa de entregar carta de exigências ao ministro da Educação Nei Braga. Hoje reconhece o cunho demasiadamente pesado daquela carta, mas naquele momento, com ajuda da mãe, chegou a entregar o documento. Após repressão, inclusive com ocupação do Exército, da universidade, saiu com imagem reconhecida. A partir de então, o movimento estudantil passou a reconhecê-la como importante quadro.

A partir de 1978-79 passou a interessar-se pela fotografia. Sua paixão por essa atividade recebeu apoio dos pais que lhe compraram bom equipamento. Pelo entusiasmo, ganhou bolsa de estudo para curso de fotografia e, ainda por cima, foi privilegiada com acesso livre ao laboratório de revelações de filmes. Era uma das prestigiadas alunas que ganhara confiança da “Ágil” – agência de foto jornalismo, como se fosse uma cooperativa.

A partir daí, dedicou-se à atividade de fotojornalismo.

Retornou a Belém, em dezembro de 1981. Estava sendo organizada a Frente Democrática de Oposição. Era um movimento pelas eleições de embate entre a situação (ditadura) e a oposição (MDB). A família Jinkings seguia no engajamento de sempre e por isso, ao chegar, dedicou-se ao máximo nessa empreitada. Eram os tempos de início da redemocratização.

Com a tarefa do fotojornalismo, cobriu a campanha do representante do MDB, Jáder Barbalho. Chegou a escrever um livro sobre o episódio intitulado “PMDB Eleições de 1982”. Grande parte das articulações daquela eleição se passou na Livraria Jinkings, o pai e Jáder Barbalho sempre trocavam ideias por lá. Isto a transformou em testemunha ocular dos fatos da redemocratização no Pará, com importantes registros imagéticos feitos sob sua lente. Sua importância aumenta mais ainda por ter sido ela uma das principais correspondentes das revistas IstoÉ e Veja.

A apuração das eleições também foi coberta pelo livro, com atuação em Marabá. Mandava notas para o JB, mas não assinava por que era comum não assinar. Jarbas Passarinho, na ocasião, ao chegar na cidade, foi informado sobre esse trabalho de jornalismo feito contra a ditadura. Tentou saber sobre

quem era o responsável por esta atividade chamada de subversiva pelo Coronel, mas não logrou êxito pelo anonimato garantido pela “Ágil”.

Outro episódio que denota sua importância foi a cobertura no julgamento do caso do assassinato de Gabriel Pimenta. Este era advogado, bem jovem, que trabalhava com posseiros na região de Marabá, apoiado pela Igreja Progressista. O mesmo foi assassinado e a cobertura foi bastante tensa pelo ambiente hostil, de pistolagem. Certa vez, houve tal perigo de morte, e foi preciso fugir às pressas, de noite. Constante medo de ameaças pelo trabalho de fotografia.

Em 1982, pelo julgamento dos padres franceses Aristides Camio e Francisco Goriou. Foi a 1ª pessoa a chegar no julgamento na Rua São Jerônimo, Tribunal da Auditoria Militar – esquina com Benjamim e Rui Barbosa. Não foi autorizada a entrar como jornalista mesmo tendo credencial. Acredita que a proibição foi pelo sobrenome. Se apresentou como fotojornalista pra revista IstoÉ, em mediação pela “Ágil”. Ficou tentando entrar a manhã inteira. Por intervenção de Jiran “de tal”, conseguiu entrar após o meio-dia, depois do almoço.

Em 1985, com a legalidade do PCB, foi eleita para o Comitê Estadual. A partir de 1991, engajou-se no embate aos propósitos de Roberto Freire, que anos depois, em 1992, formaria o PPS e contribuiria decisivamente para desarticular o PCB no Brasil e no Pará. Na luta de defesa do PCB, em janeiro de 1992, em São Paulo, no Teatro Zaccaro, tomou parte da criação do Movimento Nacional de Defesa do PCB. Visava a preservação da identidade marxista leninista.

Como dirigente do PCB, expulsou vários quadros do partido. Objetivava depurar os quadros para manter a essência daquilo que acreditava e viu a família sempre defendendo.

Razões para expulsão do PCB:

Entrismo – reuniões com trotskistas dentro do partido. Deveria ser uma determinação do partido e não decisão pessoal. Articular com outros partidos, sem somar.

Desonestidade – não prestar contas de determinadas ações com o dinheiro, patrimônio.

Falta de compromisso político – sem assumir os estatutos do partido. Quadros que renegaram o marxismo e leninismo.

“FOMOS, SOMOS E SEREMOS COMUNISTAS” era o lema comunista dos que permaneceram no partido e é assim que se define até a confecção deste documento.

ANEXO 7

Comissão Estadual da Verdade – Pará
Grupo de Trabalho Memória e Ditadura
Linha Temática Ditadura e Gênero
Seminário “As mulheres e a resistência à ditadura no Pará”
Membro da CEV-PA: João Lúcio Mazzini
Pesquisador: Jaime Cuéllar Velarde
Belém – Pará
2015

• NOTA BIOGRÁFICA DE MARIA ISA TAVARES JINKINGS

Nasceu em 08 de janeiro 1934, em Belém (PA).

Filiação:

Pai: Arthur Alfredo da Costa Tavares (português). O pai, veio aos 12 anos para o Brasil trazido por amigo dos pais: a família Simões da Costa. Conhecia literatura e chegava a citar autores clássicos. Não errava a gramática. Comprou uma mercearia e padaria e passou a ser proprietário. Muito jovem.

Mãe: Laura Rodrigues Valente Tavares. Filha de português e brasileira.

Perdeu a mãe com 13 anos. Ela, que teve 17 filhos. A mesma é admirada por ter tomado conta de todos sem nunca ir à escola. Talvez daí tenha vindo a força e garra que demonstrou ao longo de sua trajetória como mãe, esposa e militante pela democracia.

Isa Jinkings é mãe de Nise Maria Tavares Jinkings, Leila Maria Tavares Jinkings, Raimundo Antonio Filho Tavares Jinkings, Álvaro Lenin Tavares Jinkings, Ivana Maria Tavares

De formação familiar muito católica. Ia à missa todos os dias. Comungava. Usava véu. Adoração ao Santíssimo Sacramento. Não chegava a ser carola, diz, apesar de ser frequentadora assídua.

Nutre admiração pela professora de Religião, Josephine Conti. Esta educadora foi revolucionária em sua vida por ser bastante simpática e com abertura muito grande entre os alunos. Conquistou todos com sua postura.

A admiração rendeu um convite para que a professora fosse sua madrinha de crisma.

Estudou no Colégio Progresso Paraense e passou a ser Colégio Católico das Irmãs Dominicanas, Santa Maria de Belém. Localizado na Rua Mundurucus, entre Rua Padre Eutíquio e Rua Apinagés.

Começou a estudar numa escola particular na esquina da Arcipreste com São Pedro. Perto de sua casa.

No 3º ano passou para Santa Rosa, até a 5ª série. Aos 10 anos fez exame de admissão para o colégio Moderno até os 14 anos. Não fez o científico.

Prestou vestibular para o curso Pedagógico, na Escola IEP (Instituto Educacional do Pará). Concluiu aos 16 anos. Daí em diante, fez estágio em vários grupos escolares.

Aceitou a imposição da família para que fosse professora. E por essa razão nunca realizou o sonho de fazer Medicina.

Em 1970 concluiu o curso de Letras, na UFPA.

Soube ainda em 1968 de sua responsabilidade para com o partido, PCB, e com os rumos de sua família.

O marido se dizia ateu, mas ia às missas para acompanhá-la. Usava sempre paletó. Usava lenço sempre perfumado, com perfume Itamaraty. O véu sempre ficava perfumado. Depois do casamento deixou de ser assídua. Se respeitavam no ateísmo e no cristianismo.

Após a saída da prisão do marido, em 1964, começou a vender na feira livre no bairro de Batista Campos. Vendia tudo que pudesse ser vendido em uma feira. As vendas eram de gêneros necessários para uma família.

Os amigos que compravam no Vesúvio, esquina da Avenida Portugal. E no Vitória, próximo às Mercês. Passaram a comprar na feira, na barraca do casal. Era um gesto de solidariedade. Dormiam na barraca da feira, o marido Raimundo e o sócio, Sandoval Barbosa. Ambos foram muito perseguidos pelo Jarbas Passarinho e dormir na barraca era forma de cuidar do pouco que lhes restava para prover suas famílias.

Junto com o marido, foi campeã de assinaturas do jornal Voz da Unidade. Impresso de 12 páginas, aproximadamente. Jornal oficial do PCB. Foi, como prêmio pelo recorde de vendas, para URSS no ano de 1987. Também

visitou, em 1984, Cuba e Nicarágua. Sempre com o marido e na condição de convidada pela excelência na defesa dos ideais socialistas.

Recorda que em 1964 ainda era mocinha romântica. Começou a ler coisas sérias quando conheceu o marido. Quando era jovem adolescente, ouvia falar no Prestes, nas Comunas. Aquilo a seduzia, mas só sabia das coisas ruins do comunismo. Ela ouvia coisas sobre o comunismo. Tinha curiosidade em conhecer mais para saber se era tão ruim. Duvidava que fosse ruim. Talvez por que o pai tinha orientação salazarista.

Sobre a índole honesta, enfatiza que aprendeu esse valor com o pai. Lembra também que o pai tinha relação perfeita com a mãe, não lembra de discussões entre eles.

O marido dizia que as coisas se comprovam, que as coisas não são vagas como a religião. Se afirmava como materialista histórico, nos ditames marxistas que vigoravam naquela época. Assim dizia-se ateu.

Sobre o ateísmo de Raimundo Jinkings, lembra que o marido tinha curiosidades, ansiedades, sobre Deus. Mesmo afirmando-se ateu. Recorda que o mesmo tinha um caderno de poemas, sonetos. E num deles, o marido “via estender-se uma sombra, essa sombra será Deus?” Então, por esta passagem tinha dúvidas sobre a convicção do ateísmo do marido.

Ela adorava esses sonetos e chegou a escrever alguns. Gostava de rimas.

Sobre a repressão, define que virou leoa após a prisão do marido, mas não agiu sob emoção, raiva ou impulsos. Suas ações sempre eram planejadas e revestidas de candura. No dia seguinte à 1ª prisão do marido, por exemplo, foi ter diretamente com Alacid Nunes para saber notícias. Suas astúcias foram inúmeras para tratar com a repressão. Para romper a barreira de comunicação, inventou que o marido tinha problemas de intestino e precisava receber comida caseira. E assim o fez todos os dias com suco, leite, açaí, etc. mesmo com o marido incomunicável. Também mandava cartas elogiando o capitão Douglas. Sabia que seriam lidas em atos de invasão de privacidade. Com isso, burlava a possível intransigência do capitão. Também mandava bilhetes na tampa da garrafa do café. E para informar sobre o lugar na tampa da garrafa, um soldado chamado Luís avisava sobre tal astúcia. Assim o marido tinha notícias sobre o ambiente político da repressão.

Não recuou quando a casa e livraria sofriam ataques do CCC (Co-

mando de Caça aos Comunistas). Em 18.11.1979, por exemplo, a livraria sofreu ataque com grandes danos.

No final da década de 1970, colaborou com a formação da SPDDH e também chegou ao cargo de vice-presidente da Federação Paraense de Mulheres.

Em 1987, foi eleita para compor o Comitê Estadual e Secretária de Agitação e Propaganda do PCB. Nesse momento, representou o estado no VIII congresso do PCB, em Brasília.

Depois disso, assumiu a Secretaria de Finanças. Nesta atividade, conseguiu obter com recursos próprios a 1ª sede do partido. Foi a 1ª capital a obter tal êxito.

ANEXO 8

Comissão Estadual da Verdade – Pará
Grupo de Trabalho Memória e Ditadura
Linha Temática Ditadura e Gênero
Seminário “As mulheres e a resistência à ditadura no Pará”
Membro da CEV-PA: João Lúcio Mazzini
Pesquisador: Jaime Cuéllar Velarde
Belém – Pará
2015

- **NOTA BIOGRÁFICA DE VIOLETA REFKALEFSKY LOUREIRO**

Nascimento em 25 de setembro de 1944, na cidade de Boa Vista, capital de Roraima.

É filha de Carlos Habram Refkalefsky e Carmem Refkalefsky

Começou sua vida estudantil no Rio de Janeiro, hospedada na casa de um tio e depois em um pensionato até o ano de 1963. Veio para Belém no mesmo ano e concluiu o ensino médio no Colégio Paes de Carvalho.

Em 1965, entrou na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, graduando-se em Ciências Sociais.

Fez-se Mestra em Sociologia. Chegou a ganhar bolsa de estudos para Universidade Patrice Lumumba, na Rússia. Mas veio para Belém e optou não cursar.

Hoje é Doutora em Sociologia – título obtido na França, no Institut Des Hautes Etudes de Amérique Latine (1994). Professora associada da UFPA. Tem experiência na área de Sociologia do Desenvolvimento e Metodologia das Ciências Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: Amazônia, desenvolvimento e conflitos.

Portanto, quando aconteceu o golpe civil-militar que assolou o país estava ainda fora do circuito acadêmico. Isso não a impediu de estar a par dos acontecimentos repressivos, pois já tinha contato com seu atual marido, o

professor João de Jesus Paes Loureiro. Este havia tido sua primeira produção confiscada e destruída pela Marinha do Brasil, em 30 de março de 1964. E três dias depois, no dia 1º de abril, foi preso sob a alegação de ser perigosos subversivo. Assim, diferente de muitas mulheres de sua época, conhecia e tinha contato com o aparelho repressor antes de sua entrada no circuito acadêmico.

Casou em 1966 com Paes Loureiro, que havia sido solto de uma das prisões sofridas na véspera do casamento. Lembra do noivo bastante pálido, não pela emoção da situação da cerimônia do casamento, mas pela falta de sol no calabouço da Quinta Companhia de Guardas.

Soube do golpe em tempo hábil, ao contrário de muitos que estavam alijados por opção própria. Acompanhava os movimentos estudantis. Estava sempre a par dos acontecimentos. O choque foi no dia 31 quando ligou o rádio para ouvir o discurso de Mourão Filho, anunciando a queda de Jango e conclamando a população. Sentiu que o Brasil daria uma virada para pior. Não se pode dizer que estivesse perdida, mas estava atordoada pelo discurso inflamado de Mourão Filho.

Afirma que o início da ditadura de 1964-68 foi resultado da ação do nacionalistas que queriam o desenvolvimentismo, nos moldes do governo JK. Lembra que o golpe, em seu início, foi um momento que a população manifestava suas intenções políticas. Nos anos de 1970, foi a fase do crescimento do PIB. Parecia a concretização do Brasil grande e hegemônico na América latina.

Para ela, a ditadura viveu seu 2º momento desde a implantação do AI-5, em dezembro de 1968 até 1982, pois é neste ano que o projeto militar ruiu. As eleições ilustram tal fato. A dívida cresceu 13,5% baseado em endividamentos enormes. Analisa a crise do governo ditatorial com o fato de que em 1971 já houve a crise do petróleo, e o Brasil seguia pedindo empréstimos: o preço do barril de petróleo saiu de 3 pra 120 dólares. Depois caiu para 100. Ficou assim até 2013 em torno de 100 dólares. Em 1982 a dívida externa era idêntica ao PIB. Não dava mais para pagar. Nesse ano o Brasil declara a moratória. Faliu o modelo econômico. O que segurou a ditadura foi a ideia de crescimento econômico e o modelo faliu, mostrou sua cara. Junto a isso, o MDB ganhou em maior parte das capitais do país. Ruía econômica e politicamente todo o projeto da ditadura.

O domínio de dados estatísticos corrobora seu interesse pelo período; seja pela experiência da prisão do marido e companheiro, seja amalgamado pela força do ofício de professora universitária.

O 3º momento do período ditatorial é a transição de 1985. Neste momento, foi convidada, por Nelson Ribeiro, para trabalhar no Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento. Sobre esse fato, recorda que, com a pressão dos ruralistas, o Ministério foi recuando e não se podia fazer nada. Não se podia desapropriar nada. O cartaz dos 10 mandamentos da reforma agrária, onde não houver conflito, não há nada a temer. “só haverá desapropriação onde houver conflito”. Sobre este momento, demarca como se fosse ali o ponto fundador do MST. O Ministério e os ruralistas propiciaram a dialética.

Para a professora Violeta, a ditadura não acabou por que os grupos dissonantes defendiam os direitos humanos ou se pedia pela redemocratização. Diz que se o modelo econômico tivesse dado certo (milagre econômico), seguiríamos na ditadura. Ou seja, quem obteve o fim da ditadura foram os empresários, população e outros insatisfeitos com o modelo econômico. Os setores se uniram para derrotar o inimigo comum: os militares. Mas cada um dos setores descontentes voltaram aos seus interesses após 1985. Tanto que hoje o Brasil vive mais o individualismo.

Sobre sua militância, enfatiza que nunca teve ímpetos de prender cartaz em paredes, pois sempre teve pavor da política. Entretanto, procura o tempo todo conscientizar, fazer análise política e histórica nas salas de aula e livros (têm vários publicados) e artigos. Fazer sociologia crítica e militante.

ANEXO 9

Comissão Estadual da Verdade – Pará
Grupo de Trabalho Memória e Ditadura
Linha Temática Ditadura e Gênero
Seminário “As mulheres e a resistência à ditadura no Pará”
Membro da CEV-PA: João Lúcio Mazzini
Pesquisador: Jaime Cuéllar Velarde
Belém – Pará
2015

• NOTAS BIOGRÁFICAS DE TELMA DE CARVALHO LOBO

Nascimento: 10 de outubro de 1945

Filha de Manuel Monteiro Lobo, comerciante (dono de loja de tecidos na João Alfredo – centro comercial de Belém); e da professora Nair de Carvalho Lobo.

Estudou o primário no Grupo Escolar Rui Barbosa e concluiu no Instituto de Educação do Pará (IEP), no ano de 1963.

Em seguida, no ano de 1964, entrou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Ufpa, concluindo Letras em 1967. Foi convidada para ingressar no magistério superior no ano de 1968, na UFPA.

Antes da entrada na faculdade tinha postura bastante influenciada pelos pais. O pai, sargento aposentado; a mãe, professora conservadora. Assim, na juventude era uma moça tímida, recatada, com leituras de poesias. Portanto, avessa a posturas socialistas, ditas subversivas, no período. Seu contato com esses ideais eram por meio da imprensa oficial que demonizava as posturas de esquerda. O termo comunista era satanizado pela mídia. Eram os tempos da guerra fria.

Lembra-se das atividades da Igreja Católica pela cidade, especialmente na Rua João Alfredo. Ações como as marchas pela “Tradição, Família e Liberdade”. Nesses momentos, rezavam terços, cantavam hinos. Havia senhoras orando e chorosas diziam que os comunistas queriam acabar com

a Igreja, etc. satanizavam ideais esquerdistas. Seus pais apoiavam essas posturas e atividades contrárias ao comunismo. Ainda não havia começado a transformar seu pensamento político pela forte influência da família.

Todo o ambiente midiático corroborava a realidade “vista” ao seu redor. Assim se fez o repertório cultural e político até o ano de 1964.

Ao entrar na faculdade começou a tomar conhecimento de outras cosmovisões. Outras possibilidades de realidade se faziam notar. Ouvia, de professores “subversivos”, e outros colegas, sobre prisões, mortes, cassações, e pontos de vista negativos sobre os governos militares. Eram perspectivas que ainda não tinham sido vistas ou comentadas em sua casa ou pelos jornais.

Na mesma época, começou a frequentar a Livraria Jinkings. Lugar com grande concentração de intelectuais resistentes à ditadura, em especial nos sábados pela manhã. Junto com o proprietário, o comunista Raimundo Jinkings, os frequentadores iniciaram-na em influências de esquerda. Em suas memórias, a Livraria Jinkings foi o grande divisor de águas em sua atividade política e nova leitura da realidade.

A ex-aluna e amiga Amarílis Tupiassu, sempre acompanhada do seu namorado Carlos Sampaio (presidente do MR-8, no Pará), também tiveram papel importante em suas concepções.

Com essas novas informações, começaram a pulular publicações satíricas sobre o regime. As mais importantes, recorda, eram o “Pasquim” e do [jornal] “Resistência”. Ambos tinham suas veiculações limitadas no circuito acadêmico, mas eventualmente extrapolava os muros e avançava para sindicatos, ruas, escolas secundaristas, praças, reuniões de igrejas, etc.

Desta forma, percebeu o governo “com algo de subterrâneo”, que não era mostrado. Isso fez com que “ficasse atenta”. De outra forma, deu-se conta do quanto a imprensa estava amordaçada e, portanto, não mostrava as mazelas sociais e orquestrações políticas contra os ditos subversivos.

Com a conclusão do curso de Letras e o acúmulo de responsabilidade no magistério superior, lhe restava pouco tempo para militâncias ou assumir outras posturas subversivas.

Nesse interim, fez especialização no Rio de Janeiro entre os anos de 1976-79. Sua estada naquele estado, cujo movimento estudantil fervilhava na mesma proporção que era reprimido pelos aparelhos de Estado, aumentou mais o senso político de crítica à ditadura.

Ao retornar para Belém, foi convidada para reunião de fundação da ADUFPA (Associação de Docentes da UFPA). Apesar de serem tempos de concessões da Lei da Anistia, o medo ainda vigente. Talvez por isso tivesse sido advertida sobre o risco de ser vista como subversiva caso aceitasse participar em reuniões de professores e/ou trabalhadores da UFPA. Não se rendeu ao medo que ainda existia em 1979. Foi às reuniões e ganhou destaque pela capacidade de articulação. Na ADUFPA, compôs a 1ª diretoria; galgou o cargo de tesoureira nos anos de 1981-82. A experiência sindical a fez perceber a decadência do regime, mas sentia que ainda não era momento de declamar vitória. Dante de Oliveira, por meio de proposta de emenda constitucional, previa eleições diretas para presidente da República. Essa foi outra bandeira de luta que ergueu.

Com o movimento das “Diretas Já”, em 1984, envolveu-se ativamente. Trabalhou para que Belém sediasse o movimento, mas na noite, ao usar camisetas pedindo a legalidade do PCB, foi detida pela Polícia Federal e Polícia Militar. Alegaram que a prisão era por serem subversivos apoiando um partido clandestino. Na ocasião, no momento da prisão, destacou-se pela postura serena, tranquila. Fato que despertou atenções por parte da repressão. Passou a ser vista como “perigosa”, conforme foi informada tempos depois por algum amigo.

Na breve detenção, dividiu espaço com o sindicalista dos petroleiros, Sá Pereira, além do vereador comunista Humberto Cunha e do deputado Ademir Andrade.

Na ocasião desta detenção, foi observada pelos agentes da repressão pela frieza, calma e inteligência como conduziu a situação: acalmou colegas, conversou com os policiais, instruiu as ações e depoimentos, ganhou relevância de liderança. Essas posturas incomodavam o aparelho repressor.

Não viu violência física, como a tortura contra corpos. Mas ao entrar para o prédio, todos entraram por um corredor polonês com cães bravos latindo, soldados com botas com correntes, chutes, frases ameaçadoras.

Por fim, ficou marcada psicologicamente por ter sido fichada pela Polícia Federal em pleno período que se dizia ser democrático. Algo novo para ser compreendido e aceito como punição pelo seu ímpeto de liberdade.

Ingressou no PCB sob o codinome de “Manuela” e lá permaneceu até o ano de 1992, quando se afastou definitivamente por discordar de algumas diretrizes, mas sempre atenta às orientações do sucessor PPS.

A Lei da Anistia foi promulgada em agosto de 1979, dizia em seu Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares e outros diplomas legais.

DITADURA

GÊNERO

DITADURA

GÊNERO





CAPÍTULO 10

JUSTIÇA DE
TRANSIÇÃO: SITUAÇÃO
ATUAL, SUGESTÕES
PARA EFETIVAÇÃO
NACIONAL E
REPERCUSSÕES NO
ESTADO DO PARÁ

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: SITUAÇÃO ATUAL, SUGESTÕES PARA EFETIVAÇÃO NACIONAL E REPERCUSSÕES NO ESTADO DO PARÁ

Relatório expositivo, analítico e crítico

Por Irene Gomes, advogada e pesquisadora. Atua na área de Direitos Humanos com ênfase em anistia política. Especialista em Direito Público pelo Damásio Educacional e mestrandia em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e Universidade Federal do Tocantins (UFT).

INTRODUÇÃO

A atual conjuntura sociopolítica do país permite, e até evoca, a necessidade de que o tema Justiça de Transição seja debatido em ato contínuo. Esta conclusão permite e legitima a inclusão deste tema no presente Relatório Final da Comissão da Verdade do Estado do Pará.

Para a discussão presente, é considerado, como base histórica, o Brasil que está em pleno processo de redemocratização, com a validade total e absoluta das normas relacionadas aos Direitos Humanos previstas na Constituição Federal de 1988, bem como a validade de todos os tratados e convenções assinados e recepcionados pelo Brasil, conforme ratificação praticada pelo Superior Tribunal Federal – STF.

Apesar da adoção dessa base histórica, a análise geral proposta acerca da Justiça de Transição interna prevê o debate e possíveis prá-

ticas de retrocesso ideológico e prático correspondente ao assunto Direitos Humanos. Os olhares mantêm-se abertos e atentos ao governo recém-instituído e algumas proposições levam em conta a fragilidade dos avanços democráticos nacionais.

Em virtude das dificuldades prementes observadas e somadas no decorrer da última década, no que tange a Justiça de Transição, em seu sentido mais amplo, em especial no aspecto de exclusão de situações complexas e casos que circundam coletivos menores, aparentemente não abarcados pela legislação de anistia, sugestões vinculadas à busca, a necessária implementação e efetivação dos atos transicionais serão feitas por meio da convocação de princípios, valores e normas jurídicas. Nesse lastro, a aceitação da discussão das proposições, novas ideias agregadas e a aplicação de tais ações conduziram a efetivação da transição no Estado do Pará e, igualmente, a de outros estados da federação que guardem peculiaridades e similitudes.

O assunto está dividido em tópicos e começa com a Justiça de Transição. Nesse contexto, expõe brevemente sobre o seu conceito, elementos, aspectos vivenciados na América Latina e, mais detidamente, sobre a Justiça de Transição no Brasil e no Estado do Pará. O texto tratará com maior profundidade os aspectos da justiça transicional no Brasil, incluindo relatos críticos.

Na sequência, trará breves conceitos sobre justiça, direito, dignidade da pessoa humana, direitos humanos e direitos fundamentais. A partir desse momento, tratará de princípios e elementos do direito, vinculados as ideias de Direitos Humanos.

Para finalizar, trará, como consequência dos vazios encontrados na aplicação e efetivação da Justiça de Transição no Brasil, sugestão sobre medidas a serem adotadas e a proposição do que aqui foi denominado como Direito na Transição.

Os aspectos expostos no presente trabalho necessitam de estudos mais aprofundados em virtude da variedade e consequências das ações ditatoriais identificadas no Estado do Pará. É igualmente necessário maior aprofundamento nos estudos relativos às sugestões propostas, eis que são consequência do identificado até o momento e que tais estudos devem es-

tar contextualizados na Justiça de Transição de modo amplo e que possam abarcar todos os demais casos compreendidos como de difícil solução (para além do Estado do Pará), independentemente de se tratar de um único histórico, ou determinado coletivo, especialmente quando a motivação apresentada para os indeferimentos for a falta de provas.

1. JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

1.1. Conceitos e aspectos gerais da Justiça de Transição

A história milenar demonstra que os povos, nações e países foram pautados sobre enfrentamentos denominados batalhas e guerras, sempre com o intuito de adquirir riquezas, domínios e demonstrar força e autoridade sobre demais povos. No espectro mais recente, não há mais combates que visem demarcações territoriais. No entanto, a determinação do regime de governo interno e a riqueza produzida pelo país, nos âmbitos internos e externos, determinam seu poderio e força, também ante as visões internas e externas.

Felizmente, amparado na dinâmica das ideias e disputas, o mundo lapida as tratativas humanas, tornando-as menos cruéis, o que não significa, necessariamente, menos lesivas. Há, sem dúvida, uma diminuição de vidas ceifadas, o que significa um aumento de vidas machucadas em decurso de prazo natural, até a sua extinção, pela morte. Hoje, não presenciamos mais as milhares de mortes decorrentes das guerras entre nações. No entanto, convivemos com milhares de pessoas sequeladas, sobreviventes de enfrentamentos externos de intervenções militares e internos, de caráter político-ideológico.

Os países, fixadas suas fronteiras e seus poderes, voltaram-se para as tratativas com seus povos, imigrantes e migrantes. Nesse contexto de assentamento de valores e ideias, houve a afirmação do poder do mais abastado (em todos os sentidos) sobre o menos favorecido (em todos os sentidos). O resultado é a dominação. O que permite que a dominação econômica, de exclusão e desrespeito humano prevaleça, seja a manutenção da ideia dominante, o ideário do poder.

Em dado momento histórico, a prática desse poder tomou proporções escabrosas e distantes do mínimo sentido de humanidade, que resultou no chamamento da atenção dos países estrangeiros e em intervenções para a proteção do bem maior: a vida humana. Caso muito conhecido e divulgado é o fascismo alemão e a morte de milhões de judeus.

É nesse contexto de novas batalhas e consequências que surge a Justiça de Transição. Mais precisamente, surge após a devastação nazista. O objetivo primordial é o da união de elementos que permitam que um país “transite” e faça a “transição” de um determinado modelo de ações a outro.

A ideia que leva milhões de pessoas a entenderem que outras milhares não são dignas do tratamento igualitário e humanitário está formulada por um entendimento social hierárquico considerado superior, como os líderes políticos, chefes de Estado, ministérios, líderes religiosos, entre outros. Portanto, essa compreensão está intimamente ligada à formulação e maneira de vivenciar valores e princípios morais e do caráter.

A lei, por mais benéfica que possa ser, quando está fundada nesse tipo de preceitos, não tem o poder de convencimento e de mudança imediato. Para que a boa nova desejada por muitos e agora, anotada em lei com toda sua força e poder, possa existir e ser aplicada em plenitude e eficácia, é necessário que a população que constitui o país e está sob sua égide a compreenda, assimile sua importância e amplitude, para que possa se adequar a ela.

É, justamente esse período, denominado de transição. Trata-se da passagem de um estado de coisas que, naquele momento exato, não mais interessa ao coletivo maior de um país, para um estado de maior viés humanitário.

Fernanda N. Sanglard (2017) afirma que “o termo justiça de transição se fortalece no campo dos direitos humanos com o propósito de compreender, prevenir e mitigar as violações provenientes principalmente de regimes autoritários e conflitos armados” (2018, p. 220).

Acima, a transição foi exemplificada com base na construção, aplicação e efetivação de uma lei. A lei é, sem sombra de dúvidas, a maior ferramenta dessa transição em virtude de suas características bá-

sicas; é norma escrita que carrega a obrigatoriedade e a sanção. Mas, sem sombra de dúvidas, por si, já é resultado de todo um movimento social interno e/ou externo. Não haverá lei transicional sem movimentação social anterior que a alimente e direcione. É fundamental registrar que a lei transicional, por si, é resultado de uma mobilização social, quando, em verdade, pode parecer o primeiro passo nesse percurso. É o primeiro passo com poder coercitivo e de sanção, nada mais.

Para que essa transição, essa mudança de estado aconteça, vários setores sociais serão tocados. Autores, os mais diversos, apresentam elementos de composição da Justiça de Transição. Para Dra Eneá (2018), a transição está fundada em “4 pilares, eixos ou direções: 1 - memória e verdade; 2 - reparação das vítimas; 3 - reforma das instituições, e 4 - justiça”.

Não há como falar em Justiça de Transição sem considerar normas oriundas de convenções e tratados internacionais surgidos, justamente, em função dos conflitos e necessidades de melhores relações e interações, além da conjugação de interesses comuns da humanidade.

Esses tratados e convenções, no decorrer das décadas, vêm enxergando, formando e consolidando direitos humanitários. Apesar das peculiaridades relativas a idiomas, costumes, crenças, alimentação e todas as demais possíveis resultantes da sociedade e inventividade humanas, há aspectos inerentes, comuns a todos os seres humanos. É exatamente nesse lastro que os trabalhos internacionais estão sustentados.

A Organização das Nações Unidas (ONU) é o maior ente a cuidar dos assuntos pertinentes aos direitos humanos e aos demais aspectos que envolvem relações internacionais. A Organização dos Estados Americanos (OEA) trata dos mesmos assuntos na esfera continental.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos, vinculada à OEA, é a responsável por receber denúncias, analisar, processar e julgar atos atentatórios aos direitos humanos de seus signatários. No seu artigo 1º, trata da natureza e o regime jurídico adotado:

“Art. 1º A Corte Interamericana de Direitos Humanos é uma instituição judiciária autônoma cujo objetivo é a aplicação e a interpretação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. A

Corte exerce suas funções em conformidade com as disposições da citada Convenção e deste Estatuto.”

2. ELEMENTOS PRESENTES E TRATADOS PELA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Além dos elementos que compõem a Justiça de Transição, independentemente da discussão doutrinária sobre quantos e quais, há outros diuturnamente enfrentados para que os objetivos possam ser alcançados. Esses elementos estão insertos nas discussões havidas nos tribunais ou comissões de julgamentos sobre anistia.

São como pedras que necessitaram ser quebradas para que a viabilização de vários julgados fosse possível. Abaixo, elencamos e tratamos sobre alguns deles. Vale ressaltar que a anotação não tem caráter exaustivo, e sim, meramente exemplificativo.

2.1. Imprescritibilidade

A imprescritibilidade, no que tange aos crimes considerados de lesa humanidade, é declarada pela ONU, expressamente, desde 1969. No entanto, no Brasil, essa discussão ainda habita nossos tribunais. Embora haja decisões nesse sentido, há ainda entendimentos contrários, conforme veremos em item específico.

RESOLUÇÕES DA ONU QUE TRATAM SOBRE O ASSUNTO:

	Data	Identificação
1	1967	2.338 (XXII)
2	1968	2.391 (XXIII), de 1968, art. 1º, item 2, disposição expressa
3	1969	2.583 (XXIV)
4	1970	2.712 (XXV)
5	1971	2.840 (XXVI)
6	1973	3.074 (XXVIII)

Pode-se dizer, sobre a existência de um princípio geral de direito internacional, que fixa a imprescritibilidade em relação aos crimes de lesa humanidade. Pode ser questionável, mas os fundamentos teóricos e as práticas conduzem a esse entendimento e afirmativa. Com isso, é afastado o entendimento de retroatividade do crime de tortura para que alcance os que a praticaram. Não há qualquer retroação, era crime em 1964 e antes disso.

2.2. Tortura

No Brasil, as chamadas constituições republicanas não chegaram a falar de maneira incisiva sobre tortura. Em alguns casos, como no CP, art. 121, § 2º, III, a palavra foi citada. A Carta Magna de 1988 preenche a lacuna deixada pelas constituições anteriores e reduz a termo a consciência e o desejo social quanto à clarificação e penalização dos atos de tortura. Algumas leis seguintes, datadas de 1990, como o ECA e a Lei de Crimes Hediondos, tratam sobre o tema, porém ainda restou pendente o conceito legal de tortura.

A prática nos tribunais conduziu a utilização dos conceitos trazidos pelas doutrinas para que tornasse possível a aplicação das leis, a saber:

Plácido e Silva	“é o sofrimento ou a dor provocada por maus-tratos físicos ou morais.”
Hungria	“meio suplicante, a infligção de tormentos, a ‘judiaria’, a exasperação do sofrimento da vítima por atos de inútil crueldade.”
Aníbal Bruno	“sofrimento desnecessário e atormentador, deliberadamente infligido à vítima.”
Noronha	“infligir-se um mal ou sofrimento desnecessário e fora do comum.”
Mirabete	“tortura é a infligção de mal desnecessário para causar à vítima dor, angústia, amargura, sofrimento.”

Apesar de inúmeros conceitos, o aplicador da lei ainda os sentiu de forma vaga, inexata. Com isso, uma solução possível seria a utilização dos tratados e convenções internacionais, uma vez que integram a legislação pátria, conten-

do, inclusive, características de “cláusulas pétreas” (art. 60, § 4º, IV, CF), por força do § 2º do artigo 5º da Lei Maior. No entanto, há entendimento contrário esteado no entendimento de que o processo legislativo para ratificação de tratados e convenções é muito mais simples do que para aprovação de emenda constitucional, fato este que os colocaria no patamar de normas ordinárias.

Ocorre que discussão tão profunda em nada prejudica o que interessa ao caso concreto, eis que pouco importa se a legislação a ser aplicada é mera norma ordinária ou tem caráter constitucional e pétreo, e sim que há legislação onde este encontra esteio com data anterior aos atos em questão. Para arremate, todo mal-estar teve fim com o advento da Lei nº 9455, de 07 de abril de 1997, que definiu crime de tortura.

Quadro de normas sobre tortura:

Data	Norma	Teor
1924	Constituição Imperial do Brasil art. 179, § 19	“Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as demais penas cruéis.”
10.12.1948	Declaração Universal de Direitos Humanos da ONU	“ninguém será submetido a tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.”
1969	Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José de Costa Rica), artigo 5º, n. 2	“ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes. Toda pessoa privada da liberdade deve ser tratada com respeito devido à dignidade inerente ao ser humano”
1973	Declaração Francesa dos Direitos Humanos e do Cidadão	Corroborar o contido nos eventos anteriores e torna-se marco da visibilidade e ação relativa à preservação da dignidade da pessoa humana.

Data	Norma	Teor
10.12.1984	Convenção da ONU	<p>Conceitua tortura</p> <p>“Qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido, ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, por sua instigação, ou com seu consentimento ou aquiescência”.</p>
05.10.1988	Constituição Federal art. 5º, III, XLIII, XLVII e XLIX	<p>Medidas regulamentadoras da fiscalização entre Estados Membros sobre as práticas ilícitas relacionadas a torturas.</p>
01.02.1989	Convenção Europeia para Prevenção da Tortura	
01.02.1989	Convenção Interamericana para prevenir e punir tortura	<p>Conceito de tortura pelo Decreto 98.386-89</p> <p>“Art. 2º – Para os efeitos desta convenção, entender-se-á por tortura todo ato pelo qual são infligidos intencionalmente a uma pessoa penas ou sofrimentos físicos ou mentais, com fins de investigação criminal, como meio de intimidação ou castigo pessoal, como medida preventiva ou com qualquer outro fim.</p> <p>Entender-se-á também por tortura a aplicação sobre uma pessoa, de métodos tendentes a anular a personalidade da vítima, ou a diminuir sua capacidade física ou mental, embora não causem dor física ou psíquica.”</p>
09.11.1989	Data da ratificação pelo Brasil através do Decreto 98.386-89	
1990	Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90) Artigo 233	<p>Tipifica crime de tortura</p> <p>“submeter criança ou adolescente, sob sua autoridade, guarda ou vigilância a tortura”</p>

Data	Norma	Teor
1990	Lei de Crimes Hediondos (Lei nº 8072/90) Artigos 1º e 2º	Compara crimes de tortura com crimes hediondos.
07.04.1997	Lei nº 9455/97 Art. 1º	Define crime de tortura e dá outras providências “Art. 1º – Constitui crime de tortura: I- constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental: a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa; b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa; c) em razão de discriminação racial ou religiosa; II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo. Pena - reclusão de 2 (dois) a 8 (oito) anos.

2.2.1. Atos de tortura

O médico legista Carlos Delmonte relacionou uma gama de práticas condizentes a tortura. Importa cientificar que não se trata de rol exaustivo, e sim exemplificativo sobre o tema. Expõe algumas das práticas mais frequentes, infelizmente todas detectadas como comuns durante o período ditatorial no Brasil.

PRÁTICAS

1	pancadas, socos e golpes com objetos e sacos de areia, na cabeça, no dorso e genitais;
2	ameaças e humilhação;
3	aplicação de eletricidade em boca, orelhas, dorso, dedos, genitais, ânus e períneo;
4	execução simulada;
5	testemunhar torturas;

6	asfixia por submersão (“submarino”);
7	isolamento por mais de 48 horas (confinamento);
8	restrição alimentar por mais de 48 horas;
9	restrição e impedimento de sono;
10	suspensão pelas mãos e pés em grandes dispositivos tipo roda (“bandeira”) ou em paus-de-arara;
11	estupro e outras violências sexuais, incluindo mutilação genital;
12	suspensão (“crucificação”);
13	queimaduras com cigarros, óleos e objetos quentes e ácidos e similares;
14	pancadas nas solas dos pés com varas ou similares (“falanga”);
15	contenção com cordas ou similares;
16	golpes simultâneos nas orelhas (“telefone”);
17	posição ou atitude forçada por horas ou dias;
18	arremesso de fezes ou urina;
19	administração forçada de drogas ou fármacos;
20	tração nos cabelos;
21	aplicação sub ungueal de agulhas;
22	privação de água e oferecimento de água suja, com sal ou sabão;
23	extração forçada de dentes;
24	impedimentos ou embaraços à evacuação de fezes e de urina;
25	impedimentos de cuidados médicos;
26	espancamentos diversos”.6

Dionísyos Spinellas apresenta três estágios pelos quais passam o enfrentamento do problema da tortura:

a)	Tortura Legal	quando a tortura era regulamentada e fiscalizada de acordo com preceitos legais que a permitiam em certos casos.
b)	Tolerância Informal	a tortura é aplicada sem apoio legal, contando, porém, com certa condescendência social.
c)	Período Proibitivo	apresentado como regra nos sistemas jurídicos atuais que aboliram e proibiram a tortura, inclusive chegando a incriminá-la em suas legislações (constituições e leis ordinárias).

O Brasil encontra-se, indubitavelmente, no terceiro estágio, pois que a tortura é proscrita pela legislação, conforme dispositivos constitucionais (art. 5º, III e XLIII, CF) e penais (Lei nº 9455/97).

2.2.2. Saúde mental

Nas décadas passadas, falar sobre depressão ou qualquer tipo de transtorno psicológico a ela associado, que no vocabulário vulgar podemos considerar doenças cujas feridas não vemos, seria de pouca sustentação. No entanto, com o passar das décadas e considerando toda a gama de estudos sobre o tema e suas variações, o assunto vem à baila de forma científica e amparada nas mais diversas pesquisas.

Todo o lastro do dano ora demonstrado, sustentado nos sentimentos e sensações de dor, angústia, sofrimento, sensação de abandono e de estar abandonando, de impotência, entre tantas outras inimagináveis, está presente, de uma maneira ou outra, diretamente naqueles que suportaram as agressões perpetradas pelo regime ditatorial e em muitos dos seus familiares.

A Classificação Internacional de Doenças trata os transtornos mentais com a identificação de CID-1 e nela estão inseridas as seguintes patologias:

F 43.0	Reação aguda a estresse
F 43.1	Transtorno de estresse pós-traumático
F 43.1	Outras reações a estresse grave
F 43.9	Reação a estresse grave não identificado
F 62.0	Alteração permanente de personalidade após experiência catastrófica

Com isso, torna-se imperioso o reconhecimento de que os atos vis praticados pelo Estado em relação à população também tiveram resvalado em suas capacidades e potenciais psíquicos, formadores de toda a personalidade e base para a estruturação de toda a vida que se seguiu aos fatos. Essa sensação de responsabilidade não cumprida, de impotência e incapacidade para dirimir as agruras que atingiram os seus familiares no decorrer de toda a vida, indubitavelmente, só fortaleceram os danos sofrido, criando-lhes raiz.

O artigo Transtorno de estresse pós-traumático: formulação diagnóstica e questões sobre comorbidade, de José Waldo S Câmara Filho e Ewerton B Sougey, baseado em dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Pernambuco, permite a identificação de vários aspectos presentes na vida de muitos dos atingidos pelos atos ditatoriais.

Para elucidar, considerando ainda tratar-se de área médica específica, um tanto distante da compreensão imediata dos atuantes nas áreas sociais, vale transcrever alguns itens, ainda que extensos, no intuito de resguardar a integridade da fonte:

Introdução

Em 1980, a Associação Psiquiátrica Americana publicou a terceira revisão de sua classificação diagnóstica de transtornos mentais, o Manual de Diagnóstico e Estatística dos Distúrbios Mentais (DS-M-III). Nela surgia um novo termo diagnóstico: o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). Os ditos diagnósticos sindrômicos de ocasião, como neurose traumática, síndrome do trauma de estupro, fisioneurose, neurose de compensação e muitos outros, encontraram no TEPT uma forma mais abrangente de conceituação. Dessa maneira, a avaliação diagnóstica do TEPT reconheceu o sofrimento de pessoas cuja história traumática não era valorizada como fator determinante de seus padecimentos – eram os ansiosos, os deprimidos, os fóbicos, ou pior, “os neuróticos, os histéricos, os simuladores.”

(...)

Trauma

Trauma, fundamental na concepção da TEPT, é definido como uma situação experimentada, testemunhada ou confrontada pelo indivíduo, na qual houve ameaça à vida ou à integridade física de si próprio ou de pessoas a ela afetivamente ligadas. Seriam situações essencialmente violentas, como acidentes naturais (enchentes, incêndios, soterramentos), acidentes automobilísticos, assaltos, sequestros, estupros, entre outros.

(...)

Quadro clínico

Tradicionalmente, a sintomatologia do TEPT é organizada em três grandes grupos: o relacionado à reexperiência traumática, à esquiva e distanciamento emocional e à hiperexcitabilidade psíquica.

(...)

Reexperiência traumática

Mesmo estando o perigo afastado e confinado ao passado, o indivíduo pós-traumatizado continuamente revive o ocorrido, vivenciando-o como experiência contemporânea em vez de aceitá-lo como algo pertencente ao passado. “Incapaz de retomar o curso de sua vida porquanto o trauma constantemente está a interrompê-la: é como se o tempo parasse no momento do trauma”.

(...)

Pequenos e muitos insignificantes estímulos conseguem reavivar as memórias que retornam com toda a força, intensidade e nitidez do acontecimento original. Tais lembranças são frequentemente denotadas por estímulos relacionados ao evento traumático, desde os mais específicos aos mais genéricos (chuva, trovões, telefone, noticiários e outros). Assim, mesmo um ambiente protegido poderia se tornar perigoso, porquanto a pessoa nunca estaria suficientemente segura de não vir a se deparar com estímulos evocadores.

A relação entre o estado de excitação fisiológica central e a re-vivescência traumática é estreita: a presença de hiperatividade automática que acompanha os estados ansiosos comumente provoca o reaparecimento dos sintomas intrusivos.

(...)

Esquiva e distanciamento emocional

Os sintomas relativos à repetição da experiência traumática são acompanhados de considerável sofrimento, que a maioria das vítimas busca evitar, afastando-se de qualquer estímulo que possa desencadear o ciclo das lembranças traumáticas.

Aparece, então, a esquiva ativa de pensamentos, sentimentos,

conversas, situações e atividades associadas ao trauma como um mecanismo de defesa contra a ansiedade gerada pelo fenômeno intrusivo.

Dessa maneira, por provocar tamanha angústia, o indivíduo pós-traumatizado não economiza esforços no sentido de afastar-se dela. Estratégias de esquiva podem ser óbvias ou sutis, relativamente adaptativas ou manifestadamente inadequadas – que vão da recusa em falar sobre o trauma. Ao uso de bebidas alcoólicas ou drogas para obscurecer as memórias, até ao engajamento excessivo e compulsivo em atividades como trabalho, jogo, sexo, entre outras.

(...)

Em alguns casos, acontece de a lembrança simplesmente ser esquecida (amnésia psicogênica ou seletiva). É sintoma de natureza dissociativa, evidenciado por lacunas presentes na história lembrada e contada.

(...)

Hiperexcitabilidade psíquica

(...)

Trata-se dos sintomas mais comuns e dos menos específicos: especialmente quando em contato com estímulos-trauma afins, uma variedade de reações acompanha o humor ansioso, como taquicardia, respiração curta ou suspirosa, constrição precordial, “formigamentos”, parestesias, sudorese, extremidades físicas ou também cefaleias, tonturas, sensações de “oco na cabeça”, “peso no estômago”, entre outras.

Há a insônia e aparecem a irritabilidade e a explosividade: sempre alertas, os pacientes passam do estímulo à ação sem tempo para a necessária reflexão e avaliação criteriosa do estímulo provocador.

Pelo que pode ser depreendido do acima exposto, o transtorno de estresse pós-traumático é organizado em três grandes grupos, reexperiência traumática, esquiva e distância emocional e hiperexcitabilidade psíquica.

Tais sintomas são comumente narrados pelos que passaram pelas situações de tortura física e/ou psicológica.

Fundamental anotar as atividades ostensivas e imperativas, tortuosas impostas ao grupo em questão, não são afirmativas da causa de todos os problemas e traumas subsequentes aos atos suportados durante a ditadura. No entanto, a sensação de menos valia, a imobilidade causada pelas lembranças da barbárie vista e vivenciada em uma guerra, o medo, o pânico, a sensação de abandono, desproteção e de estar abandonando, a impotência, falta de referência, segurança, confusão de valores como bem e mal, vividas, especialmente por aqueles que vivenciaram guerrilha, causam fragilidade, desfalque nos recursos internos que permitem suportar e melhor conduzir as mazelas do dia a dia. Além dessa falta de estrutura para o dia a dia, há a dificuldade, a falta de condições de sair do lugar, a sensação de estagnação pelo medo, o que diminui suas capacidades sociais e interfere diretamente nas possibilidades de desenvolturas sociais e profissionais.

2.3. Punibilidade – criminalização

A punição de crimes de lesa humanidade é costume internacional, de caráter educativo e punitivo.

Ver princípios do Tribunal de Nuremberg, confirmados pelo Tribunal da ONU, em 1946 (Resolução 95 (I)). Está dito que tais crimes (lesa humanidade) não podem ficar sem responsabilização, ainda que a lei interna assim defina.

“Conforme consolidou a ONU no Princípio II relativo ao julgamento de Nuremberg: “O fato de o direito interno não impor punição a um ato que constitui crime segundo o direito internacional não exime a pessoa que cometeu o ato de ser responsabilizada perante o direito internacional.” (2018, 159)

3. ASPECTOS GERAIS DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Após a tomada da ilha de Cuba e a instalação definitiva do regime comunista, os EUA, por seu caráter essencialmente capitalista, assumiram postura de proteção estatal. Nesse contexto, como estratégia para a proteção de seus interesses, entendeu necessário estender essa compreensão aos estados latinos, além de investir, orientar e participar de ações que se opusessem a ideologia comunista.

O medo da política assumida em Cuba fez com que fossem difundidos entendimentos equivocados sobre o que é comunismo e sobre o real risco de que esse sistema de governo fosse implantado nos demais estados latinos.

O resultado das atividades intervencionistas dos EUA levou a ditaduras civis e militares em quase todos os países da América do Sul. Há historiadores que somam 13, outros pronunciam-se somente sobre os que entendem ser econômica e politicamente mais importantes. A seguir, anotamos alguns países com os respectivos anos de início ditatorial e os finais. Vale ressaltar que as datas demonstradas são as consideradas oficiais e que, no caso da Argentina, há várias ditaduras em sequência, com início anterior à data anotada. No entanto, a anotada está em alinhamento com as demais ditaduras, suas características gerais e motivação.

	País	Início	Fim
1	Argentina	1966	1983
2	Bolívia	1964	1982
3	Brasil	31 de março de 1964	1985
4	Chile	11 de setembro de 1973	1988
5	Nicarágua	1967	1979
6	Paraguai	11 de julho de 1954	1989
7	República Dominicana	1965	1978
8	Uruguai	27 de junho de 1973	1985

Uma das atividades em cooperação latina sob os auspícios dos EUA foi a conhecida Operação Condor. Sobre as atividades em cooperação an-

ticomunistas, Sofia B. Rolim e José Carlos M. S. Filho afirmam que “nela, as ditaduras do Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia definiam planos estratégicos e cooperavam para assegurar a perseguição aos respectivos “subversivos” de cada regime, para além das linhas da fronteira” (2018, p. 72).

No ano de 1976, após uma continuidade de situações bastante complicadas nas sucessões anteriores, os EUA elegem Jimmy Carter, do Partido Democrata, ao governo. Assumiu no ano de 1977 e foi conhecido como o presidente conciliador. Entre suas atividades expressivas, trabalhou pelo reconhecimento e valorização dos Direitos Humanos. A partir de seu governo, as políticas sociais tiveram tratamento respeitoso e de reconhecimento nacional e internacional. Nesse lastro, as mudanças nos países ditatoriais tiveram início. Antes, os EUA trabalharam em prol de ditaduras como meio da preservação popular do comunismo, considerado vil. Na sequência, os mesmos EUA, serviram como ponto de partida e influenciador para a derrocada do que haviam auxiliado a implementar.

No fim da década de 70 e, especialmente, até a metade da década de 80, as ditaduras latinas caíram. Com essa queda, evidentemente, houve o início da transição para a democracia, a denominada Justiça de Transição. Embora haja traços comuns em todas as ditaduras mencionadas, cada país guarda suas especificidades, somadas ao fato de que, em cada retomada democrática, há uma característica nacional singular, resultante dos clamores populares e as políticas democráticas possíveis.

A Justiça de Transição, embora guarde traços básicos comuns, constrói-se em cada local em conformidade com suas características sociais, políticas e judiciais. Em virtude desse fato basilar, cada Estado latino trata sua transição da maneira que lhe é peculiar e possível.

Há em comum a morosidade e a fragilidade institucional, ainda que sofra variações. Como característica predominante, há a criminalização praticada sobre os agentes de governo que praticaram crimes considerados de lesa-humanidade. Em alguns países, como Chile e Argentina, houve mudança legislativa para que esse objetivo fosse alcançado.

No caso do Brasil, o viés primordial construído foi o da reparação econômica. No entanto, esse fato não pode ou deve apagar a necessidade

da efetivação de outros aspectos transicionais, conforme veremos no tópico seguinte.

Em tempos atuais, a exemplo de nossa última eleição presidencial, apesar de um terço da população ter praticado a omissão, por não se sentirem passíveis de representação por um outro candidato que disputou o segundo turno eleitoral, com uma diferença de votos relativamente pequena, o candidato considerado de extrema direita está no exercício do poder. Compõe seu rol de declarações públicas a que se coloca favorável a ditadura militar e a tortura, bem como seu posicionamento, ainda enquanto parlamentar, contrário à existência da Comissão de Anistia, até sua posse, vinculada ao Ministério da Justiça e, hoje, ao Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos, recentemente criado, como resultado da junção dos já existentes.

A realidade brasileira segue o alinhamento da maioria das políticas externas que têm se voltado à direita, ainda que aquelas mantenham respeito aos Direitos Humanos. Nesse quadro que desenha políticas de Estado ainda indefinidas e vulneráveis, não causa estranheza o fato de a Justiça de Transição ainda não ter se efetivado. A instabilidade política certamente está vinculada à econômica, porém não é este o momento adequado para tais colocações.

Francisco C. Weffort manifesta-se sobre o assunto nos seguintes termos:

Dentre os países do Cone Sul, o Uruguai, já vários observaram, é o que apresenta algo mais próximo de uma democracia consolidada, até porque é, junto com o Chile, o país de maior tradição democrática. Se o Brasil é um país de crônica instabilidade partidária, o Uruguai (junto com o Chile ou talvez mais ainda) tem uma história de estabilidade dos partidos. Blancos e Colorados terão mudado ao longo do tempo, desde uma época distante em que eram bandos armados em disputa pelo poder numa sociedade agropastoril, passando pela fase em que foram as organizações de poder das oligarquias, até a época atual em que aparecem como grandes organizações políticas (sobretudo eleitorais), de uma sociedade urbana, moderna, enfrentada com a necessidade de buscar um novo modelo de desenvolvimento em regime democrático. Os partidos tradicionais” mudaram,

mas continuam lá. Talvez se tenham modernizado. Em todo caso, é certo que se os “partidos tradicionais” não se modernizaram, o sistema partidário se modernizou. Ou começou a se modernizar com o reconhecimento dos partidos e lideranças que compõem a Frente Ampla como sendo o “terceiro” do jogo.

Vale ressaltar os inúmeros e intensos esforços da sociedade organizada e entes governamentais para a efetivação da transição. Entre eles, a chamada Operação Paloma, conforme exposto por Sofia B. Rolim e José Carlos M. S. Filho, a saber:

Operação Paloma é o contraponto da união lesiva. Consubstanciou uma política regional (Mercosul) de direitos humanos. Resultou na Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados (RAADH), criado em 2004, e Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do Mercosul (IPPDH), criado em 2009. Verdade, memória e justiça. Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT) (Paloma), 2011, fundação efetiva em 2013, fórum de debates e compartilhamento de ideias e experiências entre seus membros e iniciativas práticas.

4. ASPECTOS GERAIS DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL

4.1. Início

A literatura referente à Justiça de Transição no Brasil sempre fez menção a uma transição por transformação iniciada no próprio regime militar. No entanto, demandas verificadas a partir de 2005 demonstram situação diferente. É possível considerar que essa percepção tenha ocorrido tardiamente em virtude de a própria Justiça de Transição iniciar suas ações de busca estrutural e efetiva, também tardiamente.

Portanto, havia uma falsa compreensão de afinação e tranquilidade transicional, quando de fato não havia a movimentação devida no sentido de sua efetivação. A partir do momento em que os movimentos sociais e, especialmente, o próprio governo começou a tomar medidas para o cumprimento da sentença condenatória prolatada pela OEA, alguns atos tornaram-se inevitáveis por meio da força demandada pela sentença.

É importante mencionar que o primeiro passo para a transição foi a Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, por ocasião do início das negociações para que no nosso país acontecesse o que foi chamado de transição lenta, gradual e segura. O caráter dessa lei é reparatório, fato que levou o coletivo interessado e a sociedade a voltar os olhares para os prejuízos materiais e não prestarem atenção ou procurar meios e ações para a continuidade dos atos transicionais.

Paulo Abraão e Marcelo Torrelly afirmam que “é este processo reparatório que conecta os dois momentos aparentemente antagônicos da história transicional brasileira: a anistia de 1979 e o incremento da demanda transicional na segunda metade dos anos 2000”.

A Dra Eneá de Stutz e Almeida apresenta raciocínio similar quando afirma que “não enfrentar as rupturas significou preterir o fortalecimento do caminho institucional, em detrimento da correlação de forças que faziam a abertura lenta, gradual e segura”.

4.2. Fases

A transição no Brasil está dividida em 3 fases, com base em acontecimentos políticos e/ou normativos. Essas fases demonstram, com absoluta clareza, o que podemos chamar de evolução da transição no que tange a seu conteúdo. As normas subsequentes a primeira Lei de Anistia, nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, têm caráter agregador, ampliativo de direitos e com alcance maior. Enquanto a primeira abrangia direitos vinculados ao funcionalismo público, parte de dirigentes sindicais, banidos e aqueles que tiveram os direitos políticos cassados, a segunda norma trata de aposentadorias excepcionais de anistiados, o preceito constitucional

estende o direito a população civil, e a Lei nº 10.559-02 regulamenta a norma constitucional, expõe várias situações em que a anistia é cabível e as coloca de forma não exaustiva.

É perceptível o caráter crescente das normas e ações governamentais, que são resposta das mobilizações sociais, ainda que de grupos específicos que atuam na área de Direitos Humanos e Anistia Política. Essa percepção se coaduna com o mecanismo de formação do entendimento e fixação dos diversos conceitos de dignidade da pessoa humana, direitos humanos e direitos fundamentais.

Em nenhum momento o Estado brasileiro tomou iniciativa a respeito de qualquer lei ou mecanismo para anistia política, menos ainda para o processo de transição. Ainda nos governos considerados de esquerda, as conquistas foram decorrentes de muita mobilização e discussões constantes, eis que a sombra das forças ditatoriais permaneceram atuantes nas vísceras da máquina estatal, seja por meio de cargos e ações em ministérios e empresas estatais com alta representatividade, seja pela manutenção de pensamentos autoritários dentro do poder legislativo por meio da permanência de políticos vinculados aos pensamentos e ideologias pretéritas, além do continuísmo ocorridos pela eletividade de filhos, netos e aparentados.

A transição iniciada no Brasil aconteceu por necessidade de adequação ao que acontecia no instante da América Latina, aliada às necessidades econômicas e de mudanças políticas para sobrevivência no quadro mundial. Em momento algum a flexibilização de entendimentos para que surgisse a oportunidade da costura das cúpulas administrativas, no sentido de que uma lei voltada a abertura da ditadura, foi iniciativa governamental com base no entendimento ou sensibilidade quanto aos direitos humanos. Por ocasião da Lei nº 6.683, havia outra em pauta. No entanto, optou-se pela mais restritiva de direitos e, ainda assim, sua aprovação ocorreu com a diferença de poucos votos, fato que revela, com absoluta clareza, a intensidade dos ideais, pensamentos e ações autoritárias. A mencionada lei continua em plena vigência, excetuados os artigos superados por normas posteriores:

*Art. 1º É concedida a anistia a todos que, no período compreendido entre **02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979**, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da administração direta e indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares e outros diplomas legais.*

§ 1º Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.

§ 3º Terá direito à reversão ao Serviço Público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo, para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do art. 3º.

No ano de 1985, a Emenda Constitucional número 26 inaugurou um novo momento no processo de transição, a saber:

*Art. 4º É concedida anistia a **todos os servidores públicos civis da administração direta e indireta e militares**, punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares.*

*§ 1º É concedida, igualmente, anistia aos autores de crimes políticos ou conexos e aos **dirigentes e representantes de organizações sindicais e estudantis, bem como aos servidores civis ou empregados que tenham sido demitidos ou dispensados por motivação exclusivamente política**, com base em outros diplomas legais.*

§ 2º A anistia abrange os que foram punidos ou processados pelos atos imputáveis previstos no “caput” deste artigo, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

§ 3º Aos servidores civis e militares serão concedidas as promoções, na aposentadoria ou na reserva, ao cargo, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade, previstos nas leis e regulamentos vigentes.

§ 4º A Administração Pública, à sua exclusiva iniciativa, competência e critério, poderá readmitir ou reverter ao serviço ativo o servidor público anistiado.

§ 5º O disposto no “caput” deste artigo somente gera efeitos financeiros a partir da promulgação da presente Emenda, vedada a remuneração de qualquer espécie, em caráter retroativo.

§ 6º Excluem-se das presentes disposições os servidores civis ou militares que já se encontravam aposentados, na reserva ou reformados, quando atingidos pelas medidas constantes do “caput” deste artigo.

§ 7º Os dependentes dos servidores civis e militares abrangidos pelas disposições deste artigo já falecidos farão jus às vantagens pecuniárias da pensão correspondente ao cargo, função, emprego, posto ou graduação que teria sido assegurado a cada beneficiário da anistia, até a data de sua morte, observada a legislação específica.

§ 8º A Administração Pública aplicará as disposições deste artigo, respeitadas as características e peculiaridades próprias das carreiras dos servidores públicos civis e militares, e observados os respectivos regimes jurídicos.

O art. 8º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal promulgada no dia 5 de outubro de 1988, prevê:

Art. 8º É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei

nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.

§ 1º O disposto neste artigo somente gerará efeitos financeiros a partir da promulgação da Constituição, vedada a remuneração de qualquer espécie em caráter retroativo.

§ 2º Ficam assegurados os benefícios estabelecidos neste artigo aos trabalhadores do setor privado, dirigentes e representantes sindicais que, por motivos exclusivamente políticos, tenham sido punidos, demitidos ou compelidos ao afastamento das atividades remuneradas que exerciam, bem como aos que foram impedidos de exercer atividades profissionais em virtude de pressões ostensivas ou expedientes oficiais sigilosos.

§ 3º Aos cidadãos que foram impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica, em decorrência das Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica nº S-50-GM5, de 19 de junho de 1964, e nº S-285-GM5, será concedida reparação de natureza econômica, na forma que dispuser lei de iniciativa do Congresso Nacional e a entrar em vigor no prazo de doze meses a contar da promulgação da Constituição.

§ 4º Aos que, por força de atos institucionais, tenham exercido gratuitamente mandato eletivo de Vereador serão computados, para efeito de aposentadoria no serviço público e previdência social, os respectivos períodos.

§ 5º A anistia concedida nos termos deste artigo aplica-se aos servidores públicos civis e aos empregados em todos os níveis de governo ou em suas fundações, empresas públicas ou empresas mistas sob controle estatal, exceto nos ministérios

militares, que tenham sido punidos ou demitidos por atividades profissionais interrompidas em virtude de decisão de seus trabalhadores, bem como em decorrência do Decreto-Lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978, ou por motivos exclusivamente políticos, assegurada a readmissão dos que foram atingidos a partir de 1979, observado o disposto no § 1º.

Na sequência, pela primeira vez foi criada uma legislação específica direcionada aos mortos e desaparecidos políticos e seus familiares. Trata-se da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995:

Art. 1º São reconhecidos como mortas, para todos os efeitos legais, as pessoas que tenham participado ou tenham sido acusadas de participação em atividades políticas no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, desde então, desaparecidas, sem que delas haja notícias. (Redação dada pela Lei nº 10.536, de 2002)

Art. 2º A aplicação das disposições desta lei e todos os seus efeitos orientar-se-ão pelo princípio de reconciliação e de pacificação nacional, expresso na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 - Lei de Anistia.

Art. 3º O cônjuge, o companheiro ou a companheira, descendente, ascendente, ou colateral até quarto grau, das pessoas nominadas na lista referida no art. 1º, comprovando essa condição, poderão requerer a oficial de registro civil das pessoas naturais de seu domicílio a lavratura do assento de óbito, instruindo o pedido com original ou cópia da publicação desta lei e de seus anexos.

Parágrafo único: Em caso de dúvida, será admitida justificação judicial.

No ano de 2008, houve o lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos III, que, diferente dos dois primeiros que veio a substituir, contou com a participação de entidades representativas da sociedade por meio de audiências públicas e outras iniciativas, fato que possibilitou a in-

serção dos desejos e necessidades da população, que teve garantida uma participação mais ativa e próxima.

4.3. Ações

4.3.1. Estatais

No decorrer da ditadura, houve um período de resistência ideológica, mais tarde, de resistência armada, e de mobilização social. As mobilizações contaram com apoio da Igreja e de órgãos internos representativos de classe, além de órgãos externos vinculados a países que buscavam a anistia e/ou já tinham alcançado uma primeira lei para o início do processo de transição.

Essas organizações internas, em conjunto com a realidade de estrangeira que estava permeada pela contramão das ditaduras, aliadas aos interesses econômicos, políticos externos, forçaram o país a publicar a Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, a primeira Lei de Anistia, conhecida como a lei da anistia ampla, geral e irrestrita. Na sequência, seguido pelas mesmas pressões, o Estado tomou uma série de medidas ao longo das quase 5 décadas passadas.

A seguir, um quadro com a exposição das medidas, datas e pontos principais:

	Norma	Data
1	Lei nº 6.683	28 de agosto de 1979
2	Emenda Constitucional 26	1985
3	Art. 8º, dos ADCTs da CF-88	5 de outubro de 1988
4	Lei 9.114	1995
5	Criação do PNDH – Art. 84, IV da CF-88 Regulamentado pelo Decreto 1904	13 de maio de 1996
6	Decreto 4.229	13 de maio de 2002
7	Lei nº 10.559 – regulamentou o art. 8º dos ADCTs da CF-88	13 de novembro de 2002
8	PNDH III	2009
9	ADPF153 – Julgamento pelo STF	2010
10	CIDH e OEA – Julgamento do Brasil	Novembro de 2010
11	Criação da Comissão Nacional da Verdade – Lei	

4.4. Eixos da Justiça de Transição

Há vários entendimentos doutrinários quanto aos elementos que compõem a Justiça de Transição. A maioria das definições são comuns ou trazem similitudes, apesar da utilização de outras palavras ou termos. O bojo, a base das discussões e conclusões perpassam fatos e situações semelhantes em todos os países, motivo pelo qual estão sempre orbitando nos mesmos lugares. Em comum, o fato de os elementos, chamados de eixos, pilares, direções, entre outros nomes, não serem fechados, podendo ser a eles agregados outros fatores em conformidade com cada caso concreto, tanto no que diz respeito aos fatos originários quanto às especificidades do trajeto transicional.

Para efeito da produção textual presente, será adotado o entendimento expresso pela Dra Eneá de Stuts Almeida, citado anteriormente.

4.4.1. Memória e verdade

Embora o eixo principal e de maior visibilidade no processo transicional do Brasil esteja situado na esfera reparatoria de caráter econômico vinculado à atividade laboral de origem, a memória e a verdade também significam vieses de grande expressão. Possivelmente, isso ocorre pela proximidade natural do ponto de vista documental. Para que requerimentos de anistia sejam analisados e decididos, são necessários o conteúdo probatório e a exposição de fatos. Na esfera administrativa não há o contraditório, é imputada à parte interessada a obrigatoriedade da apresentação do histórico e documentos probatórios de prejuízos suportados em virtude de perseguição por posicionamento político ideológico contrário à ditadura militar e atentatório à Lei de Segurança Nacional. Cabe, por força da lei, à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, caso entenda necessário, oficial órgãos, empresas, instituições, tribunais e onde mais vislumbre utilidade às análises, com a finalidade de esclarecer e complementar informações que escapam do alcance do interessado.

Esse trabalho traz à luz nacional milhares de casos e fatos históricos que, após análise, tornam-se arquivo das diversas verdades e memórias. Ao lado da reparação econômica à memória e a verdade, indubitavelmente, se

despontaram, ainda que não de forma sistematizada, o que passou a acontecer após, a partir da criação do Museu de Anistia. Vale ainda ressaltar que durante as Sessões de Julgamento ocorridas na Comissão de Anistia, há mais de uma década, o interessado é o primeiro a ter o direito de manifestar-se oralmente, na sequência o advogado, quando há, e por fim outro procurador que esteja presente. Embora o tempo tenha de ser dividido quando mais de uma pessoa para a exposição oral, em inúmeros momentos, o registro oral é carregado de informações e vivências de excepcionais e diversas importâncias sociais e históricas.

A criação da Comissão Nacional da Verdade – CNV, ainda que lamentavelmente não tenha sido ato voluntário movido pela consciência estatal em momento transicional e em que contávamos com um dos governos mais populares após a ditadura civil militar, mas resultado de uma sentença internacional, certamente foi passo de avanço na identificação, verificação sobre memória e verdade. Uma pesquisa nacional foi iniciada, dividida em inúmeros segmentos considerados de maior expressividade e com a possibilidade da absorção de assuntos que poderiam ser considerados menores. Dentre esses tópicos, foi a Guerrilha do Araguaia. No entanto, observa-se que muito sobre o assunto não foi buscado e apreciado, bem como não foi dada a devida profundidade e abrangência aos movimentos acontecidos no Estado do Pará.

Sobre a convencionalmente chamada Guerrilha do Araguaia, não houve maiores esforços quanto à exposição de documentos secretos ou, em virtude da conhecida dificuldade, maior e mais profundo contato com os camponeses que suportaram o conflito, nem mesmo estudo dos claros laços demonstrados pela sociologia, história, antropologia, direito, entre a ditadura civil militar e os conflitos por terra, o crescimento do latifúndio e da grilagem. Nesse lastro, a história camponesa para além da guerrilha se reflete em todo o Pará, de maneira veemente e sanguinária com respingos até os dias de hoje, além de seus resvalos por todo o país. Relatórios de comissões estaduais da verdade dão conta de tais fatos de suma significância. Ainda assim, sem dúvidas, foi o maior e mais abrangente evento vinculado à memória e verdade e que obteve maior expressão nacional e midiática.

Outras iniciativas foram postas em prática, embora sejam compreendidas também de cunho reparatório (Abraão e Torelly, 2011), o que não se coaduna com o presente documento que compreende os trabalhos relativos à memória e verdade como reconhecedores de indivíduos, passíveis de dar-lhes visibilidade e ouvidos, eis que voz sempre tiveram, passo para o conhecimento e busca de direitos. Certamente há a conotação de inclusão, inserção na sociedade, somente por esse aspecto, absolutamente amplo, poderia ser visto como reparatório ao passo que lhes devolve possibilidades que podem ser reparatórias ou não.

No âmbito da própria CA, medidas significativas, como as Caravanas de Anistia, o Memorial da Anistia e o projeto Marcas da Memória, foram implementadas. Porém, pela falta de interesse do Estado, tais ações não contaram com o apoio institucional e econômico necessário às suas grandes expressões, incluindo a divulgação necessária para provocar o devido envolvimento de entidades da sociedade civil e outros órgãos e entidades, ainda que estatais.

O alcance limitado das atividades desenvolvidas tornou os trabalhos desenvolvidos e trazidos à tona, de eficiência menor, que não somaram a devida importância ao processo transicional. No projeto Marcas da Memória, foram feitas audiências públicas, coletas de história oral, diversas publicações e chamadas públicas de fomento à iniciativas da sociedade (Abraão e Torelly, 2011), o que incluiu o projeto Clínicas do Testemunho.

Apesar de todos os esforços, os resultados não alcançaram os resultados desejados. No que tange a coleta de história oral, percebe-se pela leitura dos documentos produzidos que os tomadores das oitivas não passaram por treinamento ou tiveram detidas instruções sobre o mecanismo, ou mesmo estudo prévio sobre o assunto em questão. No mesmo lastro, em muitas das Caravanas de Anistia, não foram feitas as mobilizações locais necessárias a maior visibilidade e participação popular via escolas e demais elementos da sociedade civil.

Inegáveis os esforços desprendidos por parte da Secretaria de Direitos Humanos e Comissão de Anistia para as ações mencionadas e suas execuções. No entanto, sem o envolvimento do mando estatal, em especial do Ministro da Justiça sob a tutela da Presidência da República, torna frágil, de aparência e conteúdo, todos os esforços para a transição.

4.4.2. Reparação das vítimas

É importante que a reparação seja tratada no seu termo amplo, ainda que não haja aprofundamento sobre o tema, para que possa ser compreendida e analisada em conformidade com os preceitos legais. Para que sejam tratados conceitos de reparação, é fundamental demonstrar os entendimentos quanto a danos. Onde há dano, há, em regra, um responsável e/ou um agente que o causou ou praticou. A isso, dá-se o nome de responsabilidade civil. Essa responsabilidade está expressa em nossa CF-88, quando no art. 37, parágrafo 6º, declara:

Art. 37- A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Conceitos adotados por alguns doutrinadores – Responsabilidade civil:

Doutrinador	Conceitos
Maria Helena Diniz	Responsabilidade civil é a aplicação de medidas que obriguem uma pessoa a reparar dano moral ou patrimonial causado a terceiro em razão de ato por ela mesmo praticado, por pessoa por quem responda, por algo que a pertença ou por simples imposição legal.
Pablo Stolze	Deriva da transgressão de uma norma jurídica civil preexistente, impondo ao infrator a consequente obrigação de indenizar o dano.

Embora estejam identificados, conceituados há muito, ainda hoje encontramos equívocos na compreensão do que é dano material e pessoal. O primeiro tem natureza jurídica vinculada ao patrimônio físico, corpóreo, e trata-se de um bem material que sofreu a diminuição de seu valor ou foi

extinto, em decorrência de ato culposo ou doloso, praticado por terceiro. A apuração da responsabilidade civil não se mistura com eventual responsabilidade penal, atuam em esferas diferenciadas.

Dentro do espectro do dano material, encontramos mais dois subtipos, lucros cessantes e danos emergentes. O primeiro faz referência àquilo que a pessoa, em virtude do dano suportado, deixou de ganhar, e o segundo diz respeito aos gastos que a vítima foi obrigada a fazer.

O dano moral ou pessoal perpassa os valores pecuniários e alcança as marcas invisíveis. São as dores psicológicas e/ou emocionais, os traumas que se instalam na vida de alguém em decorrência de um ato ilícito praticado por terceiro.

Há ainda a possibilidade do que é conhecido como dano estético, o que ocorre quando há deformidade, cicatriz ou marca corpórea que coloque a pessoa em dissonância com seus valores e conceitos e referências pessoais do que seja saudável, bonito, esteticamente aceitável, bem como quando a diferença física causa estranheza à sociedade em que vive e isso lhe causa mal-estar.

Dessa forma, em resumo, fica afirmado que o dano está situado, exatamente, na diferença entre o que o indivíduo era ou tinha, e o que se torna ou passa a ter depois do ato ilícito praticado. No ordenamento jurídico nacional:

Grupo	Subgrupo	Conceito
Dano material		Vinculado ao patrimônio físico, corpóreo, trata-se de um bem material que sofreu a diminuição de seu valor ou foi extinto, em decorrência de ato culposo ou doloso, praticado por terceiro.
	Lucros cessantes	Faz referência àquilo que a pessoa, em virtude do dano suportado, deixou de ganhar.
	Danos emergentes	Diz respeito aos gastos que a vítima foi obrigada a fazer.

Grupo	Subgrupo	Conceito
Dano moral		São as dores psicológicas e/ou emocionais, os traumas que se instalam na vida de alguém em decorrência de um ato ilícito praticado por terceiro.
Dano estético		Deformidade, cicatriz ou marca corpórea que coloque a pessoa em dissonância com seus valores e conceitos e referências pessoais do que seja saudável, bonito, esteticamente aceitável, bem como quando a diferença física causa estranheza à sociedade em que vive e isso lhe causa mal-estar.

Outro ponto importante para a compreensão do que será exposto diz respeito ao entendimento sobre o que é indenização, reparação e compensação, eis que guardam diferenças e, em muitos momentos, são confundidas, simplificadas e/ou recebem tratativa igualitária. Vale ressaltar que ainda não há entendimento pacífico na doutrina. Para efeito da presente escrita, serão utilizados os conceitos abaixo:

Tipo	Subtipo	Conceito
Reparação		Dever de fazer voltar ao que era, o patrimônio ou situação de uma pessoa após um ato lesivo.
	Indenização	Um tipo de reparação. A pecuniária em substituição ao bem danificado ou prejuízo causado.
	Compensação	Tipo de reparação <i>in natura</i> , ou seja, a reposição ou recomposição do bem por outro semelhante ou a restauração do bem danificado.

A Lei nº 10.559-02, que regulamenta o art. 8º dos ADCTs da CF-88, criou a Comissão de Anistia.

Art. 8º, dos ADCTs da CF-88:

Art. 8º É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, ... (...) § 3º Aos cidadãos que foram impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica, em decorrência das Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica nº S-50-GM5, de 19 de junho de 1964, e nº S-285-GM5, **será concedida reparação de natureza econômica**, na forma que dispuser lei de iniciativa do Congresso Nacional e a entrar em vigor no prazo de doze meses a contar da promulgação da Constituição.

Lei nº 10.559-02:

Art. 1º O Regime do Anistiado Político compreende os seguintes direitos:

I - declaração da condição de anistiado político;

II - reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única ou em prestação mensal, permanente e continuada, asseguradas a readmissão ou a promoção na inatividade, nas condições estabelecidas no caput e nos §§ 1º e 5º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

O exposto nas leis confirma o conceito adotado no presente texto. Reparação é o termo abrangente, onde a indenização é um tipo. Vejamos que, no Art. 8º, publicado no ano de 1988, o termo utilizado foi “reparação”, enquanto a Lei nº 10.559-02, publicada depois de 14 anos, ambas com período compreendido para efeito de apuração do direito a anistia, ampliados de 1961 para 1946 e de 1979 para 1988, conforme anteriormente previsto pela Lei nº 6.683, de 1979, mantido pela EC 26, de 1985.

É notória a necessária e devida ampliação da lei, como também a melhor definição dos meios reparatórios. O termo “indenização”, utilizado na Lei nº 10.559-02, foi inserido adequadamente, uma vez que até o ano de 2002 temos um lapso temporal de mais ou menos 40 anos. A depender do caso concreto, caso o prejuízo datasse de 1946, teríamos um lapso temporal

entre o dano e sua reparação de quase 70 anos. Obviamente, seria impossível atuar com a recomposição da situação anterior, o que aconteceria com o retorno ao trabalho, seja pela idade, pelo despreparo atual ocorrido em virtude dos avanços tecnológicos não acompanhados, ou pela ausência ou inexistência de determinadas empresas, órgãos e até mesmo cargos.

No intuito de abarcar a todos, a lei especificou duas modalidades de reparação econômica, com efeito indenizatório, uma vez que não é possível a recomposição exata da situação anterior para a maioria dos quadros. Ainda assim, no esforço de aproximar-se, quando possível, da realidade laboral que o interessado teria, todo o espectro para a aferição do valor indenizatório tem como base critérios vinculados ao labor. Evidentemente, o resultado será sempre ficto, mas a segurança jurídica está, justamente, no fato da aferição dos valores ter como base a atividade laboral exercida pelo detentor do direito. O art. 6º da Lei nº 10.559-02 determina:

Art. 6º O valor da prestação mensal, permanente e continuada, será igual ao da remuneração que o anistiado político receberia se na ativa estivesse, considerada a graduação a que teria direito, obedecidos os prazos para promoção previstos nas leis e regulamentos vigentes, e asseguradas as promoções ao oficialato, independentemente de requisitos e condições, respeitadas as características e peculiaridades dos regimes jurídicos dos servidores públicos civis e dos militares, e, se necessário, considerando-se os seus paradigmas.

§ 1º O valor da prestação mensal, permanente e continuada, será estabelecido conforme os elementos de prova oferecidos pelo requerente, informações de órgãos oficiais, bem como de fundações, empresas públicas ou privadas, ou empresas mistas sob controle estatal, ordens, sindicatos ou conselhos profissionais a que o anistiado político estava vinculado ao sofrer a punição, podendo ser arbitrado até mesmo com base em pesquisa de mercado.

Inequívoco o caráter laboral, portanto, material contido na lei. O parágrafo 1º elimina qualquer dúvida que poderia surgir a respeito da gênese

reparatória proposta pela lei, o que resulta no viés indenizatório. O citado parágrafo apresenta um rol de possibilidades, não exaustivas e em clara ordem de preferência, eis que segue a proximidade com a realidade laboral até considerar a possibilidade de arbítrio “até mesmo com base em pesquisa de mercado”.

Claro está o esforço do legislador em abarcar, cobrir a necessidade reparatória de todas as situações possíveis, por meio de eliminação, até a possibilidade do arbítrio, e que esse ocorra, “até mesmo com base em pesquisa de mercado”.

A outra modalidade indenizatória diz respeito àquele que não consegue comprovar atividade laboral, opta por ela, ou foi impedido de exercer essa atividade em virtude de ser estudante e/ou encontrar-se nos cadastros da Segurança Nacional. Nesse caso, há a fixação expressa de 30 salários-mínimos por ano comprovado de perseguição, o que gera um valor mensal de 2 salários mínimos e meio. Vejamos que se trata de puro arbítrio, ou seja, indenização cujo valor foi aferido com base em raciocínio não exposto na lei, conforme ocorre com a prestação mensal, permanente e continuada, mas certamente com a consideração, à época, da realidade salarial da maioria dos nacionais.

Paulo Abraão e Marcelo Torelli entendem de maneira diversa. Vislumbram que dentro da reparação preceituada pela lei estão incluídas a indenização pelo dano moral e a compensação. O entendimento ora exposto considera que, por tratar-se de reparação de caráter indenizatório, e pelo fato de o art. 6º, e parágrafos, especificarem a base para a aferição dos valores indenizáveis e estes não serem exaustivos, a Comissão de Anistia, com base no permissivo legal, por seu arbítrio, pode praticar a reparação indenizatória com base na atividade laboral e, ainda, agregar a ela valor compensatório, até mesmo pelos danos estéticos eventualmente suportados. No entanto, não é a prática adotada pela CA.

A apuração dos valores indenizados tem como base somente a ficção sobre a atividade laboral, em momento algum sendo expressos em qualquer voto ou entendimento da CA, que àquele valor seria agregado qualquer outro de caráter compensatório, ou que, em virtude de dificuldades ou complexidade na fixação de tais valores, a CA, naquele caso concreto,

trabalharia com o arbítrio de valor, estando incluída ali a compensação pela perda, por exemplo, dos insumos, da terra, ou outras similares.

Quanto ao dano moral, por óbvio, não está inserido na lei 10.559-02, portanto, não é de competência da CA. Trata-se de outra natureza jurídica, totalmente diversa, embora encontrem-se no resultado prático, ou seja, no âmbito dos prejuízos e dores suportados.

Os trabalhos efetuados pelas Clínicas do Testemunho, que não estão previstas na Lei nº 10.559-02, mas fazem parte expressa da Justiça de Transição, têm o caráter mais voltado à memória que a reparação individual. O Estado ali atua no sentido de amparar as vítimas e seus familiares no paralelo da construção da verdade e memória. Trata-se de um meio de diminuir as dores suportadas, mas não de indenizar pelo sofrido até então. Até mesmo porque não há comprovação alguma de que tais dores se esvaíam a partir dessas medidas, e, ainda que assim o fosse, há o lapso temporal em que a pessoa e seus familiares foram obrigados a conviver com toda a carga emocional em desequilíbrio, fato que, certamente, refletiu na tratativa familiar e convívio socioprofissional.

4.4.2.1. Reparação econômica – Principal aspecto da Justiça de Transição no Brasil

No Brasil, o viés reparatório certamente foi privilegiado. No entanto, é necessário entender os motivos históricos que conduziram a esse fato, bem como sua gênese. Hoje, é possível que haja leitura social e acadêmica no sentido de que as atenções voltadas para os atos reparatórios sejam responsáveis pelo travamento, pela lentidão e menor importância destinadas aos demais tópicos transicionais.

Outro ponto relevante diz respeito à leitura imediata praticada pela sociedade civil, cuja parte, com o auxílio de parlamentares e alguns órgãos de comunicação, entendem a reparação econômica de maneira totalmente equivocada. Antes, não a vêem como reparação por um dano causado pelo Estado, e sim uma “pensão”, um benefício, um tipo de aposentadoria, sendo, portanto, um entendimento absolutamente injusto. Soma-se a este o fato de que a demora para as análises e definições das decisões finais nos requerimentos de anistia, ainda que na esfera administrativa, geram um passivo pecuniário.

A lei determina que o passivo devido pelo Estado inicia sua contagem a partir do primeiro requerimento de anistia, tenha sido ele feito na Comissão de Anistia do MJ ou em outro órgão. A par, há também a contabilidade relativa ao período em que o requerimento permanece aguardando decisão. Quando é feita a soma do período pretérito (quando há), mais o período de espera pela decisão na CA do MJ, muitas vezes chega-se a valor significativo, considerado vultoso, o que serve ao afloramento da crítica social.

No entanto, mais uma vez há injustiça na crítica firmada. Vejamos que a omissão, a demora para que seja prolatado o resultado é praticada pelo Estado, e não pelo requerente ou interessado. Em 80% dos casos, a faixa etária dos requerentes é superior aos 60 anos. Há requerentes com mais de 70, 80, até 90 anos que aguardam decisão há mais de uma década. Todas essas pessoas e familiares, certamente, prefeririam estar recebendo a reparação e cuidando de sua saúde a serem obrigados a uma espera que gera passivo, ainda que possa ser vultoso, alvo de críticas e mal-entendido social.

Além disso, os retroativos ou passivos reparatórios, cuja PMPC seja igual ou superior a R\$2.000,00 (dois mil reais), são pagos sem correção monetária ou juros em até 9 (nove) anos. Qual seja, o valor não sofre qualquer correção, seja por mero ajuste pelos índices da inflação ou pela demora no pagamento de um valor de caráter reparatório. Nenhum desses aspectos é demonstrado, exposto pela grande mídia no intuito de esclarecimento à população. Ainda que o instituto da anistia e seu método reparatório possam ser criticados, que o sejam com base em fatos, elementos reais. A verdade, a transparência e a correta informação dos fatos são direitos dos cidadãos, garantidos constitucionalmente.

A primeira lei de anistia, de nº 6.683, é datada de 28 de agosto de 1979, ainda durante o regime militar. Nesse período, obviamente, apesar dos esforços civis, foi ajustado o possível, e não o devido. O possível foi a devolução dos postos de trabalho, especialmente nas esferas governamentais, pois expressavam menor demanda financeira e organizacional.

O momento seguinte foi estabelecido pela Emenda Constitucional número 26, datada de 1985, ocasião em que foi convocada a Assembleia

Nacional Constituinte e ampliada a anistia. Na sequência, foi novamente ampliada por meio do art. 8º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal promulgada no dia 5 de outubro de 1988. Esse diploma legal deu continuidade ao que já estava previsto na Lei nº 6.683, de 1979, e ampliou as reparações anteriormente previstas, a saber:

No ano de 1995, dia 4 de dezembro, foi publicada uma legislação específica direcionada aos mortos e desaparecidos políticos e seus familiares. Em 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso publicou MP que criou a Comissão de Anistia no Ministério da Justiça, ornada na Lei nº 10.559, no ano de 2002.

Toda legislação subsequente à lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, seguiu o seu viés reparatório. Vale ressaltar que a lei em referência foi resultado dos esforços civis e de organizações nacionais e estrangeiras voltadas para a anistia e liberdades sociais, e que foi aprovada com uma diferença de apenas 5 votos, num conjunto de mais de 400 parlamentares votantes. Esse fato demonstra a dificuldade existente para o início do processo de queda da ditadura, bem como a invisibilidade quanto a outros aspectos transicionais.

Certamente a manutenção do viés reparatório nas leis e medidas subsequentes ocorreu pela menor dificuldade em trabalhar, melhorar algo já existente, do que conseguir estabelecer normas novas em um quadro ainda eivado de autoritarismo. Esse permaneceu especialmente no Legislativo, com a manutenção dos mesmos parlamentares ou seus filhos e aparentados, que fizeram perpetuar os mesmos ideais, ideias e conceitos, como também no Executivo nacional, por meio da manutenção das chefias e assessorias, além dos serviços de informação dentro dos ministérios e empresas estatais e/ou de economia mista.

Vale ainda ressaltar que a demora do Estado para a regulamentação da lei constitucional, bem como a ampliação temporal que permitiu abarcar as mobilizações paredistas, agregou todo esse novo contingente à questão. Grevistas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, Polo Petroquímico de Camaçari, ABC paulista, Usiminas, Petrobras, entre outros que firmaram atividades no fim da década de 70 e, em especial, no início dos anos 80, significaram um grande contingente, além de contarem com expressiva organização, menor idade

em relação aos demais possíveis anistiados, motivo pelo qual atuaram efetivamente para, em primeiro, a inclusão no art. 8º dos ADCTs da CF-88 e, num segundo momento, pela regulamentação desse preceito legal.

Todo esse grupo de grevistas ainda nutria, inicialmente, o desejo do retorno às suas atividades laborais. Com o passar dos anos e a demora do Estado para a definição de suas situações, essa realidade tornou-se distanciada. No entanto, restou a reparação econômica, já de caráter indenizatório.

A Lei nº 10.559-02 pode ser dividida em 3 períodos histórico sociais. Ainda que as datas anotadas não expressem a realidade em todo o país, tem valor referencial, a saber:

Período	Situação
1946 a 1964	Período pré-golpe. Grande mobilização sindical com participação expressa do Partido Comunista Brasileiro – PCB. Grandes reivindicações sobre direitos dos trabalhadores e reforma agrária. Mobilizações na área rural, como as Ligas Camponesas e Trombas e Formoso.
1964 a 1979	Período de resistência ao golpe. Resistência civil, contrarresistência. Resistência armada surgida alguns anos depois.
1979 a 1988	Período da retomada das grandes greves e nova fase do sindicalismo nacional.

As forças que conduziram à lei regulamentadora da anistia, nº 10.559-02, foram direcionadas aos interesses dos atores participantes imediatos, relegados aos demais planos os grupos que não estavam de corpo presente. Os legisladores cumpriram papel mediante a cobrança real e imediata, sem alcançar ou preocupar em alcançar os demais atingidos. A ação foi fundada em desconhecimento, desinteresse ou guarda de interesses opostos ou conflitantes. Houve manifesta e clara falta de conhecimento sobre os demais aspectos relativos à própria reparação, bem como ao que é Justiça de Transição.

Ainda que o fato do viés reparatório seja considerado de menor importância ante ao significado profundo da justiça de transição, não pode ser desprezado ou minorado em detrimento de qualquer outro aspecto. Na medida em que novos aspectos, reparatórios ou não, começam a surgir, é

papel do Estado inserir, e da sociedade organizada requerer essa inserção de valores e ações. Não é hora de retrocesso, olhar com maus olhos ou desvalorizar o que foi construído com muita dureza e trabalho. O momento é de agregar valores. A Justiça de Transição é algo imenso e de profundidade. Portanto, não cabem visões ou análises simplistas, embora precisem ser dinâmicas e simplificadas para que ganhem agilidade e eficácia. A tratativa é sobre o custo da construção de um Estado democrático de direito, e não sobre “dar” dinheiro a uma ou outra pessoa.

4.4.2.1.1. O que as normas de anistia reparam e como

A legislação que trata sobre mortos e desaparecidos políticos, Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, com nova redação parcial dada em 2002, estabeleceu valor para os familiares que comprovem a perda do ente. O valor estabelecido chega a R\$100.000,00 (cem mil reais) e não deixa claro o seu caráter reparatório, embora não exclua a possibilidade do pedido de reparação pelas atividades laborais interrompidas e previstas na Lei nº 10.559-02.

A análise primeira leva ao entendimento de que o valor diz respeito a indenização por danos morais em virtude da perda do ente. Por outro lado, a considerar o pequeno valor para ato tão grave, não parece cumprir essa função e deixar em aberto esse pedido na Justiça. Para conferência e análise, segue:

Art. 1º. São reconhecidos como mortas, para todos os efeitos legais, as pessoas que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, deste então, desaparecidas, sem que delas haja notícias.” (NR)

(...)

Art. 11. A indenização, a título reparatório, consistirá no pagamento de valor único igual a R\$ 3.000,00 (três mil reais) multiplicado pelo número de anos correspondentes à expectativa de sobrevivência do desaparecido, levando-se em consideração a idade à época do desaparecimento e os critérios e valores traduzidos na tabela constante do Anexo II desta Lei.

§ 1º Em nenhuma hipótese o valor da indenização será inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Quanto à Lei nº 10.559-02, esta está fundada nas atividades laborais, seja quanto a demissões, impedimentos de seu exercício, prejuízos e demais atos lesivos suportados. Há um grande rol de possibilidades demonstradas, porém sem caráter definitivo, e sim exemplificativo, a saber:

Art. 2º. São declarados anistiados políticos aqueles que, por motivação exclusivamente política, foram:

I - no período de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988, atingidos por atos institucionais ou complementares, ou de exceção na plena abrangência do termo;

II - punidos com transferência para localidade diversa daquela onde exerciam suas atividades profissionais, impondo-se mudanças de local de residência;

III - punidos com perda de comissões já incorporadas ao contrato de trabalho ou inerentes às suas carreiras administrativas;

IV - compelidos ao afastamento da atividade profissional remunerada, para acompanhar o cônjuge;

V - impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica em decorrência das Portarias Reservadas do Ministério da Aeronáutica nº S-50-GM5, de 19 de junho de 1964, e nº S-285-GM5;

VI - punidos, demitidos ou compelidos ao afastamento das atividades remuneradas que exerciam, bem como impedidos de exercer atividades profissionais em virtude de pressões ostensivas ou expedientes oficiais sigilosos, sendo trabalhadores do setor privado ou dirigentes e representantes sindicais, nos termos do § 2º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

VII - punidos com fundamento em atos de exceção, institucionais ou complementares, ou sofreram punição disciplinar, sendo estudantes;

VIII - abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969;

IX - demitidos, sendo servidores públicos civis e empregados em todos os níveis de governo ou em suas fundações públicas, empresas públicas ou empresas mistas ou sob controle estatal, exceto nos Comandos militares no que se refere ao disposto no § 5º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

X - punidos com a cassação da aposentadoria ou disponibilidade;

XI - desligados, licenciados, expulsos ou de qualquer forma compelidos ao afastamento de suas atividades remuneradas, ainda que com fundamento na legislação comum, ou decorrentes de expedientes oficiais sigilosos.

XII - punidos com a transferência para a reserva remunerada, reformados, ou, já na condição de inativos, com perda de proventos, por atos de exceção, institucionais ou complementares, na plena abrangência do termo;

XIII - compelidos a exercer gratuitamente mandato eletivo de vereador, por força de atos institucionais;

XIV - punidos com a cassação de seus mandatos eletivos nos Poderes Legislativo ou Executivo, em todos os níveis de governo;

XV - na condição de servidores públicos civis ou empregados em todos os níveis de governo ou de suas fundações, empresas públicas ou de economia mista ou sob controle estatal, punidos ou demitidos por interrupção de atividades profissionais, em decorrência de decisão de trabalhadores;

XVI - sendo servidores públicos, punidos com demissão ou afastamento, e que não requereram retorno ou reversão à atividade, no prazo que transcorreu de 28 de agosto de 1979 a 26 de dezembro do mesmo ano, ou tiveram seu pedido indeferido, arquivado ou não conhecido e tampouco foram considerados aposentados, transferidos para a reserva ou reformados;

XVII - impedidos de tomar posse ou de entrar em exercício de cargo público, nos Poderes Judiciário, Legislativo ou Executivo, em todos os níveis, tendo sido válido o concurso.

§ 1º No caso previsto no inciso XIII, o período de mandato exercido gratuitamente conta-se apenas para efeito de aposentadoria no serviço público e de previdência social.

§ 2º Fica assegurado o direito de requerer a correspondente declaração aos sucessores ou dependentes daquele que seria beneficiário da condição de anistiado político.

Aliada a reparação com base em valores correspondentes às atividades laborativas, a lei também garante o retorno ao posto ou emprego, a retomada aos estudos, revalidação de diplomas e contagem de tempo de serviço para todos os efeitos, todos os itens agregadores de valores à formação profissional e às atividades laborais, a saber:

Art. 1º O Regime do Anistiado Político compreende os seguintes direitos:

I - declaração da condição de anistiado político;

II - reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única ou em prestação mensal, permanente e continuada, asseguradas a readmissão ou a promoção na inatividade, nas condições estabelecidas no caput e nos §§ 1º e 5º do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III - contagem, para todos os efeitos, do tempo em que o anistiado político esteve compelido ao afastamento de suas atividades profissionais, em virtude de punição ou de fundada ameaça de punição, por motivo exclusivamente político, vedada a exigência de recolhimento de quaisquer contribuições previdenciárias;

IV - conclusão do curso, em escola pública, ou, na falta, com prioridade para bolsa de estudo, a partir do período letivo interrompido, para o punido na condição de estudante, em escola pública, ou registro do respectivo diploma para os que concluíram curso em instituições de ensino no exterior, mesmo que este não tenha correspondente no Brasil, exigindo-se para isso o diploma ou certificado de conclusão do curso em instituição de reconhecido prestígio internacional; e

V - reintegração dos servidores públicos civis e dos empregados públicos punidos, por interrupção de atividade profissional em decorrência de decisão dos trabalhadores, por adesão à greve em serviço público e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional por motivo político.

Parágrafo único. Aqueles que foram afastados em processos administrativos, instalados com base na legislação de exceção, sem direito ao contraditório e à própria defesa, e impedidos de conhecer os motivos e fundamentos da decisão, serão reintegrados em seus cargos.

Houve um grande questionamento quanto a possibilidade do pedido de indenização por danos morais a ser somada a reparação pelos prejuízos laborais. Muito debate e decisões em sentido contrário, especialmente com base em um art. da própria lei 10.559-02:

Art. 3º A reparação econômica de que trata o inciso II do art. 1º desta Lei, nas condições estabelecidas no caput do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, correrá à conta do Tesouro Nacional.

§ 1º A reparação econômica em prestação única não é acumulável com a reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada.

No decorrer dos debates, e com a apresentação de outro art. da mesma lei, somado a entendimentos relativos a natureza jurídica de cada modalidade indenizatória, novas decisões em sentido contrário surgiram e hoje estão consolidados em jurisprudência:

Art. 16. Os direitos expressos nesta Lei não excluem os conferidos por outras normas legais ou constitucionais, vedada a acumulação de quaisquer pagamentos ou benefícios ou indenização com o mesmo fundamento, facultando-se a opção mais favorável.

No que tange a modalidade reparatória, a forma e a maneira de apuração, é, sem dúvida, o tópico que gerou, e gera, maior discrepância de entendimentos entre a esfera administrativa e judicial. As modalidades são:

Art. 4º A reparação econômica em prestação única consistirá no pagamento de trinta salários mínimos por ano de punição e será devida aos anistiados políticos que não puderem comprovar vínculos com a atividade laboral.

§ 1º Para o cálculo do pagamento mencionado no caput deste artigo, considera-se como um ano o período inferior a doze meses.

§ 2º Em nenhuma hipótese o valor da reparação econômica em prestação única será superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Seção II

Da Reparação Econômica em Prestação Mensal, Permanente e Continuada

Art. 5º A reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada, nos termos do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, será assegurada aos anistiados políticos que comprovarem vínculos com a atividade laboral, à exceção dos que optarem por receber em prestação única.

Quanto ao aspecto da composição do valor à ser reparado, a Comissão de Anistia, com base no entendimento que considera a legalidade e moralidade da administração pública, aplica, em linhas gerais, o arbitramento com base na pesquisa de mercado, sem a consideração de progressão funcional. Decisões nesse sentido foram questionadas judicialmente e revistas de maneira a considerar que o arbitramento com base em pesquisa de mercado é a última opção dentre as hierarquicamente seguras apresentadas pela lei. O entendimento judicial é no sentido de que deve prevalecer a determinação legal quanto a “progressão funcional como se na ativa estivesse”, bem como os critérios e validades documentais (i) apresentadas pelo requerente, (ii) informações de órgãos oficiais, bem como fundações e empresas mistas sob controle estatal, (iii) ordens, sindicatos ou conselhos profissionais a que o anistiado político estava

vinculado ao sofrer a punição, (iiii) podendo ser arbitrado até mesmo com base em pesquisa de mercado:

Art. 6º O valor da prestação mensal, permanente e continuada, será igual ao da remuneração que o anistiado político receberia se na ativa estivesse, considerada a graduação a que teria direito, obedecidos os prazos para promoção previstos nas leis e regulamentos vigentes, e asseguradas as promoções ao oficialato, independentemente de requisitos e condições, respeitadas as características e peculiaridades dos regimes jurídicos dos servidores públicos civis e dos militares, e, se necessário, considerando-se os seus paradigmas.

§ 1º O valor da prestação mensal, permanente e continuada, será estabelecido conforme os elementos de prova oferecidos pelo requerente, informações de órgãos oficiais, bem como de fundações, empresas públicas ou privadas, ou empresas mistas sob controle estatal, ordens, sindicatos ou conselhos profissionais a que o anistiado político estava vinculado ao sofrer a punição, podendo ser arbitrado até mesmo com base em pesquisa de mercado.

§ 2º Para o cálculo do valor da prestação de que trata este artigo, serão considerados os direitos e vantagens incorporados à situação jurídica da categoria profissional a que pertencia o anistiado político, observado o disposto no § 4º deste artigo.

§ 3º As promoções asseguradas ao anistiado político independem de seu tempo de admissão ou incorporação de seu posto ou graduação, sendo obedecidos os prazos de permanência em atividades previstos nas leis e regulamentos vigentes, vedada a exigência de satisfação das condições incompatíveis com a situação pessoal do beneficiário.

§ 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se paradigma a situação funcional de maior frequência constatada entre os pares ou colegas contemporâneos do anistiado que apresentavam o mesmo posicionamento no cargo, emprego ou posto quando da punição.

(...)

Art. 7º O valor da prestação mensal, permanente e continuada, não será inferior ao do salário mínimo nem superior ao do teto

estabelecido no art. 37, inciso XI, e § 9º da Constituição.

§ 1º Se o anistiado político era, na data da punição, comprovadamente remunerado por mais de uma atividade laboral, não eventual, o valor da prestação mensal, permanente e continuada, será igual à soma das remunerações a que tinha direito, até o limite estabelecido no caput deste artigo, obedecidas as regras constitucionais de não-acumulação de cargos, funções, empregos ou proventos.

§ 2º Para o cálculo da prestação mensal de que trata este artigo, serão asseguradas, na inatividade, na aposentadoria ou na reserva, as promoções ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teria direito se estivesse em serviço ativo.

4.4.2.1.2. Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e julgados do Pará

A tratativa legal dada pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça foi expressa no item acima. No entanto, resta apontar o quantitativo de requerimentos oriundos do Pará que foram analisados, julgados, seus resultados e motivações.

A maior parte dos requerimentos protocolados diz respeito aos camponeses vitimados durante a Guerrilha do Araguaia e a Batalha dos Perdidos. Há pouquíssimos oriundos de outros eventos, ainda que vinculados à briga pela terra, e o outro quantitativo de maior expressão diz respeito aos indígenas, especialmente os atingidos durante a Guerrilha do Araguaia.

Com base nessas informações, foram elaborados os quadros abaixo no intuito de melhor expor os dados encontrados. Vale ressaltar que as questões oriundas do campesinato, em especial as relativas ao Estado do Pará, onde houve a intervenção direta das Forças Armadas, são consideradas de alta complexidade, o que gerou a necessidade de ampla pesquisa literária e de campo. Nesses casos, a CA, em regra, pratica julgamentos em bloco, ou seja, prepara um determinado número de requerimentos que dizem respeito ao mesmo assunto e aspecto, os analisa e leva a julgamento em conjunto. Julgamentos independentes, nesses casos, são raros, motivos pelos quais foram preteridos da análise, que tem uma finalidade exemplificativa e não definitiva.

2015 – Caravanas de Anistia – Guerrilha do Araguaia

Data e local	Sessão	Total pauta	Deferidos	Indeferidos	Adiados	Convertido em diligência	Vistas regimentais
17 de abril Assembleia Legislativa Tocantins - Palmas - TO	9ª Caravana de Anistia	55	11	37	7	-	-
25 de agosto Auditório Tancredo Neves - MJ	19ª Caravana de Anistia – Caravana Cultural	187	30	157	-	-	-
10 de dezembro UFPA - Belém - PA	92ª Caravana de Anistia	101	35	39	22	1	4
Total		343	76	233	29	1	4

2014 – Caravana da Anistia – Guerrilha do Araguaia

Data e local	Sessão	Total pauta	Deferidos	Indeferidos	Adiados	Convertido em diligência	Vistas regimentais
20 de fevereiro – Praça Duque De Caxias – Marabá - PA	83ª Caravana de Anistia	7	3*	-	4	-	-
Total		7	3	-	4	-	-

2009 – Caravana de Anistia – Guerrilha do Araguaia

Data e local	Sessão	Total pauta	Deferidos	Indeferidos	Adiados	Convertido em diligência	Vistas regimentais
17 de junho – São Domingos do Araguaia - PA	Caravana de Anistia	91	44	44	3	-	-
Total		91	44	44	3	-	-

Totais gerais das caravanas

Ano	Total pauta	Deferidos	Indeferidos	Adiados	Convertido em diligência	Vistas regimentais
2018	123	12	61	41	6	3
2015	343	76	233	29	1	4
2014	7	3*	-	4	-	-
2009	91	44	44	3	-	-
Totais gerais	564	135	338	77	7	7

Totais gerais deferidos

Ano	Total pauta	Deferidos	Demais situações
2018	123	12	111
2015	343	76	267
2014	7	3*	4
2009	91	44	47
Totais gerais	564	135	419

Totais gerais deferidos por ano - em percentuais

Ano	Deferidos	Demais situações
2018	9,5%	90,5%
2015	22%	78%
2014	46%	44%
2009	49%	51%

Total geral deferidos pela Comissão de Anistia - em percentual

Ano	Deferidos	Indeferimentos e demais situações
Totais gerais	24%	76%

A simples leitura dos quadros acima expõe o alto índice de indeferimentos praticados pela CA, o que veio se agravando nos últimos anos. As negativas estão pautadas na falta de provas, conforme já exposto, bem como suas razões, motivações e análise crítica sobre a prática interpretativa

por ela efetuada, motivo pelo qual é apresentada sugestão para interpretação das normas vinculadas à anistia política e aos Direitos Humanos.

4.4.3. Reforma das instituições

As mudanças institucionais seguem com passos mais largos, no entanto, ainda muito lentos. Inequívoco o raciocínio de que os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário foram tomados por indivíduos ali dispostos ao serviço dos ideários ditatoriais. Ainda que a ditadura tenha acabado, esta se deu antes como nomenclatura. O conteúdo desse final e a formação de novo ideário com direção à democracia ainda persiste em andamento.

Todos os 3 poderes do Estado sofreram forte intervenção ditatorial. No Poder Executivo, a forma de ingresso ocorre por meio de definição governamental, normalmente com base em ajustes políticos. Há também os milhares de cargos de confiança, cujo próprio nome define o viés das atividades que serão desenvolvidas.

No Legislativo, embora a ocupação dos cargos de maior importância ocorra por meio do voto direto, ainda não há uma independência do cidadão em virtude da cultura nacional em que votos são atrelados a pagamento por ações e benesses prestadas pelo candidato a si, ou a algum familiar ou conhecido. Soma-se ainda a herança do sobrenome, da casta, da família. Ainda vemos no cenário nacional neto, sobrinho de parlamentar ocupando o que seria seu lugar. Normalmente, esse parentesco carrega os eleitores pretéritos e, em suma, faz com que o eleito também mantenha o viés ideológico de seu antecessor e “padrinho”.

No Poder Judiciário, o ingresso ocorre por avaliação de mérito na formação acadêmica, com sistema de aferição significativamente rígida que resulta em muitos momentos nos casos da Magistratura e Ministério Público, federais ou estaduais, o não preenchimento de todas as vagas. Esse processamento afastou a possibilidade de que o Poder Judiciário permanecesse inflado por cargos de confiança e indicações, conforme o que ocorria na ditadura. A depuração desse poder ocorre de maneira mais célere. Isso também acontece em virtude do crescimento dos ramos do direito, da expansão doutrinária, do aumento das discussões voltadas aos direitos humanos, justiça e outros direitos e deveres garantidos constitucionalmente.

Há 20 anos passados, o candidato ao cargo na magistratura tinha a obrigação de demonstrar conhecimento em 10 ramos do direito, por exemplo, sem nenhum conhecimento na área de teorias vinculadas a Sociologia ou Filosofia do Direito. Hoje, é aferido em mais de 16 ramos do Direito e há a inserção dos temas antes citados, bem como outros que valorizam os direitos humanos, dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais. Pode-se afirmar que o advento da Constituição Federal promulgada no dia 5 de outubro de 1988, por tratar-se de via natural, afetou positivamente o Judiciário, ao passo que os demais poderes ainda permaneceram eivados de ranços da ideologia pretérita.

Hoje, o ingresso no Poder Judiciário, ainda que seja para cargo de suporte decisório, exige dedicação de tempo significativo aos estudos. Essa dedicação leva, obrigatoriamente, à compreensão e assimilação do que significa um Estado Democrático de Direito, o que provoca reflexos nas ações jurisdicionais decisórias, jurisprudenciais e sumulares.

Evidentemente, também há um caráter político, especialmente quando o assunto é o Superior Tribunal Federal – STF. A política está no cidadão e é ele quem ocupa cada vaga, cada espaço e cada atividade laboral voltada para a sociedade. Não há meios de desvinculação nem parece saudável, eis que são engrenagens da mesma máquina de vida.

Demonstrada a visão sobre os 3 poderes, pilares da administração nacional, é fácil identificar que os órgãos a eles vinculados e que deveriam promover a Justiça de Transição, não o fizeram. Poucas atitudes foram tomadas de dentro do governo em direção a sociedade. Somente a partir de 2006, durante a gestão do dr. Paulo Abraão na Secretaria Nacional de Direitos Humanos e na presidência da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, é que ações institucionais foram tiradas do papel e tiveram avanço consideráveis, ainda que distante do necessário.

4.4.4. Justiça

O eixo denominado justiça a abarca em sentido amplo, fato que engloba todos os demais eixos. No entanto, tem sido mais voltado à possibilidade ou obrigatoriedade de criminalização dos agentes da repressão ditatorial.

Prisões e responsabilizações penais com o devido cumprimento de pena tem sido praticado em outros países, até mesmo com base em lei nova que revoga a anterior que tinha vigência em sentido contrário, ou não previa essa modalidade de responsabilização.

No Brasil, o início da transição aconteceu de maneira específica, com base em um acordo de cúpula em que as mudanças aconteceriam de maneira lenta, gradual e contínua. Para além disso, a Lei nº 6.683, de 1979, marco do início transicional, trazia interpretação dúbia. Um grupo, em especial o de militares, sempre compreendeu que a anistia ali exposta versava sobre o direito de todos, militares e civis, agentes do Estado em ação e civis que suportaram tais ações.

O Superior Tribunal Federal – STF, conforme já exposto em outros itens do presente relatório, no ano de 2010, decidiu pela validade dessa interpretação, o que veda a criminalização de todo e qualquer agente estatal que tenha praticado tortura ou ação similar durante a ditadura suportada no Brasil.

Essa decisão confronta as determinações contidas em tratados e convenções internacionais que versam sobre Direitos Humanos e cujo Brasil recepcionou e faz parte. Em suma, vivemos em um impasse jurídico e moral que se arrasta há anos.

O homem tem seu tempo de vida contado, embora não saibamos como se dá essa contagem. Temos somente a certeza de seu perecimento, seu fim. Da mesma forma, temos certeza do período de vida em que a decadência física tem início. Portanto, sabemos que, em virtude do tempo, a maior parte dos agentes da ditadura não se encontram na ativa, enquanto milhares daqueles que suportaram as ações por eles praticadas insistem na vida e aguardam, com esperança, as soluções estatais para que possam morrer com sentimento de algum reconhecimento e dignidade.

Nesse balanço, parece ser mais útil e inteligente a prática da responsabilização na esfera civil e que fosse rechaçada a ideia da criminalização (STUTZ, 2017). Essa ideia, depois de tantos anos trabalhando as reparações econômicas, sugere um tipo de vingança, embora saibamos que não se trata disso. Em suma, não há tempo para enfrentamentos de ideias enquanto pessoas morrem à míngua física e moral, na espera de qualquer sinalização de reconhecimento estatal relativo aos prejuízos suportados.

A dimensão territorial, o período e as diversas culturas do país permitiram que muitos grupos, municípios inteiros, não sentissem um dedo do que era a ditadura. Eram esquecidos, invisibilizados pelo Estado civil e assim continuou a ser com o ditatorial. Há que se reconhecer que a ditadura civil militar, fora grupos de militantes ou assim vistos pelo Estado, grupos que a seus olhos significavam perigo contra a segurança nacional, alcançou diretamente a população urbana e a rural organizada. Talvez mais da metade da população não tenha sentido o lastro da ditadura, suas ditas benesses ou seus atos vis imediatos na pele.

Obviamente, todos estavam alijados de seus direitos mais profundos e vitais, como a expressão de ideias, ir e vir, entre outros. Mas, numa cidade de 15 mil habitantes, com a metade da população na área rural, onde, de 1946 a 1979, não havia luz elétrica, televisão para acesso aos jornais, estradas de acesso fácil e ágil aos demais municípios, transporte coletivo, empregos, pelo que o sustento era tirado da terra e o comércio era compreendido em “budegas”, algum armazém de variedades, esses direitos fundamentais não foram atingidos, sentidos, se quer havia consciência quanto a existência deles.

As medidas estatais devem ser voltadas à satisfação e aos interesses da população maior. Certamente, o que precisamos hoje é que o processo transicional ganhe ritmo e rapidez, para que outros processos possam ser cuidados. Para além dos prejuízos pecuniários e morais que atingiram o agente direto, hoje detentor de direitos, houve também extensão aos seus familiares, o que se pode considerar que atingiu gerações e provocou um prejuízo social. Portanto, a reparação dos prejuízos pecuniários e morais, com base no conjunto de outros eixos da Justiça de Transição, cumprem hoje papel mais importante e simbólico que a prisão de septuagenários ou octogenários, ainda que sejam devidas.

A assunção, por parte das Forças Armadas, de que houve um conflito histórico, de caráter quase mundial, onde forças radicais de esquerda foram caladas por forças radicais de direita, e que as forças de direita praticaram excesso e prejuízos nacionais, significam grande passo no processo transicional brasileiro.

O Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade – CNV deixa claro que não há essa visão por parte das forças armadas. Esse, parece ser o

primeiro e mais útil passo para que os demais tenham continuidade e segurança. Que o Estado brasileiro e as Forças Armadas assumam que no passado histórico houve excesso de forças, erros de ação que conduziram a prejuízos nacionais. Acreditavam no que foi feito como sendo o melhor para o país. Isso está claro e posto nas telas de TV e celulares, nos dias de hoje. Seria importante que os nomes dos oficiais viessem a exposição pública para efeito de clarificação histórica.

5. JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E POVOS DO PARÁ

Para que possamos tratar da Justiça de Transição no Estado do Pará, bem como as suas consequências, é necessário que sejam identificados os grupos abarcados pelos atos perpetrados pelo regime ditatorial, ainda que a identificação não consiga, nesse primeiro momento, abarcar a todos, o que segue:

Grupos identificados

	Casos	Região	Data
1	Guerrilha do Araguaia	Bico do Papagaio	1971 a 1975
2	Batalha dos Perdidos	Parte da região da antiga Fundação Brasil Central, em especial a próxima às margens do rio Araguaia	1976 a 1983
3	Indígenas	Todo o estado	Até 5 de outubro de 1988
4	Camponeses	Todo o estado	Até 5 de outubro de 1988
5	Outros	Todo o estado	Até 5 de outubro de 1988

5.1. Guerrilha do Araguaia – Breve histórico

Para a narrativa sobre a Guerrilha do Araguaia, serão utilizados materiais produzidos pela própria Comissão de Anistia, retirado de votos preferidos, o que torna visível a oficialidade dada aos fatos. O histórico será dividido em tópicos e, em complemento ao já institucionalizado pela CA, serão transcritos trechos de oitivas feitas com diversos camponeses e ex-combatentes.

5.1.1. Introdução

Voto de José Vaqueiro dos Santos:

6. A narrativa do(a) requerente se insere no contexto histórico da chamada “Guerrilha do Araguaia”, movimento de oposição política à ditadura de segurança nacional instalada no país a partir de abril de 1964. Com aproximadamente 70 guerrilheiros, idealizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Guerrilha desenvolveu desde 1966 na região Amazônica no sul dos Estados do Pará e do Maranhão, além do norte do Estado de Goiás (atual Tocantins).

7. Para reprimir o movimento de oposição armada, a ditadura empreendeu o que foi considerado a maior movimentação militar brasileira desde a Segunda Guerra Mundial: entre 1970 e 1975, utilizou cerca de 10 mil homens, realizou seis operações de inteligência e empreendeu três campanhas de repressão. Somente em 2007, com o relatório da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos (CMDP), criada pela Lei 9.140/95, o Estado brasileiro reconheceu 64 pessoas mortas/ desaparecidas, além de inúmeras detenções arbitrárias, torturas e outras violações a direitos humanos [1].

5.1.2. Ações e campanhas militares praticadas pelas Forças Armadas

Voto de Frederico Lopes:

“(…) Assim, as Forças Armadas Brasileiras realizaram três campanhas para eliminação desse foco guerrilheiro entre março de 1972, aos primeiros meses de 1975, sendo que na terceira e última fase de repressão, ocorrida entre 1973 e 1974, houve muita violência e todos os guerrilheiros teriam sido mortos, mesmo como presos com vida.

Foi utilizado um contingente entre 3.000 até mais de 10.000 homens provenientes do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia

Federal e Polícia Militar do Pará, Maranhão e Goiás. Conforme aponta “Hugo Studart” na obra “A Lei da Selva”, durante a segunda campanha, as Forças Armadas utilizaram, nada menos, que 3.260 homens combatentes por doze dias, todos regularmente fardados, na maior mobilização militar do país, desde a II Guerra Mundial. Os dados colacionados pelas Forças Armadas dão notícia de que 75 guerrilheiros teriam sido mortos no local.

Os combates ocorreram dentro da Floresta Amazônica, num polígono de, aproximadamente, 7.000 km² entre o sudeste do Pará e o norte de Goiás (atual norte de Tocantins). Área extensa, com características de selva, afastada dos centros vitais do país e de difícil acesso, com população rarefeita, de baixa instrução e precária situação econômica.”

[...] O livro “Direito à Memória e à Verdade” destaca que nessa primeira campanha os militares prenderam e intimidaram os moradores, além de incentivar com dinheiro a delação sobre os ‘paulista”.

“Nos depoimentos tomados pelo Ministério Público Federal quando da investigação, realizada em 2001, os moradores da região relatam que os militares agiram com brutalidade nos povoados e cidades, aterrorizando a todos. Muitos camponeses foram presos e espancados, e pelo menos dois foram mortos nessa primeira campanha militar.

[...] Encerrada a trégua, a terceira campanha iniciou-se no dia 7 de outubro de 1973. Batizada como ‘Operação Marajoara’, essa nova campanha mobilizou, além do efetivo já presente no local de 250 a 750 militares, especificamente treinados para o combate direto aos guerrilheiros na floresta. A Presidência da República, encabeçada pelo General Médice, assumiu diretamente o controle sobre as operações repressivas. A ordem era não fazer prisioneiros. Segundo o Relatório Arroyo, as Forças Armadas voltaram-se bruscamente sobre a população local.”

Voto de José Vaqueiro dos Santos:

34. *A respeito dessa generalidade, “com o início das campanhas militares de enfrentamento dos guerrilheiros, em abril de 1972, a região, classificada como área de segurança nacional em 1970, se torna um espaço prioritário para a atuação da comunidade de informações (BRASIL, CNV, p. 712713). Ainda em 1987, quando áreas declaradas como de segurança nacional foram desclassificadas, Marabá permaneceu como “indispensável à segurança nacional” (inciso II, parágrafo único, art. 1º, Decreto Lei nº 2.375/1987).*

35. *É nesse contexto que se deram as investidas repressivas, a saber, cronologicamente: a) construção do Batalhão de Infantaria de Selva em Marabá (janeiro de 1970); classificação de Marabá como Área de Segurança Nacional (outubro de 1970); Operação Carajás (1970); Operação Mesopotâmia (1971); descoberta dos guerrilheiros no Araguaia (1972); operação de informações e primeira campanha (abril a junho de 1972); Operação Papagaio (setembro de 1972); Operação Sucuri (maio a outubro de 1973); e Operação Marajoara (outubro de 1973 a 1974). Se considerarmos a “Operação Limpeza” logo após a terceira campanha (1975) e a constante atuação da comunidade de informações e de agentes infiltrados no monitoramento de qualquer atividade política na região – a criação do Grupo Executivo das Terras do Araguaia Tocantins (GETAT) é um exemplo – podemos estender essas operações até 1989 (BRASIL, CNV, p.713715).*

5.1.3. Operação limpeza

Voto do Sr. Frederico Lopes, requerimento 2002.01.

9. *“Em verdade, de janeiro de 1974 até março de 1975, as Forças Armadas iniciaram a chamada ‘Operação Limpeza’,*

visando não deixar nenhum registro de existência da Guerrilha. Corpos foram desenterrados, carregados de helicóptero e incinerados (NASCIMENTO, 2000, p. 147)[3]. A operação é amplamente reconhecida inclusive pelos próprios operadores, conforme relato do terrorista de estado Coronel Pedro Corrêa Cabral: Esta operação tem por objetivo, literalmente, limpar a área para evitar que a imprensa, que é muito abelhuda, venha bisbilhotar depois que formos embora e descubra corpos enterados por aí. Enquanto os capas pretas do PCdoB combatiam numa guerrilha que não tinha mais história, o CIE [Centro de Informação do Exército] combatia a História, para que nela não existisse guerrilha. Equipes militares mandadas ao Araguaia abriram sepulturas, retiraram os corpos espalhados pela região e levaram-nos de helicóptero para a Serra das Andorinhas, onde foram queimados em fogueiras de pneus carecas. (Cabral, 1993, p.243) [4]

Voto do Sr. José Vaqueiro dos Santos:

“[...] Sabe-se que, após 1975, foi realizada na região uma espécie de operação limpeza, que durou até meados de 1978, com a finalidade de eliminar focos de militantes remanescentes na região. Os militares, para evitar a disseminação do movimento e mantê-lo encerrado em limites específicos, se utilizaram das chamadas táticas de combate a guerra revolucionária. Essa limpeza aparentemente se deu em relação a vestígios de documentos e corpos. O jornalista Hugo Studart apresenta que as Forças Armadas ordenaram aos membros do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa), a atear fogo em todos os documentos operacionais da Terceira Campanha, a ‘Operação Marajoara’. No Centro de Informações do Exército (CIE), mesma ordem teria sido dada.”

5.1.4. Consequências na região e ações suportadas pelos camponeses

Voto de Frederico Lopes:

“Relatos trazidos a essa comissão por parte das vítimas da ação do Estado durante a Guerrilha do Araguaia, em sua maioria camponeses, dão conta de uma situação que, embora pouco abordada pelos registros históricos referentes ao conflito, denota um agravamento da vida dos moradores. Após a intervenção das Forças Armadas, a região transformou-se em um cenário de extrema miséria, violência e desolação. Nesse sentido, o morador Adão Rodrigues Lima diz:

[...] Perdi tudo, fiquei sem nada e até hoje vivo doente sem poder trabalhar. Nunca mais arrumei o que tinha na época, que era saúde e terra para trabalhar. Então, eu peço que tenham compaixão dos torturados da Guerrilha do Araguaia porque somos necessitados, pobres e doentes de tanto apanhar.”

Como bem informa o relato acima transcrito, a terra era a garantia de sobrevivência da região. Valiam-se os moradores, para tanto, da agricultura estruturada a partir de núcleos familiares (agricultura familiar), da caça, da pesca e do extrativismo.

Voto de José Vaqueiro dos Santos:

“Na guerra revolucionária, o camponês foi o inimigo objetivo. 31. O papel da Polícia Militar, conforme os depoimentos de camponeses da época, não era o de garantir o cumprimento da lei, e sim o de enquadrar os camponeses conforme os interesses dos grandes latifundiários e perpetuar a manutenção do status quo. A violência institucionalizada a qual eram submetidos os moradores da região não se dava exclusivamente à existência da guerrilha, mas também pelo fato de “...tratar-se de uma população pobre

e, portanto potencialmente revolucionária, segundo a ideologia que embasava os militares” (MECHI, 2012, p.99).

32. *A referida ideologia que embasa os militares se tratava da Doutrina de Segurança Nacional. Composta por concepções morais conservadoras do catolicismo (Opus Dei, Action Français) e anti-marxistas (liberalismo econômico ligado à defesa da propriedade privada), o movimento anticomunista estabeleceu a existência de um inimigo objetivo, o comunista, o subversivo.* (Moreira Alves, 2005, p. 3940). *Com base em concepções da geopolítica, o signo da guerra total funde três conceitos de guerra: a generalizada, onde se coloca todos os recursos de cada beligerante e a sobrevivência de um é uma ameaça para o outro; fria, que exige armas de combate indireto devido ao alto potencial destrutivo da bomba atômica; não clássica, podendo se manifestar na forma insurgente, protagonizada por nacionais, e revolucionária, impulsionada por estrangeiros que “manipulam” nacionais* (COMBLIN, 1980, p.3345).

33. *Conforme reconheceu o Estado brasileiro, por meio do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, os efeitos dessa doutrina para a oposição armada e, no caso do Araguaia, para a população local, especialmente, foram devastadores e generalizados. A grande mudança operada por essa doutrina foi no componente militar estratégico: “tratava-se de uma manobra ofensiva contra um ‘inimigo interno’ em que o que estava em jogo não era a conquista de um território, mas a de uma população”* (BRASIL, CNV, 2014, p.688).

36. *Apesar disso, embora o primeiro ataque da ditadura à guerrilha tenha ocorrido em abril de 1972, é a partir da Operação Mesopotâmia, em 1971, que a repressão à população local por motivação política diretamente ligada à guerrilha tem início. E, pelas características ideológicas do autoritarismo, a especificidade da generalidade representou um “ataque era indiscriminado, atingindo um número muito grande de camponeses, diferente de outros movimentos, nos quais se contam os ataques às roças e casas às dezenas, no Araguaia eram centenas”. A*

prática de Terrorismo de Estado no campo, que não foi uma inovação das campanhas contra a guerrilha, foi disseminada para a população em geral (MECHI, 2012, p. 105).

37. Essa repressão generalizada tinha como fundamento um conceito da doutrina da “guerra revolucionária”: as redes de apoio. Consideradas o grande fiel da balança nesse novo tipo de “guerra”, a população local era entendida como uma arma guerrilheira que precisa ser eliminada. Nesse sentido, a “Operação Marajoara” (1974), tinha duas fases: neutralizar essas “redes de apoio” da Guerrilha – 90%, segundo estimativa do Exército, constituída por regionais que ocasionalmente travavam contato com as forças guerrilheiras; atacar as áreas de depósitos e esconderijo identificadas pela operação anterior.

38. Portanto, “neutralizar a rede de apoio” traduzia uma estratégia militar de encarceramento e a submissão da população, que era considerada pelos órgãos de inteligência militar como parte da rede de apoio guerrilheira. Conforme conclui o relatório da CNV, “o saldo final dessa operação foi a aniquilação total da guerrilha na região: 56 guerrilheiros mortos (cujos corpos ainda se encontram desaparecidos) e mais de duas centenas de camponeses presos sob acusação de constituírem as redes de apoio da guerrilha.”

5.1.5. Mapa da Guerrilha do Araguaia

Há pesquisa iniciada no sentido de compilar todos os dados oficiais publicados e contrapô-los às mais de 1.050 oitivas efetuadas (600 vídeos de camponeses, 200 de ex-combatentes na Guerrilha do Araguaia e 250 Escrituras Públicas Declaratórias), com o intuito de corroborar as informações oficiais, complementa-las ou não. O resultado será um mapeamento geográfico e temporal de todas as ações praticadas no âmbito da Guerrilha do Araguaia.

Embora o trabalho esteja em fase inicial, parece significativa a exposição dos dados até agora encontrados, eis que expõe vários dos município

e/ou vilarejos e lugares por onde a guerrilha esteve.

Ressalta, no entanto, que, ao fim dos trabalhos, as conclusões podem ser divergentes do ora exposto.

5.1.5.1. Dados principais e suas localizações

a) Destacamentos guerrilheiros:

	Local	Referência geográfica
Dest A	Faveiro	
Dest B	Gameleira	OP2, ladeada pela da Serra das Andorinhas, rio Gameleira, vizinha das Abóboras e Remédios. OP3, caminho para Palestina (atual), às margens do Araguaia pelo lado do Pará. OP3 encontra com P1. Relativamente próximo ao rio Gameleira.
Dest C	Caianos	Margem do rio Caiano, que desemboca no Araguaia pelo lado do Pará.

b) Campanhas militares

Nome	Data	Local	Homens
1ª campanha	1972	Toda a região	5 mil
2ª campanha	1972	Toda a região	8 a 10 mil
3ª campanha	1973-1974	Toda a região	5 a 6 mil

c) Dados gerais para mapeamento da guerrilha

	Locais abarcados pela Guerrilha do Araguaia	Referências geográficas	Destacamentos militantes do PCdoB	Pontos de apoio do PCdoB	Locais ocupados pelo Exército
1	Abóboras - PA				
2	Apinagés - PA				
3	Araguaína - TO				

	Locais abarcados pela Guerrilha do Araguaia	Referências geográficas	Destacamentos militantes do PCdoB	Pontos de apoio do PCdoB	Locais ocupados pelo Exército
4	Araguaína - TO				
5	Araguatins	Margem do Araguaia pelo Goiás			Sim
6	Bacaba - PA				
7	Brejo Grande - PA				
8	Caiano - PA	Margem do rio Caiano, que desemboca no Araguaia pelo lado do Pará.	Sim		
9	Gameleira - PA	OP2, ladeada pela da Serra das Andorinhas, rio Gameleira, vizinha das Abóboras e Remédios. OP3, caminho para Palestina (atual), às margens do Araguaia pelo lado do Pará. OP3 encontra com P1. Relativamente próximo ao rio Gameleira.	Sim		
10	Marabá - PA	Rio Tocantins			Sim
11	Oito Barracas				Sim
12	Palestina - PA				Sim
13	Parte da reseva dos índios Suruís - PA	Entre o Igarapé da Água Fria e Rio Sororozinho	Sim		Sim
14	Parte de São Domingos do Araguaia - PA				
15	Remédios - PA				
16	São Geraldo do Araguaia - PA				

	Locais abarcados pela Guerrilha do Araguaia	Referências geográficas	Destacamentos militantes do PCdoB	Pontos de apoio do PCdoB	Locais ocupados pelo Exército
17	São Joao do Araguaia - PA				
18	São Raimundo do Araguaia - PA				
19	Vila de Santa Cruz -PA				Sim
20	Vila de Santa Izabel -PA				
21	Xambioá - TO				

A nova planilha, em andamento, leva em conta os períodos do ano e insere demais tópicos que surgiram como necessários.

5.2. Batalha dos Perdidos – Breve histórico

Esse breve histórico será exposto com base em documentos oficiais encontrados e que integram o Inquérito Policial Militar – IPM, construído por órgão específico do Serviço Nacional de Informações – SNI, além da narrativa de alguns partícipes dos fatos, cujas manifestações orais, transformadas em Escrituras Públicas Declaratórias, corroboram ou ampliam o encontrado.

5.2.1. Localização e partícipes

O fato histórico conhecido como Guerra dos Perdidos ocorreu em uma área rural, reconhecidamente, entre os anos de 1976 a 1980, no Estado do Pará, às margens do rio Araguaia, município de Conceição do Araguaia, hoje Piçarra, ao lado do município de São Geraldo do Araguaia.

Ocorreu após a Guerrilha do Araguaia (1971-1974, 1975 – Operação Limpeza) e na mesma localidade, embora numa área geográfica bem menor. Essa área margeava o rio Araguaia e abarcava localidades conhecidas como Piçarra, Perdidos, Colônia 7, Cigana, Vila de Boa Vista,

Marcelinense, Pará da Lama, Vila de Santa Luzia, Caiano, entre outros lugarejos próximos.

O conflito teve como partícipes, segundo o Inquérito Policial Militar – IPM (doc. incluso), de um lado o Clero e seus representantes, o Sindicato Rural de Conceição do Araguaia e seus representantes, a Fetagri, Contag e os posseiros camponeses, e de outro lado o Incra, a Polícia Militar de São Geraldo do Araguaia, a Polícia Federal e o Exército, conforme abaixo corroborado:

a) Oferecimento de DENÚNCIA pela Promotoria Pública, do Estado do Pará, datado de 18 de agosto de 1978 (doc. incluso):

“Neste incidente, tiveram envolvidos, entre outros, além dos 50 colonos, elementos ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Conceição do Araguaia, de nomes JOEL RODRIGUES DE SOUZA, MÁRIO PEDRO DE OLIVEIRA, AMADEUS MANOEL DA SILVA, DAVI RODRIGUES DE SOUZA, GENTIL BARBOSA DA SILVA, SANDOVAL GOMES FEITOSA, DEUS-DETE VIANA DOS SANTOS, DJACIR MARANHÃO SILVA, o bacharel ALACY VIANA NARUM, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Pará, com sede em Belém e elementos do Clero católico.

(...) Vemos no decurso das fastidiosas investigações que a participação dos colonos na rebelião contra o Incra e a PM, havendo as relações de causa e efeito entre o insuflamento, os embargos e emboscadas planejadas por ação do Clero, de leigos, em consonância com elementos dos Sindicatos, da Fetagri e Contag, que culminaram com as mortes de dois soldados da PM e ferimentos em outros dois.”

b) Serviço Nacional de Informações, Informação nº 0328-119-ABE-78, datado de 28 de fevereiro de 1978 (doc. incluso):

“Em 27 de Out 76, o Comando da PM-PA, em Belém, recebia os primeiros dados sobre a emboscada, na região entre BOA VISTA e

PERDIDOS, no município de CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-PA, levada a efeito por posseiros, contra contingente daquela Força Auxiliar, que fora destacado para garantir os trabalhos de demarcação de terras, que uma turma de topógrafos do INCRA executava...”

5.2.2. Objeto do conflito

O objeto do conflito foi uma imensa área de terra que, outrora, fora doada, por força de lei, para a recém-criada Fundação Brasil Central, com o objetivo de incentivar a migração e desenvolvimento no centro do país. O projeto não prosperou e as terras ficaram abandonadas. Com isso, o mesmo espírito que conduziu todos os camponeses migrantes para a região da Guerrilha do Araguaia, conduziu os posseiros para as terras que seriam da Fundação Brasil Central.

No entanto, com o insucesso das atividades previstas pela Fundação Brasil Central, igualmente por força de lei, essas terras deixaram de ser de sua propriedade. Com isso, alguns nomes começaram a surgir como legítimos proprietários daquelas terras já tomadas, organizadas e habitadas por posseiros.

Quanto ao Incra, a primeira versão oficial é de que estava demarcando as terras para regularizar as posses, regularizar e ampliar os trabalhos que tinham sido começados de maneira voluntária pelos posseiros. No entanto, a versão dos posseiros é diversa. O Incra teria ficado com a incumbência de fazer a demarcação das terras para devolvê-las aos ditos legítimos proprietários, entre eles o Senhor conhecido como LUIZ HERNANDEZ, conhecido como LUIZ CARECA.

Conforme o IPM (doc. incluso), o Sr. LUIZ CARECA era representante de um grupo de São Paulo que tinha comprado grande parte da área e estava com ação judicial em tramitação.

O SNI, Agência Central, por meio do contido no documento denominado ENCAMINHAMENTO 0084-16-A – AC-SNI 1976, no item “ANEXO B,

1. “Síntese dos fatos”, datado de 10 de novembro de 1976 (doc. incluso), corrobora com a narrativa acima, a saber:

“1. Síntese dos fatos:

a) O problema da posse da terra na região citada, apresenta-se da seguinte maneira:

1) Há uma área, ainda não demarcada, que está sendo disputada em juízo pela MADEIREIRA ÍMPAR (de propriedade de ANTÔNIO ALCAZAS MARTINS, vulgo “ANTONINHO”), por Grupo Econômico de São Paulo composto, entre outros, pelo atual presidente do Banespa e por JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA (íntimo do Sr. JÂNIO QUADROS e atual assessor político e de imprensa do Sr. MAGALHÃES PINTO – GRUPO NACIONAL) e por posseiros que se encontram no local.

2) O interesse de ANTONINHO é a extração de madeira (mogno) sem preocupação pela posse definitiva da terra. É de seu interesse que o processo na justiça prolongue por tempo que lhe seja suficiente para extrair todo o mogno existente.

3) O Grupo econômico supracitado, que comprou 900.000 há do Sr. JÂNIO QUADROS pela quantia de C\$200.000,00, tem interesse em chegar a um acordo com as outras partes. É de sua intenção comprar o que os demais alegam como de sua propriedade, ou vender a parte que comprou.

4) O interesse dos posseiros é receber a posse definitiva das terras que ocupam.”

No intuito de defender os interesses de seus patrões, o Sr. LUIZ HERNANDES apresentava-se como dono das terras e afirmava que, após a demarcação, todos seriam despejados, e os que não saíssem por bem sairiam por mal. As ameaças que fazia eram contundentes e muitas vezes atingiam a moral dos posseiros, o que por eles era muito grave.

a) Oferecimento de denúncia, datado de 16 de agosto de 1978, fls. 11 e 12 (doc. Incluso):

“Foi um destes artifícios que a ÍMPAR (INDÚSTRIA MADEIREIRA AGROPECUÁRIA PARAENSE LTDA), recém-criada, lançou mão para adquirir no Estado ou de ele requerer vasta gleba de terras que,

em grande parte, se superpõe às terras tituladas da cadeia dominial oriunda do loteamento da FBC, que o Estado julgava inexistir ou não ter respaldo legal. Contra isto insurgiu, embora de forma moderada e usando de meios ilegais, um grupo paulista que adquirira em 1972, dez destas glebas. Esse grupo tornou seu representante na área o capataz LUIZ HERNANDEZ. Este e ANTÔNIO ALCAZAS MARTINS entraram em atritos e disto se aproveitou o último deles, que engendrou uma história, divulgada pelo seu empregado GENTIL BARBOSA DA SILVA aos posseiros, pelo qual LUIZ HERNANDEZ iria expulsar à força ou por meio de pretensa corrupção do PF, do INCRA local, os posseiros residentes na área, na realidade invasores, pois a terra já era, no mínimo, do domínio da União, por enquadrar-se na faixa de 100 km ao sul da rodovia TRANSAMAZÔNICA.”

O Incra iniciou os trabalhos de marcação das terras, chamadas de “piques” (colocação de piquetes), mas, na medida em que os trabalhos iam avançando e as ameaças por parte dos agentes do Incra, acompanhados pela Polícia Militar, e a essa altura, também por capangas do Sr. LUIZ CARECA (apelido do capataz LUIZ HERNANDEZ), iam aumentando, os posseiros começaram a sentir necessidade de resistir, tomar alguma providência.

Vale ressaltar que, anos após o conflito, como resultado de todas as investigações, ficou comprovada oficialmente e reconhecida pelo próprio Estado a corrupção dentro do Incra. A instituição foi atingida da diretoria até os seus agentes finais e, em detrimento de vantagens, deixou de representar os interesses sociais para agir em favor de grileiros. No intuito de demonstrar mudanças estruturais, o órgão foi reestruturado e surgiu com novo nome, Grupo Executivo de Terras do Araguaia – Getat. No entanto, manteve em seus quadros vários dos funcionários anteriores.

5.2.3. Resistência dos posseiros, conflito e atuação do Clero

Havia, no município de São Geraldo do Araguaia, o Sindicato Rural, embora não tivesse atuação contínua, contava com o apoio da Pastoral da Ter-

ra. Até o enfrentamento armado, a Pastoral da Terra atuou por meio de palestras durante as missas e envio de cartas onde colocava-se favorável aos posseiros no que tange a manutenção da terra, e procurava passar conforto espiritual.

Paralelamente, o Sr. ANTÔNIO ALCAZAS MARTIN, conhecido como Antoninho, começou a insuflar os posseiros contra as ações do Incra. Essa atitude encontrou guarida, já que os atos praticados estavam, cada vez mais duros, sem limite, ilegais no trato com os posseiros e de suas famílias. O Incra, na condição de representante oficial do Estado, passou a sentir-se dono e com poder, para além da terra, sobre os familiares que ali abitavam.

a) Oferecimento de denúncia, datado de 16 de agosto de 1978, fls. 12 e 13 (doc. Incluso):

“Com sua posição fortemente ameaçada pelos pareceres favoráveis obtidos pelo grupo paulista já citado, ANTÔNIO ALCAZAR MARTIN, da ÍMPAR, procurou insuflar os posseiros contra a abertura do pique, julgando que a picada aberta iria tornar a situação de sua firma mais difícil ainda na pendência que, a essa altura, já se desenrolava na Justiça Federal.

Além do Antoninho, o Clero de Conceição do Araguaia, pelas ações do Frei Henrique e, principalmente, D. Estevão, participaram desse incitamento, alegando para a população rural que a PM e o INCRA eram corruptos, que eles – os invasores – eram os reais ‘donos’ das terras, que o INCRA, a PM e LUIZ HERNANDEZ, queriam tirá-los de lá, e que o pique estava sendo aberto para este fim, ...

E assim, foram implantados nas áreas os líderes da Pastoral, ANDRÉ, DANIEL e REGINA, subordinados a D. ESTEVÃO e recebendo deste as orientações diretas que os conduziam à seleção dos líderes naturais JOEL, DAVI, SEBASTIÃO “TERECÔ”, MÁRIO, GENTIL, EDNA e AMADEUS, este último artificialmente “plantado” na área e se ligando com a CONTAG, como já vimos.”

Alguns posseiros sobressaíam na discussão e convidavam os demais para reuniões e discussões sobre o que estava acontecendo, dentre eles os irmãos JOEL RODRIGUES DA SILVA, DAVI RODRIGUES DA SILVA e

EDNA RODRIGUES DA SILVA, professora na Vila. Ao Sr. Joel coube sair da localidade e buscar as vias legais que pudessem garantir a permanência dos posseiros na área. Ao Sr. Davi coube acompanhar os trabalhos do Incra no local, reunir-se com os demais interessados e decidirem sobre qualquer providência que fosse necessária.

O Sr. Joel, entre outros locais que esteve, sem sucesso, foi à Federação do Sindicato Rural, em Belém, e conversou com um advogado. Exposta a situação, o advogado orientou que quando o Estado não faz justiça, o cidadão pode fazê-la com suas próprias mãos. Essa notícia deixou os posseiros ainda mais confusos e desamparados. O que ouviu foi confirmado pelo advogado, que posteriormente foi identificado no IMPM como Dr. ALACY VIANA NAUM, assessor Jurídico da Fetagri. O Sr. JOEL seguiu, então, para Brasília. Foi ao Ministério da Justiça falar com o ministro, que o recebeu por 3 dias seguidos. Paralelamente, o Incra seguia seus trabalhos acompanhado de policiais militares e alguns pistoleiros.

a) Oferecimento de denúncia, datado de 16 de agosto de 1978, fls. 12 e 13 (doc. Incluso):

“Neste meio tempo, a Fetagri organizou um curso de liderança sindical, em julho de 1976, simultaneamente, portanto, com o lançamento dos AP na área, em Santana do Araguaia que contou com a presença de JOEL e de AMADEUS.

Em setembro de 1976, ambos vieram a Belém e foram incitados à reação pelo Dr. ALACY VIANA NAUM, assessor jurídico da Fetagri, que citou artigos do Código Penal que foram comentados com interpretação distorcida. Segundo eles, o ato de rebelião dos posseiros estaria justificado legalmente. Alacy afirmou que nenhum PM ia importuná-los e que quem eles vissem com farda velha da PM (caqui) não seriam PMs, e sim funcionários do Incra vestidos com tal farda.... O incitamento da população atingiu, sucessivamente, níveis mais altos. Sua dosagem era cuidadosamente calculada pelo Clero, como verificamos anteriormente.”

b) Escritura Pública Declaratória, assinada por DAVI RODRIGUES DA SILVA, no dia 5 de março de 2018, irmão do JOEL e líder da emboscada ocorrida no dia 27 de outubro de 1976 (doc. incluso):

“DAVI foi ao Incra e o chefe do Incra disse que foi ele quem mandou fazer a picada para tirá-los, que ia sair todo mundo e ele é quem ia botar para fora, ia ficar um dono só. Seu irmão JOEL foi até o juiz do Conceição do Araguaia, onde ficava a região do conflito, e foi orientado de que a questão era federal e ele nada podia fazer. JOEL foi até a capital, Belém, onde havia gente corrompida, mas também havia a Fetag, que olhava pelos pobres, e um advogado da Fetag orientou que não havia providência nenhuma, pois o governo federal e do Estado, todos estavam contra eles, mas também disse que, quando “a gente se acha injustiçado, pode fazer justiça com as próprias mãos, mas eu não te digo mais nada, só isso”; que ainda havia um último lugar para ser procurado, e JOEL foi até o Ministério da Justiça. Na época, o ministro parece que chamava ARMANDO FALCÃO, isso em 1976. Foi recebido pelo ministro, “conversou bem direitinho, que ele até que falava muito bem”, essas conversas duraram uns 3 dias. Enquanto isso, na região estourou o conflito, pois os posseiros não conseguiram mais segurar a pressão e os maus-tratos; que o governo tinha mandado o pessoal do Incra, o topógrafo e o balizeiro ainda trabalham no Incra, estão vivos, moram em São Geraldo. Esse grupo era guarnecido por 25 policiais e 8 pistoleiros; que, enquanto JOEL estava em viagem buscando solução por via legal, na região estavam acontecendo abusos, invasões, estupros, matança de animais, tudo sob a proteção do Incra e do governo local. Esse grupo sentia-se protegido para fazer o que bem entendesse e tinha certeza de que nunca seria punido, como nunca foram mesmo, ...”

A participação dos policiais e pistoleiros corrompeu o objetivo principal e as atividades passaram a ser acompanhadas de agressões físicas, invasões de casa e estupros. Em suma, aos olhos dos posseiros, a

situação estava insustentável, todos passaram a entender que o risco era mais do que a perda da terra; estavam sendo agredidos e torturados psicológica e fisicamente.

Com isso, após reuniões e encontros, decidiram pela tomada de um posicionamento. Em uma grande reunião, com mais de 180 homens, foi decidido que parariam o “pique”. Foram marcados dia e hora para o acontecimento. No entanto, somente um quarto dos homens apareceu. Foram obrigados a tomar outra atitude e, a cada nova decisão, mais homens iam embora. Ao final, restaram, diferente do que consta no IPM, 16 homens armados de espingarda cartucheira, e que levaram até o fim o objetivo da defesa de suas famílias e suas terras.

Os acessos à região eram feitos por meio de trieiros, trilhas feitas dentro do mato onde a caminhada seguia, obrigatoriamente, em formato de fila, embora com distância entre um e outro homem. No dia 27 de outubro de 1979, no início da tarde, esse grupo de posseiros seguia em direção ao local onde queriam. Os policiais estariam acampados, já que os policiais seguiam na mesma direção em busca dos posseiros. O encontro foi inevitável.

Os policiais estavam numa baixada. Portanto, os posseiros, em local mais alto, assim que o primeiro posseiro, Sr. EDFÁSSIO, viu os policiais vindo em sua direção, disparou o primeiro tiro e jogou-se no chão para recarregar a espingarda. Todos ficaram muito assustados. O soldado foi atingido “de morte”, outros 2 ficaram feridos e os posseiros, pela posição que estavam, não foram atingidos nem vistos. Por isso, a polícia acreditou que havia muito mais homens do que realmente havia e que o poder de fogo era maior. Atiraram durante muito tempo, até que se afastaram e deixaram o corpo do soldado para trás.

a) Escritura Pública Declaratória, assinada por DAVI RODRIGUES DA SILVA, no dia 5 de março de 2018, irmão do JOEL e líder da emboscada ocorrida no dia 27 de outubro de 1976 (doc. incluso):

“Que, enquanto JOEL aguardava as definições do ministro, em virtude do grave quadro de violência local, o Sr. DAVI convocou uma reunião, acontecida na casa do Sr. SEBASTIÃO DA SERRA

(SEBASTIÃO, marido da D. COTINHA). A essa reunião, compareceram 173 homens e, como resultado da reunião, foi tirado que todos iriam para a casa do DANIEL, por volta das 15h, 16h, para retirarem os piques. Na parte da manhã, o DANIEL e o OTACÍLIO iriam verificar os locais exatos do pique, em que altura estava; que o SR. DAVI chegou antes da hora marcada, por volta das 14h, e esperou até as 18h e só apareceram 36 homens, todos armados de espingarda cartucheira, daquelas que dão um tiro e necessitam passar por novo carregamento para outro tiro, estavam precariamente armados, mas estavam armados, estavam “dispostos para o que desse e viesse, já tinha avisado para a mulher que eu ia, mas não sabia se voltava”; q partiram da casa do DANIEL para o local do pique por volta das 18h, 19h, no intuito de passarem a noite, para que quando o dia clareasse pudessem se entrincheirar. Enquanto isso, 2 posseiros, JASSO e ZÉ BARBOSA, foram avisar o pessoal do pique que havia 150 homens na cabeça do pique esperando por eles para matar; que, quando eles saíram de lá, o JASSO voltou para casa, o ZÉ BARBOSA ganhou uma lanterna dos policiais e ele foi até onde os posseiros estavam e contou que ele e o JASSO já tinham avisado o pessoal do Incra e a polícia e que os posseiros iriam ser mortos, e que era para os seus 2 filhos, de apelido NÔ e DIL, saíssem do local, pois acreditava que não tinham chances, mas os filhos não quiseram seguir com o Sr. ZÉ BARBOSA, que foi para casa. A polícia chegou a acompanhar o Sr. ZÉ BARBOSA para saber exatamente, em que local estavam os posseiros, mas não se aproximou, ficou observando de longe enquanto o Sr. ZÉ BARBOSA estava lá; que os policiais acabaram sendo vistos por alguns posseiros, com isso resolveram mudar de lugar, foram para uma casa, casa do OTACÍLIO, passaram lá a noite. Por volta das 4h da manhã, uns estavam deitados, outros parados esperando, e deu a hora de sair para a picada, só havia 16 homens, os outros tinham fugido na madrugada. Esses 16 seguiram firme na ideia, dividiram-se e foram 12 para a picada e 4 para uma estrada por onde os policiais poderiam vir.

Quando deu 5h da manhã, os policiais começaram a atirar na cabeça da picada, onde eles achavam que os posseiros estavam. Atiravam para matar, as armas deles eram muito potentes. Os posseiros estavam indo para lá para se entricheirar numas pedras próximas ao local que iam passar; que, para andar no trieiro, era um atrás do outro, não dava para andar de dois em dois. Quando estavam a caminho das tais pedras, já estavam vindo 14 policiais e 6 pistoleiros, os demais tinham ficado na cabeça do pique, os policiais atiraram das 5h até umas 7h da manhã. Enquanto isso, os posseiros ficaram deitados no chão ouvindo os tiros e vendo as balas passarem por cima; que nesse encontro entre os policiais e os posseiros não teve jeito: o posseiro que estava na frente teve de atirar, pois atirar era uma defesa, e de avisar para os que estavam em fila que o confronto estava acontecendo; que, depois desse primeiro tiro, dado pelo EDFÁSSIO, que caiu para um lado para trocar o cartucho e os que vinham atrás atiraram, dos que vinham atrás, que eram 12 posseiros, somente 10 atiraram, os outros 2 acabaram nervosos e deixando as armas caírem no chão, mas, como estavam dentro de uma grotta, os policiais dentro e os posseiros no alto, apesar de as armas serem muito mais potentes, atiravam sem parar mas não conseguiam atingir os posseiros. Os posseiros todos ficaram deitados esperando o tiroteio acabar, pois não podiam sair do chão, senão seriam atingidos. Os policiais acabaram abandonando o local. Um policial foi morto, deixado para trás. Além dele, ficaram armas, revólveres, mas os posseiros juntaram tudo e deixaram junto ao morto. Não quiseram levar as armas: esta era uma maneira de demonstrar que não queriam o conflito, não queriam se armar para brigar com ninguém, queriam somente suas terras.”

5.2.4. Ações do Estado

Após alguns dias do enfrentamento chamado no IPM de “emboscada”, a população local começou a reviver o que já tinha passado durante a Guerrilha do Araguaia.

O ministro da Justiça foi avisado e, no terceiro dia de encontro com o JOEL, escreveu uma carta e pediu para que ele não abrisse, não lesse, e entregasse para o primeiro oficial que encontrasse assim que retornasse para a região. Quando chegou, percebeu, já às margens do rio Araguaia, que algo estranho acontecia. Dirigiu-se, então, para Polícia Federal de Marabá e entregou a carta. A carta que portava era a ordem de sua própria prisão.

a) Escritura Pública Declaratória, assinada por DAVI RODRIGUES DA SILVA, no dia 5 de março de 2018, irmão do JOEL e líder da emboscada ocorrida no dia 27 de outubro de 1976 (doc. incluso):

“... o JOEL estava em Brasília, em negociação com o ministro da Justiça, que o ministro da Justiça ficou sabendo do conflito, escreveu uma carta, lacrou e ordenou que o JOEL entregasse para o primeiro soldado ou policial que encontrasse, assim que chegasse. Quando ele chegou em Carmolândia e ficou sabendo que havia acontecido o conflito e que não poderia mais entrar na região, pois corria riscos, então partiu para o 8, Base da Polícia Federal em Marabá, pois acreditou que lá estaria mais seguro, pediu licença e disse que queria falar com o chefe da companhia, não foi difícil o acesso ao chefe, entregou a carta, o chefe leu e ouviu: ‘É, JOEL, você é um homem fácil, você está preso’. Ele argumentou que estava somente procurando justiça, que não tinha participado de nada, estava em Brasília, mas o chefe disse que justiça para pobre não existe, que estávamos sob uma ditadura militar e que tinha de obedecer. A partir dali, já o algemaram, tiraram as coisas que estavam nos seus bolsos, dinheiro, documento, tudo e o levaram para Marabá. Ficou uns dias preso em Marabá, depois foi transferido para Belém.”

A Batalha dos Perdidos demandou a participação e o envolvimento do Exército, da Polícia Federal e da PM local, além do monitoramento ostensivo do Serviço Nacional de Informações – SNI. Houve o desembarque dos soldados às margens do rio Araguaia e, à medida que iam encontrando

moradores, iam prendendo-os. Na beira do rio, vários declaram que ficaram amarrados por um dia inteiro, sob o sol, sem comida ou água, até que outra parte dos soldados voltasse da mata e decidissem o que fazer. Alguns foram libertados, outros seguiram presos em embarcações, até São Geraldo do Araguaia. Uma remessa de homens foi levada amarrada pelos dedões, vários posseiros conseguiram encaminhar suas famílias para outra margem do rio Araguaia e ficaram escondidos na mata, outros ficaram na mata com os filhos maiores, enquanto o restante da família ficava em casa à mercê das visitas e inquirições dos militares, a saber:

a) Serviço Nacional de Informações, Informação 0328-119-ABE-78, 28 de fevereiro de 1978 (doc. incluso):

“O Comando da PM-PA enviou para o local dos acontecimentos um destacamento de 40 soldados comandados por um oficial, que chegou à área do conflito na manhã do dia 30 out 76. Nesse mesmo dia, houve nova emboscada, porém sem ocorrência de vítimas. Várias prisões foram efetuadas, entre elas a do Padre MABONI, emissário do bispo Prelado de Conceição do Araguaia, ESTEVÃO CARDOSO AVELAR, junto aos agitadores.

O comandante da 8ª RM, ante os informes de que na área encontravam-se cerca de 60 homens armados, dirigiu-se para o local dos acontecimentos, acompanhado de elementos de seu Estado Maior. Com a presença de tropa do Exército, a tensão reinante na região desanuviou-se.

(...) Os especialistas acreditam que será um processo demorado, pois só no IPM foram tomadas 181 declarações e, além disso, 42 posseiros participaram do ataque”.

b) Serviço Nacional de Informações – Agência Central, relatório datado de 10 de novembro de 1976 (doc. incluso):

“1. Foi recebida a determinação de participar de uma equipe do Ceminar, que teve por missão apurar apelo feito pelo Frei HENRIQUE MARQUES DA SILVA, através telex datado de 27 OUT 76, solicitando

do ao COMANDANTE NAVAL E BRASÍLIA que intervisse para evitar conflito entre a polícia e posseiros na área de BOA VISTA, localidade do município de CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - PA.”

c) Serviço Nacional de Informações – Agência Central – Encaminhamento 0084-16-A-AC-SNI 1976, datado de 11 de novembro de 1976, Relatório de Viagem (doc. incluso):

“ANEXO 1

(...) e. Segundo Frei Henrique, o padre Maboni chegou quase ao mesmo tempo em que se deu a primeira emboscada (dia 27 OUT), com a morte de dois policiais. O incidente gerou um clima de tensão muito grande e “a polícia se voltou contra o povo, não é... Não contra os homens que estavam nas matas, lá no seu esconderijo. Mas se voltou contra as famílias... E o padre viu tudo o que estava acontecendo... Chegou nessa hora...(sic)

f. O padre MABONI, após o conflito, fez contato com o vigário de XAMBIOÁ, sendo aconselhado a retornar à Conceição. Ele porém, decidiu regressar a SÃO GERALDO na noite de 30 OUT, vindo então a ser preso juntamente com o seminarista HILÁRIO (que acompanhava a sua viagem).

No dia 01 NOV D. ESTEVÃO e D. ALANO foram a SÃO GERALDO para tentar soltar o padre MABONI, todavia ‘não foram recebidos pelo encarregado do IPM’.

g. D. ESTEVÃO e D. ALANO afirmam concordar com a detenção do padre para averiguações, porém ‘não aceitam os maus-tratos e as torturas a que está sendo submetido, que diariamente o Padre, o seminarista e outros são atravessados para XAMBIOÁ para serem interrogados na Casa de Torturas que é a casa de torturas porque é um barracão onde o pessoal é torturado. Em Marabá havia a “casa azul” onde o pessoal era torturado (SIC). D. ALANO afirmou, ainda, que “o padre, o seminarista e os outros presos eram atravessados cambaleantes e encapuzados para a casa de torturas’ (sic).” (Grifei)

d) CONFIDENCIAL – Incidentes entre posseiros e policiais na região de São Geraldo, município de Conceição do Araguaia, estado do Pará, sem data, assinado pelo coronel Danilo Venturini, cujo objetivo foi o de verificar se os presos estavam sofrendo torturas e se os moradores estavam sofrendo perseguição e sevícias, pelo que concluiu, eram infundadas as denúncias feitas por D. ESTEVÃO e D. ALANO:

“c. ... No dia 30 de outubro, uma tropa da PM, devidamente reforçada e alertada por um morador da região, cercou, no mesmo local da emboscada, onde continuavam entrincheirados, cerca de uma centena de posseiros e familiares, iniciando um processo de triagem visando a separar as mulheres e crianças e prender os elementos diretamente envolvidos na ação do dia 27.

(...) d. Não encontrei indícios de violência praticada pela tropa da Polícia Militar do Pará contra o Padre FLORENTINO MABONI, os posseiros e seus familiares. O Comandante da PMPA determinou retorno para Marabá do destacamento envolvido nos acontecimentos do dia 27 de outubro, substituindo-o por um contingente de maior efetivo que veio de Belém.

e. Os prisioneiros tiveram as mãos amarradas, nas costas, pelos dedos polegares, no deslocamento de BOA VISTA para SÃO GERALDO, por tratar-se de percurso feito em longo trecho de vegetação densa.

Assim, à luz dos dados e informações que recolhi em minha passagem por SÃO GERALDO, MARABÁ e BELÉM, considero infundadas as denúncias apresentadas por D. ESTEVÃO CARDOSO AVELAR e D. ALANO MARIA PENA sobre os incidentes ocorridos em SÃO GERALDO entre posseiros, funcionários do INCRA e membros da Polícia Militar do Pará.”

O ambiente era, novamente, de guerra, medo, perseguição e luta pela sobrevivência.

5.3. Indígenas

Os povos indígenas foram os mais diretamente atingidos pela política ditatorial. Povos inteiros foram exterminados em favor dos interesses latifundiários governamentais e dos grandes empresários da terra. Todas as questões atinentes ao tema estão intrinsecamente vinculadas as políticas públicas criadas sobre a terra. O assunto foi exposto no Relatório Final apresentado pela Comissão Nacional da Verdade – CNV, bem como estudado amiúde por Marcelo Zelic, responsável pelo Armazém da Memória – SP.

Segue transcrição parcial do artigo, capítulo de livro, no prelo, do doutorando Fabrício Teló, intitulado “As Comissões da Verdade e a violação do direito à terra no Brasil”, que expõe vários dos trajetos percorridos pelos indígenas, bem como as medidas institucionais demandadas.

O capítulo sobre a repressão contra os camponeses constituiu-se basicamente em uma sistematização dos conflitos fundiários mais emblemáticos ocorridos no país entre 1946 e 1988, com a identificação de algumas vítimas. Os casos escolhidos foram Porecatu (Paraná), Trombas e Formoso (Goiás), Levante de Pato Branco (Paraná), Ligas Camponesas (Paraíba e Pernambuco), Pindaré-Mirim (Maranhão), Araguaia (Pará e Tocantins), Prelazia São Félix (Mato Grosso), Encruzilhada Natalino (Rio Grande do Sul), Fazenda Japuara (Ceará), Cachoeiras de Macacu (Rio de Janeiro), Pontal do Paranapanema (São Paulo), os diversos casos da região amazônica, os assassinatos de apoiadores e a atuação da União Democrática Ruralista. Nas recomendações, embora a CNV proponha “apoiar as medidas de reparação coletiva pelas graves violações sofridas pela população camponesa no período investigado pela CNV, com ênfase na ampliação de políticas públicas para garantir o acesso à terra e a reforma agrária” (CNV, V. I, p. 973), não há menção específica à importância da reparação aos camponeses (ou familiares) cujo direito à terra foi violado nesses conflitos.

No capítulo referente aos povos indígenas, no entanto, nota-se uma compreensão mais alargada do conceito de Justiça de Transição. Isso se percebe, por exemplo, pelo destaque dado à reflexão sobre a omissão do Estado no acobertamento de agentes provados locais que se apropriavam indevidamente das terras dos povos originários ou ainda pela menção à decisão inovadora da Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça à época, que concedera anistia política a uma coletividade de indígenas Aikewara pelas violências sofridas no âmbito da repressão à Guerrilha do Araguaia. Tendo como referência os casos abordados no capítulo, os pesquisadores chegaram a uma estimativa de que pelo menos 8.350 indígenas tenham sido mortos entre 1946 e 1988, não sendo possível estimar o número real, que pode ser muito maior.

No âmbito das recomendações também se observa uma atenção maior do capítulo indígena aos direitos socioeconômicos e culturais. Recomenda-se, por exemplo, que o Estado Brasileiro peça publicamente desculpas aos povos indígenas pelas terras que lhes foram roubadas, que se implemente um processo reparatório coletivo a esses povos, que se reconheça o caráter político e genocida da repressão sofrida por eles para fins de reconhecimento pela Comissão de Anistia e que se crie uma nova comissão da verdade, com foco específico nas violações sofridas pelos indígenas a fim de dar continuidade às investigações que a CNV não pôde abarcar.

As recomendações não foram atendidas em nenhum aspecto e tendem a manutenção da inércia, se não ao retrocesso e acúmulo de maiores perdas, ainda que em momento de justiça transicional.

Quanto à abrangência, o Estado do Pará, em virtude de suas características territoriais e localização na região amazônica, foi amplamente atingido, e de maneira irreversível.

No episódio conhecido como Guerrilha do Araguaia, os indígenas foram utilizados pelas Forças Armadas e tão reprimidos quanto os camponeses, conforme demonstrado pelo Relatório Final da CNV, a saber:

63. *A estrutura da repressão montada pelo exército não poupou nem as populações indígenas da região. Documentos militares comprovam a presença do capitão Aluizio Madruga em Gorotire, terra dos índios Kayapó-Mebengokre, no mês de fevereiro de 1973. Contudo, no mesmo modus operandi utilizado com os camponeses só foi replicado em relação aos Aikewara, povo indígena do Pará, também conhecido como suruí, que até hoje vive na região. Surpreendidos pela chegada do exército os Aikewara foram mantidos cativos em sua própria aldeia e submetidos às mesmas privações e torturas impostas aos camponeses, tanto no que diz respeito ao indivíduo, como no que se refere a coletividade. Os homens foram obrigados, sob coerção, a servir de guias para as tropas do exército, enquanto suas esposas permaneciam cativas dos soldados na aldeia. Algumas, devido ao estresse da situação, sofreram abortos e outras perderam filhos prematuramente. Como grupo, os indígenas tiveram sua aldeia e reserva de alimentos queimadas e os poucos homens que puderam permanecer na aldeia foram impedidos de sair para caçar, pescar, coletar ou trabalhar no roçado. Assim, sofreram não somente a fome e a falta de abrigo imediatos, como também foram privados tanto da manutenção da sua subsistência como dos elementos materiais de sua cultura, situação que colocou aquela comunidade sob risco de diminuição e desagregação.*

5.4. Outros conflitos

Os demais conflitos acontecidos foram mais expressivos, ainda no que tange as demandas sobre a posse e propriedade de terras, especulação latifundiária e políticas agrárias, alinhadas entre política governamental e interesses privados à escusa da população necessitada de espaço para moradia e cultivo como mecanismo de sobrevivência.

Demandas nesse sentido foram espalhadas por todo o Estado e contaram com assassinatos de diversas lideranças agrárias, bem como pessoas

vinculadas ao Clero, reconhecidas pelo Estado como subversivas e comunistas, proliferando na vida da população local a ideologia vermelha, o que atentava, diretamente, contra a segurança nacional.

São situações ainda não identificadas na totalidade, mas algumas indicações foram pinçadas em pesquisa efetuada pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Na correspondência enviada para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com a solicitação de uma audiência temática sobre conflitos agrários, constam exemplificações de ações diversas praticadas contra camponeses no Estado do Pará.

5.5. Dados complementares e necessários à compreensão do espaço e tempo

Para uma melhor compreensão da importância e significado do aparente parco patrimônio e da posse de terras na região, é necessário demonstrar as condições geográficas, estruturais, econômicas e populacionais da localidade em questão.

O maior município sempre foi Marabá e abarcava várias regiões que hoje estão emancipadas como municípios. Na ocasião, especialmente dos conflitos denominados Guerrilha do Araguaia, Batalha dos Perdidos, entre outras que vieram na sequência e envolveram menor quantitativo de pessoas, bem como tiveram menor proporção midiática, eram vilas vinculadas a Marabá. São exemplos das vilas: São Domingos das Latas, hoje município de São Domingos do Araguaia, lugarejo Piçarra, hoje município de Piçarra, e Vila da Palestina, hoje município da Palestina.

A maioria dos casos relatados e que dizem respeito aos conflitos ocorridos durante a ditadura civil-militar na região diz respeito a migrantes que chegaram à região entre os anos de 50 a início de 70. Esses dados não surgem ao acaso, bem como os prejuízos apontados não são meras especulações. Basta a análise de como era a localidade e como é nos dias de hoje para identificarmos, embora ainda de maneira subjetiva, que os atingidos pela ditadura foram colocados à margem do crescimento local.

As informações foram extraídas do site da Wikipedia, site muito comum para pesquisas rápidas e simples. Parte das informações seguem transcritas e o resumo compilado em forma de planilha:

“5.1.1 – Formação do município

(...)

As frentes migratórias para a região de Marabá, a partir de meados da década de 20, destinavam-se, especialmente, a extração e comercialização da castanha-do-pará, e desde o fim dos anos 30, no garimpo de diamantes no leito do rio Tocantins. A cidade recebia imigrantes vindos de várias regiões do Brasil, principalmente do Nordeste (com destaque para o Piauí e o Maranhão), de Goiás e de Minas Gerais e imigrantes árabes (com destaque aos libaneses, palestinos e sírios), constituindo uma camada importante da sociedade local. Em 1929, a cidade já se encontra iluminada por uma usina a lenha e em 17 de novembro de 1935 o primeiro avião pousa no aeroporto recém-inaugurado na cidade. Nesse período, a cidade era composta por 450 casas e 1.500 habitantes fixos.

5.1.2 – Década de 1970

Com a abertura da PA-70 (atualmente o trecho BR 222), em 1969, Marabá é ligada a Rodovia Belém-Brasília. A implantação da infraestrutura rodoviária fez parte da estratégia do governo federal de integrar a região ao resto do país. Além disso, o plano de colonização agrícola oficial, a instalação de canteiros de obras, especialmente a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, a implantação do projeto ferro Carajás (todos esses depois inseridos no Programa Grande Carajás) e a descoberta da mina de ouro em Serra Pelada, aceleraram e dinamizaram as migrações para Marabá nas décadas de 70 e 80.

Em 1970, o município foi declarado Área de Segurança Nacional (Decreto Lei 1131, de 30 de outubro de 1970), condição que perdurou até o fim da ditadura militar em 1985. Aliado ao fato de a

região ser estratégica para a política de integração, ela foi ambiente da Guerrilha do Araguaia, resultando numa presença ostensiva de tropas do Exército Brasileiro, tornando a cidade numa das bases de tropas federais. Também em 1970, foi criado o PIN (Programa de Integração Nacional), que, entre outras medidas, previa a construção da rodovia Transamazônica, cujo primeiro trecho foi inaugurado em 1971, juntamente com a criação de um posto do Incra em Marabá.

(...) Em 1985, Marabá deixa de ser área de segurança nacional e, na eleição para prefeito – a primeira eleição direta realizada sob a égide da Nova República – Hamilton Bezerra (MDB) derrota Vavá Mutran (PDS), cessando uma longa hegemonia na política local, da chamada “oligarquia da castanha”. Tal fato aconteceu devido ao apoio de boa parte das lideranças camponesas, do então governador Jader Barbalho e de movimentos sociais.

(...) 5.1.4 – Demografia

Estima-se que neste município residam em torno de 251.885 habitantes, divididos em 123.606 homens e 120.380 mulheres, de acordo com a pesquisa IBGE de 2013, porém o Ministério da Saúde aumenta esse número em 7% quando são repassados recursos do Sistema Único de Saúde para a cidade, elevando para 255.518 moradores. Uma população bastante miscigenada, praticamente todos os estados brasileiros estão presentes em Marabá, com maior volume de nordestinos, mas goianos, paulistas e mineiros também fixaram moradia no município. Marabá possuía 111.481 eleitores em 2006. Marabá teve considerável crescimento populacional a partir de 1970, ...”

Diferentemente do crescimento paulatino que costuma ocorrer em outros municípios, em Marabá houve uma aceleração em virtude de suas peculiaridades, riquezas naturais e trabalhos governamentais:

Década	Acontecimentos	População estimada
1930	- Primeiro avião pousa em Marabá - Principal atividade era a extração e comercialização da castanha e o garimpo de diamantes	1935 – 450 casas e 1.500 habitantes fixos
1970	- Abertura da PA-70, atual trecho da BR-222 que ligou o Pará à Belém-Brasília - Implementação da estratégia de governo para a integração da região ao restante do país - Implementação do Plano de Colonização Agrícola - Instalação de canteiros de obras, especialmente para a construção da Usina de Tucuruí - Implantação do Programa Grande Carajás - Descoberta de ouro em Serra Pelada	Início da década, 24.000 Fim da década, 59.000
1980	- Maior enchente de sua história - Necessidade de revisão do planejamento para crescimento e expansão - Funcionamento da estrada de ferro Carajás - Instalação de indústrias siderúrgicas para a produção de ferro gusa, expansão da região	Fim da década, 123.000
1990	- Promulgada Lei Orgânica de Marabá - Inchaço da mão de obra não qualificada - Migração da mão de obra para o campo - Inúmeros conflitos rurais com grupos que já estavam nas terras desde 1970	Em 1996, 149.000
2000	- Recebeu investimentos - Tornou-se polo industrial metal-mecânico	Fim da década, 233.000

É fundamental analisar o crescimento acelerado na localidade e, em especial, a grande migração para o interior em decorrência da falta de mercado de trabalho no município. Com a industrialização, tornou-se necessária mão de obra especializada. Por não haver, os trabalhadores partiram para a redondeza na expectativa de assentar moradia, fato que intensificou a briga por terras.

A presença das Forças Armadas na região acelerou o processo de visibilidade da região dentro do aspecto nacional, porém não necessariamente de maneira positiva. A Serra Pelada, a hidrelétrica e a indústria de

metalurgia atraíram toda a sorte de interesses e aventureiros. Ao final, por inadequação ou afinidade, muitos tornaram-se grileiros e passaram aos conflitos locais com os posseiros de origem.

5.5.1. Características gerais da Guerrilha do Araguaia e da Batalha dos Perdidos

5.5.1.1. Situações comuns suportadas pelos camponeses durante a Guerrilha do Araguaia e a Batalha dos Perdidos, na área da Fundação Brasil Central

A maioria dos posseiros da região conhecida como Brasil Central havia passado pela Guerrilha do Araguaia. Alguns chegaram à região no seu final, entre os anos de 1973 e, especialmente, 1974. Durante a Guerrilha do Araguaia, as famílias, com exceções, não sofreram prisão, mas sofreram intenso monitoramento e restrição das atividades laborais, em função do impedimento de sair de casa ou da vila.

5.5.1.1.1. A Guerrilha do Araguaia na região da Fundação Brasil Central

a) Recém-chegados: Não podiam sair da vila. Portanto, não podiam chegar às terras adquiridas via parentes nem seguir viagem para aquisição de suas terras. Eram obrigados a permanecer na vila, o que significa, no caso específico dos camponeses, ser compelido ao afastamento de suas atividades laborais. Quando tinham parentes com casa, eram abrigados por estes; quando não tinham, eram acolhidos por outra família ou ficavam acampados em barracas de palha feitas por eles.

b) Já residiam na região e tinham casa nas terras e na vila: Foram compelidos ao afastamento da atividade laboral e tiveram de permanecer na vila até segunda ordem.

c) Os que tinham casa somente em suas terras: Foram compelidos ao afastamento de suas atividades laborais e encaminhados para a vila, onde ficavam abrigados em casas de conhecidos ou em barracas, ou ficavam em suas casas com restrição de ir e vir. Não podiam trabalhar ou sofriram interrupções nas suas atividades.

d) Situações comuns a todos os casos no que tange ao trabalho e à alimentação: Todos foram compelidos ao afastamento de sua atividade laboral por meses ou anos. Vários sofreram a interrupção de maneira intermitente, e não podiam trabalhar nas ocasiões em que recebiam ordens nesse sentido. Em suma, todos tiveram prejuízos ou perdas totais de suas plantações pelo período de 1 ou 2 anos. Nesse período, todos passaram por muitas necessidades, pois sem o trabalho na terra não tinham o que colher nem como alimentar a família. Viveram do que tinham, do auxílio de outras famílias, da quebra do coco de babaçu, caca e pesca. Para que pudessem exercer essas atividades, necessitavam do consentimento expresso do Exército. Tinham hora para sair e retornar, sob pena de serem pegos na mata, presos ou atingidos por tiros.

e) Situação das vilas: Havia Base Militar em todas as vilas, e todas as entradas eram monitoradas pelo Exército. Somente saía ou entrava com a sua permissão e com horário para retorno.

f) Retomada das atividades: Após a desocupação do Exército, ocorrida no ano de 1974, todos retornaram às suas atividades. Como a permanência do Exército na região aconteceu entre os anos de 1973 e 1974, e muitas famílias tiveram prejuízos nas atividades laborais, e não a perda total, a recuperação do que tinham plantado necessitou do interstício de 2 anos, no máximo. No ano de 1976, quem tinha perdido já tinha recuperado e quem tinha chegado nos anos de 1973 e 1974 já estava assentado e produzindo.

g) Memória coletiva: Todos lembram e contam, com terror e temor, sobre atitudes praticadas por soldados em relação a familiares ou conhecidos, especialmente sobre os barulhos dos tiroteios, bombas e dos helicópteros. Todos relatam o voo rasteiro dos helicópteros, que levantavam as palhas das casas e que todos os soldados permaneciam armados apontando em direção ao chão. Os filhos corriam assustados para perto das mães. O contingente de soldados era muito grande e eles circulavam livremente por todos os lugares, davam ordens que tinham de ser obedecidas sob pena de prisão. A vida acontecia do jeito que o Exército determinava.

A Batalha dos Perdidos trouxe contornos diferentes da Guerrilha do Araguaia. No entanto, encontrou uma população absolutamente amedron-

tada pela experiência anteriormente imposta. As dolorosas memórias relacionadas às necessidades alimentares que passaram, bem como os maus-tratos sofridos pelos militares, o terror que sentiam ao vir o armamento que portavam, além do “show” à parte praticado pelos helicópteros, apinhados de soldados armados de fuzis e metralhadoras, apontando para as suas cabeças, emergiram em velocidade imediata.

5.5.2.1. Batalha dos Perdidos

a) Situação pré-conflito: Os posseiros estavam com muito medo da perda de seu sustento, encontravam-se e procuravam uma solução amigável, até que toda a situação ficou insustentável com o início da prática de violências por parte de alguns soldados militares e dos capangas dos grileiros, que passaram a acompanhar os funcionários do Incra no trabalho de demarcação de terras. Paralelamente, trabalhavam em suas terras, produziam e cuidavam dos seus animais normalmente, embora sob o medo de seus planos serem ceifados.

b) Confronto: O confronto entre posseiros e as demais forças aconteceu no dia 27 de outubro de 1976.

c) Trabalho do camponês: As plantações eram feitas entre o fim de outubro e o mês de novembro, antes ou logo no início das chuvas. Essa era a maior plantação do ano. Plantava-se a mandioca, que tem a serventia para a alimentação dos animais, como o milho, mas o objetivo principal era a feitura da farinha, alimento básico do nordestino dessa região.

A mandioca é plantada uma vez ao ano, visto que demora de 10 meses a 1 ano para estar madura, no ponto da colheita e em condições para a produção de farinha. As famílias começavam a colher a mandioca em época próxima a do plantio ou de forma concomitante. A feitura da farinha levava meses, pois era em grande quantidade e era estocada em sacos de 60 kg, nos paióis da família. Entre os pés de mandioca, eram plantados arroz, feijão, milho, necessariamente, e ao gosto da família, melancia, abóbora, batata doce, entre outros. Para a colheita do feijão, havia um trabalho de 90 a 120 dias; do arroz, entre 120 e 150 dias, e do milho, entre 150 e 180 dias. A partir dessa data, ou seja, entre os meses de março a abril, a colheita era

somente da mandioca que já estava crescida e não comportava outra plantação entre os espaços de seus pés.

d) Ações do Estado: Antes, é fundamental expor que a região da Fundação Brasil Central era cercada de mata por todos os lados e, à frente, encontrava o rio Araguaia, que confronta o estado do Pará com o antigo Goiás, hoje Tocantins. Após o confronto com o grupo oposto que resultou na morte de um policial e deixou 2 feridos, os camponeses retornaram para suas casas, mas sabiam que sofreriam uma reação contrária. Três dias depois, começaram a desembarcar soldados às margens do rio Araguaia e prenderam todos que ali estavam. Foram amarrados com cordas, pelos pés, e deixados no sol, sem água ou comida, até o final do dia, vigiados por um pequeno grupo de soldados, até que os demais voltassem do interior da mata com mais tantos outros. Os que vinham da mata estavam amarrados pelos dedões das mãos. A ordem era prender os camponeses que participaram do confronto e mataram um soldado, mas não sabiam quantos nem quem eram. Por isso, já chegaram prendendo, batendo e amarrando. Esse era um método utilizado na busca de que um viesse a entregar o outro e pudessem prender os responsáveis pelo evento.

e) Resposta dos posseiros às ações do Estado: O IPM contém 42 nomes, porém todos os moradores da região sofreram com prisões ou fuga. Em resposta, os camponeses começaram a evadir de suas terras como meio de protegerem as próprias vidas. Alguns conseguiram colocar toda a família num barco e encaminhá-la para a cidade de Araguaína ou Carmolândia, na outra margem do rio Araguaia. Os que não tiveram essas condições tiveram de deixar a família na casa enquanto escondiam-se na mata, ou foram para a mata com toda a família. Todos os homens fugiram para a mata e por lá permaneceram por 8 dias a mais de 30 dias. Após algumas semanas, um dos líderes camponeses da região, chamado JOSIAS, direcionava-se às casas, procurava pelos fugitivos e os convencia a se entregar sob a argumentação de que não seriam presos, que os que tinham participado do confronto já tinham sido presos e que os policiais e o Exército queriam somente colher depoimentos. Em virtude da fome, do medo dos animais da mata e das doenças, foram compelidos a se entregarem. No entanto, a promessa não foi cumprida e todos foram presos. A quantidade de dias de

prisão foi diversificada. Houve um grupo que respondeu à IPM, permaneceu preso, foi levado para Marabá e, depois, para Belém. Foram postos em liberdade 6 meses depois.

Com a prisão dos homens, muitas mulheres que ainda estavam nas casas, embora presas pelo medo e sendo visitadas pelos oficiais do Exército e da polícia, foram para a cidade de São Geraldo para ficarem próximas de seus esposos e buscar solução para as prisões. Não era seguro ficar na terra com o marido escondido na mata e surgindo de vez em quando em busca de comida, menos ainda com o marido preso.

f) Características gerais da agricultura familiar – Características da agricultura e criação local e prejuízos: A agricultura familiar guarda características específicas que devem ser observadas para efeito de melhor análise de qualquer caso concreto que a envolva. No tocante ao episódio Guerrilha do Araguaia, em virtude de suas peculiaridades sociais, econômicas e geográficas, essa observação carece ser ainda mais detida e aprofundada.

5.5.2. Características dos camponeses do Pará

5.5.2.1. Origens migratórias, constituição das posses, agricultura e sobrevivência e organização dos posseiros

a) Origem migratória

O deslocamento do grupo para a região se deu por várias questões sociais. Consta na avaliação do responsável pelo **Relatório do IPM (doc. incluso) instaurado pelo Serviço Nacional de informações (SNI), datado de 19 de outubro de 1977, item 8** (doc. incluso), que surgiram na região pelos seguintes motivos:

“Entre os posseiros da região, o paraense de nascimento é a exceção. A quase totalidade dos posseiros, a impressionante maioria deles é fruto de correntes migratórias recentes, oriundas do Nordeste e dos Estados de GOIÁS, MINAS GERAIS e ESPÍRITO SANTO, particularmente deste último.

*Esta migração foi orientada para a área pela **propaganda, oficial ou não, gerada pela construção das Rodovias Pioneiras na***

Amazônia, como também, e principalmente, pela ação de toda a Estrutura Sindical do País, ou seja, de Sindicatos ou Federações de Trabalhadores na Agricultura que se intercomunicam entre si atrairdo para a área forte corrente migratória (Dep DJACIR MARANHÃO, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA e ex-funcionário qualificado da Fetagri – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará, (Fls 1238). Estas pessoas podem migrar, ainda, quando chamadas por parentes que já estão no sudeste paraense há um ou dois anos. Para que possam vir, vendem todos os seus haveres, alugam um caminhão até um determinado local de destino e juntamente com mais 3 ou 4 famílias para a viagem, rumo ao desconhecido.

Esta migração é constituída normalmente daqueles que excedem a capacidade de absorção dos mercados de trabalho de seus estados natais, cuja agricultura está, pouco a pouco, mecanizando-se e dispensando trabalhadores menos aptos.”

As características de cada grupo de migrantes, nordestinos e sulistas constam no **Relatório do IPM, e ratificam o apurado nas Escrituras Públicas Declaratórias** (doc. incluso).

a) **Relatório do IPM instaurado pelo Serviço Nacional de Informações, datado de 19 de outubro de 1977, item 8, c, 2 e 3** (doc. incluso):

(...) “2) Os ‘nordestinos’

a) *Constituem a primeira leva de migrantes chegados à área e estão sendo recalçados para o interior pela migração dos sulistas (extraído: dep. Irmã DOROTEIA, Fls 850, Irmã REBECCA, Fls 854 e Pe ROBERTO, Fls 858).*

b) *Chegam ao sudeste paraense sem qualquer bem material, quase sempre sem documento algum que os identifique (dep. Pe HUMBERTO, Fls 862).*

c) *Fruto de uma atividade gregária desenvolvida em suas terras de origem, trazem consigo um sentimento de comunidade adian-*

tado, que lhes permite agir em proveito do conjunto, do grupo em que estejam integrados. É comum o emprego do “mutirão” para construção de uma Igreja, de uma rua, de um campo de futebol, de uma pinguela, e de outras obras com um sentido social e comunitário (extraído dep. Irmã DOROTÉIA, Fls 849, Irmã REBECCA, Fls 854, Pe ROBERTO, Fls 858, e Pe HUMBERTO, Fls 862).

d) Dominam apenas técnicas agrícolas primárias (arroz, mandioca e feijão), mas se adaptam com certa facilidade ao trato com outras culturas agrícolas (dep. Pe ROBERTO, Fls 857).

(...)

g) São profundamente religiosos, embora sua religiosidade seja evitada de misticismo (dep. Pe ROBERTO, Fls 858).

h) Não são agressivos (extraído dep. Irmã DOROTÉIA, Fls 849, e Irmã REBECCA, Fls 854).

i) Possuem alto grau de analfabetismo e supervalorização da capacidade que alguém tem de acesso à cultura (extraído dep. Irmã DOROTÉIA, Fls 849, Irmã REBECCA, Fls 854, e Pe ROBERTO, Fls 858).

j) Procuram se distanciar das autoridades por timidez e medo (dep. Pe ROBERTO, Fls 858).

l) Face a problemas novos, inicialmente procuram resolvê-los de maneira simples e imediata. Quando esses problemas se complicam, inicialmente não se julgam capazes de enfrentá-los, mas, mediante uma orientação de religiosos, baseada em uma pequena meditação e numa valorização da pessoa deles e de suas próprias ideias, pode-se facilmente chegar às soluções desses problemas, ocasião em que revelam possuir acuidade intelectual (textuais de Irmã DOROTÉIA, Fls 849 e 850, Irmã REBECCA, Fls 854, extraído dep. Pe ROBERTO, Fls 857).

m) Entre os posseiros envolvidos neste IPM, havia 30 posseiros naturais dos estados do Nordeste.

3) Os ‘sulistas’

a) São mais individualistas que os ‘nordestinos’ sem atingir a excessos, orgulhando-se do seu palmo de terra, que chamam de ‘fa-

zenda' (extraído dep. Irmã DOROTÉIA, Fls 851, Irmã REBECCA, Fls 854, Pe ROBERTO, Fls 858, e Pe HUMBERTO, Fls 862).

b) Sua corrente migratória recalca, para regiões mais distantes, a migração Nordestina original (extraído dep. Pe ROBERTO, Fls 858, Irmã DOROTEIA, Fls 850, e Irmã REBECCA, Fls 854).

c) Possuem maior grau de escolaridade que os nordestinos e melhores noções que estes sobre saúde e higiene (extraído dep. Irmã DOROTÉIA, Fls 851, Irmã REBECCA, Fls 854, Pe ROBERTO, Fls 858, e Pe HUMBERTO, Fls 862).

d) São muito religiosos (extraído dep. Irmã DOROTÉIA, Fls 851, Irmã REBECCA, Fls 854, Pe ROBERTO - Fls 858, e Pe HUMBERTO, Fls 862).

e) O papel da mulher no grupo familiar é mais atuante do que na família nordestina. A mulher é algumas vezes ouvida e é mais respeitada (extraído dep. Irmã DOROTÉIA, Fls 851, Irmã REBECCA, Fls 854, Pe ROBERTO, Fls 858, e Pe HUMBERTO, Fls 862).

(...) m) Entre os posseiros envolvidos neste IPM, 11 são sulistas."

b) Relatório do IPM, datado de 19 de outubro de 1977, item 8
(doc. incluso):

"A distribuição dos 43 posseiros envolvidos neste IPM por estado natal é a seguinte:

PARÁ: 01

MARANHÃO: 10

PIAUI: 07

CEARÁ: 01

RIO GRANDE DO NORTE: 01

PERNAMBUCO: 02

BAHIA: 09

ESPÍRITO SANTO: 05

MINAS GERAIS: 01

GOIÁS: 05

Rondônia: 01

Total: 43”

c) Constituição das posses

As posses eram tiradas diretamente da mata ou compradas de terceiros, ou adquiridas via permuta de bens. A maioria era dividida em áreas 20 alqueires e era onde as famílias residiam e produziam. A produção era basicamente para subsistência, no regime que, mais tarde e com algumas modificações, passou a ser chamado de agricultura familiar. A depender do tamanho da terra, da origem e do tamanho da família, as áreas trabalhadas obtinham melhor resultado ou não.

d) Agricultura e sobrevivência

As famílias com menores condições, pelo grupo chamadas de “mais fracas”, podiam contribuir com a sua mão de obra. Essas famílias conseguiam trabalhar, considerando a quantidade de anos que estavam nas terras, de meio a 2 alqueires de terra, e o restante das suas áreas permaneciam como mata fechada.

As famílias com melhores condições, pelo grupo chamadas de “mais fortes”, eram compostas por filhos já maiores de 10 anos, rapazes e moças e, às vezes, filhos já casados que tinham sua própria casa, plantação e animais, mas trabalhava em regime de parceria com os pais. Essas famílias comumente já estavam na região há mais tempo, conseguiam trabalhar de 4 a 8 alqueires de terra, e o restante permanecia mata fechada.

Todas as famílias, indistintamente, plantavam arroz, feijão, milho e mandioca. A mandioca representa o plantio principal, uma vez ao ano, com o arranque entre 10 meses e 1 ano, ocasião em que estava madura para a feitura artesanal da farinha, base alimentar do nordestino. Esse período do ano era o mais esperado e juntava as famílias e alguns vizinhos, a depender do tamanho da colheita de cada um. A produção da farinha durava entre 2 e 3 meses.

E era entre esses pés de mandioca que havia a plantação de arroz, feijão e milho. Quando estavam prontos para a colheita, a mandioca ainda não tinha chegado à metade do seu tamanho de arranque, o que não

prejudicava o seu desenvolvimento. Os que já eram “mais fortes” possuíam algum gado leiteiro e animais de trabalho, como burro e égua. Todos criavam galinhas e porcos, e a quantia era relativa à acumulação conseguida entre o início das atividades a data de permanência. A depender do estado de origem, as famílias variavam as plantações com cacau (baianos), café e gado “de leite” (mineiros), banana (mineiros e sulistas), entre outras situações.

e) Organização dos posseiros

Nessa região, no ano de 1976, período pós-Guerrilha do Araguaia, alguns camponeses já estavam organizados, contavam com Sindicato Rural, apoio da Federação dos Camponeses do Pará, além da Igreja Católica, que atuava com a Pastoral da Terra.

Por meio de pesquisas literárias e reiteradas oitivas de camponeses, chegamos ao quadro abaixo:

Resumo das características e atividades locais	
1 – Atividade profissional	Maioria - Agricultor que vivia com a família na terra onde geralmente plantavam arroz, mandioca, feijão, fava, fumo, cana de açúcar, produziam farinha, criavam galinhas e porcos, mantinham pomar. Alguns tinham “criação de serviço”, transporte (cavalo, égua, jumento) e gado leiteiro. Poucos conseguiam ter uma ou duas tropas de burro, que eram compostas por 7 a 10 animais cada. Quando isso acontecia, havia também o serviço de tropeiro, que corresponde a escoar a produção no lombo dos animais.
2 – Moradias	As residências eram feitas de palha de coqueiro de babaçu, algumas com cômodos apenas cobertos, outras todas fechadas de palha e poucas com parede de barro. A moradia era acompanhada por paiol de arroz e casa de farinha ou cobertura com forno de farinha.

3 – Mão de obra	A mão de obra era familiar. Normalmente, o pai ia para a roça com os filhos maiores e a mãe cuidava dos filhos menores e da casa. No entanto, também havia o período em que toda a família ia para a roça, isso inclui filhos menores, ainda crianças. Para a mãe e os filhos também ficava a tarefa de cuidar dos animais domésticos, como aves e porcos, além de horta e pomar. Para o camponês da década de 70, no centro do país, os filhos sempre trabalhavam, independentemente da idade. Cabia aos pais determinar a tarefa que seria alinhada a cada idade.
4 – Propriedade e posse da terra	Todas as áreas de terra eram de posse. Eram “terras tiradas” da mata. No máximo, ocorria a venda da posse de um para o outro. Em média, eram tirados 20 alqueires por família, exceto as áreas de castanhais, que variavam de 200, 300, 500 ou mais alqueires.
5 – Pioneirismo e características da região	Esse grupo chegado de outros estados da Federação, literalmente, povoou a região inóspita localizada quase no coração do país. São os pioneiros, os desbravadores de uma região de mata fechada com sua riqueza natural, que abrigava povos indígenas e castanhais. Foram os maranhenses, piauienses, baianos e paulistas que, através da busca de uma nova vida, construíram a região.

5.5.2.2 Características e renda na agricultura familiar

A agricultura familiar guarda características específicas que devem ser observadas para efeito de melhor análise de qualquer caso concreto que a envolva. No tocante ao episódio Guerrilha do Araguaia, em virtude de suas peculiaridades sociais, econômicas e geográficas, essa observação carece ser ainda mais detida e aprofundada. Para tanto, é apresentado o quadro abaixo:

a) Continuidade	<p>A continuidade na atividade familiar é muito comum e não é característica exclusiva da área rural. Há inúmeros médicos, advogados, professores, comerciantes e empresários, entre outros, que têm pais, avós ou tios com a mesma atividade profissional. Isso ocorre por afinidade e oportunidade na colocação junto ao mercado de trabalho, seja pela projeção do nome da família, a aceitação do serviço já prestado ou a comodidade em relação ao patrimônio já constituído.</p> <p>No caso da área rural, em especial da agricultura familiar, muito mais que afinidade ou oportunidade, a questão é de sobrevivência e falta de opção. Para a colocação profissional em uma área urbana, faz-se necessária a capacitação que decorre de investimento de tempo e dinheiro com estudos e práticas relativas a experiências e estágios que, mesmo quando remunerados, não garantem o exigido para a sobrevivência. Assim, em inúmeras situações, o melhor a fazer é dar continuidade àquela atividade executada pela família e que lhes garante o sustento.</p> <p>Na região do Araguaia, essa realidade é inevitável. Os pais chegaram à região e adquiriram posse ou “tiraram” uma área de terra que foi “derrubada no machado”. Em suma, foram pioneiros. Na região da guerrilha, não havia estradas. Os produtos eram escoados pelos rios, a pé ou no lombo de animais pelos “trieiros” feitos na mata e que eram suficientes somente para a passagem de um animal. Não havia escolas ou qualquer outra possibilidade de qualificação profissional, e, quando havia, ocupava-se tão somente da alfabetização.</p> <p>Até hoje a região carece de escolas e mercado de trabalho que acolha atividade diversa da agricultura. Por tudo isso, é natural que os filhos desses lavradores, camponeses, seguissem a mesma atividade que os pais, seja na mesma área de terra ou em área próxima adquirida com recursos oriundos do trabalho na terra familiar. Talvez os netos tivessem a oportunidade de deslocamento até as vilas e cidades próximas para, como passo seguinte, saírem da região em busca da qualificação profissional e residência em outra localidade. Por tudo isso, o entendimento possível é que os filhos dos camponeses pioneiros camponeses também seriam e, na absoluta maioria de vezes, na mesma terra familiar.</p>
-----------------	--

<p>b) Acumulação</p>	<p>Uma das mais fortes características da agricultura familiar é a acumulação, ou seja, é com o passar dos anos, a cada colheita ou período de trabalho, que o agricultor tem a possibilidade de ver, em pecúnia, o fruto de seu trabalho e convertê-lo em patrimônio familiar (casa, carro, eletrodomésticos ou maquinários, insumos, sementes e benfeitorias) que são agregadas ao patrimônio familiar, valorizando-o.</p> <p>No caso da região do Araguaia, a cada ano passado, uma área maior, dentro dos 20 alqueires, era derrubada e preparada para ser plantada. Igualmente ocorria a separação ou aquisição de novas mudas ou sementes, insumos e ferramentas. A quantidade de animais para consumo doméstico e venda, como galinhas e porcos, só era possível com o passar dos anos através do que chamamos de “criação”. Significa dizer que a soma das plantações, galinhas, porcos e/ou animais de carga consumidos ou soltos pelas Forças Armadas era resultado de anos de trabalho acumulado, assim como os utensílios domésticos, as roupas que não puderam levar consigo com o obrigatório abandono da terra, ou da queima do local.</p>
<p>c) Renda na agricultura familiar</p>	<p>No caso concreto, “a progressão funcional como se na ativa estivesse” é de aferição extremamente subjetiva, não há como lançar mão de uma planilha de valores patronais, plano de cargos, carreiras e salários ou coisa que o valha. No entanto, sindicatos e órgãos públicos de pesquisa são capazes de oferecer as informações necessárias para que seja definido valor reparatório por arbitramento com base nessa “pesquisa de mercado”, bem como acatar o conteúdo de declarações sindicais. Um dos sindicatos rurais da região informou que, caso não tivesse perdido a terra, a renda atual seria variável entre 3 a 5 salários mínimos mensais, motivo pelo qual requer o deferimento de 4 salários mínimos, por ser valor médio.</p> <p>Para corroborar com esse entendimento, segue resultado de pesquisa sobre a renda média na agricultura familiar, no ano de 2006, a saber:</p> <p><i>Considerando-se o número total de estabelecimentos familiares (apontado na Tabela A.1 do Apêndice), constata-se que, no ano de 2006, por volta de 65,7 mil explorações agrícolas familiares gaúchas não obtiveram receita. Entretanto, aquelas que, ao contrário, lograram alguma receita representaram mais de 82,6% do total das explorações familiares gaúchas. Para esse conjunto dos agricultores familiares que declarou receita com a venda da produção, a média anual alcançada foi de R\$ 22 mil (ou R\$ 1.836,54 mensais).</i></p> <p>No ano de 2006, o salário-mínimo era de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais), o que significa que o valor de R\$1.836,54 mensais era equivalente a 5,24 salários-mínimos.</p>

5.5.3. A presença das Forças Armadas no Pará pós-Guerrilha do Araguaia – Monitoramento ostensivo

Há uma equivocada ideia, por significativa parte da sociedade, que após o período da denominada Operação Limpeza, a região do Araguaia teria retomado suas atividades anteriores sem a interferência do Estado. Porém, Marabá continuou como Área de Segurança Nacional até o ano de 1985. Havia, por parte do Estado, especial temor de que os lastros ideológicos deixados pelos militantes do PCdoB pudessem fazer ressurgir, a qualquer momento, novo movimento considerado de cunho subversivo.

O certo é que o monitoramento na região se estendeu para muito além do período da Guerrilha do Araguaia, a saber:

Data	Fato
Janeiro de 1970	Construção do Batalhão de Infantaria de Selva em Marabá/PA
Outubro de 1970	Classificação de Marabá como Área de Segurança Nacional
1970	Operação Carajás
1971	Descoberta dos guerrilheiros no Araguaia
1971	Operação Mesopotâmia
1972	Descoberta dos guerrilheiros no Araguaia
Abril a junho de 1972	Operação de informações e primeira campanha
Setembro de 1972	Operação Papagaio
Mai a outubro de 1973	Operação Sucuri
Outubro de 1973 a 1974	Operação Marajoara
1974 ao fim de 1975	Operação Limpeza
1976 a 1980	Guerra dos Perdidos ou Segunda Guerra ou Guerra que Veio Depois
1979	Lei de Anistia nº 6.683, de 28 de agosto, conhecida como Lei da Anistia ampla, geral e irrestrita, caminho para o fim da ditadura militar
1985	Marabá/PA deixa de ser Área de Segurança Nacional.
2001	Serviço de informações caracterizado como Agência de Notícias

A forma eficiente para minar qualquer nova tentativa de mobilização contra as diretrizes mandatárias do Estado foi a permanência do Exército na região. Não estamos falando da mera existência do 52 BIS em Marabá, mas sim da continuidade de um conjunto de ações em toda a região, a começar pelos treinamentos e tratamento que tinham todos os que eram compelidos ao Serviço Obrigatório Militar, que, conforme sabemos, tem como metodologia a tendência americana que entende ser útil levar o cidadão ao extremo de sua resistência física e psicológica.

O Serviço Nacional de Informações – SNI continuou atuante na área, conforme comprovado pelo Ministério Público, até o ano de 2001. O relatório da Comissão Nacional da Verdade identificou essa presença até o ano de 1989.

As forças que tomaram o Estado do Pará não foram as comunistas (sem pretensão de juízo de valor), e sim o capital, que até os dias de hoje suga o que tem a oferecer em detrimento das necessidades básicas da população local, que muito pouco recebe como contrapartida.

A Guerrilha do Araguaia perdurou de 1971 até o ano de 1974. O ano seguinte, 1975, foi reservado ao que foi chamado de Operação Limpeza, cujo significado foi o do apagamento de qualquer marca do conflito, o que contou com a retirada de corpos, entre outros haveres. No entanto, após o que foi detectado na região, somado ao grande receio do afloramento de uma nova guerrilha, o monitoramento ostensivo por parte do Estado tornou-se imperioso e ímpar. O município de Marabá, que já era considerado como área de segurança nacional, assim permaneceu até o ano de 1985.

Todas as áreas por onde a guerrilha passou sofreram coordenadas visitas de oficiais do Exército, ainda que não fardados, em busca de informações sobre qualquer atividade que pudesse ser considerada subversiva ou que tratasse do episódio da guerrilha, em especial os camponeses que atuaram como mateiros. A Comissão Nacional da Verdade - CNV, em seu relatório final, apresenta informação de que havia monitoramento na área até o ano de 1989, porém há provas documentais por parte do Ministério Público Federal de que até o ano de 2001 era mantido o serviço de informações ao Estado em um prédio disfarçado de empresa de distribuição de comunicação.

A informação foi conseguida durante uma entrevista a um camponês, que foi obrigado a atuar como guia ou mateiro e que no decorrer da conversa contou que ainda recebia visitas do Exército para obter informações locais e certificar que nada fora exposto ou contado. Os oficiais em questão, nas últimas visitas, tinham citado o nome do pesquisador Romualdo, mestrandando que estava coletando material para a confecção de sua dissertação com a determinação de que nenhuma informação fosse prestada, o que demonstrava, inequivocamente, o trabalho de monitoramento e informação. Com a colaboração do referido camponês, o MPF chegou até o local das atividades e efetuou a prisão dos presentes sob forte resistência e defesa com a apresentação de documentos militares, conforme abaixo demonstrado:

II – A SURPREENDENTE PRESENÇA DO EXÉRCITO AINDA HOJE NA REGIÃO

Fato da mais alta relevância descoberto pelo Ministério Público Federal foi a presença do serviço de inteligência do Exército brasileiro patrulhando ex-guias da Guerrilha do Araguaia.

Logo no início dos trabalhos, os membros do Ministério Público Federal notaram que a população local mantinha grande receio em fornecer dados objetivos sobre a localização de sepulturas. Elucidativo é o comentário do popular MARCIANO MARIANO PEREIRA DE ASSUNÇÃO, ao prestar depoimento:

“até hoje tem moradores que avisam que se contarem alguma coisa sobre a guerrilha vão voltar a apanhar”.

Até que no dia 10 de julho de 2001 o morador de Brejo Grande do Araguaia e ex-guia do Exército JOSÉ VELOSO DE ANDRADE revelou o motivo, em depoimento (gravado). De fato, quando indagado se poderia dar algum esclarecimento sobre a Guerrilha, respondeu:

“ - ... eu não posso dar informação nenhuma.

- Por que que o senhor não pode?

- Porque eu fui proibido.

- Quem proibiu o senhor?

- Pelo Exército.”

O mais grave é que não se tratava de proibição da época da Guerrilha, mas recente, constantemente reiterada. Esclareceu o Sr. Veloso que essa proibição foi reforçada após a publicação, em 1997, do livro “Guerrilha do Araguaia: A Esquerda em Armas”, de Romualdo Pessoa Campos Filho (Ed. UFG), pesquisador dessa universidade:

“MV (servidor do MPF) – Mas depois que ele veio eles falaram para o senhor não falar mais sobre isso, foi?”

JV (José Veloso) – Ah, foi, teve um pessoal foi de Brasília aqui, rapaz.

MV – Depois que ele veio falar com o senhor?

Veloso – É. Pessoal de Brasília vieram aqui.

MV – Mas é do Exército?

JV – É.

(...)

MV – Quer dizer que, depois que ele veio aqui, fez esse livro, o pessoal de Brasília veio aqui para dizer para o senhor não falar mais nada?

JV – Vieram.

MV – E quem é que veio?

JV – Quem veio foi uns... Só veio oficiais.

MV – Oficiais? Lá de Brasília? Se identificaram para o senhor?

JV – Olha, não, é que eles se identificam, mas é outro nome.

M (Marlon, procurador da República) – Eles não usam o nome verdadeiro, não, quando vêm falar com o senhor?

F – Tudo nome de guerra.

Em seguida, o Sr. Veloso informou que essas visitas eram ainda rotina, tanto que eles viriam naquela mesma semana para vê-lo:

JV – Mas se, olha, vocês fazem o seguinte, no dia 13.

MV – 13?

JV – Sim, Sexta-feira. Eles ficaram de, de, de chegarem aqui.

M – Os militares?

JV – É o Dr. Bezerra, Dr. Adriano, Flávio, o caco (?).

M – Prá que que eles ficaram de vir aqui?

JV – Porque sempre eles viajam, sempre eles vêm aqui. Eles vêm aqui prá saber como é que tá passando a região. Como é que tá, o que tá acontecendo. Sempre eles vêm.

M – Sei.

JV – Agora, eles passam às vezes, até de ano.

M – Sei.

JV – De ano em ano, de 90 dias.

M – Sei.

JV – Agora eles vêm. Segunda eles telefonaram para o Zé Guedes para me avisar.

Seguindo a informação do Sr. VELOSO, o Ministério Público Federal compareceu no dia 13 de julho de 2001 em sua casa, para encontrar os agentes do Exército e identificar o propósito dessa sua constante presença no local. Qual não foi, porém, a surpresa, ao notar que esses emissários simplesmente negavam a condição de militares, afirmando serem jornalistas de uma agência de notícias. E mais, que o veículo por eles dirigido (com “placa fria”) estava repleto de alimentos, os quais seriam distribuídos nas localidades de São Geraldo do Araguaia, Xambioá, São Domingos do Araguaia e no próprio Brejo Grande; todos os locais com ex-guias residindo.

Nesse mesmo dia, o Sr. Veloso fez novas revelações, especialmente de que se tratam de visitas frequentes e com oficiais de Brasília. O Ministério Público Federal tomou providências para verificar se, de fato, esses agentes eram militares. No primeiro momento, conseguiu localizar o endereço da suposta “agência de notícias”, sendo que o imóvel utilizado não tinha nenhum registro como sendo do Exército brasileiro. É importante destacar que, por ocasião de diligências para verificação de dados, a viatura oficial teve seu caminho bloqueado por um veículo Corsa, que posteriormente foi confirmado pelo próprio comandante da 23ª Brigada de Infantaria de Selva como pertencente a um cabo lotado no escritório de inteligência daquela corporação e residente da mesma rua.

(...)

Deferida pelo Juízo Federal a medida cautelar, no dia 25 de julho houve o seu cumprimento relativamente ao imóvel identificado como sendo a “agência de notícias”. Houve resistência inicial para abertura do imóvel, reconhecimento da sua real função e oferta de quaisquer documentos, o que levou os Oficiais de Justiça a converterem a ordem de exibição em de busca e apreensão, Nessa oportunidade farta documentação foi apreendida, a qual revelou funcionar naquele endereço um escritório de operações do serviço de inteligência do Exército Brasileiro.

A execução da busca e apreensão (filmada por servidores da Procuradoria da República) transcorreu com tranquilidade, até a chegada de um militar que apenas se identificou como tenente e advertiu ao cabo que fazia a vigilância de que devia ter atirado nos oficiais de justiça (conforme certidão dos oficiais de justiça nos autos da Medida Cautelar).

Destaca-se, também, que a fita gravada pelo Ministério Público Federal revela ter o mencionado cabo diversas vezes faltado com a verdade aos oficiais de justiça quanto à real destinação do imóvel.

De qualquer forma, os documentos apreendidos confirmaram (i) que o Exército mantém informantes na região, inclusive ex-guias e ex-militares que participaram das ações de repressão, (ii) que viagens rotineiras são realizadas para as localidades de residência desses informantes/colaboradores, (iii) que o Exército distribuiu armas e munição, assim como fornece gêneros alimentícios a alguns desses colaboradores. Os documentos apontaram ainda que a ação do Serviço de Inteligência ali instalado não se limitava à monitoração de ex-participantes da Guerrilha do Araguaia, mas também ao controle de movimentos sociais, sindicatos rurais e madeireiros, dentre outros.

(...)

Confirmou-se, pois, no entender do Ministério Público Federal, que agentes militares, do Serviço de Inteligência do Exército, mantêm uma atuação na área da Guerrilha do Araguaia.

Ainda que investidos da intenção de promover ações cívico-sociais (o que se estranha seja atribuição dada a um órgão de inteligência, e não a um órgão ostensivo das Forças Armadas), ficou também constatado que essa ação tem sido utilizada para:

- colher informações sobre pessoas que andam na região buscando dados sobre a Guerrilha;*
- manter acesa a imagem da presença das Forças Armadas, com isso difundindo o medo e mantendo a população silente sobre o assunto;*
- expressamente proibir moradores a falar com jornalistas, pesquisadores, autoridades públicas civis ou quaisquer outros interessados nos fatos da Guerrilha;*
- praticar assistencialismo consistente em fornecer alimentos e pequenos presentes;*
- fornecer armas e munições, e com isso garantir influência, para ex-guías e colaboradores.*

Com toda a certeza, essa atuação foge completamente às atribuições constitucionais das Forças Armadas, previstas no artigo 142 da Lei Maior:

“Art. 142 – As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

§ 1º - Lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas ...”

(...)

Na verdade, não se trata apenas de constatar a atuação do Exército brasileiro à margem de sua atribuição constitucional e legal,

mas sim um agir colidente com preceitos fundamentais da Constituição de 1988. Lembremo-nos (e nunca é demais fazê-lo) que não pode o Poder Público (civil ou militar) compelir cidadãos a manterem-se silentes diante da verdade e da história, quando o artigo 5º da Lei Maior garante a todos o princípio da legalidade, da livre manifestação do pensamento, da liberdade de consciência, da atividade intelectual e de comunicação, de acesso à informação etc.

Mais grave se apresenta esse cenário quando se percebe pelos depoimentos colhidos as sequelas deixadas entre a população pelas forças militares brasileiras de 1972/74. São inúmeros relatos de torturas, mortes e destruição. Qualquer presença de agentes militares imediatamente traz à tona esse passado recente, renovando o temor de que tudo ainda seja presente.

A presença do Exército, por si só, é fato que perpetua o assombro, instiga a lembrança dos moradores locais contemporâneos a guerrilha e seus filhos mais velhos, além de manterem acesa a presença do medo. Apesar de todas as manifestações da sociedade civil, órgãos de representação, na esfera nacional ou internacional, e a condenação pública dos atos lá praticados, o Exército, em dissonância com o momento histórico e social da época, mantinha, e quiçá ainda mantém, serviço de informação na região (doc. incluso).

Justamente nesse ambiente aconteceu a Guerra dos Perdidos, ou a Outra Guerra ou A Guerra que Veio Depois, entre os anos de 1976 a 1980. O desenrolar dos fatos, bem como os motivos e ações praticadas confirmam a presença do exército na região em plena atividade.

5.5.4. Lista nominal de camponeses atingidos pela Guerrilha do Araguaia e pela Batalha dos Perdidos, e que a CEV-PA dispõe de entrevista e/ou Escritura Pública Declaratória

Guerrilha do Araguaia

	Nome	Origem	Material
1	Abadia Turíbio de Araújo	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
2	Abel Honorato de Jesus	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
3	Abel Pereira Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
4	Aberian Ribeiro Guerra de Paes	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
5	Abraão Maria e Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
6	Acácio Pereira Lima	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
7	Acelino Prudêncio de Sousa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
8	Aclédion Silva de Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
9	Adailto Vieira Bezerra e família	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
10	Adalto Vieira Bezerra e família	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
11	Adaman Soares de Almeida	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
12	Adão Araújo Gomes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
13	Adão Mendes Ferreira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
14	Adauto Costa da Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
15	Adélia Barbosa Gonçalves	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
16	Adelina Campos Ferraz	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
17	Adelino de Sousa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
18	Adelman Aires de Sousa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
19	Adelson Vieira da Cruz	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
20	Ademar Mariano da Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória

	Nome	Origem	Material
21	Ademir Borges de Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
22	Aderivan Aires de Sousa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
23	Agenor Moraes da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
24	Agenora Alves Leite de Melo	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
25	Aginaldo Marinho do Nascimento	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
26	Agostinho Conceição Ribeiro e irmão	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
27	Agostinho Pereira do Nascimento Filho	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
28	Alacir Nonato Farias	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
29	Alaíde Alves Alencar	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
30	Alaíde Alves Alencar e Ieda Alves de Sá Martins	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
31	Alaíde de Sousa Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
32	Aldenor Borges de Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
33	Aldenora Borges de Souza	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
34	Aldenora Fernandes de Araújo	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
35	Aldenora Pereira da Silva – viúva de Pedro Alves de Sousa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
36	Alfredo Gomes da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
37	Alfredo Milhomem	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
38	Alício Alves dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
39	Altino Modesto da Cruz	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
40	Alzenira Neres Chaves	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
41	Amarozan Aires de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
42	Amélia de Queiroz Batista	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
43	Amintas Ferreira de Oliveira	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
44	Ana Cleide Silva de Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
45	Ana Cunha Brito	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
46	Ana Ilza dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
47	Ana Leila Alves dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
48	Ana Lima Pereira	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
49	Ana Rita Rodrigues	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
50	Ana Rita Rodrigues Reis	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
51	Ana Zélia Silva de Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
52	Ana Zilda Silva de Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
53	Ananias Barbosa de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
54	Anésio Pereira de Lima	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
55	Angelina Taveira de Brito e Rafael Pereira de Brito	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
56	Angelita Maria de Souza Peres	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
57	Ângelo Lopes de Sousa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
58	Angelo Marinho (Apelido Anjilo ou Jilo)	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
59	Angria Augusto Luiz Antônio	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
60	Anísio Pereira Gomes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
61	Anísio Rodrigues da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
62	Antônia Cândida de Carvalho	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
63	Antônia dos Santos Nunes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
64	Antônia Ribeiro da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
65	Antônia Rodrigues Marinho	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
66	Antônio Adalberto Fonseca	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
67	Antônio Alves da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
68	Antônio Alves dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
69	Antônio Alves dos Santos e Joana Almeida Silveira Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
70	Antônio Azevedo Barros	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
71	Antônio Batista da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
72	Antônio Batista Leite	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
73	Antônio Brito de Barros	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
74	Antônio Carlos Soares Santana	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
75	Antônio Carlos Vieira Bezerra e família	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
76	Antônio Carvalho de Sousa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
77	Antônio da Silva Sousa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
78	Antônio de Oliveira Castro	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
79	Antônio dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
80	Antônio Félix e irmã	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
81	Antônio Ferreira de Andrade	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
82	Antônio Francisco da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
83	Antônio José de Sousa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
84	Antônio José Macedo Siqueira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
85	Antônio Josimar Alves da Costa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
86	Antônio Leal Ribeiro	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
87	Antônio Lopes de Sousa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
88	Antônio Luiz de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
89	Antônio Luiz Pereira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
90	Antônio Monteiro da Silva e Rita Alves da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
91	Antônio Monteiro dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
92	Antonio Morais de Oliveira	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
93	Antônio Moreira da Costa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
94	Antônio Nonato Farias	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
95	Antônio Pereira da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
96	Antônio Pereira Gomes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
97	Antônio Pereira Lopes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
98	Antônio Pereira Sandes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
99	Antônio Pires Costa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
100	Antônio Pires de Carvalho	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
101	Antônio Procópio Neto	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
102	Antônio Resplandes Coelho	Outro conflito - Terra	Escritura Pública Declaratória e vídeo
103	Antônio Rodrigues da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
104	Antônio Serafim da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
105	Antônio Silva Holanda	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
106	Antônio Soares Pereira de Sousa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
107	Antônio Vieira da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
108	Antônio Vieira Leal	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
109	Antônio Wilson dos Reis Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
110	Ariete dos Reis Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
111	Arnou Carvalho Monteiro	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
112	Ataíde Silva Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
113	Atanásio Costa Gomes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
114	Augusto da D. Roxinha	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
115	Augusto R da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
116	Auri Sousa de Oliveira	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
117	Aurina Carvalho Aquino	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
118	Azemir Serafim da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
119	Belchior Lopes de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
120	Belchior Pereira de Brito	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
121	Belém Batista Barbosa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
122	Benedita Alves da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
123	Benedito de Caldas Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
124	Benedito Mateus de Almeida	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
125	Benigno Alves Barbosa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
126	Bento Pereira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
127	Bernardina Costa Alves	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
128	Bráz Jardim da Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
129	Cacilda dos Santos Lima e Francisco dos Santos Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
130	Camilo Benício de Moraes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
131	Cândido Ribeiro Pimentel	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
132	Carlindo Lima Damaceno	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
133	Carlos Antônio Pereira Alves	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
134	Carlos de Souza Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
135	Celi Martins de Oliveira Lima	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
136	Celina Gonçalves de Sousa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
137	Célio Leandro de Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
138	Cícera Bezerra Bernardo	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
139	Cícera dos Santos Brito	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
140	Cícero Alves da Silva e Antônio Alves da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
141	Cícero Coelho da Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
142	Cícero Conceição de Oliveira	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
143	Cícero Dias Bandeira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
144	Cícero Fernandes de Souza e Lindaura Lopes de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
145	Cícero Ferreira Antunes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
146	Cícero Neres dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
147	Cícero Pereira de Carvalho	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
148	Cícero Pereira Matos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
149	Cilas Mateus	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
150	Cirilo José dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
151	Claudenor Ribeiro dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
152	Cláudia Maria Ferreira de Freitas	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
153	Claudimiro Wolf Mourão Filho	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
154	Claudino Nunes Ferreira Neto	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
155	Cláudio Barbosa de Oliveira	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
156	Cláudio da Conceição Gomes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
157	Claudioberto da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
158	Cleides Castro Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
159	Crasso Bandeira Sanches	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
160	Crispim Manoel Santana	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
161	Cristóvão Fernandes Gomes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
162	Dalila Martins e Dalila Martins de Souza Gomes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
163	Dalva de Moraes Coelho	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
164	Dalvanira Rodrigues Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
165	Dalvino Alves de Sousa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
166	Damião Nunes Moreira Sousa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
167	Darci Alves Taveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
168	Davi Rodrigues de Sousa	Guerrilha do Araguaia e Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória e vídeo
169	Delci Moreira da Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
170	Delzina Pereira da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
171	Demerval Dias de Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
172	Demostino Ferreira da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
173	Deocir Pereira Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
174	Derocy Costa de Andrade	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
175	Deusdete Ferreira de Oliveira	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
176	Deusinete Barreira Miranda	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
177	Deusuita Lopes da Silva Suza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
178	Deuza Alves de Oliveira	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
179	Dianari Marinho Costa	Guerrilha do Araguaia e Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória e vídeo
180	Dimas Martins Pereira de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
181	Diná Gomes da Silva e Dinísio Gomes da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
182	Dinailda Marinho do Nascimento	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
183	Dinailda Nascimento dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
184	Dinair e família	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
185	Dinalva de Araújo	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
186	Dinaura Câmara de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
187	Dino Conceição dos Santos	Guerrilha do Araguaia e Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória e vídeo
188	Domício Alves da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
189	Domício Barros dos Santos e Maria Martins Jorge dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
190	Domício Jorge Brasil Soares	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
191	Domingas dos Santos Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
192	Domingas Moraes de Oliveira e Raimundo Nonato Alves de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
193	Domingas Rodrigues de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
194	Domingas Sena de Souza	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
195	Domingas Soares de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
196	Domingos Barros dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
197	Domingos Brito da Costa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
198	Domingos Gonçalves Pessoa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
199	Domingos Teodoro da Costa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
200	Doraci Gomes dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
201	Doralice da Silva Aguiar	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
202	Doralice Lopes de Sousa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
203	Doriel Martins de Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
204	Dorival Alves da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
205	Dorivan Cunha Brito	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
206	Dourineth Barreira de Sousa Xavier	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
207	Durvalina Costa da Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
208	Edgar Soares Cabral	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
209	Edilson Pereira da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
210	Edimar Pereira da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
211	Edinaldo Mendes Rodrigues	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
212	Edith Alves Pereira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
213	Edith Pereira de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
214	Edmilson Gomes da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
215	Edmilson Nogueira Gomes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
216	Edmilson Ribeiro dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
217	Edna Ribeiro de Araújo	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória

	Nome	Origem	Material
218	Edna Rodrigues de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
219	Edna Rosa Brito da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
220	Edson Conceição do Nascimento,	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
221	Edson Jesus Rodrigues	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
222	Eduardo Luiz de Melo Carvalho	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
223	Edvaldo Alves Costa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
224	Edvan Ribeiro dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
225	Efígenia Maria Santos Reis	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
226	Elci Moreira da Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
227	Eledion Ferreira de Oliveira	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
228	Elena Taveira de Brito	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
229	Elesbão Barbosa de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
230	Elesbão Honório Brito	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
231	Elian Silva Leite	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
232	Elias Bezerra	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
233	Elias da Costa Moraes	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
234	Elias Pereira de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
235	Eliene Silva Leite	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
236	Elisete de Oliveira Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
237	Elismar Lima dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
238	Elizafan Rodrigues de Almeida	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
239	Elza Alves de Oliveira	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória

	Nome	Origem	Material
240	Elza Cruz de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
241	Elza Francisca Sales Cruz	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
242	Elza José Maria de Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
243	Elza Pereira Martins	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
244	Emanuel Serrana da Costa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
245	Eneduto Pereira de Andrade (Deco)	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
246	Enoque Pereira de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
247	Ercilia Pereira Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
248	Eris de Souza Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
249	Erivaldo Freitas Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
250	Erivaldo Lima Carneiro	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
251	Ernani da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
252	Esperanca Correia de Melo	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
253	Estelita Neres dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
254	Estênio Pereira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
255	Eucimar Ribeiro dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
256	Euclides Pereira de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
257	Eunice Melo da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
258	Eurides de Oliveira Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
259	Eurípedes Maria e Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
260	Euzina Augusto da Luz	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
261	Eva Lima da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
262	Eva Sousa da Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
263	Expedito dos Santos Rodrigo	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
264	Fábio Alves dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
265	Felicidade Alves de Sousa Moreira	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
266	Félix Francisco Teixeira e Emiliana Gomes Teixeira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
267	Félix Resplandes Coelho	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
268	Filomena Barreira Miranda	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
269	Flávia Alves dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
270	Francirlei dos Reis Ferreira	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
271	Francisca Alves da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
272	Francisca Barbosa de Sousa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
273	Francisca Barbosa Ferreira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
274	Francisca dos Santos Conceição	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
275	Francisca e Edenilda – irmãs	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
276	Francisca Helena	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
277	Francisca Ribeiro de Souza	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
278	Francisca Ribeiro de Souza	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
279	Francisca Silva dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
280	Francisco Alves de Menezes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
281	Francisco de Assis Costa Feitosa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
282	Francisco de Assis Ribeiro da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
283	Francisco Ferreira Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
284	Francisco Goes Monteiro	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
285	Francisco José da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
286	Francisco Lima dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
287	Francisco Martins Ribeiro	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
288	Francisco Neres dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
289	Francisco Pereira da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
290	Francisco Pereira Junior	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
291	Francisco Rodrigues da Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
292	Francisco Silva Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
293	Gaspar Fernandes Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
294	Gecinda Pereira de Moraes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
295	Geisa Celeste Almeida Nogueira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
296	Geni Gomes da Cruz	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
297	Geni Matias dos Santos Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
298	Geraldo Cândido de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
299	Geraldo Costa de Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
300	Gerson Ribeira Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
301	Getúlio Araújo da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
302	Gidalva Santos Procópio	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
303	Gildelan dos Anjos Almeida	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
304	Gilmar Lopes Bezerra	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
305	Gilmar Lopes de Melo	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
306	Gilson Alves dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
307	Givalda Santos Procópio	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória

	Nome	Origem	Material
308	Gleides Castro da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
309	Gonçala Oliveira Bandeira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
310	Gonçalves Rodrigues de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
311	Guiomar Borges dos Reis	Guerrilha do Araguaia e Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória e vídeo
312	Hamilton Lopes Barros	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
313	Hedilberto Correia Siqueira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
314	Helena V. Alves	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
315	Heliomar Correia Siqueira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
316	Henrique Alves Noletto	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
317	Hilário da Silva Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
318	Ideci Moreira de Melo	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
319	Ieda Alves de Sá Martins	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
320	Ilda Moraes Costa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
321	Ilda Souza Costa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
322	Ildenê Vieira da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
323	Ilson Moreira da Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
324	Inácio Rodrigues da Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
325	Inácio Rodrigues Osório	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
326	Inaldo Oliveira dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
327	Iolanda Maciel Soares	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
328	Iolanda Pereira da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
329	Iomar Ribeiro Alves	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
330	Iraci dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
331	Iranete Barreira Miranda	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
332	Irani dos Santos Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
333	Irani Silva Nascimento de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
334	Irene Guerra de Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
335	Irene Ribeiro dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
336	Irenice de Brito dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
337	Isaias Ribeiro da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
338	Ismael Alves dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
339	Ismael Maria e Silva (inca-paz), filho de Ademair Mariano da Silva e Geralda Lemes da Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
340	Israel Leão da Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
341	Ivaldo José Dias	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
342	Ivan Jorge Dias	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
343	Ivanilde de Oliveira Porto	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
344	Ivanilde Francisca da Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
345	Ivanilde Ribeiro da Silva (Neginha)	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
346	Ivoneide Queiroz	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
347	Ivoneide de Oliveira dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
348	Jacira Alves dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
349	Jackson Alves de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
350	Jacob Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
351	Jaime Pereira dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
352	Jair Costa de Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
353	Jandira José Barbosa de Oliveira	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
354	Janete Mary Gonçalves	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
355	Janete Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
356	Jason Ferreira de Oliveira	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
357	Jean Alves de Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
358	Jecina Pereira de Moraes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
359	Jesus Nogueira dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
360	Joana Barbosa da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
361	Joana Clima da Silva, viúva de Adão Nunes	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
362	Joana Darc Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
363	Joana Macena da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
364	Joana Maria da Silva Pinto	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
365	João Azevedo Barros	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
366	João Batista da Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
367	João Batista de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
368	João Batista de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
369	João Batista dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
370	João Bezerra de Melo	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
371	João Bispo de Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
372	João Borges Martins	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
373	João Brito da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
374	João Carlos Fontes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
375	João Chavito de Moraes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
376	João Clésio Sales Moreira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
377	João de Oliveira Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
378	João dos Reis B. Marques	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
379	João dos Reis Pereira	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
380	João Feitosa da Costa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
381	Joao Francisco da Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
382	João Leite Filho	Guerrilha do Araguaia e Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória e vídeo
383	João Lemos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
384	João Manoel do Nascimento	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
385	João Neto Aires de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
386	João Pereira Costa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
387	João Pereira da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
388	João Pontes Martins	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
389	João Ramos Pereira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
390	João Ribeira Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
391	João Rodrigues da Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
392	João Santos da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
393	João Silva de Sousa 2017.01.77300	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
394	João Sotero	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
395	João Viana	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
396	João Virgínio da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
397	Joaquim Carneiro	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
398	Joaquim Leite dos Santos Neto	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
399	Joaquim Miranda Filho	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
400	Joaquim Pereira da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
401	Joaquim Rodrigues de Araújo	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
402	Joel Augusto da Luz	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
403	Joel Ribeiro Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
404	Joilson Marinho do Nascimento	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
405	Jonas Alves de Almeida	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
406	Jorgiana Santos Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
407	José Adalto Chavier	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
408	José Admilson da Gama	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
409	José Almir Farias	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
410	José Almir Ferreira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
411	José Alves de Carvalho	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
412	José Alves de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
413	José Alves dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
414	José Alves Pinto	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
415	José Anchieta Severo Cordeiro	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
416	José Ângelo Barbosa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
417	José Armando do Carmo Rodrigues	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
418	José Barbosa da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
419	José Barbosa de Matos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
420	José Belisário dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
421	José Bento Bezerra	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
422	José Bezerra de Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
423	José Bispo Reis	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
424	José Caetano da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
425	José Carlos da Silva Neves	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
426	Jose Costa Azevedo dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
427	José Costa de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
428	Jose da Cunha Brito	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
429	José Darlan Siqueira Leite	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
430	José de Ribamar Costa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
431	José Dias Carmo	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
432	José Dias Duarte	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
433	José dos Reis Rodrigues da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
434	José Edvilson	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
435	Jose Elson Alves Ribeiro	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
436	José Félix Bezerra	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
437	José Félix Bezerra	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
438	José Fernandes dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
439	José Ferreira de Oliveira (Zeca)	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
440	José Francisco de Oliveira	Guerrilha do Araguaia e Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória e vídeo
441	José Francisco dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
442	José Gaspar da Silveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
443	José João dos Santos Neto	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
444	José Julião Neto	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
445	José Leandro Neto	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
446	José Leandro Sobrinho	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
447	José Leão dos Santos Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
448	José Lopes da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
449	José Manoel de Santana	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
450	José Maria Alves da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
451	José Maria Alves de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
452	José Maria Costa de Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
453	José Maria e Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
454	José Maria Fernandes de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
455	José Maria Ferreira Chaves	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
456	José Maria Lima Coutinho	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
457	José Marques Sobrinho	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
458	José Miguel Silva de Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
459	José Miranda Sobrinho	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
460	José Osmar Rodrigues de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
461	José Osvaldo de Assumpção Chaves	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
462	José Paulo Alves de Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
463	José Pereira da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
464	José Pereira de Sena	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
465	José Pereira dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
466	José Pinto da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
467	José Pires de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
468	José Raimundo Marques da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
469	José Ribamar da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
470	José Ribamar Fernandes dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
471	José Ribeiro de Almeida (Zé Leite)	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
472	José Rodrigues França	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
473	José Rubens Saldanha Maciel	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
474	José Rufino Alves Pinheiro	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
475	José Soares de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
476	José Soares de Oliveira (Zé Luiz)	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
477	José Soares de Oliveira Filho	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
478	José Tadeu de Araújo	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
479	José Tadeu Pinheiro da Luz	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
480	José Vaqueiro de Sousa	Guerrilha do Araguaia e Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória e vídeo
481	José Veloso de Andrade	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
482	José Vieira da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
483	José Wagner da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
484	Josean José Soares	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
485	Josefa Pereira dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
486	Joselina Ribeiro da Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
487	Joseneide Barros Sobrinho	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
488	Josias Gonçalves	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
489	Josimar Lopes de Melo	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
490	Joval Gonçalves dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
491	Juacir Ramos de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
492	Juarez Alves Carvalho	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
493	Juarez Augusto da Luz	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
494	Juarez Custódio da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
495	Juarez Pereira Santana	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
496	Jucelene Rodrigues Cortêz	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
497	Julho Rodrigues de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
498	Júlia Santos de Pereira	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
499	Júlio Bispo dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
500	Júlio Francisco de Oliveira	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
501	Júlio Santos Procópio	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
502	Jurandi Alves dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
503	Jurandir Araújo Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
504	Jusse Alves Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
505	Juvenal Pereira de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
506	Ladislau Guedes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
507	Laudenir Pereira Dionísio	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
508	Lauro Rodrigues dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
509	Leidenair Ferreira Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
510	Leni Ferreira Cardoso	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
511	Leonardo Miranda Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
512	Leondino Messias de Souza	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
513	Leoni Alves Furtado	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
514	Leônidas Barbosa de Medeiros	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
515	Leonor Maria de Jesus Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
516	Lídia da Costa Brito	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
517	Lídia Oliveira Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
518	Líli de Oliveira Gomes	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
519	Lília Ferreira de Oliveira	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
520	Lindalva Lima Batista	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
521	Lindalva Reis da Silva	Guerrilha do Araguaia e Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória e vídeo
522	Lindinalva Ferreira de Oliveira (Tuca)	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
523	Lindomar Costa de Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
524	Liulene Pereira Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
525	Lorrana Mendes Diniz	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
526	Lourival Alves da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
527	Luciene Costa de Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
528	Ludovico Matheus Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
529	Luis Francisco da Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
530	Luis Gonzaga Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
531	Luis Soares de Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
532	Luismar Lima Pereira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
533	Luiz Antônio de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
534	Luiz Coelho Araújo	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
535	Luiz de França Sousa Miranda	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
536	Luiz Gonzaga de Albuquerque Sobrinho	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
537	Luiz Pereira de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
538	Luiza Alves de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
539	Luiza Pereira Lima da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
540	Luiza Vicente Aguiar	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
541	Luiza Vieira da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
542	Luzenira Rodrigues da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
543	Luzia Cabral Jorge	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
544	Luzia Moraes da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
545	Luzinete Benedita dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
546	Luzinete Oliveira dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
547	Luzineth Barbosa Gonçalves	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
548	Mabel Oliveira de Santana	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
549	Magno Figueredo dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
550	Manoel Albuquerque da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
551	Manoel Alves da Costa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
552	Manoel Antônio Ferreira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
553	Manoel Bento Nogueira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
554	Manoel Brito de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
555	Manoel Carvalho da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
556	Manoel da Silva Lima	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
557	Manoel dos Santos Alves de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
558	Manoel dos Santos Porto da silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
559	Manoel Fernandes de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
560	Manoel Ferreira da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
561	Manoel Ferreira de Araújo	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
562	Manoel Francisco Alves	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
563	Manoel Gumerindo Rodrigues da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
564	Manoel Herison de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
565	Manoel Leal Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
566	Manoel Leocir Rodrigues da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
567	Manoel Messias Ferreira de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
568	Manoel Messias Guido Ribeiro	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
569	Manoel Pereira da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
570	Manoel Ramos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
571	Manoelito Guerra de Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
572	Marcelina da Silva Lima	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
573	Marcelo Jardim da Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
574	Marcos Nascimento dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
575	Maria Albuquerque dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
576	Maria Alcilene da Silva Soares	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
577	Maria Alice de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
578	Maria Alice Lopes Soares	Guerrilha do Araguaia	Escritura Pública Declaratória
579	Maria Almeida Bonfim	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
580	Maria Alves Sampaio	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
581	Maria Antônia Nogueira da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
582	Maria Aparecida Carvalho de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
583	Maria Aparecida da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
584	Maria Aparecida Oiveira de Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
585	Maria Araguaína Mota	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
586	Maria Aurora Gomes Pereira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
587	Maria Barbosa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória

	Nome	Origem	Material
588	Maria Barroso de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
589	Maria Borges de Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
590	Maria Carla de Souza Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
591	Maria Cláudia Pereira dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
592	Maria Concebida Nogueira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
593	Maria Costa da Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
594	Maria Creuza Moraes da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
595	Maria da Conceição Gomes Farias	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
596	Maria da Conceição Lopes da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
597	Maria da Conceição Pereira da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
598	Maria da Cruz Costa da Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
599	Maria da Luz Ribeiro Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
600	Maria da Paz Assunção Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
601	Maria da Paz Moreira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
602	Maria da Paz Silva Leite	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
603	Maria da Purificação Ribeiro (Nita)	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
604	Maria da Silva Praiano	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
605	Maria da Silva Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
606	Maria da Soledade Dias	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
607	Maria Dajuda Oliveira Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória

	Nome	Origem	Material
608	Maria Dalva de Araújo	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
609	Maria Dalva Ferreira Matos de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
610	Maria das Dores Rosa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
611	Maria das Graças da Fonseca Lopes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
612	Maria das Graças da Silva Vieira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
613	Maria das Graças Neres de Araújo	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
614	Maria de Fátima Abreu da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
615	Maria de Fátima Aires Brito	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
616	Maria de Jesus Dias dos Reis	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
617	Maria de Jesus dos Santos Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
618	Maria de Jesus Gomes Sena	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
619	Maria de Jesus Lima da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
620	Maria de Jesus Lopes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
621	Maria de Jesus Moreira do Nascimento	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
622	Maria de Jesus Ribeiro da Silva	Guerrilha do Araguaia e Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória e vídeo
623	Maria de Lourdes Câmara	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
624	Maria de Lourdes dos Santos Batista	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
625	Maria de Lourdes Souza Cunha	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
626	Maria de Moraes Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
627	Maria de Nazaré Carneiro Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
628	Maria de Oliveira da Silva (conhecida como Luiza)	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
629	Maria Divina da Silva Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
630	Maria do Amparo Nogueira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
631	Maria do Carmo Brito da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
632	Maria do Carmo Coelho dos Santos	Guerrilha do Araguaia e Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória e vídeo
633	Maria do Carmo da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
634	Maria do Espírito Santo	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
635	Maria do Espírito Santo da Cunha Brito	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
636	Maria do Socorro da Silva Oliveira	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
637	Maria do Socorro dos Santos da Costa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
638	Maria Domingas Pinto Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
639	Maria Doralice Mendes Lopes dos Reis	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
640	Maria dos Santos Azevedo	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
641	Maria dos Santos da Luz	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
642	Maria dos Santos Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
643	Maria Edileusa da Silva Brito	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
644	Maria Edileusa da Silva Rodrigues	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
645	Maria Edna dos Santos Chagas	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
646	Maria Emília Ferreira da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
647	Maria Eunice Alves da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
648	Maria Eunice Ribeiro da Costa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
649	Maria Felicidade Miranda Alves	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
650	Maria Ferreira da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
651	Maria Francisca de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
652	Maria Gomes Pereira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
653	Maria Helena da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
654	Maria Helena Dias Chaves	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
655	Maria Helena Feitosa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
656	Maria Helena Rodrigues Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
657	Maria Idalice Dourado da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
658	Maria Iluminada	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
659	Maria José Leite da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
660	Maria José Lopes Soares	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
661	Maria José M de Menezes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
662	Maria José Pereira de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
663	Maria Josefa Salvelina	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
664	Maria Júlia	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
665	Maria Lenice Brito de Sa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
666	Maria Lídia Ferreira de Souza Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
667	Maria Lidia Pereira Lira	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória

	Nome	Origem	Material
668	Maria Lúcia Costa de Souza	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
669	Maria Lúcia Pinheiro dos Reis	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
670	Maria Lúcia Santos de Moraes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
671	Maria Lúcia Santos Moraes	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
672	Maria Madalena de Souza Pereira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
673	Maria Madalena de Souza Ribeiro	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
674	Maria Madalena Lopes da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
675	Maria Martins Jorge dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
676	Maria Nazaré Gonçalves Brito	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
677	Maria Noêmia da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
678	Maria Paixao Azevedo Brito	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
679	Maria Pereira da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
680	Maria Pereira dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
681	Maria Raimunda Costa da Silva Ribeiro	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
682	Maria Ribeiro de Souza	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
683	Maria Ribeiro dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
684	Maria Ribeiro dos Santos Martins	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
685	Maria Rodrigues dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
686	Maria Rosa Nogueira Cruz	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
687	Maria Sandra Santos Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
688	Maria Senhora de Jesus Soares	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
689	Maria Socorro Moraes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
690	Maria Soledade Dias	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
691	Maria Vânia de Souza Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
692	Maria Vieira da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
693	Maria Zilma F. de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
694	Marilene Santos Ramos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
695	Marinalva Alves de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
696	Marinalva Alves Galvão	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
697	Marinalva dos Santos Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
698	Marinalva Pacheco Chaves	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
699	Marinalva Silva do Amaral	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
700	Marinalva Virgínia da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
701	Marival dos Santos Oliveira	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
702	Marival Santos Oliveira	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
703	Marlene Ribeiro Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
704	Marlene Santos Ramos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
705	Marli Martins de Oliveira Lima	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
706	Martins Pereira de Souza Raimundo	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
707	Maura Santos de Almeida	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
708	Maximiniano Conceição Ribeiro	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
709	Mazírio Constâncio Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
710	Miguel dos Reis Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
711	Miguel Pereira da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
712	Milton Marques Moreira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
713	Milton Porto do Carmo	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
714	Milton Souza Almeida	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
715	Mozart Mozaniel de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
716	Natal Ribeiro Lira	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
717	Nazaré Ribeiro dos Santos	Guerrilha do Araguaia e Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória e vídeo
718	Nazaré Rodrigues de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
719	Nazareno Bandeira Faria	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
720	Nélio Pereira de Souza Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
721	Nelito Santana da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
722	Nelson Ferreira de Almeida	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
723	Neude Ribeiro dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
724	Neusa Mendes da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
725	Neusa Rodrigues Lins	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
726	Neusa Soares dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
727	Neuza Alves de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
728	Neuza Bezerra	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
729	Neuza Rodrigues Lins	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
730	Nezinda Laurindo Barros	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
731	Nicolau Feitosa Terrão	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
732	Nilza Maria Costa Teixeira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
733	Nilza Pereira de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
734	Nivalci Martins de Oliveira Lima	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
735	Nivaldo de Carvalho Filho	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
736	Noélia Alves dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
737	Noemi Pires Lima	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
738	Norma Sueli	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
739	Odílio Moraes da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
740	Odílio Torres de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
741	Odonildo da Silva Lima	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
742	Odoriel Viana da Silva	Guerrilha do Araguaia e Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória e vídeo
743	Olímpio Costa de Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
744	Ominta Moraes de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
745	Onesina Laurindo Barros	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
746	Onete Alves	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
747	Onildo Ribeiro Lima	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
748	Orlando Pereira de Sá	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
749	Osmar Borges dos Reis	Guerrilha do Araguaia e Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória e vídeo
750	Osmar Gomes Magalhães	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
751	Osmarina Alves da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
752	Osmir Aldo Martins	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
753	Osmir José da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
754	Osmira Rocha de Oliveira	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
755	Osorino Neres Cardeal (Apelido Osorio)	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória

	Nome	Origem	Material
756	Oswaldo Pires Costa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
757	Oswaldo Pires da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
758	Otacílio Alves Miranda	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
759	Otacílio Reis de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
760	Otávio Gonçalves	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
761	Otilia Coelho Dias	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
762	Ozano Damaceno Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
763	Oziel Francisco de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
764	Paulo Armando Brito	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
765	Paulo Henrique Pereira Malaquias	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
766	Paulo Paz dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
767	Paulo Ribeiro Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
768	Paulo Rodrigues de Carvalho	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
769	Pedro Carvalho Medeiros	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
770	Pedro da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
771	Pedro da Silva Iscandeio	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
772	Pedro da Silva Nascimento	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
773	Pedro da Silva Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
774	Pedro Dias Rodrigues	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
775	Pedro dos Santos Borba	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
776	Pedro Fernandes dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
777	Pedro Francisco da Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
778	Pedro Gomes de Moraes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
779	Pedro Gomes Pereira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
780	Pedro Gomes Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
781	Pedro Monteiro	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
782	Pedro Moreira da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
783	Pedro Rodrigues dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
784	Pedro Rodrigues Pereira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
785	Pedro Severino da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
786	Pedro Severino da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
787	Percival Ferreira de Oliveira (Cuiuba)	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
788	Pérciles Ferreira de Oliveira	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
789	Petronília Alves da Silva	Guerrilha do Araguaia e Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória e vídeo
790	Prudêncio Pereira Neto	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
791	Rafael Silva dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
792	Raimunda Alves Carvalho	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
793	Raimunda Alves dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
794	Raimunda Azevedo Medeiros	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
795	Raimunda Bezerra Ribeiro	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
796	Raimunda da Costa	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
797	Raimunda Fernandes da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
798	Raimunda Francisca da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
799	Raimunda Nonato de Araújo	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
800	Raimunda Ribeiro da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
801	Raimunda Rodrigues da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
802	Raimunda Silva Leite	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
803	Raimundo Almeida dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
804	Raimundo Almeida Nogueira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
805	Raimundo Almeida Vieira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
806	Raimundo Alves da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
807	Raimundo Alves de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
808	Raimundo Alves dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
809	Raimundo Alves Jorge	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
810	Raimundo Alves Pereira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
811	Raimundo Augusto Moura	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
812	Raimundo Conceição da Mota	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
813	Raimundo Cosme de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
814	Raimundo Costa de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
815	Raimundo Cruz	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
816	Raimundo da Silva Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
817	Raimundo da Silva Trindade	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
818	Raimundo de Souza Cruz	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
819	Raimundo Elmo de Freitas	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
820	Raimundo Francisco da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
821	Raimundo Francisco de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
822	Raimundo Gomes Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
823	Raimundo Gomes Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
824	Raimundo Jacob de Farias Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
825	Raimundo José Dimas Martins Pereira de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
826	Raimundo José Pereira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
827	Raimundo Miranda de Brito	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
828	Raimundo Moraes da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
829	Raimundo Nonato Alves	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
830	Raimundo Nonato Alves dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
831	Raimundo Nonato da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
832	Raimundo Nonato da Silva (vulgo Paçoca	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
833	Raimundo Nonato de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
834	Raimundo Nonato dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
835	Raimundo Nonato Evangelista	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
836	Raimundo Nonato Lopes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
837	Raimundo Nonato Pereira Gomes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
838	Raimundo Pereira da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
839	Raimundo Pereira dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
840	Raimundo Pereira Lima	Guerrilha do Araguaia e Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória e vídeo
841	Raimundo Resplandes Coelho	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
842	Raimundo Ribeiro dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
843	Raimundo Rodrigues dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória

	Nome	Origem	Material
844	Raimundo Rodrigues da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
845	Raimundo Severino	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
846	Raimundo Souza de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
847	Raimundo Torres da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
848	Raimundo Wilson Ferreira de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
849	Regina dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
850	Renato Ferreira de Oliveira	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
851	Ricardo Lima Gomes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
852	Rilvair Maria e Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
853	Rita Coelho dos Santos	Guerrilha do Araguaia e Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória e vídeo
854	Rita Lopes de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
855	Roberto Alves de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
856	Roberto Carlos Taveira Brito	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
857	Roberto da Silva Lima	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
858	Ronaldo de Jesus Olímpio	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
859	Roque Pereira de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
860	Rosa Francisca de Jesus Brito Rodrigues	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
861	Rosa Silva dos Anjos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
862	Rosaildes de Almeida	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
863	Rosália Maria Pinto	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
864	Rosália Rodrigues de Andrade	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
865	Rosalina Santos Pereira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
866	Rosalina Vieira dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
867	Rosalino Moraes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
868	Rosana Maria da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
869	Rosemer Maria e Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
870	Rosena Maria da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
871	Rosena Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
872	Rosenilda Maria e Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
873	Rosiane Borges de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
874	Rosilene Aires de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
875	Rosimar Ribeiro da Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
876	Rubens Francisco da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
877	Rufino Torres de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
878	Ruy Roosevelt Alves dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
879	Saldanha Pires de Souza (Dandão)	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
880	Salustriano Martins de Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
881	Santina Soares Faria	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
882	Sebastiana Miranda Costa Cruz	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
883	Sebastião Alves dos Reis	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
884	Sebastião Evangelista	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
885	Sebastião Gomes da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
886	Sebastião José de Araújo	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
887	Sebastião Severino da Cruz	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
888	Sebastião Souza Almeida	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
889	Sebastiana de Souza Alves	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
890	Severino Antônio da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
891	Severino Maciel de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
892	Severo Pereira da Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
893	Sidney Ferreira de Oliveira (Sid)	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
894	Silas Mateus	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
895	Sinvaldo Santos Capistrano	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
896	Suelen Aires Dias	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
897	Supercília Lima Carvalho	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
898	Talmo José Solino Fonseca	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
899	Telma Gomes de Matos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
900	Teodomiro Bispo dos Santos (Dodó)	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
901	Tereza de Jesus Rodrigues de Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
902	Tereza Ferreira Ramos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
903	Tereza Maria da Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
904	Terezinha Maria da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
905	Terezinha Ramos de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
906	Thiago Roberto dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
907	Trindade Pereira Martins	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
908	Valcinei Ferreira Gomes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
909	Valdeci Costa Teixeira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
910	Valdemar Cardoso Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
911	Valdemar Coelhos dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
912	Valdemar Ferreira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
913	Valdemar Moura Marques	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
914	Valdemar Ribeiro Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
915	Valdemar Soares de Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
916	Valdemiro Prazeres dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
917	Valdenir Fernandes Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
918	Valdenir Pereira Dionísio	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
919	Valdenor Cardoso Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
920	Valdir Souza Pereira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
921	Valdirene Moraes Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
922	Valdivino da Silva Souza	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
923	Valdivino Vieira da Costa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
924	Valdo Mut	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
925	Valdomiro Oliveira dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
926	Valmir Manoel de Santana	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
927	Valquirene Vieira da Costa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
928	Vanda Lúcia Alves	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
929	Venâncio Manoel de Santana	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
930	Venâncio Pereira da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
931	Vera Lúcia Costa de Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
932	Vicente Alves Correia	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
933	Vicente Alves de Souza Filho	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
934	Vicente de Paula F. Freitas	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
935	Vicente Oliveira	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
936	Vicente Pedro da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
937	Vicente Pereira da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
938	Vicente Pereira Mendes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
939	Vicente Pires da Silva	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

	Nome	Origem	Material
940	Vicente Pires de Carvalho	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
941	Vilian Ferreira de Oliveira	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
942	Vitória Pires dos Santos	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
943	Vitório Araújo de Oliveira	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
944	Viviane Lorena Souza gomes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
945	Walter Ribeiro de Sousa	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
946	Welita Pereira Santana	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
947	Whashington Cordeiro dos Santos	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
948	Zenaide Pereira Lima	Guerrilha do Araguaia	Vídeo
949	Zilma Maria Costa da Silva	Batalha dos Perdidos	Escritura Pública Declaratória
950	Zuleide da Conceição Gomes	Guerrilha do Araguaia	Vídeo

6. PROPOSIÇÕES PARA A EFETIVAÇÃO DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

6.1. Pontos principais

O conhecimento e a adequação à realidade nacional no que tange aos compromissos assumidos para o fim da ditadura civil-militar e a situação política atual, após 55 anos, são passos fundamentais para que possamos finalizar o processo transicional.

A realidade, também pelo fato de estarmos tratando desse assunto após mais de 30 anos do marco final da ditadura, demonstra que a transição no Brasil se encontra estrangulada. Com os posicionamentos públicos do atual Governo Federal, a situação tende a agravar-se e estabelece e evidencia a necessidade de apoio de entidades civis organizadas nacional e internacionalmente.

A nossa transição não é marcada pelo fim em ruptura de um sistema ditatorial, e sim por um acordo nacional efetuado por cúpulas, distanciado da realidade e do conhecimento dos nacionais. Em centenas de municípios do país, esse assunto jamais foi debatido. Talvez tenha sido passado, em poucos parágrafos, em um livro de História. No entanto, falta consciência sobre o fato e seu significado, e a verdade, para que a memória seja latente e a repetição possa ser evitada.

O distanciamento dessas centenas de municípios do mundo de consumo, da assistência e participação do Estado brasileiro no seu dia a dia, de maneira ainda mais contundente no Norte e no Nordeste do país, é um dos responsáveis pela confusão e inversão de valores quanto a ditaduras, torturas, mortes, assassinatos, direitos e deveres. Há um leque de disparidades históricas que passaram a se perder nas necessidades diárias da população, a serem confundidas com os institutos da justiça e crime.

Em 1964, boa parte do Estado do Pará, sequer percebeu a existência da ditadura civil-militar, pelo simples fato de sua população ser invisível aos olhos do Estado. Por outro lado, essa população não tinha acesso a luz elétrica, estradas, escolas, médicos, e tinha como partido e posicionamento ideológico pura e simplesmente a sobrevivência. Não sabiam ler ou escrever, ainda que tivessem acesso a televisão e rádio, não dispunham do desenvolvimento intelectual necessário (todos tem capacidade intelectual) para a compreensão imediata do que acontecia. Os raros rádios a pilha da região, o que significava luxo, serviam para as músicas, em especial as modas e o luxo maior era ouvir Roberto Carlos.

A diversidade geográfica, social, cultural e econômica existente no país, obviamente, teve resposta quando da existência da ditadura civil-militar, bem como quando de seu fim. Cada grupo teve sua recepção, rechaço e leitura específica dos fatos. Na região do Araguaia, se não fosse a presença das Forças Armadas em virtude da chamada Guerrilha do Araguaia, provavelmente ninguém saberia de sua existência. O povo da região vivia fora da esfera alcançada pelo Estado, eram exilados em sua própria pátria por absoluta omissão governamental.

Conforme demonstrado, alguns programas federais chegaram à região, mas ficaram à margem dos locais onde aconteceram os confron-

tos ideológicos ou por terra. O inchaço causado pelas ações econômicas estatais acabou por transformar a migração pacífica em uma invasão de interesses pela terra que já tinha dono. Nada além disso é conhecido na região. O discurso de direita, esquerda, comunista, socialista e capitalista não era compreendido na região. Os nascidos não tinham nem certidão de nascimento, quicá o entendimento e tempo para desavenças aparentemente subjetivas.

Essa diversidade de realidades resultantes da ditadura em si e do seu marco final precisa ser levada em conta, bem como seus efeitos nos dias de hoje que, conforme já mencionado, em muitos contextos geram a confusão de que, por exemplo, torturar significa matar bandido, só existe a direita e a esquerda, a direita quer o crescimento do capital, que todos tenham dinheiro e guardem a crença em Deus e os valores familiares, enquanto a esquerda prima pelo comunismo, socialismo (tratados como iguais), e que pregam, entre outras coisas, a desestruturação familiar, a divisão de bens depois de serem tomados dos cidadãos pelo governo comunista, o ateísmo, a promiscuidade e a impunidade.

A transição no Brasil está tão atrasada que se permitiu ser alcançada por uma grande onda conservadora, sem direção e confusa do ponto de vista histórico. Com isso, é preciso pensar uma nova transição levando em conta esses aspectos atuais, absolutamente reais e que tendem a se demorar na sociedade.

6.2. Responsabilização

Um dos aspectos mais importantes e que carecem de nova visão urgentemente é o que trata da responsabilização daqueles que praticaram os atos ditatoriais. Os atos partiram do Estado, promovidos por agentes que a ele deram vida. Em todos os demais países, em especial na América Latina, todos os países trabalharam a criminalização dos agentes da ditadura que praticaram crimes de lesa-humanidade.

A própria OEA determina que essa tarefa seja cumprida com fins educativos, exemplificativos, de evidenciação da verdade e guarda da

memória. No entanto, a responsabilização em si alcança aspectos muito maiores que apenas a criminalização, e é desta, aparentemente, que os agentes da ditadura mais têm medo.

A demora na transição, entre outros resultados, nos traz um contingente de criminosos idosos e de cujas prisões parece que não nos pode resultar nada além do que eles próprios gostam de nominar como revanche. Não é esse o princípio da responsabilização criminal, não é esse o objetivo social, nós sabemos. Hoje, além desse quadro de absoluta resistência a criminalização, temos ainda uma negativa das Forças Armadas em relação ao reconhecimento de atos e fatos históricos vinculados a ditadura civil-militar na nossa região. O maior exemplo é a Guerrilha do Araguaia.

Portanto, dentro dessa nova transição, caracterizada por contextos adversos e até contraditórios, para que a democracia possa realmente existir institucionalmente e atingir o inconsciente e consciente da nação, 3 pontos são essenciais:

1 – Responsabilização, somente pelo aspecto civil, dos agentes que cometeram crimes de lesa-humanidade, com a publicação em Diário Oficial da União e a perda de medalhas e honrarias decorrentes de tais atos;

2 – Reconhecimento, por parte das Forças Armadas, de que houve excesso de uso de forças, uso de forças desproporcionais e a devastação da região do Araguaia quando da guerrilha promovida no local;

3 – Aplicação do Direito Transicional.

6.3. Direito Transicional

6.3.1. Introdução ao Direito Transicional

As atividades desenvolvidas na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e no âmbito das justiças federal e estadual levaram a percepção e ao entendimento sobre vazios de ações gerais sobre Justiça de Transição e, especialmente, no aspecto relativo à execução da Lei de Anistia em vigência e demais normas pertinentes, ainda que não sejam oriundas de um estado de exceção.

Vale ressaltar, sob o aspecto da Comissão de Anistia, alguns grupos cujo tratamento disposto, por mais que tenha havido empenho, desejo da efetivação do direito, inquestionável interesse por ações que conduzissem os resultados no sentido do enriquecimento, firmação e crescimento dos atos transicionais, não obtiveram resultado compreendido como justo ou satisfatório por parte dos interessados, o que conduziu a judicialização de inúmeros casos.

O objetivo é que o Judiciário venha a revisar e corrigir os atos praticados pela Comissão de Anistia e, de maneira quase unânime, compreendidos como ineficientes e com interpretação legal equivocada.

Não há, do ponto de vista legal, absolutamente nada de errado na judicialização de requerimentos cujos resultados proferidos na via administrativa não estejam em conformidade com a pretensão do interessado. Ocorre que, no caso específico, os assuntos objeto de decisão são oriundos de período de exceção do Estado. Na forma da lei, o lapso temporal abarcado é de 1946 a 1988, de constituição a Constituição Federal, o que compreende 42 anos de possíveis perseguições por motivação exclusivamente política e ideológica.

A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça foi criada no ano de 2001, via medida provisória, o que impõe uma distância de mais 13 anos, que devem ser somados a mais 18 anos para chegarmos ao tempo presente. Os lapsos temporais expostos findam em 42 anos de estado de exceção, mais 32 anos de processamentos administrativos e judiciais para a solução dos atos lá praticados, bem como o firmamento da Justiça de Transição no Brasil. Sob esse aspecto, o fato de haver grande período de espera administrativa para que, após, o interessado necessite suportar mais anos de espera no judiciário, até que sejam minguadas todas as suas possibilidades de pedir é certamente legal, no entanto, é imoral.

Há requerentes e autores com idades superiores a 90, 80, 70 anos, qual seja, todos para além da idade determinada como marco inicial para o direito à prioridade na ordem nas análises demandadas ou qualquer outra situação social. O resultado é de um enorme contingente de idosos, ou seja, de casos prioritários, sem que haja condições estruturais do

atendimento das demandas em tempo considerado razoável, conforme é determinado pela Constituição Federal de 1988.

Há caso de espera de 10 anos na esfera administrativa, e posterior espera do Judiciário até os dias de hoje sem solução. Vale ressaltar que, no Judiciário, há recurso “ex-ofício” até a última instância. Além desse dado legal, a Advocacia Geral da União – AGU procurar protelar, ao máximo, o fim da ação. Esse acúmulo de esperas, somado à ineficiência das decisões administrativas que perpassam pelo óbito de milhares de interessados, incluindo muitas de suas viúvas, sem que alcancem a satisfação de seu direito, conduzem a sugestão que segue. Do ponto de vista moral, pode-se afirmar que o sofrimento imposto durante o estado de exceção perpetua com a espera infinda por uma decisão coerente com a lei e em consonância com demais normas internacionais que versam sobre o assunto. Esse fato esvazia a efetividade da transição no seu aspecto reparatório, no seu sentido mais amplo. O abalo e a insegurança psicológica permanecem. O que de alguma maneira parecia esquecido para muitos, ainda que não suplantado, curado ou resolvido, passou, com a movimentação reparatória, a ser lembrado, revivido, mas com um envolto de esperança pelo reconhecimento e visibilidade de suas ações. Essa esperança e expectativa são frustradas, mais uma vez, pela ineficiência do Estado. Está posto que, embora haja esforços ações de órgãos estatais, somados a iniciativas da sociedade organizada, ainda se encontra um muro de difícil transposição em virtude, queremos crer, da falta de compreensão sobre o significado da transição e visão quanto à positiva porta que se abre após a sua conclusão.

Abaixo, segue quadro sintético e exemplificativo sobre alguns dos casos considerados de maior complexidade pela Comissão de Anistia e que podem ser resolvidos, ao menos em parte (quantitativo), com pleno e correto amparo legal, além do resguardo da segurança jurídica necessária:

Grupos	Especificidades identificadas
<p>Grevistas ECT, FNM, CSN...</p>	<p>1 – Monitoramento ostensivo e demissões por greve - As empresas estatais ou de economia mista mantinham em seus próprios quadros, departamento vinculado ao Serviço Nacional de Informações – SNI, para o monitoramento de funcionários e ações externas que pudessem atingir a manutenção das atividades internas. O funcionário estava, literalmente, nas mãos do empregador que decidia sobre sua permanência ou não na empresa. O maior quantitativo demissional acontecia por ocasião das greves, em especial suas lideranças. No entanto, os demais funcionários participantes dos mesmos movimentos também eram demitidos. Ocorre que estes, por representarem, aos olhos do Estado, potencial menor de perigo, podiam aguardar a lotação e até o treinamento (o próprio demitido treinava seu substituto) do novo empregado. Dessa forma, as demissões aconteciam para além da data da paralisação, a critério do empregador, embora a motivação fosse sua afinção, simpatia ou participação em tais movimentos. Com o distanciamento da data da demissão, o entender da CA é no sentido da inexistência donexo causal. Esse raciocínio pode ser, em alguns casos, rechaçado com aprofundamento do estudo sobre a estruturas das empresas e seu modo de operacionalizar.</p> <p>2 – Exclusão dos movimentos paredistas da anistia – Nos anos de 2017 e 2018, período do governo Temer, houve retrocesso quanto aos direitos dos grevistas. A CA passou a entender que os movimentos paredistas não estão abarcados pelo direito a anistia política. No final de 2018 houve a publicação de mais de 1500 portarias, que foram revistas pelo Ministro da Justiça, cuja conclusão foi no sentido do indeferimento dos pedidos, ainda que, boa parte tenha sido deferida na CA. Vale ressaltar que a anistia relativa aos grevistas está expressa na Lei nº 6.683-79, art. 8º dos ADCTs da CF-88 e Lei nº 10.559-02. Além disso, não há como criar 2 modalidades de anistia com base nas mesmas leis, uma em que estão inseridos grevistas e outra em que não estão. Esse retrocesso fere não somente as leis internas sobre anistia, mas todas as leis externas, além de princípios jurídicos vinculados dos D.H. ou não.</p>
<p>Aposentadoria excepcional de anistiado político</p>	<p>Essa modalidade de aposentadoria é por tempo de serviço e parcial. Na ocasião de sua concessão foram contabilizados o tempo de contribuição e a progressão funcional até aquela data. A CA, por sua vez, pratica tão somente a complementação do tempo de serviço e não considera o preceito legal que determina a “progressão funcional como se na ativa estivesse”. A CA, em seus votos, expõe a motivação. No entanto, no que tange a progressão funcional, art. 6º e parágrafos da Lei nº 10.559-02, essa motivação vem sendo reformada pelos tribunais.</p>

Grupos	Especificidades identificadas
Guerrilha do Araguaia	Os casos relativos aos militantes do Partido Comunista do Brasil - PC do B, estão resolvidos, salvo alguma exceção. Quanto aos camponeses vitimados pela chamada Guerrilha do Araguaia, grupo maior que suportou os atos ditatórios e persecutórios aos militantes do PC do B, pendem centenas de análises e decisões, além do fato de que, quando acontecem, não alcançam a verdade local. Conforme a motivação utilizada pela CA, as negativas ocorrem por falta de provas. No entanto, é de conhecimento nacional que a chamada Guerrilha do Araguaia sofreu um abafamento estatal e a documentação gerada pelas Forças Armadas permanecem nas mãos de agentes do Estado e/ou foram destruídas. Portanto, trata-se de caso específicos, diferenciado de outros cujas presunções são menos difíceis de apuração. É necessário o trabalho do que poderia ser chamado de “contraprova”, ou inversão do ônus da prova, entre tantas outras possibilidades, como a história oral.
Camponeses	Os camponeses, de maneira geral, são invisibilizados pela sociedade até os dias de hoje, quiçá em período de exceção, com moradias ainda mais distantes e privados de meios de comunicação e locomoção. Esse grupo necessita análise dos pleitos vinculada as realidades locais, geografia e culturas como base para a interpretação legal.
Funcionários públicos	Os ministérios mantinham departamento de segurança nacional em seus quadros. Trabalho parecido com o havido nas empresas estatais. Por esse motivo, eram igual ou ainda mais intensamente monitorados, eis que faziam parte da máquina pública. Suas demissões, normalmente, aconteciam sob um manto de legalidade, ou seja, com base em alguma lei, norma interna, decreto, quando não era criada uma motivação que se enquadrasse na lei para que a demissão ocorresse. Por conta do manto da legalidade, há imensa dificuldade em ultrapassar essa esfera e chegar à real motivação. Pelo mesmo motivo, é necessário o levantamento histórico e oral das práticas governamentais dentro dos entes de Estado e com vínculo estatal.

Vale ressaltar que os atos de exceção vieram do Estado e que esse mesmo Estado, embora em processo de transição, é quem a promove. É necessário, portanto, um mecanismo de equilíbrio de forças com intuito também fiscalizador.

6.3.2. O que é Direito Transicional

A Justiça de Transição foi amplamente exposta durante o presente trabalho, em vários dos seus aspectos, e, para que haja compreensão sobre

o que é Direito na Transição, toma-se como base a existência de 6 eixos principais. No entanto, fundamental ressaltar que a inclusão de outros elementos, a considerar a dinâmica do assunto, em nada altera as colocações ora esboçadas:

	Eixos
1	Verdade
2	Memória
3	Responsabilização
4	Mudança nas instituições
5	Decisões de tribunais
6	Comunicação

O fim das ditaduras, independentemente de como tenha ocorrido em cada país, trouxe o direito a Justiça de Transição. Porém, essa é de caráter amplo e abarca, conforme o já visto, diversos aspectos jurídicos e sociais para a restauração democrática. A Justiça de Transição está para o conceito geral de justiça, enquanto o Direito na Transição está para o conceito específico do direito normativo com princípio nos direitos humanos. Há o direito à Justiça de Transição e a proposta presente é que dentro de um de seus eixos, o da Justiça, seja inserido o que ora é chamado de Direito na Transição. Trata-se de uma especificidade do direito normatizado, especialmente no que tange interpretação das normas, em paralelo aos fatos sociais e históricos que, fatalmente, o acompanham. Nessa modalidade interpretativa, todos os meios voltados e que priorizam os direitos humanos estão em primeiro lugar.

A necessidade desse direito está fundada, especialmente, na necessidade da efetivação da Justiça de Transição no âmbito dos Direitos Humanos, que é seu braço paralelo e ramo fundamental do direito, em qualquer nação verdadeiramente democrática, onde o ser humano é o objeto principal tutelado. A prática dessa modalidade de interpretação busca a condução e efetivação dos seguintes pontos:

	Pontos	Resultados ou afirmações
1	Fortalecimento dos Direitos Humanos	Maior visibilidade ao conjunto de normas, meios, métodos e expressões jurídicas vinculadas aos Direitos Humanos.
2	Resolução de casos complexos	Meios para resolução de casos considerados complexos, especialmente quanto à ausência de provas, quando não mais existem ou estão, ainda, sob as mãos do Estado.
3	Segurança na resolução de casos complexos	Os atos ilícitos foram praticados pelo Estado, e hoje, ainda que em transição, é o mesmo Estado que pratica a interpretação das normas e leituras de casos concretos para que, ao final, esse mesmo Estado defina se ele próprio praticou a ilicitude ou não, ou seja, sugere que um indivíduo analise, acompanhado de um conjunto de amigos ou conhecidos que compartilham os mesmos interesses, se é responsável não por uma ilicitude reivindicada por um desconhecido.
4	Contrapeso do controle estatal	Os órgãos administrativos que tratam da Justiça de Transição, bem como o judiciário, por mais independente que seja, estão vinculados diretamente as determinações estatais. Uma vez que a transição está em curso, a valorização dos Direitos Humanos sugere uma imposição de que o Estado aja em conformidade com a proposta de origem transicional.

6.3.3. Elementos do Direito Transicional

O assunto basilar são os Direitos Humanos e a transição para o Estado democrático de direito. Os componentes de frente do direito na transição são todos os meios legais, incluindo princípios de Direito e Justiça, que conduzam a efetivação desse direito, e serão utilizados, aplicados, na conformidade da necessidade exigida pelo caso concreto.

Não há como estabelecer uma ordem ou valoração de cada elemento abaixo mencionado, uma vez que seria contrassenso com um dos elementos propostos, além do sistema em questão primar pela flexibilização que vá de encontro ao caso concreto e, conseqüentemente, o analise em profundidade antes de uma decisão que possa ser considerada distante, vazia e ineficiente, o que difere, absolutamente, do almejado. Ainda que haja a negativa do que for

pleiteado, que essa seja especificada e todas as possibilidades possíveis, dentro de assunto de exceção sejam analisadas em respeito a quem provoca o Estado.

Elementos base sugeridos ao Direito na Transição:

	Elementos
1	Ausência de hierarquia nas provas e princípio do livre convencimento motivado do juiz
2	Controle da convencionalidade da lei
3	Equidade
4	História oral como meio de prova
5	Interpretação <i>pro homine</i>
6	Inversão do ônus da prova
7	Isonomia
8	Legislação simbólica
9	Lei de ponderação
10	Mínimo existencial
11	Paridade de armas
12	Poder Judiciário
13	Presunção da veracidade dos fatos

Vale ressaltar que há total ciência quanto ao texto presente no sentido de que não traz nada inovador, somente apresenta uma proposição para organização e mudança de posição nos elementos doutrinários e normativos, para que sejam colocados sob o mesmo manto, direcionados ao mesmo objetivo e com valores sobrepostos aos demais elementos do direito quando o assunto em análise for vinculado aos casos de perseguição político-ideológica acontecidos durante o período das ditaduras civil-militar, abarcadas pela Lei nº 10.559-02, entre 1946 e 1988.

É fundamental dar espaço e valor às especificidades transicionais, com olhares direcionados ao contexto histórico e social das provas disponíveis e da ausência da garantia estatal de que, ele próprio, que outrora causou o prejuízo e que ainda transicional, possa analisar e julgar fatos sem posição de parcialidade fundada nos resquícios de ideias e ideais inseridos na máquina pública.

Trata-se da proposição de um mecanismo para análise processual e julgamento onde os Direitos Humanos sobrepõem aos interesses estatais imediatos. A Justiça de Transição, com a assunção estatal da responsabilidade pelo excesso de poder armado que causou inúmeros ilícitos, somado ao Direito na Transição e aos demais eixos transicionais, fazem com que a Justiça de Transição seja um hiato, ganhe autonomia e independência respaldada nas normas e nos acontecimentos internacionais expostos e normatizados via tratados e convenções.

A Justiça de Transição, para além de um direito da população de um determinado país, é um dever e direito de caráter universal. Esse valor dado à Justiça de Transição tem como base a realidade histórica que comprovou a ineficiência das ditaduras espalhadas por todo o planeta, comprovadas por suas respectivas quedas e processo de reconstrução social e política.

7. PRINCÍPIOS, NORMAS E OUTROS A SEREM CONSIDERADOS PARA EFEITO DA INTERPRETAÇÃO DO DIREITO TRANSICIONAL

Conforme acima exposto, para a aplicação da interpretação dentro da proposição do Direito na Transição, faz-se necessária a consideração de princípios, normas, entendimentos e demais elementos acatados pelo Judiciário. Abaixo serão elencados alguns identificados até o momento do presente estudo.

Vale ressaltar que estão expostos de maneira simplista, com o objetivo de registro para que o sentido do tema proposto seja compreendido. Há a necessidade de estudo mais aprofundado de todos os temas.

7.1. Legislação simbólica

O termo Legislação Simbólica está relacionado à norma que prevê a realização de um fato ou o determina, embora não contenha os meios de efetivá-la, ou quando, no vocabulário vulgar, em alguns casos “a lei ainda não pegou”.

As leis são, em regra, resultados de uma demanda social expressa diretamente, por exemplo, por meio de ação popular, ou por via indireta

quando depende da iniciativa dos representantes dos legislativos nacionais. No entanto, em um país com área territorial de proporção significativa e detentor de culturas diversas, resultantes das culturas originárias dos países de imigração em contato com a nossa cultura indígena, criam-se vários coletivos paralelos que resguardam alguns diferenciais de valores, atividades laborais e meios de sobrevivência, motivos pelos quais é tarefa quase impossível o legislador conseguir satisfazer os interesses sociais com a mesma intensidade e eficiência, a exceção das leis coercitivas.

Ainda que a norma seja necessária, esteja vinculada aos direitos fundamentais e à dignidade da pessoa humana, há grupos sociais que se encontram distanciados da consciência e valoração de tais direitos. Falta-lhes o conhecimento básico quanto ao que significa humanidade, ou mais, falta-lhes a satisfação das necessidades básicas, o mínimo existencial, falta-lhes o alimento, a moradia, a escola, a saúde, ainda que rasa.

As leis, por si, não são capazes de mudar a sociedade. Não basta a publicação de uma norma para que os comportamentos, valores internos, aprendizados adquiridos durante a vida sofram alterações e estejam a estejam a ela adequadas no dia posterior. A lei não tem esse poder (Neves, 2017):

“A essa formulação do problema subjaz uma crença instrumentalista nos efeitos das leis, conforme a qual se atribui a legislação a função de solucionar os problemas da sociedade. É evidente que as leis não são instrumentos capazes de mudar a realidade de forma direta, eis que as variáveis normativo-jurídicas se defrontam com outras variáveis orientadas por outros códigos e critérios sistêmicos. A solução dos problemas da sociedade dependeria então de variáveis não normativo-jurídicas.”

É necessário visualizar a massa, o conjunto que desconhece a democracia e/ou a falta dela, entender seus motivos e estabelecer ação que a atinja e a desvincule das manobras sociais, independentemente se de boa ou má-fé. As leis podem existir, tantas quantas, e versando sobre temas diversos, mas, quando confrontam assuntos tabus ou desconhecidos, a população ou determinados coletivos devem ter a possibilidade da absorção

de determinados conhecimentos para que tirem, por si, suas conclusões e as valorizem na conformidade de suas crenças. Igualmente necessário é que, na via paralela, sejam trabalhados conhecimentos que esclareçam a desvinculação entre o público e o privado, o individual e coletivo, o que é de cunho particular e os bens que devem ser tutelados pelo Estado e em que extensão. Um exemplo é a assunção dos pais da educação dos filhos e o entendimento de que a escola ensina o mundo. Valores são pessoais e de responsabilidade primeira do núcleo familiar.

Exatamente em decorrência da falta de conhecimento, do abismo existente entre a norma, as proposições do Estado e os interesses da população, não se pode fechar os olhos para os milhares de ex-combatentes (a maioria de origem camponesa) que estiveram na Guerrilha do Araguaia, por obrigatoriedade legal, coerção estatal, sem compreender o que ali estavam fazendo ou a que estavam sendo emprestados naquele momento. A maioria, com exceção dos oficiais de carreira e a cúpula mandatária, agiu sob estrita pressão e foi surpreendida, tanto quanto os demais partícipes do conflito. No entanto, como estavam, obrigatoriamente, representando os interesses ditatoriais do Estado, são considerados como vis, quando a análise dos fatos é feita de maneira superficial. Trata-se de um problema muito comum na ditadura, a prática de ilegalidades sob o manto da legalidade.

É necessário compreender a origem desses entendimentos para que linguagens e ações específicas possam ir ao encontro desses cidadãos e possam demonstrar a similitude de entendimentos e ações fins, fazendo desmoronar as intransponíveis diferenças (assim colocadas) construídas no caminho. A única diferença intransponível reside na liberdade do que fazer com a liberdade pessoal.

7.2. Inconvencionalidade da lei ou controle da convencionalidade

O controle da convencionalidade da lei tem como escopo (Amaral, Eugênio e Ribeiro, 2017):

“O controle de convencionalidade tem como principal objetivo a compatibilização das leis internas de um país com o que está prescrito nos tratados internacionais de direitos humanos por ele

ratificados e em vigor no seu território. O mecanismo surgiu como forma de impedir que o Estado utilize de sua legislação interna com o fim de deixar de observar norma prevista em uma convenção, o que está previsto também na própria Convenção de Viena dos Tratados em seu artigo.

Em suma, cumpre o papel de verticalizar as normas, tratá-las em patamar igualitário, independentemente de ter origem nacional ou internacional. A leitura e valorização das normas no mesmo patamar exige que aquela melhor atenda o caso concreto por meio da valorização em sobreposição da que mais se aproximar dos entendimentos vinculados aos direitos humanos e dignidade da pessoa humana.

Não basta somente a consonância constitucional. Os tratados recepcionados têm um condão superior por tratar de Direito Internacional Público, validade universal. No entanto, quando a convencionalidade da lei é aplicada, a valoração ganha intensidade igualitária por princípio e sobressairá somente aquela que melhor resguardar os direitos humanos.

Quando há um confronto entre a legislação nacional e a internacional, a externa pode suplantar a validade da norma interna, ainda que constitucional, em virtude do interesse do caso concreto e a prevalência das garantias humanas. Na convencionalidade da lei, o privilégio será daquela que melhor atender a necessidade concreta do demandante. Abaixo, alguns exemplos de situações em que as normas externas sobrepuseram as internas:

- *Almonacid Arellano vs Chile, de 2006, derrubou a lei 2191, de 1978 (Pinochet concedia anistia)*
- *Trabajadores Cesados del Congreso vs Peru afirma a possibilidade do reconhecimento de ofício “los órganos del Poder Judicial deben ejercer no sólo um control de constitucionalidade, sino también de “convencionalidad” ex officio entre las normas internas y la Convención Americana.*

O princípio contratual do *pacta sunt servanda* afirma o poder da corte para a aplicação da convencionalidade das leis, nos artigos 26 e 27 da

Convenção de Viena, onde versa sobre o Direito dos Tratados. A convenção foi assinada em São José em 1969, entrou em vigor em âmbito internacional em 1978, e passou a integrar o ordenamento jurídico brasileiro em 1992. Quando foi ratificado, aceitou sua competência no dia 10 de dezembro de 1998. O STF reavaliou os tratados anteriores a essa data e os entendeu válidos e recepcionados pelo Brasil, portanto, decidiu pela validade do par 3º, do art. 5º da CF-88, de maneira retroativa. Com isso, todos os tratados e convenções que versam sobre direitos humanos têm validade a partir do Pacto de São José da Costa Rica. Caráter supralegal.

Esse entendimento é validado (MAZZUOLI, 2011):

“A Emenda Constitucional 45-2001, que acrescentou o par. 3º ao art. 5º da Constituição, trouxe a possibilidade de que os tratados internacionais de direitos humanos serem aprovados com um quórum qualificado, a fim de passarem (desde que ratificados e em vigor no plano internacional) de um status materialmente constitucional para a condição (formal) de tratados equivalentes a emendas constitucionais. E tal acréscimo constitucional trouxe ao direito brasileiro um novo tipo de controle à normatividade interna, até hoje desconhecido entre nós: o controle da convencionalidade.”

Nesse sentido, em recente e inédita decisão (2017), o Supremo Tribunal Federal – STF, utilizou desse mecanismo e concluiu pela penalidade menos grave, considerando a prática do controle da convencionalidade da lei, e prolatou uma decisão com base na interpretação *pro homine*, qual seja, a que melhor atendeu os interesses da parte. O caso versou sobre o depositário infiel, cuja prisão está determinada pela CF-88, art. 5º, LXVII. Essa decisão culminou na Súmula Vinculante 25, cujo conteúdo segue:

Súmula Vinculante 25. *É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito.*

Foi a primeira decisão com a utilização da convencionalidade da lei e diz respeito ao depositário infiel. No que tange as questões ligadas à Justiça

de Transição e decisões sobre o reconhecimento da condição de anistiado político e seus acessórios, o STF ou outro tribunal, ainda não utilizaram desse mecanismo e possibilidade. Talvez essa lacuna exista em função do aparente conflito de normas existente em relação a validação concedida sobre a Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, no sentido de que todos os envolvidos nas perseguições políticas são anistiados, independentemente de fazerem parte do aparelho estatal ou serem civis, de serem perseguidores ou perseguidos.

O problema está situado no conteúdo da convenção internacional, que determina a anistia somente àqueles que foram perseguidos e sofreram prejuízos em decorrência de posicionamento político ideológico. A exclusão dos agentes perseguidores pode conduzir a sociedade a reivindicar a criminalização deles. Vale ressaltar que essa criminalização também está prevista na convenção internacional.

A Lei de Anistia nº 6.684, de 1979, deve ser declarada não recepcionada e a Corte definiu os crimes que devem ser investigados (caso Gomes Lund). A investigação dos fatos também é uma forma de reparação dos danos sofridos. Várias medidas foram tomadas pelo Brasil após a sentença, porém, no que tange a criminalização e invalidação da referida lei permanece sem cumprimento.

7.3. Poder Judiciário e Justiça de Transição

Na nossa história ditatorial, o Judiciário atuou em uma posição de convivência institucionalizada, até mesmo pelo fato de que inúmeros juízes e desembargadores terem chegado à ocupação de tais cargos por determinação e interesse do próprio Estado. Em suma, parte significativa dos juízes e desembargadores eram assim nomeados pelo Estado para servirem aos interesses do próprio Estado, e não da justiça e da população.

Os poderes Legislativo e Executivo eram eivados de adeptos ou convictos sobre a ditadura, inclusive com a adoção, em todos os ministérios, de departamento específico do SNI. Considerando que o Judiciário exige, para o seu ingresso, aprovação em concurso público, ao passo que o Legislativo segue o caminho da eleição popular e os altos cargos do Executivo resultam de indicações diretas oriundas de arranjos entre o Legislativo e Executivo, natural que os ideais e ideias vinculadas a

ditadura perpetrem com maior intensidade nos dois últimos poderes. A aparente liberdade para assunção dos cargos no Executivo e Legislativo fazem com que os cargos ali presentes sejam passados de pai para filhos e netos, e, com isso, o seguimento das ideias de origem. Vale ressaltar que a transição no Brasil ainda está em andamento e que o processo é marcado por acordo de cúpula mandatária. Portanto, é necessária a passagem do tempo para que o amadurecimento histórico ocorra e que haja uma depuração de entendimentos e ideias.

O Poder Judiciário passou por outras mudanças. Houve a visível ampliação dos ramos e especialidades do direito com a agregação ou ampliação do direito ambiental, da criança e do adolescente, do consumidor, para citar alguns. Como consequência, o grau de dedicação e dificuldade para o ingresso na magistratura tornou-se mais intenso. Os tratados e convenções internacionais ganharam espaço e os estudos constitucionais seguiram esse caminho. Com isso, a inserção desses valores no programa da magistratura e nas demandas diárias tornou-se algo irrefutável e que exige a solução e efetivação dos resultados prolatados.

Outra característica reside na maior quantidade de magistrados, que, acumulado com o grau de exigência de conhecimento, conduz a magistrados mais novos, recém-saídos das universidades e que se dedicam, exclusivamente, desde cedo para a realização de seus objetivos. Isso pode significar que ingressam na carreira desprovidos de alguns vícios existentes e permanentes em momentos pretéritos.

O mesmo ambiente e perfil é reconhecido na formação jurídica, nos bancos universitários que formam profissionais do direito antenados aos novos ramos e aos valores legais internos e externos. Justamente por meio desses profissionais indispensáveis à provocação de um direito e a cobrança da efetivação dos mesmos é que o espectro amplo de justiça pode ser confirmado.

Com todo esse movimento de independência, ainda que sejam nas instâncias inferiores, temos presenciado alguns avanços quando o assunto é Justiça de Transição e anistia política. A afirmativa não é no sentido de que o Judiciário efetiva a transição, mas que, de todos os poderes, é o que mais avança nessa direção, ainda que tenhamos caminhado pouco, especialmente quando comparamos nossa transição as dos demais países latinos.

Nesse sentido, podem ser citadas algumas decisões relativas a Lei nº 10.559-02, que regulamenta o art. 8º dos ADCTs da CF-88 e cria a Comissão de Anistia no Ministério da Justiça, prolatadas pelo STF e STJ, a saber:

- a - Recurso Extraordinário 553.710, STF, Tema 394, de repercussão geral, cumprimento integral e único do pagamento do retroativo, independentemente de haver reserva orçamentária, art. 12, par 4º da Lei nº 10.559-02;*
- b - Correção dos valores reparatórios concedidos com base na Lei nº 10.559-02;*
- c - Reparação pelos danos materiais não impede a pôr danos morais;*
- d - Ações praticadas durante a ditadura militar com caráter de perseguição político ideológica por parte do Estado são imprescritíveis por tratarem de crimes de lesa humanidade.*

Com base nas normas e primando pela segurança jurídica, o Judiciário tem decidido sobre dúvidas surgidas sobre a lei base da anistia, que versa sobre reparação econômica. Essa atitude torna fixado entendimento e apara arestas que poderiam levar dúvidas quanto à validade da norma. Tentar reformulá-la via Legislativo significa retrocesso, especialmente temporal, e a criação de outro grupo de anistiados, o que fere, frontalmente, o princípio constitucional da isonomia.

A criação da Comissão de Anistia com a competência da análise de requerimentos via administrativa cumpria a finalidade da prática da celeridade e simplicidade processual. No entanto, em virtude da omissão do Estado, da inconsciência quanto à importância da transição, controvérsias políticas e sociais e a própria complexidade de alguns grupos de casos concretos, o que era para ser simples, ágil e célere, já conta com 17 anos de existência. Nesse contexto, as decisões tomadas pelo Judiciário cumprem papel fundamental no sentido do auxílio e suporte para novas decisões. O fato é que, nos últimos anos, em virtude da instabilidade política que assolou o país, não temos conseguido vislumbrar esse aproveitamento.

Em suma, o Judiciário nacional tem papel fundamental na realização da Justiça de Transição, uma vez que é ele que dialoga com a lei e os direitos normatizados. Por suas características institucionais e de composição, encontra-se em papel de maior independência, fato que deve ser utilizado em benefício do conjunto populacional. Vale ressaltar que os órgãos administrativos que tratam de transição e anistia deveriam aplicar, de imediato, por mera questão de celeridade processual e cumprimento do objetivo da efetivação da transição, as decisões definidas judicialmente.

Em suas mãos, mais que na esfera administrativa, está a possibilidade da prática do que, nesse trabalho, é chamado de Direito de Transição, o que será exposto em item apartado.

7.4. Interpretação das normas sobre Direitos Humanos

7.4.1. Direitos Humanos e as fontes de interpretação das normas

Conforme o já vislumbrado no tópico anterior, há várias fontes de interpretação das leis, e essas não têm caráter restritivo. As fontes de interpretação são adequadas ou passam por agregação de outros entendimentos a partir do momento em que significativas mudanças sociais são fixadas no mundo normatizado. A flexibilização é decorrente da própria dinâmica social.

O princípio básico a ser considerado é o de que os direitos humanos nascem, naturalmente, com o ser humano, existir humano. O fato de existir, por si, condiciona a direitos e deveres estabelecidos via moral e normas. Portanto, trata-se de princípio de extrema valia e que toma significativo espaço nos casos em que o humano é o centro da demanda.

Os Direitos Humanos nascem na condição universal e natural de ser, existir. Externam-se por meio da positivação individual desses direitos para, ao final, estarem inseridos em normas que guardam direitos coletivos, positivados como universais. A universalização desses direitos naturais conduz aos tratados e convenções (PIOVESAN, 2017), cujas dimensões:

“1) fixam um consenso internacional sobre a necessidade de adotar parâmetros mínimos de proteção de direitos humanos (os tratados não são o “teto máximo” de proteção, mas o “piso

mínimo” para garantir a dignidade humana constituindo o “mínimo ético irredutível”);

2) celebram a relação entre a gramática de direitos e a gramática de deveres, ou seja, os direitos internacionais impõem deveres jurídicos aos Estados (prestações positivas e/ou negativas);

3) instituem órgãos de proteção, como meios de proteção dos direitos assegurados (ex: os Comitês, as Comissões e as Cortes); e

4) estabelecem mecanismos de monitoramento voltados à implementação dos direitos internacionalmente assegurados (ex: os relatórios, as comunicações interestatais e as petições individuais)”.

Nesse lastro, surge a proposta de que os Direitos Humanos devem e podem ser utilizados como fonte de interpretação das normas.

Vejamos que as discussões civis e garantias normativas, no que tange a esse específico e valioso ramo do direito, a partir do início do século passado, ganhou espaço e expressão em virtude do início de sua normatização e aplicação. Na segunda metade do mesmo século, a prática legislativa ganhou significativa intensidade, em especial nos tribunais que construíram entendimentos e publicaram súmulas e jurisprudências referentes, especialmente no que tange a determinados coletivos, até então invisibilizados ou considerados preteridos de efetiva participação social.

Não é errado afirmar que todas as normas têm comunicação entre si, seja direta ou indiretamente, com os Direitos Humanos e garantias fundamentais. O maior bem tutelado pelo direito é a vida, embora a análise das tipificações criminais e suas respectivas penas possam levar a crença de que a tutela maior do Estado recai sobre o patrimônio. Doutrinariamente e constitucionalmente, a vida está sobre todas as demais possibilidades individuais e coletivas.

Com isso, é coerente a utilização dos Direitos Humanos como fonte interpretativa do direito (ROMANO, 2017):

“O profissional do Direito não pode destoar de entendimento que não resguarde a dignidade da pessoa humana, mesmo porque está

expresso na Constituição Federal e em diversos tratados internacionais.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III – a dignidade da pessoa humana;

(...)

Vale diferenciar que os Direitos Humanos estão positivados no plano internacional. Já os Direitos Fundamentais são os direitos humanos positivados na Constituição Federal. Todavia, como o conteúdo de ambos é essencialmente o mesmo, o que difere é o plano em que estão consagrados. Neste artigo, serão tratados como se iguais fossem, já que correspondem aos direitos inerentes à pessoa humana e sua proteção.”

A afirmação internacional por meio da normatização de tratados e convenções ratifica toda a exposição presente. Países maduros, com vários históricos e vivências em guerras, conflitos armados e conflitos sociais, concluíram pela valoração, assimilação e a prática normativa dos Direitos Humanos, além da elevação da sua valoração no contexto da moral social. Com base nessa premissa, há a crença de que o Brasil, país considerado jovem, após agregar à sua vivência social, moral e judicial tais valores, demonstre sua afinação e interesse na realização e efetivação da justiça em sua amplitude.

7.4.1.1. Princípio pro homine

Quando o assunto em questão versa sobre Direitos Humanos e surge um aparente conflito entre normas, ainda que seja entre uma lei nacional e uma internacional, a solução do impasse não deve seguir critérios cronológicos hierárquicos ou de especialidades, qual seja, não haverá exclusão de norma, haverá a análise de todas, em profundidade, e prevalecerá a que melhor atender os interesses humanos. A partir do objeto central, quanto ao resultado, deve prevalecer a norma que:

- a) Garantir a prática de direito mais abrangente;
- b) Esteja carregada da menor quantidade de restrições de direitos;
- c) Estabeleça o maior número de condições para a prática de restrições.

Esse princípio interpretativo alcança dois significados de extrema importância (Gomes, ...): “(a) *diante de uma norma singular, ele orienta a uma interpretação extensiva dos direitos humanos e limitativa das suas restrições (cf. CIDH. Opinião Consultiva 05.1985; (b) diante de um concurso de normas (conflito aparente de normas), incide a que mais amplia o exercício do direito.*”

Guardadas as devidas proporções, o princípio da lei mais favorável não é novidade no nosso ordenamento jurídico, eis que é praticada no ramo do Direito do Trabalho e do Direito Penal.

Para alcançar a efetividade da CF-88, devem-se compreender os termos de seu nascimento, sua gênese quando do enfrentamento de conflitos aparentes de normas, internas ou externas. A resposta interpretativa deve primar pela efetivação mais profunda dos desejos sociais transpassados pelas normas da maior carta nacional. O contrário pode caracterizar a desvalorização dos princípios e valores ali consagrados, reflexo de fatos históricos e sociais vivenciados pela população nacional. Significaria menosprezar as dores e os sentidos daqueles que vivenciaram momentos de imensa privação sob a esteira da dedicação aos interesses nacionais, em seu sentido mais amplo, o sentido da inclusão e valorização do ser humano.

Em artigo encontrado no endereço [file:///C:/Users/IRENE/Desktop/PRO%20HOMINE/Direito%20dos%20direitos%20humanos%20e%20a%20regra%20interpretativa%20%E2%80%9Cpro%20homine%E2%80%9D%20\(segunda%20parte\)%20-%20Migalhas%20de%20Pe-so.html](file:///C:/Users/IRENE/Desktop/PRO%20HOMINE/Direito%20dos%20direitos%20humanos%20e%20a%20regra%20interpretativa%20%E2%80%9Cpro%20homine%E2%80%9D%20(segunda%20parte)%20-%20Migalhas%20de%20Pe-so.html), Luiz Flávio Gomes afirma:

“A Constituição, destarte, não pode ser vista como um conjunto estático de normas, tampouco esse raciocínio apresenta-se como correto para os tratados de direitos humanos. Ao contrário: todas as normas sobre direitos humanos se complementam (e se retroalimentam). E

vale para o caso concreto a que assegura o exercício mais amplo do direito, ainda que seja uma norma do direito ordinário”.

O princípio “pro homine”, obviamente, embora coloque o melhor dos direitos humanos em evidência, atua dentro do tema evocado e seu sistema jurídico. Portanto, não há que se falar em quebra de direitos outros ou em confecção de nova norma sob medida a cada caso. Trata-se somente do estudo, na busca pela melhor lei direcionada aos direitos do homem, seu demandante.

As normas utilizadas para esse efeito são as oriundas dos tratados e convenções sobre direitos humanos, recepcionadas pelo Brasil, conforme o preceituado pelo art. 5º, par. 2º da CF-88, confirmado pela Emenda Constitucional 45, de 2004. Vale ressaltar o que diz a Convenção Americana de Direitos Humanos - CADH a esse respeito:

“Art 29. Nenhuma disposição desta Convenção pode ser interpretada no sentido de:

29.a. permitir a qualquer dos Estados-Partes, grupo ou pessoa, suprimir o gozo e exercício dos direitos e liberdades reconhecidos na Convenção ou limitá-los em maior medida que a nela prevista ...”

Os tratados e convenções internacionais são resultantes de fatos históricos cujas memórias guardam experiências negativas vinculadas aos direitos humanos em suas diversas vertentes, cujas repetições buscam-se compelir.

A internacionalização dos direitos humanos no pós-guerra levou a duas reflexões ainda em construção: a visão do Estado soberano, que passa a ganhar características de relativização, especialmente quando o mando legal externo se impõe ao interno “(transita-se de uma concepção “hobbesiana” de soberania centrada do Estado para uma concepção “kantiana” de soberania centrada na cidadania universal) e a efetivação da ideia de que o indivíduo deve ter seus direitos básicos protegidos de maneira universal.

Impossível tratar desse assunto sem antes considerar acontecimentos específicos da segunda metade do século passado, como a popularização

do computador que trouxe acesso, cada vez mais rápido e, cada vez mais, a um quantitativo de informação incontável. O mundo está disposto na tela de um computador. A partir do momento que guardo mais imagens e informações, torno-me desperto para o que é novo e posso querer vê-lo de perto. Todo o conjunto conduz a um maior número de viajantes oriundos e com destinos aos mais diferentes locais, com permanência determinada ou não. Obviamente, a legislação necessita ganhar novas bases e contornos que reflitam e acompanhem os novos meios de vida que surgem. Com a aumento do trânsito e encontro de línguas, culturas e leis diferentes, é necessária a existência de um conjunto normativo que tenha cunho abrangente, universal, e esse conjunto terá como base os princípios comuns, quais sejam, os que resguardam os Direitos Humanos.

Essa modalidade interpretativa prepondera em países que guardam um Estado Constitucional de Direito. No Brasil, a reforma do Código Civil alterou sua lei introdutória e inseriu normas vinculadas a princípios constitucionais e jurídicos amplos, na expectativa da sustentação de mudanças internas do próprio código. As alterações pretendem dinamizar a aplicação do direito codificado, tornando-o mais ágil e efetivo. Um dos tópicos privilegiados visa, justamente, a possibilidade da composição do conflito por meio da intervenção do magistrado, antes da continuidade da ação.

Embora exista esse rol de normas voltadas ao princípio “pro homine” e a CF-88 as recepcione, a doutrina majoritária ainda resiste ao entendimento de que uma norma oriunda de tratado internacional, fora do ordenamento jurídico interno, portanto, supralegal, tenha prevalência sobre uma lei constitucional, em virtude de sua supremacia. Há, no entanto, crescente entendimento doutrinário no que tange aos tratados internacionais de direitos humanos, por força da Emenda Constitucional nº 45 de 2004, subsidiada pelo art. 5º, par. 2º da CF-88.

Do ponto de vista basilar, desimportante a hierarquia normativa ante o princípio *pro homine*, que garante a aplicabilidade da norma que melhor guarde o direito dos homens. O art. 27 da Convenção de Viena, que cuida do Direito dos Tratados Internacionais, determina que “(...) nenhum Estado que faz parte de algum tratado pode deixar de cumpri-lo invocando seu direito interno”.

O princípio *pro homine* ainda encontra sustentação em outros dois princípios do Direito Internacional, o da boa-fé (*pacta sunt servanda*) e da interpretação teleológica (todo esforço para que os compromissos, as normas, sejam cumpridas e efetivadas).

Fundamental observar a comunicabilidade e a complementaridade entre as normas de direitos humanos. São as normas de reenvio, o que significa o entrelaçamento de todas as normas de direitos humanos. Formalmente há hierarquia, materialmente todas as normas que versam sobre Direitos Humanos estão no mesmo patamar, prevalecendo a que melhor atender a necessidade e a garantia do direito do homem.

O Superior Tribunal Federal – STF mantém a tradição de emprestar aos tratados valor normativo interno, hierarquicamente abaixo do constitucional e acima da lei ordinária. No entanto, recentemente, conforme já citado em tópico pretérito, o STF decidiu com base na utilização da interpretação da norma “pro homine” e convencionalidade da lei. Nesse sentido, decidiu, no caso de depositário infiel, que deveria ser condenado a menor pena pela responsabilidade a ele imposta e ferida. Essa decisão teve votação de 5 a 4, o que demonstra, por um lado, avanço quanto ao resultado; por outro, a forte resistência ainda encontrada no tribunal maior.

7.5. Hierarquia das provas e livre convencimento motivado do juiz

No nosso ordenamento jurídico, há muito a prova não vincula seu valor de forma hierárquica. Não há, definitivamente, superioridade de uma sobre outra. Há a qualidade da prova dentro do quadro específico. A análise da melhor prova dentro de determinado contexto concreto. O que pode ser a melhor prova em uma situação pode ser considerado, até inexistente em outra e, nem por isso, a prestação jurisdicional efetiva deve deixar de ser praticada. Nesse sentido, há vários julgados pelo STF.

No entanto, em todos os casos, o magistrado deve fundamentar, motivar a sua decisão de maneira clara e ordenada, de maneira a preencher todas as lacunas que possam gerar dúvidas quanto à segurança jurídica ou à decisão em si.

7.6. Mínimo existencial

É compreensível o temor de que erros sejam cometidos por órgãos administrativos e/ou judiciários, especialmente quando o tema central está ligado aos Direitos Humanos, que é de difícil definição e aplicabilidade que o esquive de críticas que possam conduzir a insegurança jurídica. No entanto, o caso concreto é carregado da possibilidade da aplicação de diversas teorias e princípios que resguardam o Estado e o Judiciário.

O eixo da Lei de Anistia nº 10.559-02 segue o eixo reparatório com base nas atividades laborais, conforme amplamente debatido e confirmado por pesquisadores sobre o assunto. O trabalho-emprego é garantido pela CF-88, como direito fundamental, é a base, o que possibilita a conquista de demais direitos básicos, como saúde, educação, moradia, entre outros. Nesse lastro, vê-se que o garantido pela Lei de Anistia em referência vai de encontro aos preceitos constitucionais básicos.

Vai de encontro a esses direitos e os afirma o princípio do mínimo existencial, cujo próprio nome o diz, embora não trate somente de direitos materiais. Um ponto de destaque nesse princípio é o fato de não prescindir de lei, eis que existe par e passo a existência do ser humano. Caminha ao lado e está contido na CF-88, mas independe de estar positivado para que seja praticado.

A Lei nº 10.559-02, em sentido estrito, possibilita a efetivação do mínimo existencial a milhares de casos. Não há a pretensão de que o princípio seja aplicado indistintamente, sem apoio em outros princípios ou regras. No entanto, é mecanismo jurídico capaz de sustentar milhares de decisões.

O princípio da reserva do possível, que sempre acompanha o do mínimo existencial e está voltado em especial para a possibilidade monetária do Estado em prover o contido no mínimo existencial, não foi tratado nesse tópico em virtude da compreensão sobre sua desnecessidade.

7.7. Inversão do ônus da prova

É sabido que o aceite da inversão do ônus da prova tem cabida no Direito do Consumidor. Isso ocorre pela especificidade da relação estabe-

lecida, onde o consumidor é compreendido como a parte frágil. A fragilidade está detectada no fato de não haver como exigir que o interessado seja detentor do conhecimento, acesso e manejo de todas as tecnologias e inteligências pertinentes a fabricação ou construção de um produto para que possa, de maneira eficaz, trabalhar a sua defesa. O caráter desse preceito cumpre a tarefa de garantir, justamente, o princípio constitucional do contraditório e a ampla defesa, princípios basilares do processo no intuito de garantir a paridade de armas, na forma do preceituado no art. 373, do CPC.

7.8. História oral como meio prova

A Comissão de Anistia, em ocasiões que analisou e julgou requerimentos de anistia na região, praticou oitivas dos presentes e interessados. A diferença é que atuava como representante do Poder Executivo e detém poder de dar oficialidade aos documentos formados, enquanto à outra parte não cabe essa prerrogativa.

Os documentos científicos recolhidos, como dissertações de mestrado, teses de doutorado, além de recortes de jornais, revistas e livros produzidos, todos têm como base a história oral colhida diretamente dos agentes daquele evento. Em virtude desse fato, é necessária a oitiva e consideração das mesmas como elementos de prova. Os dados históricos lá recolhidos e já institucionalizados, compilados e tidos como verdadeiros, servem como moldura e pano de fundo para cada caso exposto. No mais, a tratativa é em relação aos direitos humanos e suas garantias fundamentais, pelo que deve ser sempre considerado, em caso de dúvida, o lado do interesse coletivo, do mais frágil.

7.9. Presunção da veracidade

A consideração primordial é a da verdade, desde que não haja prova em contrário. Vale ainda ressaltar que o caso concreto não trata de fato isolado, e é, sim, um fato jurídico localizado dentro de um fato histórico e social carregado de registros circunstanciais.

Cabe ainda ao caso a soma do raciocínio lógico. Exemplo: não tenho provas de que “A” foi expulso de sua terra, no entanto, tenho de que “A” re-

sidia na área “X” e que a área “X” foi quase totalmente esvaziada em virtude de combate. Logo, presumo ser verdade a afirmativa de que “A” saiu da terra.

7.10. Princípio da Equidade

O Princípio da Equidade autoriza o julgador a atuar nas lacunas da lei e suas omissões, com sua interpretação, desde que essa seja voltada para o tratamento igualitário entre casos, situações e pessoas. É um princípio de equilíbrio para a manutenção da ordem jurídica.

A equidade, no caso da anistia, possibilita que o julgador, com base também em outros princípios, atue e apresente solução nos casos em que for caracterizada uma supressão legal, falta de clareza ou mesmo omissão quanto ao caso concreto. Tais circunstâncias não são incomuns. A partir do momento em que há avanço nos julgamentos e análise mais ampliada de casos singulares ou mesmo, singularidades que abarcam determinados coletivos geram dúvidas em relação à melhor maneira de solução, e especial preocupação de que novas decisões não afetem a coerência buscada nos julgamentos pretéritos.

O Princípio da Equidade cumpre o papel de repelir as exclusões legais, bem como o de justificar tratamentos aparentemente diferenciados, cuja análise estendeu ao bojo a gênese da questão. A ferramenta pode minorar o que normalmente é chamado de “defeito da lei”.

7.11. Teoria da Ponderação

Certo é que, no caso concreto, para a reparação econômica do coletivo em questão, é necessário o uso do erário público. Esse fato, em contrapartida, pode gerar o questionamento, por parte do Estado, no sentido de que esses valores podem ser melhor empregados na saúde, educação e demais atos de sua obrigação, o que, em tese, abarca um coletivo maior que algumas centenas de requerentes.

O raciocínio mostra-se imensamente equivocado quando estendemos a cada requerente, cada detentor imediato do direito à anistia, uma família composta de 6, 8, 10, 20 pessoas, além dos filhos e netos. Por meio de uma

matemática simples, claro está que, além de ser obrigação do Estado, as reparações alcançam, por via indireta, milhares de pessoas. Outro ponto importante é o reflexo de todo ocorrido na estima pessoal e dos seus familiares.

É preciso considerar o grande e inquestionável prejuízo social causado em virtude da diminuição ou total impossibilidade para o trabalho, seja através de sequelas físicas ou psicológicas, além de milhares de indivíduos que poderiam estar melhor produzindo para o bem coletivo. Há, sem dúvida, uma lacuna, um vácuo social causado pelo Estado brasileiro na região do Araguaia. Nesse momento, há a oportunidade de reparar o causado, especialmente reconhecendo o ato e devolvendo (de direito) para que possam ser agentes dos seus próprios futuros.

7.12. Ausência de paridade de armas

Vejamos que é inquestionável a falta de paridade de armas, não pela ausência de oportunidade para que sejam apresentadas, mas sim pela impossibilidade de que sejam alcançadas pelo interessado, seja por não mais existirem, seja por terem existido e terem sido destruídas pelo réu. Não estamos tratando de fato isolado, e sim de um fato extraído de um contexto histórico que abarca vários países da América Latina, qual seja, governo ditatorial. No caso da inobservância desse princípio extremamente relevante para o processo, a situação deve ser encaminhada para a cabida da inversão do ônus da prova.

7.13. Princípio da Isonomia

Vejamos que o assunto anistia carrega caráter de excepcionalidade. A lei escrita declara uma ideia, o que não significa que esta passa a ser aderida por todos a partir da data de sua publicação. Caso contrário, não haveria crimes. A ideia implementada seguiu um longo caminho até a redução a termo, aceitação pelo Legislativo nacional e segue um outro longo trecho até que seja realmente assimilada pela sociedade.

A democracia de um país, as liberdades individuais, os direitos humanos, tudo isso é tratado em uma construção contínua. Estamos falando

de conceitos, ideologias, crenças, do cognitivo, do mais arraigado no humano. Portanto, no mínimo ingênuo querer crer que, magicamente, as ideias mudam, os comportamentos mudam com base em escrita, especialmente quando não há sanção quando a ação infringir a norma escrita.

Evidentemente, não há a pretensão de invalidar o ordenamento jurídico, ao contrário, fazer com que este sinta-se fortalecido através da observância dos atos que o contradizem e da imposição para que sejam corrigidos. Portanto, requer essa observância e o tratamento igual para os iguais, o que significa tratamento desigual para os desiguais.

7.14. Justiça

Impossível determinar, cientificamente, o que é justiça, em virtude de sua amplitude e especificidade para cada grupo social, a partir do entendimento de que justiça é o equilíbrio do bem para o bem de todos. Justiça transcende ao tempo e ao espaço geográfico, esse é ponto de entendimento comum entre todos os estudiosos. O conceito é relativo e amplo. Mutável em conformidade com os contextos geográficos, históricos, econômicos, sociais e temporais.

Seria uma atitude hipócrita excluir o aspecto econômico, no intuito de manter somente princípios e valores, e desconsiderar as finanças, item fundamental para a manutenção social. Não é possível definir justiça, do ponto de vista estrito, ou seja, relativo ao nosso Estado, com base em conceitos estabelecidos por Platão, Aristóteles, até mesmo Kant e outros filósofos. É possível e necessária a consideração de elementos por todos reconhecidos, desde que aproveitados e adaptados aos dias atuais. A justiça é valor maior, vivo, latente e em constante construção. É como um ser vivo que troca de pele, de tempos em tempos, que, por já ter cumprido sua tarefa, dá espaço à nova casca e às novas tarefas a serem cumpridas, sucessivamente.

Ainda que haja toda essa dificuldade e relatividade para a conceituação de Justiça de maneira definitiva e que abarque todas as realidades mundiais, dois pensamentos seculares merecem destaques. O primeiro vincula Justiça ao Princípio da Equidade. Essa perspectiva é chamada utilitarista e a coloca diretamente ligada a valores morais e à imparcialidade. Tais elementos visam alcançar a igualdade e obrigações justas, que sejam cabíveis

e estejam na medida do ser humano. O segundo considera a perspectiva da vinculação com o bem-estar social.

Vale observar que, em ambos os casos, há grande semelhança, até mesmo porque os conceitos de equidade, moral, obrigações justas e bem-estar social podem ser relativizados em virtude das verdades construídas e prevalentes em cada Estado.

No nosso país, podemos tomar como base o conceito de justiça emprestado do artigo 5º, da CF-88, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade...”

7.15. Direito

O direito regula sua própria criação como norma e, hoje, até como costumes aceitos ou não. Ainda há a hierarquia das leis, definida por critérios territoriais e de valores gerais e específicos. Assim, fixa-se e é mantida a ordem jurídica, por meio do escalonamento piramidal de valoração das leis que dizem o direito. O raciocínio jurídico, baseado em normas, não pensa o que é moral ou ético, e sim o que é lícito ou ilícito, o que é legal ou ilegal, o que é constitucional ou inconstitucional, segundo Hans Kelsen que separa a norma da moral. Normas jurídicas estão vinculadas à ciência do direito, enquanto a moral é parte da ética enquanto ciência.

No aparente conflito entre justiça e direito enquanto norma, a prevalência será da norma. Para regular a solução do problema, existem a equidade e os princípios. As leis nem sempre são justas, embora devam procurar essa efetivação como valor maior. É necessária a consideração dos contextos, especialmente nas áreas criminais, onde há violações graves aos direitos humanos. Por exemplo, em determinado caso, pode ser lícito um assassinato, quando, pelo ponto de vista moral, toda morte é ato vil, atentatório contra o direito maior: à vida.

Para Kelsen, a lei deve ser aplicada e ponto, independentemente dos valores que a compõem. Uma vez que são leis, já passaram pelo crivo do justo ou injusto e essa verificação é tarefa do estudo da ética e ética jurídica,

que abrange a moral e a moral jurídica, norma ética e norma moral. Não importa à norma os valores morais que devem anteceder-las, especialmente porque a justiça, tratada como o maior valor, é relativa e mutável.

8. FORMA DE APLICAÇÃO NA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Nosso país conta com proporções geográfica de grande escala e é formado por imigrantes de todos os continentes. No aspecto geográfico, a amplitude territorial garante diferenças significativas quanto a relevo, vegetação, solo, água, entre outros, que influenciam e até definem o modo de vida de cada local. Sobre esse fato são somadas as culturas indígenas herdadas e as culturas dos imigrantes. O resultado são vários estilos de vida e comportamentos em um mesmo país.

Para a tratativa do direito de maneira que mais possa ser aproximado da justiça efetiva, todas as diferenças devem ser consideradas. Vale o preceito constitucional que define tratamento isonômico, igualitário. Nesse caso, mais que nunca, todos os iguais são iguais perante a lei. É necessário, portanto, entender quem são, de onde vêm, como e do que vivem.

A primeira análise deve partir do valor, do significado dos seus pertences (sejam eles materiais ou imateriais) e meio de sobrevivência de determinado grupo social e cultural. Na sequência, a sua história durante o período ditatorial, o que alega ter perdido ou ganhado, à luz dos elementos dispostos no Direito na Transição.

Evidentemente, tais elementos não têm caráter finalista. São os identificados e elencados no presente relatório, e que, sugestivamente, devem ser priorizados sem que haja a exclusão de outros que sejam mais eficientes quando da utilização em cada caso concreto.

9. DIREITO DE TRANSIÇÃO E OS POVOS DO PARÁ

Dentre os estados do norte nacional, o Pará, indubitavelmente, é o que mais suportou as atividades estatais ditatoriais para muito além

do conhecido episódio nomeado de Guerrilha do Araguaia. O Norte foi esquecido, invisibilizado das obrigações básicas e dos interesses estatais, aparentemente por não dispor de riquezas, por ser composto de terras consideradas inóspitas, distanciadas dos grandes centros econômicos e comerciais, sem as mínimas condições estruturais, como energia elétrica, estradas, saúde, entre outras elementares a razoável vivência. A esse fato somam-se as doenças tropicais, comuns a determinados locais, em especial a região amazônica.

A partir de 1967, militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) estudavam a região para, em seguida, darem início a migrações que comporiam três destacamentos comunistas na região do Bico do Papagaio, no Estado do Pará, em seguimento à proposição desenvolvida pelo PCdoB. Os estudos desenvolvidos pelo partido decidiram pela fixação dos destacamentos comunistas nessa região, implantadas, especialmente, nas proximidades da Serra das Andorinhas, hoje reconhecida por suas riquezas.

Era de conhecimento raso a existência de minérios na região, mas, pelos fatos já expostos, o distanciamento prevalecia. Com a chegada dos militantes do PCdoB, a manutenção da verdade sobre quem eram e o real propósito na região, iniciaram um trabalho de supressão de algumas necessidades básicas, para as quais o Estado permanecia omissivo. Auxílios em partos difíceis, medicamentos contra vermes, febre amarela, construção de escola aos moldes da mata, atenção, valorização como ser humano, tratamento igualitário, fizeram com que o grupo fosse melhor visto que qualquer outro, passaram a ser conhecidos como os “paulistas”. Apesar de suas diferenças quanto ao biótipo, cor, escolaridade e situação financeira, numa terra inóspita, sem energia, remédios, estradas, rapidamente tornaram-se integrados ao contexto do camponato, embora guardassem discrição sobre suas atividades e terras.

No ano de 1971, com a chegada das primeiras tropas militares na região, cumpriam a finalidade de prisão e extermínio desse grupo de migrantes, militantes políticos do PCdoB, sob a acusação de atentarem contra a segurança nacional, pois promoviam a propagação da doutrina comunista e trabalhavam no sentido de tornar as cabeças dos camponeses impregnadas com tais haveres e ideologia, segundo o apurado pelo então, Serviço Nacional de Inteligência – SNI.

Até esse momento, o ideário comunista e o projeto de levante camponês na região não haviam sido apresentados ou conhecidos pelos trabalhadores da terra, motivo pelo qual foram tomados pela surpresa quando deparam-se com militares em busca de “terroristas, comunistas, ladrões e assassinos” que atentavam contra a pátria e estavam escondidos na região. O objetivo não revelado era justamente o da busca de direitos, em especial a manutenção na terra, da qual não tinham a menor garantia.

Para além do trabalho de cunho ideológico, as Forças Armadas de imediato perceberam a enorme lacuna deixada pelo Estado e compreenderam que estava sendo preenchida pelos militantes comunistas, ainda que minimamente. Essa constatação levou à elaboração de um “modus operandi” específico que estabeleceu algumas atividades a serem praticadas pelo Estado com a finalidade do ganho da confiança dos moradores locais. Iniciou-se, então, a abertura de estradas, os atendimentos médicos, promessas de melhorias para todos.

Dentre essas benfeitorias, a mais significativa, que até os dias de hoje permanece e que abriu espaço para outras ações, foi a construção de estradas. Essa tarefa servia a população, embora muito mais às Forças Armadas nas suas buscas e levantamentos sobre as áreas da região. Permitiram conhecimento da área e despertaram o interesse no Estado de que outros levantamentos, estudos mais profundos fossem efetuados.

Esses estudos e programas governamentais que concluíram pela riqueza natural da região, aliados às aberturas de estradas, tornaram-se portas abertas para a especulação de latifundiários e grileiros. Em breves décadas, o Pará, berço de grandes castanhais, mata rica em animais selvagens e silvestres, tornou-se um grande pasto a serviço dos grandes proprietários e investidores de terra. Os migrantes pioneiros, que descobriram o coração do país, enfrentaram as doenças, a morte, a fome, para que tivessem um local para estabelecer suas famílias e dar-lhes de comer, foram expulsos a bala.

Os conflitos sobre posse e propriedade de terras no Pará não são novidade e tampouco cessaram com a ditadura. São milhares de camponeses, familiares, líderes rurais e clérigos assassinados pela simples manutenção da defesa dos direitos quanto à terra para quem precisa e quer nela produzir. Infelizmente, esse quadro de sangue e abuso é pintado até

os dias de hoje, por meio de muitos embates e cuja tinta continua a ser o sangue humano.

Com todos esses acontecimentos, o Pará passou a fazer parte do interesse estatal e objeto de desejo de grandes empresários. Como sabemos, a ditadura no Brasil foi fortificada por civis abastados ou não, em especial os grandes empresários e proprietários de terra, portanto, eram próximos ao governo e comungavam dos mesmos interesses e ideários, eram integrados a ele. Desse convívio de interesses e poder, facilmente chegaram à propriedade das terras e, na sequência, à exploração do minério, suplantando o interesse popular.

Após a Guerrilha do Araguaia, outro fato histórico de elevada importância, conhecido como a Batalha dos Perdidos, aconteceu no ano de 1976, na mesma região que comportou a guerrilha, no entanto, em espaço geográfico menor, dentro do estado do Pará. O enfrentamento armado inicial ocorreu em outubro de 1976 e as consequências perduraram até os anos de 1982 e 1983, ocasião em que os camponeses que conseguiram permanecer nas terras, receberam os títulos definitivos de suas posses.

Nessa mesma região, ainda aconteceram outros confrontos cujo objeto era sempre a posse da terra. Essas ocorrências, até o dia 5 de outubro de 1988, são, por força de lei, são consideradas atos atentatórios aos direitos por motivação de perseguição político ideológica. A qualificação não ocorre pelo objeto, mas sim pela compreensão do governo ditatorial, que associou as brigas dos camponeses pela manutenção de suas terras à ideologia comunista, especialmente porque eram apoiados, na maioria das vezes, por partidos antigovernamentais e pela Igreja Católica via Pastoral da Terra, motivo pelo qual o Clero também era visto como subversivo.

Para além do marco que representou a Guerrilha do Araguaia, seguida pela Batalha dos Perdidos e demais enfrentamentos acontecidos naquela região, outros mais tomaram conta de todo o estado, conforme já exposto. A criação de novos municípios, a descoberta do ouro e demais minérios, a criação de usinas e empregos aconteceram à custa de desmatamento e extermínio da maioria da população campesina e dos indígenas. A Universidade Federal do Pará – UFPA apresentou estudo sobre as atividades, mortes e desaparecimentos no campo.

Poucas foram as atividades políticas vinculadas à área urbana que abarcou militância política específica oriunda de faculdades ou sindicatos, até mesmo por não haver ou serem inexpressivos. Indubitavelmente, as atividades principais aconteceram no campo, perpetradas pelas autoridades ditatórias com toda a intensidade que conseguiram assimilar.

Toda essa narrativa, alinhada ao levantamento apresentado sobre os julgados efetuados pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, e que dizem respeito aos casos mais expressivos do estado do Pará, demonstram que nos últimos 3 anos houve grande retrocesso quanto à quantidade de julgados, razões para indeferimentos, quantidade de indeferimentos, intervenção da Advocacia Geral da União durante os julgamentos e após, bem como revisões efetuadas pelo Ministro da Justiça, ainda que não seja essa sua tarefa expressa em lei. A determinação legal é de que a Comissão de Anistia funciona como órgão de assessoramento ao ministro e é composta por conselheiros conhecedores do assunto, qualificados para o papel a que se apresentam e que cabe ao ministro o ato final da concessão da anistia via assinatura de portarias e encaminhamento para a publicação que lhe dá vida. Cabe ao ministro atos de revisão quando superadas as vias de julgamento em sessão ordinária e em recurso, como também cabe a ele, antes de assinar as portarias, aferir casos que expressem dúvidas em virtude de destoamento com as demais decisões similares ou que tenham sofrido qualquer tipo de denúncia, nada além.

Todas essas atitudes conduziram, durante todo o ano de 2018, a revisão de vários julgados com publicação de portarias de indeferimentos, apesar de os requerimentos já terem sido apreciados pelos conselheiros indicados pelo próprio presidente da Comissão de Anistia, cuja definição de cargo foi dada pelo ministro da Justiça. No final do mesmo ano, houve a publicação de mais de 1800 portarias de indeferimentos que tratavam sobre assuntos gerais. Todas essas medidas de caráter revisório e restritivo afirmam o retrocesso no processo da Justiça de Transição via eixo reparatório e reflete em todos os seus demais eixos.

Quanto aos assuntos ligados ao campesinato, provavelmente seja reflexo da maneira com que sempre foi visto e tratado pela sociedade de maneira geral e, no caso concreto, pela alegada falta de provas quanto aos

atos lesivos suportados, o que, alegadamente, veda a possibilidade do estabelecimento do nexos causal entre o alegado e acontecido, não restando nem mesmo a possibilidade da presunção da veracidade.

No entanto, esse é um problema cujo caminho para a solução, aliado a outros pensamentos e sugestões que possam e devem ser agregadas, está exposto no item denominado, para esse trabalho, de Direito na Transição. É necessária a assunção de que as provas documentais relativas aos camponeses e grevistas não estão disponíveis, eis que permanecem ou foram destruídas, ainda que parcialmente, por quem perpetrou os atos lesivos e não chegaram as mãos dos interessados. Essa certeza não deve conduzir a negativa dos direitos, ao contrário, obrigar a outras maneiras de análises que incluam os fatos históricos e sociais pretéritos referentes aos grupos em questão, com detalhamento quanto as ações de antes, da ocasião dos danos e das subsequentes, além da utilização de outros mecanismos permitidos pelo direito e pela justiça, conforme os sugeridos no chamado Direito na Transição.

10. CONCLUSÃO

O presente relatório, conforme o constante no próprio título, tem caráter também analítico e crítico. Isso ocorre em função da delicadeza do assunto em questão e o momento político atual. Não seria possível somente elencar dados sem que houvesse comentários, análises e apresentação de sugestões. Da mesma forma, impossível tratar de perseguições e fatos ocorridos durante a ditadura civil militar, sem tratar da Justiça de Transição no Brasil e em outros países latinos, ainda que somente com o objetivo de contextualizar.

Restou o conhecimento de que o fim da ditadura no nosso país aconteceu (acontece) de maneira diferenciada dos demais países latinos. Ao passo que naqueles países houve uma brusca ruptura de políticas e valores, no Brasil houve uma composição de cúpula política e governamental. Além dessa diferença estrutural para a transição, há a característica da diversidade cultural, social e econômica, aliada ao desenvolvimento limitado pela geografia, e áreas específicas com grande espaço territorial, onde sempre

esteve presente a omissão do Estado, a exemplo dos indígenas e camponeses posseiros de origem.

Esses dois pontos, um de cunho institucional e outro de cunho social, levaram ao retardo transicional em virtude de não haver comprometimento necessário pelos representantes do Estado, o que comprova que o acordo de cúpula não ocorreu de plena consciência ou vontade, e sim por necessidade econômica interna e, principalmente externa, bem como a estrutural. Em suma, houve mudança teórica, ao passo que a prática permaneceu encarnada por várias gerações e ainda permanece.

No ano de 2019, após quase 55 anos da data do golpe civil-militar e 35 anos do marco do seu fim, ainda discutimos a transição ao passo que o país, com pouco mais de um terço de seus eleitores, escolheu para a Presidência da República, um militar reformado, manifestamente a favor da ditadura e da tortura, além de carregar consigo outros valores considerados antidemocráticos, embora se considere um democrata, cujo vice é um general da reserva.

Esse quadro por si só demonstra que os caminhos percorridos pouco solidificaram a transição e exigem, sob pena de extinção, que novas medidas, olhares e ações sejam praticadas. Nesse contexto, foram expostos 3 aspectos que necessitam ser urgentemente revistos:

1 – Responsabilização, somente pelo aspecto civil, dos agentes que cometeram crimes de lesa-humanidade, com a publicação em Diário Oficial da União e a perda de medalhas e honrarias decorrentes de tais atos;

2 – Reconhecimento, por parte das Forças Armadas, de que houve excesso de uso de forças, uso de forças desproporcionais e a devastação da região do Araguaia quando da Guerrilha promovida no local;

3 – Aplicação do Direito Transicional

Entre eles, a aplicação de um instituto normativo denominado de Direito Transicional, que nada mais é que a junção, sob um mesmo guarda-chuva, de vários princípios, tratados, normas e maneiras interpretativas dos Direitos Humanos, o que permitiria a aplicação mais acertada das leis de anistia, propiciaria um autocontrole estatal, uma vez que as normas devem ser obedecidas de maneira independente, o que determina a não gerência do Estado, que ocorre no momento presente.

Com a efetivação da anistia, a verdade e a memória são expostas e registradas a partir do momento que o Estado é obrigado a dar ouvidos aos que foram atingidos pelas ditaduras e a levar esse conhecimento para a sociedade civil.

Dentro desse contexto, os atos de lesão de direitos praticados dentro do Estado do Pará, bem como nos demais estados, serão melhor identificados, estudados, catalogados e trazidos, com o auxílio da comunicação, à luz da memória, verdade e justiça.

11. BIBLIOGRAFIA

<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-lanca-coletanea-de-artigos-sobre-justica-de-transicao>

A revista

http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/publicacoes/coletaneas-de-artigos/07_18_coletanea_de_artigos_justica_de_transicao

LEGISLAÇÃO SIMBÓLICA E A ALOPOIESE NO DIREITO: POR UMA APROXIMAÇÃO DE CONCEITOS A PARTIR DE MARCELO NEVES

Thaís de Souza Lima Oliveira

IMPLICAÇÕES DA LEGISLAÇÃO SIMBÓLICA NO SISTEMA JURÍDICO

Patrícia Barbosa Nogueira e Cristiano Batista – Revista Brasileira de Teoria Constitucional

O DIREITO E A LEI

Luiz de Carvalho Ramos

file:///C:/Users/IRENE/Desktop/O%20Direito%20e%20a%20Lei%20(Civil)%20-%20Artigo%20jur%C3%ADico%20-%20DireitoNet.html

Artigo 12 - O DIREITO E A MORAL

Amanda Andrade Lima

file:///C:/Users/IRENE/Desktop/O%20Direito%20e%20a%20Moral%20-%20Artigos%20-%20Conte%3%BAdo%20Jur%3%ADdico.html

O CONCEITO DE DIREITO

Marco Aurélio Lustosa Caminha

file:///C:/Users/IRENE/Desktop/Artigo_%20O%20conceito%20de%20Direito%20_%20Direito.html

OS DIREITOS HUMANOS COMO FONTE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI

Karoline Romano

<http://www.justificando.com/2015/02/09/os-direitos-humanos-como-fonte-de-interpretacao-da-lei/>

A CLAREZA DA LEI E A NECESSIDADE DE O JUIZ INTERPRETÁ-LA

Morton Luiz Faria de Medeiros - Revista de informação Legislativa. Brasília a. 37 n. 146 abr. – jun. 2000

O DIREITO DOS DIREITOS HUMANOS E A REGRA INTERPRETATIVA “PRO HOMINE” (SEGUNDA PARTE)

Luiz Flávio Gomes

file:///C:/Users/IRENE/Desktop/PRO%20HOMINE/Direito%20dos%20direitos%20humanos%20e%20a%20regra%20interpretativa%20%E2%80%9Cpro%20homine%E2%80%9D%20(segunda%20parte)%20-%20Migalhas%20de%20Peso.html

Ver (HC 93.280-SC, Rel. Min. Celso de Mello). (STF. ADC 41, Rel. Min. Roberto Barroso, voto do Min. Celso de Mello P, j. 8-6-2017, DJE de 17-8-2017.)

NOTAS SOBRE LUCROS CESSANTES NO DIREITO BRASILEIRO E ESTRANGEIRO

Regis Fichtner

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO, COMISSÃO DA VERDADE E ESPECIFICIDADES DO CASO BRASILEIRO

Fernanda Nalon Sanglard

O PROGRAMA DE REPARAÇÃO COMO EIXO ESTRUTURANTE DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL

Paulo Abraão e Marcelo D. Torelly p. 473 a 515.

Livro – JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: MANUAL PARA A AMÉRICA LATINA

Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça. Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição. 2011. Organizador Félix Reátegui.

A TEORIA DA LEGISLAÇÃO SIMBÓLICA APLICADA À LEI DE ANISTIA BRASILEIRA: UMA TRANSIÇÃO INACABADA

Natália Damasceno e Sousa

TEORIA DA LEGISLAÇÃO SIMBÓLICA – HARALD KINDERMANN

A INCONVENCIONALIDADE DE LEIS DE ANISTIA E OS REFLEXOS DO DESCRUMPRIMENTO DA SENTENÇA DO CASO GOMES LUND

Sérgio Tibiriça Amaral, Alexia Domene Eugenio e Beatriz Camargo Ribeiro

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. O controle constitucional da convencionalidade das leis. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 73.

O PODER JUDICIÁRIO E A DIMENSÃO DA MEMÓRIA E DA VERDADE NA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO BRASILEIRA

Marcelo Pires Torreao

Recurso Extraordinário 553.710, STF, Tema 394, de repercussão geral, cumprimento integral e único do pagamento do retroativo, independentemente de haver reserva orçamentária, art. 12, par 4º da lei 10.559-02,

OS DIREITOS HUMANOS COMO FONTE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI

Karoline Romano

<http://www.justificando.com/2015/02/09/os-direitos-humanos-como-fonte-de-interpretacao-da-lei/>

A CLAREZA DA LEI E A NECESSIDADE DE O JUIZ INTERPRETÁ-LA

Morton Luiz Faria de Medeiros - Revista de informação Legislativa. Brasília a. 37 n. 146 abr. – jun. 2000

O DIREITO DOS DIREITOS HUMANOS E A REGRA INTERPRETATIVA “PRO HOMINE” (SEGUNDA PARTE)

Luiz Flávio Gomes

file:///C:/Users/IRENE/Desktop/PRO%20HOMINE/Direito%20dos%20direitos%20humanos%20e%20a%20regra%20interpretativa%20%E2%80%9Cpro%20homine%E2%80%9D%20(segunda%20parte)%20-%20Migalhas%20de%20Peso.html

INTERPRETAÇÃO “PRO HOMINE” DOS DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques – 08.10.2014 – AULA

file:///C:/Users/IRENE/Desktop/PRO%20HOMINE/Interpreta%C3%A7%C3%A3o%20_pro%20homine_%20dos%20Direitos%20Humanos.html

COMENTÁRIOS À JURISPRUDÊNCIA – DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – VALIDADE E OPERACIONALIDADE DO PRINCÍPIO *PRO HOMINE*

Luiz Flávio Gomes – DE JURE – REVISTA JURÍDICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS, p. 494 a 503

O DIREITO DOS DIREITOS HUMANOS E A REGRA INTERPRETATIVA “PRO HOMINE” (SEGUNDA PARTE)

Luiz Flávio Gomes

file:///C:/Users/IRENE/Desktop/PRO%20HOMINE/Direito%20dos%20direitos%20humanos%20e%20a%20regra%20interpretativa%20%E2%80%9Cpro%20homine%E2%80%9D%20(segunda%20parte)%20-%20Migalhas%20de%20Peso.html

O DIREITO E A MORAL

Amanda Andrade Lima

file:///C:/Users/IRENE/Desktop/O%20Direito%20e%20a%20Moral%20-%20Artigos%20-%20Conte%C3%BAdo%20Jur%C3%ADdico.html

DIREITO, JUSTIÇA E SOCIEDADE

Sérgio Cavalieri Filho – Revista da EMERJ – 2002. V. 5. N 18.

O CONCEITO DE JUSTIÇA

Amanda de Azevedo, Bianca Maria de Freiria, Camila Maria Barbosa Lemos, Guilherme Guerrera de Almeida e Isadora Silva Merege Vieira

Revista Eletrônica UNISEB, Ribeirao Preto, V. 6, n. 6., p. 69-81, jul-dez. 2015.

A RELAÇÃO ENTRE JUSTIÇA E DIREITO NO PENSAMENTO DE ARISTÓTELES

Milton Carvalho Gomes

GOMES, Milton Carvalho. *A relação entre Justiça e Direito no pensamento de Aristóteles*. Conteudo Juridico, Brasilia-DF: 19 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.41226&seo=1>>. Acesso em: 06 jan. 2019.

O DIREITO E A LEI

Luiz de Carvalho Ramos

file:///C:/Users/IRENE/Desktop/O%20Direito%20e%20a%20Lei%20(Civil)%20-%20Artigo%20jur%C3%ADdico%20-%20DireitoNet.html

O CONCEITO DE DIREITO

Marco Aurélio Lustosa Caminha

file:///C:/Users/IRENE/Desktop/Artigo_%20O%20conceito%20de%20Direito%20_%20Direito.html

CAMINHA, Marco Aurélio Lustosa. O conceito de Direito . Jus Navigandi, Teresina, ano 4, n. 43, jul. 2000. Disponível em: . Acesso em: 20 ago. 2006.

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO – A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO JURÍDICO À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA MUNDIAL

Luis Roberto Barroso Ed. Fórum 2013 1ª reimpressão p. 72 e 87

DIREITOS HUMANOS

AULA

file:///C:/Users/IRENE/Desktop/PRO%20HOMINE/Direitos%20Humanos%20-%20Direito%20-%202017.html

Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade – Memórias Reveladas

Volume I Tomo II – Capítulo 14 – Guerrilha do Araguaia

Rede de apoio – camponeses e indígenas

p. 693 – Assunção das torturas

p. 702 – Camponeses e indígenas - José Vieira e outros

O DIREITO E A LEI

Luiz de Carvalho Ramos

file:///C:/Users/IRENE/Desktop/O%20Direito%20e%20a%20Lei%20(Civil)%20-%20Artigo%20jur%C3%ADdico%20-%20DireitoNet.html

O DIREITO E A MORAL

Amanda Andrade Lima

file:///C:/Users/IRENE/Desktop/O%20Direito%20e%20a%20Moral%20-%20Artigos%20-%20Conte%C3%BAdo%20Jur%C3%ADdico.html

O CONCEITO DE DIREITO

Marco Aurélio Lustosa Caminha

file:///C:/Users/IRENE/Desktop/Artigo_%20O%20conceito%20de%20Direito%20_%20Direito.html

CAMINHA, Marco Aurélio Lustosa. O conceito de Direito. Jus Navigandi, Teresina, ano 4, n. 43, jul. 2000.

OS DIREITOS HUMANOS COMO FONTE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI

Karoline Romano

<http://www.justificando.com/2015/02/09/os-direitos-humanos-como-fonte-de-interpretacao-da-lei/>

POLEMICA DIMENSÃO DA JUSTIÇA NO PROCESSO TRANSACIONAL BRASILEIRO: UMA AUSÊNCIA NA OPÇÃO CONSTITUCIONAL (p.146)

<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=PIUa3KoWpd0C&oi=fnd&pg=PA7&dq=artigos+ditaduras+na+am%C3%A9rica+latina&ots=a0LEcU5Wmn&sig=DBPr5J67j0F-W3f2-5SGpw1mo3o#v=one->

page&q=artigos%20ditaduras%20na%20am%C3%A9rica%20latina&f=false

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451989000100002-&script-sci_arttext

Francisco C. Weffort

Cientista político, diretor do Cedec, professor de Ciência Política na USP e membro da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT)

Lua Nova, nº 16 São Paulo. Mar. 1989.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451989000100002>

http://memoriasdaditadura.org.br/america-latina-em-transe/index.html?gclid=Cj0KCQiAvebhBRD5ARIsAIQUmnkexCJ_Y95FEJIKPOQAIU_XOzdHT84gisTe-5lexdechckByYlWJg0aAh8cEALw_wcB

<http://memoriasdaditadura.org.br/america-latina-em-transe/index.html>

SOUSA, Rainer Gonçalves. “Ditaduras latino-americanas”; *Brasil Escola*. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/militar.htm>>. Acesso em 12 de janeiro de 2019.

<https://atlas.fgv.br/marcos/revolucao-de-1964/mapas/ditaduras-militares-na-america-latina-dos-anos-1960-70>

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4105242/mod_resource/content/1/02%20COGGIOLA%2C%20Oswaldo.%20Governos%20Militares%20na%20Am%C3%A9rica%20Latina%20%282001%29.pdf

Caroline Alves Montenegro1

Ana Virginia Cartaxo Alves2

<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=6cf8912022f697ca>

Revista dos Tribunais on line – Revista de Direito Civil Contemporâneo – vol. 2-2015. p. 333 a 348. Jn a mar 2015. DRT. 2015.2169

Clóvis V. do Couto e Silva – Catedrático de Direito Civil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<https://sur.conectas.org/interpretacao-dos-tratados-regionais-de-direitos-humanos/>

Revista Internacional de Direitos Humanos – Dossiê SUR – Mecanismos

Regionais de Direitos Humanos – Interpretação dos Tratados Regionais de Direitos Humanos – Dez 2010 - Magnus Killander

<https://victortateoki.jusbrasil.com.br/artigos/297328807/os-tratados-internacionais-de-direitos-humanos-no-brasil>

Os Tratados Internacionais de Direitos Humanos no Brasil – Uma análise do art. 5º, parágrafos. 2º e 3º da CF

Ana Carolina Shorane e Victor Augusto Tateoki

https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm

Convenção Americana sobre Direitos Humanos

http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf

Convenção Universal de Direitos Humanos

A Anistia na Era da Responsabilização: O Brasil em Perspectiva Internacional e Comparada. In: Comissão de Anistia do Ministério da Justiça - Brasil e Centro de Estudos Latino-Americanos – Universidade de Oxford – Reino Unido. Brasil e Oxford. Ministério da Justiça, 2011, 1ª reimpressão – junho 2013.

ARENDR, Hannah. *A condição humana*. 11. ed. Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BAEZ, Narciso Leandro Xavier (Brasil); SILVA, Rogério Luiz Nery da (Brasil); SMORTO, Guido (Itália). *Os desafios dos Direitos Fundamentais na América Latina e na Europa*. Ed. UNOESC, 2012.

BARROSO, Luís Roberto. *O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1993.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. *Constituição*. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 08 ago. 2015.

BRASIL. Lei n. 10.559, de 13 de novembro de 2002. Conversão da MP nº 65, de 2002 - Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília,

DF, 13 nov. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10559.htm>. Acesso em: 12 ago. 2015.

CALDAS, Roberto de Figueiredo. Voto fundamentado do juiz *ad hoc* com relação à sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha Do Araguaia”) vs. Brasil. 24 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2015.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Documentos sobre a Guerrilha do Araguaia*. 2014. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/todos-volume-1/658-documentos-sobre-a-guerrilha-do-araguaia.html>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

Direito à Memória e a Verdade – Histórias de meninos e meninas marcados pela ditadura. Secretaria Especial dos direitos humanos da Presidência da República.

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964. Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Instituto de Estudo da Violência do estado – IEVE. Grupo Tortura Nunca mais – RJ e PE. Ed. CEPE – Companhia Editora de Pernambuco e Governo do Estado de Pernambuco, 1995. Governo do Estado de São Paulo, 1996.

FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. A Transição Constitucional e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 05.10.1988. *Caderno de Direito Constitucional e Ciência Política Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 7, p. 54-68, jan./mar. 1999.

FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. *O Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (Orgs.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FILHO, José Carlos Moreira. *Justiça de transição: da ditadura civil-militar ao debate justransicional – direito à memória e à verdade e os caminhos de reparação e da anistia no Brasil*. São Paulo: Livraria do Advogado, 2015.

FILHO, Romualdo Pessoa Campos. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. São Paulo: Companhia da Letras, 2012.

GORENDER, J. *Combate nas trevas: das ilusões perdidas à luta armada*. 5. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014, 294p.

JOUTARD, Philippe. *Desafios à história oral do século XXI*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Org.) *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz; Casa Oswaldo Cruz; CPDOC – FGV, 2000.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Tratados Internacionais de Direitos Humanos e Direito Interno*. Ed. Saraiva, 2003.

MEDEIROS, E. A. *Guerrilha do Araguaia: memórias à margem da história*. *Outros Tempos*, v. 10, n.16, p. 256-284, 2013.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1993.

ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1998.

PEIXOTO, R. C. D. *Memória social da guerrilha e da guerra que veio depois*. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011.

SILVA, L. H. O. *Memórias da guerrilha: acontecimento e história*. In: MENDES, C. M.; LARA, G. M. P. (Orgs.). *Em torno do acontecimento: uma homenagem a Claude Zilberberg*. 1ed. Curitiba: Appris, 2016, v. 1, p. 141-162.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

JUSTIÇA
TRANSIÇÃO

REPERCUSSÕES
TRANSIÇÃO

JUSTIÇA
SUGESTÕES



CAPÍTULO 11

RECOMENDAÇÕES



RECOMENDAÇÕES

1. Reconhecimento e pedido oficial de perdão, pelo Governo do Estado do Pará, em função de sua responsabilidade institucional pela ocorrência de graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar (1964 a 1985) a todas as suas vítimas e/ou seus herdeiros;
2. Que a Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) promova a devolução simbólica dos mandatos de todos os deputados estaduais cassados pela ditadura;
3. Tombamento dos locais utilizados pelas forças militares em prisões e operações de tortura de opositores do regime militar no Estado do Pará, como por exemplo a Casa Azul em Marabá.
4. Criação do “Museu da Memória e Verdade” na Casa das Onze Janelas, local utilizado pelas forças militares como prisão e centro de tortura durante regime militar no Estado do Pará, como forma de preservar a história das graves violações de direitos humanos e a memória das vítimas da ditadura;
5. Responsabilização criminal, civil e administrativa pelos órgãos competentes; dos agentes públicos estaduais que deram causa às graves violações de direitos humanos ocorridas no período investigado por esta comissão, de acordo com o devido processo legal
6. Proibição da realização de eventos oficiais em comemoração ao golpe militar de 1964;
7. Modificação do conteúdo curricular das academias/escolas/colégios militares e policiais, para promoção da democracia e dos direitos humanos, bem como a reformulação de ingresso, através dos concursos, nas forças armadas e órgãos da segurança pública, de modo que haja a valorização de conceitos e preceitos sobre direitos humanos e democracia;

8. Fortalecimento e investimento na Defensoria Pública Estadual;
9. Reestruturação das casas penais (sistema prisional), bem como cursos de reciclagem aos agentes prisionais, para adequação do tratamento dado ao preso;
10. Fortalecimento estrutural das ouvidorias do sistema de segurança pública estadual;
11. Abertura de todos arquivos da ditadura, de modo a efetivar o direito à Memória e à Verdade no Estado do Pará;
12. Estabelecer uma política de Estado permanente de atendimento psicossocial às vítimas e aos familiares de vítimas de violência institucional do passado e do presente, como forma de garantir a reparação integral.
13. Na área educacional estadual, promover os valores democráticos e dos direitos humanos, através de estudos básicos, como a leitura de alguns artigos da constituição cidadã brasileira de 1988 e Constituição Estadual de 1989; mediante a elaboração de cartilhas, principalmente educativas, e mecanismos de prevenção e combate à tortura;
14. Divulgar o Relatório da CEV-PARÁ nas escolas das redes estadual e municipais de ensino, bem como disponibilizá-lo nas bibliotecas públicas do Estado. Promover cursos de formação inicial e continuada sobre a história e a memória do passado recente brasileiro para os professores das redes estadual e municipais de ensino, a fim de fomentar o debate sobre a temática nas salas de aula e possibilitar a produção de conhecimento no âmbito da educação em direitos humanos;
15. Criação legal da Secretaria do Passado Recente ou instância similar, como órgão permanente e competente, com atribuição de dar seguimento às ações e recomendações desta comissão;
16. Que o Estado do Pará reconheça as graves violações de direitos humanos cometidas contra camponeses/as no período compreendido entre 1946 e 1988 e garanta às vítimas e famílias das vítimas a devida reparação moral e material, tanto individual quanto coletiva;

17. Que o Estado do Pará implemente, por meio do ITERPA, uma política efetiva de regularização fundiária que institua um limite da propriedade da terra e proceda ao reconhecimento, titulação e demarcação dos territórios das comunidades indígenas, quilombolas e demais populações tradicionais camponesas;
18. A CEV recomenda estabelecer amplo debate com instituições públicas, sociedade civil, policiais militares e suas entidades representativas acerca das propostas como a desmilitarização e adoção de Leis/regulamentos que respeitem os direitos humanos destes agentes de segurança pública.
19. A adoção por parte do Estado de medidas administrativas e/ou judiciais destinadas a recuperar e devolver patrimônio de entidades do movimento estudantil, sindical e popular, destruídas ou usurpados ilegalmente durante o golpe militar no Estado do Pará, com foi o caso da sede da União Acadêmica Paraense (UAP)
20. Encaminhamento por parte do Governador de projeto de lei à ALEPA concedendo reparação pecuniária para vítimas ou herdeiros das vítimas das violações cometidas pelas forças de segurança do Estado do Pará / governos militares até a promulgação da Constituição de 1988.
21. Ao Governo do Estado a criação de uma Comissão Estadual da Verdade específica para os povos indígenas e quilombolas paraenses, para dar seguimento às investigações iniciadas no Pará, ampliando o direito à Justiça de Transição a todos os povos indígenas do estado.
22. A CEV recomenda o deferimento por parte do STF da ADPF 320, em especial, para que sejam declaradas inconstitucionais os dispositivos da Lei de Anistia Brasileira, que impedem a investigação e sanção de graves violações de Direitos Humanos, por serem incompatíveis com a Convenção Americana de Direitos Humanos.
23. Recomenda-se ainda que sejam cumpridas as decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos - Caso Gomes Lund e Outros ("Guerilha do Araguaia") VS. Brasil, Sentença de 24 de Novembro de 2010.

Frente à situação atual do país e os retrocessos em direitos humanos que vivemos, atingindo em especial os povos indígenas e a comunidade LGBTQI+ num claro ciclo de repetição das violências vividas no passado, a CEV-PA reafirma ao Estado brasileiro a necessidade de dar seguimento às recomendações temáticas do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, apresentadas em 2014, incorporando-as na lista abaixo a este relatório, como pontos também fundamentais para o desenvolvimento, respeito e aprofundamento dos conceitos de democracia, pluralidade étnica, liberdade sexual e justiça social em nossa sociedade.

1. POVOS INDÍGENAS - RECOMENDAÇÕES DA CNV (TOMO II, TEXTO 5)

1. Pedido público de desculpas do Estado brasileiro aos povos indígenas pelo esbulho das terras indígenas e pelas demais graves violações de direitos humanos ocorridas sob sua responsabilidade direta ou indireta no período investigado, visando à instauração do marco inicial de um processo reparatório amplo e de caráter coletivo a esses povos.
2. Reconhecimento, pelos demais mecanismos e instâncias de Justiça Transicional do Estado brasileiro, de que a perseguição aos povos indígenas visando à colonização de suas terras durante o período investigado constituiu-se como crime de motivação política, por incidir sobre o próprio modo de ser indígena.
3. Instalação de uma Comissão Nacional Indígena da Verdade, exclusiva para o estudo das graves violações de direitos humanos contra os povos indígenas, visando ao aprofundamento dos casos não detalhados no presente estudo.
4. Promoção de campanhas nacionais de informação à população sobre a importância do respeito aos direitos dos povos indígenas garantidos pela Constituição e sobre as graves violações de direitos ocorridas no

período de investigação da CNV, considerando que a desinformação da população brasileira facilita a perpetuação das violações descritas no presente relatório.

5. Inclusão da temática das “graves violações de direitos humanos ocorridas contra os povos indígenas entre 1946 e 1988” no currículo oficial da rede de ensino, conforme o que determina a Lei nº 11.645/2008.
6. Criação de fundos específicos de fomento à pesquisa e difusão ampla das graves violações de direitos humanos cometidas contra povos indígenas, por órgãos públicos e privados de apoio à pesquisa ou difusão cultural e educativa, incluindo-se investigações acadêmicas e obras de caráter cultural, como documentários, livros etc.
7. Reunião e sistematização, no Arquivo Nacional, de toda a documentação pertinente à apuração das graves violações de direitos humanos cometidas contra os povos indígenas no período investigado pela CNV, visando à ampla divulgação ao público.
8. Reconhecimento pela Comissão de Anistia, enquanto “atos de exceção” e/ou enquanto “punição por transferência de localidade”, motivados por fins exclusivamente políticos, nos termos do artigo 2º, itens 1 e 2, da Lei nº 10.559/2002, da perseguição a grupos indígenas para colonização de seus territórios durante o período de abrangência da referida lei, visando abrir espaço para a apuração detalhada de cada um dos casos no âmbito da comissão, a exemplo do julgamento que anistiou 14 Aikewara-Suruí.
9. Criação de grupo de trabalho no âmbito do Ministério da Justiça para organizar a instrução de processos de anistia e reparação aos indígenas atingidos por atos de exceção, com especial atenção para os casos do Reformatório Krenak e da Guarda Rural Indígena, bem como aos demais casos citados neste relatório.
10. Proposição de medidas legislativas para alteração da Lei nº 10.559/2002, de modo a contemplar formas de anistia e reparação coletiva aos povos indígenas.

11. Fortalecimento das políticas públicas de atenção à saúde dos povos indígenas, no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena do Sistema Único de Saúde (Sasi-SUS), enquanto um mecanismo de reparação coletiva.
12. Regularização e desintração das terras indígenas como a mais fundamental forma de reparação coletiva pelas graves violações sofridas pelos povos indígenas no período investigado pela CNV, sobretudo considerando-se os casos de esbulho e subtração territorial aqui relatados, assim como o determinado na Constituição de 1988.
13. Recuperação ambiental das terras indígenas esbulhadas e degradadas como forma de reparação coletiva pelas graves violações decorrentes da não observação dos direitos indígenas na implementação de projetos de colonização e grandes empreendimentos realizados entre 1946 e 1988.

2. COMUNIDADE LGBTQI+ - RECOMENDAÇÕES DA CNV (TOMO II, TEXTO 7)

1. Criminalização da homolebotransfobia.
2. Aprovação de lei garantindo a livre identidade de gênero.
3. Construção de lugares de memória dos segmentos LGBTQI+ ligados à repressão e à resistência durante a ditadura (Ex.: Delegacia Seccional do Centro na rua Aurora, Departamento Jurídico XI de Agosto, Teatro Ruth Escobar, Presídio do Hipódromo, Ferro's Bar, escadaria do Teatro, Municipal etc.).
4. Pedidos de desculpas oficiais do Estado pelas violências, cassações e expurgos cometidos contra homossexuais em ato público construído junto ao movimento LGBTQI+.

5. Reparação às pessoas LGBTQI+ perseguidas e prejudicadas pelas violências do Estado.
6. Convocação dos agentes públicos mencionados para prestarem esclarecimentos sobre os fatos narrados no presente relatório.
7. Revogação da denominação “Dr. José Wilson Richetti” dada à Delegacia Seccional de Polícia Centro, do Departamento das Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo pela Lei nº 7.076, de 30 de abril de 1991.

Dedicatória

Este trabalho é dedicado à todos os paraenses que tiveram suas trajetórias atravessadas pelo episódio dos anos de ditadura civil-militar no Brasil.

Em especial é dedicado à memória de Egídio Sales Filho que presidiu os trabalhos do Comitê Paraense pela Verdade, Memória e Justiça, sendo presidente da CEV/Pa, nos primeiros dois anos da pesquisa.

Dedicamos também à memória de Paulo Fonteles Filho, cujo empenho e dedicação, possibilitaram para a pesquisa um vasto material audiovisual e escrito. Seu comprometimento impulsionou o movimento pela criação do Comitê Paraense pela Verdade, Memória e Justiça, passo fundamental para a criação da Lei 7.802 de 31 de março de 2014.

Para que ninguém esqueça, para que nunca mais aconteça. **Ditadura Nunca Mais.**

O relatório apresentado aqui é um foco de resistência. Ao lembrar, relatar, testemunhar, colocamos nossas vozes e corpos em prol de um estado democrático verdadeiro. Resistimos aos ataques ao republicanismo, à tentação autoritária, ao desmonte de conquistas sociais e políticas do povo brasileiro.

Que seja esse relatório não um ponto final, mas um ponto de partida, um pequeno farol que ilumine travessias, não só de pesquisadores e estudantes, mas de fato, toda a sociedade paraense. Que dele possamos afirmar que, mesmo imperfeito, é uma armadura a nos defender quando a violência obscurantista vier bater à nossa porta.



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO
DO PARÁ



GOVERNO DO
ESTADO DO PARÁ



ISBN 978-65-997530-5-3



9 786599 753053